

Linguagens e cognição

A. Ariadne Domingues Almeida
Elisângela Santana dos Santos
(Organizadoras)



Linguagens e cognição

A. Ariadne Domingues Almeida
Elisângela Santana dos Santos
(Organizadoras)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Assessor do Reitor

Paulo Costa Lima



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El Hani

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria do Carmo Soares de Freitas

Maria Vidal de Negreiros Camargo

APOIO:



Linguagens e cognição

A. Ariadne Domingues Almeida
Elisângela Santana dos Santos
(Organizadoras)

SALVADOR
EDUFBA
2016

2016, autores.

Direitos para esta edição cedidas à EDUFBA. Feito o depósito legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Revisão

Bárbara Valverde e Larissa Caroline Borges

Normalização

Carina dos Santos

Projeto gráfico, capa e editoração

Gabriel Cayres

Sistema de Bibliotecas - UFBA

Linguagens e cognição / A. Ariadne Domingues Almeida, Elisângela Santana dos Santos,
(Organizadoras). - Salvador : EDUFBA, 2016.
411 p.

ISBN 978-85-232-1523-1

1. Sociolinguística. 2. Língua portuguesa - Semântica. 3. Cognição. 4. Metáfora. 5. Análise
do discurso. I. Almeida, Ariadne Domingues. II. Santos, Elisângela Santana dos.

CDD - 306.44

EDITORA FILIADA A



EDUFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n

Campus de Ondina

40.170-115 - Salvador - Bahia - Brasil

Telefax: 0055 (71) 3283-6160/6164

edufba@ufba.br

www.edufba.ufba.br

SUMÁRIO

9 APRESENTAÇÃO

COGNIÇÃO E CONCEPTUALIZAÇÃO

- 13 Histórias sobre as redes de significação do item léxico “foda” à luz do Sociocognitivismo
A. ARIADNE DOMINGUES ALMEIDA
- 47 O verbo “foder” sob um olhar cognitivista
ELISÂNGELA SANTANA DOS SANTOS E HELENA ALENCAR LINS
- 73 Conceptualizações de “trabalho” na *Folha de São Paulo*: notícias sobre análises preliminares em uma edição do século XXI
ELIANE SANTOS LEITE DA SILVA
- 89 A língua é um sistema complexo ou como a língua é cheia de ornitorrincos
CAMILA FERREIRO

COGNIÇÃO E METÁFORA

- 109 Metáforas do trabalho em obras lexicográficas: um olhar a partir da semântica cognitiva
ELIANE SANTOS LEITE DA SILVA E A. ARIADNE DOMINGUES DE ALMEIDA
- 129 Metáfora: uma abordagem neurocognitiva
ADA LIMA FERREIRA DE SOUSA
- 143 A metáfora da vida na visão do brasileiro: uma análise cognitivo-cultural
ALEX BEZERRA LEITÃO, IONE MIDON PEREIRA, LUCAS BARBOSA DE MELO E ENRIQUE HUELVA UNTERNBÄUMEN
- 155 Metáforas da (re)encarnação no livro segundo: *Mundo Espírita ou dos Espíritos d’ O Livro dos Espíritos*
CELINA MÁRCIA DE SOUZA ABBADE

COGNIÇÃO E CONSTRUÇÕES LINGUÍSTICAS

- 167 Semântica do verbo e da construção na formação de expressões verbais
ISABELLA FORTUNATO

COGNIÇÃO E DISCURSO

- 181 De Lakoff a Van Dijk: percorrendo questões da mente, do conhecimento e da linguagem
LAURA JORGE NOGUEIRA CAVALCANTI
- 195 Governar é uma guerra: análise do discurso de posse da presidenta Dilma Rousseff
VINÍCIUS NICÉAS DO NASCIMENTO

COGNIÇÃO, MORFOLOGIA E SEMÂNTICA

- 213 Compostos “criativos” no período arcaico da língua portuguesa
ANTONIA VIEIRA DOS SANTOS
- 229 Um olhar semanticocêntrico sobre a prefixação em um documento português do século XIV
MAILSON LOPES
- 261 Morfologia, morfologias: um diálogo entre morfologia histórica e morfologia construcional a partir das construções *X-eir-* no português arcaico
NATIVAL ALMEIDA SIMÕES NETO

COGNIÇÃO E LÉXICO

- 287 Considerações sobre aspectos da polissemia da expressão convencional “cabra” à luz da teoria da metáfora conceptual
FERNANDA CAVALCANTI
- 303 Colocações e o conceito de unidade lexical da *framenet*: contribuições para a lexicografia computacional
DIEGO SPADER DE SOUZA

- 319 Parafasias semânticas e descritivas: evidências dos MCI's, processos de referenciação e organização semântico-lexical
RAFAELA RAMOS DA SILVA NEVES E LOU-ANN KLEPPA

COGNIÇÃO E FRAME

- 339 Discurso, cognição e construção de sentido:
Uma abordagem baseada em *frames*
PAULO HENRIQUE DUQUE
- 357 A Semântica de *Frames* aplicada à Prática
Terminográfica: o desenvolvimento de um recurso
lexical para o domínio jurídico-penal
ROVE CHISHMAN, ALINE NARDES DOS SANTOS E
ALEXANDRA FELDEKIRCHER MÜLLER

COGNIÇÃO E LITERATURA

- 371 Os mecanismos de construção do sentido de transformação em três
contos de autoria feminina, numa abordagem cognitiva
TULIO DE SANTANA BATISTA

COGNIÇÃO E IMAGÉTICO

- 387 La locura en la pintura latinoamericana como objeto de estudio de la
percepción visual desde un basamento lingüístico
MAURICIO CASTILLO

- 403 **SOBRE OS AUTORES**

APRESENTAÇÃO

Linguagens e cognição é um livro em homenagem ao centenário do falecimento de Michel Bréal e aos 35 anos da publicação da obra *Methaphors We Live By*, escrita por George Lakoff e Mark Johnson em 1980. Constitui-se por artigos de autoria de pesquisadores que desenvolveram estudos em Semântica/Linguística Cognitiva, que atuam em diferentes universidades brasileiras, como professores, pesquisadores e integrantes de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e também de diferentes cursos de Graduação em Letras do país. Seu objetivo precípuo é socializar pesquisas desenvolvidas nessa área do saber.

A coletânea teve apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade do Estado da Bahia (PROEX-UNEB) e acha-se dividida em nove partes, a saber: 1) Cognição e Conceptualização; 2) Cognição e Metáfora; 3) Cognição e Construções Linguísticas; 4) Cognição e Discurso; 5) Cognição, Morfologia e Semântica; 6) Cognição e Léxico; 7) Cognição e Frame; 8) Cognição e Literatura e 9) Cognição e Imagético. Todos os artigos que compõem essas partes trazem estudos sobre a língua portuguesa sob o enfoque cognitivista da linguagem.

Em síntese, por ser a Semântica/Linguística Cognitiva uma área de pesquisa, ainda, em processo de implantação na Bahia e em estado de solidificação no Brasil e em outros países ibero-americanos, acreditamos que o livro contribuirá, de alguma maneira, para a divulgação e fortalecimento da pesquisa produzida nesses e em outros espaços acadêmicos, com a geração de novos conhecimentos.

A. Ariadne Domingues Almeida
Elisângela Santana dos Santos

COGNIÇÃO E CONCEPTUALIZAÇÃO

Histórias sobre as redes de significação do item léxico “foda” à luz do Sociocognitivismo

A. ARIADNE DOMINGUES ALMEIDA

PARA INICIAR AS HISTÓRIAS: ERA UMA VEZ UM ITEM LÉXICO...

Consoante dicionários, a exemplo de Cunha (1986), o item léxico “foder” é oriundo do latino *fituere* “copular”, enquanto foda “ato sexual” advém do item léxico “foder”. Tanto o sentido etimológico desse último quanto do seu dito derivado são, atualmente, documentados, o que reflete uma das características do significado: a sua estabilidade. Por outra parte, novos usos desses itens surgiram, de modo a explicitar outra característica do significado: a sua elasticidade. A chamada família derivativa do item léxico “foder” é comum, produtiva e a criação léxica amplia a sua rede semasiológica; inclusive, recentemente, passou-se a usar uma nova locução: “nem fodendo”, empregada, recorrentemente, em especial, por adolescentes e por jovens brasileiros; essa locução encontra-se em concorrência com outras, a exemplo de “nem por cima do meu cadáver”, “nem que a vaca tussa”, “nem com a porra”; expressões e sentidos novos acham-se, assim, em pleno processo de criação e difusão no cotidiano de algumas pessoas falantes e escreventes do português do Brasil.

No que tange especificamente ao item léxico “foda”, o seu uso era limitado, a princípio, aos contextos de uso em que se tratava das relações sexuais; com o tempo, porém, outros sentidos foram sendo elaborados, de tal sorte que passou a ser usado em contextos diversos, formando uma rede semasiológica, que é, inclusive, composta por significados opostos, tendo usos relativos a uma avaliação qualitativa positiva e, também, negativa de algo ou de alguém. Assim sendo, esse item é considerado polissêmico, como indicado em alguns dicionários Houaiss e Aulete, mas pode, até mesmo, ser compreendido como um item léxico em processo de homonimização ou antonimização de si próprio. O fenômeno que o cobre será, aqui, investigado como decorrente de conceptualização metafórica e metonímica, estruturada por esquemas imagéticos, responsável por gerar a rede significativa desse item, com a possibilidade de usos polares, localizados nos extremos de seu contínuo significativo.

Quanto ao desenho metodológico, o estudo realizado possui natureza qualitativa, hermenêutica e busca, a partir de um corpus constituído por usos coletados da rede mundial de computadores, postados por diferentes usuários, entre 2012 e 2013, compreender o comportamento semântico do item léxico “foda”. Depois de formado esse *corpus*, organizaram-se as postagens em um arquivo do Word, visando à confecção do referido estudo. Na sequência, foram dados os seguintes passos: 1) numeração dos exemplos em ordem crescente e em algarismo arábico; 2) uso em itálico para destacar as partes das postagens consideradas relevantes para a compreensão do fenômeno e 3) indicação, em nota de rodapé, do endereço eletrônico de onde se coletou a postagem e do período em que ocorreu o acesso. Além desses passos, para a elaboração do estudo, decidiu-se conservar a ortografia das postagens, mesmo quando havia equívocos em relação ao uso da escrita mais monitorada do português. Ademais, resolveu-se, atentando-se para a originalidade da postagem estudada, manter a pontuação e a acentuação constantes do texto, bem como os espaçamentos atinentes às suas respectivas digitação e formatação.

Para dar conta dessa proposta, o artigo que ora se principia encontra-se dividido em seis seções que se interconectam para tecer uma teia argumentativa que se elabora, visando à compreensão do fenômeno em tela.

LINGUÍSTICA COGNITIVA: SURGIMENTO E EPISTEMOLOGIA

As linhas aqui escritas fundamentam-se em pressupostos da Linguística Cognitiva (doravante, LC), modelo teórico-metodológico concebido entre os fins dos anos de 1970 e dos idos da década de 1980, quando algumas de suas obras seminais foram publicadas: *Metaphors we live by*, de Lakoff y Johnson, em 1980, *Foundations of cognitive grammar* de Langacker e *Women, fire, and dangerous things* de Lakoff, em 1987, e quando ocorreu o primeiro congresso internacional da área, organizado, em 1989, por René Dirven.

Hoje em dia, mais de três décadas depois dos seus primeiros passos, esse modelo encontra-se solidificado. Em diferentes regiões do globo, acham-se grupos que lhe dedicam um considerável número de eventos acadêmicos, de publicações científicas, de elaborações de teses de doutoramento, também, de dissertações de mestrado e de monografias de iniciação científica, de tal sorte que se tem preparado, em todos os planos da formação acadêmica, os seus futuros investigadores.

Na base de seus princípios filosóficos e epistemológicos, está o experientialismo; trata-se do corpo na mente. (JOHNSON, 1987) Esse modelo postula que a interação humana com o mundo é mediada por estruturas mentais e vaticina que a linguagem baseia-se no uso. Confere à semântica uma posição de

destaque, no tocante à descrição, à interpretação e à explicação de fenômenos linguísticos; nasce, nas palavras de Abraçado (2010), semantocêntrica, uma vez que considera o significado como parte central da essência da linguagem; assume, além disso, que não é cabível fixar uma separação efetiva entre significado linguístico e extralinguístico/enciclopédico, bem como entende não ser possível marcar uma fronteira nítida entre semântica e pragmática, melhor compreendidas como um contínuo e, ainda, não estabelece a dicotomia sincronia e diacronia, pois não concebe sincronia sem diacronia; assim sendo, dicotomias que são, tradicionalmente, aceitas pela Linguística tradicional converteiram-se ou em contínuos ou em grupos com limites difusos.

O SIGNIFICADO LÉXICO NA PERSPECTIVA COGNITIVISTA

No âmbito da Semântica Cognitiva (doravante, SC), uma vertente entre outras da LC, os sentidos de um item léxico e de outros elementos linguísticos são elaborados pelos conceptualizadores, são interpretações que surgem em um contexto particular, de modo que não são dados de antemão. Nesse sentido, Turner (2009, p. 1, tradução nossa), ao ser questionado sobre em qual sentido a linguagem seria metafórica, respondeu:

As palavras não significam. As expressões não significam. Os termos não referem. A linguagem é um sistema de diminutas instanciações que guiam os ouvintes para que construam significados elaborados. Usamos a pequena caixa de ferramentas da linguagem, para incitar a outros e a nós mesmos, a ativar operações mentais que já possuímos para trabalhar coisas que, em sua maior parte, já sabemos. Às vezes, construímos uma rede de integração conceptual que contem um ‘eslabón’ metafórico. A integração de duplo âmbito faz possível tanto a linguagem como a metáfora.¹

Ainda Turner (2009, p. 1, tradução nossa), quando indagado, a respeito de qual seria o significado de significado afirmou:

Poderia parecer óbvio que a vida e seus acontecimentos deveriam ter significado para os seres humanos e alguns outros animais, mas o como experimentamos que o mundo é significativo e, inclusive, temos consciência que parte desse significado é uma questão sobre que não há consenso

1 “Las palabras no significan. Las expresiones no significan. Los términos no referen. El lenguaje es un sistema de diminutas incitaciones que guían a los oyentes para que construyan elaborados significados.” “Usamos la pequeña caja de herramientas del lenguaje para incitar a otros, y a nosotros mismos, a activar operaciones mentales que ya poseemos para trabajar sobre cosas que en su mayor parte ya sabemos. A veces construimos una red de integración conceptual que contiene un eslabón metafórico. La integración de doble ámbito hace posibles tanto el lenguaje como la metáfora”. (TURNER, 2009, p. 1)

científico. O mais promissor dos enfoques atuais deriva da hipótese da ‘cognição corporificada’: o cérebro está construído para gestar o corpo, e alguns desses estados corporais são significativos diretamente, o que proporciona uma base para construir significados posteriores [...].²

Em SC, entende-se, pois, que o significado lexical é dinâmico, flexível, enciclopédico, perspectivista, conceptual, subjetivo, baseado na experiência, no uso, possui uma dimensão sociocultural. Silva (2010, p. 358-359) sintetiza a questão:

A única via para sair deste impasse implica abandonar a generalizada concepção reificada do significado e interpretar correctamente a flexibilidade e contextualidade do significado. Assim, saber quantos significados distintos tem uma palavra ou outra expressão é colocar mal a questão. Em primeiro lugar, os significados não são entidades fixas e perfeitamente determináveis, mas processos flexíveis. Em vez de significados como *coisas*, o que temos é o significado como um processo de criação de sentido. O significado não é estático mas dinâmico, não é dado mas construído no conhecimento *enciclopédico* e configurado em feixes de conhecimento ou *domínios*, não é platónico mas *corporizado* (‘embodied’) nas necessidades, nos interesses e nas experiências dos indivíduos e das culturas.

Ainda Silva (2010), relativamente à significação, observa que o significado é resultado da conceptualização, bem como pondera que o pensamento e a linguagem existem nas mentes das pessoas, individualmente, mas são elaborados em processos de interações sociais, de tal modo que a conceptualização é, essencialmente, interativa, logo, como ressalta o mesmo autor, conceitos, significados, realidades humanas são produtos de mentes individuais em interação entre o eu e os mais variados contextos.

SOCIOCOGNITIVISMO

Em LC, conseqüentemente, em SC, considera-se a perspectiva do Sociocognitivismo, de forma a “postular a linguagem como operadora da conceptualização socialmente localizada através de um sujeito cognitivo, em situação comunicativa real, que produz significados como construções mentais a serem sancionadas no fluxo interativo”. (SALOMÃO, 1999, p. 64) Guia-se assim pela tríade

2 “Podría parecer obvio que la vida y sus acontecimientos deberían tener significado para los seres humanos y algunos otros animales, pero el cómo experimentamos que el mundo es significativo e incluso tenemos consciencia de parte de ese significado es una cuestión sobre la que no hay consenso científico. El más prometedor de los enfoques actuales deriva de la hipótesis de la ‘cognición incorporada’: el cerebro está construido para gestionar el cuerpo, y algunos de esos estados corporales son significativos directamente, lo que proporciona una base para construir ulteriores significados. [...]” (TURNER, 2009, p. 1)

linguagem-cognição-uso e compreende-se a língua como um sistema dinâmico e complexo que ocorre em interconexão entre usos situados social e historicamente elaborados por uma mente corporificada de um conceptualizador.

AVALIAÇÕES SOCIAIS DO USO DO ITEM LÉXICO “FODA”

Considerando-se a perspectiva do Sociocognitivismo, resolveu-se proceder a uma procura no Google pelo item léxico “foda”; essa busca revelou aproximadamente 21.400.000 resultados (0,29 segundos); esse resultado demonstrou como esse item léxico tem se propagado em língua portuguesa no espaço de sua virtualidade. Esses usos, porém, não se limitam ao virtual; assim sendo, no dia a dia, o item léxico “foda” tem sido utilizado e não sofre, sempre, interdição entre jovens brasileiros de diferentes classes sociais, rapazes e moças, ou, ainda, entre homens e mulheres, senhores e senhoras; há, até mesmo, registros do seu uso na literatura que não recebe etiqueta de erótica e/ou obscena, a exemplo de um poema de autoria de Cristiano Rufino.³

O item léxico “foda” não conhece, pois, maiores interdições por parte de variados conceptualizadores que são, em última instância, falantes e escreventes do português do Brasil, e pode mesmo ser ouvido em músicas de circulação nacional. Há pouco, foi utilizado por Caetano Veloso (2012), em seu novo álbum, *Abraço*, na música “A Bossa Nova é foda”,⁴ inclusive, o seu uso é recorrente, nessa música, uma vez que foi empregado no seu refrão.

3 Segue na íntegra o referido poema: “um poema foda/apenas isso/quero escrever/apenas isso/um poema/para chamar de foda/que você possa ler/e dizer ‘que poema foda!'/...eu/.....só/.....quero/..escrever/.algum/....poema/que/...você/...e/.....eu/..ache/..foda/é pedir muito?/um poema foda/pode ser simples/contando/queseja/umpoema/FODA/um/poema/prachamar/de/foda/um/poema/prachamar/de/foda/o bom da poesia é isso/tu pode/ficar escrevendo qualquer merda/de qualquer jeito/e 200 anos mais tarde/vão bater o olho/e dizer/QUE POEMA FODA!”. Esse poema segundo informação constante do *site* Escrita, Biblioteca virtual de escritores foi lido 20293 vezes. Esse *site* foi visitado 35555594. Disponível em: < http://www.escrita.com.br/leitura.asp?Texto_ID=24134. Acesso em dezembro de 2015. Com o item léxico *foder*, penso ser memorável o poema de Leminski: “- que tudo se foda, /disse ela,/e se fodeu toda”. Disponível em: < <http://pingodepoesia.tumblr.com/post/121866956880/que-tudo-se-foda-disse-ela-e-se-fodeu-toda>>. Acesso em: 3 ago. 2015.

4 Seguem fragmentos da mencionada música: “O bruxo de Juazeiro numa caverna do louro francês/(quem terá tido essa fazenda de areais?)/fitas-cassete, uma ergométrica, uns restos de rabada./Lá fora o mundo ainda se torce para encarar a equação/pura-invenção/dança-da-moda./A bossa nova é *foda*./O magno instrumento grego antigo/diz que quando chegares aqui/que é um dom que muito homem não tem/que é influência do jazz/e tanto faz se o bardo judeu/romântico de Minnesota,/porqueiro Eumeu/o reconhece de volta a Ítaca/a nossa vida nunca mais será igual/Samba-de-roda, neo-carnaval, Rio São Francisco,/Rio de Janeiro,/canavial./A bossa nova é *foda*./[...]/O velho transformou o mito/das raças tristes/Em Minotauros, Junior Cigano,/em José Aldo, Lyoto Machida,/Vitor Belfort, Anderson Silva/e a coisa toda:/a bossa nova é *foda*.” Disponível em: < <http://letras.mus.br/caetano-veloso/a-bossa-nova-e-foda/>>. Acesso em: 07 mar.13.

Apesar desses registros corriqueiros no cotidiano, inclusive, dos usos no plano da literatura e da MPB,⁵ indiscutivelmente, ocorrem oscilações no julgamento social do uso desse item, logo, em sua categorização (seria um palavrão ou não?). Um caso representativo que manifesta essa oscilação é o do seu emprego em um texto de divulgação científica, cujo assunto enfocado é o palavrão, nomeadamente, no artigo “A ciência do palavrão”, publicado na revista *Super Interessante*, no qual são tecidas algumas linhas sobre o uso do palavreado tido como “obsceno”, “grosseiro” e “de mau gosto”.

No texto,⁶ há dois usos desse item léxico; no primeiro emprego, o item léxico “foda” predica “palavrão” (“palavrões são f*”), no segundo, é intensificado por *tão* (“*tão* f* que nem os usamos só para xingar”). No caso em tela, relativamente, à sua avaliação social, ao mesmo tempo em que se constata o seu uso, o que, em princípio, pode explicar-se pela própria temática do texto, há uma seleção léxica e certo tipo de interdição. No primeiro caso, ocorre uma seleção, porque, no eixo paradigmático, haveria outras opções disponíveis ao seu conceptualizador/categorizador escrevente, a exemplo do item léxico “desgraça”, mas ele optou por “foda” e não por qualquer outro. Mas se usasse um item léxico como “desgraça” não poderia afirmar que os palavrões “[...] expressam qualquer emoção indizível, seja ruim, seja boa [...]”, porque nem todos os palavrões atualizam emoções opostas, como é o caso de “desgraça”, ao menos na variedade do português do Brasil. Por sua vez, a interdição ocorreu, devido ao fato de o conceptualizador escrevente ter empregado um recurso gráfico que se pode, aqui, categorizar como um recurso de silenciamento das letras subsequentes à primeira (<f>) que, por sua vez, foi sucedida por um asterisco que, da sua parte, parece funcionar, no seu texto, como uma espécie de “piii”, recurso de censura empregado nos meios televisivos.

Em outra passagem dessa reportagem,⁷ porém, esse mesmo item registra-se, totalmente, escrito, mas entre aspas (“foda” e “merda”, “[...] correspondem

5 Também, a Banda Legião Urbana, na música *Vamos fazer um filme*, utilizou-se do item léxico “foda”: “[...] o sistema é mau, mas minha turma é legal/viver é *foda*, morrer é difícil/Te ver é uma necessidade/Vamos fazer um filme/E hoje em dia, como é que se diz: ‘eu te amo.’?” (grifos nossos). Disponível em: < <https://www.letras.mus.br/legiao-urbana/46989/> >. Acesso em: dez. 2013.

6 Apresenta-se um fragmento em que se registra o item léxico *foda*: “[...] ele [Steven Pinker] escreveu: ‘Mais do que qualquer outra forma de linguagem, xingar recruta nossas faculdades de expressão ao máximo: o poder de combinação da sintaxe; a força evocativa da metáfora e a carga emocional das nossas atitudes, tanto as pensadas quanto impensadas’. Traduzindo: palavrões são f*”.

“Tão f* que nem os usamos só para xingar. Eles expressam qualquer emoção indizível, seja ruim, seja boa [...].” (VERSIGNASSI; BURGOS, 2008). Disponível em: < <http://super.abril.com.br/ciencia/a-ciencia-do-palavrao> >. Acesso em: out. 2015.

7 “Timothy Jay sabe do que está falando. É um expert em palavrões. Ele passou as últimas três décadas anotando as sujeiras que ouvia em lugares públicos. Juntou mais de 10 mil ocorrências. E colocou em números cientificamente rigorosos (na medida do possível) aquilo que você já sabia: ‘foda’ e ‘merda’(ou ‘fuck’ e ‘shit’) correspondem à metade de todos os palavrões ditos – sem contar suas variantes.” (BURGOS, 2008)

à metade de todos os palavrões [...]). O recurso gráfico das aspas serve, como é sabido, para delimitar “uma citação, título de obra, denominação comercial etc. ou us. para realçar certas palavras ou expressões, sentidos figurados, gírias etc. [...]”. (HOUAISS, 2013) Assim, se nessa passagem o item léxico “foda” pode ter sido avaliado de modo positivo por parte do conceptualizador escrevente do texto, já que se trataria provavelmente ou de um realce da palavra, em outro trecho (“Ele passou as últimas três décadas anotando as sujeiras”), decididamente, os palavrões, conseqüentemente, o item léxico “foda”, foram interpretados de forma negativa, pois foram categorizados pelo seu autor conceptualizador como sujeiras e ali aparecem, porque advém da fala do outro, da exposição do resultado dos estudos desenvolvidos por Timothy Jay e, assim sendo, não poderiam ser silenciados por qualquer recurso da escrita, até porque o uso do item léxico “foda” e, também, de outros empregados estão ratificados pelo discurso embasado pela autoridade acadêmica científica. Há, então, por traz desses usos, um *frame* possibilitando-os, sem que o seu autor se comprometa, socialmente, por tê-los feito.

Se de um lado, a reflexão antes exposta nesta seção do texto é pautada em inferências realizadas pela conceptualizadora autora deste artigo, por outro, documentam-se, na internet, ponderações, avaliações sociais, em relação ao uso do item léxico “foda”, feitas por conceptualizadores escreventes, de sorte que ultrapassam as barreiras das inferências da pesquisadora. Há pessoas que generalizam o seu uso (“nós usamos a palavra foda”), o que, de fato, não ocorre, pois, indiscutivelmente, há pessoas que, em nenhuma hipótese, utilizam palavras como “foda”. Mas para além de generalizações como essa, aparece registrada, na internet, a consciência das pessoas a propósito das interpretações negativas do seu uso e, até mesmo, positivas, em especial, de itens léxicos da categoria sexualidade.⁸

Entre os que não utilizariam, em tese, palavrões, acha-se, na internet, um grupo constituído por religiosos, ainda que, entre eles, se discuta o uso de calão, posto que, mesmo nessa célula social, o quadro humano é diversificado. Mas, por outro lado, pessoas que usam a palavra “foda” no âmbito desse grupo podem categorizá-la como um advérbio de intensidade, de tal modo que, para elas, o seu uso ofenderia menos do que a utilização de outras palavras não categorizadas como palavrões, mas vistas como ofensivas.⁹

8 Segue-se um exemplo: “Nós [...] usamos a palavra ‘foda’ e suas variações mais vezes por dia do que os cães latem. O triste é que utilizamos termos relativos ao prazer principalmente para expressarmos raiva ou frustração em relação aos outros. Raramente eles são usados de um modo engraçado ou sensual”. Disponível em: <<http://avidefoda.wordpress.com/2011/02/27/698/>> Acesso em: out. 2015.

9 Segue-se um exemplo: “Vejo muitos ditos ‘cristãos’ no Facebook ou Twitter, que ao mesmo tempo postam coisas relacionadas a Deus, dizendo que amam a Deus, postagens de Jesus, e logo em seguida estão xingando, utilizando palavras de baixo calão, etc.

O que é ser cristão? É vestir uma camisa gospel, curtir páginas gospels e compartilhar links cristãos, mes-

Ainda sobre o espaço discursivo da religiosidade, embora esse item léxico seja categorizado como palavrão por muitas pessoas que fazem parte do grupo dos religiosos, ocorre, como assinalado, o seu uso entre a população que se categoriza e é categorizada como evangélica (gospel), bem como tem-se conhecimento de discussões expressas, na internet, sobre o seu uso. A banda P.O.D categorizada como uma banda cristã de metal alternativo, na Wikipédia, é citada em uma matéria devido à polêmica causada pelo uso de palavrões. Nos comentários que seguem essa matéria, uma pessoa, ao comentar essa polêmica, questiona se outros participantes da discussão nunca utilizaram os itens lexicais “foda” e “fodido” e considera normal o uso de palavrões.¹⁰

Rapidamente aqui foi comentado o uso do item léxico “foda” em diferentes domínios discursivos da sociedade brasileira, quer na poesia e na música, quer na divulgação científica, quer pelos cristãos evangélicos, inclusive, ficou constatado, com esse estudo, que homens e, também, mulheres usam-no, indistintamente, inclusive, foi averiguado o seu uso por crianças.

Em relação ao seu uso na infância, promovem-se, na sociedade brasileira, discussões, avaliações e assume-se, na internet, que, apesar de indesejável, esse uso acontece.¹¹ Do estudo de textos postados na rede mundial de computadores, é possível inferir que há células da sociedade que, embora considerem feio o fato

mo que ao mesmo tempo continue com a mesma vida pecaminosa? Será que ser cristão é dizer que ama a Jesus, e ao mesmo tempo sair xingando todo mundo?” [...] Entre os comentários dessa postagem lê-se: “[...] Exatamente! E olhe só: raca não é palavrão 😊 Rhaká> louco (grego)> estúpido, sem valor (hebraico regah) Ofende mais do que *um palavrão que exerça mera função de um advérbio de intensidade, ‘foda’ pros mais íntimos.*”

“Dizer que eu sou mal educada até vai, agora dizer que Deus vai me renegar por isso.”

“Deus prova os corações das pessoas. Não o exterior, porque do coração procedem maus designios, homicídios, adultérios, prostituição, furtos, falsos testemunhos, blasfêmias.” (Mateus 15:19). Disponível em: <http://colunas.gospelmais.com.br/cristaos-nas-redes-sociais-que-xingam_1866.html>. Acesso em: out. 2015.

- 10 Segue-se um fragmento da referida matéria: “[...] Vocês que estão comentando o que ele disse o que ele não disse, eu so sei uma coisa, P.o.d é uma banda Cristã e não nega nem a purrete, agora *Crentes fraudinhas pelo amor de Deus para de dar uma de santinho e vem falar que nunca pronunciou eu sou foda ou vc é fudido* para de falar essas besteiras como disseram alguns ai Que diabos é isso é normal vc falar se ninguem nunca pensou em xingar palavrão pode pregar voce numa cruz por que vc deve ser cristo, [...]”. (Grifos nossos). Disponível em: <<http://musica.gospelmais.com.br/pod-lanca-novo-cd-murdered-love-e-causa-polemica-em-faixa-com-palavroes-assista-ao-clipe-de-murdered-love-16209.html>>. Acesso em: out. 2015.
- 11 Veja-se o seguinte comentário: “Nas crianças, a pronúncia do palavrão quase sempre vem seguida daquele alerta de que a próxima palavra feia implicará em uma lavagem da boca com sabão ou numa aplicação da temida pimenta na língua. ‘Minha filha está com três anos e começando a descobrir os palavrões. Eu brigo com ela, digo que é feio, mas ela aplica certinho os termos, aí tenho que me controlar para não rir’”, conta a gerente de loja Alessandra Galvão, admitindo que também solta suas bombas na hora da raiva. ‘É impossível na hora que você está revoltada ou muito chateada não fazer aquele desafo, parece que você fica até mais leve’, acredita Alessandra.”. Disponível: <https://www.bolsademulher.com/estilo/lingua-bandida-2> Acesso em: outubro de 2015.

de uma criança usar palavrões, acham graça ao vê-las usá-los de modo, pragmaticamente, adequado. Ainda, pode-se concluir que há crianças que aprendem cedo a empregá-los, na interação social, inclusive, podendo ocorrer essa aprendizagem com seus próprios genitores. Apesar das críticas ao uso de palavrões na infância, a utilização de palavras como “foda” pode ser verificada.¹²

Se até crianças usam-nos, mulheres não deixariam de empregá-los. Sobre o emprego feminino dos palavrões, Felipe Adreoli, jornalista e comediante, expressa, em um texto que postou em seu Twitter, como o item léxico “foda” possui certa licença para ser usado por mulheres, o que ocorre, segundo ele, pelo fato dessa palavra não ser usada como xingamento, mas como intensificador (“E ela não usa o foda para xingar, e sim para dar intensidade”),¹³ o que demonstra uma recategorização desse item léxico, como já indicado anteriormente.

Para além dos possíveis questionamentos atinentes ao fato de um homem apontar para as possibilidades de uso de palavrões por mulheres, e, no caso específico, desse uso ocorrer por parte da sua esposa, a quem ele categoriza como dama (“uma nobre dama que não fala muito palavrão”), Adreoli ([200-]) demonstra que aquela mulher controla-se para fazer uso de poucos palavrões (“Ela disse que a única que é difícil controlar é foda”). Além disso, ele expressa a difusão dessa palavra, uma vez que, de um lado, revela que, para a sua esposa, é difícil controlar o seu uso e, de outro, ele próprio pensa ser duro não usá-la (“É duro não usar o foda quando estamos empolgados, contando um momento, uma passagem, seja ela boa ou ruim.”). Dessa maneira, pode-se inferir que a sua utilização está se propagando, de sorte que tanto as pessoas que, cotidianamente, usam palavrões quanto aquelas que estão recategorizando-a e levando-a para a esfera dos intensificadores têm usado. Assim, o texto de Adreoli possibilita que se conheça parte do processo de “desxigamento”¹⁴ desse item léxico, além de

12 Conforme o seguinte exemplo: “Uma vez eu tinha uns 10 anos e disse que achava meu pai foda. Aí me xingaram. Disseram que ‘foda’ era um palavrão muito vulgar, que significava outra coisa. Na época achei aquilo estranho, fiquei meio chateada mas eu continuei usando. Importava o significado que davam? Era a única palavra que eu encontrava pra descrevê-lo. Não tinha outra. Foda era uma coisa realmente FODA!!!! Hoje eu percebo que a maldade tava na cabeça da ouvinte em questão, e não minha.”. Disponível: <<http://baudecriticas.blogspot.com.br/2012/08/me-deixa-falar-palavrao-porra.html#sthash.Tg9ARIE1.dpuf>>. Acesso em: out. 2015.

13 Segue fragmentos da postagem: “Tava conversando com a minha mulher, uma nobre dama que não fala muito palavrão. Ela disse que a única que é difícil controlar é foda. E ela não usa o foda para xingar, e sim para dar intensidade a alguma frase, aos sentimentos, a uma história. É duro não usar o foda quando estamos empolgados, contando um momento, uma passagem, seja ela boa ou ruim. [...]”. Disponível em: <<http://andreolifelipe.tumblr.com/post/12032940725/foda>>. Acesso em: out. 2015.

14 Termo neológico, pelo que se saiba, aqui criado para denominar o processo em que os conceptualizadores falantes e escreventes deixam de categorizar um dado item léxico como palavrão e passam a recategorizá-la de outra forma. No caso em tela, como intensificador ou advérbio de intensidade, mesmo que isto não corresponda à norma padrão.

apresentar uma reflexão acerca dos usos do verbo “foder”,¹⁵ membro da mesma rede onomasiológica do substantivo “foda”, bem como expressa questões atreladas à mudança de gênero e de significado (“o foda/a foda”).

As próprias mulheres usam a internet para se expressarem sobre o uso de palavrões e, em particular, sobre o item léxico “foda”.¹⁶ Embora mulheres defendam o uso dessas palavras por mulheres (“falar palavrão faz bem pra gente”), elas ratificam um processo de “desxingamento” dessa categoria (“palavrão virou modo de expressão. E passou a fazer parte da nossa cultura”). Assim sendo, algumas mulheres usam palavrões, mas categorizando-os como modo de expressão, como um fato cultural; quanto ao uso do item léxico “foda”, mulheres usam-no, até mesmo, para descrever um de seus genitores (“Que tal tentar se ‘libertar’

15 “Eu não acho que foda é um palavrão, mesmo porque voce não xinga ninguém assim: Ô seu foda! Mesmo porque mais vai parecer um um elogio do que uma crítica. No máximo voce manda alguém se foder, mas aí já virou verbo, se foder, ou seja, se comer com consentimento do rei, o que é algo bem complexo hoje em dia, é mais fácil e rápido mandar tomá no cu logo, lembrando que cu, não tem acento, a não ser que seja pra cagar aí voce precisa de assento, só que com 2 S’s...Mas não vamos perder o foco.”

“Fico muito triste quando vejo as TV’s colocando o famoso piii...bem na hora em que as pessoas, felizes e excitadas, enchem a boca para falar FODA. O foda e A foda deviam ser liberadas, se bem que A foda anda livre, leve e solta por aí, e cada vez mais cedo. Já o foda continua sendo censurado, mesmo sendo uma das palavras mais utilizadas nos bate-papos brasileiros.”

Imagina que incrível o William Bonner dando aquelas notícias do mundo árabe: “E o clima continua foda na Líbia...”

Ou o Bóris Casoy mudando o seu famoso bordão, ao invés de: “Isso é uma vergonha!” Ele falaria: “Isso é FODA” Seria muito mais impactante.

Ou o Galvão se emocionando com um gol de Rrrrrrrrrrronadiiiiinho....ele fooooooooooda amiiiiigo!! Ainda mais porque o que têm de jogador que faz o gol e grita EU SOU FODA. Imagina o Gavião gritando: Ele disse que é foda, ele disse que é foda, ele disse que foooda!

Sem dúvida nos sentiríamos mais próximos desses mitos do jornalismo se eles pudesse falar foda ao vivo. Tenho certeza que eles falam fora do ar. Menos o Bóris, ele não tem cara de quem gosta de foda.

Sei que o assunto não é dos mais relevantes para a melhoria do país e do planeta, mas não deixa de ser um tema foda de se abordar.

Obrigado por lerem esse texto, voces são foda.

Vou lá dar uma foda e já volto...

Felipe. Disponível em: < <http://andreolifelipe.tumblr.com/post/12032940725/foda> >. Acesso em: out. 2015.

16 Segue um exemplo: “E pior que aquele discurso moralmente falido, é aquela máxima: ‘Mulher não pode falar palavrão, fica feio’. Fica feio pra mulher, mas não fica pra homem? Qual a diferença mesmo? Podia usar até o discurso moralmente falido, ou podia me falar que fica feio pra qualquer um, tem gente que acredita nisso desde criança. Mas usar de sexismo é o cúmulo, gente. Falar palavrão faz bem pra gente. Quando você caiu no meio da rua lotada, você não disse ‘caralho’ pensando em um pênis. Aposto que não. *Palavrão virou modo de expressão. E passou a fazer parte da nossa cultura.* Quando chamam juiz de ‘filho da puta’ não querem agredir a pobre mãezinha do dito cujo. Ela não tem nada a ver com a roubalheira descarada do filho a favor do time adversário. Na verdade, todo mundo quer mesmo é que ele se ferre! No final, a questão do palavrão acaba dizendo muito sobre aquela nossa mania chata de complicar o que é simples demais. Que tal tentar se ‘libertar’ desses moralismos? Pode te fazer bem. *(Como fez pra mim descrever meu pai com a palavra ‘foda’, ou gritar ‘caralho’ quando meu irmão passou no vestibular).*” Disponível em: < <http://baudecriticas.blogspot.com.br/2012/08/me-deixa-falar-palavrao-porra.html> >. Acesso em: out. 2015.

desses moralismos? Pode te fazer bem. Como fez pra mim descrever meu pai com a palavra ‘foda’”), logo, é possível inferir que elas podem avaliá-los, ao menos em alguns contextos, positivamente.

Seriam os homens diferentes das mulheres, nesse sentido? O que se pensa sobre essa dicotomia de gênero no âmbito do uso de itens léxicos como “foda”¹⁷? Mesmo na fala de homens, pode-se usar, na internet, um recurso da escrita para não escrevê-lo em sua íntegra (“você é f****!”), uma espécie de eufemismo, de tal sorte que, mesmo podendo ser compreendido como alegre e divertido (“O Daniel fala muito palavrão, mas sempre em sentido alegre e descontraído”), o palavrão considerado chulo aparece censurado.

Além do mais, é possível verificar, na rede mundial de computadores, que homens e não só mulheres colocam-no em categorias como mania ou vício, de modo a avaliá-lo negativamente (“falo, em uma conversa, cerca de sete ou oito. Acho que é uma mania ou vício”), mas há uma oscilação na categorização; assim sendo, mais uma vez, o palavrão aparece categorizado como forma de expressão, mas agora, essa categorização foi feita por um homem (“Uma forma de expressão também”).

Na internet, é possível identificar estereótipos, também, de tal maneira que homens são compreendidos como mais propensos ao uso de palavras categorizadas socialmente como grosseiras e/ou obscenas (“Os homens são mais desbocados”) e meninas são vistas como quem não deve dizer palavrões, porque não seria bonito para elas (“sempre achei feio pra meninas”); é entendido, ademais, que o uso de palavrão é feito por pessoas sem educação e pouco criativas

17 Observe-se o seguinte fragmento: “[...] De 10 frases, todas acompanham um palavrão. Parece mentira, mas existe! Um exemplo é o melhor amigo da Joyce Galvão. Ela conta: ‘O Daniel fala muito palavrão, mas sempre em sentido alegre e descontraído. Coisa do tipo ‘Daniel, estou grávida’, e ele diz ‘Ah, vai tomar no c*, você é f****! Que legal!’ É hilário, acho que é a pessoa que mais fala palavrão no mundo”.

E não para por aí não. Conversamos com outro fã do palavrão chulo, Chris Rodrigues: “De 0 a 10 eu diria que falo, em uma conversa, cerca de sete ou oito. Acho que é uma mania ou vício. Uma forma de expressão também. Não encaro o palavrão como um problema e sim o tom como é utilizado que importa. Sou contra ofensas, por exemplo”. [...]

As meninas deixam seu parecer também. Afirmam que não é nada demais, mas que também não é nada bonito: “Eu nunca fui de falar muito palavrão, sempre achei feio pra meninas. Os homens são mais desbocados. Acho que alguns são compreensíveis, dependendo do momento e do tamanho da raiva da pessoa, eu mesma sou adepta do palavrão em momentos de raiva. Gente que usa palavrão pra se expressar normalmente é gente mal educada e sem *criatividade* com as palavras pra dizer o que pensa sobre as coisas”, revela Viviany de Pianti.

E Tainah Medeiros também deixa claro: “Tem garoto que usa a expressão por puro costume e até mesmo por causa do contexto, mas acho que o maior problema é quando os inúmeros palavrões vêm acompanhados de erros de português e gírias”, desafaba. “Ah, mas a coisa mais irritante mesmo é quando os palavrões são encaixados em uma conversa sobre sexo, na qual ele se gaba absurdamente e se torna uma pessoa deselegante”. Disponível em: <<http://www.bolsademulher.com/amor/palavrao-por-que-eles-falam>> Acesso em: out. 2015.

independentemente do seu gênero (“Gente que usa palavrão pra se expressar normalmente é gente mal educada e sem *criatividade* com as palavras pra dizer o que pensa sobre as coisas”).

Por outra parte, além das questões de gênero, na internet, é possível saber algo sobre a consciência das pessoas acerca da importância do contexto para o uso dos palavrões (“Tem garoto que usa a expressão por puro costume e até mesmo por causa do contexto”).

Ademais, constata-se que o estrato social parece não ter interferência direta no uso de palavrões (“o palavrão pode ser considerado o marginal da linguagem: vulgar, feio e obsceno, e mesmo com todos esses predicados *boa parte da população – seja ela rica ou pobre, masculina ou feminina – não vive sem ele*”).¹⁸ Essa interpretação é ratificada pela postagem de um jornalista, ao afirmar que os palavrões são utilizados em qualquer lugar, pelas mais diferentes pessoas (“*Ouçó palavrões por onde eu vou, de qualquer pessoa sem distinção de classe social ou etnia, em qualquer idioma; então porque camuflar algo tão comum?*”).¹⁹ Não seria, então, a classe social, em tese, um mecanismo refreador do uso das chamadas palavras calão.

No tocante particularmente à utilização do item léxico “foda”, creio que esse item adentre a variadas camadas da sociedade brasileira, de modo a ser usado por atores sociais pertencentes a grupos distintos, praticantes de atividades profissionais, religiões diversificadas. Por ser usado pelas pessoas, esse item léxico acaba sendo empregado em gêneros textuais polifacetados, quer orais, quer escritos, de múltiplos domínios discursivos, sendo algumas vezes interdito mais por questões estilísticas. Assim sendo, embora, de fato, usual no cotidiano dos conceptualizadores em situação de fala e de escrita do português do Brasil, o item léxico “foda” ou não é falado ou é evitado por algumas pessoas, por ser categorizado como palavrão; neste caso, entra em voga a valoração dada ao item lexical pelas comunidades de fala. Apenas para dar um exemplo, trago o caso do repórter que deixou escapar um “ái tá foda” ao vivo em notícia da TV Cultura e esse uso foi noticiado em diferentes *sites*. Esse caso serve como uma pequena amostragem dos usos desse item léxico por diferentes grupos sociais (Youtube).²⁰

Em síntese, mesmo avaliados negativamente, homens e mulheres de diferentes idades, classes sociais e atividades laborativas falam certos palavrões. Também na internet, como já salientado em outras passagens deste texto, é possível ver o que se pode compreender como um processo de “desxingamento” de alguns palavrões que acabam sendo propagados, utilizados

18 Disponível em: <<https://www.bolsademulher.com/estilo/lingua-bandida-2.>>.

19 Disponível em: <[http://g1.globo.com/platb/zecacamargo/2010/06/17/presidente-bosta-pra-voce/.](http://g1.globo.com/platb/zecacamargo/2010/06/17/presidente-bosta-pra-voce/)>.

20 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9KwPj33zJBc.>>. Acesso em: out. 2015.

de modo que não causariam maiores abalos morais ou constrangimentos para quem os usa ou os ouve; obviamente, há, nessa leitura, uma avaliação hiperbólica em relação a tal propagação e avaliação positiva. Além do mais, se homens são colocados na categoria dos desbocados, mulheres, da mesma forma, podem autoincluir-se nessa mesma categoria, usando, inclusive, o item léxico “foda” em seu texto.²¹

OS CONCEPTUALIZADORES E O SIGNIFICADO

Os conceptualizadores, em situações de fala e/ou de escrita do português do Brasil, refletem sobre os usos linguísticos, de sorte que não seria diferente com o item léxico “foda”; inclusive, no caso desse item, há ponderações documentadas, na internet, a propósito do entendimento que se tem acerca do seu significado, de forma que a seguinte reflexão foi postada no *site* Os Vigaristas:

(01) A palavra ‘foda’ é tão foda que consegue ter dois significados contrários [...]. (MAGRI, [200-])

Quem fez essa postagem concebe “foda” como uma palavra polissêmica e demonstra consciência da existência de seus usos opostos. Em outro comentário, o conceptualizador, também, compreende esse item léxico como polissêmico e, hiperbolicamente, joga a polissemia para cima, uma vez que vislumbra hiperbolicamente a existência de inúmeros significados para esse item, por fim, apresenta apenas três sentidos que, geralmente, lhe são atribuídos:

(02) Foda é uma palavra foda. Ela é foda porque foda pode ter *milhares de significados*. Pode ser foda porque é muito bom. Pode ser foda porque é muito ruim. Ou foda pode ser simplesmente o que é: uma foda, uma transa. (ADREOLI, [200-])

Para além de terem consciência relativamente à polaridade significativa que compreende o item léxico “foda”, categorizam-no como palavrão e percebem o

21 Segue-se um exemplo dessa discussão: “*Apesar de impubescíveis e condenados pela boa educação, alguns palavrões vivem ecoando pelas ruas saídas das bocas de homens e mulheres, sem preconceito de idade, raça ou classe social*. E o pior é que ninguém vive sem eles. [...] Profanar a mãe alheia é um dos esportes preferidos de dez entre dez usuários dos vocábulos de peruca. *Mas existem aqueles mais usuais e menos vingativos, que viraram, praticamente, uma vírgula ou um ponto, como o ‘porra’ ou o ‘merda’, que hoje já não chocam mais ninguém*.” “Eu falo muito palavrão. Às vezes me toco que estou falando como pontuação de frase. Minha avó vive me chamando de desbocada, aí tento dar uma segurada mas a força do hábito é foda”, confessa a estudante Taís Cardoso. (ADM, 2003)

valor catártico dessa categoria (03) e o desconforto social que o seu uso pode causar em outros leitores conceptualizadores (04):

(03) [...] e ‘palavões’ do tipo ‘foda’? dependendo do uso, por exemplo uma banda ‘muito foda’ não se compara com uma banda ‘muito boa’, ou então ‘essa prova tava muito foda’ ou seja, muito difícil... (SANCHEZ, 2011)

(04) Gleyson Faial disse...

‘Putá! Paulo Leminski, essa cara era foda’. Perdoem meu francês, mas foi o que eu pensei na hora.²²

Por outro lado, o estudo dos usos na internet possibilita saber que as pessoas têm consciência de que o item léxico “foda” está se propagando, mesmo entendendo hiperbolicamente essa difusão:

(05) A palavra ‘Foda’ se tornou a mais usada na nossa língua, e só pela sua entonação já se pode descrever muitas sensações, desde dor, prazer, ódio e amor. Não há nenhuma palavra com tamanha versatilidade como foda.²³

Além dessa propagação, esse comentário demonstra a consciência dos falantes em relação ao contexto pragmático para a geração de sentidos. O *site* Yahoo Respostas²⁴ possibilita demonstrar como o item léxico foda tem sido conceptualizado. Assim, nesse site, foi feita a seguinte pergunta: “ – alguém pode me explicar o que significa a palavra F.O.D.A.?” E foram dadas 12 respostas, dessas transcrevo, a seguir,;

(06) Melhor resposta:²⁵ Beem a palavra fodã tem varios significados.

Que são eles:

22 Disponível em: <<http://antonioicicero.blogspot.com.br/2011/08/paulo-leminski-leite-leitura.html>>. Acesso em: out. 2015.

23 Lê-se ainda: Na ignorância: – Foda-se se eu não sei. No problema: – Acho que agora tô fodido! Na fraude: – Me foderam na loja de carros usados. Na agressão: – Vai se foder! Na dificuldade: – Tá foda entender essa matéria. Na pobreza: – Ele é um fodido! No prazer: – Essa noite foi muito foda! No pedido: – Vá foder longe daqui. Na hostilidade: – Vou foder a tua cara. Na apatia: – Quem quer foder. No elogio: – Você é muito foda! Na surpresa: – Que susto fodido você me deu. kkkkkkk. Disponível em: <https://www.facebook.com/PreciosaFrases/posts/196910843796894>. Acesso em: out. 2015.

24 Disponível em: <<https://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20110129115406AA2L8q1&page=1>>. Acesso em: out. 2015.

25 A avaliação para melhor resposta aparece no próprio *site*.

*Difícil. Alguma coisa com um grau de dificuldade elevado. Complicado.

*Muito Bom.

*Ato sexual. Relação sexual.

*Frustrante. Desapontador.

*Algo ruim/chato.

*Entre outros.

Mas o fodã quer a Pitty usa no refrão da sua música, não tem nada a ver com o ato sexual, como ela mesma diz, este fodã é de interessante, legal, bacana e similares.

‘Que você me adora

Que me acha fodã’

Significa dizer:

‘Que você me adora

Que me admira (que me acha demais)’.

(07) phoda tem varios significas primeiramente era usado para fales de sexo ex Phuder era fazer sexo. depois phoda se transformou numa coisa chata,ruim,coisa que voce feiz de errado,essa expressao pode ser decodificada quando uma pessoa fala nun tom que da pra perceber que é ruim mais hoje phoda é uma coisa legal como sexo por isso que se ligam. phoda é a pessoa que faiz coisas incriveiz ai a pessoa fala voce é phoda. na musica da pitty quer dizer que o cara acha ela maneira ,legal por isso que me acha phodaentendeu agora?

[...]

(08) Eu uma diva vou finjir que não vi isso

(09) **** é ter sorte e não saber aproveitar

(10) Frases em que a palavra f.oda é empregada:

‘Caraa, essa música do Metallica é mt fo.da!!’

‘Essa sua guitarra é mt fo.daa!’

‘Seu pai morreu? Que fo.da):’

um carinha diz: – ‘eu consigo lamber o cotovelo!!’ E o outro responde: ‘– que fo.daa!!’

Enfim, fo.da quer dizer que é uma coisa é legal, ou triste...

(11) pode significar uma coisa muito boa, ou uma coisa que é/foi muito difícil de concluir ou sexo, uma palavra bem versatil na lingua portuguesa xD

Desses registros, compreende-se que os conceptualizadores escritores entendem que: a) há polissemia no âmbito do item léxico “foda”, como por exemplo, “a palavra fodã tem varios significados” em (06) ou “phoda tem varios significas” em (07); b) os seus diferentes sentidos atrelam-se ao contexto, como por exemplo, “Mas o fodã quer a Pitty usa no refrão da sua música, não tem nada a ver com o ato sexual, como ela mesma diz, este fodã é de interessante, legal, bacana e similares” em (06) ou “Frases em que a palavra f.oda é empregada” em (10); c) houve um processo de mudança semântica, como por exemplo, “primeiramente era usado para fales de sexo [...] depois phoda se transformou numa coisa chata, ruim, coisa [...] mais hoje phoda é uma coisa legal” em (07); d) o item léxico “foda” pode ser categorizado como palavrão, como por exemplo, “Eu uma diva vou finjir que não vi isso” em (08) e, e) possui sentidos polares, como por exemplo, “pode significar uma coisa muito boa, ou uma coisa que é/foi muito difícil de concluir ou sexo” em (11).

CONVENCIONALIZAÇÃO E DICIONARIZAÇÃO

Os dicionários são um instrumento de descrição e prescrição dos usos das unidades do léxico, de tal forma que, em seus verbetes, entre outros aspectos, registram informações relevantes, para quem pretende promover reflexões acerca do significado das palavras. Essas obras da lexicografia possibilitam, sem dúvida, uma aproximação de problemas que se colocam ao se tentar dar conta do significado das palavras, ainda que não constituam o material mais adequado para aqueles que buscam compreender o fenômeno da significação humana. Afinal, como pondera Escandel Vidal (2011)

[...] Qualquer modelo de descrição semântica deve aspirar caracterizar de maneira científica no que consiste o significado das palavras e em que termos pode ser descrito e explicado. Uma maneira intuitiva de cumprir este objetivo consiste em fazer um inventário das palavras de uma língua e indicar o que significam: os dicionários são o instrumento de descrição do significado linguístico mais familiar para os falantes. Os dicionários representam, sem dúvida, uma aproximação interessante aos problemas que se põem ao se tratar de dar conta do significado, ainda que seguramente não sejam para uma teoria semântica o modo ideal de explicá-lo.²⁶ (ESCANDEL VIDAL, 2011, p. 14, tradução nossa)

26 “[...] . cualquier modelo de descripción semántica debe aspirar a caracterizar de manera científica en qué consiste el significado de las palabras y en qué términos puede describirse y explicarse. Una manera intuitiva de cumplir este objetivo consiste en hacer un inventario de las palabras de una lengua e indicar qué significan: los diccionarios son el instrumento de descripción del significado lingüístico que

Então, por serem frutos de uma tradição que pretende registrar e descrever usos léxicos das línguas, os dicionários, entre os seus variados objetivos, buscam parafrasear significados de uma palavra, procuram oferecer sinônimos aos seus consulentes; esse tipo de material de descrição e de prescrição do uso linguístico e cultural das palavras apresenta, assim, leituras do lexicógrafo e de sua equipe acerca da utilização das palavras, e, quando os exemplos dados nessas obras são pautados, de fato, em documentação de circulação social, e não são forjados pelos dicionaristas, possibilitam acessar, de alguma forma, a utilização de um dado item léxico em sociedade, mesmo que limitada, variadas vezes, aos usos chancelados; além disso, os dicionários, ao apresentarem paráfrases definitórias, acabam por permitir o acesso à compreensão da face significativa do léxico, ao menos em relação à pessoa que o descreveu, por isso, considerou-se pertinente consultar alguns dicionários, para que se pudesse conhecer como o item léxico “foda” acha-se descrito, inclusive, visando a observar se sentidos opostos que lhe são atribuídos, socialmente, já se encontram convencionalizados e, portanto, parafraseados nessas obras. Com a consulta, constatou-se que dicionários do português, disponíveis na internet e consultados, atestam o item léxico “foda”, sendo que o descrevem, ou através de paráfrases definitórias ou por meio de sinonímia.

O Houaiss (2013), assim, o define:

substantivo feminino (1671-1696) tab.
 m.q. cópula (ato sexual)
 substantivo masculino tab.
 aquilo que se suporta com dificuldade; dureza
 < *o.f. é ter de trabalhar no feriado* >

O dicionário em questão, um dos mais consultados no Brasil, não documenta paráfrase ou sinônimo(s) que atualizem algo ou alguém ou ainda aquilo que é positivo, bom, fácil etc., além de não informar sobre os seus usos adjetivais. Ademais, categoriza os dois sentidos parafraseados como tabuísmos, logo, conforme o próprio Houaiss (2013), como “palavra ou acepção tabus, consideradas chulas, grosseiras ou ofensivas demais na maioria dos contextos [...]”. Ocorre que, para alguns conceptualizadores brasileiros, “foda” parece estar, paulatinamente, saindo da esfera do tabuísmo e, até mesmo, da categoria palavrão.

resulta más familiar para los hablantes. Los diccionarios representan, sin duda, una aproximación interesante a los problemas que se plantean al tratar de dar cuenta del significado, aunque seguramente non son para una teoría semántica el modo ideal de explicarlo.” (ESCANDEL VIDAL, 2011, p. 14)

O Michaëlis (2013) apresenta definições muito próximas àquelas expostas pelo Houaiss (2013) e, da mesma maneira, não registra os novos usos contextuais do item léxico “foda” para algo, para alguém ou para aquilo considerado positivo, bom, fácil etc.:

foda
fo.da
sf (*der* regressiva de *foder*) *ch* 1 Ato de foder; cópula, metida.²⁷ 2 Coisa desagradável ou insuportável.

O sentido de cópula foi colocado como parte da categoria *chulo*, logo, conforme o mesmo Michaëlis (2013) “baixo, grosseiro, rústico” e ainda como calão e impróprio. Mas não procede, da mesma maneira, em relação à segunda acepção, não a categorizando como chulismo, diferentemente do Houaiss (2013) que a categorizou como tabuísmo, o que pode demonstrar que já não há consenso, quanto à avaliação social tão rígida em relação ao uso do item léxico “foda”, de modo a categorizá-lo sempre como um sentido que deve ser evitado por ser calão, quando está sendo usado para “coisa desagradável ou insuportável” ou “aquilo que se suporta com dificuldade; dureza”.

Diferentemente do Houaiss e do Michaëlis, o Aulete (2013) oferece mais uma paráfrase definitiva, contemplando novos usos significativos do item léxico em questão, ainda que essa paráfrase não contemple os seus mais variados usos, uma vez que, por exemplo, na terceira definição, os usos não se limitam às pessoas, como expresso nessa obra, pois, também, se relacionam aos seres inanimados, não sendo tão restrito o seu uso como se acha explícito na paráfrase oferecida:

(*fo.da*)
sf.
1. Cópula, relação sexual.
2. Aquilo que exige sacrifício ou é difícil de suportar: Aturar um chato é foda.
3. Gír. Pessoa considerada extraordinária, para o bem ou para o mal.
[F.: Dev. de *foder*. Hom./Par.: *foda* (*sf.*), *foda* (*fl. de foder*).]
Ser foda
1 Tabu. Ser uma situação complicada, difícil, perigosa etc.; ser fogo.

27 Ao definir o nome “foda” por meio do verbo “foder”, o Michaëlis peca pela circularidade que não ajuda na compreensão de quem o consulta. Além disso, o sinônimo “cópula” reduz sua área de atuação contextual, uma vez que se trata de um termo técnico que não permite conhecer toda expressividade que faz parte dos usos do item léxico “foda”. Ademais, o sinônimo “metida” é metonímico, do tipo “parte pelo todo”, dado que apenas põe em foco uma parte bem limitada de um ato sexual.

No caso desse dicionário, chama a atenção o uso da marca de uso gíria para a terceira definição dada. Assim sendo, quem define a entrada compreende-o como uma espécie de “linguagem peculiar que se origina de um grupo social restrito e alcança, pelo uso, outros grupos, tornando-se de uso corrente”. O item léxico “foda”, na terceira acepção apresentada pelo Aulete, não parece ser uma gíria e nem mesmo deve ter sido usado por um grupo social restrito, ao menos se forem considerados os dados obtidos pelo estudo, aqui, realizado. Ademais, marca-se a locução “ser foda”, neste dicionário, como tabuísmo; entretanto, pelo já exposto, percebe-se que essa marca é deveras ampla e omite toda a complexidade que permeia a sua utilização.

Aliada a outras fontes, a consulta aos dicionários pode ser útil. Afinal, como destaca Barotéo (2013, prelo), é importante no estudo léxico a “[...] conjugação de várias vertentes de análise e interpretação em LC – a lexicográfica, a cognitiva e a psicossociolinguística – na análise da linguagem-em-uso”. Aqui, o estudo demonstrou que a amostra de dicionários posta em pauta, ainda, precisa ser atualizada com a explicitação de novos usos contextuais do item definido; além disso, observou que as marcas de uso não são completamente adequadas para deixar evidente a complexidade da teia semasiológica do item léxico definido. Enfim, deve-se destacar que, pelo estudo do *site* do Yahoo Respostas, parece que os escreventes conceptualizadores têm uma intuição mais aguçada sobre a rede semasiológica do item léxico “foda” do que os próprios lexicógrafos que o descrevem em seus dicionários.

USOS DO DIA A DIA

Para coletar uma amostra dos usos do item léxico, foi consultado o *site* Os Vigaristas.²⁸ Foi usada a ferramenta de busca disponível e foi realizada a procura pela categoria “frases de foda”. Dessa consulta, foram localizados 14 registros.²⁹ Do estudo dessa pequena amostragem, ficou constatado, de um lado, a presença de contextos que favorecem que o leitor conceptualizador compreenda o item léxico “foda” atualizando o sentido de avaliação negativa:

(12) Foda é cagar um tiquinho de nada e gastar 1 rolo de papel para limpar.
[...]

28 Disponível em: < <http://www.osvigaristas.com.br/frases/foda/> .>.

29 Excluiu-se a nona ocorrência constante do *site*, uma vez que não era lá registrado o item léxico “foda”, mas foder-se: “Quero que todo mundo se foda! de preferência com amor... [...]”. Além de ter desconsiderado o décimo segundo registro, porque já havia sido utilizado em outra seção deste estudo (“A palavra ‘foda’ é tão foda que consegue ter dois significados contrários”).

- (13) Foda é viajar com gente ao lado querendo conversar [...]
- (14) Foda mesmo é convidar um amigo cego até sua casa, e pedir para que ele não repare a bagunça! [...]
- (15) O foda de andar pelado, é que não da pra colocar a mão no bolso [...]
- (16) O foda de assistir Globo Repórter na sexta-feira é que você está assistindo Globo Repórter na sexta-feira! [...]
- (17) O foda é que só me fodo! [...]

De outro lado, outros contextos possibilitam ao leitor conceptualizador a compreensão que o item léxico “foda” está atualizando uma avaliação positiva:

- (18) Foda sou eu, que paro o ônibus com uma mão! [...]
- (19) Ser foda mesmo é abrir uma bolacha no meio e a parte do recheio estar inteira [...]
- (20) Quando eu morrer quero que façam um documentário sobre mim, mas vocês tem que fingir que eu era foda
- (21) Foda é meu pai, que mesmo com um filho desse, consegue ser feliz. [...]
- (22) Quem nunca colocou uma música inglesa e começou a cantar ‘ai em tchu bi refu guir’ não sabe como é ser foda no inglês [...]
- (23) Ser foda aos 4 anos é não usar fralda descartável. Ser foda aos 90 anos é não usar fralda descartável. [...]
- (24) A saudade é a única prova de que o passado foi foda! (Mr. Catra) [...]
- (25) No meu tempo ser “foda” era brincar com um pessoal mais velho sem ser ‘café com leite’. [...]
- (26) Na 4a série ser foda era escrever com caneta. [...]

Não foram identificados nessa amostra usos atinentes ao sentido relação sexual. Apesar de alguns dicionários não apresentarem paráfrases para o sentido de uma avaliação positiva de algo, ou alguém, ou de uma ação, nessa amostra estudada, esse sentido possui maior documentação, ainda que a diferença numérica não seja tão expressiva, mas revela que esse sentido tem espaço garantido em contextos reais de uso e que os dicionários precisam passar por atualizações constantes.

O PENSAMENTO CIENTÍFICO: UMA REFLEXÃO POSSÍVEL SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE SENTIDOS

Se, de um lado, conceptualizadores escreventes refletem a propósito do significado desse item léxico, de outro, um grupo de conceptualizadores que, para além dessa condição, assume, também, o papel de estudiosos da face significativa da língua e também da compreensão humana procura, com base em teorias diversas, explicar um fenômeno crucial para a comunicação: a geração e entendimento dos sentidos, o que é feito, a partir de dados e de metodologia, além de teorias. Aqui, debruça-se pelos achados da LC, até porque a sua essência é semantocêntrica, e, tendo o significado o acolhimento que antes não conhecera em outras vertentes dos estudos linguísticos, a LC fornece ao pensador da significação os aportes necessários para pensar fenômenos como o que está por traz dos usos do item léxico “foda”.

Se há na língua outros itens léxicos que lexicalizam o conceito de avaliação positiva e negativa (bom e mau, por exemplo), então, por que a necessidade de se criarem esses novos sentidos para o item léxico “foda”? Quais perspectivas ocorrem, na criação desses sentidos opostos e ao mesmo tempo inter-relacionados? Esses sentidos se atrelam, de alguma maneira, ao sentido “ato sexual”? Se sim, quais as vertentes do significado de “foda” como “ato sexual” foram mapeadas metonimicamente na geração desses novos sentidos metafóricos? Quais usos geraram-nos? O que revelam os usos?

Uma primeira constatação diz respeito ao fato do seu sentido etimológico (“ato sexual”), ainda, se encontrar em uso na língua portuguesa do Brasil, embora seja utilizado em alguns contextos e não em outros, porque ocorre em nítida variação estilística/diafásica. Além dessa constatação, sabe-se que, em algum momento de sua história, o item léxico “foda” ganhou, devido a processos metafóricos e metonímicos, estruturados por esquemas imagéticos, novos sentidos, ampliando a sua rede semasiológica, sua polissemia, o que está, amplamente, documentado, como já foi aqui evidenciado.

O ser humano é corpóreo e é a medida de todas as coisas, o que tem consequências em sua conceptualização, entendida aqui como a capacidade de gerar Modelos Cognitivos Idealizados (doravante, MCIs). (LAKOFF, 1987) Assim sendo, o mundo físico é perspectivado como o prolongamento exterior do corpo humano, o que tem implicações no modo como o mundo e as suas vivências nesse mesmo mundo são compreendidas. No caso do fenômeno posto em tela, a palavra “foda” lexicaliza o conceito de uma das ações básicas da experiência humana e fundamentais à sua existência, aquela que se relaciona à perpetuação da espécie, mas ao mesmo tempo atrelada à submissão do ser humano pelo próprio ser humano. O sentido “ato sexual”, ligado a essa experiência física direta e fundamental, está na origem desses outros sentidos que não são experienciados

tão concretamente, pois são da natureza metafórica e metonímica de experiências mais abstratas, compreendidas e estruturadas, através de mapeamentos de um domínio experiencial básico para a humanidade.

As reflexões aqui elaboradas focam, então, a mudança semântica e as respostas para essa mutação não estão na estrutura da língua, ainda que ela possa ser um elemento condicionante, para a sua existência. Assim sendo, essas respostas encontram-se nos usos dos conceptualizadores. Mais claramente ainda, a mudança não tem a sua origem na língua, mas no seu uso, atrela-se, enfim, aos objetivos pragmáticos dos conceptualizadores, conforme já postulou Silva (2006).

A CONCEPTUALIZAÇÃO METAFÓRICA DA AVALIAÇÃO

Como evidencia Teixeira (2011),

cada palavra baseia-se numa estrutura prototípica, multienglobante, dinâmica e multiperspetivística. Ou seja, cada estrutura semântica componente de uma unidade lexical envolve dinamismos de implicação, dinamismos esses que podem ir ao ponto de perspetivarem vertentes opostas da mesma realidade. Cognitivamente, a nível global, percetivo, sabemos que nós, humanos, funcionamos assim: a mesma realidade pode ser percecionada num contexto como alta, noutros como baixa [...] nuns casos uma realidade é vista como positiva, noutros a mesma realidade é encarada como negativa. (TEIXEIRA, 2011, p. 120)

A elaboração do significado ocorre, na âmago do processo de conceptualização, em interconexão com a percepção e com a prespectivação, podendo ser, como observa Teixeira (2011), uma mesma realidade prespectivada e percebida de modo contrário, culminando na geração de sentidos opostos. Creio que a Teoria da Metáfora Conceptual (TMC) possa ser de valia para quem quer compreender o que acontece no âmbito da significação, quando ocorrem percepções e perspectivações distintas para uma mesma situação, ou para um mesmo ato, ou para uma mesma coisa, ou ainda para uma mesma pessoa.

Em relação à categorização dos sentidos opostos criados pela conceptualização metafórica, especificamente, no tocante ao item léxico aqui posto em destaque, se eu leio a sentença: “– este livro é foda”, isoladamente, eu vou me deparar com uma sentença ambígua que só poderá ser desambiguizada, em sua inserção contextual, uma vez que o livro pode ser foda, porque é muito bom, bem como pode ser foda, porque é muito ruim, envolvendo, assim, a minha compreensão da sentença e questões antro-bio-psico-geo-sócio-histórico-cultural, além de entoacionais-lexicais-sintáticas-semânticas-pragmáticas-discursivas, é claro. Assim sendo, será necessário inseri-la em um contexto mais amplo, para que eu possa conceptualizar e categorizar a avaliação feita do livro por quem elaborou

essa sentença, como positiva ou negativa. Crê-se que essa seja uma prova do fato de o significado não se encontrar nas palavras, mas de serem as palavras guias para as elaborações de significado que o conceptualizador vai realizando nos mais diferentes processos de interação em que se envolve ao longo de sua vida.

Já sobre a base experiencial que está no cerne da criação dos diferentes sentidos que são atribuídos ao item léxico “foda”, constata-se que esses novos sentidos advêm do uso do domínio da experiência do ato sexual ter sido utilizado como domínio-fonte para a conceptualização metafórica e metonímica (metafonímica) da avaliação, o domínio-alvo que precisa ser compreendido. Em face da necessidade de conceptualizar a avaliação de diversas situações do dia a dia e, também, das diferentes pessoas, de outros seres vivos e, ainda, de coisas com as quais têm contato, os conceptualizadores brasileiros acessaram o domínio da experiência sexual que, por sua vez, é percebido e perspectivado de modo polar por esses mesmos conceptualizadores.

Surgem, dessa maneira, nessa conceptualização, duas metáforas conceptuais opostas, ambas alicerçadas pelo esquema imagético ligação; esquema que pode ser compreendido como o que cria o elo entre os domínios fonte e alvo e que se interconecta com a forma como o ser humano conceptualiza o mundo, os outros seres humanos, os outros seres vivos, as coisas e tudo mais, por meio de relações que cria a partir da sua percepção e prespectivação.

De um lado, tem-se, então, a metáfora conceptual AVALIAÇÃO NEGATIVA DE X É ATO SEXUAL e, de outro, AVALIAÇÃO POSITIVA DE X É ATO SEXUAL, de tal modo que duas facetas da avaliação: a negativa e a positiva foram conceptualizadas, através de um mesmo domínio-fonte: “ato sexual”, por conseguinte, ocorreram diferentes projecções da estrutura de um domínio-origem, ato sexual, para o domínio-alvo, avaliação.

Diante desse fenômeno, cabe a seguinte indagação: o que acontece para que o mesmo domínio-fonte gere metáforas conceptuais opostas? Pensa-se que isto ocorra, porque, também, podem existir, como já pontuou Lakoff (1987), diferentes MCIs, para uma mesma experiência. Como se sabe, o conhecimento humano é organizado por meio de MCIs (LAKOFF, 1987) e, por serem idealizados, esses não necessitam adequar-se perfeitamente ao mundo, já que resultam do aparato cognitivo humano, que é corpóreo, em interação com mundo, através da experiência. Entre outras razões, a constituição desses MCIs é determinada, entre outros motivos, por necessidades, crenças, pontos de vista humanos. Também, pelo fato de serem idealizados, há a possibilidade de criação de variados MCIs, para a compreensão de uma dada situação, o que justifica a existência de MCIs conflitantes e opostos entre si.

É preciso considerar que, em um mapeamento metafórico, não se projeta tudo o que se sabe a propósito do domínio-fonte no alvo, logo, é possível que ocorram metáforas contraditórias sobre um mesmo domínio, como ocorre no

caso da conceptualização metafórica da avaliação. É preciso, ademais, ter tento que são faces, também, opostas da avaliação que estão sendo conceptualizadas. Em situações corriqueiras do dia a dia, conceptualizam-se pessoas, outros seres vivos, objetos e situações como algo bom e conceptualizam-se pessoas, outros seres vivos, objetos e situações como algo ruim.

No caso de AVALIAÇÃO POSITIVA DE X É ATO SEXUAL, projetam-se, no domínio-alvo, conhecimentos enciclopédicos acerca do domínio-fonte atrelados aos valores de prazer gerado pelo sexo, da sua importância para a perpetuação da espécie. Já em AVALIAÇÃO NEGATIVA DE X É ATO SEXUAL, projetam-se, no domínio-alvo, saberes acerca da repressão sexual, da dominação associados ao ato sexual, das doenças sexualmente transmissíveis, dos tabuísmos, especialmente, daqueles elaborados no seio da Igreja. Assim, ocorre, também, nessa conceptualização, um mapeamento metonímico, já que, em cada uma dessas conceptualizações, apenas, uma parte do conhecimento do domínio-fonte é mapeada, projetando-se MCIs diversos do ato sexual, na avaliação, domínio-alvo, a partir da metaftonímia SEXO É RUIM POR SEXO, de um lado, e de SEXO É BOM POR SEXO, por outro, logo, estruturadas pelo esquema imagético PARTE COMO UM TODO.

Talvez, inicialmente, o domínio experiencial da cópula tenha sido usado para conceptualizar a avaliação negativa, o que se pode concluir, ao se considerar o fato de se encontrarem em maior número de dicionários acepções que parafraseam o que se entende por esse tipo de avaliação e por perceber que a avaliação positiva, apenas, ganhou, parcialmente, a chancelaria dicionarística. Mas apenas um estudo histórico que contemplasse uma farta documentação das fases pretéritas da língua portuguesa poderia revelar as entranhas desse fenômeno de mudança semântica.

Ao fazer uma simples retrospectiva da história do homem, da mulher e dos sexos, logo, se recorda que o sexo foi tolhido, relegado tão somente à esfera da reprodução, reprimido pela Igreja, desligado do prazer, de modo que a mulher que sentia prazer com o sexo era mal vista e o homem que desejava sexo com prazer o tinha de buscar na rua, fora de casa, enquanto o sexo para os homossexuais era, totalmente, reprimido, assim como a sexualidade da criança foi refreada; no século XX, inclusive, como destaca Foucault (1984), a sexualidade foi patologizada e passou a ser tratada em consultórios médicos.

Hoje, parece ser possível afirmar que, nas sociedades brasileiras e do Ocidente, de um modo geral, fazer sexo pode ser entendido como dar-se mal em três contextos distintos: quando se é estuprado (até porque neste caso não se fez sexo); quando fisiologicamente se tem um problema e não ocorre o sexo ou não se sente prazer, fazendo-o; quando, ao fazê-lo, contrai-se uma doença ou quando desse ato gera-se uma gravidez não desejada ou fruto de violência. No mais, entender sexo como dar-se mal é fruto de repressões sociais e religiosas, de tal maneira que

há pluralidade no modo de compreender o sexo que ratificam, ainda hoje, entender que ser “foda” é ser algo ou alguém ruim.

Manter relações sexuais, todavia, deveria ser uma situação natural, instintiva: se fazia, se faz e se fará sexo; se gostava, se gosta, se gostará de sexo, se perpetuava, se perpetua e se perpetuará a espécie por meio do sexo e, além disso, a avaliação do sexo mudou, com o devir dos tempos, se antes era visto positivamente apenas como forma de reprodução da espécie, sendo admitido apenas para constituir uma família, hoje, pode ser interpretado como fonte de prazer, exclusivamente, até porque os casais podem, ao menos em tese, escolher quando querem e podem procriar. As novas gerações, diante de opções de controle da natalidade, têm reconceptualizado o sexo, de forma mais positiva, de modo a emergir semanticamente uma nova vertente de significado, que antes se achava latente, assim ser “foda” é ser bom, é ser legal, é ser especial, é ser 10 e assim sucessivamente.

Em síntese, se o item léxico “foda” constitui-se por uma rede semasiológica que compreende sentidos da avaliação positiva e negativa de algo, ou de alguém, ou de alguma ação, esse fenômeno se relaciona ao fato de ter sido o domínio da experiência do ato sexual usado para compreender o domínio mais abstrato da avaliação social. Essa polaridade pode ser compreendida pelo modo como homens e mulheres conceptualizaram o sexo no devir da história.

Do fenômeno da conceptualização metafórica e metonímica da avaliação social, estruturada por esquemas imagéticos, resultam sentidos opostos, mas ainda assim inter-relacionados; em face desse fenômeno, cabe mais uma vez se questionar se está diante de um caso de polissemia ou de homonímia ou até mesmo de antonímia. Seria outro o fenômeno? Auto-antonímia? O que seria isto, afinal? Como categorizar esse fenômeno resultante dessa percepção e perspectivação opostas de um mesmo aspecto da vida humana?

POLISSEMIA, HOMONÍMIA: O QUE SERÁ ISTO?

A resposta seria polissemia? Seria então “foda” uma palavra polissêmica? Mas como assumir, prontamente, que se trata de um caso de polissemia, diante de uma oposição tão marcante na sua teia semasiológica? Pareceria mais lógico, devido à inculcação da tradição semântica em colocar juntos e em oposição, polissemia e homonímia, assumir que “foda” seria uma palavra polissêmica, caminhando para um processo de homonimização, de tal modo que caminharia para a formação de um contínuo de significação, com extremos opostos. Mas como interpretar o fato de haver claramente uma relação de conjunção entre os significados que se lhe são atribuídos? Afinal, estão em interconexão na conceptualização da avaliação. São, pois opostos os sentidos que lhes são atribuídos, mas se acham em conjunção, o que em hipótese alguma associa-se ao fenômeno da homonímia.

Relativamente ao fenômeno polissêmico, conforme observa Silva (2006, p. 35), a definição comumente aceita para polissemia como “associação de dois ou mais sentidos relacionados numa única forma linguística” gera algumas discussões, sendo necessário retomar, aqui, a questão da definição, uma vez que esse aspecto suscita, entre outros, o problema da distinção entre polissemia e homonímia.

Deve ser colocado, então, se há “relação entre os diferentes sentidos associados a uma mesma forma, presente na polissemia e ausente na homonímia” (SILVA, 2006, p. 36); nesse sentido, faz-se necessário indagar se essa relação, entre os sentidos, possui natureza histórica ou atual e se é possível determinar claramente as diferenças entre o fenômeno polissêmico e o homonímico.

Como observa, ainda, Silva (2006), a relação apresentada entre os sentidos, em variados contextos, pode ser pensada a partir de uma perspectiva etimológica, assim “dois ou mais sentidos estão relacionados entre si se retomarem à mesma origem, ao mesmo étimo, ou se um tiver derivado historicamente do outro” (SILVA, 2006, p. 49), de modo que, na polissemia, haveria uma mesma origem para os diferentes sentidos atribuídos a uma palavra, enquanto, na homonímia, duas ou mais palavras teriam distintos étimos.

Além da perspectiva histórica, do ponto de vista sincrônico, ocorrerá polissemia, se os falantes reconhecerem a relação entre os diversos sentidos atrelados a uma palavra e homonímia, se não for identificada pelos falantes a relação semântica entre os seus diferentes sentidos.

Essas duas perspectivas, conforme pontua o mesmo Silva (2006), suscitam diferentes problemas, por exemplo, enquanto o diacrônico ignora o saber lexical dos falantes, o sincrônico bebe da subjetividade, mas, apesar dos questionamentos que essa última perspectiva levanta, o critério sincrônico, segundo pensa Silva (2006), será o mais adequado, porque esses fenômenos “são realidades (até certo ponto, pelo menos) psicológicas”. (SILVA, 2006, p. 48)

Ainda conforme o referido autor (SILVA, 2006), os testes utilizados para distinguir sincronicamente esses dois fenômenos podem ser de natureza morfológica ou sintática, mas tornam uma parte considerável da polissemia em homonímia. Os testes podem ter natureza semântica: de sinonímia, de antonímia, derivação semântica, campo lexical e ainda teste componencial ou sêmico, mas esses testes também se revelam falhos e apresentam problemas.

Ao final, esse autor conclui que “polissemia e homonímia não constituem uma dicotomia estrita, mas antes fazem parte de um *continuum* de relação de sentidos” (SILVA, 2006, p. 49) e, como vaticina, é a flexibilidade inerente ao significado que explica a instabilidade característica da polissemia, que faz com que homonímia, polissemia e monossemia/vagueza sejam três regiões sem fronteiras num *continuum* de diferenciação/similaridade de significado associado a uma mesma forma linguística. (SILVA, 2010, p. 358-359)

Silva (2010) ao abordar o verbo deixar, assegura que essa categoria polissêmica “compreende dois grupos de sentidos numa certa tensão homonímica” e, ao refletir sobre essa questão, indaga: “onde é que está a coerência semântica interna do verbo *deixar*, capaz de impedir a homonímia entre os dois grupos”. (SILVA 2010, p. 362)

Especificamente no caso posto em tela, seria, também, o item léxico “foda” polissêmico e em tensão homonímica? Ou haveria duas palavras homônimas, existindo então as palavras “foda1” e “foda2”?

Do ponto de vista da observação do que sabem os conceptualizadores, como visto anteriormente, ficou constatado que esses compreendem que há apenas uma palavra; assim sendo, compreenderiam que “foda” é uma palavra polissêmica. Eles não o percebem como palavras distintas, mas reconhecem que essa palavra apresenta a possibilidade de expressar oposições.

Aqui, não se crê que o fenômeno que enseje o item estudado, encaixe-se, com base nesses critérios na categoria dos homônimos, ainda que, de alguma maneira, pertençam a categorias distintas AVALIAÇÃO NEGATIVA DE X, de um lado, e AVALIAÇÃO POSITIVA DE X, do outro, mas possuem em comum o sentido de avaliação, de sorte que, ao final, acham-se em uma mesma categoria: a da avaliação. Se houvesse “foda1” e “foda2” não compartilhariam similaridades semânticas, pertenceriam a campos léxicos distintos e não possuiriam qualquer relação de sentido, o que não acontece com o item léxico “foda”. Essa característica de possuir um sentido comum, pensando a partir de uma perspectiva tradicional da semântica lexical, caberia aos antônimos como frio e quente que compartilhariam a noção de temperatura ou alto e baixo que teriam em comum a noção de altura. Entretanto, para essa perspectiva, antônimos seriam duas palavras distintas que se encontram em oposição, podendo, inclusive, pertencer a um mesmo campo léxico, como é o caso de amor e ódio que seriam partes constituintes do campo léxico dos sentimentos.

ANTONÍMIA E AUTO-ANTONÍMIA

Ao comentar fenômenos semânticos concernentes às palavras, Vilela (1994) afirma que alguns casos “[...] têm como ponto de partida o facto de *significante e significado de dois signos serem diferentes, mas, neste caso, devemos distinguir: c1) a antonímia, em que o conteúdo desses signos é oposto, mas relacionado da c2) hiponímia [...]*”. (VILELA, 1994, p. 26, grifo nosso) Para esse autor, a questão da antonímia é colocada, então, em termos de duas palavras distintas com significados que se acham em oposição, ainda que estejam interconectados.

Poder-se-ia pensar, assim, que, no plano teórico da semântica lexical, então, *foda1* e *foda2* poderiam ser concebidos como antônimos, no entanto, como possuem o mesmo significante, embora apresentem significados opostos e

relacionados, não deveriam pertencer a essa categoria. Mas, se não são antônimos, o que seriam essas palavras?

Talvez uma resposta venha do seio da lexicografia, uma das áreas dedicadas ao estudo do léxico em todas as suas facetas, inclusive, em sua face semântica. Nesse âmbito, Villar (s.d.) trouxe para o debate a existência de palavras que chama de Jano³⁰ ou tecnicamente auto-antônimos, antagônicos ou contrônimos. Como observa o mesmo Villar ([200-]), essas

palavras existem em número representativo e sua peculiaridade é encerrarem, em seus campos de significação, alguma bipolaridade acepcional nascida durante o seu processo de desenvolvimento histórico. Trata-se de palavras e sintagmas que englobam sentidos antagônicos em sua polissemia, na dependência do contexto em que ocorram [...]. (VILLAR, [200-], p. 125)

É o fenômeno da auto-antonímia (ou antagonímia ou contronímia) concebido como contextual e as palavras auto-antonímicas são entendidas como polissêmicas, mas, ao mesmo tempo, vistas como em oposição.

Entendido como o fenômeno pode ser interpretado no âmbito da semântica lexical e, ainda, da lexicografia, buscaram-se fundamentos teóricos no plano da LC, para compreendê-lo, constatando-se que o problema dos sentidos contraditórios atribuídos a algumas palavras já foi posto anteriormente em discussão por Teixeira (2011):

observando várias aceções [do verbo levantar] abundantemente exemplificadas nos dicionários encontramos também precisamente os valores semânticos opostos, ‘fazer desaparecer’ (objetos, dificuldades). Como é isto possível? Mas mais globalmente interessante, é perceber como podem as línguas naturais funcionarem lexicalmente através de unidades que contêm significados contraditórios (ou ‘valores contraditórios’ na perspectiva saussureana, já que cada unidade é um conjunto de valores). (TEIXEIRA, 2011, p. 111)

Depois de refletir sobre questões que se entrelaçam nesse fenômeno, Teixeira (2011) postula que não há palavras, mas usos antonímicos, isto, possivelmente, considerando que a tradição define, como antônimos, palavras e não os seus usos, como, aqui, foi exposto anteriormente:

30 O termo Jano, conforme relata Villar ([200-], p. 01) “reporta-se do deus do panteão romano representado com duas faces (por vezes até quatro), protetor da entrada das habitações (januae) e passagens em arco (jani), entidade invocada em primeiro lugar nos ritos litúrgicos de todo dia e igualmente étimo, como é consabido, do nome do mês que dá entrada ao ano”. Disponível: <<http://www.filologia.org.br/abf/rabf/2/125.pdf>>. Acesso em: out. 2015.

Este funcionamento e estrutura semântica do verbo demonstra (para uma análise do léxico em geral) como na verdade não há palavras antónimas, mas usos antonímicos de uma unidade lexical. Ou seja, os fenómenos da antonímia e sinonímia nunca podem ser perspetivados entre os valores globais de duas unidades, mas, antes, como fenómenos do uso, terão que ter em conta a estrutura organizacional do modelo mental que constitui cada palavra. Evidencia-se, igualmente, que esta estrutura não é nem pode ser constituída na base de semas ou traços componenciais. É que nestes modelos não cabem traços mutuamente exclusivos (nem sequer divergentes...). Ora, como vemos, a mesma unidade lexical pode valer para significar uma coisa e um seu antónimo, o que, com certeza, agradaria bastante a Hegel e à sua dialética de antítese. (TEIXEIRA, 2011, p. 122)

Já em 2005, Teixeira pôs em cheque a perspectiva que defende ser a antonímia um fato de estrutura sistêmica das línguas, de tal sorte que assegura: “o erro de fundo é considerar que a antonímia se verifica entre palavras, ou entre “entradas lexicais”. A antonímia é mais um fenómeno do uso do que uma estrutura do sistema”. (TEIXEIRA, 2005, p. 21) Na compreensão desse autor, esse fenómeno ocorre entre vertentes de palavras e não entre a globalidade da unidade. Em rigor, não se pode dizer que as palavras “X” e “Y” são antónimos, mas sim que pode haver usos em que “X” actualizando vários valores, projecta um que é antónimo de um outro valor projectado por “Y”. (TEIXEIRA, 2005, p. 21)

Por outro lado, Silva (2006), ao discutir a questão da mudança semântica, apresenta quatro fenómenos clássicos que estariam no seio dessa mutação: a metaforização, a metonimização, a generalização e a especialização. Depois, problematiza se esse quarteto, de fato, daria conta desse fenómeno: uma outra questão é saber se este quarteto esgota os mecanismos básicos de mudança semasiológica. A história do verbo “deixar” revela o que parece ser um outro mecanismo de extensão: a inversão ou a auto-antonímia entre dois grupos de sentidos [...]. (SILVA, 2006, p. 95)

Apresenta, então, Silva (2006) a auto-antonímia que se atrelaria à história dos sentidos distintos da rede semasiológica do verbo deixar. Nesse mesmo diapasão, Abid (2013) a define, de maneira muito similar ao que foi exposto por Villar ([200-]), no plano da lexicografia:

Segundo os dialectólogos, o conceito das palavras auto-antónimas é diferente do que significam vocábulos antónimos – ainda que para nós os dois conceitos saem da mesma imagem esquemática superordenada oposição –. A antonímia é a oposição entre duas palavras complementárias. Então, na antonímia, se estudam as palavras que não existem em um mesmo lugar ou tempo, como a relação entre negro, branco, rojo etc. Enquanto a auto-antonímia se dedica ou se interessa em estudar as palavras que compartilham o mesmo significante, mas seus significados são

opostos [...], por isso os antigos linguistas árabes consideram a auto-antonímia como um tipo de polissemia.³¹ (ABID, 2013, p. 150, tradução nossa)

Para a LC, então, compreendem-se palavras como “foda”, ou como antônimos, compreendidos entre vertentes opostas do significado, ou como auto-antônimos, uma palavra que possui sentidos em oposição em sua rede semasiológica.

E FIM?

Ao se conceber a antonímia com base na definição tradicional que compreende o fenômeno como duas palavras distintas que se encontram em oposição, apesar de relacionadas, não se poderia pensar em antônimos, no âmbito da semasiologia do item léxico “foda”, mas, ao se considerar a metáfora do holofote de Geeraertes lembrada por Silva (2006), talvez, se devesse entender o fenômeno em pauta como um caso de antonímia, ou melhor, oposição advinda das interpretações contextuais, pois como, rememora o mesmo Silva (2006, p. 60, grifo do nosso)

Geeraertes ilustra este processo com a metáfora do holofote: em cada utilização de uma palavra, é ‘iluminada’ determinada porção particular do seu domínio de aplicação; o número de porções que podem ser iluminadas não é determinado, mas também não é infinito, sendo que algumas são preferenciais. Quer isto dizer que os sentidos de um determinado item são essencialmente *interpretações* que surgem de um contexto particular, mas em que alguns (os sentidos prototípicos) são a *perspectiva interpretativa* para outros. (SILVA, 2006, p. 60, grifo do nosso)

A compreensão de Geeraertes é perfeitamente factível, no caso em tela, e daria conta da rede polissêmica que compreende os usos do item léxico “foda” que, além desses dois sentidos em oposição, compreende, ademais, o sentido “ato sexual”.

Em face dessa polissemia, resolveu-se, aqui, assumir o termo auto-antonímia, considerando ser, no momento, o mais adequado, já que compreende tanto o fenômeno da oposição, quanto o da polissemia do item léxico que foi estudado.

31 “Según los dialectólogos, el concepto de las palabras autoantónimas es diferente de lo que significan vocablos antónimos – aunque para nosotros los dos conceptos salen de la misma imagen esquemática superordinada oposición -. La antonimia es la oposición entre dos palabras complementarias. Entonces, en la antonimia se estudian las palabras que no existen en un mismo lugar o tiempo, como la relación entre negro, blanco, rojo, etc. Mientras que la autoantonimia se dedica o se interesa en estudiar las palabras que comparten el mismo significante, pero sus significados son opuestos [...], por eso los antiguos lingüistas árabes consideran la autoantonimia como un tipo de polissemia.” (ABID, 2013, p. 150)

O fato de a humanidade avaliar diferentes realidades de modo dual, como positivo e negativo, explica que pode uma mesma realidade ser perspectivada de modos diferentes. Inclusive, positivo e negativo são relacionais, em contextos diversos, espaços e tempos distintos, ou, até mesmo, em concomitância locativa e temporal, uma dada realidade pode ser percebida, por exemplo, como boa ou como ruim (tomar duas bolas de sorvete é uma boa opção se eu estou magra, mas é ruim se eu estou gorda); a mesma realidade pode ser focalizada, através de diferentes perspectivas, significando oposições. Diante dessa possibilidade de compreensão plural e opositiva, esse fenômeno se faz recorrente em língua portuguesa, como demonstra o uso de palavras como “barril”, “caralho”, “adeus”, “cair”, entre outras.

Constrói-se, então aqui, um conhecimento aproximado, mas sem ser definitivo; oferece-se uma argumentação plausível para a compreensão do fenômeno. Afinal no plano da ciência, portanto de constructos teóricos, situados em um tempo, espaço, ideologicamente comprometidos, não há verdades definitivas. Assim sendo, a interpretação da realidade será variável e transmutável. Crê-se que a argumentação ora apresentada permite pensar sobre o fenômeno da oposição significativa no âmbito de um mesmo significante; fenômeno pouco estudado, inclusive, pouco percebido, até mesmo entre os linguistas, como pontua Abid (2013).

Retomam-se, enfim, as considerações de Abid (2013), pois sintetizam o que se concluiu com a facção da reflexão que ora se finda: “esperamos facilitar la tarea para los investigadores en otras muchas lenguas, porque no encontramos precedentes sobre este tema – solo algunos diálogos entre los amigos en internet –, aunque podemos encontrar las palabras autoantónimas en cualquier lengua”.³² (ABID, 2013, p. 150) Em face de ser esse fenômeno pouco estudado, de ocorrer em língua portuguesa, mas não só nessa língua, este texto não se conclui com um ponto final, mas com reticências, esperando que outros capítulos sobre o tema sejam escritos por outros pesquisadores que sobre o mesmo se debrucem.

REFERÊNCIAS

ABID, A. H. La (Autoantonomía) Al-Dad En Las Lenguas, Según La Teoría “El Esquema Básico De La Referencia”. *ELUA*, n. 27, p. 145-166, 2013. Disponível em: <http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/36626/1/ELUA_27_06.pdf>. Acesso em: abr. 2015.

32 Esperamos facilitar a tarefa para os investigadores em outras muitas línguas, porque não encontramos precedentes sobre este tema – só alguns diálogos entre os amigos na internet –, ainda que possamos encontrar as palavras auto-antônimas em qualquer língua. (Tradução nossa)

ABRAÇADO, J. Entrevista com Maria Margarida Martins Salomão sobre a linguística cognitiva e suas relações com outras ciências. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Letras e cognição*, Rio de Janeiro, n. 41, p.15-25, 2010. Disponível em: <<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/41/entrevista.pdf>>. Acesso em: jul. 2015.

ADMI . Palavrão, por que eles falam? *VIX*. 16 set., 2016. Disponível em: <<http://www.bolsademulher.com/amor/palavrao-por-que-eles-falam>>. Acesso em: out. 2015.

ADMI. Língua Bandida - Apesar de impublicáveis e condenados pela boa educação, alguns palavrões vive. *VIX*. 20 set., 2016. Disponível em : <<http://www.bolsademulher.com/busca/palavr%C3%A3o?page=3>>. Acesso em: out. 2015.

ADREOLI, A. Foda. *Tumblr.com*. [200-].

AULETE DIGITAL. Disponível em: <<http://aulete.uol.com.br/foda#ixzz2O1jhHwuO>>. Acesso em: out. 2015.

BATORÉO, H. Linguística Cultural e o estudo do léxico da língua portuguesa (PE e PB): a linguagem-em-uso, os sentidos múltiplos e as operações de perspectivação conceptual. In: ALMEIDA, A. A. D. ; SANTOS, E. S. dos; SOLEDADE, J. *Saberes lexicais: mundos, mentes e usos*. Salvador: EDUFBA, 2015.

BURGOS, P. A ciência da palavrão: os xingamentos mostram a evolução da linguagem, das sociedades e, de quebra, ajuda desvendar o cérebro. *Super interessante*, 31 jan. 2008. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/ciencia/a-ciencia-do-palavrao>>. Acesso em: out. 2015.

CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

ESCANDEL VIDAL, M. V. *Apuntes de semántica léxica*. Madrid: UNED, 2011.

FERREIRA, A. B. H. *Novo Aurélio XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

HOUAISS, A. *Grande dicionário Houaiss Beta da Língua portuguesa*. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=foda>>. Acesso em: out. 2015.

JOHNSON, M. *The Body in the Mind. The Bodily Basis of Meaning, Imagination, and Reason*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

KÖVECSES, Z. Universalidade versus não-universalidade metafórica. In: LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors We Live By*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, G. *Women, Fire, and Dangerous Things: what categories reveal about the Mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors We Live By*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

- LANGACKER, R. W. *Foundations of Cognitive Grammar*. Stanford, California: Stanford University Press, 1987. v.1.
- MAGRI, D. Frases foda. *Os Vigaristas*. Disponível em: <<http://www.osvigaristas.com.br/frases/foda/>> Acesso em: out. 2015.
- MACHADO, J. P. *Dicionário etimológico da língua portuguesa: com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*. 2. ed. Lisboa: Confluência, 1967.
- MICAHËLIS. *Dicionário de português online*. 2013. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/foda%20_967393.html>. Acesso em: out. 2015.
- SANCHEZ, A. Há algum problema em o crente usar palavras? *Gospel*, mar., 2011.
- SALOMÃO, M. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. *Veredas: revista de estudo linguístico*, Juiz de fora, v. 3, n. 1, p. 61-79, 1999.
- SILVA, A. S. da. Polissemia e contexto: o problema duro da diferenciação de sentidos. *Estudos Linguísticos*, Lisboa, p. 353-367, 2010. Disponível em: <http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n5_fulltexts/5z1%20agosto%20silva.pdf> Acesso em: out. 2015.
- SILVA, A. S. da. *Mundo dos sentidos em português: polissemia, semântica e cognição*. Coimbra: Almedina, 2006.
- TEIXEIRA, J. “*Relações linguísticas de antonímia: o insucesso da lógica e o valor da cognição humana*”. abr. 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1822/4276>>. Acesso em: jun. 2015.
- TEIXEIRA, J. “Quando um verbo é antônimo de si mesmo: cognição e estrutura lexical de levantar”. *Matraga*, rio de janeiro, v.18, n. 28, p.102-128, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1822/18612>>. Acesso em: jun. 2015.
- GERMANICO. Linguística cognitiva (entrevista a Mark Turner). *DesdeElExilio*, set. 2009. Disponível em: <<http://www.desdeexilio.com/2009/09/30/linguistica-cognitiva-entrevista-a-mark-turner>>. Acesso em: dez. 2014.
- VILELA, M. *Estudos de lexicologia portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1994.
- VILLAR, M. S. *As curiosas palavras Jano*. [200-]. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/abf/rabf/2/125.pdf>>. Acesso em: out. 2015.

O verbo “foder” sob um olhar cognitivista

ELISÂNGELA SANTANA DOS SANTOS (UNEB/PÓS-CRÍTICA)

E HELENA ALENCAR LINS (UNEB/IC)¹

Amar, foder: uma união
 De prazeres que não separo.
 A volúpia e os prazeres são
 O que a alma possui de mais raro.
 Caralho, cona e corações
 Juntam-se em doces efusões
 Que os crentes censuram, os loucos.
 Reflete nisso, oh minha amada:
 Amar sem foder é bem pouco,
 Foder sem amar não é nada.

(LA FONTAINE, [19-]).

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo central apresentar os resultados de uma pesquisa aprovada e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), intitulada “Os usos do verbo foder em narrativas orais de informantes de Alagoinhas: uma análise pautada nos pressupostos teóricos da Linguística Cognitiva”, desenvolvida entre os anos de 2012 e 2013, no Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no *campus* II, a qual se vinculou a um projeto de pesquisa mais amplo cujo foco de investigação foi a análise dos usos dos verbos “dar”, “pegar”, “tomar” e “foder”, em *corpora* de língua falada, sob o enfoque da Linguística/Sociolinguística Cognitiva.

Tendo em vista a curiosa variedade semântica que o verbo “foder” evidencia na contemporaneidade e considerando que não havia sido encontrado, até a realização do referido estudo, trabalhos publicados sobre esse predicador verbal, decidimos examinar possíveis ocorrências do verbo citado em narrativas

1 Helena Alencar Lins foi bolsista de iniciação científica da UNEB e colaborou no desenvolvimento da pesquisa cujos resultados agora são apresentados.

produzidas por moradores da cidade de Alagoinhas, onde está localizado o *campus* universitário mencionado, com o intuito de verificarmos a polissemia do referido item léxico.

Para subsidiar o exame dos dados encontrados, adotamos os pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Cognitiva/Semântica Cognitiva, que, em linhas gerais, entende o significado como conceptualização, isto é, como reflexo da compreensão e da interação do ser humano com o mundo à sua volta. Trata-se, pois, de um modelo teórico que refuta a tese autonomista da linguagem, em defesa da tese da mente corporizada e, por conseguinte, do experiencialismo, advogado por Lakoff e Johnson (2002), para explicar determinados fenômenos linguísticos e, sobretudo, semânticos. Vale lembrar que conceptualização,² segundo Langacker (2007, p. 431), inclui, em linhas gerais, experiência perceptiva, atividade motora de controle central e sensações cines-tésicas. Em outras palavras, assumir uma postura conceptualista para explicar o significado linguístico pressupõe, como já afirmou esse mesmo autor, admitir uma integração entre significado, cognição e experiência corpórea, social, cultural e histórica. A essas noções, Croft e Cruse (2008) acrescentam a ideia de que o ser humano conceptualiza a partir de uma determinada perspectiva,³ a qual pode se basear em crenças, em valores, em atitudes coletivas ou individuais, em sua maneira de sentir, perceber e movimentar-se espacialmente, de modo que entender o significado de uma palavra dentro de um determinado contexto pressupõe acessar o conhecimento enciclopédico dos falantes que a proferem e a conceptualizam.

Além dessas questões, não podemos nos esquecer que um estudo semântico que entende o significado como conceptualização e que adota um modelo baseado no uso não pode desconsiderar a variação sociolinguística como o seu objeto de investigação. Para Silva (2009, p. 195, grifo nosso), “a razão é simples: a variação é a consequência imediata e inevitável do uso da língua; nunca uma comunidade linguística é totalmente homogênea e qualquer língua é um *diassistema* social”. Assim, levando em conta que o significado linguístico é

2 Conceptualization is always the conceptualization of something, a facet of either the real world we inhabit or a constructed world ultimately grounded in real world experience. Conceptualization is precisely the act of *engaging* the world, the experiential aspect of our interaction with it. Broadly understood, conceptualization includes perceptual experience, as well as the central control motor activity and the kinesthetic sensations it induces. It further includes the interlocutors’ apprehension of the discourse and the interactive context supporting it. (LANGACKER, 2007, p. 431)

3 As ideias de Croft e Cruse (2004, p. 87) encontram respaldo teórico nos conceitos filosóficos de situação (espacial, temporal, epistêmica e/ou cultural). Ao referir-se a essa questão, Silva (2008, p.19) afirma que um dos princípios da Linguística Cognitiva diz que o significado é perspectivista e como tal não é um espelho objetivo do mundo, “mas um meio de construir o mundo e de o construir de determinada maneira ou *perspectiva* e, assim, de perspectivas alternativas”.

experencialmente construído, perspectivista, e que o seu estudo deve estar pautado no uso da linguagem, foi constituído um *corpus* de língua falada, para o desenvolvimento da pesquisa cujos resultados são, aqui, apresentados, seguindo o modelo de entrevista narrativa, que resultou em depoimentos de 11 pessoas, de faixas etárias diferentes, com idades que variam entre 19 e 57 anos, totalizando 11 gravações de 38 minutos e 11 segundos, nas quais foram detectadas 10 ocorrências do verbo “foder”.

Após identificarmos esse item verbal na fala dos informantes que foram sujeitos das gravações, procuramos avaliar os usos do verbo em cada contexto, a fim de deprendermos os sentidos conceptualizados, verificarmos os mecanismos cognitivos envolvidos nas conceptualizações e observarmos possíveis interferências de aspectos sócio-históricos e culturais na variação de sentidos.

Como se trata de uma pesquisa qualitativa, utilizamos o método de introspecção, o qual se baseia naquilo que o pesquisador pensa sobre os significados encontrados, o que pressupõe uma análise intuitiva das ocorrências identificadas no *corpus*. A conjugação do modelo baseado no uso e a análise introspectiva encontram respaldo em alguns princípios da Linguística Cognitiva que segue a orientação hermenêutica, já que adota um enfoque interpretativo para o exame dos dados.

Para embasar teoricamente o trabalho e discutir questões relativas à polissemia e à interferência da cultura nas categorizações e conceptualizações do verbo pesquisado, recorreremos aos pesquisadores portugueses Silva (1999; 2006), Teixeira (2005) e Batoréo (2015). Para entendermos como possivelmente ocorreram as extensões de sentidos do verbo em questão, trouxemos algumas discussões dos norte-americanos Lakoff e Johnson (2002) sobre a importância das metáforas e das metonímias para a compreensão do uso de conceitos abstratos em termos de concretos e sobre a presença desses dois fenômenos no cotidiano das pessoas (na fala, no pensamento e nas ações). Para discorrermos sobre o tabu observado com relação ao(s) (não) uso(s) do verbo “foder”, no *corpus* examinado, consultamos o que dizem Foucault (1999) bem como Le Goff e Truong (2003), sobre a sexualidade humana,⁴ e os estudiosos brasileiros Preti (1984), sobre a “linguagem proibida” ou erótica; Oliveira (2008), sobre o tabu de decência, e Mattos (2013), sobre tabus da sexualidade. Por fim, para compararmos os sentidos encontrados com os usos registrados em obras lexicográficas, examinamos, também, os verbetes que constam dos dicionários da língua portuguesa de

4 Por sabermos que esse é um tema bastante polêmico, não tivemos a intenção de nos aprofundarmos, visto se tratar de uma seara que não é a nossa. Mas, como a Linguística Cognitiva é interdisciplinar e o verbo “foder” remete, inevitavelmente, à sexualidade humana, fez-se necessário, ao menos consultar algumas obras e autores que discutem questões relativas à sexualidade e ao erotismo na linguagem.

autoria de Ferreira (2009), de Bueno (1968) e de Bechara (2011), e o dicionário de latim organizado por Faria (1962).

Tendo esse aporte teórico em vista e a sua importância para fundamentar a pesquisa, dividimos o nosso texto em duas seções que se somam à Introdução e às Considerações Finais. Na primeira seção, fizemos uma breve revisão sobre o estudo da significação, incluindo informações gerais sobre as diferentes teorias da categorização até o surgimento da teoria dos protótipos e da teoria da metáfora e da metonímia conceituais. Na segunda seção, trouxemos o significado etimológico do verbo “foder” e os sentidos que constam de alguns dicionários de uso do português contemporâneo. Na sequência, apresentamos uma apreciação das ocorrências desse verbo detectadas no *corpus*, à luz dos pressupostos teóricos da Linguística/Semântica Cognitiva e de alguns estudos sobre a sexualidade humana, com vistas a tentarmos compreender como ocorre a sua conceptualização, que mecanismos cognitivos propiciam suas extensões de sentido e qual o uso mais saliente ou prototípico desse verbo no *corpus*.

ALGUMAS BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO DA SIGNIFICAÇÃO E DA POLISSEMIA

Embora o significado sempre tenha sido objeto de estudo de pensadores, filósofos e pesquisadores, desde a Antiguidade e, conforme assegura Fernández Jaen (2007, p. 346), devamos à primitiva filosofia grega as primeiras especulações sobre a sua origem, foi no século XIX, mais especificamente em 1897, que o estudo da significação ganhou maior destaque, após a publicação do livro *Essai de Sémantique, Science des significations*, do francês Michel Bréal, em que esse autor, além de focalizar o significado como um tema de interesse para a Linguística Contemporânea, passou a utilizar o termo polissemia para se referir aos vários sentidos que uma mesma expressão linguística pode apresentar, desde que esses sentidos estejam relacionados entre si.

Vejamos: ao proferirmos a palavra “máscara”, em um contexto como “alguém está usando uma máscara”, por exemplo, tanto podemos visualizar um objeto sendo utilizado para cobrir o rosto, como podemos pensar em um artifício comportamental empregado para que não revelemos para o outro o nosso verdadeiro eu. Nesse último caso, segundo a psicologia analítica, de vertente junguiana, a “máscara” corresponde à *persona*, termo utilizado pelos atores, no teatro grego, para designar o artifício material que lhes dava a aparência dos seus personagens. A designação de Jung (2008), *persona*, derivada, portanto, do grego, equivale, na Psicologia, à imagem que as pessoas mostram externamente, socialmente, mas que, por vezes, não corresponde ao que são por dentro, no seu íntimo. De todo modo, os dois sentidos aqui ilustrados estão relacionados a “encobrir o rosto”,

ou seja, a "esconder a verdadeira face" (seja ela física ou psicológica). Daí, poderemos dizer que essa palavra pode ser conceptualizada com um sentido material, conforme o primeiro exemplo exposto, e com um sentido abstratizado, tal qual o segundo. Como observamos, esses dois usos, embora sejam diferenciados, relacionam-se entre si e corroboram o que a Linguística Cognitiva considera como um caso de polissemia decorrente de uma extensão de sentido metafórica, resultante de uma projeção de um domínio-fonte, por vezes mais concreto, para um domínio-alvo, que pode ser ou não mais abstrato.⁵ Tal mapeamento, como costuma ser também denominado, é, por excelência, um mecanismo cognitivo propulsor de polissemia.

Durante o desenvolvimento da Semântica Lexical, o estudo da polissemia passou por diferentes tratamentos. Nas primeiras décadas do século XX, as teorias linguísticas que se sobressaíram, mais especificamente o Estruturalismo, de vertente saussureana, e o Gerativismo chomskiano, embora tenham estudado a polissemia, relegaram à Semântica um plano secundário, limitando-a aos postulados teóricos e pressupostos metodológicos dessas duas tendências formalistas, de modo que, em conformidade com a perspectiva formal, o conhecimento linguístico era visto como dissociado do conhecimento enciclopédico, o que reforçava a ideia da linguagem como entidade autônoma e do significado como um constructo meramente mental, já que a mente era vista como uma parte independente do corpo e os conceitos *desembodied*, ou seja, não corporizados, tal como designou Johnson (1987).

Essa forma de entender questões semânticas, entretanto, ficou seriamente abalada, em finais dos anos 1970 e início dos 1980, quando surgiu, na Califórnia, um novo modelo teórico para o seu estudo, denominado inicialmente de Semântica Gerativa, que, mais tarde, originou a Semântica Cognitiva, em contraposição aos estudos formalistas. Seu principal objetivo, dentre outros, era tratar o funcionamento da linguagem como algo intrinsecamente ligado à cognição e à experiência humana (tanto física como social); tal princípio está na base dos estudos semânticos voltados, principalmente, para a compreensão do que é a polissemia.

Para a Semântica Cognitiva, a polissemia é, sem dúvida, um fenômeno fundamental para o conhecimento não só de uma língua, mas da cultura e da sócio-história daqueles que a utilizam. Os múltiplos sentidos de uma palavra, de um morfema, de um fonema, ou, até, de uma forma fixa, por exemplo, podem refletir capacidades cognitivas que se processam no interior das mentes dos sujeitos que as proferem, embebidas pelas marcas culturais, históricas e sociais que os envolvem

5 Segundo os autores Lakoff e Johnson (2002), em seu livro *Metáforas da vida cotidiana*, as metáforas estão fortemente presentes no dia a dia das pessoas. Através das metáforas, é possível entender e experienciar uma coisa em termos de outra. (LAKOFF & JOHNSON, 2002, p. 47-48) Assim, no uso constante da língua, o que é concreto pode passar a ser abstrato e vice-versa.

no seu viver cotidiano, revelando-nos um pouco da sua identidade, de como vivem, de como concebem o estar no mundo e de como se relacionam na e com a sociedade de que fazem parte. Daí reconhecermos que os estudos sob a égide da Linguística Cognitiva, além de serem hermenêuticos, são interdisciplinares, uma vez que compreender o significado, segundo essa perspectiva, pressupõe não apenas olhar para a categoria em si, mas examinar como diferentes áreas do saber se interconectam e influem na conceptualização dos seus membros.

Um estudo sobre a plurissignificação de itens lexicais ou gramaticais implica, portanto, um estudo sobre categorização, pois, como já afirmou Silva (2006), a polissemia é um dos efeitos da categorização. De acordo com esse autor, a categorização é “[...] o processo mental de identificação, classificação e nomeação de diferentes entidades como membros de uma mesma categoria”. (SILVA, 1997, p. 6) Através de processos mentais e de experiências físicas e sociais e do próprio uso da língua é possível categorizar o mundo. Ao categorizarmos as coisas, lhes damos sentidos, e quando damos sentidos diferentes para uma mesma palavra, por exemplo, estamos diante de um item lexical polissêmico, isto é, de uma categoria complexa, sem fronteiras rígidas nem limites definidos. Verbos como “dar”, “pegar”, “tomar” podem ser categorizados como verbos de contato, de transferência de posse, de movimento, mas também verbos de percepção e, até, epistêmicos, a depender do contexto de uso em que se encontrem e da forma como são conceptualizados, podendo compartilhar ou não entre si características que os identificam e os assemelham.

Para entendermos a relação entre polissemia e categorização, podemos remontar às primeiras reflexões acerca desses temas na Antiguidade Clássica até chegarmos ao fenômeno da prototipicidade, assim nomeado a partir das discussões psicolinguísticas de Rosch, na década de 1970, e, mais tarde, adotado e estudado pela Semântica Cognitiva, por intermédio de Lakoff, na década de 1980. Na concepção antiga, aristotélica, também denominada de teoria clássica de categorização (FELTES, 2007), buscava-se compreender o mundo e as coisas de maneira lógica, e, através dessa lógica, buscava-se encontrar a essência das coisas e distribuí-las em categorias únicas e essenciais. Essa distribuição por categorias era feita através do que nomeamos como Condições Necessárias e Suficientes (CNS), ou seja, “cada categoria [...] é definível por um conjunto de traços comuns a todos os membros dotados do mesmo grau de pertença”. (TEIXEIRA, 2005, p. 2)

Tal modelo teórico, contudo, não se mostrou suficiente para explicar como processos cognitivos se adequam às necessidades e mudanças sociais, históricas e culturais que variam com o tempo. Dentre os aspectos que se sobressaíram no modelo clássico de categorização, mas que caíram por terra com o modelo cognitivista, podemos citar: a) a definição das categorias a partir de um conjunto fixo de propriedades consideradas necessárias e suficientes; b) o fato de as categorias possuírem fronteiras claramente delimitadas e c) o fato de todos os membros de

uma categoria apresentarem estatuto semelhante. (TAYLOR, 1989, p. 22-24) Isso pressupunha que se um elemento não partilhasse traços comuns em relação a outros elementos não faria parte de uma mesma categoria. Nessa perspectiva, os conceitos eram objetivos e, portanto, não corporizados, pois não havia relação entre significado e experiência humana, o que significa dizer que o conhecimento linguístico era dissociado do enciclopédico e, por conseguinte, autônomo.

Em 1953, uma nova concepção de categorização, também conhecida como teoria natural (FELTES, 2007), foi difundida por Ludwig Wittgenstein. O autor do livro *Investigações Filosóficas*, ao questionar quais seriam as propriedades definidoras da categoria "jogo", notou, ao contrário do que se pregava até então, que os vários membros que a integram não compartilhavam nem precisavam compartilhar de um conjunto de propriedades comuns, levando-o a afirmar que uma categoria não é estruturada em termos de características criteriosais partilhadas, mas por uma rede de similaridades entrecruzadas.

Atenta ao que já havia sido afirmado, até então, a psicóloga Eleanor Rosch, em estudos realizados na década de 1970, preocupou-se em provar que as categorias são formadas em torno de pontos de referência, os protótipos. Tal perspectiva fez com que surgisse a teoria dos protótipos para explicar o fenômeno da categorização. De acordo com esse modelo teórico, o elemento mais prototípico seria aquele que possuísse as propriedades mais típicas da categoria (membro central), enquanto que o elemento menos prototípico se caracterizaria como aquele que possuísse propriedades menos típicas da categoria (membro periférico). Ela também considerou as semelhanças por familiaridade dentro de uma categoria, discutida anteriormente por Wittgenstein (1953).

Ao mencionar essa questão, Coimbra (2002, p. 1) afirma que todos os significados que pertencem a uma mesma categoria polissêmica ficam agrupados não apenas por algo em comum partilhado por todos eles, mas a partir de associações e encadeamentos sucessivos sobre um significado básico, primeiro, mais representativo ou central, que é o prototípico. Entretanto, após revisitar os achados de Rosch, em estudos realizados na década de 1980, Lakoff descarta a tese da equivalência entre grau de representatividade e grau de pertencimento a uma categoria, por meio da similaridade com o protótipo, passando a vê-lo como um elemento secundário, uma vez que os efeitos de prototipicidade, nessa perspectiva, tornam-se mais relevantes.

Segundo a nova versão da teoria dos protótipos, de vertente lakoffiana, fatores cognitivos e experienciais dos sujeitos interferem na forma como nós categorizamos as coisas, o mundo, levando-nos a constatar que os efeitos de prototipicidade são influenciados por aspectos culturais e contextuais.

Diante do exposto, apresentamos, a seguir, os usos do verbo "foder" identificados em um *corpus* de narrativas orais da cidade de Alagoinhas, na Bahia, que fica a 120 km da sua capital, a fim de compreender como esse verbo é

conceptualizado/categorizado pelos sujeitos dessa localidade. Entendemos que os dados a serem apresentados refletirão especificamente o emprego do verbo “foder” dentro de limites culturais, históricos, econômicos, geográficos e temporais em que se inserem os falantes que constituíram o grupo de informantes do *corpus*. Isso significa dizer que as ocorrências encontradas podem coincidir ou não com usos identificados em outras localidades dentro ou fora do nosso país.

Cabe salientar que o estudo da significação e da polissemia também nos remete para a Teoria da Metáfora e da Metonímia Conceptuais (TMMC), cujos fundamentos serviram de base para o estudo que propusemos. Esse modo de explicar fenômenos que antes eram interpretados como eminentemente linguísticos ou, num outro extremo, como puramente mentais, trouxe para os estudos semânticos importantes contribuições. O desenvolvimento da TMMC deve-se aos estudos realizados por George Lakoff e seus colegas a partir da década de 1970. Mas, seu auge é alcançado na década de 1980, com a publicação do livro *Metaphor we live by*, de autoria de George Lakoff e Mark Johnson. De acordo com esse modelo teórico, a relação entre conceitos considerados concretos e abstratos estabelece-se por meio de um processo de transferência nomeado *mapping*, que significa projeção entre domínios conceptuais e resulta da conceptualização de um domínio mental ou de experiência, em lugar de outro. Tendemos, pois, a categorizar e a interpretar situações mais complexas ou desconhecidas da experiência humana, em termos de outras, às vezes mais palpáveis, vivenciadas no cotidiano. Nessas projeções, as operações mentais que ocorrem nos domínios-origens ou fontes são análogas às que ocorrem nos domínios-alvos experientialmente motivados.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS SENTIDOS DO VERBO “FODER”

Antes de darmos início à análise das ocorrências detectadas no *corpus* e de começarmos a discorrer sobre os usos do verbo “foder”, fomos buscar a sua etimologia e os significados que se encontram dicionarizados na língua portuguesa, a fim de verificarmos possíveis variações e relações de sentido entre os usos identificados.

VERIFICANDO O VERBO “FODER” NOS DICIONÁRIOS

De acordo com Bueno (1968) e Ferreira (2009),⁶ o verbo “foder” vem do latim *futere/futuere* e, conforme define o dicionário latino de Faria (1962, p. 419),

6 Vale ressaltar que consultamos os dicionários mais antigos da língua portuguesa, a fim de verificarmos o possível registro do verbo “foder”. Contudo, nem Bluteau (1728), nem Moraes Silva (1789), nem Silva Pinto (1832) o registram.

significa “ter relações com uma mulher”. Há registros recorrentes desse verbo, com valor semântico sexual, na poesia satírica, mais especificamente nas canções de escárnio e de maldizer de trovadores medievais, como Afonso Eanes de Coton, Martin Soares, dentre outros, conforme nos mostra Lapa (1995).

Como observamos na consulta aos lexicógrafos citados, o sentido experiencialmente básico desse item verbal está inserido no domínio da sexualidade, mas seu uso é considerado chulo por Bueno (1968) e Ferreira (2009). Nesses mesmos dicionários, aparecem, também, outros sentidos registrados como figurados (“Fig.”) e coloquiais (“Bras.” ou “coloq.”), indicando-nos a plurissignificação do verbo “foder” na língua portuguesa, conforme podemos observar nos verbetes, a seguir:

v.t. copular, executar o ato sexual. Fig. atrapalhar, fazer que os negócios não tenham êxito, arruinar. Lat. vulg. *futere*, lat. clas. *futiere*. Deriv: fodido, *adj.* que serviu de paciente na cópula. Sujo, desprezível. Arruinado. Part. Pass.; fodaça, s.f. criação popular, imoralidade, constante prática sexual. Feito pelo modelo de comilança; foda, s.f. cópula, deverbal de foder. (BUENO, 1968, p. 1429)

[Do b. -lat. *futere* <*futuere*.] *Chulo* V. t. i. *Int.* 1. V. Copular (2). P. 2. *Bras.* Sair-se muito mal (de qualquer intento); entrar pelo cano (q. v.). 3. *Bras.* Não fazer caso; não ligar importância. 4. *Bras.* Levar o diabo; danar-se: [...]. (FERREIRA, 2009, p. 914).

v. 1. *chulo* Ter relações sexuais com; copular; fornicar. 2. *coloq.* Provocar dano ou sair-se muito mal; prejudicar (-se), ferrar (-se). 3. *coloq.* Danar-se. (BECHARA, 2011, p. 597)

Nos excertos transcritos, vemos que todos os autores relacionam, em primeira instância, o verbo “foder” à cópula, ou seja, mantém-se o sentido de origem latina: “executar ato sexual”. No entanto, ao darem prosseguimento, cada autor apresenta variações de sentido desse verbo, que remetam a noções negativas, como “atrapalhar”, “fazer com que os negócios não tenham êxito”, “arruinar”, conforme destaca Bueno (1968); “sair-se muito mal”, “entrar pelo cano”, “danar-se”, dentre outros, tal como pontua Ferreira (2009), ou “provocar dano”, “prejudicar(-se)”, “ferrar-se”, consoante assevera Bechara (2011), sem que se vinculem, em princípio, explicitamente, ao domínio da sexualidade. Apenas em Bueno (1968) encontramos palavras derivadas do verbo “foder”, quais sejam: o adjetivo “fodido”, como paciente da cópula e com valor depreciativo de “sujo”, “desprezível”, “arruinado”, e o substantivo “fodaça”, como “criação popular”, “imoralidade”, “constante prática sexual”. Daí, constatamos que, além de um sentido físico-espacial, material, outros sentidos não físico-espaciais do verbo em questão também são arrolados nesses verbetes, evidenciando que de modo

semelhante aos verbos “dar”, “pegar” e “tomar”, também estudados durante o desenvolvimento desse projeto de pesquisa, “foder” é uma categoria experientialmente básica, por indicar atos básicos da experiência humana e servir de base conceptual para instanciações e extensões de sentidos, mas também semiologicamente complexa.

Partimos do pressuposto de que os conceitos dicionarizados encontrados podem refletir comportamentos e crenças pautadas em dogmas religiosos ou em estereótipos sociais construídos ao longo da história, que ainda perduram na sociedade hodierna brasileira. Ao lermos que o paciente da cópula é um “fodido” e que o “fodido” é “sujo”, “desprezível”, “arruinado”, parece ficar implícita a ideia de pureza associada à virgindade e de sujeira associada àquele que sofre a ação de “foder”, ficando, por extensão, subentendida a noção de que fazer sexo é impuro, sujo, feio, imoral, danoso. Em face dessas conjecturas, algumas perguntas passaram a nortear a nossa pesquisa: Encontramos esse verbo sendo empregado no uso cotidiano da língua portuguesa em Alagoinhas? Se sim, com que sentidos e em que grupo(s) de falantes? Qual/quais a(s) provável/prováveis razão/razões para a existência de sentido(s) negativo(s) do verbo “foder”, associado(s) ou não à cópula, nesses verbetes de dicionários e na fala dos informantes alagoinhenses?

Para responder a esses e outros questionamentos acerca da conceptualização de “foder” e examinar o seu uso no *corpus*, procuramos recorrer não apenas aos nossos conhecimentos estritamente linguísticos ou semântico-lexicais, mas ao nosso conhecimento de mundo, às nossas experiências como herdeiros de uma tradição religiosa judaico-cristã e como indivíduos situados em um contexto sócio-histórico multifacetado, em que o ato sexual tanto pode ser visto de forma sacralizada, cuja finalidade máxima é a procriação; como também pode ser visto no seu aspecto mais degradante, quando se observam distorções do comportamento sexual humano. Preti (1983, p. 85), ao se referir à linguagem erótica ou “proibida”, como denomina, chama a atenção para o fato de que há muitos sinônimos para os vocábulos que se inserem no domínio da sexualidade, seja pela semelhança entre formas, sons, seja pelos próprios sentidos ou por relações simbólicas, como definiu a Psicanálise. Esse autor cita, como exemplos, os sinônimos do órgão genital masculino, em que são identificados semas de “violência”, “força”, “resistência”, “rigidez”, “agilidade” e “dimensão” e, também, o significado do verbo “comer” como “praticar ato sexual”, o qual podemos considerar um sinônimo de “foder”, uma vez que notamos esquemas de imagens comuns, como contato, força e controle, todos decorrentes da prevalência de um agente sobre um objeto paciente, isto é, do macho sobre a fêmea ou vice-versa, com ou sem emprego de violência física.

Diante dessas evidências, pressupomos que os sentidos de “foder” dicionarizados ou não, encontrados no nosso *corpus* ou não, resultam de conceptualizações

que se fundamentam nas experiências dos sujeitos que os utilizam e se constroem na interação direta e indireta com o mundo e, por conseguinte, com os aspectos culturais, históricos, políticos, filosóficos, biológicos, sociais, cognitivos e linguísticos que a afetam. Para melhor percebermos tais questões, passamos a discorrer sobre os procedimentos metodológicos adotados para efetuar-mos o nosso estudo, a partir dos contextos de uso identificados.

EXAMINANDO AS OCORRÊNCIAS DO VERBO "FODER" NO CORPUS

Como já dispúnhamos de um *corpus* organizado pelo Núcleo de Estudos da Oralidade (NEO) da UNEB, *campus* II, coordenado pela professora Edil Costa que, gentilmente, disponibilizou para nós narrativas de pessoas da comunidade de Alagoinhas e regiões adjacentes, em contextos informais de fala, coletadas por ela e por sua equipe, consultamos as transcrições disponíveis. Entretanto, não detectamos nenhuma ocorrência nesse acervo. Tal fato já foi, para nós, objeto de reflexão e nos levou a questionar se a ausência desse verbo no *corpus* é resultante de um possível silenciamento de questões relativas à sexualidade. Acreditamos que o monitoramento natural da fala, durante as gravações, a falta de intimidade entre pesquisadoras e informantes, bem como o tabu linguístico moral referente ao que convencionamos chamar de palavras obscenas, palavrões ou discursos maliciosos que, preferencialmente, não costumam ser empregados em circunstâncias mais formais ou menos coloquiais, por convenções sociais ou em nome de uma moral religiosa, podem também ter contribuído para um baixo número de ocorrências desse verbo no *corpus* que constituímos.

Vale dizer, no entanto, que, embora a amostra tenha sido pequena, foi bastante significativa e não impediu o desenvolvimento do trabalho, já que os dados extraídos nos forneceram evidências importantes, que não só corroboraram as hipóteses de que fatores históricos e culturais podem interferir no comportamento dos falantes e, por conseguinte, na ocorrência e conceptualização do verbo "foder", como também demonstraram algumas características interessantes sobre os mecanismos conceptuais que impulsionam a polissemia desse predicador verbal.

Entre os falantes que constituem o grupo de informantes do estudo realizado, temos seis mulheres e cinco homens, com idades, procedências e níveis de escolarização diversos, o que resultou em 11 depoimentos, perfazendo um total de 11 gravações, em que foram detectadas 10 ocorrências do verbo, conforme já dito, concentradas nos depoimentos de três informantes do sexo feminino (totalizando sete ocorrências) e dois do sexo masculino (totalizando três ocorrências), ao mesmo tempo em que também registramos a sua ausência em seis depoimentos, conforme podemos ilustrar no quadro a seguir:

QUADRO 1 – PERFIL DOS INFORMANTES

Informantes	Idade	Localidade	Sexo	Escolaridade	Ocorrências
Faixa 1					
L.C.S. ⁷	19	Alagoinhas	Masculino	Curso técnico completo	2
L.O.F.	21	Alagoinhas	Feminino	Nível superior em andamento	4
E.S.S.	23	Alagoinhas	Masculino	Nível superior em andamento	1
Faixa 2					
E.A.C.	47	Alagoinhas	Masculino	Nível médio completo	Ø
F.B.S.	48	Alagoinhas	Masculino	Nível fundamental incompleto	Ø
E.E.A.	48	Alagoinhas	Feminino	Nível superior em andamento	1
S.C.C.S.S.	49	Alagoinhas	Feminino	Nível médio completo	Ø
Faixa 3					
G.O.S.	51	Alagoinhas	Masculino	Nível médio completo	Ø
K.V.S.	54	Alagoinhas	Feminino	Nível médio completo	2
M.G.C.	54	Alagoinhas	Feminino	Não alfabetizada	Ø
M.G.S.B.	57	Alagoinhas	Feminino	Nível médio completo	Ø

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Tendo essas informações em vista, partimos para o estudo do verbo nos trechos em que foi identificado, os quais estão transcritos a seguir. Na sequência, expusemos as transcrições e o exame dos usos que aparecem nas narrativas das mulheres. Depois, procedemos ao estudo das ocorrências identificadas nas narrativas dos homens:

Informante L. O. F. – [...] *eu correndo atrás do menino né? [...] Eu correndo atrás dele e tal, e meu amigo me gritando na maior calma e eu possessa querendo pegar o menino, daí se ele volta? Eu ia me **foder**. Eu ia tomar pau, mas eu ia **foder** ele também ia dá de pau nele minha filha. Que homem bater [...] em mulher ele se **fode**, eu não, eu ia dá de pau nele [...]. Acho que a polícia*

7 Nesta coluna, acham-se as abreviaturas utilizadas, visando à preservação da identidade do informante.

*ainda ia mangar da cara dele viu? Porque apanhou de mim, mas eu ia apanhar, mas eu ia bater também, eu ia rumar o que tivesse lá, **foder** com ele...*

Como observamos, nesse fragmento de texto extraído do *corpus*, foram registradas quatro ocorrências do verbo em questão. “Foder” aparece nas seguintes construções: “me foder”, “foder ele”, “ele se fode” e “foder com ele”. Nesses contextos, o verbo é conceptualizado como uma ação negativa. Quando a informante L.O.F. utiliza a expressão “me foder”, está se referindo a uma situação (correr atrás de alguém na tentativa de puni-lo) que poderia resultar em um mal que recairia sobre ela mesma. Nessa expressão, o prejuízo é sofrido pela própria informante, já que se trata de uma ação reflexiva, isto é, o sujeito conceptualizador, tanto é o autor da ação, quanto é o seu experienciador. O mesmo ocorre na expressão “ele se fode”, em que a mesma informante revela que o ofensor “homem”, se agredisse fisicamente uma mulher, prejudicaria a si mesmo, pois agressão contra mulher é um crime grave na nossa sociedade e ele seria supostamente punido. Nesse caso, a ação do sujeito geraria uma reação contra ele mesmo.

É interessante notar que, nas construções “me foder” e “ele se fode”, aparecem os pronomes reflexivos *me* e *se*, usuais em construções do português contemporâneo que trazem esse verbo com o sentido de “copular”. Segundo Azeredo (2010, p. 277), “[...] uma construção integrada por um pronome reflexivo sempre nos informa que a pessoa ou a coisa designadas pelo sujeito gramatical é um ser afetado ou paciente do fato/processo expresso pelo verbo”. Ora, nos dois casos analisados, uma reação poderia recair sobre os sujeitos que praticam a ação, colocando-os também em posição de seres afetados ou pacientes que sofrem as suas consequências. Nas construções reflexivas padrão, o sujeito acumula o papel de agente e o de paciente conferidos pelo pronome reflexivo. (AZEREDO, 2010, p. 277) Em outras palavras, os sujeitos dos dois exemplos extraídos do trecho examinado são considerados agentes (in)voluntários e pacientes experienciadores dos fatos/processos expressos pelo verbo, mas não são benefactivos, isto é, não se beneficiam da ação.

Notamos, assim, nessas duas ocorrências, que há correspondências conceptuais resultantes de metonímia e de metáfora. Nesses casos, tanto ocorre uma projeção metonímica PARTE PELO TODO, uma vez que apenas algumas características, aspectos físico-sensoriais negativos, do domínio-fonte ou origem, “prática do ato sexual”, são acionadas. Essa questão pode ser explicada pela controvertida e polêmica história da sexualidade humana, que foi e ainda é polarizada, gerando conceptualizações positivas e/ou negativas a respeito da ação sexual, que culmina no processo de abstratização do verbo “foder”, via projeção metafórica do domínio-fonte, antes já citado, em um domínio-alvo, “prejuízos, danos morais, emocionais”. A metáfora conceptual, portanto, pode

ser interpretada como SOFRER DANOS MORAIS/EMOCIONAIS É PRATICAR ATO SEXUAL. Essa metáfora conceptual traz implícitas algumas correspondências ontológicas entre os domínios fonte e alvo, a saber: a) sofrer danos morais, emocionais corresponde a fazer sexo, especificamente, àquilo que se considera negativo e que provém do ato/da ação sexual (abuso sexual, gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis etc.); b) a pessoa que sofre os danos morais corresponde à pessoa que faz sexo ou é subjugada na ação sexual; c) sofrimento é sexo. Tais correlações são explicadas pela TMMC como mapeamentos entre domínios que estão bem delimitados em nossa experiência cotidiana, para outros domínios mais abstratos, a fim de que possamos compreender os últimos em termos dos primeiros. (CUENCA; HILFERT, 2007, p. 104)

Já nas expressões “foder ele”, bem como “foder com ele”, que constam do mesmo trecho, o contexto discursivo revela que a intenção da informante era agredir fisicamente o ofensor de seu colega, o que resultaria em danos contra alguém, ou seja, o prejuízo afetaria agora outra pessoa, paciente da ação. A projeção metonímica é a mesma que identificamos nos exemplos anteriores, PARTE PELO TODO, já que, mais uma vez, os aspectos negativos do ato sexual são acionados, entretanto, a metáfora conceptual que subjaz às construções citadas, nesses contextos, é CAUSAR DANOS MORAIS, EMOCIONAIS A OUTREM É PRATICAR ATO SEXUAL.

Como é possível observar, os usos metafóricos herdaram os esquemas imagéticos do domínio-fonte, bem como propriedades semânticas e sintáticas dos sentidos básicos, cujas correspondências podem ser, mais ou menos, descritas assim: a) causar danos morais, emocionais corresponde a fazer sexo, a foder; b) a pessoa que causa danos morais corresponde à pessoa que faz sexo, é aquela que fode; c) prejuízo é sexo.

Em síntese, nas quatro ocorrências identificadas nos contextos extraídos da gravação da informante L. O. F., não encontramos o significado de cópula para o verbo “foder”, mas o sentido abstratizado, metonímico-metafórico: “foder é causar danos morais, psicológicos a si mesmo ou prejudicar a outrem”. Observamos que não se trata de um sentido que indica ação sensório-motora, que envolve interação física, resultando num controle provisório de um ser animado e num prazer físico, tal como ocorre em “praticar ato sexual”, mas um sentido que evoca noções abstratas, que envolvem uma imagem mental que traz implícitas interações sociais, psicológicas e, por conseguinte, de causatividade, uma vez que os sujeitos conceptualizadores sofrem e causam danos, prejuízos morais, psicológicos a si mesmos e a outrem.

Nas transcrições das narrativas das outras duas informantes K.V.S. e E.E.A., ocorre algo semelhante. Vejamos:

Informante K. V. S. – *A vida é boa pra quem sabe viver e quem já passou o que passou, o que eu passei e passo certas coisa, mas a gente vai levando é como diz os tabaréu ‘a gente vai levando’. É a mesma coisa que tá levando*

fumo. E, só isso aí, só me fodendo, me fodendo e levando fumo, me arrombando [...]. Caindo, levantando, só alegria...

Informante E. E. A. – [...] *Não tinha vontade de fazer mais nada, só queria ficar dentro do quarto e quase deixei de vim pra UNEB. [...]. Entrava em desespero, muito choro, choro vinha por besteira, até que eu resolvi procurar ajuda, aí minha filha foi e conseguiu consulta com o psiquiatra e lá ele constatou que estava com depressão. Aí fui [...] fazer os exames, tomei o medicamento e graças a Deus tô aqui. Hoje consegui, não desisti de nada, nem de componente, nem de semestre nenhum, tô aqui firme e forte pra ver se eu consigo me formar no final de 2013 agora. Agora minha luta é o [...] mioma [...] e o médico optou pra tirar o útero, então agora minha preocupação é essa cirurgia pra poder não afetar [...] minha vida na UNEB e me [...] prejudicar por ficar um tempo em casa. Mas estou tentando organizar tudo pra não ser prejudicada e não me perder, não me lenhar (risadas), não me foder. Mas com fé em Deus vai tudo dar certo e em 2013 estarei aqui formada, me graduando.*

Na expressão “me fodendo”, utilizada pela informante K.V.S., o verbo vem acompanhado também do pronome reflexivo “me” e está empregado na forma gerundiva, indicando que se trata de um ato contínuo que recai sobre o próprio sujeito, agente experienciador, o qual exprime, através do contexto em que se insere o verbo estudado, os “altos e baixos” da vida, isto é, os momentos bons e ruins, assim como os prejuízos físicos, emocionais e psicológicos sofridos a partir de suas experiências. O mesmo acontece na construção “me foder” encontrada na narrativa da informante E. E. A., em que o verbo exprime semanticamente “prejuízo” e isso fica nítido, quando a narradora fala das intempéries que surgiram na sua caminhada e da sua superação. Tal como os contextos anteriores, o sujeito assume o papel de experienciador, pois é causador e paciente. Mais uma vez, fica evidente o uso metonímico-metafórico desse verbo, conforme já discutido anteriormente.

As ocorrências registradas na fala dessas mulheres parecem indiciar algumas questões importantes, como mudança de padrões de comportamento social, se compararmos com os usos identificados na fala dos homens que também compuseram o *corpus* da pesquisa. Como a abordagem cognitivista da linguagem considera que o estudo do léxico perpassa, sobretudo, pelo estudo da produtividade lexical na língua em uso, observada numa comunidade social e culturalmente determinada, conforme defende Batoréo (2015), entendemos que os usos do verbo “foder” no nosso *corpus* refletem e “corporizam” as culturas que o veiculam, bem como o que pode estar subjacente a isso do ponto de vista histórico. Nesse caso, não podemos deixar de destacar alguns aspectos, a saber: as mulheres das faixas etárias 1, 2 e 3 e de nível de escolarização médio (duas com nível superior incompleto) pronunciaram o verbo “foder”, enquanto, entre os falantes do sexo masculino, apenas dois homens da faixa 1 empregaram-no.

Nos dois fragmentos extraídos dos relatos dos informantes E. S. S. e L. C. S., o verbo “foder” apresenta sentido e transitividade diferentes em relação ao que observamos nas narrativas anteriores das três mulheres. Vejamos:

Informante E. S. S. – [...] *eu tava voltando de Salvador, tinha ido levar meu irmão em Salvador de carro. Eu tava dirigindo, e numa [...] descidinha da estrada, onde não dava pra ver se [...] vinha ou não um carro na outra mão de direção, eu resolvi ultrapassar um caminhão que tava na minha frente e vinha um carro do outro lado. Nessa hora vem aquele pensamento que todo mundo tem [...] ‘fodeu cara! E agora? Vou bater de frente vai morrer todo mundo!’*

Informante L. C. S. – *Tinha um caminhão na minha frente e eu tava atrás dele só que mantendo uma distância [...] que dava uma distância de duas motos. Só que no movimento o caminhão tava indo, veio outra moto e ficou na minha frente e o caminhão parou de vez, por causa do trânsito, parou de vez! Ai a moto parou e eu olhei assim velho, quando olhei já em cima da moto veio, **fodeu!** (risos) [...] Eita zorra! Quase! Pense que arrepiou da ponta do dedo do pé até o ultimo fio do cabelo.*

Notamos elementos semelhantes, nos dois fragmentos de narrativas apresentados, tais como o trânsito, o caminhão e a situação inusitada que quase levou os dois informantes a acidentes que poderiam ocasionar ferimentos graves e até mortes dos envolvidos. Verificamos, também, que os narradores utilizam a forma verbal “fodeu”, para conceptualizar a tensão gerada pelas circunstâncias experienciadas, para conceptualizar uma situação desastrosa em que o sujeito sofre uma experiência negativa e, ao final do relato, diante da gravidade do que ocorreu, realiza uma conceptualização negativa, usando a ação sexual como domínio-fonte para compreensão do domínio-alvo, fim de uma experiência. O sentido conceptualizado, nesses casos, é de que “tudo acabou”, e a metonímia conceptual identificada, mais uma vez, é PARTE PELO TODO, explicada pela projeção dos aspectos conflituosos, negativos, relativos à sexualidade humana acionados nos processos de categorização e conceptualização. Por outro lado, encontramos a metáfora da morte expressa por ACABAR É PRATICAR ATO SEXUAL.

Em linhas gerais, nos exemplos extraídos das narrativas femininas e masculinas, observamos que o verbo estudado é conceptualizado com os valores depreciativos “causar danos ou prejuízos morais, emocionais a si mesmo ou a outrem” e “acabar tudo”, de modo que entendemos que esse verbo passou e continua passando por um “desenvolvimento pejorativo” (OLIVEIRA, 2008), uma vez que esses usos parecem refletir concepções e ideologias que foram se transformando no devir do tempo. Considerando que a prática sexual era tratada, no passado e ainda no presente, por motivos religiosos ou não, como algo quase ilícito, que

deveria e ainda deve ser reprimido, escondido, ou apenas confessado, não é de se surpreender que esse verbo carregue em sua trajetória semântica marcas negativas que se manifestam metonímica e metaforicamente nos usos identificados até aqui.

Como sabemos, a sexualidade é um tema bastante controverso, polêmico e ainda cercado de muitos tabus. Longe de ter um conceito pré-definido, a noção de sexualidade varia de acordo com a área do saber, com a escola que a estuda ou com a pessoa que a discute.

De acordo com os autores Le Goff e Truong (2003), na Idade Média, tanto o corpo quanto o ato sexual eram depreciados. O sexo possuía uma única finalidade: a procriação. Contrário a esse desígnio, era considerado pecado e o desejo carnal amplamente reprimido. A igreja e seus ideólogos também introduziram no Ocidente a “transformação do pecado original em pecado sexual”, o que só fortaleceu a imagem negativa da sexualidade, assim como nos revelam os referidos autores:

Quanto à transformação do pecado original em pecado sexual, é um sistema medieval dominado pelo pensamento simbólico que a torna possível. Os textos da Bíblia, ricos e polivalentes, prestam-se bem às interpretações e deformações de todo o género. A interpretação tradicional afirma que Adão e Eva quiseram encontrar na maçã a substância que lhes permitiria adquirir uma parte do saber divino. Como era mais fácil convencer o bom povo de que comer a maçã teve mais a ver com cópula do que com conhecimento, o pendor ideológico e interpretativo instalou-se sem grande dificuldade. (LE GOFF; TRUONG, 2003, p. 44)

O que nos parece é que a Igreja, ou melhor, o Cristianismo foi o grande precursor da repressão sexual na Idade Média, repressão essa que algumas pessoas, assim como alguns autores julgam ser a causa principal dos tabus sexuais presentes na atualidade. Foucault (2004), ao discutir a história da sexualidade humana, entretanto, a apresenta para o leitor por um outro ângulo. Segundo esse filósofo, as bases morais que sustentam a censura, o interdito e a depreciação relacionados ao sexo são originárias da cultura pagã e foram adotadas e aperfeiçoadas pelo cristianismo com novas técnicas, funcionando mais como mecanismos de poder que se desenvolvem ao longo dos tempos na sociedade do que ideias morais. (FOUCAULT, 2004) Logo, essas bases já tinham sido erigidas antes da edificação da doutrina cristã, conforme se pode ler a seguir:

[...] de modo geral, quando se quer caracterizar a moral cristã quanto à sexualidade, e se quer opô-la à moral pagã, à moral grega ou romana, se propõe as seguintes características: em primeiro lugar, o cristianismo teria imposto às sociedades antigas a regra da monogamia; em segundo,

o cristianismo teria atribuído como função, não somente privilegiada ou principal, mas [...] como única função da sexualidade, a reprodução [...]. Finalmente em terceiro lugar [...] há uma desqualificação geral do prazer sexual. O prazer sexual é um mal [...]. Essas três características definiram o cristianismo. Ora, os trabalhos de Paul Veyne mostram que esses três grandes princípios de moral sexual existiam no mundo romano antes do surgimento do cristianismo [...]. O cristianismo não é, portanto, responsável por toda essa série de proibições [...] de limitações da sexualidade freqüentemente atribuídas a ele. (FOUCAULT, 2004, p. 63-64)

De acordo com Foucault (2004), esses mecanismos coercitivos herdados pela doutrina cristã são chamados de pastorado.⁸ Viver em uma sociedade onde existe um poder pastoral implica em viver uma salvação obrigatória que só pode ser atingida por meio de uma autoridade (o pastor) que exige obediência absoluta. Isto quer dizer que a ideia da salvação é imposta à sociedade cristã e todos buscam a salvação, mas não porque ela é procurada de bom grado e, sim, porque “o poder do pastor consiste precisamente na sua autoridade para obrigar as pessoas a fazerem tudo o que for preciso para sua salvação”. (FOUCAULT, 2004, p. 68) Obedecer a uma autoridade, por sua vez, implica uma realidade de confissões na qual a autoridade deve estar a par de cada uma das ações realizadas por seu rebanho, e a única maneira de se obter esse controle absoluto é através da obediência absoluta. Uma das técnicas utilizadas pelo sistema pastoral para o controle da obediência, segundo o autor, é a técnica de confissão, e funciona para a sexualidade como uma “tarefa, quase infinita, de dizer, de se dizer a si mesmo e de dizer a outrem, o mais freqüentemente possível tudo o que possa se relacionar com o jogo dos prazeres”. (FOUCAULT, 1999, p. 24) Nesse período, falar de sexo torna-se, então, uma obrigação.

Vale acrescentar, também, ao lado de uma provável moral cristã que norteou comportamentos e ações, ao longo dos séculos, outra questão importante discutida por Foucault (2014) é aquela que diz respeito aos tratados de medicina que nascem na Antiguidade e se estendem à Idade Média, deixando grandes contributos para a posteridade e para a difusão do que se concebia, na época, como benefícios ou malefícios do sexo para a saúde humana, conforme destacou Galeno, no século II d. c., ao estudar a fisiologia dos atos sexuais, considerada por ele ambivalente.

Essa ambiguidade do pensamento médico a propósito dos prazeres sexuais não é própria de Galeno, mesmo se ela é mais legível nele do que

8 A ideia de pastorado está relacionada a “[...] uma categoria de indivíduos totalmente específicos e singulares, que não se definiam inteiramente por seu *status*, sua profissão nem por sua qualificação individual, intelectual ou moral, mas indivíduos que desempenhavam, na sociedade cristã, o papel de condutores, de pastores em relação aos outros indivíduos que são como suas ovelhas ou o seu rebanho.” (FOUCAULT, 2004, p. 65)

alhures. Ela marca o essencial daquilo que nos resta dos textos médicos dos séculos I e II. Aliás, ambivalência mais do que ambiguidade: pois se trata realmente do entrecruzamento de duas valorizações antiéticas.

Do lado das valorizações positivas, inicialmente a do sêmen, do esperma – preciosa substância para cuja formação a natureza tomou, na ordenação do corpo humano, tantas preocupações: ele reúne o que há de mais potente na vida, ele o transmite, e possibilita escapar à morte; é no macho que ele encontra toda a sua força e a sua mais alta perfeição. Ele que lhe dá sua superioridade. [...] Também valorização do ato para o qual os órgãos foram, nos dois sexos, dispostos com tanto cuidado. A conjunção sexual é coisa de natureza; ela não pode ser considerada má. Rufo de Éfeso traduz a opinião geral quando diz que a relação sexual é um ato natural e que, por conseguinte, não pode ser nociva em si mesma. (FOUCAULT, 2014, p. 140-141)

Em contrapartida, a noção antagônica que se tinha sobre o sexo, no período galênico, pode ser comprovada a seguir:

Mas é de certa forma sua possibilidade, seu princípio, que são assim validados. Pois, a partir do momento em que ele se produz, ele é, no seu desenrolar e de maneira intrínseca, considerado perigoso. Perigoso porque é o desperdício dessa substância preciosa cujo acúmulo, contudo, incita a cometê-lo: ele deixa escapar toda a força de vida que o sêmen tinha concentrado. Perigoso também porque seu próprio desenrolar o aparenta à doença. [...]. Célio Aurelino comparava, termo a termo, o desenrolar do ato sexual e o desenvolvimento de uma crise epiléptica; ele encontrava aí exatamente as mesmas fases: [...]. (FOUCAULT, 2014, p. 141)

Enfim, apesar da patologização e dos mecanismos coercitivos empregados para desqualificar as questões relativas à sexualidade humana, no Ocidente, antes e depois de Cristo, o sexo não foi tão silenciado ao longo da história como pensa hoje o senso comum; por volta do século XVIII, ele passa a ficar muito presente no nível dos discursos. A respeito dessa época, Foucault (1999, p.34) afirma: “[...] o sexo se tornou, de todo modo, algo que se deve dizer, e dizer exaustivamente, segundo dispositivos discursivos diversos, mas todos constrangedores cada um a sua maneira. Confidência sutil ou interrogatório autoritário, o sexo, refinado ou rústico deve ser dito”.

O historiador Yllan de Mattos (2013), doutor em História Moderna, ao discutir alguns tabus da sexualidade no programa Biblioteca Fazendo História (BFH), promovido pela Biblioteca Nacional,⁹ faz menção a essas contradições, quando

9 Alguns fragmentos do programa foram reportados para *Revista de História*, disponível na página: <http://www.revistadehistoria.com.br/> Acesso em: 01 out. 2015.

comenta que a noção de sexo, como já sabemos, nem sempre esteve vinculada à noção de amor, sobretudo no período que vai do medievo à colonização das Américas. Segundo ele, a violência sexual marcou essas sociedades naquela época e é imprescindível compreendermos esse contexto sócio-histórico, para percebermos que as relações de poder entre senhores e subalternos, padres e fiéis, dentre outras, trazem no seu bojo a ideia de sexualidade como algo desprovido de um valor ético-moral,¹⁰ devendo, portanto, ser recalcada, escondida, reprimida.

De acordo, ainda, com Mattos (2013), é possível verificar essas tensões em documentos oficiais expedidos pelos navegantes à Coroa portuguesa, a exemplo da *Carta de Caminha*, nos idos de 1500, em que a nudez dos índios foi censurada e os seus órgãos genitais denominados de “vergonhas”, assim como ocorre em outros documentos oficiais que reprimiam as práticas sexuais. No entanto, ao comparar essa realidade com os dias atuais, no que se refere aos tabus históricos que persistem na nossa sociedade, o referido historiador afirma: “Hoje temos novas formas de expressão e protesto, mas as razões de insatisfação são cíclicas. Os discursos convivem num misto de repressão e liberalismo. Sempre.” (MATTOS, 2013) As (não) ocorrências do verbo “foder” no *corpus* da nossa pesquisa parecem exemplificar isso.

Ainda retomando a discussão de Foucault (2004), já por volta do século XIX, a lógica hipócrita burguesa instaurou a repressão sexual, a partir do momento em que confiscou a sexualidade ao silêncio, à moradia, à função reprodutora e exclusivamente conjugal:

A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. (FOUCAULT, 1999, p. 9-10)

Entretanto, apesar da restrição que envolvia a sexualidade e de esse assunto passar a ser de interesse religioso, econômico e político, ele também se tornou alvo de discussões científicas, iniciando-se, por volta do século XIX, uma caminhada em busca científica a respeito do sexo.¹¹

10 Sabemos que índias e negras escravas foram inescrupulosamente abusadas sexualmente pelos seus senhores no Brasil colonial. Essas práticas só confirmam as contradições referentes ao tema sexualidade e a tudo aquilo que lhe diz respeito.

11 Segundo Foucault (1999, p. 57), existiam dois procedimentos para se produzir essa verdade: a *ars erotica* e a *scientia sexualis*. Na *ars erótica*, “[...] a verdade é extraída do próprio prazer, encarado como prática e

Na nossa sociedade, nos dias atuais, ainda perduram concepções de que sexo é patologia, de que sexo tem de ser reprimido ou apenas confidenciado, de que fazer sexo é um ato pecaminoso e, por conseguinte, falar sobre sexo e empregar palavras ou construções que remetam à sexualidade deve ser evitado. Algumas dessas conceptualizações, ao que nos parece, vêm se perpetuando em nossa sociedade como um tabu fortemente instaurado sobre assuntos relacionados à área sexual.

Apesar de, em pleno século XXI, falarmos e escrevermos sobre sexo, cantarmos o sexo, sermos telespectadores do sexo, notamos restrições de onde, como e para quem podemos falar sobre sexo ou pronunciar palavras que contenham apelo sexual. O que percebemos, com isso, é que o suposto silenciamento que se implantou no Brasil sobre essa temática, num passado ainda recente, motivado por diferentes mecanismos de coerção advindos da influência europeia, de uma burguesia hipócrita, de uma censura ditatorial e de um cristianismo que pune, continuam se manifestando no presente, evidenciando muitas contradições.

Tudo isso leva-nos a crer que tais contradições estão presentes em muitas situações na sociedade hodierna brasileira e podem explicar, em parte, o comportamento semântico do verbo "foder" aqui estudado. Segundo Mattos (2013), o estranhamento provocado, nos dias de hoje, em algumas pessoas ante a leitura do poema de La Fontaine, intitulado "Epigrama", que data do século XVII, por exemplo, colocado como epígrafe deste artigo, evidencia que expressões relativas à sexualidade parecem não ser bem aceitas nem bem vistas em determinados contextos, no presente.¹²

Acreditamos que a compreensão para isso reside no fato de que, conforme já afirmaram Langacker (2007), Silva (2006), dentre outros cognitivistas, o significado é conceptualista e (re)contextualizante, pois, nele está entrelaçada a experiência do sujeito em sua forma individual abstrata e biológica (o que podemos chamar de mentes "corporizadas") e em sua forma coletiva sociointeracional, cultural e linguística, o que permite que seja construído por perspectivas

recolhido como experiência [...]", ou seja, a verdade é constituída através da prática sexual e produz um saber íntimo, experiencial, próprio do sujeito e que deve permanecer secreto, não por ser considerado infame, mas porque "[...] poderia perder sua eficácia e sua virtude ao ser divulgado". (FOUCAULT, 1999, p. 57) Mas, para Foucault, a nossa civilização, aparentemente, não possui a *ars erotica*, contudo, constituiu um procedimento que o autor chama de *scientia sexualis*, isto é, "[...] procedimentos que se ordenam, quanto ao essencial, em função de uma forma de poder-saber [...] que é a confissão" (FOUCAULT, 1999, p. 57), método utilizado pela pastoral e que também foi adotado pela ciência ao longo da história; trata-se de um mecanismo discursivo individual de falar sobre o sexo e a partir daí construir a verdade sobre esse assunto.

12 O estudo realizado, por exemplo, ao ser apresentado ao público acadêmico, em algumas ocasiões, foi recebido com um misto de surpresa, interesse, estranhamento e aparente desconforto, demonstrado pelo riso sem graça ou por uma excessiva seriedade, sempre, acompanhados de um leve rubor na face dos ouvintes.

diferentes, conferindo-lhe, com isso, caráter enciclopédico. Como não foi possível fazer uma investigação acurada sobre a história de vida dos informantes que tiveram suas narrativas gravadas nem investigar o seu sistema de crenças e valores, pressupomos que os sentidos metafórico-metonímicos do verbo “foder”, encontrados nas narrativas estudadas, resgatam uma memória coletiva, inconsciente ou não, impregnada de valores morais, religiosos, coercitivos e, até mesmo, patológicos, construídos ao longo de séculos, cujos vestígios permanecem na forma como essas pessoas concebem (a sua) sexualidade.

Creemos que os resultados obtidos corroboram o misto de repressão e liberalismo em que vivemos e ao qual Mattos (2013) se referiu, conforme transcrevemos anteriormente. Por um lado, verificamos o apagamento de expressões do domínio da sexualidade, em narrativas de falantes de diferentes faixas etárias, gêneros, níveis de formação, motivadas, possivelmente, por um tabuísmo repressor sobre sexo e tudo que lhe diz respeito ou insinua, massificado pelos discursos de autoridade, da família, das instituições religiosas e educacionais, bem como daqueles que dizem defender a moral e os bons costumes, e, por outro lado, vemos irromperem, nos discursos cotidianos, expressões consideradas chulas, não só pelos dicionários, mas pela sociedade, como uma forma de liberdade de expressão, liberalização de valores e protesto, ecoada na voz, sobretudo, das mulheres.

Por fim, para ilustrar a ambivalência discutida pelo médico, farmacêutico e filósofo Galeno (século II. d. c.), encontramos o verbo “foder”, no nosso *corpus*, não só com valor semântico negativo, mas também com um sentido apreciativo, amelhorativo, que pode ser constatado no seguinte trecho extraído da narrativa de um informante do sexo masculino da faixa 1:

Informante L. C. S. – [...] *meu outro professor também, ele era Tenente Coronel da Aeronáutica e [...] teve um cálculo mesmo que o cara colocou no quadro umas três vezes [...] para resolver, [...] porra véio!. Ele bota, bota pra foder véi!. E tipo o cara é show de bola, ele é o gênio da aviação, conhece tudo, tudo, tudo, tudo. [...]*

Nesse trecho, o informante L. C. S. emprega a locução “bota pra foder” como forma de elogio, possivelmente, para enfatizar a habilidade que um professor de aviação tem sobre o conteúdo das aulas que ministra. Observamos que esse tipo de construção tem demonstrado um certo grau de fixidez na oralidade e seu emprego tem sido recorrente na região de Alagoinhas, principalmente entre os jovens. Nesse contexto, o verbo “foder”, juntamente com os outros elementos da fraseologia, traz a ideia de que “quem bota pra foder é bom naquilo que faz”, “causa prazer” “beneficia a si e aos outros”. Trata-se de um uso cada vez mais recorrente no falar cotidiano. Temos, nesse caso, tal como nos exemplos

anteriores, a metonímia da PARTE PELO TODO; porém, dessa vez, é a interface positiva do ato sexual, relativa aos aspectos físico-sensoriais positivos, decorrentes do bem-estar, do prazer, da satisfação, que é acionada dentro do domínio da “prática do ato sexual” e projetada para um domínio-alvo abstrato, que denominamos de domínio dos “benefícios emocionais”, das “experiências bem-sucedidas”. A metáfora conceptual que sintetiza essa conceptualização pode ser transcrita como BENEFICIAR A SI MESMO E AO OUTRO É PRATICAR ATO SEXUAL.

As correlações ontológicas, nesse exemplo, podem ser ilustradas como: a) beneficiar a outrem corresponde a fazer sexo; b) ser competente em algo é compreendido como fazer sexo; c) a pessoa que beneficia ou é beneficiada corresponde à pessoa que faz sexo ou é fodida; d) benefício emocional é sexo.

Em linhas gerais, ao avaliar os sentidos encontrados no *corpus* e considerando a nossa experiência intuitiva, observamos que o item lexical “foder” pode ser compreendido como antônimo dele mesmo, podendo atualizar experiências negativas e positivas. Pressupomos que o motivo de seus usos negativo/pejorativo/depreciativo e positivo/apreciativo/amelhorativo, como queiramos chamar, tenha origem no tratamento contraditório dado ao tema da sexualidade desde muito tempo, como já discutido. Ao mesmo tempo em que falar sobre sexo é reprimido ou proibido, o ato de falar deixa de ser uma confissão de um crime ou pecado e torna-se um meio de liberação. É, nessa perspectiva, que se forma a controvérsia manifestada em seus dois lados: o repressor e o liberador. Portanto, o uso apreciativo do verbo “foder”, mesmo que seja numa forma fixa e num único contexto do *corpus*, como reflexo de experiências positivas e bem-sucedidas na área sexual, encontra-se em variação e contrapõe-se ao uso desse verbo com valor negativo prevalente no *corpus*, como reflexo de experiências malsucedidas e de modelos cognitivos e culturais que concebem a sexualidade como algo mal resolvido, escuso, pecaminoso, perigoso, sujo, feio, imoral, indecente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista tais constatações, acreditamos, portanto, que a variação de sentidos do verbo “foder”, nas narrativas orais dos falantes/informantes de Alagoinhas que participaram da nossa pesquisa, evidencia o seu caráter polisêmico e decorre de dois mecanismos conceptuais: a metonímia e a metáfora. Os sentidos encontrados nos levaram a perceber que ocorreu um processo metonímico-metafórico com esse verbo, motivado pela metonímia PARTE-TODO e por uma transposição metafórica de um domínio-fonte, “prática do ato sexual”, do qual emerge o seu sentido experiencialmente básico, físico-sensório-motor, comprovado pelo seu étimo e pela sua trajetória léxico-semântica, para outros domínios alvos, abstratos, que, em certa medida, se antagonizam, conforme

procuramos mostrar, constituindo uma categoria complexa. No *corpus*, “foder” é “causar danos morais, psicológicos a si mesmo ou prejudicar a outrem” é o sentido mais saliente ou prototípico. Correlacionados a ele, encontramos os sentidos periféricos “foder” é “acabar tudo” e “foder” é “gerar benefício”.

Se, por um lado, o não registro do sentido diretamente relacionado ao domínio da “prática do ato sexual” evidencia um possível tabu de decência que ainda se mantém na sociedade alagoanhense quando o assunto se refere a questões relativas à sexualidade; por outro lado, observamos que houve uma maior incidência no uso de “foder” na faixa 1, de falantes com idades de 19 a 23 anos e, também, na fala das mulheres, com nível médio completo e curso superior em andamento. Tais dados, ainda que representem uma pequena parcela da sociedade alagoanhense, levam-nos a pensar que o movimento de liberação sexual, iniciado pelas mulheres no século passado e em pleno vigor no século XXI, manifesta-se na maneira de agir e expressar-se, independente de sua idade e de sua formação, nos sinalizando um certo des pudor e transgressão dos modelos cognitivos e culturais instituídos.

Nessa perspectiva, acabamos por concordar com a afirmação de Drummond no poema “Certas palavras”: “E tudo é proibido. Então, falamos.”

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, C. D. *Certas palavras*. Disponível em: <<http://drummond.memoriaviva.com.br/alguma-poesia/certas-palavras/>>. Acesso em: 10 abr. 2013.
- AZEREDO, J. C. *Gramática Houaiss*. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2010.
- BATORÉO, H. J. Linguística cultural e o estudo do léxico da língua portuguesa (PE e PB). In: ALMEIDA, A. A. D. ; SANTOS, E. S. *Saberes lexicais: mundo, mentes e usos*. Salvador: EDUFBA, 2015.
- BECHARA, E. C. (Org.). *Dicionário escolar da Academia Brasileira de Letras*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011.
- BLUTEAU, R. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/>>. Acesso em: 05 ago. 2015.
- BORBA, F. S. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.
- BRÉAL, M. *Ensaio de Semântica: ciência das significações*. São Paulo: EDUC 1992.
- BUENO, F. S. *Grande Dicionário Etimológico – Prosódico da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1968.
- CANÇADO, M. Ambigüidade e vagueza. In: CANÇADO, M. *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 57- 96.

- COIMBRA, R. L. Jogos polissêmicos no discurso publicitário. In: FERREIRA, A.M. (Coord.). *Presenças de Régio: Actas do 8º Encontro de Estudos Portugueses*. Aveiro, PT: Universidade de Aveiro; ALAEP, 2002.
- COSTA, E. *Núcleo de Estudos da Oralidade*. Alagoinhas, BA: UNEB, 1995.
- CROFT, W. ; CRUSE, D. A. ; BURRACO, A. B. *Linguística cognitiva*. Madrid: Akal, 2008.
- CUENCA, M. J; HILFERTY, J. *Introducción a la Linguística Cognitiva*. Barcelona: Ariel, 1999.
- CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARIA, E. (Org.). *Dicionário escolar latino – português*. 3 ed. Rio de Janeiro: MEC, 1962.
- FELTES, H. P. M. *Semântica Cognitiva: ilhas, pontes e teias*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- FERNÁNDEZ JAEN, J. Breve historia de la semántica histórica. *Interlingüística*, n. 17, p. 345-354, 2007.
- FERREIRA, A. B. H. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.
- FOUCAULT, M. *Ética, sexualidade e política*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Ditos e Escritos).
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade 3: o cuidado de si..* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- GUIMARÃES, V. C. A concepção freudiana da sexualidade infantil e as implicações da cultura e da educação. *Educativa*, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 53-66, jan./jun. 2012.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva; Instituto Antonio Houssais, 2001.
- JOHNSON, M. *The Body in the Mind: the bodily basis of meaning, imagination, and reason*, Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- JUNG, C. G. *Tipos Psicológicos*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- JUSTEN, J. Os tabus da sexualidade. *Revista de História.com.br*. jun. , 2013. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/os-tabus-da-sexualidade>>. Acesso em: 12 dez. 2015.
- LA FONTAINE, J. Epigrama. *Escrita. Org.* [19-]. Disponível em: <<http://cseabra.utoopia.com.br/poesia/poesias>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

- LAKOFF, G; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Educ, 2002.
- LANGACKER, R. W. Cognitive Grammar. In: GEERAERTS, D. ; CUYCKENS, H. *The Oxford os Handbook of Cognitive Linguistics*. New York: University Press, 2007.
- LAPA, M. R. Vocabulário. In: LAPA, M. R. (Ed.). *Cantigas d'escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*. Lisboa: João Sá da Costa, 1995. p. 287-392.
- LE GOFF, J. ; TRUONG, N. *Uma história do corpo na Idade Média*. Lisboa: Teorema, 2003.
- LUFT, C. P. *Dicionário prático de regência verbal*. Rio Grande do Sul: Ática, 2002.
- PINTO, L. M. da S. *Diccionario da Lingua Brasileira* por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva. 1832. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/diccionario/>>. Acesso em: 05 ago. 2015.
- PRETI, D. *A linguagem proibida: um estudo sobre a linguagem erótica, baseado no dicionário moderno bock, de 1903*. São Paulo: T. A. Queroz, 1983.
- SANTOS, E. S. *Predicadores e argumentos: o que nos revela o português arcaico?* 2003. 246 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras Vernáculas, Salvador, 2003.
- SANTOS, E. S. A polissemia do verbo “tomar” ao longo da história da língua portuguesa: um estudo à luz da Linguística Cognitiva. 2011. 293f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras Vernáculas, Salvador, 2011.
- SILVA, A. M. *Diccionario da lingua portugueza: recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/diccionario/>>. Acesso em: 05 dez. 2015.
- SILVA, A. S. A Linguística Cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. *Revista Portuguesa de Humanidades*. v.1, n.1-2, p. 59-101, 1997. Disponível em: <<http://www.inf.unioeste.br>>. Acesso em: 10 dez. 2014.
- SILVA, A. S. Significado, conceptualização e experiência: sobre a natureza do significado linguístico. *Revista Portuguesa de Humanidades*. v. 10, n. 1-2, 2006.
- SILVA, A. S. O lugar da polissemia: uma história de paixão e desprezo. In: SILVA, A. S. *Mundo dos sentidos em português: polissemia, semântica e cognição*. Coimbra: Almedina, 2006. p. 9-34.
- TAYLOR, J. R. *Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory*. Oxford: Clarendon Paperbacks, 1989.
- TEIXEIRA, J. Organização conceptual das categorias e a lexicalização de um protótipo (fruta). *Diacrítica*, n. 1, v. 19, p. 239-280, 2005. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4509/1/Frutos-fruta.pdf>>. Acesso: 20 nov. 2014.

Conceptualizações de “trabalho” na *Folha de São Paulo*: notícias sobre análises preliminares em uma edição do século XXI

ELIANE SANTOS LEITE DA SILVA (IFBAIANO/PPGLINC-UFBA/PROHPOR-GESCOG)

ESTUDOS COGNITIVISTAS SOBRE AS FORMAS DE CONCEPTUALIZAÇÃO

Os estudos cognitivistas surgem em meados do século XX, a partir das teorias linguísticas formalistas, de cunho gerativo, que centravam sua proposta na análise nas estruturas sintáticas, dando pouca atenção aos fatos semânticos. Já na década de 1970, emerge uma proposta de investigação preocupada com o significado e com o funcionamento da linguagem para que, através dele, se compreendessem mais profundamente as estruturas mentais. Em tal ambiência de contestação, teóricos, ainda gerativistas, propõem a então chamada Semântica Gerativa que, porém, não contou com muitos avanços.

A ênfase no interesse pela inclusão da semântica nos estudos cognitivos tomou corpo, através da criação da Linguística Cognitiva (LC), cujos pesquisadores passam a ser considerados como dissidentes do programa gerativo chomskiano. É somente a partir da década de 1980 que os estudos cognitivistas irão assumir o interesse em abordar o significado, partindo da forte dependência entre os conceitos de razão e de corpo.

Com essa nova abordagem, entende-se o significado enquanto flexível (adaptável às mudanças do mundo), perspectivista (não reflete o mundo objetivamente) e enciclopédico (intimamente relacionado ao conhecimento de mundo dos falantes). (SILVA, 2006)

Em 1980, os pesquisadores George Lakoff e Mark Johnson publicam a obra *Metaphor we live by* (traduzida, em 2002, para o português como *Metáforas da vida cotidiana*), na qual sistematizam a denominada “teoria da metáfora conceptual”, em que discutem o modo como os significados são conceptualizados.

Nesse aspecto, as reflexões de Lakoff e Johnson (2002) ultrapassaram o plano linguístico. Por exemplo, ao discutirem a metáfora conceptual DISCUSSÃO É GUERRA, os autores não só apontam expressões metafóricas que lhes dizem

respeito, mas também os comportamentos sociais que trazem à tona essa mesma metáfora, mesclando o aspecto linguístico ao experiencial:

É importante perceber que não somente *falamos* sobre discussão em termos de guerra. Podemos realmente ganhar ou perder uma discussão. Vemos as pessoas com que discutimos como um adversário. Atacamos suas posições e defendemos as nossas. Ganhamos e perdemos terreno. Planejamos e usamos estratégias [...]. Muitas das coisas que *fazemos* numa discussão são parcialmente estruturadas pelo conceito de guerra. É nesse sentido que DISCUSSÃO É GUERRA é uma metáfora que vivemos na nossa cultura; ela estrutura as ações que realizamos numa discussão. (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 47, grifo nosso)

Desse modo, as metáforas encontram-se tanto no domínio cognitivo (daí serem chamadas metáforas conceptuais) quanto no domínio da linguagem enquanto expressão do pensamento, a saber, as expressões metafóricas.

Para um melhor reconhecimento da estrutura interna de uma metáfora, leva-se em conta seu domínio fonte (ou origem), que é o domínio de onde se acessam os conceitos a serem projetados no domínio alvo (ou destino), que, por sua vez, é o domínio a partir do qual surgem os conceitos novos, fenômeno denominado por Lakoff e Johnson (2002) como mapeamento (ou projeção) entre domínios. Assim, tais projeções correspondem a associações entre os domínios, em que um domínio mais familiar ao falante serve de “alicerce” sobre o qual a mente corporificada estabelecerá novos conceitos. Desse modo, a então chamada filosofia do experiencialismo ou realismo corpóreo concebe mente/corpo enquanto intrinsecamente dependentes na construção dos significados, defendendo que:

A razão não é descorporificada, como a tradição largamente ensinou, mas surge da natureza de nossos cérebros, corpos, e experiência corporal [...]. Ao contrário, é formada crucialmente por peculiaridades de nosso corpo humano, para remarcar detalhes da estrutura neural de nossos cérebros, e das especificidades de todas as nossas funções no mundo. (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 14-15)

É nesse aspecto que a abordagem cognitivista então defendida por Lakoff e Johnson (1999) advoga pela relação do homem com sua experiência física e social, mediada pelo corpo. Uma implicação dessa perspectiva é que não mais se pensa na língua apenas enquanto instrumento de comunicação, mas também como atividade social, que envolve não somente os elementos linguisticamente previsíveis, como também os cognitivos (a mente corporificada) e os sociais (a necessidade de estabelecer interação com o mundo e com o outro), na construção do conhecimento, não como um sistema fechado em si mesmo.

Sob essa perspectiva, enquanto área de investigação, a Semântica Cognitiva (SC) é, por natureza, heterogênea, enfocando uma abordagem interdisciplinar, cujos principais pressupostos defendem: o caráter motivado, não arbitrário, do signo; as análises da linguagem em uso; uma abordagem mais holística dos dados, considerando tanto o conhecimento linguístico quanto o enciclopédico do falante, na construção dos sentidos. Desse modo, para além de uma interação mente-corpo, o experiencialismo (perspectiva filosófica então adotada pela SC, em detrimento do objetivismo) rejeita a dicotomia objetivista sujeito-objeto, que exclui a experiência de mundo do sujeito na construção do conhecimento, pressupondo que os objetos teriam sua existência *a priori*, independentemente da interação do sujeito com o mundo, a fim de reinterpretá-lo e reconstruí-lo. (LAKOFF; JOHNSON, 2002, 1999)

Partindo desses pressupostos, poder-se-á entender as formas de conceptualização do mundo, por meio de fenômenos como a metáfora conceptual, já que as mesmas “são significativas porque estão baseadas nos conceitos diretamente significativos e nas correlações de nossa experiência”. (MARTÍNEZ DEL CASTILLO, 2008, p. 196)

A preocupação do presente estudo assumiu esse viés cognitivista, visto ter buscado compreender as formas de conceptualização do “trabalho” através de mecanismos conceptuais, como a metáfora e metonímia, além de esquemas de imagens emergentes nos Modelos Cognitivos Idealizados (MCI's), que Lakoff (1987) compreende como estruturas de significado, por meio das quais os seres humanos organizam o conhecimento: “Cada MCI é um todo complexo estruturado que usa quatro tipos de estruturação: os proposicionais, os esquemas imagéticos, os mapeamentos metafóricos e os metonímicos”. (LAKOFF, 1987, p. 68) Em um primeiro momento, o autor distribuiu os MCI's entre os chamados modelos metafóricos, de esquemas imagéticos e os metonímicos.

Os modelos metafóricos correspondem às operações de projeções em que um domínio empresta parte de sua estrutura conceptual ao outro. Assim, de acordo com este conceito lakoffiano, as metáforas passam a ser compreendidas como um dos tipos de MCI's, e não mais como a base única para as operações de conceptualização, como outrora fora defendido por Lakoff e Johnson, em 1980.

Lakoff (1987) apresenta os esquemas de imagens como estruturadores da maioria dos conceitos circulantes socioculturalmente, a partir de noções de espacialidade e orientação que contribuem para a construção dos significados e da realidade, a partir da interação do homem com seu meio ambiente e seu corpo. As noções de dentro-fora, alto-baixo, atração-repulsão são exemplos de como tais noções subjazem aos processos de conceptualização, através da corporificação. Gibbs e Colston (2012, p. 47) defendem que tais esquemas

emergem no decorrer de atividades sensório-motoras como manipular objetos, se orientar no espaço e tempo e direcionar o foco perceptivo para vários fins [...]. Os esquemas de imagem cobrem uma ampla gama de estruturas práticas predominantes na experiência, além de possuírem estrutura interna e poderem ser elaborados metaforicamente para ajudar em nossa compreensão de domínios mais abstratos.

Os MCI's de tipo metonímico, também, correspondem, assim como os metafóricos, a projeções, que, porém, ocorrem no âmbito de um mesmo domínio conceitual, estabelecendo uma relação de correspondências entre um domínio e seus possíveis subdomínios, e como Lakoff e Johnson (2002, p. 92) pontuam: “tem primeiramente uma função referencial, quer dizer, nos permite utilizar uma entidade por outra”.

Barcelona (2012, p. 127, grifo nosso) amplia esse conceito ao afirmar que “a metonímia é uma ‘projeção’ porque a fonte causa a ativação mental do alvo ao impor uma *perspectiva* sobre ela”. (BARCELONA, 2012, p. 127, grifo nosso) Nesse sentido, pode-se entender a metonímia como um processo gerador de significação, ao apontar um novo aspecto de uma entidade de modo perspectivista.

Considerou-se, ainda, para efetivação deste estudo, as discussões mais contemporâneas propostas por Joseph Grady (1997, 1999), discípulo de George Lakoff, que aprofundou a proposta da obra seminal de 1980, propondo-lhe outros desdobramentos, através da Teoria da Metáfora Primária (TMP). O autor ilustra tal conceito, retomando o exemplo de Lakoff e Johnson (2002) da metáfora MAIS É PARA CIMA, de modo que a experiência de empilhar objetos, por exemplo, mapeia o conceito de aumento da quantidade, relacionado à altura percebida no ato de empilhamentos; nesse aspecto, tem-se uma associação do conceito (ou domínio) fonte “acima/altura”, relacionado à experiência visual (por isso considerado fundamental), com outro conceito alvo (também fundamental), mas não diretamente relacionado ao aspecto corporificado da apreensão do sentido, que é a quantidade. Outras correlações estabelecidas por Grady (2007) são as seguintes:

[...] conceitos fonte de metáforas primárias incluem PARA CIMA, PARA BAIXO, PESO, BRILHO, PARA FRENTE, PARA TRÁS, DOCE, vários conceitos simples de ‘força-dinâmica’, e assim por diante. Conceitos alvo correspondentes são construídos por esses blocos básicos da experiência mental como DOMÍNIO, MAU, DIFICULDADE, FELICIDADE, SUCESSO, O PASSADO, ATRAÇÃO e COMPULSÃO.¹ (GRADY, 2007, p. 193, tradução nossa)

1 “Source concepts for primary metaphors include UP, DOWN, HEAVY, BRIGHT, FORWARD, BACKWARD, SWEET, various simple ‘force-dynamic’ concepts, and so on. Corresponding target concepts are such basic building blocks of mental experience as DOMINANT, SAD, DIFFICULT, HAPPY, SUCCESS, THE PAST, APPEALING, and COMPULSION”. (GRADY, 2007, p.193)

Em outras palavras, os conceitos fonte das metáforas primárias geralmente evocam experiências sensoriais que são universais,² através de representações imagéticas, em sua maioria, inconscientes. Nesse sentido, dificilmente as mesmas podem ser decompostas em outras construções metafóricas (daí a expressão “primária”), ao contrário de metáforas complexas, também, apontadas pelo autor, como em “teorias são construções”, que, em seu bojo, trazem diversos outros mapeamentos mais complexos, imbricados na construção do significado metafórico, não estabelecendo, segundo o autor, uma relação experiencial entre os domínios. Por outro lado, os conceitos alvo não são, obrigatoriamente, caracterizados por esta representação visual ou experiencial, trata-se, conforme já apontado, de um domínio da experiência menos conhecido, ou, em outros termos, mais abstrato, e que se pretende conceptualizar. Desse modo, as metáforas primárias são “consequências naturais ou até mesmo inevitáveis de associações recorrentes na vida diária”. (GRADY, 2007, p. 194, tradução nossa)³

Sob a perspectiva da TMP, Grady (1999)⁴ aponta dois principais tipos de motivação para a conceptualização através das metáforas primárias, a saber, as metáforas baseadas em correlação e as metáforas de semelhança. As primeiras são aquelas diretamente relacionadas às experiências corporais, geradas a partir de experiências desde a infância, a exemplo da relação calor-proximidade-afeto estabelecida entre a criança e sua mãe, em situações de interação que ativam o aspecto neural da construção do significado, de modo que tais mapeamentos constituintes das metáforas primárias “são tratados como circuitos neurais relacionando representações dos conceitos fonte e alvo – circuitos que são automaticamente estabelecidos quando um conceito perceptual e um não perceptual são repetidamente co-ativados”. (GRADY, 2007, p. 194, tradução nossa)⁵ Além disso,

-
- 2 O caráter universal das metáforas é defendido na TMP no sentido de que, como os seres humanos compartilham, em geral, das características corporais, as experiências provenientes dessa estrutura corporal serão as mesmas. No entanto, não se descartam as influências dos filtros sociais e culturais sobre a construção metafórica, o que as torna, nesse sentido, particulares, especialmente sendo metáforas complexas. Assim se posiciona Grady (2007, p.194): “Dado que todos os humanos compartilham aspectos básicos de percepção e experiência que são refletidos em metáforas primárias, estes padrões devem aparecer nas línguas ao redor do mundo”. (Do original: “Given that humans everywhere share the basic patterns of perception and experience that are reflected in primary metaphors, these patterns ought to show up in languages around the world”).
 - 3 “[...] natural or even inevitable consequences of recurring associations in daily life”. (GRADY, 2007, p.194)
 - 4 Joseph Grady desenvolveu tal tipologia na ocasião da escrita de sua tese doutoral, em 1997, intitulada *Foundations of meaning: primary metaphors and primary scenes*. Pelo fato de não ter tido acesso a tal publicação, recorreu-se à apresentação de tais conceitos feita pelo autor no texto *A typology of motivation for conceptual metaphor: correlation vs. resemblance* publicado em 1999, além do já citado texto de 2007.
 - 5 “the mappings that constitute primary metaphors are treated as neural circuits linking representations of source and target concepts—circuits which are automatically established when a perceptual and a nonperceptual concept are repeatedly co-activated”. (GRADY, 1999, p. 7)

discute que esse tipo de motivação está na base das cenas primárias, presentes, também, na base desse tipo de metáforas:

Ou seja, uma ‘cena primária’ recorrente, que pode ser caracterizada em um nível muito local e esquemático, envolve uma estreita relação entre duas dimensões da experiência – tipicamente que uma mais diretamente relacionada à entrada sensorial do que outra. O típico dessas cenas é que elas são elementos da experiência humana universal – experiências sensorio-motoras básicas, emocionais e cognitivas que não dependem das particularidades da cultura. (GRADY, 1999, p.7)⁶

Para ilustrar tal motivação, Grady (1999, p. 9) apresenta a expressão metafórica “Desejar é ter fome”, que estabelece uma relação entre a sensação física advinda da fome e o foco consciente em realizar algo. Nesse caso, há uma relação experiencial básica do pensamento motivando a conceptualização, a partir de um estado cognitivo e emocional básico.

No segundo tipo, as metáforas de semelhança, por sua vez, o autor argumenta que não há uma evocação direta de uma perspectiva corporificada para haver a conceptualização, antes, trata-se de uma metáfora complexa, que se baseia em algum tipo de semelhança entre os conceitos fonte e alvo. Para ilustrar tal tipologia não motivada pelo aspecto experiencial direto, Grady (1999) usa o exemplo⁷ da expressão metafórica “Aquiles é um leão”. O autor aponta que a semelhança encontra-se na coragem, tanto do leão, quanto de Aquiles; assim, apenas, um aspecto do leão é destacado, a fim de ser conceptualizado, de modo semelhante uma pessoa corajosa, sem que, necessariamente, os conceitos fonte e alvo (leão/Aquiles) tenham compartilhado de experiências sensorio-motoras, a fim de se estabelecer tal associação, mas ambos possuem alguma característica que irá uni-los:⁸

Por que nós projetamos bravura humana em aspectos do comportamento instintivo dos leões e vice-versa, ao invés de associar pessoas corajosas

6 “Namely, a recurring ‘primary scene’, which can be characterized at a very local and schematic level, involves a tight correlation between two dimensions of experience – typically with one more directly related to sensory input than the other. Typical of these scenes is that they are elements of universal human experience – basic sensori-motor, emotional and cognitive experiences which do not depend on the particulars of culture”.

7 O autor informa que foi, originalmente, citado por George Lakoff e Mark Turner na obra *More than cool reason: a field guide to poetic metaphor*, publicada em 1989.

8 Concorde-se com Ortíz (2011), ao afirmar que as vantagens dessa abordagem encontram-se principalmente na simplificação ao identificar os elementos que são projetados nos diferentes domínios, o que, consequentemente, facilita a compreensão sobre a estrutura das metáforas complexas, enquanto compostas por (ou baseadas em) metáforas primárias, que são motivadas sensorialmente.

com frangos ou peixes dourados, por exemplo? A explicação mais plausível é que nós percebemos algo em comum entre leões estereotípicos, que é a base para este esquema, e pessoas corajosas. Leões e pessoas corajosas ambos (parecem) enfrentar adversários perigosos sem medo. (GRADY, 1999, p. 11)⁹

Após discutir as motivações que conduzem as distintas conceptualizações, a partir das metáforas primárias, Grady (1999) apresenta pelo menos três critérios que estabelecem distinções entre elas, no que tange a uma perspectiva tipológica: a direcionalidade, a ontologia e a convencionalidade. O primeiro aspecto, da direcionalidade, aplicado às metáforas primárias, é discutido através de duas construções metafóricas: cegos culpam a vala e cintura de mulher é ampulheta. Grady (1999, p. 20) defende que “qualquer instância pode servir como fonte para o outro alvo”,¹⁰ a depender do foco que seja estabelecido no ato da conceptualização, de modo que, por exemplo, assim como a cintura de uma mulher pode ser conceptualizada como uma ampulheta, o referido objeto pode ser “feminilizado” ao se destacar sua parte mais estreita. Assim, esse aspecto parece desconstruir a ideia da unidirecionalidade das projeções entre os domínios, nas metáforas conceptuais, conforme proposto inicialmente no âmbito da TMC.

O aspecto da ontologia aborda que as metáforas de correlação e as de semelhança evocam diferentes tipos de domínios fonte e alvo. Geralmente, as primeiras relacionam conceitos de tipos diferentes (como no exemplo da metáfora “Morte é sono”, que evoca o estado da inatividade), enquanto as metáforas de semelhança estabelecem correspondências entre conceitos de mesmo tipo, como é o caso de dificuldades e peso, que apontam para a metáfora “Dificuldades são fardos”.(GRADY, 1999) Por último, a convencionalidade aponta para a extremamente imprevisível criatividade humana para estabelecer semelhanças entre conceitos aparentemente tão distintos, gerando, sempre, novas metáforas por semelhanças, ao contrário das metáforas por correlação, que terminam por restringir tais criações por sempre estabelecer relações com conceitos de uma mesma natureza, de modo que, quanto mais criativa a metáfora, menos convencional ela será para o falante.

Outro estudioso que igualmente discute as mais recentes teorias da metáfora é Zoltán Kövecses, ao propor novas motivações taxonômicas para

9 “Why do we project human bravery onto aspects of lions’ instinctive behavior, and vice versa, rather than associating brave people with chickens or goldfish, for instance? The most plausible explanation is that we perceive something in common between stereotypical lions, whatever the basis for this schema, and brave people. Lions and courageous people both (appear to) confront dangerous opponents without fear”. (GRADY, 1999, p. 11)

10 “either instance may serve as source to the other’s target”.

as metáforas (KÖVECSES, 2010), em texto de 2013, elenca as diversas hipóteses que se seguiram à TMC, especialmente os desdobramentos advindos com *The contemporary theory of metaphor* por Lakoff (1993). No texto aqui citado, o autor discute, especificamente, as teorias que ampliam a compreensão sobre a metáfora, como a categorização (o padrão da TMC), a teoria da integração conceptual, a teoria neural da metáfora e própria TMC, como fundamento para tais discussões. Diante da multiplicidade de possibilidades, o autor pontua que, sempre, há o questionamento sobre qual delas será a melhor forma de tratar a metáfora. Nesse sentido, prefere adotar uma abordagem holística, acreditando na complementariedade entre as diversas formas e suas especificidades interpretativas; e, para ilustrar sua opção, parte da análise de uma única metáfora, bastante discutida no âmbito da SC: “O cirurgião é um açougueiro”, através da qual acredita poder usar várias “lentes” teóricas para focalizar de formas diferentes um mesmo objeto, além de avaliar as respectivas “lentes”. Nesse aspecto, propõe “a TMC enquanto baseada na ideia de que o foco do significado principal oferece-nos uma boa maneira de caracterizar a emergência do significado da sentença” (KÖVECSES, 2013, p. 11),¹¹ estabelecendo propriedades atributivas à elaboração metafórica, pelas projeções interdomínios. Essa caracterização, segundo o autor, ocorre em quatro fases: (1) o reconhecimento de que há duas categorias conceituais independentes (no exemplo dado “cirurgião” e “açougueiro”); (2) devido à similaridade entre eles, se dá o estabelecimento de uma relação metafórica; (3) a percepção de que a propriedade da incompetência emerge do conceito “carnificina” contra o pano de fundo do conceito de “cirurgia”; (4) a projeção dessa propriedade, através da mesclagem ao caracterizar o cirurgião e considerar um domínio conceitual a partir do outro.¹²

Desse modo, o conceito de incompetência atribuído ao cirurgião somente é possível ao estabelecer um comparativo com o conceito de açougueiro, e após estabelecerem-se os mapeamentos de aspectos comuns entre eles, para somente depois, emergirem suas particularidades, diferenciando os significados. Assim, “cirurgião” será o fundo conceptual para que se compreenda o significado de “açougueiro”.

É nesse sentido que a SC não considera os significados como inerentes às expressões, mas prioriza as análises da linguagem em uso, a fim de que a partir dos contextos seja possível perceber mais claramente os sentidos possíveis.

11 “conceptual metaphor theory as based on the idea of the main meaning focus gives us a good way of characterizing the emergence of the sentence’s meaning”. (KÖVECSES, 2013, p. 11)

12 Traduzido e resumido de Kövecses. (2013, p. 11)

O “TRABALHO” COMO RELAÇÃO CONFLITUOSA

A seguir, será apresentado o percurso metodológico adotado para a realização do estudo cujos resultados são aqui expostos.

BREVES CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

As inquietações que nortearam a presente análise visaram a apresentar as formas de conceptualização do “trabalho” recorrentes em textos jornalísticos impressos, além de buscar compreender de que forma tais conceptualizações são evidenciadas na língua portuguesa, no âmbito da documentação pertencente ao lastro temporal selecionado, a saber, uma edição do jornal *Folha de São Paulo*, datada de 1 de janeiro de 2015. Ao todo, foram identificadas 22 ocorrências, das quais foram selecionadas três delas para socialização no presente texto.

Para tanto, partiu-se da hipótese de que a análise semântica de usos específicos da língua portuguesa, em uma perspectiva semântico-cognitiva, contribuirá para a compreensão sobre o caráter experientialista das formas de conceptualização do “trabalho” na documentação selecionada.

A fim de alcançar tais objetivos, a pesquisa assumiu um caráter qualitativo, descritivo-interpretativo e documental, a partir de uma perspectiva sincrônico-diacrônica.

Visto que o critério para identificação das expressões linguísticas que apontam para a conceptualização de “trabalho” não foi o lexical, mas sim, o contextual, seguiu-se a leitura de cada edição na íntegra para identificação das mesmas.

Após o levantamento das ocorrências (expressões metafóricas ou metonímicas), seguiu-se a análise de cada uma delas, a fim de identificar os domínios da experiência evocados, dos esquemas imagéticos utilizados, além das formas de construções metafóricas e metonímicas adotadas.

Em seguida, fez-se um levantamento das particularidades das ocorrências, de modo que seja possível discutir o comportamento dos processos cognitivos observados, futuramente, através do cotejo entre as demais formas de conceptualização do “trabalho” identificadas ao longo da edição escolhida.

Após a transcrição da ocorrência das expressões metafóricas, apresentam-se as considerações analíticas empregadas, a partir do instrumental teórico-metodológico já esboçado nos subtópicos anteriores.

O MCI DA RELAÇÃO CONFLITUOSA: INCURSÕES ANALÍTICAS

(1) Não é fácil *trabalhar comigo* [...]. Contrataria meus três filhos se eles não estivessem bem empregados (GENTILLE, 2015, p. A2)

O texto “O padrinho prisioneiro” trata de comportamentos políticos do então Ministro dos Transportes escolhido pela Presidenta Dilma, Antônio Carlos Rodrigues – o “Carlinhos” – que, segundo o autor do texto, conseguiu o cargo por influência de Valdemar Costa Neto, acusado de envolvimento no escândalo nacional do Mensalão.¹³ O texto destaca o caráter problemático da relação entre o político e os demais membros do partido – Partido dos Trabalhadores (PT) –, ao apresentar um comentário do referido político, a respeito da sua situação no contexto de disputas e ameaças partidárias, em que se percebe um tom de ataque, provavelmente, objetivando inibir os adversários políticos que possam denunciar ou embargar suas práticas nepotistas, que podem ser deduzidas, também, pelo seguinte trecho da ocorrência (1): “Contrataria meus três filhos se eles não estivessem bem empregados”. Devido à forma como chegou ao poder, depreende-se que necessitou de reafirmação política, ainda que tivesse sido pela intimidação.

Assim, na ocorrência (1), identificou-se a metáfora estrutural TRABALHO É RELAÇÃO CONFLITUOSA (KÖVECSES, 2010), que evoca o esquema imagético de “forças”, advindo de uma situação de enfrentamento. Os mapeamentos percebidos nessa projeção do domínio-fonte “conflito” para o domínio¹⁴ alvo “trabalho” sugerem uma leitura em que o ministro, por não se relacionar bem com seus adversários políticos, os vê como sendo “ameaças ao nepotismo”.

A ocorrência oferece uma conceptualização indireta do trabalho, em que “trabalhar” corresponde a uma ameaça para os adversários políticos, de modo que se chega ao ponto de elaborar uma estratégia persuasiva, para que o outro construa uma imagem do adversário político como sendo superior; assim,

13 Em linhas gerais, o Mensalão refere-se a um escândalo político, de divulgação nacional, trazido à tona em 2005, pelos meios de comunicação (a exemplo da Revista *Veja*, em edições do mês de maio de 2005), relacionado a recebimentos de propina por membros do governo, mas especificamente relacionado à compra de votos por Parlamentares do Congresso Nacional Brasileiro. A expressão “mensalão” alude à mensalidade, que, por sua vez, faz referência a uma “mesada” (quantia vultosa paga em dinheiro) paga aos parlamentares para que votem em determinados projetos, com vistas ao favorecimento de grupos específicos (portanto, outra prática ilícita).

14 A utilização do conceito “domínio” remonta ao entendimento de Lakoff e Johnson (2002, p. 206) de que “as metáforas permitem-nos entender um domínio da experiência em termos de outro. Isso sugere que a compreensão acontece em termos de domínios inteiros da experiência e não em termos de conceitos isolados”. Assim sendo, a referida expressão acarreta em uma remissão mais holística dos significados, visto que não os isola dos contextos específicos, antes, propõe que sejam compreendidos em seus diferentes aspectos, a fim de identificar quais elementos são destacados nas construções metafóricas utilizadas pelo falante.

percebe-se a evocação da referida metáfora.¹⁵ De acordo com Morin (2011),¹⁶ as disputas caracterizam os ambientes de trabalho em vários sentidos, não apenas em setores onde a produtividade precisa ser constantemente mensurada, como nas fábricas, mas envolve uma questão da própria natureza humana competitiva (daí sua defesa por uma revolução que envolva o trabalho, enquanto parte da reforma na sociedade).

Assim, a percepção do conflito, na ocorrência (1), estaria relacionada a uma prospecção de uma convivência dificultosa (portanto, “trabalhosa”) com o ministro, de modo que o confronto se estabelece ao, de certa forma, antecipar que quem estiver disposto a conviver com ele, provavelmente, enfrentará dificuldades, trabalhos, gerando experiências desagradáveis e problemáticas.

Outra ocorrência que também está relacionada ao MCI da relação conflituosa segue na ocorrência (2):

(2) O colunista poderia ter investigado, entre outros desmandos, o número de trabalhadores que *forçam o desemprego*, recebem o salário correspondente e vão *trabalhar na informalidade*. (FRANCO, 2015, p. 3, grifo do autor)

Para que melhor se compreenda a ativação de diferentes esquemas de imagens na ocorrência (2), julgou-se pertinente considerar o modelo cultural das leis trabalhistas contemporâneas no Brasil, em que determinados trabalhadores optam por criarem meios de gozar do benefício do Seguro Desemprego, enquanto atuam em trabalhos informais, o que Antunes (2011) considera como a subproletarização do mercado de trabalho. Pelo fato de as condições salariais não serem favoráveis a alguns trabalhadores, determinados grupos (“o número

15 Uma correspondência que pode ser estabelecida na observação da ocorrência em (1), seria pensá-la em um sentido equivalente à expressão cotidiana “Eu dou trabalho”. Nesse caso, considera-se a observação de Lakoff (1990, p.34) sobre a metáfora “Causas são forças”. Essas relações entre os sentidos geralmente implícitos das metáforas compõem o que Lakoff (2012) entende como sua estrutura inferencial. Nesse sentido, o agente causador da força seria o “eu” então expresso que ao “dar trabalho”, por inferência, chega-se a entender que ele “tem trabalho” e o resultado seria o que o trabalho causa, ou seja, as dificuldades.

16 “A hipercompetitividade da era neoliberal conduz a rebaixar custos, aumentar a produtividade, racionalizar o trabalho, ‘enxugar’ as empresas ou administrações, incrementar a precariedade e o desemprego. É a causa do novo sofrimento que se está vivendo nos escritórios e que, na França, se traduziu em ondas de suicídios. Este sofrimento no trabalho não afeta somente os empregos ‘precários’, mas se estende aos empregos mais estáveis por causa da *competitividade generalizada*, incluídas as atividades denominadas ‘estatutárias’ dos setores protegidos”. (MORIN, 2011, p. 234, tradução nossa, grifo nosso) Do original: “La hipercompetitividad de la era neoliberal conduce a rebajar costes, aumentar la productividad, racionalizar el trabajo, ‘adelgazar’ las empresas o administraciones, incrementar la precariedad y el desempleo. Es la causa del nuevo sufrimiento que se está viviendo en las oficinas y que, en Francia, se ha traducido en oleadas de suicídios. Este sufrimiento en el trabajo no afecta sólo a los empleos ‘precarios’, sino que se extiende a los empleos más estables a causa de la competitividad generalizada, incluídas las actividades denominadas ‘estatutarias’ de los sectores protegidos”.

de trabalhadores [...]” implica em uma não generalização) buscam estratégias para obterem lucro, de modo a permanecerem vinculados à empresa pelo tempo mínimo estabelecido em lei para terem garantido o “vínculo empregatício”, e, logo após, assumem comportamentos que provocarão a demissão, por parte do empregador, o que lhes possibilitará ser beneficiados com o Seguro Desemprego. Possivelmente, em resposta a tais práticas, mudanças recentes nas leis trabalhistas brasileiras passaram a condicionar o recebimento do mesmo: além dessa obrigatoriedade de aceitar um novo emprego, assim que surja uma oportunidade, o trabalhador que se encontra desempregado deve, durante o gozo do referido seguro, submeter-se à realização de cursos de aperfeiçoamento presenciais, que, geralmente, ocorrem em horário comercial (o que impossibilitaria o trabalhador de exercer atividades laborativas). De acordo com a nova Lei n.º 7.998/90 (Art. 19), todo trabalhador que recusar um novo emprego sem justificativa terá o Seguro Desemprego cancelado.¹⁷ A Lei já existia, mas, por falta de um cadastramento mais intenso e apurado dos trabalhadores, até então, não tinha sido posta em prática. Assim, compreende-se que tal estratégia de percepção de lucros por parte do trabalhador sofreu uma espécie de retaliação pelos órgãos do governo, que, assumindo uma postura contrária, têm estabelecido formas de controle dessa prática, já que o benefício social, nesse sentido, passa a ser tido como forma de ganho financeiro. Essas estratégias dos trabalhadores reforçam o que Bauman (2001, p. 184-185) sinaliza como uma resposta-reflexo dos mesmos à constante ameaça da perda do trabalho, por vivenciar o chamado “desemprego estrutural” e saber “que são dispensáveis”, na chamada “era das incertezas”.

Dessa forma, em (2), percebeu-se a coocorrência de diferentes esquemas imagéticos,¹⁸ evocando aspectos diferentes do MCI relação conflituosa, a saber, a criação de estratégias de defesa por parte do trabalhador, de modo que tais esquemas apontaram para os seguintes esquemas: primeiramente, o esquema de “forças”, em que o trecho “trabalhadores que forçam o desemprego” sugere um investimento contrário para que se possa sair de uma situação de empregado, para “desempregado”; em seguida, o esquema “origem-percurso-meta” aponta para um caminho a ser percorrido, a fim de alcançar um alvo, implicando em uma entidade que se movimenta (o trabalhador) até o alvo (a informalidade); percebe-se, também, o esquema do “recipiente”, em que o verbo utilizado, na expressão metafórica (forçar), indica uma tentativa de saída de

17 Informações disponíveis em: <<http://leitrabalhista.com.br/nova-lei-do-seguro-desemprego-regras-e-direitos-do-empregado/>> e <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11329515/artigo-9-da-lei-n-7998-de-11-de-janeiro-de-1990>>. Acesso em: abr. 2015.

18 Sobre a possibilidade de tal multiplicidade de esquemas imagéticos em uma mesma construção metafórica, remete-se às discussões de Peña Cervel (2012).

um interior (o emprego) para que se possa entrar em outro (o desemprego e a informalidade). Assim, pela conjugação dos referidos esquemas de imagens, na ocorrência, se percebeu o acesso à metáfora TRABALHO É MEIO DE OBTER LUCRO, evocando-se, ainda, o esquema de imagem do “conduto”: o trabalho é um “meio” para alcançar o alvo: “lucro”.

A ocorrência seguinte aponta para outro aspecto do uso de estratégias:

(3) É com trabalho, não com discurso, *que se desmonta* a propaganda deles [PT]. (LIMA, 2015)

No âmbito do discurso político, é recorrente a associação entre estratégias linguísticas e bélicas. (LAKOFF; JOHNSON, 2002) O trabalho, na ocorrência (3), pode ser conceptualizado como um instrumento poderoso o suficiente para desmontar, ou seja, desestruturar, desarticular uma estratégia de ataque, nesse caso, a propaganda dos oponentes políticos, mais uma vez, em uma referência direta às disputas no âmbito do trabalho, conforme discutidas por Morin (2011). Assim, pode-se identificar a metáfora TRABALHO É INSTRUMENTO DE ATAQUE. Mas até chegar à compreensão da mesma, na ocorrência, recorreu-se a um movimento retroativo para se perceber o processo que lhe trouxe à tona: inicialmente, é provável que tenha havido uma elaboração de argumentos pela oposição, através da veiculação de propagandas. Nesse sentido, percebe-se que a metáfora primária ARGUMENTOS SÃO CONSTRUÇÕES¹⁹ (GRADY, 1997) remete, por implicação, à construção metafórica DESTRUIR UMA ESTRATÉGIA É DESTRUIR UMA CONSTRUÇÃO, especialmente, pelo uso do verbo “desmontar”, que, comumente, refere-se ao domínio das construções, e foi acionado no domínio das ideias e estratégias.

É possível que o autor tenha oposto os sentidos de “discurso” e de “trabalho”, como duas estratégias de ataque às “propagandas” da oposição. Assim, há uma dupla perspectiva, para as formas de ataque: enquanto contraposta a “discurso”, aponta-se para uma conceptualização de “trabalho” como uma estratégia efetiva, e, além disso, como uma forma de ultrapassar o plano da palavra. Outro acarretamento percebido é que a eficácia do “trabalho”, como estratégia para derrotar o adversário, explica-se pelo fato de seus resultados poderem ser “vistos” pela população.²⁰ Percebe-se, nesse sentido, como a referida metáfora desdobra-se em outras construções. Optando por “trabalho” como a estratégia que, certamente, terá um resultado efetivo, percebeu-se uma conceptualização do trabalho como o meio

19 A respeito de outros desdobramentos dessa mesma metáfora, vide Lakoff e Johnson (2002, p.107ss)

20 Daí ser recorrente, em várias cidades no Brasil, a aceleração de obras públicas, no período de campanha eleitoral, a fim de angariar votos, a partir da exposição de resultados plausíveis na comunidade, por exemplo, através da inauguração de praças públicas, ruas, escolas, hospitais etc.

para alcançar um fim e, ao mesmo tempo, a estratégia que vencerá (e finalizará) a disputa, ou seja, o texto evoca o caráter experiencialista do significado (LAKOFF, 1987; LAKOFF; JOHNSON, 1999), ao conceptualizar a situação discursiva como um embate, através dos esquemas imagéticos de “forças” (existem dois oponentes disputando algo), do “conduto” (existe um alvo a ser alcançado, através de um determinado caminho) e do “contato” e “ligação” (é *com* trabalho: que alude ao meio para alcançar o fim). Assim, entende-se que DESMONTAR UM ARGUMENTO É DESMONTAR UMA ESTRUTURA, a partir da expressão metafórica “*se desmonta a propaganda deles*”. Para este fim, portanto, as armas serão ora discurso, ora trabalho, de modo que DISCURSO É ESTRATÉGIA INEFICAZ DE ATAQUE, ao passo em que TRABALHO É ESTRATÉGIA EFICAZ DE ATAQUE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a aplicação dos procedimentos analíticos da SC como instrumental, a fim de observar os fenômenos de conceptualização, mais especificamente aquelas referentes ao “trabalho”, em textos jornalísticos contemporâneos, acredita-se ser interessante, futuramente, aprofundar o olhar sobre temas como os MCI’s, os esquemas imagéticos e os modelos culturais, a fim de melhor relacionar questões culturais e históricas atinentes ao “trabalho” no processo de compreensão das construções metafóricas, bem como as teorias mais recentes que revisitam a teoria da metáfora conceptual, resultantes de desdobramentos, como a teoria contemporânea da metáfora que apresenta a versão mais atualizada da proposta lakoffiana, denominada teoria neural da metáfora, cujo arcabouço teórico aprofunda questões que ultrapassam o plano dos mapeamentos entre domínios-fonte e alvo, e que, enquanto instrumental analítico, apresenta-se como uma perspectiva que pode atender às necessidades, até então, advindas do contato inicial com o referido *corpus*.

Assim sendo, além das leituras referentes ao aparato teórico da SC, sente-se a necessidade de, igualmente, aprofundar as discussões sobre a linguagem jornalística e sobre a história do trabalho, a fim de melhor subsidiar as análises por fazer. Espera-se que o presente estudo possa resultar em um contributo para estudos futuros, tanto sobre a história da língua portuguesa, quanto sobre estudos semânticos, de cunho cognitivista.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre a metamorfose e as centralidades do mundo do trabalho*. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

- BARCELONA, A. La metonimia conceptual. In: IBARRETXE-ANTUÑANO, I.; VALENZUELA, J. (Dir.). *Lingüística Cognitiva*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2012. p.123-146.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FRANCO, B. Benefícios sociais. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A 3, 1 jan. 2015.
- GENTILE, R. O padrinho prisioneiro. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 1 jan. 2015.
- GIBBS, R. W.; COLSTON, H. L. A realidade psicológico-cognitiva dos esquemas de imagem e suas transformações. *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, n. 31, p. 7-46, jul./dez. 2012.
- GIBBS, R. W.; COLSTON, H. L. The cognitive psychological reality of image schemas and their transformations. *Cognitive Linguistics*, V. 6, n. 4, p.347-378, nov. 1995.
- GRADY, J. Metaphor. In: GEERAERTS, D. ; CUYCKENS, H. (Ed.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford, NY: Oxford University Press, 2007.
- GRADY, J. A typology of motivation for conceptual metaphor: correlation vs. resemblance. In: STEEN, G.; GIBBS JUNIOR, R. (Ed.). *Metaphor in cognitive linguistics*. Philadelphia: John Benjamins, 1999.
- GRADY, J. *Foundations of meaning: primary metaphors and primary scenes*. 1997. Dissertation (Ph.D.) - University of California, Berkeley, 1997.
- KÖVECSES, Z. *Metaphor: a practical introduction*. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2010.
- KÖVECSES, Z. Recents developments in metaphor theory: are the new views rival ones? In: GONZÁLVEZ-GARCÍA, F.; CERVEL, M. S. P. ; HERNÁNDEZ, L. P. (Ed.). *Metaphor and metonymy revisited beyond the Contemporary Theory of Metaphor*. Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2013. p.11-26. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=364bAgAAQBAJ&pg=PA129&dq=The+invariance+hypothesis:+is+abstract+reason+based+on+image+schemas%3F+pdf&hl=pt-BR&sa=X&ei=ue8wVcD4B-HjsATc14DYCA#v=onepage&q&f=false>> . Acesso em: 17 abr. 2015.
- LAKOFF, G. A hipótese da invariância: o pensamento abstrato está baseado em esquemas de imagem? *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, n. 31, p. 7-46, jul./ dez 2012.
- LAKOFF, G. The invariance hypothesis: is abstract reason based on image schemas? *Cognitive Linguistics*, v. 1, n. 1, p. 39-74, [1990].
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to Western thought*. New York: Basic books, 1999.

LAKOFF, G. The contemporary theory of metaphor. In: ORTONY, A. (Ed.). *Metaphor and thought*. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 1993. p. 202–251.

LAKOFF, G. *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. São Paulo: EDUC ; Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

LIMA, D. Alckimin usará novo mandato como vitrine para tentar disputar Planalto. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A9, 1 jan. 2015.

MARTÍNEZ DEL CASTILLO, J. G. *La lingüística cognitiva: análisis y revisión*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2008.(Colección Estudios Críticos de Literatura, 33).

MORIN, E. ; PETIT, N. *La vía: para el futuro de la humanidad*. Barcelona: Paidós, 2011.

PEÑA CERVEL, M. S. Los esquemas de imagen. In: IBARRETXE-ANTUÑANO, I; VALENZUELA, J. (Dir.). *Lingüística Cognitiva*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2012. p. 69-9

A língua é um sistema complexo ou como a língua é cheia de ornitorrincos

CAMILA FERREIRO (UFBA/PPGLINC-UFBA)/PROHPOR-GESCOG

Não há critério da verdade senão não concordar consigo próprio.
O universo não concorda consigo próprio, porque passa.
A vida não concorda consigo própria, porque morre.
O paradoxo é a fórmula típica da Natureza.
Por isso toda a verdade tem uma forma[?] paradoxal.

(PESSOA, [19-])

INTRODUÇÃO

Antes de adentrar pela esfera dos estudos linguísticos, esta investigação propõe situar seu ponto de vista ao lado dos teóricos da complexidade. Desse modo, os conceitos de desordem constituinte, antagonia complementar e verdade complexa, encontrados em Morin (2013), organizam nosso panorama teórico. A pretensão é oferecer os firmamentos epistemológicos nos quais procuro caminhar.

Há muito os artistas têm manifestado a natureza antagônica e complementar dos conceitos e das verdades. Fernando Pessoa, em epígrafe, nos convida a observar as realidades e refletir sobre o estabelecimento de verdades. Convite aceito, reuni evidências que apontam para o caráter relativo das realidades e também das verdades, provisórias e discrepantes, sobre o que o poeta e também nós repousamos o olhar. Discordar de si, pluralizar as verdades e assumir a fórmula paradoxal da natureza é, assim, o critério primeiro para a cientificidade que busco, ao lado dos pensadores complexos.

ELEMENTOS TEÓRICOS PARA OS SISTEMAS DINÂMICOS

A leitura de Morin (2013) trilha um caminho semelhante, a partir de uma análise sobre o desenvolvimento do conceito de sistema no âmbito dos estudos da *physis*.

E enfim, demonstra a ciência responsável pela descrição da realidade física, pautada na exatidão das matemáticas, que se depara com incertezas, desordens, confusão (tão próprias das ciências humanas).

Por um tempo, os sistemas foram concebidos como sistemas fechados e autossuficientes, alinhados à verdade cartesiana e à substância aristotélica. Mais recentemente, com a observação do comportamento biológico das membranas celulares, do comportamento físico dos elétrons e das moléculas submetidas à variação de temperatura surge a concepção de sistemas abertos e dinâmicos, organizados a partir de inter-relações retroalimentares, caracterizados pelo fluxo de matéria e energia.

Em sistemas abertos, o conceito de ordem está atrelado ao de desordem, pois em sua experiência e existência esses sistemas se organizam a partir do caos. Perspectivas epistêmicas demonstram sistematizações emergindo de fenômenos intercorrentes, os quais um olhar mais imediatista julgaria anárquico. Embora seus efeitos sejam variáveis, eles revelam padrões de organização bastante sistemáticos, tal qual ocorre com as línguas. A variação e a mudança, a despeito de serem conduzidas por encontros fortuitos, apresentam-se ordenadas.

O estudo que associa o aumento de calor com a aceleração desordenada das partículas do átomo,¹ por exemplo, ao contrário de dar evidências de que a desordem degenera, nos encaminha a solucionar as seguintes questões: Por que a despeito dessa tendência à agitação desordenada, há tanta ordem e organização no universo? Como se explica a aparição, a existência e o desenvolvimento da organização física, biológica e social?

Adotando um modelo para representação do átomo em que a identidade das partículas atômicas ora se aproxima do estatuto de onda, ora de matéria, em que esses elementos constituintes são fatos aleatórios, cuja localização é imprecisa, ficamos diante de um conceito de desordem que, ao invés de desorganizar, organiza. Os elétrons não estão em órbita previsível a partir das leis mecânicas, não são regidos pela força gravitacional. Sua localização é incerta, pois eles se dissociam e se indeterminam sob o olhar do observador. Sua identidade é mutante, ora onda, ora matéria. E incrivelmente, apesar dessa desordem microfísica, a realidade física nos aparece ordenada.

Ficamos diante, então, do conceito de desordem constitutiva, visto que toda matéria, a olho nu, aparentemente tão sedimentada e estável, é composta por elementos que elaboram movimentos infinitos, inapreensíveis e impalpáveis. E isso não é exclusividade da realidade microfísica.

A observação dos astros também revela a propriedade organizativa da desordem. Constituído de corpos estelares, os mais diversos (estrelas, planetas,

1 Referência aos estudos físicos da cinética termodinâmica.

buracos negros, nebulosas e outros mais), o universo tem uma extensão infinita em expansão. E essa extensão expansiva corresponde a uma dispersão, talvez de origem explosiva.² A organização da *physis*, desde a microscopia dos átomos à macroscopia dos planetas, nos encaminha a encarar a desordem de maneira distinta. O pilar de uma ciência física constituída exclusivamente por via da ordem estava corroído.

Coloquemos o problema não mais como dicotomia entre ordem estruturante e desordem degenerativa, pois nos parece, “há uma relação crucial entre a explosão da desordem, a constituição da ordem e o desenvolvimento da organização”. (MORIN, 2013, p. 60) A desordem como a tratamos aqui é uma desordem não só de degradação, mas também de gênese e criação: é uma desordem genésica, uma desordem de sustentação, uma desordem que fundamenta. É uma ideia de desordem organizadora. Uma ideia de caos que sustenta e alicerça a organização. Uma ideia de movimentos e acasos que sintonizam a ordem e as estruturas organizadas.

Além de discutir esse conceito de desordem constituinte, em Morin (2013) discute-se também a relatividade das verdades, a científica, inclusive.

Morin (2013) advoga uma cientificidade constituída a partir de um paradigma epistêmico, em que o estabelecimento de uma verdade não se conduz pela dicotomia objetivo e subjetivo. Todo olhar objetivo (olhar sobre um objeto) traduz uma subjetividade, uma perspectiva, um ponto de vista. Separar o objetivo do subjetivo é ato conseqüente da separação rígida do corpo e da mente, do observável e do observador. Isso nos encaminha a uma série de diluições de fronteiras, as quais estávamos acostumados a estabelecer através de dicotomias.

Afastando-nos dos estudos filosóficos sobre a *physis*, adentramos a partir de agora a esfera dos estudos filosóficos sobre a autoria. Barthes (2004), discutindo a autoridade do autor, colabora com nossa reflexão. Para ele, o significado de uma obra não é expresso pelo autor, mas pela leitura. Da mesma forma, a leitura de Foucault (1992) permite interpretar o autor, a partir do seu posicionamento em relação ao fluxo dos discursos constituídos em uma dada época. Em síntese, a partir da conjunção desses dois olhares sobre a autoria, é possível iniciar a busca pela verdade complexa sobre a qual fala Morin (2013), diluindo fronteiras dicotômicas entre indivíduo e sociedade, objetividade e subjetividade, processo e produto.

Um texto não se dissocia do leitor, nem se dissocia do processo de leitura. Autor, texto e escritura não se dissociam do seu contexto discursivo. E cada leitor, cada autor, cada leitura se constitui e se distingue por um ponto de vista

2 A origem explosiva dessa dispersão faz referência à teoria do *Big Bang*.

peculiar e subjetivo. Desse modo, emerge um corpo interdependente da mente e dos seus contextos e processos de relacionamento. Conceitos tradicionalmente encarados como antagônicos, revelam-se complementares. Daí emergem fronteiras fluídas, movediças e unidades plurais. Os conceitos de desordem constituinte, antagonia complementar e verdade plural tomam espaço no firmamento epistemológico da ciência.

Nota-se, então, a emergência do paradigma contemporâneo sobre o qual também discute Capra (2006). O pensamento contemporâneo conduz-se através da contextualização das partes em seu todo, dando ênfase à descrição dos processos de relacionamento e constituição, a partir de um ponto de vista epistêmico, permeado de subjetividade. Desse modo, concebem-se corpos, mentes, objetos, realidade, subjetividade e verdade, a partir de um modelo radial, como o rizoma de Deleuze (2004), em que não há um início, um centro ou um fim preestabelecido. Está-se diante de um modelo complexo de representação das unidades, constituídas por conjuntos de sistemas de sistemas retroalimentares, mesmo quando eles se apresentam paradoxais: *unitas multiplex*. O desenvolvimento da vida biológica oferece evidências dessa unidade múltipla, dessa ordem fortuita e caótica.

Entre tantos elementos químicos existentes, a vida na Terra, como a conhecemos, se configurou a partir de alguns poucos elementos essenciais: carbono, hidrogênio, nitrogênio e oxigênio. Se no lugar do carbono, por exemplo, estivesse o enxofre, a vida teria se configurado de maneira bastante distinta.

Um mamífero, constituído de sistemas cardiovasculares, digestivos entre tantos outros sistemas funcionais, está em constante interação com outros sistemas, a nível intracelular e extracelular, social e psicológico. O estudo das membranas biológicas, por exemplo, responsáveis pelo fluxo de energia e matéria entre compartimentos no âmbito da célula, revela a conquista de equilíbrio bioquímico, em contextos de desequilíbrio, através de mecanismos de transporte, permeabilidade seletiva de matéria e conversões de energia química. (NELSON; COX, 2011) Em outras palavras, sistemas biológicos, bastante ordenados e funcionais, sistematizam-se a partir dos relacionamentos. Organizam-se situados no contato e na diferença. Isso nos ajuda, enquanto linguistas, a lidar com a variação e a mudança característica de nosso objeto de estudo. O sistema, então, é encarado como uma unidade plural. Sistema de sistemas de sistemas retroalimentares constituídos na desordem, como defendem Morin (2013) e Capra (2006). A própria realidade configura-se dinâmica e fluída, como evidenciam os estudos físicos do átomo (um mingau de prótons e elétrons, cuja localização é imprecisa), os estudos biológicos da célula (cujo fluxo entre o que está separado por membranas é indispensável à manutenção da vida) e os estudos sócio-históricos sobre as línguas (cuja variação faz parte do sistema que funciona enquanto muda).

O SISTEMA LINGUÍSTICO É ABERTO E DINÂMICO

Um alvo de investigação aqui proposto é a concepção de sistema elaborada pela Linguística Cognitiva: o que vem a ser o sistema linguístico para os linguistas cognitivos?

A Linguística Cognitiva assume um compromisso com a interdisciplinaridade, a partir de uma abordagem sistêmica não modular. Essa conclusão advém da observação de processos cognitivos gerais, compartilhados pelo sistema linguístico e outros sistemas, como o aparato sensorio-motor (evidenciados pelos esquemas imagéticos), o social (evidenciados pelos padrões sociolinguísticos) e psicológico (evidenciado pela propriedade gestáltica do conhecimento linguístico). Sob esse olhar, então, o sistema linguístico, o aparato sensorio-motor e o psicológico constituem-se como sistemas de sistemas de sistemas, partes inter-relacionadas que constituem um todo (também encarado como um sistema plural), a cognição.

Para os linguistas, em geral, o sistema linguístico é encarado como uma unidade e é colocado no centro das investigações. Todavia, para os linguistas cognitivos, ele não se dissocia de outros sistemas cognitivos e, portanto, abre portas para o analista de sistemas abertos. Diferentemente de outras correntes teóricas que encerram o sistema linguístico no indivíduo ou na sociedade, concebidos como sistemas fechados, com uma lógica peculiar, linear e autossuficiente, o linguista cognitivo procura a lógica do sistema linguístico na relação intersistemas.

Não se trata de incluir a variação como um “elemento variável dentro de um sistema controlado por uma única regra [...] definida por funções de variáveis independentes extralinguísticas ou linguísticas”, como o fez Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 105-108), ao propor os fundamentos para uma sociolinguística e, também Tarallo (1991), ao propor a sociolinguística paramétrica. O sistema linguístico para o linguista cognitivo é um sistema aberto e dinâmico, cujas unidades são sistemas retroalimentares, cujos padrões lógicos emergem do contato entre as diferenças.

Sendo assim, é possível perceber que a linguística cognitiva elabora diversas propostas consoante a teoria da complexidade. Na semântica de frames (FILLMORE, 2009), nos modelos cognitivos idealizados (LAKOFF; JOHNSON, 1999) e nos domínios, perfis e bases (LANGACKER, 1987), reconhecemos tentativas de conceber a interdependência entre as partes e o todo, entre o significado e seu contexto, entre o item linguístico e seu uso.

A discussão de Fillmore (2009) sobre os verbos de julgamento demonstra que eles se relacionam com outros elementos comuns à experiência do julgamento, como o juiz, o réu e a sentença, de modo que numa sentença em que um verbo de julgamento se faz presente, esses outros elementos também se farão. Relacionados na experiência, o significado de um é construído em relação ao do outro. A discussão de Langacker (1987) demonstra que o conceito de raio, por exemplo, se relaciona com o conceito de círculo, pois para definir o que é um raio, precisamos

conceber o que é um círculo. A discussão de Lakoff e Johnson (1999) sobre o conceito de homem solteiro, por exemplo, relaciona um ponto de vista entre muitos pontos de vista possíveis, ao que denomina modelos cognitivos idealizados. Nesse caso, um homem solteiro pode nunca ter se casado ou pode ter se divorciado ou pode manter uma união estável ou pode ser promíscuo ou não, de modo que a escolha individual se relaciona com as possibilidades coletivas.

A complexidade das unidades, *unitas multiplex*, encaradas então como unidades plurais, também ganha evidência com o conceito de mente corporificada e realidade percebida (JOHNSON, 1987; LAKOFF; JOHNSON, 1999) e com a proposta de realidade percebida. O conceito de mente corporificada, na medida em que encara a elaboração de conceitos, a partir de experiências corpóreas, demonstra como são interdependentes os sistemas cognitivos psicológicos e sensorio-motores. O conceito de realidade percebida, para o qual o observador é conceptualizador, demonstra a complementariedade entre objetividade e subjetividade. O raciocínio sobre a realidade, assim, é fruto não apenas de um olhar objetivo sobre uma substância aristotélica, mas também das experiências sociais e corpóreas, da perspectiva adotada, do enquadramento que se faz da realidade, focalizando ou desprezando ou dando relevo a determinados elementos. E assim sendo, encontro diálogos entre as palavras de Morin (2013), Deleuze (2004) e Lakoff e Johnson (1999).

Morin (2013) utiliza como exemplo o desenvolvimento da teoria do *Big Bang*, para refletir sobre a presença da subjetividade no olhar objetivo empreendido pela ciência clássica. Embora o *Big Bang* apresente uma solução lógica, de causa e efeito, para a criação do universo, ele esbarra em uma nova dúvida racional. O universo em expansão é justificado pela explosão de um ponto infinitamente denso. Ok. E antes disso, o que havia?

O fato é que quanto mais nos distanciamos no tempo ou no espaço, mais imprecisos ficam os dados, mais as hipóteses requerem a nossa imaginação, pois mais inaudível ficam os sinais pretéritos.

As respostas trazidas ao problema cosmológico são marcadas por uma dupla fragilidade. A primeira vem do fato de que quanto mais nos afastamos – remontamos, então – no espaço-tempo, mais os dados da observação ficam incertos, equívocos, mais se descobre buracos negros e oceanos negros, mais a sombra do desconhecido e do inconcebível cresce, mais as hipóteses requerem a cooperação ativa da imaginação. Aqui surge a segunda fragilidade: os chamados à imaginação são ao mesmo tempo chamados ao imaginário; os problemas do universo mobilizam, geralmente inconscientemente, inclusive no astrônomo, os poderes ocultos de mitologização e de racionalização. (MORIN, 2013, p. 63)

Morin (2013) desenvolve o raciocínio de que os cientistas e suas hipóteses respondem a uma relação entre a realidade observada e a imaginação e isso

envolve um chamado ao imaginário do observador, aos seus conceitos preconcebidos, a sua capacidade de abstração, suas expectativas. Por isso, segundo ele, a busca por uma racionalização encontra necessariamente uma irracionalidade.

Os conceitos de mente corporificada e realidade experientialista de Lakoff e Johnson (1999) seguem o mesmo caminho. Para eles, o raciocínio (a mente ou a razão) não é literal; é imaginativo, metafórico, emocionalmente engajado. Assim, a realidade observada (o olhar objetivo) é estreitamente permeada de subjetividade. A compreensão que temos do mundo, aquilo que concebemos e que arquiteta a mente (o raciocínio) está ancorado em experiências sensoriais e corpóreas, sociais e psicológicas.

Desse modo, entende-se: realidades científicas não correspondem à realidade disposta no mundo. A realidade é um rizoma deleuziano. A realidade científica é um olhar que parte do cientista. E esse olhar enquadra a realidade conforme sua subjetividade, que, por sua vez, constitui-se não só de raciocínio e abstrações, mas também de experiências corpóreas e sensoriais.

Uma unidade, qualquer que seja, sob esse ponto de vista, mantém relacionamentos retroalimentares com outras unidades, e constitui-se sistemas de sistemas. A realidade, a verdade, o sistema linguístico configuram-se como unidades plurais – *Unitas multiplex* – tratadas não só a partir de seus fatores constituintes, mas também da relação que estabelecem entre si.

A ênfase na investigação dos processos de relacionamento e constituição das unidades complexas, defendidas por Capra (2006) e Morin (2013) encontra fidelidade também na proposta não modular da Gramática das Construções (GOLDBERG, 1995 ; CROFT, 2001), na teoria da metáfora conceptual (LAKOFF; JOHNSON, 1980 ; LAKOFF, 1992) e na teoria da mesclagem (FOCAUNNIER; TURNER, 2006). Todas elas demonstram a elaboração de conceitos através de outros conceitos – interconexões conceptuais produzindo conceitos.

A propriedade semiótica dos itens linguísticos, proposta pela gramática das construções, valoriza o relacionamento e a interdependência entre sistemas variados, associando significado (pragmático, referencial, imagético, metafórico etc.) e forma (sintática, morfológica, lexical, prosódica, textual etc.). As projeções entre domínios conceptuais, conforme propõe a teoria da metáfora conceptual, e entre espaços mentais, conforme propõe a teoria da mesclagem, da mesma forma, revelam um olhar teórico sobre o relacionamento entre as partes, ao invés de caracterizar as partes isoladamente.

UMA ANÁLISE LINGUÍSTICA, SOB O OLHAR DA COMPLEXIDADE

A conjunção entre teoria da complexidade e linguística cognitiva, defendida neste trabalho, vem sendo observada também por Paiva e Nascimento (2009). O sistema

linguístico, então concebido como sistema dinâmico e aberto a relacionamentos com outros sistemas, submete-se ao olhar epistemológico do pensador complexo. Sobre ele, fundamenta-se o compromisso de investigar a relação entre as partes e entre as partes e o todo e vice-versa. Ao valorizar as propriedades de organização dos sistemas, estamos diante do compromisso com a descrição da pluralidade das unidades, tão cara à pós-modernidade.

Fixadas essas diretrizes, passamos aos outros propósitos deste trabalho:

Primeiro, investigar a complementariedade de conceitos dicotômicos como léxico e gramática, corpo e mente, realidade e imaginação, dicionário e enciclopédia, objetividade e subjetividade, indivíduo e sociedade, língua e linguagem. Isso foi feito a partir de um estudo de caso sobre as conceptualizações do sexo em um grupo do Facebook intitulado “UFBA da Putaria”.

O título do grupo é uma ferramenta que se apresenta como um condutor de atenção. Mesmo que os participantes tenham aderido ao grupo por meio de convites ou indicações de amigos, a leitura do título lhes dá uma ideia panorâmica sobre o que fazer naquele grupo, sobre o que publicar e sobre o que será encontrado ali. Esse panorama oferecido pelo título, contudo, não atua como um vetor unidirecional, como uma ferramenta manipulativa esculpindo o leitor ou participante do grupo, uma tábula rasa. Ao invés disso, o panorama é a interpretação do leitor, em que se imprime sua subjetividade, sua experiência, seu conhecimento, configurando projeções polidimensionais.

O título é um contexto para o leitor, ativa seu conhecimento enciclopédico, seus modelos cognitivos idealizados, e ao mesmo tempo o título está inserido em um contexto. Essa reflexão preliminar em que uma unidade (o título) é encarada como sistema de sistema de sistemas, nos coloca em veredas de fronteiras pouco nítidas.

O título, ao mesmo tempo, conduz e mantém livre a interpretação do autor. Conduz quando encaminha recortes no universo de temas, sintaxes e situações possíveis a que estamos submetidos. Mantém livre, pois a sua conceptualização se ancora nas experiências pessoais do leitor. Restam diluídas, então, as fronteiras entre o objeto (o título) e o sujeito (o leitor), entre a objetividade e a subjetividade, complementares para o processo de construção do significado. Mas, afinal, o que significa “UFBA da Putaria”?

Podemos fazer uma tentativa de análise composicional: o que significa isoladamente cada um dos três itens lexicais “UFBA”, “de” e “putaria”, constituintes do título em análise? Uma leitura fregeana da composição UFBA + de + a + putaria, linear e referencialista, resultaria na seguinte interpretação: a preposição “de”,³ a partir de suas propriedades predicadoras, projeta dois argumentos,

3 Em consulta ao dicionário on line Michaelis-UOL, o primeiro significado para a preposição *de* indica

preenchidos pelos itens lexicais “UFBA” e “putaria”, estabelecendo uma relação de posse. Assim, a minha leitura fregeana para o título é que a putaria pertence à UFBA, ou a UFBA é dona da putaria. Desse modo, acredita-se que as propriedades predicativas da preposição envolvem não só propriedades sintáticas, mas também semânticas, de modo que UFBA assume traço semântico de possuidor e putaria assume traço semântico de propriedade.

Esta minha leitura, contudo, se depara com o fenômeno de polissemia, pois o conceito de posse, eleito aqui para leitura da preposição em análise, não se distingue claramente de outros conceitos como o conceito de existência e locação, conforme discute Lyons (1967). Outras leituras são possíveis e prováveis, conforme indica o verbete do Michaelis-UOL. E ainda o leitor poderá refutá-la demonstrando que em língua portuguesa há uma relação paradigmática em que o SN posterior assume traço semântico de possuidor, como no sintagma “casa de Camila”, enquanto o SN anterior assume traço de propriedade.

Sendo assim, embora uma dada gramática possua um item lexical estável que relacione, por exemplo, o conceito de posse à preposição “de” ou aos verbos haver (no português arcaico) e ter (atualmente), é inconsistente dizer que isto é um fato de linguagem, pois não é universal. E sendo um fato de língua, é limitado dizer que a preposição “de” significa posse, pois é necessário inserir no sistema a variação linguística caracterizada pelo fenômeno sincrônico da polissemia e pelas mudanças diacrônicas.

Uma leitura cognitivista para esse enunciado linguístico abarca o conhecimento enciclopédico e conhecimentos de ordens variadas estruturados em nosso sistema mental, conforme a relação entre domínio e base proposta por Langacker (1987), a *semântica de frames* de Fillmore (2009) e a proposta lakoffiana para a *mente encarnada* e os *modelos cognitivos idealizados*. Pinheiro e Araújo (2010) propõem que os conceitos de posse, locação e existência se fundamentam no esquema imagético do contêiner, distinguindo-se entre si a depender do perfilamento realizado. Assim, ao ler esse enunciado, entendemos que uma relação composicional entre o conceito que elegi para a preposição “de” (no caso em estudo, o conceito de posse) e os conceitos UFBA e putaria são insuficientes para descrever a operação cognitiva responsável por sua interpretação.

A interpretação, todavia, além do significado léxico e gramatical, envolve também conceitos emergentes da experiência sensório-motora, representados por esquemas imagéticos, e envolve também processos de integração conceptual representados, por exemplo, pelas metáforas conceptuais. Restam diluídas, então, as fronteiras entre significado linguístico e significado experiencial (ou corpóreo),

posse, seguida de lugar, tempo, modo, meio, caracterização, finalidade, ponto de partida, alvo, dimensão etc. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=de>>. Acesso em: 21 out. 2015.

entre dicionário e enciclopédia, entre língua (conjunto idiossincrático de produtos) e linguagem (ferramentas processuais e capacidades gerativas).

Sendo assim, descrever o significado de um conceito envolve descrever o significado enciclopédico sobre ele, o que engloba também relações de projeção estabelecidas com outros conceitos, como ocorre nas metáforas e integrações conceituais. O significado é, então, contextual. Ele próprio é um sistema. O seu contexto é um sistema. Cada unidade desse contexto é um sistema. E esses sistemas estão integrados, na medida em que se projetam uns nos outros. Eles se retroalimentam, na medida em que essas projeções e essas unidades originam novas unidades.

Croft (2001), por exemplo, propõe que as relações sintáticas entre os elementos de uma sentença não se estabelecem horizontalmente, de modo composicional, mas ao invés disso, elas se estabelecem na relação entre as partes e o todo. Desse modo, será determinante para o estabelecimento da função sintática de um elemento da sentença, o significado global de um enunciado, no qual, compreendendo, engloba, de um lado as intenções do falante, e do outro a recepção do ouvinte, e ainda de outros lados, a história daqueles itens, das pessoas que fazem uso deles e suas possibilidades interpretativas.

Assim descrever um conceito como, por exemplo, o que é uma universidade, envolve descrever como é a sua construção arquitetônica, o que se costuma fazer dentro dela, quais os atores sociais envolvidos, e um conjunto de informações que tende ao infinito, como afirma Croft e Cruse (2004, p. 29): “basicamente um conjunto infinito de conhecimento de mundo é necessário para descrever um significado literal de uma expressão, e conseqüentemente seu apropriado uso em contexto”.⁴ Afinal, cada unidade do sistema é um sistema.

Descrever universidade ou putaria envolve ainda explicitar eventuais processos metafóricos ou metonímicos. Na leitura proposta para o título do grupo, por exemplo, o conceito de posse atribuído à preposição “de” relaciona-se com a metonímia UNIVERSITÁRIOS POR UFBA (PESSOA POR INSTITUIÇÃO), relacionando, por sua vez, o traço semântico possuidor ao SN anterior à preposição, diferentemente do paradigma observado em que esse traço é propriedade do SN posterior.

Além disso, descrever um conceito envolve estudar as relações estabelecidas com outros conceitos, as quais podem ser estabelecidas através de projeções conceituais, metáforas, metonímias etc. A presença da metonímia UFBA POR UNIVERSIDADE/ PARTE PELO TODO nos permite estender a existência do sexo para todo e qualquer estabelecimento de ensino superior, abrindo questionamentos acerca do que se faz dentro da universidade. Também podemos investigar a metonímia UNIVERSIDADE POR INSTITUIÇÃO ENSINO, abrindo

4 That is, a basically infinite set of background assumptions are required to characterize the literal meaning of an utterance, and hence its appropriate use in context.

questionamentos ainda mais amplos sobre o que se faz dentro dos espaços dedicados ao ensino, em geral, como as escolas.⁵ Isso permite refletir sobre o comportamento daqueles que integram o espaço universitário e escolar, normatizadamente dedicado aos estudos, sem menção a sexualidades, pois estamos diante de evidências que localizam o sexo dentro da universidade, abrindo espaço para investigar a metáfora UNIVERSIDADE É LEITO SEXUAL, encontrada recorrentemente nas publicações e comentários realizados pelo grupo em estudo.

A constatação de um MCI que localiza o sexo dentro do universo escolar nos faz refletir sobre a pluralidade dos conceitos para o sexo e qual a especificidade (se é que há) do sexo e da sexualidade presentes na universidade, como também os mecanismos discursivos engendrados no grupo em estudo. Sobre a relação discursiva entre sexo, sexualidade e escola, Foucault (2014a, 2014b) identifica evidências para afirmar que a Ciência e a Igreja operaram mecanismos discursivos de interdição. A presença do sexo dentro da universidade caracteriza um mecanismo discursivo como uma força em sentido contrário à interdição dos discursos analisados por Foucault (2014a, 2014b).

Então, ao ler as postagens do “UFBA da Putaria”, pode-se ter a expectativa de quebra dos valores normatizados tanto em relação ao que se faz dentro da universidade, como em relação aos locais em que se realiza sexo e que modalidade de sexo é realizada. Espera-se, então, que os participantes do grupo estejam engajados em discutir essas questões, as quais conduzem as expectativas em torno do que fazer ali, o que publicar e o que encontrar. Nesse caso, a soma das partes é maior que o todo. A soma de quatro itens lexicais (UFBA + de + a + putaria) resulta em uma rede ampla de conhecimentos inter-relacionados. E sendo assim, uma análise do todo é preliminar à análise das partes. É a partir de uma hipótese interpretativa sobre o sintagma “UFBA da Putaria” associado ao contexto da leitura, que cada item lexical, e por sua vez, cada item morfológico, assumirá um significado, pondo-se disponível para os processos de arquivamento, memorização e categorização que sistematizam as convenções e as generalizações que estudamos e conhecemos como língua. É por isso que nossas descrições, muitas vezes, são divergentes. É por isso, que a depender do aparato teórico-metodológico adotado, a análise de dados se distingue. A descrição gramatical é fruto da hipótese interpretativa do linguista e se submete aos elementos que ele ora focaliza, ora despreza, consciente ou inconscientemente.

5 Em consulta ao dicionário on-line Michaelis on-line, o verbete escola significa: 1. Casa ou estabelecimento em que se ministra ensino de ciências, letras ou artes; 2. Conjunto dos alunos e professores; 3. Qualquer concepção técnica e estética de arte, seguida por vários artistas; 4. Conjunto dos adeptos ou discípulos de um mestre em filosofia, ciência ou arte. 5 Doutrina, seita, sistema; 6. *pop* Experiência vivencial; esperteza. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=escola>>. Acesso em: 21 out..2015.

Uma palavra, ou um item linguístico, não carrega um conceito necessário e suficiente. Ao invés disso, o próprio sujeito no decorrer de suas vivências, partindo de toda sua experiência e ambivalência emocional, histórica e psíquica, carrega e constrói o conceito, a partir de suas habilidades cognitivas, diante da palavra e de tudo que existe no mundo. A palavra é como a realidade. Ela existe e está disposta no mundo. É compartilhada por muitas pessoas, em usos que ora se assemelham, ora se diferenciam. E cada um a vivencia à sua maneira, a partir de suas experiências, conceptualizando o seu próprio realismo experiencialista, esse universo que é coletivo e compartilhado. Restam, assim, diluídas as fronteiras entre indivíduo (e suas conceptualizações particulares) e sociedade (o contexto de convivência dos indivíduos, em que e através do que emergem padrões coletivos diversos). E também as fronteiras entre realidade e imaginação, tendo em vista que a realidade, embora coletiva, é uma realidade interpretada a partir do ponto de vista individual.

O analista fará o exercício de hipotetizar relações de causa e efeito, sejam elas lineares ou circulares, buscará suas partes constituintes, lógicas de encaideamento, buscará teorizar e trazer à tona descrições e explicações, fazendo-as conscientes, a partir de seu ponto de vista. Ao falante e ao ouvinte não se impõe esta tarefa. As rotinas cognitivas responsáveis pela produção linguística e pela perspectivação são inconscientes, como as batidas do coração.

- 1) *E sobre a chupação de bife, miga? Tem muita sandália de couro no ILUFBA, hahahahaha.*

Nessa ocorrência, estarei concentrada em descrever os processos de integração conceptual, sobre o qual falamos, mas ainda não pousamos um olhar analítico. O substantivo “bife” com significado de órgão sexual feminino e a expressão “sandália de couro” significando a mulher homossexual, permite teorizar sobre as integrações conceptuais entre “vagina” e “bife” e “sandália de couro” e “mulher homossexual”.

A vagina conceptualizada como alimento e a mulher homossexual como calçado exemplificam modelos cognitivos idealizados metafóricos e metonímicos. Tradicionalmente, metáforas e metonímias são encaradas como um recurso estilístico através do qual uma palavra (por exemplo, bife) é utilizada fora do seu sentido convencional para expressar um outro conceito (por exemplo, vagina). Todavia os linguistas cognitivos perceberam que esse fenômeno não é exclusivo da linguagem. A sua ocorrência na linguagem é consequência da sua ocorrência como fenômeno do pensamento, em que se dá projeção de informações de um domínio para outro. Foucaunnier (2007) teoriza sobre essa projeção propondo que elas ocorrem como pontos de intersecção. Isso quer dizer que entre os dois domínios há conhecimento compartilhado. E isso permite a projeção interdomínios.

Este trabalho, por sua vez, encontra na ocorrência (1) uma possibilidade para ilustrar o conhecimento compartilhado entre domínios na projeção conceptual e fundamentar a proposta de Foucaunnier (2007). Sob essa perspectiva, a integração conceptual entre “vagina” e “bife” é elaborada mediante a intersecção de conhecimentos, o que nesse caso pode ser observado a partir da experiência estética entre a “vagina” e o “bife”, ambos caracterizados por uma coloração variável, mas dentro do espectro do tom avermelhado, e por uma textura macia e lisa, própria da carne humana (referente à vagina) e bovina (referente à bife).

E essa intersecção de conhecimentos é alicerce também para a elaboração de metáforas como INSTITUTO DE LETRAS É LEITO SEXUAL, pois lá há muito sexo homossexual (chupação de bife), a partir do que se evidencia a conceptualização do sexo como evento que ocorre no espaço das instituições de ensino, através da metáfora UNIVERSIDADE É LEITO SEXUAL, elaborada a partir da metonímia INSTITUTO DE LETRAS É UNIVERSIDADE/PARTE PELO TODO.

A integração conceptual entre “sandália de couro” e “mulher homossexual” também pode ser encarada, a partir do ponto de vista de Foucaunnier (2007). Inicialmente, a interpretação de sandália de couro como mulher homossexual deu-se através do contexto, pois eu nunca ouvira falar nessa expressão com esse significado, até então. Desse modo, foi necessário pesquisa e levantamento de informações para que eu pudesse apresentar uma proposta para a integração desses conceitos. Sendo assim, utilizei a ferramenta de pesquisa Google, a partir das seguintes palavras chaves: “sandália de couro”, “homossexualismo” e “lésbica”. Encontrei que sandália de couro é característica de uma lésbica *hippie*.⁶ Então, acrescentei “movimento *hippie*” à ferramenta de busca. Dessa forma, reuni informações que evidenciam a associação entre o mundo *hippie* (em que se utiliza sandálias de couro) e a emergência do homossexualismo. Segundo o *site* Mundo Estranho da Editora Abril,⁷ a comunidade *hippie* mantém uma relação de respeito em relação às diferenças de gênero, incentivando a inclusão social dos homossexuais, conforme relatam também Sossmeier e Parizotto (2013), quando atribuem à produção artística do movimento *hippie*, influências revolucionárias em temáticas que abarcam a posição marginal do homossexual.

Dessa forma, a sinonímia entre “lésbica” e “sandália de couro” pode ser encarada como fruto da integração conceptual entre homossexualismo e movimento *hippie*, em que se destacam a metonímia HIPPIE POR HOMOSSEXUAL/TUDO PELA PARTE e CALÇADO POR LÉSBICA/ PROPRIEDADE POR PROPRIETÁRIO,

6 LOPES, N., Que tipo de lésbica é você? *ACapa*. 2008. Disponível em: <<http://acapa.virgula.uol.com.br/mobile/noticia.asp?codigo=18038>>. Acesso em: 21 out..2015.

7 NAVARRO, R. Como viviam os hippies. In: Mundo Estranho. Disponível em: <<http://mundoestranho.abril.com.br/materia/como-viviam-os-hippies>>. Acesso em: 21 out. 2015.

a qual, por sua vez, encontra-se integrada ao item lexical sapatão, já amplamente difundido como significando lésbica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Lakoff (1992), a metáfora conceptual é um fenômeno de raciocínio. Por isso poderíamos considerá-la um elo primário entre língua e cognição, classificando-a como uma função executiva daquelas que compõem o sistema cognitivo, relacionando as habilidades cognitivas listadas pelas psicólogas Fontes e Fischer, em seu *site* Plenamente:⁸ atenção, percepção, memorização e linguagem.

Todavia, após a análise linguística demonstrada, percebe-se a recorrência da metáfora UNIVERSIDADE É LEITO SEXUAL na elaboração do significado do título do grupo estudado, da ocorrência (1) e também em outros dados discutidos em minha dissertação de mestrado. (FERREIRO, 2015) E a recorrência desta metáfora em específico nos sugere uma questão. A natureza da metáfora conceptual é exclusivamente cognitiva? Ou ela se apresenta também como um elemento idiossincrático inventariado na língua? A recorrência da metáfora UNIVERSIDADE É LEITO SEXUAL faz parte da gramática de construções de uma língua?

As reflexões em torno desse questionamento possíveis neste momento, nos limites deste tempo e destas páginas giram em torno da fluidez das fronteiras, da unidade plural, da relativização das verdades, da antagonia complementar. As tentativas de classificação dos linguistas, como já apontou Perini (1997), são problemáticas, assim como para os biólogos. Ambos estamos diante de muitos ornitorrincos. E agora, deparamo-nos com mais uma diluição de fronteira. Quais são os limites que determinam a cognição (linguagem) e a língua?

Adotar a ideia de *continuum* de propriedades tem sido uma solução lógica. Todavia, invisto mais algumas linhas para esclarecer o que penso sobre isso. Um *continuum* pode ser interpretado como uma linha onde se fixam dois polos com propriedades discretas, entre os quais se situam pontos com fronteiras cada vez menos nítidas. No entanto, um *continuum* pode ser interpretado como um círculo, ou como um poliedro, ou como um fractal. A ideia que sublinho através do termo *continuum* é a ideia de fluidez, para cuja fronteira a linha compartilha propriedades e distinções e cujos polos são constituídos a critério do olhar instituído pelo leitor, pelo autor, a depender de seus interesses, a depender do que for necessário focalizar, em um dado momento.

E a consideração mais preciosa, ao menos para mim, por agora, é que nós cientistas e professores somos conceptualizadores. Nossas propostas de classificação

8 FONTES; FISCHER. *Neuro psicologia e as funções cognitivas*. Disponível em: <<http://www.plenamente.com.br/artigo/66/neuropsicologia-as-funcoes-cognitivas.php#.VmAl6vmrTIX>>. Acesso em: 03 dez. .2015

e descrição, sejam elas gramaticais, textuais ou semânticas e pragmáticas, todas elas estão submetidas a um *continuum*, determinado pelas conceptualizações de outros observadores. E isso muda radicalmente o nosso olhar sobre nós mesmos e sobre o outro, sobre a gramática e sobre a avaliação em sala de aula. Preciosa, sim, na medida em que nos desafia a lidar com variações e mudanças, tão caras aos sistemas dinâmicos e complexos, como a língua que estudamos.

REFERÊNCIAS

BARTHES, R. *A morte do autor*. São Paulo: Brasiliense, 2004. Disponível em: < http://ufba2011.com/A_morte_do_autor_barthes.pdf >. Acesso em: 10 out. 2015.

CAPRA, F. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1996. Disponível em: < <http://escoladeredes.net/group/bibliotecafratijofcapra> >. Acesso em: 10 out. 2015.

CROFT, W. *Radical Construction Grammar: Syntactic Theory in Typological Perspective*. New York: Oxford University Press, 2001.

CROFT, W; CRUSE, A. *Cognitive Linguistics*. New York: Cambridge University Press, 2004.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs, capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 2004. v. 1.

FAUCONNIER, G. Mental Spaces. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS H. (Org.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. New York: Oxford University Press, 2007.

FAUCONNIER, G; TURNER, M. Rethinking Metaphor. In: GIBBS, R. W. *The Cambridge Handbook of Metaphor and Thought*. New York. Cambridge University Press, 2006.

FILLMORE, J. C. Semântica de Frames. *Cadernos de Tradução*. Porto Alegre, n. 25, jul./dez. 2009.

FERREIRO, C. *Um estudo de caso da conceptualização do sexo: elementos para se pensarem redes linguísticas*. 2015. 123f. Dissertação (mestrado em Letras vernáculas) - Programa Instituto de Letras. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

FONTES, M. A. FISCHER, C. P. Neuropsicologia e as funções cognitivas. *Plenamente*. Disponível em: < <http://www.plenamente.com.br/artigo/66/neuropsicologia-as-funcoes-cognitivas.php#.VmAl6vmrTIX> >. Acesso em: 03 dez. 2015.

FOUCAULT, M. *O que é um autor?* 2. ed. Lisboa: Passagem, 1992.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014a.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014b.

JOHNSON, M. *The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination, and reason*. Chicargo: The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, G. The contemporary theory of metapho. In: ORTONY, A. *Metaphor and thought*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. Disponível em: <<http://terpconnect.umd.edu/~israel/lakoff-ConTheorMetaphor.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2015.

LAKOFF, G; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chigaco: University of Chicago, 1980.

LAKOFF, G; JOHNSON, M. *Philosophy in the flash*. New York: Basic Book, 1999.

LANGACKER, W. R. *Foundation of Cognitive Grammar*. Califórnia, EUA: Stanford University Press, 1987. V.1.

LYONS, J. A Note on Possessive, Existencial and Locative Sentences. *Foundation of Language*, v. 3, n. 4, p.390-396, nov. 1967.

LOPES, N. Que tipo de lésbica é você? *A Capa*. Out. 2008. Disponível em: <<http://acapa.virgula.uol.com.br/mobile/noticia.asp?codigo=18038>>. Acesso em: 21 out. 2015.

MICHAELIS. *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 21 out. 2015.

MORIN, E. *O método 1: a natureza da natureza*. Porto Alegre, RS: Sulina, 2013.

NELSON, D. L.; COX, M. M. *Princípios de Bioquímica de Lehninger*. 5. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2011.

PESSOA, F. *O sensacionismo*. [19-]. Disponível em: <<http://www.citador.pt/textos/o-sensacionismo-fernando-pessoa>>. Acesso em: 10 out. 2015.

PERINI, M. A. *Sofrendo a Gramática: ensaios sobre a linguagem*. São Paulo: Ática, 1997.

PINHEIRO, D. ; ARAUJO, P. J. P.. *O papel da metáfora na relação entre sentenças possessivas e existenciais*. In: ENCONTRO DO CELSUL PALHOÇA, 9., 2010, Santa Catarina. *Anais...* Santa Catarina: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2010. p. 1-12. Disponível em: <<http://www.celsul.org.br/Encontros/09/artigos/Diogo%20Pinheiro.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2015.

SOUSSMEIER, L. C; PARIZOTTO, L. C. *Anos 60, o avanço da contracultura e a influência do rock no movimento hippie*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DO ROCK, 9., 2013, Cascavel, PR. *Anais...* Casacavel, PR: UNIOESTE, 2013. p. 1-10. Disponível em: <http://www.congressodorock.com.br/evento/anais/2013/artigos/5/artigo_simposio_6_390_luana.sossmeier@hotmail.com.pdf>. Acesso em: 02 out. 2015.

TARALLO, F. Reflexões sobre o conceito de mudança linguística. *Organon*, Porto Alegre, RS, V. 5, n.18. 1991.

WEINREICH, U. ; LABOV, W. ; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

COGNIÇÃO E METÁFORA

Metáforas do trabalho em obras lexicográficas: um olhar a partir da semântica cognitiva

ELIANE SANTOS LEITE DA SILVA

A. ARIADNE DOMINGUES DE ALMEIDA

INTRODUÇÃO

Objetiva-se, com este texto, apresentar uma leitura sobre a linguagem utilizada nas definições lexicográficas da palavra “trabalho”, através do levantamento das metáforas conceptuais acionadas nas diferentes definições. Trata-se de um texto expositivo, que pretende lançar uma reflexão a respeito do mito da objetividade na construção dos saberes científicos, que seriam, de acordo com o senso comum, isentos de subjetividades, por serem textos canonicamente tidos como um reflexo direto da realidade.

Optou-se por investigar as definições dicionarísticas por essas serem comumente associadas à objetividade, ou como em alguns casos se defende, apresentarem o sentido “real” das palavras ali elencadas. Assim sendo, em tese, espera-se encontrar uma linguagem “objetiva”, sendo os sentidos metafóricos e metonímicos indicados, quando expostos, geralmente, com a marca de uso figurado (fig.). A partir dos pressupostos da Semântica Cognitiva, mostrar-se-á que a construção da linguagem é motivada, metaforicamente, e que quaisquer expressões linguísticas estão, de acordo com Lakoff e Johnson (1980), impregnadas de metáforas, de modo que a metáfora está presente inconscientemente nas elaborações linguísticas cotidianas, motivadas por princípios de construção do conhecimento que extrapolam aspectos unicamente linguísticos.

Partindo-se do pressuposto de que os discursos que circulam socialmente sejam impregnados de metaforicidade, é que se incluiu o dicionário como uma construção discursiva, o que extrapola a perspectiva de mero compilador de definições. Em concordância com Almeida e Gomes (2012), pensa-se que o *status* privilegiado que o dicionário assume, na sociedade, em geral, é uma construção que tem como fundamento a crença de que a norma padrão é um ideal de forma comunicativa a ser alcançado. Assim, as autoras pontuam que,

no Brasil [...] o dicionário tem espaço garantido no imaginário da coletividade, sendo interpretado como uma obra que tem a capacidade de solucionar dúvidas relativas às palavras. É-lhe, especialmente, atribuído o poder de decifração de sentidos [...] e dessa maneira [possui] prestígio social. (ALMEIDA; GOMES, 2012, p. 699)

Desse modo, o dicionário é entendido como uma forma discursiva impregnada de possibilidades de representação e intencionalidades. Diante das atuais discussões propostas pela teoria da complexidade, a respeito do mito do objetivismo que permeia a representação linguageira utilizada na divulgação científica, compreende-se que a elaboração dos resultados de pesquisas lexicográficas, enquanto textos de divulgação científica, portanto, não está isenta das subjetividades e motivações de seus autores ou editores. Tomam-se, nesse sentido, as contribuições da teoria da complexidade, nas falas de Edgar Morin (2000, 2003) e Humberto Maturana (2001).

Para atingir o objetivo aqui traçado, o presente texto foi assim organizado: no primeiro tópico, apresentou-se brevemente o aporte teórico aqui considerado, que retomou contribuições das teorias da complexidade, que confrontam o chamado “mito da objetividade”, além das discussões da Semântica Cognitiva, no que tange à construção do conhecimento, enfocando o papel da metáfora como o principal veículo expressivo das conceptualizações. Em seguida, levantaram-se alguns aspectos considerados relevantes sobre a história das obras lexicográficas em língua portuguesa aqui escolhidas, antes de apresentar as acepções elencadas nas definições de “trabalho” então investigadas; no último tópico, passa-se à identificação das metáforas e dos esquemas imagéticos utilizados através das referidas conceptualizações que emergiram nas referidas acepções. Após as considerações finais, apresentam-se as referências utilizadas.

A TEORIA DA METÁFORA CONCEPTUAL E AS TEORIAS DA COMPLEXIDADE: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS¹

No presente tópico, passa-se a uma breve apresentação dos pressupostos teóricos que regeram a escrita do texto e que conduziram o olhar interpretativo sobre os dados coletados. Inicialmente, apresentar-se-á o panorama no qual emergiu a Linguística Cognitiva, enquanto pano de fundo mais amplo dos estudos cognitivistas a partir de meados do século XX, a fim de situar com mais precisão a

1 Alguns aspectos das reflexões desta seção foram apontados também em um outro texto de autoria de Silva (no prelo), intitulado “Língua, cultura e sujeito: imbricações possíveis nos estudos linguísticos”, a ser publicado.

Semântica Cognitiva, e, circunscrita a esta, a teoria da metáfora conceptual. Em seguida, expõe-se um olhar também introdutório sobre a teoria da complexidade, escolhendo as contribuições de Edgar Morin (2000, 2003) e Humberto Maturana (2001), que motivaram um olhar mais crítico em relação ao mito da objetividade da Ciência, tanto no que diz respeito aos seus fundamentos epistemológicos, quanto, especialmente, ao plano da divulgação científica. Percebeu-se, nesse interim, uma relação entre os pressupostos de ambas as teorias, a primeira, no âmbito da Linguística, e a segunda no plano da Filosofia e da Educação; isto porque o panorama filosófico contemporâneo não mais prevê uma especialização tão acirrada dos saberes, mas busca uma perspectiva holística em sua abordagem. Assim, por exemplo, apesar de a preocupação primeira das investigações em linguagens ser o aspecto linguístico, é possível provocar uma reflexão filosófica que conduza os procedimentos metodológicos para uma abordagem mais ampla dos mesmos, por parte do pesquisador.

A TEORIA DA METÁFORA CONCEPTUAL E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Em meados do século XX, um grupo de teóricos passa a questionar, dentre outros pontos, a exclusão dos estudos semânticos da agenda formalista, representada fortemente pela linguística gerativa americana, que priorizava os estudos de cunho sintático. Em tal ambiência de contestação, surgem as falas de teóricos, na época ainda gerativistas, como Langacker e Lakoff, propondo a então chamada Semântica Gerativa que, porém, não se desenvolveu como se podia esperar. A ênfase no interesse pela inclusão da Semântica nos estudos cognitivos tomou corpo através da criação da Linguística Cognitiva (LC), em contraposição ao programa gerativo de cunho formalista lançado por Chomsky.

Os principais pressupostos da LC defendem a iconicidade do signo, ou seja, seu caráter motivado, não arbitrário; dão maior ênfase às ocorrências da fala enquanto dados de análise; além de optarem por uma perspectiva metodológica pancrônica, já que consideram a simultaneidade das mudanças linguísticas e de determinados aspectos que se mantêm na estrutura da língua. Assim, a LC, mesmo sendo cognitivista, não apresentou o mesmo cunho mentalista proposto pela linguística gerativa, mas busca associar os fenômenos de conceptualização às experiências corpóreas, concebendo assim uma mente corpórea. Nesse sentido, a ênfase nas reflexões sobre o significado justificou o surgimento da Semântica Cognitiva, através da publicação, em 1980, da obra *Metáforas da vida cotidiana*, de Lakoff e Johnson (2002).

Tal proposta diferiu grandemente da perspectiva gerativa, no que diz respeito, por exemplo, à modularidade da mente, que então passa a ser entendida como sendo corporificada, ou seja, de acordo com a nova proposta, não há módulos

mentais estanques na construção do conhecimento, especialmente do conhecimento linguístico, mas a mente faz um movimento de construção mediante a interação com as experiências corporais, o que envolve sensações, emoções e percepções na construção do conhecimento, pois “as estruturas conceituais significativas surgem de duas fontes: (i) da natureza estruturada da experiência corporal e social; e (ii) de nossa capacidade inata de projetar, pelos mecanismos da razão, certos domínios de natureza abstrata”. (FELTES, 2007, p. 93)

Uma consequência dessa perspectiva é o entendimento das conceptualizações humanas enquanto geradas pela interação humana no mundo através do corpo. Assim, por exemplo, conceitos de profundidade e altitude advêm das respectivas percepções experimentadas mediante noções de verticalidade e equilíbrio proporcionadas pelo corpo humano. Tais conceitos, por sua vez, são manifestos linguisticamente em construções (expressões metafóricas) como “estou no fundo do poço”, correspondendo a metáforas conceituais como “Embaixo é negativo”. (LAKOFF; JOHNSON, 2002) Essas relações entre espaço e construção metafórica são uma amostragem de que a metáfora não é mais entendida, sob essa perspectiva teórica, como um ornamento da linguagem figurada, mas corresponde ao modo como o ser humano estabelece as conceptualizações, pela construção de “modelos cognitivos idealizados”, em interação com o mundo e o seu corpo. Tais noções constituem as bases da teoria da metáfora conceptual, então proposta por Lakoff e Johnson (1980).

Na obra *Philosophy in the flesh*, Lakoff e Johnson (1999) reforçam filosoficamente a teoria da mente corporificada e do processo ativo de elaboração do conhecimento, que ocorre de modo inconsciente (já que o pensamento é imaginativo), através de metáforas, metonímias ou outros processos mentais e corporalizados. Já na introdução, os autores expõem esses pontos principais da teoria: “a mente é corporificada; o pensamento é inconsciente (imaginativo); conceitos abstratos são grandemente metafóricos”. (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 14, tradução nossa) A proposta dos autores, nesse sentido, propõe uma desconstrução do que se defendeu durante séculos de estudos filosóficos, a respeito da razão objetivista e dicotomizada em relação ao corpo, ao apontar caminhos para o que se convencionou chamar de *realismo corpóreo*, abordagem filosófica que concebe mente-corpo/sujeito-objeto enquanto intrinsecamente dependentes na própria construção do pensamento:

A razão não é descorporificada, como a tradição largamente ensinou, mas surge da natureza de nossos cérebros, corpos, e experiência corporal. Isto é não somente inócuo e uma alegação óbvia de que nós necessitamos de um corpo para razão [...]. Os mesmos mecanismos neurais e cognitivos que usamos para perceber e nos mover ao redor também usamos para criar nosso sistema conceptual e modos da razão. Desse modo,

para entender razão nós precisamos entender os detalhes de nosso sistema visual, nosso sistema motor e os mecanismos gerais que envolvem os neurônios. Em suma, razão não é, de modo nenhum, um aspecto transcendente do universo ou da mente descorporificada. Ao contrário, é formada crucialmente por peculiaridades de nosso corpo humano, para remarcar detalhes da estrutura neural de nossos cérebros, e das especificidades de todas as nossas funções no mundo.² (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 14-15. tradução nossa)

Para além de uma interação mente-corpo, o realismo corpóreo rejeita a radical dicotomia sujeito-objeto proposta pela cognição objetivista, que, segundo eles, exclui a experiência de mundo do sujeito na construção do conhecimento, já que os objetos teriam sua existência *a priori*, independentemente da interação do sujeito com o mundo, a fim de reinterpretá-lo e reconstruí-lo.

As implicações dessa perspectiva filosófica é que não mais se pensa na língua apenas enquanto instrumento de comunicação, mas também como atividade social, que envolve não apenas os elementos linguisticamente previsíveis, como também os cognitivos (a perspectiva da mente corporificada) e os sociais (a necessidade de estabelecer interação com o mundo e com o outro) na construção do conhecimento. Igualmente, é primordial considerar a língua não como um sistema fechado em si mesmo, mas enquanto gerador de interação, um processo inteiramente social, construído pelos indivíduos, mas não limitada ou circunscrita a eles.

Assim sendo, como aponta Lenz (2013, p. 35), as bases teóricas da Semântica Cognitiva podem assim ser resumidas: “a estrutura conceptual é corpórea, a estrutura semântica é a estrutura conceptual, a representação do significado (sentido) é enciclopédica e a construção do significado (sentido) é a conceptualização”. Especialmente por levar em conta em seus estudos os chamados conhecimentos enciclopédicos dos falantes, não os dicotomizando em relação aos conhecimentos linguísticos, há uma forte aproximação com os pressupostos das teorias contemporâneas, que defendem a contestação do então chamado “mito da objetividade”, seja nas formas de conceptualização do mundo, seja na construção linguística a respeito do mesmo. A Teoria da Complexidade

2 Do original: “Reason is not disembodied, as the tradition has largely held, but arises from the nature of our brains, bodies, and bodily experience. This is not just the innocuous and obvious claim that we need a body to reason (...). The same neural and cognitive mechanisms that allow us to perceive and move around also create our conceptual systems and modes of reason. Thus, to understand reason we must understand the details of our visual system, our motor system, and the general mechanisms of neural binding. In summary, reason is not, in any way, a transcendent feature of the universe or of disembodied mind. Instead, it is shaped crucially by the peculiarities of our human bodies, by the remarkable details of the neural structure of our brains, and by the specifics of our everyday functioning in the world”. (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 14-15)

contesta, entre outras premissas científicas, o mito da objetividade. Essa teoria, justamente, parte dessa e de outras contestações sobre as formas de elaboração e divulgação da ciência, para propor um olhar mais abrangente sobre as formas de conhecimento, sugerindo-se uma perspectiva mais holística de abordagem do ser humano, e, em consequência, de seus saberes.

AS TEORIAS DA COMPLEXIDADE E O MITO DA OBJETIVIDADE

Em seu livro *Cognição, ciência e vida cotidiana*, Maturana (2001), através da discussão de seus estudos sobre percepção e sistema nervoso, defende que a realidade existe enquanto extremamente dependente do observador. Ao relacionar o “fazer ciência” com a linguagem em seus aspectos cognitivos, por exemplo, deixa claro que a intencionalidade permeia a prática do cientista, que, por vezes, é movido pela chamada “paixão do explicar”: “A ciência, como um domínio cognitivo, é um domínio de ações, e como tal é uma rede de conversações que envolvem afirmações e explicações validadas pelo critério de validação das explicações científicas sob a paixão do explicar”. (MATURANA, 2001, p. 131)

Sobre a então criticada prática de divulgação científica tida por neutra, o autor pontua:

A ciência é uma atividade humana. Portanto, qualquer ação que nós cientistas realizamos ao fazer ciência tem validade e significado, como qualquer outra atividade humana, apenas no contexto de coexistência humana no qual surge. Todas as atividades humanas são operações na linguagem, e como tais elas ocorrem como coordenações de coordenações consensuais de ações que acontecem em domínios de ações especificados e definidos por uma emoção fundamental. [...] Além disso, o que constitui a ciência como um tipo particular de explicação é o critério de validação que nós cientistas usamos, explícita ou implicitamente, para aceitarmos nossas explicações como explicações científicas ao praticarmos a ciência sob a paixão do explicar. [...] Resulta do que disse que nós, cientistas, nos tornamos cientistas durante o operar sob a paixão do explicar, quando constituímos a ciência como um domínio particular de explicações, sendo rigorosos em nosso empenho de sermos sempre impecáveis na aplicação do critério de validação das explicações científicas, ao gerarmos explicações que chamamos de explicações científicas. É esta forma de constituição da ciência e do cientista que dá ao uso da ciência sua peculiar efetividade operacional nos mundos em que nós seres humanos modernos vivemos. (MATURANA, 2001, p. 132-3)

Assim, o fazer-se cientista é uma prática compartilhada na e pela própria comunidade científica, que valida ou não o que se divulga enquanto científico. Mas pelo fato de atividades humanas poderem ser impregnadas de paixões, de tendências e defesas pessoais, há a necessidade da existência da comunidade

científica, para exercer tal poder de validação. Assim, radicalmente, Maturana (2001) postula que a ciência está fundamentada no próprio desejo do observador já que considera a realidade como parte do próprio observador.

Como outra voz representativa da Teoria da Complexidade, Morin (2000) também propõe uma revisão a respeito da forma de produção e de consumo do conhecimento. Em sua obra *Sete saberes necessários à educação do futuro*, apresenta, como o próprio título sugere, sete saberes que devem permear a forma de educar na contemporaneidade. Dentre esses, destaca-se aqui o primeiro, que é justamente “As cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão”, no qual o autor explicita a necessidade de a ciência, e o fazer científico e acadêmico reconhecerem o erro como parte de um processo natural de construção do conhecimento. Tal proposta soa de modo chocante em uma sociedade em que o erro, especialmente no âmbito educacional, é rechaçado, reprimido e punido.

Na realidade, esse princípio trata da aceitação da condição humana, enquanto seres falhos, mas que sempre buscam, através de sucessivas correções e reincidências nos mesmos erros, chegar a um estado de perfeição, que, contraditoriamente, é inalcançável. Assim se posiciona o autor a respeito de tal postura em relação à educação: “A educação deve mostrar que não há conhecimento que não esteja, em algum grau, ameaçado pelo erro e pela ilusão. A teoria da informação mostra que existe o risco do erro sob o efeito de perturbações aleatórias ou de ruídos (*noise*), em qualquer transmissão de informação, em qualquer comunicação de mensagem”. (MORIN, 2000, p. 19-20)

Em concordância com as ideias posteriormente também defendidas por Maturana (2001), advoga que a construção do conhecimento conta com a percepção do observador. Assim, a realidade é construída e não necessariamente um reflexo perfeito e unilateral das coisas do mundo:

O conhecimento não é um espelho das coisas ou do mundo externo. Todas as percepções são, ao mesmo tempo, traduções e reconstruções cerebrais com base em estímulos ou sinais captados e codificados pelos sentidos. Daí resultam, sabemos bem, os inúmeros erros de percepção que nos vêm de nosso sentido mais confiável, o da visão. Ao erro de percepção acrescenta-se o erro intelectual. O conhecimento, sob forma de palavra, de idéia, de teoria, é o fruto de uma tradução/reconstrução por meio da linguagem e do pensamento e, por conseguinte, está sujeito ao erro [...]. A projeção de nossos desejos ou de nossos medos e as perturbações mentais trazidas por nossas emoções multiplicam os riscos de erro. (MORIN, 2000, p. 20)

Assim sendo, propõe que o foco da educação deva estar nas origens do erro, e não em suas consequências, de modo que propõe investigações sobre percepção, emoções etc., ocorram no âmbito escolar, enfocando o necessário auto-conhecimento como via de desenvolvimento para a humanidade.

Em outra obra, *A cabeça bem feita*, Morin (2003) também aponta a necessidade do enfrentamento com as incertezas propostas pela vida, como parte indispensável da construção do conhecimento: “A maior contribuição de conhecimento do século XX foi o conhecimento dos limites do conhecimento. A maior certeza que nos foi dada é a da indestrutibilidade das incertezas, não somente na ação, mas também no conhecimento”. (MORIN, 2003, p. 55)

Em tais pressupostos da Teoria da Complexidade, percebe-se um ponto em comum com as investigações propostas pela LC, por considerar o conhecimento enciclopédico do falante na construção dos sentidos, até então, aspecto não valorado pelas ciências linguísticas; além da consideração do repensar a própria construção do conhecimento, ao investigar as conceptualizações, tendo nas análises linguísticas, não um fim em si mesmo, mas sim um meio para compreender como o ser humano pensa e interage no mundo, e, conseqüentemente, como se vê no mundo.

Em acordo com tais concepções, pesquisas têm sido desenvolvidas no sentido de contestar o mito da objetividade também em textos comumente tidos como “objetivos”, portanto incontestáveis, por estarem a serviço da Ciência. Citam-se, em seguida, dois estudos que tiveram tais preocupações, abordando como a linguagem tida por “objetiva” é permeada por construções de cunho metafórico, ultrapassando uma perspectiva ornamental para a linguagem.

Contenças (1999), ao defender que a linguagem da divulgação científica é impregnada de construções metafóricas, analisa artigos científicos da área da Genética, a fim de demonstrar como tais construções, ditas “objetivas” e lógicas são relacionadas à forma de linguagem em que são formulados. Assim se expressa, a respeito do que considera como o avanço das escolhas linguísticas da divulgação científica: “De uma concepção de ciência positivista, lógico-dedutiva, com uma pretensão a uma linguagem “pura”, passou-se para uma perspectiva diferente, onde tem lugar a analogia e a metáfora”. (CONTENÇAS, 1999, p. 39) Desse modo, se a linguagem cotidiana é elaborada metaforicamente, como defende a LC, a expressão desse pensar cientificamente não escaparia de sua correspondente representação também por metáforas, sem intenção de rebuscamento ou “enfeite” da linguagem, enquanto figura de linguagem, mas sim como aspecto constituinte das próprias formas de conceber o mundo, visto que “[...] as teorias desenvolvidas localmente podem ser transportadas para outros lugares cognitivos, fora do seu contexto inicial. Trata-se de um procedimento contrário à generalização através da quantidade e da uniformização, mas que privilegia a imaginação”. (CONTENÇAS, 1999, p. 39)

Outra pesquisa que também se debruçou sobre o tema das metáforas na linguagem da divulgação científica foi a de Sedeño (2011), que discutiu especificamente as metáforas de gênero adotadas em Biologia, na área da fisiologia reprodutiva. A autora concorda que a metáfora é um componente central tanto na inferência quanto no raciocínio por analogia:

Nossos estereótipos e crenças de gênero têm grande poder e função na nossa cultura. As atribuições de gênero são consistentes com as ideias e concepções do mundo das pessoas que criam conhecimento científico. Estas mesmas pessoas as incluem no conhecimento que geram, contribuindo, desse modo, a incorporá-las como ‘fatos científicos’ com a carga de autoridade que isto implica. Assim, as metáforas que os biólogos usam para descrever seus dados têm importantes consequências, não só cognitivas, mas sociais, que, às vezes, ficam ocultas, porque estão tão arraigadas que parecem óbvias, porque um dos fatores que faz aceitável as metáforas na ciência é sua aparente falta de arbitrariedad.³ (SEDEÑO, 2011, p. 106, tradução nossa)

Assim, as construções linguísticas, por serem construções também sociais, não podem ser livres de tais representações. Como aponta Miceli (2007, p. 9): “Pelo fato de que a ciência objetivista assume um ponto de vista absoluto que não se atém via de regra ao que provém do observado [...] acredita na ilusão da ciência como ‘uma espécie de espectador divino’”. Em consequência, os textos de divulgação científica, que passam a servir como parâmetros para interpretação da própria ciência, pelo público leigo, também veiculam estereótipos e conceitos pré-construídos, já que a linguagem não é vazia de sentido.

BREVES PALAVRAS SOBRE AS OBRAS LEXICOGRÁFICAS EM LÍNGUA PORTUGUESA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Os dicionários são um instrumento imprescindível para a história das ideologias e das mentalidades e de um modo geral para o reconhecimento da memória que nos identifica. (VERDELHO, 2003, p. 419)

Os dicionários podem ser compreendidos, *a priori*, como um gênero textual. De acordo com Costa (2014, p. 103), os mesmos seriam uma “compilação completa ou parcial de unidades léxicas ou certas categorias específicas de uma língua, organizadas por ordem convencionalizada [...]”. Porém, ao se pensar no papel social de tal “compilação”, entende-se que os dicionários assumem o lugar de uma longa tradição

3 Nuestros estereotipos y creencias de género tienen un gran poder y función en nuestra cultura. Las atribuciones de género son consistentes con las ideas y concepciones del mundo de las personas que crean conocimiento científico. Estas mismas personas las incluyen en el conocimiento que generan, contribuyendo de este modo a incorporarlas como “hechos científicos” con la carga de autoridad que eso conlleva. Así, las metáforas que usan los biólogos para describir sus datos tienen importantes consecuencias no sólo cognitivas, sino sociales, que a veces quedan ocultas porque están tan arraigadas que parecen obvias. Porque uno de los factores que hace aceptable las metáforas en ciencia es su aparente falta de arbitrariedad. (SEDEÑO; 2011, p. 106)

discursiva, que extrapola tal sentido de gênero, enquanto materialidade textual, e pode ser compreendido como um discurso, concordando-se com Giacomini (2006):

[...] é possível observar que o dicionário é um discurso inserido em um determinado período histórico, detentor de formações ideológicas e sentidos historicamente construídos. Trata-se de uma proposta⁴ de analisar o dicionário que rompe com a imagem que geralmente tem o público geral, a de que ele é um discurso transparente, homogêneo e detentor da verdade incontestável com relação ao sentido das palavras. O dicionário, tal como o concebemos, é produzido sob certas condições históricas, por sujeitos afetados por essa história. Portanto, seu discurso não é transparente e homogêneo. (GIACOMINI, 2006, p. 11)

Assim sendo, como qualquer outro texto, o dicionário é carregado de significações históricas e, por ser mais que uma fonte de registros linguísticos, o mesmo constitui-se como fonte documental de uma sincronia da língua, sendo um patrimônio de uma comunidade de fala, justamente por fazer parte de seu acervo linguajeiro, e, conseqüentemente, ser uma fonte de consultas que vai além do caráter “tira-dúvidas”, como defende Verdelho (2003):

[...] os dicionários [são] documentos particularmente interessantes para o estudo da diacronia das formas linguísticas. São uma instância privilegiada de fixação do universo verbal. A tradição dicionarística assumiu a tarefa de recolher, registrar e disponibilizar as palavras conhecidas ou testemunhadas que afluíram ao discurso. Partindo geralmente de uma concepção de pecúlio ou tesouro verbal, os dicionários foram documentando a emergência e a atualização linguística em cada momento de sua realização. Transformaram-se naturalmente em uma espécie de marcos sincrônicos que assinalam uma sequência de estações, no percurso diacrônico da língua. (VERDELHO, 2003, p. 413 - 417)

Partindo desse pressuposto, foi que se buscou consultar dicionários de quatro sincronias distintas, já que o interesse de pesquisa aqui pontuado insere-se em uma investigação maior, que visa a realizar um levantamento das conceptualizações de “trabalho”, em uma perspectiva diacrônica, permeando os caminhos das pesquisas em linguística histórica, compondo tal diacronia a partir de sucessivas sincronias.

Inicialmente, optou-se por recorrer a uma média de duas obras lexicográficas por século, desde o século XVIII até o século XXI. Assim, resolveu-se analisar

4 O texto de Giacomini (2006) propõe a leitura do discurso do assim chamado “Caldas Aulete”, através de um traçado histórico, desde sua primeira edição portuguesa até as atuais edições e reedições brasileiras. Nesse sentido, a autora, a partir de pressupostos teóricos da Análise do Discurso francesa, advoga pela visão do dicionário como um discurso constituído.

as obras lexicográficas que foram consideradas representativas na história da lexicografia em Língua Portuguesa, iniciando pelo século XVIII, com as obras de Bluteau (*Vocabulario Portuguez e Latino*, 1728) e Moraes Silva (*Diccionario da lingua portuguesa*, 1789).⁵ A obra representante do século XIX escolhida foi o *Diccionario da Lingua Brasileira*, de Pinto, datada de 1832. As obras do século XX foram o *Diccionario da lingua portuguesa*, do ano de 1949, de Figueiredo; e o *Novo dicionário da lingua portuguesa*, datado de 1986, de Aurélio B. H. Ferreira. Finalmente, para representar o século XXI, optou-se por recorrer a três obras, a saber, *Dicionário de Português Online Michaelis* (2009), *Dicionário informal da língua portuguesa*, e o *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*, cuja versão em rede, em uma nova perspectiva autoral, é intitulada *Aulete digital*.

Ao pontuar a relevância das obras lexicográficas do século XVIII, aqui selecionadas, recorreu-se à fala de Verdelho (2002), que pontua a importância das referidas obras para a história da lexicografia, e assinala que são consideradas como marcos da escrita dicionarística em Língua Portuguesa. Inicialmente, o autor assim se coloca sobre a obra de Bluteau:

Entre os vocabulários bilíngues de origem renascentista e os dicionários monolíngues modernos, situa-se a obra mais monumental da lexicografia portuguesa, o *Vocabulario Portuguez e Latino* (Bluteau 1712/28) que ao longo de dez volumes 'in folio' [...] recolhe um abundantíssimo corpus lexical português, com uma pormenorizada explicitação referencial e semântica. (VERDELHO, 2002, p. 7)

Em seguida, situa a produção de Moraes Silva como uma ampliação do trabalho lexicográfico de Bluteau (1728), e destaca sua repercussão no âmbito da história da lexicografia portuguesa:

Antonio de Moraes Silva (1755-1824) é um nome predominante e tutelar na história da lexicografia portuguesa. A sua obra, em sucessivas reedições acompanhou a língua em Portugal e no Brasil (o autor era natural do Rio de Janeiro), ao longo de dois séculos, como a mais importante referência para o uso lexical. Na sua primeira edição, o *Diccionario da lingua portuguesa* foi dado ao público em 1789 como se se tratasse de uma reedição actualizada e reduzida de dez a dois volumes da obra de Bluteau. Só na segunda edição (1813) a M. Silva se atribui a plena autoria, mas, na realidade a identificação de sua autoria é incontestável desde a primeira edição. É uma obra muito diferente da de Bluteau na sua concepção, nos seus

5 O acesso às obras de Moraes (1789), Bluteau (1728) e Pinto (1832) se deu através do portal <http://www.brasiliiana.usp.br/> e também do portal <http://www.ieb.usp.br/>, resultado do trabalho de pesquisadores da USP, que, em 2008, disponibilizaram as referidas obras completas e digitalizadas e com acesso livre na rede.

objetivos, no tratamento do *corpus* e até na própria fundamentação lexicográfica. (VERDELHO, 2002, p. 10)

Verdelho (2002) discute também a produção dicionarística do século XIX, considerando que não houve grandes mudanças de perspectiva autoral das obras então lançadas, que diferissem consideravelmente da produção do século anterior, destacando a obra de Morais Silva (aqui já considerado como representante do século XVIII, em sua primeira edição) que contou com sete reedições no século XIX, e o aparecimento de obras significativas como a de Caldas Aulete (1881). Também discorrendo sobre a importância do dicionário de Caldas Aulete, Giacomini (2006) situa a referida edição portuguesa de 1881 como uma das mais relevantes no cenário português, já que obteve mais duas edições, em 1925 e 1948. Em cenário brasileiro, a primeira edição foi de 1925 e 1948, seguidas de mais quatro reedições: em 1964, 1974, 1980 e 1987.

Além disso, Verdelho (2002) aponta, como principal “avanço” da produção oitocentista, o início da adequação do dicionário de língua às necessidades da tradição escolar, enquanto manual de consulta rápida, para uso em sala de aula:

A divulgação do dicionário de língua e sua adequação ao uso cotidiano e à exercitação escolar constitui o facto mais relevante na história da lexicografia portuguesa dos séculos XIX e XX. O dicionário, omnipresente e sempre disponível, instituiu-se como texto fortemente padronizador da língua e como chave de acesso à significação de um vocabulário cada vez menos apoiado pela aprendizagem do latim, a cada vez menos imposto como exercício de memória, na programação escolar. (VERDELHO, 2002, p. 17)

A este respeito, Almeida e Gomes (2012) também pontuam que:

A tradição de se reduzirem os dicionários gerais de língua com a finalidade de se atender aos estudantes, remonta, no Ocidente, pelo menos, ao século XIX. Nesse período, a urgência de se registrarem e de se ensinarem as línguas modernas beneficiou a produção de dicionários gerais e, eventualmente, a facção de algumas obras resumidas, de fácil manejo e acesso por parte dos seus usuários. (ALMEIDA; GOMES, 2012, p. 701)

Diante de tal quadro da produção do século XIX, optou-se, para fins investigativos, por concentrar-se apenas na obra de Pinto (1832). A obra de Caldas Aulete será, aqui, analisada em sua versão *on-line*, para compor o quadro das obras do século XXI, por apresentar um caráter diferenciado a respeito da autoria.

A propósito das obras aqui escolhidas como representantes do século XX, inicialmente abordando a obra de Figueiredo (1949), Verdelho (2002, p. 22) salienta que o autor preocupou-se em retomar “muitos textos do patrimônio escritural do português ainda inexplorado pelos dicionaristas anteriores”, inclusive tendo

como fonte o vernáculo, em sua variante coloquial e popular, como aponta uma anotação do prefácio feita pelo próprio autor, que Verdelho transcreve: “nada desperdicei do que fui colhendo: arcaísmos e neologismos, derivações violentas e até errôneas, termos de significação duvidosa ou obscura, tudo alphabetei e reproduzi, julgando cumprir um dever”. (FIGUEIREDO apud VERDELHO, 2002, p. 22)

Ao definir as obras a serem consultadas como representativas para o século XXI, o critério adotado foi diferente daquele utilizado para a escolha das obras dos séculos anteriores (no caso, a relevância de cunho histórico e a representatividade em relação às reedições). Como a proposta foi considerar também o conhecimento gerado *on-line*, já que o século presente configura-se pela emergência das novas tecnologias, presentes e interferentes na vida em sociedade, o critério de seleção foi a recorrência das mesmas como suporte para as consultas. Ao digitar “trabalho” no dicionário no buscador virtual mais comumente acionado pelos leitores, o Google, as primeiras obras lexicográficas listadas como resultados foram: *Dicionário de Português Online Michaelis*, *Dicionário Informal* e *Dicionário Aulete Digital*, (consulta realizada em 18 de agosto de 2014). Como a ordem do aparecimento dos resultados não é aleatória, mas obedece à lógica da quantidade de acessos anteriores à referida página em buscas idênticas ou semelhantes realizadas por outros usuários, considerou-se a informação estatística como mais do que uma casualidade.

Assim, decidiu-se por considerar para a análise as três obras supracitadas, especialmente pelo fato de o *Dicionário Informal* e o *Aulete Digital*, compartilharem da proposta de autoria coletiva. Perpassando o século XIX até o XXI, o Caldas Aulete contou com outra edição em 2004, que se encontra em edição em rede, ao propor uma constituição *on-line* da autoria, convoca os usuários da referida versão a contribuírem com a autoria do mesmo, apresentando sentidos novos para vocábulos ali elencados, ou vocábulos novos, em uso, e ainda não registrados. Essa é uma proposta que redefine a perspectiva de autoria e ao compartilhar o formato de construção coletiva, insere o consulente nos processos de significação e ressignificação dos saberes metalinguísticos, o que possibilitará uma percepção de como se dá a construção do sentido pelo falante, ao aproximar o olhar especializado do lexicógrafo à percepção informal do usuário da língua, o que ocorre também com *Dicionário Informal*.

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS DEFINIÇÕES DE “TRABALHO” NAS OBRAS LEXICOGRÁFICAS

Inicialmente, serão expostas, na Tabela 1, as acepções que os dicionários apresentam para “trabalho”. Em seguida, discutir-se-ão alguns aspectos que particularizam as referidas obras, umas em relação às outras, no que tange às conceptualizações então percebidas. Por uma questão metodológica, foram consideradas as quatro primeiras acepções de cada um dos dicionários analisados.

QUADRO 1 – LEVANTAMENTO DAS DEFINIÇÕES
DE “TRABALHO” NAS OBRAS LEXICOGRÁFICAS CONSULTADAS

Obra Consultada	Definições de “trabalho”
SÉCULO XVIII: <i>Vocabulário Portuguez & Latino</i> Bluteau (1728)	“1. Exercício; 2. Negação do ócio; 3. Perseguição, desgraça, infortúnio”.
SÉCULO XVIII: <i>Diccionario da lingua portuguesa</i> Moraes Silva (1789)	“1. Exercício corpóreo, rústico ou mecânico; 2. Fig. Trabalho do entendimento, em composições; 3. A dificuldade e incômodo do trabalhar; 4. Coisa que incomoda, aflige o corpo ou o espírito”.
SÉCULO XIX: <i>Diccionario da Lingua Brasileira</i> Pinto (1832)	“1. Exercício; 2. Ocupação corpórea, ou do entendimento; 3. Incômodo do trabalho; 4. Aflição de espírito, incômodo”.
SÉCULO XX: <i>Dicionário da língua portuguesa</i> Figueiredo (1949)	“1. Aplicação da atividade intelectual ou física; 2. Serviço; 3. Fadiga; 4. Acção de um maquinismo, resultado dessa acção”.
Século XX: <i>Novo dicionário da língua portuguesa</i> Ferreira (1986)	“1. Aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim; 2. Atividade coordenada, de caráter físico e/ou intelectual, necessária à realização de qualquer tarefa, serviço ou empreendimento; 3. O exercício dessa atividade como ocupação, ofício, profissão; 4. Trabalho remunerado ou assalariado, serviço”.
Século XXI: <i>Dicionário de Português Online Michaelis</i> (2009)	“s.m. (lat. <i>tripaliu</i>) 1. Ato ou efeito de trabalhar; 2. Exercício material ou intelectual para fazer ou conseguir alguma coisa, ocupação em alguma obra ou ministério; 3. Esforço, labutação, lida, luta; 4. Aplicação da atividade humana a qualquer exercício de caráter físico ou intelectual”.
Século XXI: <i>Dicionário informal da língua portuguesa</i>	“1. Aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim; 2. Atividade coordenada, de caráter físico e/ou intelectual, necessária à realização de qualquer tarefa, serviço ou empreendimento; 3. O exercício dessa atividade como ocupação, ofício, profissão etc; 4. Trabalho remunerado ou assalariado; serviço”.
Século XXI: <i>Dicionário Aulete Digital</i> (2007)	“1. Emprego da força física ou intelectual para realizar alguma coisa; 2. Aplicação dessas forças como ocupação profissional; 3. Local onde isso se realiza; 4. Esmero, cuidado que se emprega na confecção ou elaboração de uma obra”.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Na obra de Bluteau (1728), apenas são elencadas três acepções, seguidas de exemplos fartos extraídos de textos latinos e portugueses como ilustração para as mesmas. Assim, a coleta ficou limitada às três acepções disponíveis. Foi o único que registrou as acepções “negação do ócio” e “perseguição, desgraça, infortúnio”, provavelmente pelo fato de, naquele contexto histórico, a noção transmitida pela tradição judaico-cristã de “trabalho” com a dúbia significação de punição e redenção, ainda ser muito presente nas concepções circulantes.

Moraes Silva (1789), além de iniciar sua primeira definição como “exercício”, aponta que este pode ser “corpóreo, rústico ou mecânico”. Na segunda acepção, há uma inclusão sobre o tipo de definição a que recorre, ao incluir a expressão “Fig.” (remetendo à “linguagem figurada”) antes da definição, o que sugere que o autor diferenciou a então chamada linguagem objetiva, dicotomizando-a em relação à linguagem subjetiva, procedimento comum em alguns dicionários, inclusive, contemporâneos.

Figueiredo (1949) apresenta, na quarta acepção, uma definição dupla: “acção de um maquinismo, resultado dessa acção”. O enfoque no aspecto da máquina, pode estar relacionado ao contexto histórico da edição, que foi no período pós-guerra, em que as máquinas passam a substituir o homem, e, no qual, a relevância do fator humano do trabalho se desloca para o controle sobre tais equipamentos.

Nas duas primeiras acepções das obras dos séculos XVIII e XIX, há uma abordagem do trabalho como “atividade” ou “exercício”, enquanto as duas últimas o apontam como um “infortúnio” ou “incômodo”, levantando o aspecto negativo do mesmo.

O *Michaelis* (2009) foi o único que, antes da primeira acepção traz a etimologia da palavra, “lat. *tripaliu*”; apresenta também o sentido de “labutação, lida, luta”.

O *Aulete Digital* (2007) foi o único que, em sua terceira acepção, conceptualiza “trabalho” como “local onde isso se realiza”, evocando um processo metonímico, em que tomou o local pela atividade ali realizada.

ANÁLISE DAS DEFINIÇÕES: CONCEPTUALIZAÇÕES E METÁFORAS

Optou-se, para fins metodológicos de tratamento dos dados, analisar as definições de cada obra lexicográfica organizando-as em quatro grupos, de modo que se pode observar se há, ou não, coincidências nas acepções ao longo do tempo. Assim, analisaram-se as primeiras, segundas, terceiras e quartas acepções de cada obra conjuntamente, na tentativa de observar como a construção das definições acionou ou não metáforas conceptuais, e quais são estas metáforas, ou se a conceptualização se dá através da evocação de esquemas imagéticos e quais são eles. Na exposição dos resultados, seguiu-se a convenção tipográfica

geralmente utilizada nas pesquisas em Semântica Cognitiva: as metáforas conceptuais foram escritas em caixa-alta e as expressões metafóricas em itálico.

Através do presente tópico, proceder-se-á com a exposição das metáforas conceptuais que emergiram e dos esquemas imagéticos que tenham sido acionados na conceptualização de “trabalho”, nas respectivas definições, além de contar, quando possível, com leituras que o conhecimento enciclopédico referente ao contexto de edição das referidas obras, permite uma incursão mais detalhada nos sentidos.

DEFINIÇÕES NÚMERO (1)

Nas obras dos séculos XVIII e XIX, observou-se o predomínio da metáfora TRABALHO É ATIVIDADE.

Em acepções dos séculos XX e XXI, tem-se TRABALHO É INVESTIMENTO DE FORÇAS VISANDO A UM FIM. Desse modo, acionam-se os seguintes esquemas imagéticos: o esquema de transferência de forças [*aplicação das forças*], o esquema do canal e do percurso-meta [*para alcançar um devido fim / para realizar alguma coisa*], o esquema do contêiner [*aplicação da atividade/ emprego da força física ou intelectual em – dentro de*].

Nas obras do século XXI, tem-se a metáfora conceptual TRABALHO É AÇÃO [*ato de trabalhar*], juntamente com um desdobramento da referida metáfora: TRABALHO É RESULTADO DE OUTRA AÇÃO [*ou efeito de trabalhar*].

DEFINIÇÕES NÚMERO (2)

Em Bluteau, do século XVIII, observa-se a metáfora TRABALHO É ANTÍDOTO [*negação do ócio*], ao levar em conta que a ociosidade, ao contrário do que defendem alguns teóricos contemporâneos,⁶ era muito malquista na sociedade pré-industrialista, e o “estar ocupado” era, sem dúvidas, um privilégio. Assim, negar o ócio não implica em uma negação apenas teórico-filosófica, mas sim em uma postura de vida, que implica em posicionar-se socialmente estando envolvido em atividade laboral, a fim de alcançar *status*.

Nas obras do século XIX, observa-se o trabalho, tanto aquele relacionado ao “corpo” quanto ao “entendimento”, sendo conceptualizado como meio de ocupação, emergindo a metáfora TRABALHO É MEIO DE OCUPAÇÃO, que também ocorreu no século XXI: [*ocupação manual ou intelectual*].

No século XX, a conceptualização faz emergir as metáforas TRABALHO É ATIVIDADE QUE VISA A ATENDER AO OUTRO [*serviço*], e ainda um desdobramento da mesma em: TRABALHO É ATIVIDADE MEDIADORA DO SERVIÇO

6 Vide a obra *O ócio criativo* (Entrevista a Maria Serena Palieri), da autoria de Domenico de Masi.

[*atividade necessária à realização de [...] serviço*], também ocorrendo no século XXI: [*exercício material [...] para fazer conseguir alguma coisa*], também neste segundo caso, pode-se observar a metáfora TRABALHO É AÇÃO PARA ALCANÇAR UM FIM.

Na obra *Aulete digital*, observou-se a retomada da metáfora TRABALHO É INVESTIMENTO DE FORÇAS [*aplicação dessas forças...*]; no entanto, sugere a possibilidade de ser recompensado por ela: [... *como ocupação profissional*]. Assim, ventila-se a metáfora TRABALHO É ATIVIDADE REGULAR QUE GERA LUCRO.

DEFINIÇÕES NÚMERO (3)

Nos séculos XVIII, XIX, e em uma das obras do século XX, a partir da terceira acepção, emergem sentidos negativos relacionados ao “trabalho”. No século XVIII, observou-se a ocorrência da metáfora conceptual TRABALHO É MÁ SORTE/CASTIGO [*desgraça, infortúnio*]. Também ocorre no século XIX e XX: TRABALHO É RESULTADO NEGATIVO DE UMA AÇÃO [*a dificuldade e incômodo do trabalhar*], [*incômodo do trabalho*], [*fadiga*].

No século XX, há a ocorrência TRABALHO É A PRÁTICA DO EXERCÍCIO [*exercício de uma atividade como ocupação*]; e TRABALHO É MODO DE FAZER ALGO [*cuidado que se emprega na feitura de uma obra*], também na quarta acepção do *Aulete digital*: [*esmero, cuidado que se emprega na confecção ou elaboração de uma obra*].

Em obras do século XXI, observou-se a metáfora TRABALHO É COMBATE [*labutação, lida, luta*]. E a utilização de outro processo de conceptualização: a metonímia, do tipo LOCAL PELA ATIVIDADE onde esta se realiza [*local onde isso se realiza*], apenas ocorrendo na obra *Aulete digital*.⁷

DEFINIÇÕES NÚMERO (4)

Novamente, as acepções evocam o sentido negativo do trabalho: em obras do século XVIII, tem-se TRABALHO É CASTIGO [*coisa que incomoda, aflige o corpo ou o espírito*], também, no século XIX [*aflição de espírito, incômodo*].

Nos dicionários do século XX, tem-se: TRABALHO É MOTIVAÇÃO E CONSEQUÊNCIA DE UMA AÇÃO [*acção de um maquinismo, resultado dessa acção*]. Em outra acepção, também, nos dicionários do século XX, uma ocorrência [*aplicação da atividade humana a qualquer exercício de caráter físico ou intelectual*] sugere a ativação do esquema imagético de forças.

7 Poder-se-ia ter também realizado a análise outro fenômeno co-ocorrente da metáfora, que é a metonímia, mas optou-se, por uma limitação de espaço, em concentrar a análise na utilização da metáfora como fenômeno de conceptualização e criação linguística.

Apenas nas obras dos séculos XX e XXI é que se identifica uma acepção de trabalho associada à atividade remunerada, mas comparada a um subtipo de trabalho: [*trabalho remunerado ou assalariado, serviço*]. Em ocorrência do século XXI, tem-se, novamente, a metáfora TRABALHO RESULTADO DE UM PROCESSO [*obra feita ou que se faz ou que se está para fazer*].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dicionários, como já fora apontado, possibilitam a recolha de sentidos, além de instigarem um olhar mais detido sobre tais registros, que, por já estarem ali, revelam um tempo e as respectivas opções de uso dos falantes. A diversidade de sentidos aguça o olhar do pesquisador interessado na história da língua justamente por apontar a mudança em curso da mesma. Um fenômeno que responde por tal mudança é a polissemia. Apesar de não ter sido interesse primeiro do estudo desenvolvido, traçar a polissemia diacrônica de “trabalho”, através da recolha dos sentidos registrados, pode-se observar que, ao longo do tempo ocorre, sim, uma mudança na conceptualização de “trabalho”, resultando em processos polissêmicos. Tal processo não obedeceu a uma cronologia exata, visto que determinadas metáforas foram compartilhadas em séculos diferentes, intercalando-se ou inovando o sentido. Chegou-se a tal percepção, através da análise do comportamento linguístico das expressões metafóricas, no que tange às metáforas que são acionadas na elaboração das definições lexicográficas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. A. D.; GOMES, P. Lexicografia e ensino: em busca de um uso reflexivo do dicionário em sala de aula. In: LOBO, T. et al. (Org.). *ROSAE: linguística histórica e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 699-716.
- AULETE, F. J. de C. *Aulete Digital*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/trabalho>>. Acesso em: 6 ago. 2014.
- AULETE, F. J. de C. ; VALENTE, A. L dos S. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa: feito sobre um plano de interamente novo*. Lisboa: Imprensa Nacional, [1881].
- BLUTEAU, R. *Vocabulario Portuguez & Latino: áulico, anatômico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da campanhaia de Jesus, 1712-1728. V.8 . Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/trabalho>>. Acesso em: 06 ago 2014.

- BLUTEAU, R. ; SILVA, A. de M. *Dicionario da lingua portuguesa*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/2/trabalho>> . Acesso em: 06 ago. 2014.
- CONTENÇAS, P. *A eficácia da metáfora na produção da ciência: o caso da genética*. Lisboa: Instituto Piaget: 1999. (Epistemologia e Sociedade).
- COSTA, S. R. *Dicionário de gêneros textuais*. 3. ed. . Belo Horizonte: Autêntica , 2014.
- DICIONÁRIO DE PORTUGUÊS ONLINE MICHAELIS. *Uol*. 2009. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=trabalho>> . Acesso em: 06 ago. 2014.
- DICIONÁRIO INFORMAL DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/>> . Acesso em: 06 ago. 2014.
- FELTES, H. P. de M. *Semântica cognitiva: ilhas, pontes e teias*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FIGUEIREDO, C. *Dicionário da língua portuguesa*. 14 ed. Lisboa: Bertrand, 1949. v. 2.
- GIACOMINI, G. I. O discurso do Dicionário contemporâneo da língua portuguesa, de Caldas Aulete: de 1881 até a atualidade. *ReVEL*, v. 4, n. 6, mar. 2006. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_6_o_discurso_do_dicionario.pdf> . Acesso em: 21 ago. 2014.
- LAKOFF, G. ; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- LAKOFF, G. ; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. São Paulo: EDUC; Campina, SP: Mecado das Letras, 2002.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to western thought*. New York: Basic Books, 1999.
- LENZ, P. Semântica Cognitiva. In: FERRAREZI JUNIOR, C.; BASSO, R. (Org.). *Semântica, semânticas: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 31-56.
- MATURANA, H. *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- MICELI, S. Introdução: a força do sentido. In: BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. p.7-109.
- MORIN, E. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 4 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

SEDEÑO, E. P. El sexo de las metáforas. *ARBOR*, v. 187-747. p. 99-108, Enero/feb. 2011. Disponible en: <http://www.amit-es.org/assets/files/publi/perez_sedeno_2011.pdf>. Accedido en: 25 ago. 2014.

VERDELHO, T. Dicionários portugueses, breve história. In: NUNES, J. H. ; PETTER, M. (Org.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo, Humanitas, 2002. p.15-64. Disponível em: <http://clp.dlc.ua.pt/Publicacoes/Dicionarios_breve_historia.pdf>. Acesso em 19 ago. 2014.

VERDELHO, T. *Dicionários: testemunho da memória linguística*. In: ENCONTRO DE LINGUÍSTICA HISTÓRICA E HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA. *Anais...*Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003 . Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6300.pdf>> . Acesso em: 19 ago. 2014.

PINTO, L. M. da S. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto, MG: Tipografia de Silva, 1832. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/en/diccionario/3/trabalho>>. Acesso em: 06 ago. 2014.

Metáfora: uma abordagem neurocognitiva

ADA LIMA FERREIRA DE SOUSA

INTRODUÇÃO

A metáfora é um tema recorrente na pauta de investigações do campo dos estudos linguísticos. É possível encontrar considerações sobre ela, por exemplo, em escritos de Aristóteles, que definiu a metáfora como “a transposição do nome de uma coisa para outra, transposição do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou de uma espécie para outra, por analogia”. (ARISTÓTELES, p. 33) Conforme Gibbs (1994), da definição de Aristóteles vêm duas ideias importantes. A primeira é a de que a metáfora tem a ver com os sentidos das palavras, posto que é no nível destas, não das sentenças, que ocorre a transferência metafórica; e a segunda é a de que a metáfora é um desvio do uso literal da linguagem, pois envolve a transferência, para um objeto, de um nome que não pertence a ele propriamente.

Percebe-se, na raiz dessa concepção, a ideia de que os significados pertencem às palavras e que qualquer operação que implique modificar essa ordem de coisas é tida como desvio. Nota-se, portanto, uma polarização entre o que se convencionou chamar de “literal” e de “figurativo”, que pode ser percebida, também, nas ideias de Platão. O filósofo defendeu a existência de manifestações linguísticas de naturezas distintas: uma era fantasiosa e expressa na poesia; a outra materializava-se na forma de assertivas que expressavam a “realidade” constável pelo homem.

Essa polarização herdada dos gregos antigos, que resultou na concepção de figuratividade como uma distorção das “verdades” do mundo, está na raiz do entendimento de que pensamento e linguagem são inerentemente literais, posto que o figurativo seria um recurso não natural, propositadamente utilizado por poetas e por políticos, por exemplo, para fins de embelezamento dos textos por eles produzidos. Com isso, de acordo com Gibbs (1994), o uso da figuratividade, conquanto fosse considerado fruto de uma cognição privilegiada, foi associado a prejuízos à suposta transparência da linguagem e dos significados a ela inerentes, posto que poderia impedir a audiência de reconhecer o que se pretendia dizer, por exemplo, em um texto literário cujo autor lançasse mão desse recurso.

Embora essa concepção de figuratividade, também conforme Gibbs (1994), ainda não tenha sido suplantada, o fato é que ela coexiste com pelo menos mais uma, situada no arcabouço da Linguística Cognitiva. No cerne dessa subárea dos Estudos da Linguagem, estão vários pressupostos que vão de encontro a abordagens tradicionais de fenômenos relacionados à linguagem, entre elas a noção de figuratividade que permeia o já referido entendimento acerca da metáfora.

A Linguística Cognitiva tem como objeto de investigação os mecanismos mentais envolvidos nos processos de construção de sentidos, partindo da ideia de que a cognição humana se constitui pelas relações que estabelecemos com o mundo por meio das nossas experiências sensorio-motoras e das vivências de cunho sociocultural. Partindo desse entendimento, pesquisadores como George Lakoff e Mark Johnson iniciaram, em meados nos anos 1970, a busca por modelos teóricos e analíticos que permitissem evidenciar a base corpórea da nossa cognição. Nesse ínterim, os estudos acerca das relações entre linguagem, cognição e corporalidade tinham cunho filosófico, posto que as considerações acerca dos fenômenos investigados ainda não encontravam fundamentação empírica.

Esse cenário começou a se modificar no final dos anos 1980, em decorrência da aproximação de linguistas da cognição com as Ciências da Computação, as Neurociências e a Psicologia Cognitiva. Com isso, resultados de experimentos científicos que permitiam ver o comportamento dos circuitos neurais em atividades que envolvessem o processamento da linguagem começaram a ser considerados em estudos vinculados à Linguística Cognitiva, de modo a fortalecer premissas básicas desse campo. Entre elas, destaca-se a de que não há separação entre mente e corpo, pois o aparato mental humano se compõe de estruturas que, em ao serem construídas a partir da interação física e social do homem com o ambiente em que se encontra, são ativadas em quaisquer atividades que envolvam a construção de sentidos para o que se experiencia neste mundo com o qual o ser humano interage.

No rastro desse entendimento acerca da cognição humana, está a compreensão de que a linguagem não pode ser considerada uma habilidade desvinculada do aparato cognitivo humano, tampouco como um módulo mental isolado em um ponto específico da arquitetura cerebral e responsável por gerar, em si e por si, sentidos para o que vemos em nossa interação com o mundo. Na visão da Linguística Cognitiva, de fato, a linguagem é uma atividade mental e social, posto que se configura como a capacidade humana de gerenciar os elementos envolvidos nos processos de construção de sentidos. Essa (re)construção se dá num ambiente constituído por indivíduos que criam e compartilham crenças e experiências e que, nessa interação, se conhecem, se apresentam e se ajustam às mais diversas situações; na raiz desse processo está a ativação de uma complexa gama de estruturas mentais, que entram em cena durante toda e qualquer

manifestação da linguagem. Segundo Fauconnier e Gibbs (1997, p. 1, tradução nossa), a “[...] linguagem visível é apenas a ponta do iceberg da construção invisível de sentido que ocorre à medida que pensamos e falamos”.¹

Desse modo, quando se parte de uma visão cognitivista, não é adequado conceber a linguagem, em si mesma, como geradora e portadora de sentidos, e esse entendimento tem profunda ligação com o que se compreende, à luz da Linguística Cognitiva, como figuratividade. De acordo com Gibbs (1994, p. 5, tradução nossa), hoje, várias pesquisas indicam que o sistema linguístico humano, “mesmo o responsável pelo que nós comumente concebemos como linguagem literal, é inextricavelmente relacionado ao resto de nosso sistema físico e cognitivo”.² Ele destaca, ainda, que os sinais de que nossa linguagem – e, por conseguinte, nossa cognição – é metaforicamente estruturada podem ser vistos em estudos desenvolvidos na filosofia, na antropologia e na psicologia. Isso seria evidenciado, conforme o autor, pelo fato de nós costumarmos conceptualizar as nossas experiências por meio de metáforas, metonímias, ironias, entre outras figuras de linguagem, o que indica que todas elas subjazem ao pensamento, ao raciocínio e à imaginação humanos.

A concepção de que o pensamento e a linguagem do ser humano são natural e frequentemente estruturados por elementos figurativos confronta a visão tradicional não só da metáfora e de outros fenômenos da esfera da figuratividade, mas da mente humana. Afinal, essa compreensão faz cair por terra o entendimento de que a linguagem independe da cognição, bem como a ideia de que os elementos figurativos são sempre conscientemente escolhidos para fins de embelezamento da linguagem. Antes mesmo da busca por dados que sustentassem esta premissa, a Linguística Cognitiva já defendia a figuratividade como sendo um fenômeno intrínseco à cognição humana e fundamental para a arquitetura das nossas relações com o mundo, conforme pode ser constatado em Lakoff e Johnson (1980), que estudaram a construção das metáforas na linguagem cotidiana.

A interseção entre linguagem, cognição e corporalidade, inaugurada por Lakoff e Johnson, permeia toda a trajetória da Linguística Cognitiva e encontra reforço, hoje, na teoria neural da linguagem. Interessa-nos, neste artigo, fazer algumas considerações acerca desse percurso e apresentar, em linhas gerais, uma abordagem neurocognitiva da metáfora.

1 “[...] visible language is only the tip of iceberg of invisible meaning construction that goes on as we think and talk”.

2 “[...] even that responsible for what we often conceive of as literal language, is inextricably related to the rest of our physical and cognitive system”.

A METÁFORA COMO FENÔMENO DA LINGUAGEM COTIDIANA

A concepção de metáfora que viria a ser adotada por grande parte dos pesquisadores cognitivistas foi lançada por Lakoff e Johnson (1980). Os autores a definem como uma operação cognitiva corporalmente estruturada e motivada, dependente, portanto, da conexão entre mundo, corpo, mente, cérebro e linguagem, e realizada tão naturalmente em nossas práticas cotidianas que sequer nos damos conta do processamento metafórico. Essas ideias compõem, em linhas gerais, a teoria da metáfora conceptual. Conforme essa teoria, construir uma metáfora é compreender uma experiência em termos de outra. Tais experiências se organizam na forma de domínios. Um deles, o que queremos conceptualizar e tem natureza abstrata, é o domínio-alvo; o outro, a partir do qual conceptualizamos o alvo e que tem natureza concreta – no sentido de se aproximar mais das nossas experiências corpóreas –, é o domínio-fonte. Assim, quando formulamos, por exemplo, a sentença “João atacou cada ponto fraco do meu argumento”, isso indica que nós pensamos em uma discussão em termos de guerra, de maneira a criar a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA,³ em que “discussão” é o domínio-alvo e “guerra” é o domínio-fonte. Entre esses domínios ocorrem mapeamentos, ou seja, relações estabelecidas entre alguns elementos de ambos os domínios entre os quais criamos analogias.

Os autores reforçam que não se trata apenas de falar sobre uma experiência em termos de outra, mas de construir todo um sistema conceptual envolvendo essas experiências. Assim, em DISCUSSÃO É GUERRA, mais do que falar sobre discussões como se fossem guerras, construímos relações de modo a pensar no interlocutor como um oponente, elegemos estratégias de argumentação com vistas à defesa de um ponto de vista, atacamos as falhas do interlocutor e assim por diante. Essas escolhas não são puramente subjetivas, mas pautadas em uma concepção construída a partir das interações cotidianas com o ambiente em que vivemos, com as pessoas com quem interagimos e com a cultura em que estamos inseridos. Nessa perspectiva, não somos criaturas totalmente autônomas, mas seres existentes como parte de um meio que nos configura e que também é configurado por nós. Dessa multiplicidade de experiências, surgem categorias distintas de metáforas, classificadas, conforme Lakoff e Johnson (1980), como:

- a) Estruturais: são construções complexas no sentido de que vários elementos são mapeados. Assim, em DISCUSSÃO É GUERRA, as pessoas que discutem são conceptualizadas como adversários; os argumentos, como armas ou estratégias bélicas; a contra-argumentação como um contra-ataque ou defesa e assim por diante;

3 A convenção de grafar a metáfora toda em letras maiúsculas é adotada por Lakoff e Johnson (1980) e preservada neste texto.

- b) Orientacionais: referem-se às experiências com direções. Um exemplo desse tipo de metáfora é BOM É PARA CIMA, que subjaz sentenças como “a mão de obra desta empresa é altamente qualificada”;
- c) Ontológicas: servem para dar caráter concreto a uma entidade abstrata sem a realização de mapeamentos. Por meio de INFLAÇÃO É UMA ENTIDADE, por exemplo, pensamos em “inflação controlada, inflação alta, uma parte da inflação ocasionada por elemento X” e assim por diante;
- d) De personificação: trata-se de um processo envolvendo metáforas ontológicas em que, necessariamente, uma entidade é especificada como pessoa. É perceptível em construção do tipo: “os estudos revelam, a teoria afirma”.

Anos depois, Lakoff e Johnson (1999) adotariam uma abordagem de cunho mais próximo a uma perspectiva neural, posto que os domínios da experiência passam a ser pensados, de fato, como estruturas cognitivamente situadas e decorrentes de ativações de redes de neurônios. Nessa perspectiva, os autores se debruçam, especificamente, sobre as metáforas primárias e as complexas, dedicando a elas o tratamento apresentado a seguir.

As metáforas primárias caracterizam-se pela coativação neural de domínios de experiências básicas. A metáfora AFETO É CALOR, subjacente a expressões como “nossa relação esquentou”, configura-se a partir da ativação concomitante da rede neural relacionada à percepção de afeto e da que está ligada à percepção de calor. Ambas apontam diretamente para uma experiência sensorio-motora básica, vivenciada quando, ainda bebês, ao sermos aconchegados no colo de alguém, experienciamos, ao mesmo tempo, o afeto que nos é dedicado e a elevação da temperatura decorrente do contato entre nosso corpo e o da pessoa que nos afaga. A frequência com que essa experiência é vivenciada acarreta recorrência da coativação das redes neurais nela envolvidas até o ponto em que a ligação entre os domínios se automatiza e as expressões metafóricas emergem na nossa linguagem cotidiana, sem que sequer tenhamos consciência do desenrolar de todo esse processo. Essas metáforas, fundadas na recorrência de experiências básicas mediadas por nosso aparato sensorio-motor e perceptual, apontam para a existência de aspectos universais da corporalidade e, por conseguinte, da cognição humana.

Já as metáforas complexas apontam para um aspecto mais relativizado da cognição humana, pois se fundamentam na coativação de *frames*, ou seja, padrões cognitivos construídos a partir das vivências sociais e culturais; em sendo assim, têm particularidades relacionadas às especificidades das diversas sociedades e culturas. As sentenças “preciso ganhar tempo e estou perdendo tempo com você”, por exemplo, fazem sentido para nós e são comumente utilizadas porque vivemos em uma sociedade industrializada e capitalista, na qual o “tempo” é conceptualizado como

um recurso limitado que usamos para cumprir nossas metas e como uma mercadoria valiosa que pode ser usada, gasta, bem ou mal investida, entre outras aplicações comuns ao domínio “dinheiro”. Assim, constrói-se uma associação entre os dois referidos domínios a ponto de se estabelecer a metáfora TEMPO É DINHEIRO, na qual há dois conceitos distintos que não evocam uma experiência primária, mas sim dois *frames* diferentes que, por sua vez, são mapeados concomitantemente de maneira a formar uma metáfora característica de sociedades como a nossa.

Desse modo, a cultura permite focalizar o aspecto da metáfora que irá participar do mapeamento. Evidências disso já foram levantadas por autores que assumem uma perspectiva de cunho mais cultural. Kövecses (2005), por exemplo, relata que os idiomas chinês e inglês compartilham todos os domínios-fonte básicos para a felicidade. Mas, a metáfora FELICIDADE SÃO FLORES NO CORAÇÃO ocorre apenas na língua chinesa e seria um reflexo da introspecção dos chineses, em contraste com a relativa extroversão dos falantes da língua inglesa. Assim, a variação cultural explicaria porque há metáforas que existem em algumas culturas e não são encontradas em outras.

UMA VISÃO NEUROCOGNITIVA

A proposta de abordagem neurocognitiva das metáforas tem origem nos pressupostos básicos da Teoria Neural da Linguagem, projeto que começou a ser desenvolvido em meados dos anos 1990 por Jerome Feldman e George Lakoff nos Estados Unidos. No cerne dessa teoria, está a busca por embasamento empírico – advindo, especialmente, das Neurociências, da Psicologia e das Ciências da Computação – para a compreensão acerca dos mecanismos cognitivos envolvidos na construção de sentidos.

Em sendo assim, a teoria neural da linguagem vem reforçar a premissa de que a mente é corporificada e mostra-se coerente com a ideia de que a linguagem é a propriedade que permite ao homem perceber e arquitetar o seu entorno biopsicossocial a partir das relações com o ambiente em que se encontra. Nessa perspectiva, não se pode pensar na linguagem como uma entidade desatrelada do aparato mental humano, tampouco considerá-la uma faculdade cognitiva separada das demais, especialmente diante das evidências de que linguagem, cognição e corpo não são entidades autônomas. Essa concepção é sustentada por relatos de experimentos que comprovam a utilização de áreas perceptuais e motoras do cérebro no processamento da linguagem.

Bergen e Wheeler (2005) evidenciaram essa ligação com o seguinte experimento: participantes do teste liam sentenças que indicavam ações, algumas realizadas com a mão aberta (“o garçom carregou a bandeja”), e outras, com a mão fechada (“o advogado carregou a mala”). Em seguida, eles tinham de responder

se a sentença fazia ou não sentido; para isso, assim que tomassem a decisão, tinham de acionar um pedal com uma das mãos, ora com a palma aberta, ora com o punho fechado, dependendo do que fosse estabelecido na tarefa. O tempo de resposta foi mais demorado quando a forma da mão era incompatível com a exigida pela ação referida na sentença (por exemplo, quando o participante tinha de acionar o pedal com o punho fechado para uma sentença como “a babá deu um tapinha na almofada”).

A partir de achados como esse, os adeptos da teoria neural da linguagem defendem que, na raiz dos processos de significação – incluindo a construção da figuratividade –, está a simulação de experiências perceptuais e motoras; nesse processo, imaginar, ler ou ouvir relatos de ações e de percepções ativa partes dos mesmos circuitos neurais nelas envolvidos. A esse respeito, podem ser citados trabalhos sobre o papel da simulação motora na compreensão de sentenças (MASSON; BUB; WARREN, 2008); a simulação e a compreensão atreladas ao uso de verbos (MADDEN; ZWAAN, 2003); a construção de simulações durante a compreensão de sentenças que contêm verbos metaforicamente empregados (GIBBS, 2005), entre outros. Adotar uma abordagem neurocognitiva, portanto, não é rejeitar o objeto de pesquisa e as premissas básicas definidas nos primórdios da Linguística Cognitiva. Trata-se de evidenciar, por meio da empiria, a perspectiva da linguagem como uma função cognitiva que não deve ser pensada à parte das demais, e de ratificar que a construção de sentidos não é mero resultado da integração mental de informações exteriores a representações geradas no cérebro de forma mais ou menos automática; de fato, somos capazes de construir sentidos durante a leitura de um texto, por exemplo, porque podemos simular as situações nele descritas.

Nessa visão, a novidade com relação às metáforas complexas é sua relação com a característica do cérebro humano de se constituir como um sistema de melhor ajuste, ou seja, ele funciona de modo que um fato que se ajusta a uma organização conceptual global é mais facilmente lembrado do que um fato que esteja isolado ou que contradiga a organização conceptual global”. (DUQUE, no prelo) O que determina esse “encaixe” é a maximização da quantidade de ligações neurais globais de maneira a garantir o máximo envolvimento possível com o que já está pronto no cérebro, incluindo informações contextuais. A título de exemplo da importância do contexto, consideremos um caso da língua inglesa relatado por Zimmer (1971). Trata-se da expressão *pumpkin bus*, que pode ser traduzida para o português como “ônibus das abóboras” e foi proferida em um ônibus que, a poucos dias do Halloween, transportava membros de uma excursão que não queriam parar para comprar abóboras. Quando o ônibus começou a desacelerar nas proximidades de um campo em que havia uma plantação desses legumes, alguém gritou: “ei, não pare, esse não é um ônibus de abóboras [*pumpkin bus*]”. De acordo com Nikiforidou (1991), que também recupera o exemplo dado por Zimmer, *pumpkin bus* pode ser usado para se referir a um ônibus destinado a

parar para comprar abóboras, ou a um que participa de uma corrida na qual cada ônibus larga de um ponto de partida diferente, e nesse contexto seria possível dizer “aí vem o ônibus das abóboras” para se referir ao veículo que saiu do campo de abóboras. Nesse caso, o sentido construído depende das informações contextuais que acompanham a produção da sentença.

A influência dessa característica de melhor ajuste no processamento metafórico é a de que a construção de metáforas complexas tem relação com inferências que se originam de ativações anteriores. Para explicar isso, Duque (no prelo) parte da metáfora AMOR É VIAGEM. No nosso sistema conceptual existem as seguintes informações:

- a) Relacionamento é contêiner (metáfora primária);
- b) Um veículo é um contêiner em que os viajantes ficam próximos um do outro (conhecimento de mundo);
- c) Intimidade é proximidade (outra metáfora primária);
- d) Amantes são íntimos um do outro (conhecimento de mundo);
- e) Um veículo serve ao propósito de fazer uma viagem (conhecimento de mundo);
- f) Amantes são viajantes: o que se segue são considerações acerca de como as informações acima se estruturam e se organizam neuralmente, formando um sistema neural integrado e caracterizado pelo melhor ajuste;
- g) Os contêineres em (a) e em (b) correspondem à mesma estrutura neural ativada duas vezes;
- h) O mesmo processo ocorre com “proximidade” em (b) e em (c); trata-se da mesma estrutura neural ativada mais de uma vez;
- i) “Intimidade” também nomeia a mesma estrutura neural em (c) e em (d);
- j) “Veículo” nomeia a mesma estrutura neural em (e) e em (b);
- k) “Amantes” nomeia a mesma estrutura neural em (d) e em (f);
- l) “Viajantes” nomeia a mesma estrutura neural em (f) e em (b).

Trata-se, portanto, de um processo perfeitamente ajustado ao princípio de economia cognitiva que subjaz ao de melhor ajuste; não ocorrem ativações novas se se podem criar inferências a partir de ativações previamente estabelecidas. Além disso, evidencia-se que *frames* culturais diferentes combinam várias metáforas primárias a ponto de criar outros sistemas metafóricos.

Outro ponto que merece atenção, com relação à teoria da metáfora conceptual, é levantado por Grady (1997), que destaca o fato de não se pensar mais em

termos de projeções apenas do domínio-fonte para o domínio-alvo, mas de um mapeamento feito simultaneamente. Essa concepção é endossada pela teoria neural da linguagem, a qual defende que, quando se lê ou se ouve uma expressão metafórica, as pistas do texto ativam o domínio-fonte e os *frames* ativam os do domínio-alvo; cabe, contudo, ressaltar que o que se chama de domínio, conforme a teoria neural da linguagem é um circuito neural formado a partir da ativação recorrente de determinados neurônios. No caso da metáfora, a ativação concomitante de dois domínios acarreta a formação de um circuito integrado, que é ativado todo ao mesmo tempo, à medida que as pistas linguísticas se apresentam e ativam *frames*.

Vale lembrar, porém, que a relação entre os circuitos referentes aos dois domínios envolvidos no mapeamento metafórico não é simétrica. Predições sobre esse detalhe eram feitas desde os primórdios da teoria da metáfora conceptual, mas, agora, elas encontram bases mais concretas graças ao aparato decorrente das investigações feitas no âmbito da teoria neural da linguagem. De acordo com Duque (no prelo), as capacidades de disparo dos diferentes neurônios variam em decorrência das características dos receptores das sinapses, isto é, as ligações químicas entre neurônios. As células neuronais envolvidas na percepção e no movimento, por serem muito solicitadas, são as que mais disparam; em decorrência disso, os mapas metafóricos tendem a ter domínios-fonte físicos. Por isso, as projeções ocorrem sempre do domínio concreto em direção ao abstrato, tornando mais fácil, por exemplo, compreender o tempo em termos de espaço.

Outra contribuição que ajuda a lançar luz sobre aspectos da teoria da metáfora conceptual vem do trabalho de Narayanan (1997). Ele propõe um mecanismo explanatório para inferências metafóricas com base na noção de simulação mental. Para compreender essa proposta, é necessário entender o que são inferências na perspectiva neural. Primeiro, é preciso compreender que o cérebro funciona como um sistema inibitório, de modo que a ativação de um nódulo pode resultar na ativação de outro(s) nódulo(s), e a mesma coisa ocorre com a inibição. Em linhas gerais, trata-se de um sistema de causa e efeito, e as inferências surgem como consequências da ativação de determinados nódulos. É por isso que, durante o processamento metafórico, o mapeamento entre domínios não ocorre de maneira aleatória. Quando um mapeamento metafórico é ativado, constrói-se uma inferência no domínio-fonte e uma consequência dessa inferência é projetada no domínio-alvo. Para melhor compreender esse processo, Duque (no prelo) propõe que se analise a sentença “estamos dirigindo na pista rápida na via expressa do amor”. “Via expressa do amor” ativa o domínio-alvo de “amor” e o domínio-fonte de “viagem”. Neste domínio, “dirigir na pista rápida” permite inferir que o veículo em que estão os viajantes está numa velocidade acima da normal; a direção é emocionante, mas também perigosa, posto que

dirigir muito rápido pode causar acidentes, os quais, comumente, resultam em danos físicos. A partir daí realizam-se os mapeamentos, de modo que se permite construir as seguintes inferências metafóricas: o relacionamento amoroso está se desenvolvendo mais rápido do que o normal; essa evolução do relacionamento é emocionante mas, ao mesmo tempo, pode ser perigoso, posto que pode causar sofrimento psicológico aos amantes. Todos esses mapeamentos ocorrem à medida que as inferências do domínio-fonte vão sendo projetadas.

Percebe-se que a ativação das demais estruturas neurais envolvidas no processamento de uma expressão metafórica decorre, em grande parte, de ligações entre elementos de domínios distintos. Essas ligações são possíveis graças aos chamados circuitos de ligação (LAKOFF, 2008), isto é, estruturas neurais que são ativadas sempre que há associações entre elementos. Há vários tipos de circuitos de ligação; por ora, interessa compreender como funcionam os circuitos de mapeamentos.

Os mapeamentos fazem com que se projetem atributos de um domínio-fonte a atributos de um domínio-alvo. Para mostrar as etapas dessa ativação, tomemos, mais uma vez, a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA. Nesse caso, temos dois *frames*, que serão identificados, para fins de demonstração, como *frame 1* (guerra, domínio mais concreto a partir do qual será conceptualizado o alvo) e *frame 2* (discussão, domínio que será conceptualizado). Cada um desses *frames* contém vários atributos, que serão identificados como A1, B1, C1, D1, e A2, B2, C2, D2, e assim por diante. Esses *frames* e cada um dos atributos que os compõem serão mapeados pelos circuitos de ligação LS, LA, LB, LC, LD. Compreendendo que cada circuito de ligação é dirigido por um nódulo que controla sua ativação ou sua inibição, chamado de nódulo gestáltico ou nódulo G, identificaremos cada um destes como *Gframe*, GA, GB, GC, GD. Além disso, uma vez estabelecida a metáfora, há um nódulo G que corresponde à sua ativação como um todo. Assim, temos a seguinte representação gráfica do processamento da metáfora DISCUSSÃO É GUERRA:

QUADRO 1 – REPRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DA METÁFORA “DISCUSSÃO É GUERRA”

Frame 1: Guerra	Frame 2: Discussão
A1: Adversários	A2: Debatedores
B1: Ataques	B2: Uso de estratégias argumentativas
C1: Defesa	C2: Apresentação de contra-argumentos
D1: Destruição	D2: Anulação do argumento do interlocutor

Fonte: DUQUE, no prelo, com adaptações.

Identificados os *frames* nos quais se baseia a metáfora, bem como os *atributos* de ambos entre os quais podem ser estabelecidos mapeamentos, os circuitos de ligação atuam estabelecendo as seguintes projeções:

QUADRO 2 – REPRESENTAÇÃO DAS PROJEÇÕES METAFÓRICAS DE “DISCUSSÃO É GUERRA”

DISCUSSÃO É GUERRA
DEBATEDORES SÃO ADVERSÁRIOS
USO DE ESTRATÉGIA ARGUMENTATIVA É ATAQUE
CONTRA-ARGUMENTO É DEFESA
ANULAÇÃO DO ARGUMENTO DO INTERLOCUTOR É DESTRUIÇÃO

Fonte: DUQUE, no prelo, com adaptações.

Com relação aos núdulos G, a correspondência se dá conforme explicitado no quadro 3:

QUADRO 3 – REPRESENTAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA ENTRE OS NÓDULOS G E OS CIRCUITOS L NO PROCESSAMENTO DA METÁFORA “DISCUSSÃO É GUERRA”

G: permite ativar ou inibir a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA
Gframe: permite ativar ou inibir Lframe (ligação entre o frame “Discussão” e o frame “guerra”)
GA: permite ativar ou inibir LA (ligação entre os atributos Debatedores e Adversários)
GB: permite ativar ou inibir LB (ligação entre os atributos uso de estratégias argumentativas e Ataque)
GC: permite ativar ou inibir LC (ligação entre os atributos Contra-argumentação e Defesa)
GD: permite ativar ou inibir LD (ligação entre os atributos Anulação do argumento do interlocutor e Destruição)

Fonte: DUQUE, no prelo, com adaptações.

As observações acerca de inibir ou ativar ligações decorrem do fato de os disparos dos circuitos responsáveis por elas dependerem da ativação do GL que controla cada um deles. Da mesma forma, esses núdulos GL dependem da ativação de Gframe que, por sua vez, está na dependência de G. É importante ressaltar que a ativação não significa, necessariamente, o disparo de todos os núdulos GL e L, pois o acionamento de núdulos específicos que compõem um circuito de frame está subordinado às pistas linguísticas, de modo que elas estimulam o acionamento deste ou daquele atributo, em detrimento de outros que podem ser acionados a qualquer momento, a depender das pistas apresentadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando nosso interesse na investigação dos mecanismos mentais subjacentes aos processos de construção de sentido, e que essas estruturas cognitivas têm sido objeto de estudos da área da Linguística, em especial dos que se

localizam no campo das pesquisas em cognição, ressaltamos a necessidade de ampliar o escopo dessas investigações com base em abordagens que venham a fornecer subsídios para a elaboração de uma arquitetura mais refinada do aparato subjacente ao fenômeno da metáfora. Entendemos que o fornecimento de uma descrição para os mecanismos neurais envolvidos na construção das metáforas pode ser considerado uma importante contribuição advinda da teoria neural da linguagem. Afinal, por meio dela, ratifica-se a relação entre linguagem, corporalidade e cognição que a Linguística Cognitiva evoca desde a publicação de *Metaphors we live by*. Em sendo assim, a perspectiva neurocognitiva da metáfora vem para reforçar, por meio da contrapartida neural e dos esforços em compreender como se dá o processamento da linguagem, a premissa de que a mente é corporificada, inclusive em se tratando de fenômenos relacionados ao que se convencionou chamar de “figurativo” ou “não literal”.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *A arte poética*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2235>. Acesso em: 22 jun. 2014.
- BERGEN, B.; WHEELER, K. Grammatical aspect and mental simulation. *Brain Lang.* n. 112, v. 3, p. 150-158, mar. 2010. Disponível em: <<http://www2.hawaii.edu/~bergen/papers/bergenwheelerBL.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2014.
- DUQUE, P. H. *Introdução à Teoria Neural da Linguagem*. No prelo.
- FAUCONNIER, G. *Mappings in thought and language*. New York: Cambridge University Press, 1997.
- GIBBS, R. W. *The poetics of mind: figurative thought, language, and understanding*. New York: Cambridge University, 1994.
- GIBBS, R. W. *Embodiment and cognitive science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- GRADY, J. E. *Foundations of meaning: primary metaphors and primary scenes*. 1997. Thesis (Ph. D in Linguística) – University of California, Berkeley, 1997.
- KÖVECSSES, Z. *Metaphor in culture: universality and variation*. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 2005.
- LAKOFF, G. The Neural Theory of Metaphor. In: GIBBS, R. *The Cambridge handbook of metaphor and thought*. New York: Cambridge University Press, 2008.
- LAKOFF, G. ; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, G. ; JOHNSON, M. *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to western thought*. New York: Basic Books, 1999.

MADDEN, C. ; ZWAAN, R. How does verb aspect constrain event representations? *Memory & Cognition*, n. 31, p. 663-672, 2003.

MASSON, M; BUB, D; WARREN, C. M. Kicking calculators: contribution of embodied representations to sentence comprehension. *Journal of Memory and Language*, n. 59, p. 256-265, 2008.

NARAYANAN, S. S. *Knowledge-based Action Representations for Metaphor and Aspect (KARMA)*. 1997. Thesis (Ph. D) - University of California, Berkeley, 1997.

NIKIFORIDOU, K. The meaning of the genitive: a case study in semantic structure and semantic change. *Cognitive Linguistics*, v. 2, p. 149-205 , 1991.

ZIMMER, K. E. Some general observations about nominal compounds. *Working papers on language universals*, n. 5, p 1-23, May 1971.

A metáfora da vida na visão do brasileiro: uma análise cognitivo-cultural

ALEX BEZERRA LEITÃO, IONE MIDON PEREIRA, LUCAS BARBOSA DE MELO E ENRIQUE HUELVA UNTERNBÄUMEN¹

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo apresentar o resultado de uma pesquisa sobre as metáforas conceituais a respeito do significado da vida na visão do brasileiro e, posteriormente, fazer uma comparação com as respostas apresentadas por Kövecses (2005, p. 84) em uma pesquisa sobre as metáforas dos norte-americanos e húngaros.

No primeiro capítulo, são apresentados os conceitos que serviram de base teórica para a realização do trabalho. Esses conceitos relacionados à metáfora conceitual e seus elementos constituintes seguem a perspectiva cognitiva introduzida por Lakoff e Johnson (1980, 1999) sobre o tema.

No segundo capítulo, é definida a metodologia usada na pesquisa, quais as características dos entrevistados, o método empregado e algumas considerações relevantes para a consecução do trabalho. Na pesquisa, buscou-se a maior diversidade possível de entrevistados. Assim, foram consideradas pessoas de variadas características, como: idade, profissão, religião, estrato social, nível de escolaridade etc. Alguns entrevistados relataram terem tido certa dificuldade para expor seu pensamento sobre o assunto por se tratar de um tema subjetivo e complexo.

No terceiro capítulo, temos a análise dos dados, que representa o foco da pesquisa, que é apresentar uma comparação das metáforas conceituais mais comuns encontradas em um trabalho sobre o significado da vida para os norte-americanos e os húngaros, contrastando-as com as dos brasileiros. Essa comparação é feita a partir de uma análise cognitivo-cultural, analisando-se características de cada cultura em geral e em alguns aspectos específicos.

Assim sendo, mediante o estudo empírico e base teórica sólida busca-se analisar como o brasileiro conceitua a vida e, a partir daí, confirmar ou negar os clichês impostos à nossa cultura e compará-la à percepção do significado da vida em outras culturas.

1 Orientador da pesquisa.

Ao iniciarmos a análise dos dados, tínhamos em mente a forte premissa de que o brasileiro, em geral, diferentemente do povo norte-americano ou húngaro, é considerado um *bom vivant*, cuja visão do significado da vida estaria relacionada com a pouca preocupação com o futuro. As respostas confirmariam a ideia expressa no imaginário popular que aparece, por exemplo, em músicas da cultura brasileira, como em “Deixa a vida me levar”, de Zeca Pagodinho, na qual temos os versos “deixa a vida me levar (vida leva eu), sou feliz e agradeço por tudo que Deus me deu”. Esses versos representariam uma amostra da visão da vida como condutora e responsável pelos eventos que acontecem na vida de alguém. Há, inclusive, a ideia de certa acomodação de um sujeito passivo que, ao mesmo tempo, agradece a Deus (dádiva espiritual) por sua condição.

Considera-se também que faz parte do imaginário cultural do brasileiro que a vida pode ser codificada como uma caminhada/jornada. Pode-se exemplificar com a música “A vida do viajante”, de Luiz Gonzaga, na qual temos a seguinte afirmativa: “Minha vida é andar por esse país”.

A metáfora da vida como dádiva aparece na música “O melhor da vida”, de Marcelo Jeneci. Nessa canção, temos os versos: “o que vale nessa vida, vale como um bom presente, cai do céu, um bem que a gente sente”.

Os exemplos apresentados do cancioneiro popular brasileiro ilustram a visão construída e alimentada pelo imaginário de um povo que coletivamente usa um conceito metafórico para definir o significado da vida.

A METÁFORA

A seguir, será exposto o norte teórico que subsidiou o estudo cujos resultados são apresentados neste artigo.

METÁFORA CONCEITUAL

Até os anos 1980, a metáfora é vista como uma mera figura de linguagem trabalhada nos manuais didáticos como um recurso estilístico que produz sentidos figurados por meio de comparações implícitas. Desde Aristóteles (século IV a.c.), a metáfora era estudada como forma de ornamentação do discurso poético e retórico. Até então, o mundo poderia ser compreendido pela razão, já que a mente era vista de forma autônoma, conforme argumentava Descartes no século XVII. Entretanto, a partir dos estudos iniciados por George Lakoff e Mark Johnson (1980), a metáfora começa a ser encarada como um mecanismo da cognição humana que desempenha um papel fundamental na construção e organização das nossas experiências no mundo cotidiano.

Assim, as metáforas passam a ser vistas como um mecanismo do pensamento, visto que a origem está na mente e não na língua, pois, para Lakoff e Johnson (1980), a metáfora permeia a vida diária não só na linguagem, mas também no pensamento e na ação. O nosso pensamento é, portanto, construído através de nossas experiências sensoriais. Ou seja, as metáforas permitem que exploremos não apenas conceitos, mas situações experienciais. Portanto, a metáfora é conceitual. Ela conceitua não apenas uma comparação, mas sistematiza todo o pensamento humano, já que ela é o produto da cognição humana experienciada.

Em estudos posteriores, Kövecses e Lakoff (1997) e Kövecses (2005) iniciam o estudo da metáfora em contextos culturais específicos, constatando a sua variabilidade cultural. Eles nos mostram que a metáfora, além de conceitual, deve ser estudada e compreendida em cada contexto cultural, em cada sociedade. A variabilidade cultural passa a ser um elemento relevante no processo de construção da metáfora. Com a contribuição de Kövecses, a dimensão universal elaborada por Lakoff é complementada numa particularidade cultural.

ELEMENTOS CONSTITUINTES DA METÁFORA

Segundo Lakoff e Johnson (1980), a metáfora é constituída por mapeamentos entre domínios conceituais: o fonte e o alvo. O domínio fonte é o domínio de natureza mais concreta e experiencial, já o alvo é o domínio de natureza mais abstrata. O domínio conceitual que usamos para entender outro domínio, também conceitual, é o que se considera domínio fonte. Por outro lado, o domínio conceitual que é compreendido é o que se denomina como domínio alvo.

Para ilustrar, temos na expressão metafórica “o argumento foi bem construído” os dois domínios. O domínio fonte são as características do mundo físico/concreto de uma boa construção/edificação, bem-feita, que é eficaz. Essas características da construção física são projetadas em um nível abstrato para o argumento, que se caracteriza pelo domínio alvo.

METÁFORAS PRIMÁRIAS E COMPLEXAS

De acordo com Lakoff (1999), as metáforas podem ser primárias ou complexas. A metáfora primária é, essencialmente, uma experiência sensorial, simples e elementar, mas que condensa elementos pertencentes a dois domínios diferenciáveis: um do mundo sensório-motor e outro do mundo afetivo-cognitivo. Um exemplo de metáfora primária é o ato de acariciar um bebê. A percepção desse toque na pele, que é uma ação física e concreta, é associada, na cognição humana, ao bem-estar. Esse gesto é percebido num nível sensório-motor e interpretado cognitivamente como algo positivo.

O conjunto das metáforas primárias é a base para a formação de metáforas complexas, que podem se associar e formar redes metafóricas mais amplas e abstratas, já que possuem um recurso funcional, que atua como um mecanismo privilegiado para conceituar áreas abstratas da experiência humana. Dessa forma, com um conjunto de conceitos metafóricos já formados pode-se conceituar novos domínios, facilitando a compreensão e o entendimento de conceitos que partem do concreto para o abstrato, do domínio fonte para o domínio alvo.

As metáforas são equipotenciais porque com um número limitado de recursos linguísticos chega-se a um número ilimitado de conceitos. Um exemplo é o conceito de vírus, que no mundo material é um agente biológico que contamina e causa diversas enfermidades e que se dissemina muito rapidamente. Metaforicamente, a ideia do vírus como elemento que contamina e faz mal é transportada para o mundo virtual para caracterizar programas maliciosos que “invadem” computadores e celulares “contaminando” arquivos e programas. Portanto, por meio da aglutinação de diversas metáforas formam-se as metáforas mais complexas.

METÁFORAS UNIVERSAIS E VARIABILIDADE CULTURAL

Kövecses (2005), na obra *Metaphor in culture*, afirma que as metáforas conceituais são universais; entretanto, elas sofrem variações, já que as diferentes culturas podem codificar de maneira diversa os domínios alvo e meta de uma metáfora universal.

Segundo a visão de Kövecses (2005), as metáforas conceituais são universais porque são encontradas em diversas línguas naturais de diferentes famílias linguísticas. Isso acontece porque existe uma motivação universal na qual as metáforas primárias são baseadas na experiência corporal, que é universal, pois todos os seres humanos têm as mesmas reações fisiológicas a estímulos sensoriais, que são codificados no cérebro. Como exemplo, podemos citar a reação de encolhimento do corpo em contato com o frio.

Kövecses (2005) cita o exemplo da codificação metafórica das emoções que são encontradas em várias línguas. A metáfora da raiva, por exemplo, é codificada, de maneira genérica, como um elemento pressurizado (gás ou líquido) dentro de um contêiner, como na frase do português do Brasil “meu sangue está fervendo”.

As metáforas conceituais podem, por outra parte, apresentar variabilidades interculturais, posto que cada cultura usa diferentes mecanismos para decodificar os domínios fonte e alvo. Kövecses (2005) demonstra que as variações ocorrem nas metáforas congruentes (variação na especificação das metáforas genéricas), metáforas alternativas (variação no alcance, no escopo da

meta, conceitualizações alternativas para grandes áreas do conhecimento), nas metáforas únicas (aquelas que existem em apenas uma cultura) e conceitualizações preferenciais.

Kövecses (2005) afirma que as conceitualizações preferenciais ocorrem em algumas línguas e culturas nas quais uma metáfora pode ter diversas variações no domínio fonte. Entretanto, o falante escolhe uma única metáfora ou um grupo específico de metáforas.

Um exemplo de conceitualização preferencial é a metáfora da vida. Köves (2002), citada por Kövecses (2005, p. 84), estudou como norte-americanos e húngaros codificam a metáfora conceitual da vida. Köves analisou amostras de 20 respostas de indivíduos norte-americanos e de 20 húngaros.

Em seu questionário, Kövecses pediu aos entrevistados que escrevessem como eles entendiam, de forma geral, a vida humana, bem como seu significado, o que é uma vida de sucesso e como eles a percebem baseando-se em suas experiências pessoais. As metáforas mais comuns dos norte-americanos foram A VIDA É DÁDIVA, A VIDA É UM JOGO E A VIDA É CAMINHADA/JORNADA, ao passo que, para os húngaros, A VIDA É GUERRA, A VIDA É COMPROMISSO E A VIDA É CAMINHADA/JORNADA. Assim, o estudo demonstra que húngaros e norte-americanos codificam a vida de maneira diferente, já que pertencem a culturas distintas, como podemos visualizar no Quadro 01:

QUADRO 1 – CODIFICAÇÃO DA VIDA POR AMERICANOS E HÚNGAROS

Norte-americanos	Húngaros
VIDA É DÁDIVA.	VIDA É GUERRA.
VIDA É UM JOGO.	VIDA É COMPROMISSO.
VIDA É CAMINHADA/JORNADA.	VIDA É CAMINHADA/JORNADA.
VIDA É UM CONTÊINER.	VIDA É UM PRESENTE.
VIDA É APOSTA.	VIDA É UMA POSSIBILIDADE.
VIDA É COMPROMISSO.	VIDA É UM QUEBRA-CABEÇA.
VIDA É UM EXPERIMENTO.	VIDA É UM LABIRINTO.
VIDA É UM TESTE.	VIDA É UM JOGO.
VIDA É GUERRA.	VIDA É LIBERDADE.
VIDA É BRINCAR.	VIDA É UM DESAFIO.

Fonte: Kovecses (2005).

Vale a pena ainda ressaltar que os termos *precious*, *possession* e *journey*, em inglês, foram traduzidos como dádiva e caminhada/jornada, respectivamente, já que são termos que têm, em português, uma maior carga de significância.

METODOLOGIA

Na sequência, são expostos os passos metodológicos que orientaram o desenvolvimento deste trabalho.

ASSUNTO DA PESQUISA

A partir da premissa de que a conceituação da vida é essencial para a condição humana e que temos a necessidade de definição de conceitos abstratos, utilizando, muitas vezes, para isso, elementos concretos, decidiu-se pesquisar qual a definição que o brasileiro tem em relação à vida.

COLETA DE DADOS

Nessa pesquisa, o questionário foi o instrumento utilizado para a coleta de dados, feita por documento impresso e meio eletrônico (*e-mail*, Facebook, WhatsApp, Google Docs) com a pergunta: “O que significa a vida para você?”, e pediu-se aos nossos entrevistados que a respondessem em formato de um parágrafo, estratégia usada em estudos anteriores que visam à maximização da conceituação mediante o uso da metáfora.

As perguntas foram direcionadas a diferentes públicos: adolescentes, universitários, professores e servidores públicos. Solicitou-se que os entrevistados indicassem a escolaridade, a profissão, a idade, o sexo e o local de aplicação.

No total, 140 indivíduos responderam à pergunta e percebeu-se que não há uma variabilidade de respostas por conta do gênero, profissão ou nível de escolaridade. No entanto, a idade foi um fator relevante, já que, para os mais jovens, notou-se diferença significativa nas respostas. A idade dos entrevistados variou entre 14 e 69 anos e considerou-se como adultos aqueles que tinham mais de 18 anos.

ANÁLISE DOS DADOS

A metodologia do questionário possibilitou uma análise qualitativa, baseada no modelo apresentado por Kővecses (2005). Assim, mediante as respostas dos entrevistados, extraíram-se as metáforas sem lhes haver explicado previamente que deveriam usá-las em seus textos.

Para se fazer a análise dos dados, foi usado o método dedutivo. A metodologia previu que com as respostas dos entrevistados fossem encontradas palavras que definissem o conceito da vida.

A METÁFORA DA VIDA NA VISÃO DO BRASILEIRO

Na análise dos dados, percebeu-se que não há uma variabilidade de respostas por conta do gênero, profissão ou nível de escolaridade. Não obstante, a idade foi um fator relevante, já que, para os mais jovens, a vida está bastante relacionada a um processo mais espiritual e de aproveitamento dos momentos (A VIDA É UMA DÁDIVA), enquanto que, para os adultos, a vida é percebida como uma caminhada a ser realizada pelo próprio sujeito, que tem início, meio e fim ou como um movimento cíclico, que produz repetição de movimentos (A VIDA É CAMINHADA/JORNADA).

De acordo com a idade, também se percebeu que houve maior preocupação na elaboração das respostas entre os adultos, que as apresentaram de forma mais detalhada. No entanto, cabe ressaltar que o fato de que os adolescentes tenham dado respostas menos extensas não prejudicou em nada a análise, já que claramente se identificaram as metáforas para posterior tabulação. Não foram observadas diferenças significativas com relação ao gênero, à naturalidade e nem à profissão. À medida que iam sendo analisados, os dados se adequaram à hipótese inicial de que a metáfora da vida, para o brasileiro, é escolhida, preferencialmente, de forma diferente das culturas norte-americana e húngara.

A identificação das metáforas de caráter mais genérico nos possibilitou criar uma taxonomia para tabularmos as metáforas. De acordo com a tabela, observa-se um total de 179 expressões metafóricas tabuladas entre os 140 entrevistados, o que indica que, em algumas respostas, mais de uma metáfora foi encontrada. Segue a Tabela 01:

TABELA 1

Metáfora	Adultos	Adolescentes	Total metáforas
CAMINHADA/JORNADA	35,20%	6,14%	41,34%
DÁDIVA	22,90%	9,50%	32,40%
COMPROMISSO	11,17%	3,91%	15,08%
QUEBRA-CABEÇAS	3,35%	1,12%	4,47%
LUTA	1,67%	0%	1,67%
FORÇA	1,12%	0%	1,12%
CONTÊINER	1,12%	0%	1,12%
CONHECIMENTO	0,56%	0,56%	1,12%
JOGO	0%	1,12%	1,12%
CONSTRUÇÃO	0,56%	0%	0,56%
Total			100%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Seguem algumas respostas dos entrevistados e a classificação das metáforas:

- 1) “A vida é jornada, compartilhada com pessoas que conhecemos ao longo do tempo.” *VIDA É CAMINHADA/JORNADA*;
- 2) “A vida é uma oportunidade única dada pelo Criador para o exercício do amor, sucesso e felicidade.” *VIDA É DÁDIVA*;
- 3) “Estamos aqui para aprender e nos tornarmos melhores e superiores.” *VIDA É COMPROMISSO*;
- 4) “A vida é um complexo sistema que temos que compreender para alcançar o sucesso.” *VIDA É QUEBRA-CABEÇA*;
- 5) “É o exercício do “bom combate”, desafiando os próprios limites para transcender as próprias capacidades.” *VIDA É LUTA*;
- 6) “Vida é quando matéria, energia e o poder Divino entram em harmonia para justificar um universo inteiro conspirando pela sua especial existência.” *VIDA É FORÇA*;
- 7) “...e da própria vida que se enche a cada segundo de novas perspectivas que formam os sonhos cujos objetivos representados neles se concretizam...” *VIDA É CONTÊINER*;
- 8) “A vida é uma escola de aprendizagem eterna, onde aprendemos tudo aquilo que nos for útil e inútil.” *VIDA É CONHECIMENTO*;
- 9) “A vida é uma caixinha de surpresa em que em algum momento todos se conectam por linhas invisíveis.” *VIDA É JOGO*;
- 10) “A vida é o que você constrói em cima de três pilares: o social, o espiritual e o emocional.” *VIDA É CONSTRUÇÃO*.

Conforme a tabulação anterior, constatamos que caminhada/jornada e dádiva são os predicativos que melhor definem o significado da vida para os brasileiros. No entanto, após a revisão de ambos os itens, percebemos que havia uma diferenciação do tipo de caminhada/jornada e dádiva, o que nos levou a estudá-las separadamente.

VIDA É CAMINHADA/JORNADA

Observa-se que a metáfora genérica *VIDA É CAMINHADA/JORNADA* é codificada pelos brasileiros por meio de duas metáforas específicas, *VIDA É CAMINHADA/JORNADA CÍCLICA* E *VIDA É CAMINHADA/JORNADA LINEAR*.

A caminhada/jornada cíclica pode ser observada nas respostas como:

- 1) Vida é viver intensamente dia a dia. Esse dom é cíclico;
- 2) Vida é movimento. Sejam eles bons ou ruins, movimentos são o que, de fato, movem o ser.

Já a caminhada/jornada linear encontramos em:

- 1) A vida é uma passagem para outro momento do qual acredito que existe;
- 2) Vida é o que vivemos, nossa própria existência ao longo do tempo.

Nos exemplos acima mencionados, percebe-se que enquanto a vida para alguns cumpre um papel de caminhada cíclica, já que o sujeito percebe a vida num movimento cíclico, de repetição, para outros ela é encarada de forma linear, numa sucessão de fatos e acontecimentos.

De acordo com a Tabela 02, percebe-se que os adultos compreendem a vida como uma jornada mais linear, enquanto que os adolescentes a veem de forma mais cíclica.

TABELA 2 - VIDA É JORNADA

Metáfora	Adultos	Adolescentes	Total
JORNADA/CAMINHADA LINEAR	33,78%	21,62%	55,40%
JORNADA/CAMINHADA CÍCLICA	13,52%	31,08%	44,60%
Total			100%

Fonte: Elaborado pelos autores.

VIDA É DÁDIVA

VIDA É DADIVA é a metáfora genérica que é codificada por meio de duas metáforas específicas: VIDA É DÁDIVA ESPIRITUAL e VIDA É DÁDIVA NÃO ESPIRITUAL. Como se pode observar, o traço distintivo entre as duas metáforas genéricas é que, para algumas pessoas, a vida é um presente de entidades divinas e, para outras, não se estabelece essa relação de espiritualidade.

No que se refere à dádiva, ela pode ser espiritual, como em:

- 1) A vida é um dom de Deus, é a obra mais linda da criação;
- 2) A vida é uma oportunidade dada por um ser superior, para que possamos aprender alguma coisa.

Ou não espiritual, como em:

- 3) Indubitavelmente, a vida é a mais plena de todas as dádivas. Viver é ter a possibilidade de nos tornarmos úteis à humanidade;
- 4) A vida é a maior riqueza do mundo.

Assim sendo, há aquela dádiva que está diretamente relacionada à figura de uma divindade que presenteia e oferece um bem precioso e outra que, apesar

de também ser uma dádiva, não guarda consigo a existência de um ser ou ente superior. A dádiva não espiritual é um aspecto da benevolência que parece estar mais ligado ao servir do que ao ser servido.

Dessa forma, enquanto a dádiva espiritual agradece à entidade superior pela vida que lhe foi concedida, a dádiva não espiritual se conecta à ação de retribuir e de servir ao universo aquela benesse.

A incidência das respostas de acordo com a idade é um fator que também nos provocou análise. A VIDA É UMA CAMINHADA/JORNADA, por exemplo, teve uma maior ocorrência entre os adultos. Já na metáfora A VIDA É UMA DÁDIVA, os adolescentes contribuíram para o posicionamento do segundo lugar na tabulação metafórica do significado da vida para os brasileiros, conforme a Tabela 03.

TABELA 3 - VIDA É UMA DÁDIVA

Metáfora	Adultos	Adolescentes	Total
DÁDIVA NÃO-ESPIRITUAL	20,69%	50%	70,69%
DÁDIVA ESPIRITUAL	17,24%	12,07%	29,31%
Total			100%

Fonte: Elaborada pelos autores.

OUTRAS METÁFORAS DA VIDA

Outras metáforas específicas foram observadas, ainda que com menor ocorrência. Para os brasileiros, A VIDA É COMPROMISSO aparece em terceiro lugar e A VIDA É UM QUEBRA-CABEÇA, em quarto. Em seguida, aparecem dados do tipo VIDA É LUTA, VIDA É FORÇA, VIDA É CONTÊINER, VIDA É CONHECIMENTO, VIDA É CONSTRUÇÃO. Todas essas definições metafóricas da vida foram encontradas em maior incidência entre os adultos, ao passo que A VIDA É UM JOGO só teve incidência entre os adolescentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, observa-se que há uma coincidência de metáforas utilizadas entre os brasileiros, os norte-americanos e os húngaros. Ou seja, não há uma diferença quanto ao leque de metáforas para a conceituação da vida.

Por outro lado, na comparação entre as metáforas utilizadas pelos brasileiros com os húngaros e os norte-americanos, percebe-se que, preferencialmente, para os brasileiros a metáfora da VIDA É UMA CAMINHADA/JORNADA apresenta maior número de ocorrências. Para os húngaros e norte-americanos, essa

metáfora está em terceiro lugar. É provável que tal diferença resida no forte componente sociológico do nosso processo histórico de formação da identidade cultural do povo, o que nos torna diferentes dos húngaros, que definem a vida como guerra, luta, batalha, esforço.

Sobre a VIDA É UMA DÁDIVA, percebe-se que há um contentamento e vibração dos entrevistados brasileiros em relação ao significado da vida de maneira preciosa. Na cultura norte-americana, a dádiva aparece em primeiro lugar. É possível que o fato dos norte-americanos e dos brasileiros verem a vida sob a influência do cristianismo tenha feito com que a vida seja definida de forma tão encantadora, mística, cheia de embelezamento e sentimentos. Caberia ainda fazer uma comparação com povos latino-americanos e outras culturas para se analisar em que pontos essa tese se confirma.

Outros dados também chamam a atenção. Para os brasileiros, o compromisso está em terceiro lugar, enquanto que para os húngaros, em segundo, e para os norte-americanos, em sexto lugar. Já o jogo, para os norte-americanos, está em segundo lugar, e para os húngaros e brasileiros, em nono.

A pesquisa apresentada também possibilita que se revejam e se repensem algumas visões do imaginário coletivo de como o brasileiro conceitua o significado da vida. Assim sendo, em nenhum momento encontramos metáforas que nos indicassem que para o brasileiro A VIDA É *LAISSEZ FAIRE*. Os preconceitos ditos de um povo precisam ser compreendidos dentro de uma cultura e, quando possível, desmascarados. Talvez, uma forma eficaz de fazê-lo seja mediante a pesquisa do processo metafórico-cognitivo de um povo, tendo em vista sua percepção, simbolização e definição de conceitos abstratos, processados e sentidos diferentemente na língua e na cultura.

REFERÊNCIAS

KÖVECSES, Z. *Metaphor in culture: universality and variation*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2005.

KÖVECSES, Z.; BENCZES, R. *Metaphor, a practical introduction*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2010.

LAKOFF, G ; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago, EUA: University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Philosophy in the flesh: the Embodied Mind and its Challenge to Western Thought*. New York: Basic Books, 1999.

Metáforas da (re)encarnação no livro segundo: *Mundo Espírita ou dos Espíritos d'O livro dos Espíritos*

CELINA MÁRCIA DE SOUZA ABBADE

INTRODUÇÃO

Naitre movrir renaitre encore
et progresser sans cesse
telle est la loi¹

Reconhecendo o nascimento como algo inerente ao homem e consequentemente algo tão natural quanto existir, buscou-se partir de uma *lexia* para designar esse nascimento à luz do espiritismo, religião que, talvez por ter surgido no despertar das ciências no mundo, busca tornar científico os seus fatos, feitos e fenômenos.

Tomando como base o Pentateuco espírita,² partir-se-á do termo “encarnar” para compreender as metáforas que foram projetadas nessa *lexia* relacionando a mesma com o termo “nascer”.

A palavra *encarnar* é de origem latina, *incarnare* “tornar-se carne, viver de novo”. Uma vez que o que o mundo representa não é exatamente o que criamos para essa representação, podemos concluir que existe uma distinção entre conceptualizar e representar. Logo, o mundo não é o que vemos, mas o que conseguimos ver. E cada um tem o seu olhar único para esse mundo que é representado por palavras, imagens, sons, gestos. Interessa-nos aqui a representação do mundo através das palavras.

Apresentar-se-ão, neste artigo, os conceitos metafóricos para a encarnação tomando como *corpus* de base o capítulo dois do livro II, “Encarnação dos Espíritos”, que faz parte d’ *O Livro dos Espíritos*. (KARDEC, 2009)

1 Epitáfio do túmulo de Allan Kardec. Trad. “Nascer, morrer, renascer ainda e progredir sem cessar, tal é a lei”.

2 O Pentateuco Espírita é o nome dado às cinco obras codificadas por Allan Kardec que deram início a essa doutrina.

O CORPUS DE BASE: O CAPÍTULO SEGUNDO DE O LIVRO DOS ESPÍRITOS

Os trabalhos da codificação espírita tiveram início com a primeira publicação de *O Livro dos Espíritos* em Saint-Germain-en-Laye, cidade vizinha a Paris no dia 18 de abril de 1857. Primeira de uma série de cinco livros editados pelo pesquisador, pedagogo e professor Hyppolite Leon Rivail, conhecido pelo pseudônimo de Allan Kardec.

Para essa doutrina, em parceria com os espíritos, o professor Rivail organizou e publicou *O Livro dos Espíritos*. Essa obra foi organizada em cerca de 20 meses pelo professor Rivail, que coordenou longas reuniões com médiuns,³ fazendo perguntas a eles e colhendo respostas que acreditava vir dos espíritos. Dos vários médiuns que contribuíram para o livro, três jovens se destacaram: Julie e Caroline Baudin, de 15 e 18 anos, e Ruth Celine Japhet, de 20 anos.

Organizado em forma de perguntas e respostas, a obra, com 176 páginas, foi dividida em três livros, hábito comum entre as obras filosóficas à época, que abordam respectivamente: Livro I, *Doutrina Espírita*, com 10 capítulos; Livro II: *Leis Morais*, com 11 capítulos; e Livro III, *Esperanças e Consolações*, com três capítulos. Esses capítulos contêm as respostas para as 501 questões, sendo a obra comercializada pela livraria Dentu, localizada na galeria d'Orléans, no Palais Royal, em Paris.

Três anos depois, no dia 18 de março de 1860, surge a segunda e definitiva edição, amplamente revista e ampliada (1018 questões) e já com o concurso de mais outra médium, Ermance Dufaux. Desde a 1ª questão: “Quem é Deus?” à 1018ª “Jamais o reino do bem poderá ter lugar sobre a Terra?”, as respostas são dadas pelos espíritos, através do médium pela técnica da psicografia indireta.⁴

Considerada pelo próprio Kardec como uma obra nova, essa segunda edição de *O Livro dos Espíritos* está estruturada em quatro livros, também, na forma de perguntas e respostas, com comentários e ensaios teóricos de Allan Kardec. Na verdade, não são 1018, mas 1019 questões distribuídas em 474 páginas. Isso se deve ao fato de no original ter sido pulada a 1011ª questão, ou seja, da 1010ª pulou-se para a 1012ª. Nas diversas traduções que se seguem, alguns editores optaram por corrigir o equívoco acrescentando a questão que foi pulada na obra

3 Indivíduo que tem a capacidade de se comunicar com os mortos e serve de mediador ou intermediário da comunicação entre vivos e mortos.

4 Técnica que consiste em fixar ou prender um lápis a um objeto qualquer (cesta, prancheta etc.) que serve, de certo modo, de apêndice à mão para que mais de uma pessoa (os *mediuns*) segurem nesse objeto e aguardem o lápis se movimentar por um espírito e não por eles. Essa técnica era para evitar a dúvida de uma interferência direta de quem segurasse o lápis. Atualmente, a “psicografia direta”, em que o próprio médium escreve, segurando o lápis ou objeto escrevente, é a mais utilizada.

original. Outros optam por manter a falha. Os quatro livros da obra são: Livro I, *As causas primeiras*, com quatro capítulos; Livro II, *Mundo Espírita ou dos Espíritos*, com 11 capítulos; Livro III, *Leis Morais*, com 12 capítulos; e Livro IV, *Esperanças e Consolações*, com dois capítulos.

Se até o desencarne de Allan Kardec, *O Livro dos Espíritos* já estava em sua 16ª edição, atualmente, esse número ultrapassa 200 edições. Isso pode significar que o espiritismo vem se expandindo por todos os cantos do planeta, lembrando que é no Brasil que essa doutrina compreende o maior número de adeptos. Logo, podemos afirmar que a nossa nação hoje comporta o maior número de espíritos do mundo.

Para o presente estudo, escolheu-se fazer o levantamento das metáforas conceituais apenas do capítulo segundo do livro II, intitulado “Encarnação dos Espíritos”. Diante de tantas edições, optou-se aqui pela 15ª reimpressão de 2001, da 182ª edição de *Le Livre des Esprits*. (KARDEC, 2009) Essa versão contou com a tradução de Salvador Gentile e revisão de Elias Barbosa e pertence ao Instituto de Difusão Espírita. Escolheu-se essa edição porque, conforme o próprio tradutor diz em seu Prefácio, a mesma primou pelo método de tradução literal do texto buscando sempre a autenticidade textual, na tentativa de aproximar-se ao máximo do original.

A iniciativa desta tradução prendeu-se a dois fatores principais e relevantes, que a justificam plenamente. [...] porque adotando o método de tradução literal dos textos, entrevemos a oportunidade de dar-lhes mais autenticidade, aproximando-os, o mais possível, nas próprias palavras dos Espíritos e nas elucidações de Allan Kardec. Não tivemos a menor preocupação de fazer literatura, e notar-se-á, talvez, que muitas frases restaram literariamente paupérrimas em função da clareza e da literalidade dos textos. (KARDEC, 2009, p. 5)

O Livro II, em seus 11 capítulos,⁵ faz uma análise da noção de espírito enquanto ser que retorna à carne tantas vezes quantas for necessário em busca da perfeição, assim como, da finalidade de sua existência, de seu potencial de autoaperfeiçoamento, de suas existências, das relações estabelecidas com a matéria.

O capítulo segundo, *corpus* de base para o presente estudo, coloca todos os espíritos existentes em pé de igualdade no momento da criação e que, durante a vida corporal, vão galgando escalas evolutivas e se tornando melhores a cada existência. Intitulado “Encarnação dos Espíritos” contém 17 questões, divididas em três partes: *Objetivo da encarnação* (com duas questões – 132 e 133); *Da alma*

5 Cap. I: Dos Espíritos; Cap. II: Encarnação dos Espíritos; Cap. III: Retorno da vida corpórea à vida espiritual; Cap. IV: Pluralidade das existências; Cap. V: Considerações sobre a Pluralidade das existências; Cap. VI: Vida espírita; Cap. VII: Retorno à vida corporal; Cap. VIII: Emancipação da alma; Cap. IX: Intervenção dos espíritos no mundo corporal; Cap. X: Ocupações e missões dos espíritos; Cap. XI: Os três Reinos.

(com 13 questões – 134 a 146) e *Materialismo* (com duas questões – 147 e 148). E desde as primeiras linhas da 132ª questão (primeira questão deste capítulo), já nos deparamos com metáforas conceptuais em que a encarnação pode ser expiação, missão ou mesmo um laço que une as pessoas.

AS METÁFORAS CONCEPTUAIS

A língua é um dos veículos do conhecimento e ela se encontra por detrás das palavras. Essas palavras nada mais são do que o reflexo das conceptualizações que fazemos. Através dela, criamos as palavras e as conceituamos, de acordo com o nosso conhecimento de mundo. Logo, podemos dizer, sem medo de errar, que as metáforas estão relacionadas à cultura e sociedade da época em que as mesmas ocorrem. As metáforas conceptuais são fenômenos cognitivos que existem dentro e fora da linguagem.

A linguagem tem uma natureza simbólica que é representada pela percepção aliada à memória e imaginação. A Semântica Cognitiva tem como proposta considerar aspectos que ultrapassem essa linguagem e será no significado que encontraremos a essência dessa linguagem. O significado não é algo externo, somos nós quem o criamos através de um fenômeno mental que irá representar o sujeito. Esse fenômeno mental parte de uma linguagem primária do inconsciente, caracterizada por uma linguagem simbólica, que, como numa rede de associações, um conceito nos leva a diversas outras associações em que compreendemos e, assim, expressamos uma coisa por outra. Isso pode significar que a nossa vida cotidiana seja estruturada, metaforicamente, estando mais no campo do inconsciente do que do consciente.

Um conceito metafórico pode estruturar o modo como fazemos e compreendemos o mundo. A teoria da metáfora conceptual proposta por Lakoff e Johnson (1980, 1999) nos leva a crer que o conceito, a atividade e a linguagem são estruturados metaforicamente. Segundo esses autores, “a essência da metáfora é compreender e experimentar uma coisa em termos de outra”. (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p. 47- 48)

A metáfora não está apenas nas palavras que utilizamos. Ela é muito mais ampla e abrange a maneira como compreendemos o mundo. As metáforas tão pouco pertencem apenas ao mundo individual, elas existem e se organizam socialmente. Nós agimos e falamos de acordo com nossas conceptualizações.

As metáforas conceptuais tão pouco são arbitrarias, elas são motivadas por diversos fatores como a base experimental. Essas motivações geralmente são comuns a diversos idiomas e, de acordo com Lakoff e Johnson (1980, p. 89), uma das razões para que isso ocorra é que a associação entre os domínios “fonte” e “meta” têm uma base experimental.

Esses domínios nos levam a compreender um conceito em termos de outro, ou seja, nos utilizarmos de nossos conhecimentos físicos e concretos de mundo para compreender domínios abstratos. Esses conhecimentos físicos e concretos são o que os teóricos da metáfora conceptual chamam de “domínio fonte”, uma vez que os mesmos surgem da estrutura conceitual que apreendemos de acordo com nossas experiências de mundo. Ao passo que o “domínio meta” é o destino que damos a esses conceitos, experimentando-os e aplicando-os de forma abstrata a partir desse conhecimento do domínio anterior. Para ficar mais claro, citamos um exemplo de Soriano (2014):

Assim, por exemplo, a metáfora conceptual segundo a qual conceptualizamos o tempo em termos de dinheiro se denomina convencionalmente O TEMPO É DINHEIRO. Esta metáfora ou “maneira de pensar no literal” é responsável pelas múltiplas expressões em espanhol (também em outros idiomas), como ganhar tempo, perder tempo, economizar, roubar tempo, hipotecar teu tempo ou converter tempo em algo.⁶ (SORIANO, 2014, p. 87, tradução nossa)

Mais uma vez, fica claro que a conceptualização metafórica ocorre nos planos culturais e sociais, ou seja, toda experiência cognitiva e emocional, está vinculada à cultura.

Como perspectiva da metáfora conceptual, a linguagem se fundamenta em metáforas, uma vez que os processos do pensamento humano são em maioria metafóricos.

Dessa forma, a metáfora não é formada por uma palavra ou expressão linguística, ela significa muito mais, ou seja, “metáfora significa conceito metafórico”. (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p. 48)

Foi nas décadas de 1980 do século passado aproximadamente, que o estudo da metáfora passa a ocupar lugar de destaque nos estudos linguísticos. A partir daí, as metáforas são analisadas enquanto mecanismos de conceptualização das coisas de acordo com o nosso conhecimento de mundo. As metáforas conceptuais, na abordagem cognitiva de autores como Lakoff e Johnson (1980, 1999), são capazes de nos fornecer o conceito de algo em termos de outro.

Sabendo que um dos princípios básicos da doutrina espírita é o conceito de vida enquanto ligação do espírito ao corpo e que esse espírito é eterno e poderá se ligar a um corpo tantas vezes quanto forem necessárias ao processo evolutivo de cada um, a (re)encarnação nada mais é do que o espírito que é eterno apreendendo

6 “Así, por ejemplo, la metáfora conceptual según la cuál conceptualizamos el tiempo en términos de dinero se denomina convencionalmente EL TIEMPO ES DINERO. Esta metáfora o “manera de pensar no literal” es responsable de múltiples expresiones en español (además de en otros idiomas), como *ganar tiempo, malgastar el tiempo, ahorrar tiempo, robar tiempo, hipotecar tu tiempo o invertir tiempo en algo*”.

ou retornando à carne. Dessa forma, podemos encontrar expressões que conceptualizam essa re(encarnação) em todo o Pentateuco Espírita.⁷ Para o presente estudo, como já informado, fez-se um recorte selecionando, em *O Livro dos Espíritos*, o segundo capítulo do Livro II de Allan Kardec: “Encarnação dos Espíritos”.

Tomando como base autores como Lakoff e Johnson (1980, 1999), Kovecses (2000, 2005), Grady (1999), Soriano (2014), dentre outros, tentar-se-á demonstrar o quanto a natureza humana, através de uma rede de associações, organiza as coisas do mundo a partir de suas experiências cotidianas e socioculturais no *corpus* selecionado.

Os fundadores da teoria da metáfora conceptual, Lakoff e Johnson (1980), iniciaram a sistematicidade dos conceitos metafóricos classificando as metáforas em três tipos: metáforas estruturais, metáforas orientacionais e metáforas ontológicas.

Nas metáforas estruturais, um conceito é estruturado em termos de outro (ENCARNAR É...); as metáforas orientacionais estão relacionadas com a orientação espacial. Ao contrário das metáforas estruturais, as orientacionais organizam todo um sistema de conceitos em relação a outro. Têm a ver com a orientação espacial. Essas orientações não são arbitrárias e também estão baseadas nas experiências físicas e culturais do indivíduo. Cada metáfora de espacialização compreende uma sistematicidade intrínseca. A coerência entre essas metáforas se dá pela sistematicidade externa geral que as liga (O corpo é um recipiente = dentro/fora). Já as metáforas ontológicas são aquelas em que concebemos ideias, atividades, emoções etc., enquanto entidade e substância. Assim, podemos lidar racionalmente com nossas experiências nos referindo a elas, quantificando-as, identificando-as ou personalizando-as (Deus lhes impõe a encarnação).

Mesmo sabendo que atualmente existem outros conceitos, optou-se aqui por apresentar a análise, partindo-se de um desses três tipos de metáforas: as metáforas estruturais.

ANÁLISE DAS METÁFORAS ESTRUTURAIS

1) ENCARNÇÃO É UM MEIO/VEÍCULO:

a) Para chegar à perfeição:

– Deus lhes impõe a encarnação com o *objetivo de fazê-los chegar à perfeição*. [...] mas Deus, em sua sabedoria, quis que, por essa mesma ação, eles encontrassem um *meio de progredir e de se aproximarem dele*. (KARDEC, 2009, p. 71)

7 O Pentateuco Espírita é o nome dado às cinco obras que iniciaram a codificação espírita: *O Livro dos Espíritos* (1857/1860); *O Livro dos Médiuns* (1859), *O Evangelho Segundo o Espiritismo* (1863), *O Céu e o Inferno* (1865) e *A Gênese* (1868).

b) Para se purificar:

A encarnação tem também outro objetivo que é o de *colocar o espírito em condições de cumprir sua parte na obra da criação*. (KARDEC, 2009, p. 71)

c) Para seguir o caminho do bem:

[...] de que servem aos Espíritos terem *seguido o caminho do bem*, se isso não os isenta das dificuldades da vida terrestre?

[...] Para uns é expiação, para outros é uma missão. (KARDEC, 2009, p. 71)

2) ENCARNAÇÃO É EXPIAÇÃO:

a) Aceitando as vicissitudes da existência corporal:

– Deus lhes impõe a encarnação com o objetivo de fazê-los chegar à perfeição. *Para uns é expiação*, para outros é uma missão. (KARDEC, 2009, p. 71)

3) ENCARNAÇÃO É UNIÃO:

a) Do espírito com a carne:

Que era a alma antes de se *unir ao corpo*?

Espírito. (KARDEC, 2009, p. 72)

O mesmo Espírito pode encarnar em dois corpos diferentes ao mesmo tempo?

– *Não, o Espírito é indivisível* e não pode animar, simultaneamente, dois seres distintos. (KARDEC, 2009, p. 72)

4) ENCARNAÇÃO É MEIO:

a) De progressão:

– A ação dos seres corpóreos é necessária à marcha do U, mas Deus, em sua sabedoria, quis que, por essa mesma ação, eles encontrassem *um meio de progredir* e de se aproximar dele. (KARDEC, 2009, p. 71)

b) De se purificar e esclarecer:

– Antes de se unir ao corpo, a alma é um dos seres inteligentes que povoam o mundo invisível e que revestem temporariamente um envoltório carnal para se *purificar e esclarecer*. (KARDEC, 2009, p. 72)

5) ENCARNAÇÃO É LAÇO:

a) De união entre alma e corpo:

– Existe no homem outra coisa que a alma e o corpo?

– *Existe o laço que une a alma ao corpo*. (KARDEC, 2009, p. 72)

6) ENCARNAÇÃO É MORADIA DA ALMA:

a) Da alma no corpo humano:

[...] alma como sendo o Espírito que *habita o corpo durante a vida* e o deixa quando ocorre a morte. (KARDEC, 2009, p. 73)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, uma verdade fica clara em nossas mentes: vemos muito além do que enxergamos, ou seja, o mundo não é formado simplesmente por todas as coisas que estão aos nossos olhos. A nossa visão é muito mais complexa. Existem muitas coisas aos nossos olhos que não percebemos. Logo, vemos o que conseguimos ver. E só conseguimos ver aquilo que conseguimos conceptualizar. As metáforas conceptuais fazem parte da nossa vida a cada instante. Basta estarmos atentos para percebê-las nas mais diferentes expressões metafóricas.

O *corpus* que serviu de base ao presente artigo nos deixa isso claro a todo instante, por isso, gostaria de encerrar com uma citação de Kardec em que fica claro e latente o uso necessário e constante das metáforas conceptuais. Trata-se da questão 143, em que os espíritos deixariam bem claro a limitação humana com a linguagem, precisando recorrer sempre a formas metafóricas.

143 – Por que todos os Espíritos não definem a alma da mesma maneira? – Todos os Espíritos não são igualmente esclarecidos sobre essas questões; há Espíritos ainda com limitações que não entendem as coisas abstratas, como ocorre, entre vós, com as crianças. Há também Espíritos pseudo-sábios que fazem desfile de palavras para se imporem, como ocorre, ainda, entre vós. Aliás, os próprios Espíritos esclarecidos, freqüentemente, podem se exprimir em termos diferentes que, no fundo, têm o mesmo valor, sobretudo quando se trata de coisas que a vossa linguagem é inadequada para exprimir claramente; precisam de figuras, de comparações que tomam pela realidade. (KARDEC, 2009, p. 74)

REFERÊNCIAS

CUENCA, M. J. ; HILFERTY, J. *Introducción a la lingüística cognitiva*. Barcelona: Editorial Ariel, 1999.

FERRARI, L. *Introdução à linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.

KÖVECSSES, Z. *Metaphor: a practical introduction*. Oxford, NY: Oxford University Press, 2002.

KARDEC, A. *O livro dos espíritos*: contendo os princípios da doutrina espírita sobre a imortalidade da alma, a natureza dos Espíritos e suas relações com os homens, as leis morais, a vida presente, a vida futura e o futuro da humanidade segundo o ensinamento dado pelos espíritos superiores com a ajuda de diversos médiuns. 182. ed. Araras, SP: Instituto de Difusão Espírita, 2009.

LAKOFF, G. ; M. JOHNSON. M. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LENZ, P. Semântica Cognitiva. In: FERRAREZI JUNIOR, C.; BASSO, R. *Semântica, semânticas: uma introdução*. São Paulo: Contexto, [19-?].

SILVA, A. S. da. A linguística cognitiva uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. *Dialnet*, v.1, n. 1-2, p. 59-151, 1997. Disponível em: <<http://www.facfil.ucp.pt/lingcognit.htm>> . Acesso em: 10 jan. 2015.

SORIANO, C. *La metáfora conceptual*. 2014. Disponível em: <<http://www.textosenlinea.com.ar/academicos/Soriano%20-%20La%20metafora%20conceptual.PDF>> . Acesso em: 01 ago.2015.

**COGNIÇÃO E
CONSTRUÇÕES
LINGUÍSTICAS**

Semântica do verbo e da construção na formação de expressões verbais

ISABELLA FORTUNATO

INTRODUÇÃO

À luz da Gramática de Construções, pretendemos analisar predicados complexos formados pelo verbo “tomar” em textos jornalísticos do Brasil e de Portugal, a fim de averiguar as diferentes possibilidades combinatórias entre as duas variedades do português.

Fazendo uma comparação com o significado composicional, hipoteticamente mais concreto e corporificado, nos deteremos às expressões com um grau de fixação sintático-semântico intermediário, como em “tomar conta/posse/lugar/ciência/coragem”, nas quais é ainda possível a inserção de advérbios entre os itens lexicais e cujo significado global ainda não é opaco como ocorre no caso das expressões idiomáticas.

Um exemplo é a diferença entre os dois usos de “tomar banho”: (i) lavar o corpo com finalidade higiênica; (ii) no imperativo com o significado idiomático de “ir fazer outra coisa”, bastante usado como um eufemismo para um xingamento. Essas expressões semifixas englobam construções que tradicionalmente são chamadas de verbo-suporte, em que a predicação se transfere do verbo para a parte nominal, normalmente preenchida por um nome eventivo, funcionando como um único verbo “fazer uma contribuição > contribuir”. (MATEUS, 2003)

No entanto, há diferentes tipos de construções com diferentes contribuições semânticas do verbo e do nome, essas outras combinações devem ser descritas e categorizadas, bem como a diferença dos domínios e subdomínios designados pelos diversos tipos, desde o verbo pleno até as expressões mais abstratas. (LANGACKER, 1987)

Nosso objetivo é agrupar os diferentes tipos de combinação tanto em relação à contribuição semântica do verbo como ao significado da expressão como um todo, pois há entre verbo e construção uma série de condicionamentos recíprocos, podendo haver preponderância de um ou de outro. (SILVA, 2001)

A Gramática de Construções postula que não só itens lexicais são formados por pareamentos de forma e significado, mas também elementos complexos

como as expressões idiomáticas e, inclusive, construções sintáticas mais abstratas. (GOLDBERG, 1995) Um enunciado seria, então, uma rede de construções combinadas e não uma junção de palavras por regras de derivação. (PINHEIRO, 2014) Os participantes do evento designado pela construção não necessariamente correspondem aos participantes da estrutura argumental do verbo, quando considerado isolado, e a dinâmica de forças (TALMY, 2000) é quem determina a relação entre estes e a sua codificação na verbalização do evento.

Os dados trabalhados foram retirados de jornais portugueses e brasileiros (digitalizados e disponíveis no *site* Linguateca), a fim de comparar construções com o verbo “tomar” nas duas variedades da língua portuguesa em relação tanto à forma como a algumas características analisadas à luz da Linguística Cognitiva, com o objetivo de procurar explicar o porquê da possibilidade de certas combinações na língua (ou em uma variedade dela) e da não possibilidade de outras.

DEFININDO O OBJETO: O QUE ENTENDEMOS POR EXPRESSÕES SEMIFIXAS?

O que entendemos aqui por expressões semifixas – por falta, por enquanto, de melhor designação – são expressões formadas por verbo mais um sintagma nominal ou preposicional, constituindo uma unidade de significado em diversos graus: desde unidades fraseológicas, com significado opaco e fixidez sintática, até expressões semanticamente transparentes, não-composicionais, mas que ainda permitem inserção de termos (advérbios, por exemplo), e inversões de várias ordens.

Essa diferença pode ser notada em construções como “bater as botas”, como exemplo de fraseologia verbal, e “bater na mesma tecla”, cujo significado metafórico pode ser facilmente deduzido do significado da expressão composicional, concreta. Outro exemplo é “bater papo” que aceita alterações, mesmo que restritas, como “bater um papo”, “bater um bom papo”, “bater um papão”, entre outras, para mostrar que a construção não está sintaticamente fixa. No entanto, ela difere nitidamente de “bater um bolo” ou “bater no irmão”, expressões composicionais, cujos *slots* podem ser preenchidos por uma vasta gama de possibilidades.

Estas expressões com comportamento sintático-semântico intermediário são normalmente tratadas na literatura como construções com verbo-suporte (ATHAYDE, 2005), ou verbos leves (MATHEUS, 2003), formadas por verbos como “ter”, “fazer”, “dar” e “pôr” seguidos de um sintagma nominal ou preposicional cujo núcleo é um nome deverbal, para o qual a predicação se desloca, perdendo o verbo a sua carga semântica inicial, concreta e corporificada, para assumir papéis estritamente gramaticais relativos a tempo, modo e aspecto, por isso a denominação de verbo-suporte. É o caso de “dar um depoimento”

que pode ser substituído pelo verbo “depor”, relacionado lexicalmente com o nome da expressão.

Mas quando nos deparamos com construções como “fazer amor”, relacionada com o verbo “amar”, percebemos nitidamente que essa relação biunívoca entre construção com verbo-suporte e o verbo lexicalmente correspondente não é possível. Temos também expressões formadas por nomes não deverbais que podem ter uma relação muito semelhante: é o caso de “chutar o balde”, formada por um nome concreto designando uma ação: a de agir de maneira irresponsável. Nesta não se observa necessariamente um deslocamento da predicação, mas uma extensão metafórica do significado; a expressão, contudo, continua indicando um evento único e uno.

Somos compelidos a pensar que o verbo designa um evento, uma ação, mas não nos atentamos para as mais variadas possibilidades de designação de um evento, que é uma realidade complexa, posta em prática por participantes e verbalizada por um falante, com sua perspectivação e seu ponto de vista, o que influencia diretamente na construção da expressão verbal.

Podemos, portanto, antes de pensar nas construções verbais, que são uma consequência do recorte mental realizado, refletir sobre a natureza do evento e sobre como o representamos e o entendemos cognitivamente.

O EVENTO E A EXPRESSÃO DO EVENTO

Tanto para a mitologia grega, como para cristãos e muçulmanos, provavelmente para outras crenças também, a criação do mundo se dá através da palavra, do verbo. A existência em si dos objetos do mundo já é um evento, um acontecimento, bem como não há evento sem a presença de entidades. A própria vida é o evento por excelência: começa com o evento ser vir a ser e termina com o deixar de ser, entre estes dois haverá um hiato preenchido por eventos de toda a sorte e de toda natureza. (SOBRAL, 2005, p. 27)

Na prática a noção de evento é tão fulcral que sequer nos questionamos e buscamos dar-lhe uma definição, na teoria, já não é um conceito tão óbvio nem tão claro. Dele se ocuparam não só a Linguística, mas também a Filosofia e a Lógica (ILARI; BASSO, 2007), as tentativas de defini-lo e delimitá-lo serão, portanto sempre híbridas. Parsons (1991, p. 32-33) faz uma diferenciação entre eventualidade e evento: eventualidades são todas as situações ocorridas no mundo que correspondem a itens linguísticos como a sentença; já o evento é uma representação estritamente linguística da eventualidade, sem levar em consideração suas condições de verdade.

Eventos não são a ação física propriamente dita, eles a contêm, a englobam, mas sendo praticado por seres humanos, pelo sujeito, se torna situado e lhe é

atribuído, no momento da sua ocorrência, um significado. Para Bakhtin, em *Discurso na vida e discurso na arte* :

há uma cisão entre o agir concreto dos sujeitos e o pensar sobre agir dos sujeitos: [...] o conteúdo-sentido de um ato (atividade) [...] e a concretude histórica da sua existência [...]. O ato ultrapassa, em sua condição de processo concreto permanente, jamais acabado, toda e qualquer explicação que lhe retire a materialidade constitutiva e o reduza a algum conteúdo ou produto abstrato, de natureza científica, filosófica ou estética. (SOBRAL, 2005, p. 16-18)

O valor do ato não é, então, o seu valor absoluto, mas o valor que ele tem para o sujeito, já que é este o agente criador do mundo: é participante, mas não só: é responsável, tem um compromisso ético com o próprio evento e com o outro. Sujeito esse definido não por ele mesmo, mas pelo outro, a partir do momento que se define através deste outro, que, como um espelho, lhe mostra exatamente o que ele sozinho não consegue enxergar sobre si próprio.

O sujeito, portanto, é outrossim um mediador entre as significações sociais possíveis e os enunciados utilizados nas mais diversas situações de comunicação. Ora é indivíduo ora é visto como categoria, como membro da classe dos seres humanos e de todas as outras que compõem a sua vida em comunidade.

A forma que escolhemos para descrever um evento nada mais é do que um recorte da realidade, é necessário, portanto, definir como é feito esse recorte ao tratar e verbalizar os eventos. Então, a descrição é sobre os elementos linguísticos escolhidos como descritores do evento e não sobre os eventos em si, não é a palavra que é vaga, mas os recortes que fazemos que o são. (VARZI, apud BASSO, 2007)

Qual seria então a natureza cognitiva do ato? Como este é recortado pelo falante a fim de ser organizado em palavras? “Cada apreensão é um ato, um processo, de cunho irrepitível no que se refere à sua composição, mas que gera um produto segundo formas repetíveis, ainda que sempre mutáveis, sem prejuízo de seu projeto arquitetônico de realização – o que permite generalizações no estudo dos atos concebidos como unioorrentes”. (SOBRAL, 2005, p. 25) Eventos individuais exigiriam agentes absolutamente únicos e diferentes e, portanto, indistinguíveis. Teríamos, então, ações absolutamente irrepitíveis, impedindo qualquer generalização, sem respeitar o que há neles de singular.

Podemos defender que eventos são particulares, pois podem ser descritos de várias maneiras e também por serem localizados espaço-temporalmente. Para Varzi (2002), são particulares, pois não podem ser iguais nem se repetir, mas não consideravelmente parecidos. Por um lado, têm semelhanças com os objetos, por serem discretos e particulares, contudo têm também semelhanças com as entidades abstratas. O conteúdo abstrato, o ato, o que há de comum a

todos os atos, se organiza, assume uma forma, a partir do processo do ato, do agir do sujeito em situação história e social (que confere a cada ato o que nele há de singular).

Precisamos de uma teoria que dê conta da possibilidade de generalização dos eventos, mas também da especificidade de cada um.

Usando um exemplo clássico, retirado de Parsons (1991) “*Brutus assassinou César*” e “*Brutus assassinou César com uma faca*” seriam o mesmo evento? E em “*O João traiu a mulher de novo*” pressupõe que houve mais de um ato de “trair”, esses eventos foram iguais, foram o mesmo evento? Não, pois João pode ter tido mais de uma amante e mesmo que tenha sido uma só, cada traição foi um ato diferente do outro. São as instanciações do ato de “trair” que se repetem, mas o evento, cada uma das vezes em que ele se repete, ele tem seus participantes, seus circunstâncias, sua localização espaço-temporal.

Para que pode ser interessante a semântica de eventos? Aspecto e *aktionsart*, relação dos tempos verbais entre orações encaixadas e/ou coordenadas, incidência de adjuntos, entre outros. Utilizamos adjuntos para tornar os eventos mais precisos, mas grande parte das vezes isso não é necessário, pois o contexto, o conhecimento de mundo partilhado e as pistas linguísticas dadas no discurso se encarregam de desfazer qualquer tipo de ambiguidade e vagueza. Quando dizemos que o evento é particular, tem espaço e tempo, assumimos também que esse evento é complexo, e pode ser decomposto nas suas subpartes.

Quando consideramos as expressões: “tomar conhecimento”, “tomar consciência”, “tomar coragem”, “tomar o controle”, mais do que propriamente falar nas atitudes designadas pelos nomes abstratos, o significado global das expressões com o verbo “tomar” deixa clara a carga aspectual veiculada não pelo verbo em si, mas pela combinação da temporalidade do verbo e da do nome:

- 1) *Foi justamente ao director do ‘Expresso’ a quem o chefe do Governo inicialmente se dirigiu ao tomar conhecimento de ‘alguns factos insólitos’ suscitados pelo decorrer da pesquisa.* (PUBLICO-19950106-094)
- 2) *No entanto, ao ver o impacto que hoje a banda desenhada tem no coração e na imaginação das crianças e dos adolescentes, digo para mim mesmo que seria urgente que a Igreja tomasse seriamente consciência deste fenómeno.* (PUBLICO-19950708-180)
- 3) *A personagem Ai precisa chegar ao fundo do poço para tomar coragem de seguir sua vontade.* (FSP950331-138)
- 4) *Na primeira Opa, quando pretendia tomar uma percentagem de controlo (45 por cento), ofereceu um preço interessante face à cotação da altura.* (PUBLICO-19940730-047)

O sujeito dos exemplos (1) e (2) é experienciador, já que é parte de eventos cognitivos, o de se conscientizar e o de vir a conhecer. Nos exemplos (3) e (4), além da ideia de posse, de apoderamento por parte do sujeito, temos, dada a *affordance*¹ dos nomes, um significado aspectual, que foca o momento inicial da ação.

Retomando a definição de construção com verbo-suporte, podemos nos questionar sobre a possibilidade de haver correspondência entre “tomar conhecimento” e “conhecer”, “tomar consciência” e “conscientizar-se” e “tomar o controle” e “controlar”. Fica óbvio que há nuances de significado, possibilitadas pela combinação do verbo com o nome, e das *affordances* deste, que não são viáveis de serem transmitidas por um item lexical único.

- 5) *Tomar cuidado: As autoridades brasileiras devem tomar cuidado para não deixar que esse elástico arrebente.* (FSP940725-027)
- 6) *Tomar precaução: Contudo, mesmo atendendo a todas as precauções tomadas pelo cineasta, ‘Délits flagrants’ não deixa de algum mal-estar, aliás amplificado por reacções de espectadores, como se o filme fosse uma comédia.* (PUBLICO-19941119-006)

Na contramão das construções com verbo-suporte, (5) e (6) não possibilitam a correspondência com “cuidar” e “precaver(se)”, há aqui uma clara mudança de perspectiva:² o agonista é que é o objeto da atenção, do cuidado, da prevenção. O seu único controle é tomar providências para não correr riscos.

Falando em risco, o português europeu permite a construção antônima à (5) e (6), que é “tomar risco”:

- 7) *Tomar riscos: Porque, mais do que admirarem-lhe os dotes de artista conceptual, ou os riscos que tomou musicalmente – e ‘Erotica’ era um disco arriscado para o ‘mainstream’ onde radica –, o seu público, e em particular os americanos, passaram a tê-la como uma debochada pronta a tentar tudo.* (PUBLICO-19941025-138)

Crescemos ouvindo na escola dizer que o verbo é o centro da oração e indica algum tipo de ação, então ficamos com a ideia de que as “coisas que acontecem” no mundo são verbalizadas por essa classe de palavras. Mas se formos um pouco mais afundo nessa definição, sabemos que o verbo sozinho não tem essa responsabilidade toda. Os eventos, considerados como um todo, são muito mais complexos, portanto a sua tradução em palavras envolve não só a classe verbal, mas todos os elementos que o circundam, como argumentos e adjuntos.

1 Explicaremos o conceito de *affordance* mais à frente, na seção 4.1.

2 A perspectiva será abordada na seção 4.3.

GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES

Voltamos, então, à organização da construção verbal na designação do evento e sobretudo à nossa hipótese de abandonar a ideia de que o verbo, sozinho, possa cumprir o papel de designar o evento. De fato, cogitamos que, na verdade, a sua contribuição, como veremos, sequer é central, fulcral, mas somente em combinação com outros elementos se torna possível a designação do evento na sua complexidade.

A Gramática das Construções, perspectiva que adotamos no presente trabalho, defende que armazenamos, no nosso cérebro, estruturas que abrangem tanto itens lexicais como construções abstratas – a construção V+SN, por exemplo –, prontas a serem preenchidas por elementos como palavras, morfemas, ou outras construções, formando, por sua vez, construções mais e mais complexas.

Cai por terra, então, a divisão entre léxico e gramática, surgindo a possibilidade de termos um *constructicon*, ou seja, um inventário de construções simbólicas, baseadas no pareamento de forma e significado, de natureza diversa que se combinam entre si. (GOLDBERG, 2000) Cai também a ideia de que o significado de orações e frases possa ser dado pela soma do significado das suas partes, por meio de combinações dos seus traços semânticos.

Este tipo de abordagem se encaixa perfeitamente na explicação (e não somente na descrição) dos fenômenos que podemos encontrar nas construções que escolhemos como objeto de estudo, que se encontram no limbo entre a composicionalidade e a cristalização, bem como nos aparelha para a classificação dos diversos tipos de expressão verbal e os padrões de organização cognitiva na designação do evento e que estão por trás da formação da construção verbal.

Apresentamos a seguir alguns pressupostos da Linguística Cognitiva para a análise de construções verbais, que denominamos semifixas, confirmando a hipótese de que a combinação, mais do que os traços individuais dos elementos que formam a expressão, é determinante para o estabelecimento do seu significado global.

AFFORDANCES E FRAMES

O conceito de *affordance* diz respeito à interação dos seres e o ambiente em que vivem (GIBSON, 1979), mais precisamente como “uma possibilidade de ação disponível no ambiente, independente da capacidade do indivíduo de perceber essa possibilidade”. (DUQUE, 2013, p. 481) Aplicadas aos estudos linguísticos, as *affordances* podem ser ativadas por itens lexicais, pela estrutura sintática, mas também, em uma visão mais ampla, de cunho pragmático, pelas crenças, pela cultura, pelo contexto.

Um exemplo clássico de *affordance* é o da muleta: embora ela sirva para auxiliar o caminhar de alguém que tem dificuldades, ela pode tranquilamente servir para bater na porta do elevador para fazer com que ele desça mais rápido.

Ou para empurrar um objeto em um vão que não seria alcançável pelo braço humano. As *affordances*, portanto, estão ligadas à finalidade dos objetos no mundo, à sua instrumentalidade, mas sobretudo a todas as suas possibilidades.

Em termos cognitivos, segundo Salvatore Attardo (2005), as *affordances* constituem um subesquema dos *frames*, que se define como um conjunto de representações das próprias experiências, uma cena, ativada por um determinado item lexical, considerando o significado deste como enciclopédico. (FILLMORE, 1975)

Os frames são formas de armazenamento das bases físicas e culturais da nossa experiência como sistemas de conhecimento estruturados, como por exemplo, o evento comercial é um frame que abarca as ações de comprar, vender, gastar, pagar, entre outros. (FERRARI, 2011, p. 50)

Para a constituição destes *frames*, então, é a inquestionável importância do nome para que se estabeleça o recorte efetuado na verbalização do evento. Não parece haver algum deslocamento de predicação, mas todos os elementos concorrem para um único objetivo. Observemos os exemplos a seguir:

- 8) *Tomar cerveja: ‘Há 20 anos estamos ensinando as pessoas a tomarem cerveja’, diz Pegini. (FSP950225)*
- 9) *Tomar um chopinho: Os brancos que querem reformar a cidade têm uma ideologia restauradora, nostálgica de fazer voltar algo que acabou: ‘Ah... como eu gostaria de poder tomar um chopinho e andar de noite até o Leblon, como antigamente...’ (FSP941122-090)*
- 10) *Tomar um cafezinho: Outro dia fui tomar um cafezinho bem carioquinha ali perto na rua de Santana, e vi que o Rio perdeu o cafajeste poético. (FSP951121-141)*

Embora as expressões “tomar cerveja”, “tomar um chopinho” e “tomar um cafezinho” pareçam construções composicionais com a possibilidade de se preencher o *slot* com itens lexicais do campo semântico das “bebidas”, os exemplos (9) e (10) carregam uma segunda possibilidade de interpretação, designando não só o ato de “beber”, mas o de sair para beber e socializar. Essa nova informação é evidenciada também pela presença do artigo indefinido e do diminutivo, indicando um hábito cultural: sair para beber não requer que alguém de fato beba alguma coisa.

DINÂMICA DE FORÇAS

Envolvendo diretamente a presença dos participantes (chamados de agonista e antagonista), da interação destes entre si e com o ambiente, e da assimetria desta participação, os eventos podem ser analisados, segundo Talmy (1988), considerando-se as forças por eles operadas e as barreiras do mundo sociofísico.

Podemos observar uma diferença na dinâmica de forças de expressões como:

- 11) *Tomar a liberdade: Os fatos que culminaram com sua demissão nós nunca iremos saber ao certo, mas tomamos aqui a liberdade de tomar seu partido.* (FSP950213-070).
- 12) *Tomar a iniciativa: Toma a iniciativa de falar no caso Tonereros.* (FSP940821-020)

No exemplo (11), o agonista, embora agente, não se apodera da liberdade do outro, mas pede permissão para ocupar um espaço, discursivo, não há uma transferência de posse, mas uma mudança de lugar, no caso de lugar no discurso e não físico. Não há um embate de forças entre o agonista e o antagonista, não há resistência, mas uma alteração locativa, abstrata, do lugar de enunciação do sujeito. Vimos, portanto, que o conhecimento abstrato se ancora em realidades corporificadas, como é o caso da locação. No caso do exemplo (2), há uma decisão unilateral do sujeito.

PERSPECTIVA

A perspectiva é o ponto de vista do falante, que não pode ser ignorado na análise de expressões linguísticas, já que é dele o recorte cognitivo feito, é dele também a escolha dos elementos que terão proeminência, no perfilamento, ou seja, no recorte conceptual da expressão.

Em uma cena complexa, com vários participantes a posição assumida em relação a eles terá consequências diretas.

- 13) *Tomar depoimento: Na opinião dos parlamentares que tomaram o novo depoimento de Santos na Polícia Federal, as suas declarações podem comprometer Fiúza.* (FSP940105-018)

Há uma diferença de perspectivação da construção “tomar depoimento” se considerada em relação a “dar depoimento”, em que o agente é a pessoa que fala, a que depõe, enquanto a escolha do verbo “tomar” é exatamente o elemento que vai permitir a inversão do ponto de vista.

EMBODIMENT

Um dos preceitos da Linguística Cognitiva é que tudo é corporificado, ou seja, baseado na conformação corporal do ser humano e na experiência física vivida por ele. É através dessa experiência concreta que os conceitos abstratos, cognitivamente mais complexos, vão sendo construídos.

Temos em (1) e (2) exemplos de expressões construídas em cima de conceitos de movimento concreto, mas que por expansões metafóricas, ganharam novos significados e novos usos.

- 14) *Tomar o caminho de saída*: O caminho de saída foi tomado principalmente em 1989 e 1990. (FSP940116-074)
- 15) *Tomar o lugar de alguém*: O texto conclui com uma citação de um dissidente timorense a afirmar que a prisão de Xanana foi um duro golpe, mas ‘*todos os timorenses são um Xanana, se um é capturado logo outra toma o seu lugar*’. (PUBLICO-19940420-081)

Em (14) temos o sujeito que empreende um caminho, neste caso, o da saída. Independentemente de a referência ser um caminho concreto ou uma abstração na consequência de um processo metafórico, a expressão com este verbo designa na decisão de empreender um determinado rumo. Em contraste com este exemplo, no (15), a ideia de posse fica saliente, sempre com a possibilidade da dupla interpretação – concreta ou abstrata – possibilitada pela *affordance* dos lugares em geral.

POR ORA, CONCLUINDO

Se optarmos por analisar as construções verbais com “tomar”, partindo do seu significado “primeiro”, “original”, corporificado, concreto, para então estabelecer as derivações mais complexas e abstratas, podemos não conseguir estabelecer qual o significado que dá origem aos outros e muito menos estabelecer uma linha derivativa unidirecional de um significado a partir do outro.

O papel do nome que constitui o SN ou o SP em posição de complemento é fundamental para o estabelecimento do *frame* representado e recortado pelo falante. A função deste sujeito, suas escolhas lexicais, seu ponto de vista e sua intencionalidade, bem como a influência cultural por ele sofrida também são de fundamental importância para a constituição e convencionalização de determinadas combinações construcionais em detrimento de outras, possíveis, por exemplo, em outras variedades de uma mesma língua, como é o caso do português europeu.

Nossa análise ainda necessita de diversos desdobramentos na busca de padrões combinatórios na formação de expressões verbais, inclusive em comparação com outros verbos, em concorrência ou complementação com o “tomar”, como é o caso do verbo “levar”, por exemplo. Um próximo passo também será o de analisar mais minuciosamente as contribuições dos participantes, sobretudo a sua interação no evento descrito, buscando padrões também nessa dinâmica entre eles.

Procuramos aqui pensar no evento como um todo, sendo ele o cerne da conceptualização e, conseqüentemente, da estruturação linguística e não partindo do verbo, considerado como elemento principal e ponto de partida da construção da oração, como querem os manuais didáticos.

REFERÊNCIAS

- ATHAYDE, M. F. Q.- P. *Nomes predicativos em português e alemão: os nomes predicativos em construções com verbo-suporte preposicionadas do português e do alemão*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos; Minerva, 2005.
- BASSO, R. M. Telicidade e Detelicização. *Revista Letras*, Curitiba, v. 72, p. 215-232, maio/ago. 2007.
- CANÇADO, M. Um estatuto teórico para os papéis temáticos. In: MÜLLER, A. L. ; NEGRÃO, E. V. ; FOLTRAN, M. J.(Coord.). *Semântica formal*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 95-124.
- CANÇADO, M. ; GODOY, L. Representação lexical de classes verbais do PB. *Alfa*, São José do Rio Preto, SP, v. 56, n. 1, p. 109-135, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1981-57942012000100006>>. Acesso em: 27 mar. 2015.
- FERRARI, L. *Introdução à Linguística Cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.
- FAUCONNIER, G. *Mappings in thought and language*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1997.
- GOLDBERG, A. E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- GOLDBERG, A. E. Patient Arguments of causative verbs can be omitted: the role of information structure in argument distribution. *Language Science*, v. 23, p. 503-524, 2000.
- GOLDBERG, A. E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- HOUAISS, A.; VILLAR. M.; FRANCO, F. M. de M. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: objetiva, 2001.
- ILARI, R.; BASSO, R. *O Português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2007.
- LANGACKER, R. W. *Foundations of cognitive grammar v. 1: theoretical prerequisites*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1987.
- MATEUS, M. H. M. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003.

PINHEIRO, D. Sintaxe Construcionista. In: OTHERO, G. D.' A.; KENEDY, E. *Sintaxe, Sintaxes: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2015.

SILVA, A. S. da. *A Semântica de Deixar: uma Contribuição para a Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical*. Lisboa, PT: Fundação Calouste Gulbenkian; Ministério da Ciência e da Tecnologia, 1999.

SILVA, A. S. da. Da semântica da construção à semântica do verbo e vice-versa. In: CASTRO, I. : DUARTE, I. (Ed.). *Razões e emoção: miscelânea de estudos oferecida a Maria Helena Mira Mateus*. Departamento de Linguística Geral e Românica, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2001.

SILVA, A. S. da. *O Mundo dos Sentidos em Português: polissemia, Semântica e Cognição*. Coimbra: Almedina, 2006.

SOBRAL, A. Ato/Atividade e evento. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: conceitos – chaves*. São Paulo: contexto, 2005.

TALMY, L. Lexicalization patterns: semantic structure in lexical forms. In: SHOPEN, T. (Ed.). *Language Typology and Syntactic Description, Vol.3. Grammatical Categories and the Lexicon*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1985. p. 57-149.

TALMY, L. Force dynamics in language and cognition. *Cognitive Science*, v. 12, p. 49-100, 1988.

TEIXEIRA, J. Reorganização conceitual e variação linguística: o caso do verbo meter. *Revista galega de filoloxía*, n. 13, p. 121-150, 2012.

TURNER, M. *Reading Minds: the Study of English in the Age of Cognitive Science*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1991.

COGNIÇÃO E DISCURSO

De Lakoff a Van Dijk: percorrendo questões da mente, do conhecimento e da linguagem

LAURA JORGE NOGUEIRA CAVALCANTI

INTRODUÇÃO

As questões relacionadas ao conhecimento (sua formação, reformulação e circulação), ao papel da linguagem na construção do conhecimento e à configuração do que consiste o “mental” são questões que vêm intrigando pensadores desde a antiguidade grega. Apesar de estar em pauta há tanto tempo, apenas recentemente na década de 1950, de acordo com Gardner (2003), uma “ciência cognitiva” propriamente dita tem se solidificado, principalmente a partir dos estudos computacionais.

Porém, nem todos os cientistas e pesquisadores que lidam com questões cognitivas enfocam a computação (como modelo para o pensamento), como se vê pela paulatina expansão do campo da Linguística Cognitiva. Um equívoco comum era (e ainda é) isolar o que é “cognitivo” de quaisquer outras áreas de estudo, o que poderia impedir a congregação de aspectos de estudos linguísticos, filosóficos, antropológicos e principalmente sociais. Recentemente, esse isolamento do cognitivo na mente (vista como separada do corpo e do mundo) tem sido desafiado, contudo, em correntes de trabalho que congregam estudos cognitivos e sociais, como os estudos do desenvolvimento cognitivo de Lev Vigotski (2008), a Psicologia Social de Serge Moscovici (2010), a análise sociocognitiva do discurso desenvolvida por Teun A. Van Dijk (2006, 2010, 2012), dentre outros. Apesar de se tratar de linhas de pesquisa distintas, com objetivos e questionamentos distintos, têm em comum o desafio à visão clássica de cognição como processos e produtos autônomos. De acordo com Falcone (2012, p. 265, grifo nosso),

Desenvolver uma teoria sociocognitiva resulta em uma tentativa de conciliar pesquisas tradicionalmente desenvolvidas em perspectivas dicotomizadas. A ‘visão sociocognitivista’, mesmo que desenvolvida a partir de linhas de trabalho distintas, assume *o compromisso de incorporar aspectos sociais e culturais à compreensão que se tem do processamento cognitivo,*

sustentando que existem muitos processos cognitivos que acontecem na sociedade, e não exclusivamente nos indivíduos.

A partir do questionamento da autonomia do pensamento e dessa “abertura” do cognitivo para a relação dialética com o social, muitos linguistas têm enveredado pelos estudos da construção do conhecimento e o papel da linguagem nesse processo. Nesse grupo de pesquisadores afiliados à Linguística, mas ao mesmo tempo preocupados com questões cognitivas, encontram-se George Lakoff (que pode ser considerado um dos fundadores da Linguística Cognitiva) e Teun A. Van Dijk (que enveredou pela cognição por via da Psicologia Cognitiva até a Sociocognição).

Lakoff, “dissidente” dos estudos gerativistas de Chomsky, desde que rompeu com aquela linha de estudos, vem se dedicando a pesquisas sobre como pensamos, como formamos conceitos e como categorizamos as coisas, partindo do pressuposto que nosso pensar e nossa racionalização não são processos autônomos e transcendentais. Assim, à medida que suas pesquisas avançam, ele e seus colegas vêm lapidando uma teoria da mente corporificada (*embodied mind*) (LAKOFF; JOHNSON, 1980; LAKOFF, 1987) que rompe radicalmente com as teorias clássicas e encontra em nossa configuração corpórea a base para a fundação de nossas atividades cognitivas.

Já Van Dijk, em suas pesquisas sobre o funcionamento cognitivo e social do discurso, não vem necessariamente elaborando uma teoria da mente, mas assumindo certos preceitos sobre conceitos mentais em relação às questões discursivas. Assim, este teórico explora questões como a ideologia (tão cara aos analistas do discurso), enquanto um modelo mental, ou construto cognitivo, que opera como uma interface entre o social e o mental (e não, por exemplo, como uma escola de pensamento ou instrumento de dominação); investiga como através do discurso, pode-se manipular outras mentes; reflete sobre como armazenamos/construímos conceitos sobre as coisas em estruturas mentais etc. (DIJK, 2006, 2010, 2012)

São dois pesquisadores que almejam objetivos diferentes, mas que, no decorrer de seus trabalhos, revelam uma questão fundamental em comum: Como elaboramos conceitos e negociamos sentidos, ao mesmo tempo como indivíduos e membros de grupos sociais? Neste ensaio, buscamos realizar uma reflexão crítica acerca das contribuições desses dois teóricos ao examinarmos os pontos de convergência e divergência em seus trabalhos, que apontam, por fim, a novos caminhos e novas possibilidades de investigação para a Linguística Cognitiva.

A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

De acordo com as teorias clássicas, positivistas e objetivistas, o conhecimento está no mundo para ser apreendido por nós através de nossa percepção, podendo

subseqüentemente ser expresso por nossa habilidade de linguagem, ser julgado como verdadeiro ou falso, ser colecionado em nossas mentes. Porém, segundo Marcuschi (2007, p. 90), “Construir conhecimentos não equivale a construir retratos da natureza ou do mundo e sim dar tratos racionais à natureza e ao mundo. Assim, o saber sobre o mundo é uma fabricação socialmente elaborada”.

Em outras palavras, não “adquirimos” o conhecimento que está pronto, como uma lista de conceitos ou palavras com significados estanques que vai aumentando à medida que ficamos mais velhos. O conhecimento não está dado, mas o construímos situadamente em nossa convivência social operando através da linguagem/discurso e com modelos cognitivos. Isso não quer dizer, ao contrário do que muitos argumentam como crítica, que as coisas não existem sem a nossa racionalidade, sem pensarmos sobre elas. O mundo extramental existe, mas nem todos o concebemos da mesma forma. Mais uma vez, Marcuschi (2007) nos ajuda a compreender essa questão: “o mundo físico externo existe [mas] ele não existe naturalmente *assim*, na forma como nós o identificamos como sendo isto ou aquilo. Pois a identificação dos fenômenos passa pelo filtro de nossas elaborações [cognitivas e linguísticas]”. (MARCUSCHI, 2007, p. 90)

Podemos dizer, então, que não apreendemos nada diretamente do mundo e retemos aquela experiência como conhecimento sem a transformarmos em algum modelo cognitivo, ou submetê-la a um processo de semiotização ainda que a maneira como isso acontece não esteja clara. Por exemplo, um reflexo físico a um estímulo (como a perna que chuta quando se atinge o nervo abaixo do joelho) não se presta a uma relativa estabilização em nossa mente a não ser em termos de uma “conceptualização” – da construção de um sentido acerca da experiência vivida ou objeto percebido. (RODRIGUES, 2010) Construímos uma conceptualização do “processo” e das “partes” que resultam na ocorrência desse reflexo, mas não podemos apreendê-lo diretamente a não ser quando recebemos o estímulo. Esse conceber, conceptualizar, portanto, é em que consiste a “formação do conhecimento”. Nessa perspectiva, “O conhecimento deixa de ser visto como produto de mentes individuais que se transfere para outras mentes através da linguagem e passa a ser conhecido como *ação*: o conhecer”. (RODRIGUES, 2010, p. 263, grifo nosso) O conhecimento, os conceitos, portanto, não estão postos no mundo e não podem ser objetivados e simplesmente coletados do mundo a partir de nossa observação ou percepção (como se acreditava de acordo com as teorias clássicas). Conseqüentemente, também se exclui a possibilidade de o conhecimento ser julgado como verdadeiro ou falso, já que ele é construído e essa construção é contingente e relativa.

Como essa perspectiva construtivista do mundo é interpretada pelos dois teóricos para os quais voltamos nossa atenção neste ensaio? Para Lakoff (1987), o conhecer é experienciar e categorizar o mundo – o conhecimento é formado a partir da experiência física e estruturado como Modelos Cognitivos Idealizados.

Todos os conceitos e categorias que concebemos partem de alguma experiência constrangida pela nossa configuração corpórea. Esse é o cerne de sua teoria da mente corporificada. Em suas palavras:

Modelos cognitivos são corporificados, seja diretamente ou indiretamente através de conexões sistemáticas a conceitos corporificados. Um conceito é corporificado quando seu conteúdo ou outras propriedades é motivado pela experiência *corpórea ou social*. Isso não quer dizer necessariamente que o conceito é determinado pela experiência, mas que faz sentido que ele tenha esse conteúdo (ou outras propriedades) que ele tem, dada a natureza da experiência correspondente. Corporificação, portanto, possibilita uma conexão não arbitrária entre cognição e experiência. (LAKOFF, 1987, p. 154, tradução nossa)¹

Nas palavras de Rodrigues (2010, p. 64), “Os modelos cognitivos estruturam o pensamento e são usados na formação de categorias e raciocínio. Os conceitos caracterizados pelos modelos cognitivos são compreendidos via a corporificação destes modelos”. Sendo, assim, o “conhecer” é pensar, categorizar e raciocinar com modelos cognitivos corporeamente motivados.

As afirmações acima trazem várias implicações que inclusive suscitam críticas à teoria da mente corporificada. Uma delas é de que não podemos experienciar tudo o que concebemos, afinal, concebemos mundos fantásticos que certamente não existem, mas que dentro de uma dada cultura, membros dessa cultura conseguem conceber e compartilhar. Porém, lembramos que Lakoff e Johnson (1980), e Lakoff (1987) abrem caminho para se pensar que essas experiências corporais são a “base” fundadora de certos conceitos e de certas metáforas conceituais, mas não podem constituir a extensão total dos conhecimentos que construímos nem dos processos de raciocínio. É a partir dessa base, formada sobre uma relação constitutiva entre corpo e mente, que a função “imaginativa” do nosso pensamento atua para formular conceitos e modelos cognitivos mais complexos. Para Lakoff e Johnson (1980), a nossa racionalidade está especialmente baseada na “imaginação”, na capacidade de gerar conhecimento a partir de mapeamentos metafóricos e metonímicos de uma experiência corporeamente condicionada.

1 “Cognitive models are embodied, either directly or indirectly by way of systematic links to embodied concepts. A concept is embodied when its content or other properties are motivated by bodily or social experience. This does not necessarily mean that the concept is predictable from the experience, but rather that it makes sense that it has the content (or other properties) that it has, given the nature of the corresponding experience. Embodiment thus provides a *nonarbitrary* link between cognition and experience”. (LAKOFF, 1987, p. 154)

Ainda mais do que isso, podemos argumentar que se aceitamos o postulado de que a mente está indissociavelmente ligada ao nosso corpo, isso não impede, mas reforça a ideia de que o nosso pensar é constrangido pela nossa condição humana corporal e também social, e pelo entorno e experiência social em que este corpo está inserido – em outras palavras, nosso pensar e conhecer é “situado”. Essas duas perspectivas (de que o conhecimento é formulado a partir da experiência direta e de que o conhecimento é construído socialmente) não têm de estar em desacordo, mas podem muito bem ser conjugadas para explicar como pensamos, construímos conhecimento, e como armazenamos e compartilhamos esse conhecimento. Afinal, como lembra Falcone (2012), recuperando Santos (2004, 2003): “A falência das polaridades *social x individual* já foi reivindicada por vários autores, em distintas áreas do conhecimento”. (SANTOS apud FALCONE, 2012, p. 266)

Teun Adrianus van Dijk é um dos autores que tenta criar uma ponte entre os dois polos dessa dicotomia de maneira mais incisiva. Segundo o teórico, o nosso conhecimento é construído discursivamente; o conhecer é uma atividade intersubjetiva. (DIJK, 2006, 2010, 2012) Para ele, o conhecimento que formamos e negociamos das coisas, eventos, processos, ações etc. são estruturados como representações sociais e modelos mentais – construtos cognitivos relativamente estáveis em que os conceitos vão se sobrepondo e organizando em esquemas, *scripts, frames* etc., existentes em nossa memória (de longo prazo) e acessados principalmente através do discurso. São modelos mentais flexíveis e dinâmicos gerenciados, avaliados e ajustados continuamente e situadamente em contextos de interação discursiva. Dessa forma, o autor concebe uma interinfluência entre o “discurso” e nossa “concepção” das coisas e de eventos. Vejamos em suas próprias palavras, quando trata da compreensão de um texto que reconstrói um evento, como uma notícia, por exemplo: “A *compreensão não é meramente a associação de significados com palavras, sentenças ou discursos, mas a construção de modelos mentais na memória episódica*, incluindo nossas próprias opiniões pessoais e emoções, associadas a um evento sobre o qual nós ouvimos ou lemos”. (DIJK, 2010, p. 244, grifo nosso)

Assim, o discurso, concretizado pela língua, funciona como um *input* para a ativação, (re)formulação de modelos mentais desse mesmo tipo de evento na mente do leitor – e como *output* quando da produção textual (seja na fala ou escrita) também. Podemos ver a importância e o foco no papel da linguagem e do discurso (o ponto fulcral das teorias do autor) no desenvolvimento do pensamento em termos de dispositivos cognitivos. O conhecimento, para este autor, é construído coletivamente e situadamente através do discurso com base nesses modelos mentais.

Assim, enquanto Lakoff (1987) desenvolve uma teoria da mente corporificada, Dijk (apud MARCUSCHI, 2007, p. 39) concebe “a mente como um fenômeno

social, de modo que a socialização da experiência se daria pela linguagem como sistema de controle da *cognição social*.”. Enquanto o conhecer, para Lakoff, é experienciar e construir modelos cognitivos a partir daí, para Van Dijk, o conhecer é negociar e construir sentidos intersubjetivamente através do discurso.

A construção intersubjetiva do conhecimento, defendida por Van Dijk, ancora-se em pressupostos, como aqueles colocados por Lakoff, que vão de encontro ao objetivismo clássico: de que o mundo não está montado *a priori*, de que o conhecimento não está dado *a priori*, mas de que construímos dialeticamente conceitos, categorias, eventos, *frames*, *scripts* etc. relativamente estáveis que vêm a ser a essência de nosso conhecimento que, por sua vez, está sempre sendo revisitado, renegociado e reformulado. Dessa forma, podemos dizer que, em seu campo de estudos, Lakoff investiga aspectos de base para se conjecturar a natureza do pensamento/conhecimento (categorias, modelos cognitivos), enquanto que Van Dijk constrói sobre essa fundação para explicar como a linguagem/discurso gerencia (e é gerenciada por) o pensamento/conhecimento no nível discursivo.

MODELOS MENTAIS E MODELOS COGNITIVOS IDEALIZADOS

Tendo em vista que o conhecer é uma ação de construção de conceitos, categorias, e significados do mundo e da experiência em nossas mentes (seja essa mente corporificada ou configurada como *cognição social*), cabe refletir sobre como esses conceitos, categorias e significados são estruturados. Segundo Marcuschi (2007, p. 34), há quatro grupos de cientistas da *cognição* que se distinguem nesse sentido: os mentalistas, os empiristas, os funcionalistas e os conexionistas. Dentre esses quatro grupos, a perspectiva dos funcionalistas seria a única que “consegue integrar aspectos da mente humana, como geradora de conhecimento, com a cultura, a sociedade e a experiência”. Tanto Lakoff quanto Van Dijk, portanto, se afiliariam a essa visão da *cognição* por assumirem que o conhecer é um processo cognitivo situado, contingente e não transcendental. Porém, as propostas de cada teórico sobre como se estrutura o conhecimento não convergem em todos os sentidos. Enquanto Lakoff (1987) trabalha com a noção de Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs), Dijk (2010, 2012) opera com conhecimento compartilhado, modelos mentais e memória.

O conhecimento enquanto estrutura cognitiva, postulado por Van Dijk a partir da Psicologia Cognitiva, é apresentado dentro do enquadre da memória de longo prazo Long Term Memory (LTM) em que está armazenado o conhecimento mais estável:

A informação no LTM se organiza em vários tipos de representações mentais, cada um com sua própria estrutura esquemática. Por exemplo,

conhecimentos sociais gerais sobre episódios convencionais (tais como compras num supermercado ou participação no congresso acadêmico) podem ser organizados por *scripts*, consistindo de um número de categorias fixas, por exemplo, categorias para as situações, eventos, ações e participantes típicos de tais episódios. [...] as pessoas também podem ter experiências e conhecimentos pessoais, representados na sua memória episódica. Essas experiências pessoais são representadas em modelos mentais que também têm uma estrutura esquemática consistindo de um número de categorias fixas, por exemplo, para situações, ações e participantes e seus vários papéis. (DIJK, 2010, p. 202-204)

O autor, portanto, postula diferentes tipos de conhecimento – conhecimento pessoal (modelos mentais), conhecimento social (*scripts*, esquemas), conhecimento cultural (compartilhado por vários grupos sociais) e conhecimento histórico e político. Dentre esses diferentes conhecimentos, os conhecimentos sobre eventos específicos e experiências pessoais se prestam à estruturação mental por serem interpretações pessoais dos eventos e experiências em questão. O importante é ter em mente que esses conhecimentos não estão no mundo para serem percebidos e armazenados em diferentes partes do cérebro, mas são (re)construídos e (re)negociados a cada interação discursiva. “Em outras palavras, modelos corporificam tanto informações pessoais como sociais e, dessa forma, servem como o centro da interface entre o social e o individual”. (DIJK, 2010, p. 205) A natureza dos modelos mentais, apesar de subjetiva, está sujeita a restrições objetivas (DIJK, 2012), ou seja, os modelos mentais e o conhecimento compartilhado estão em relação dialética mediada discursivamente.

Já para Lakoff (1987), nosso conhecimento é derivado primariamente das experiências diretas que temos com o mundo, condicionadas pelo corpo que temos, de acordo com a teoria de uma mente “corporificada” (*embodied mind*). Uma vez que percebemos e concebemos as coisas do mundo, que as categorizamos (tanto as coisas concretas como cadeiras e árvores, como coisas abstratas como a terça-feira ou a alegria), esse conhecimento é organizado no que o autor chama MCIs: “a principal tese deste livro é que nós organizamos nosso conhecimento em termos de estruturas chamadas modelos cognitivos idealizados, ou MCIs, e que estruturas de categorias e efeitos de protótipos são produtos resultantes dessa organização.”² Os MCIs são dispositivos cognitivos complexos, compostos por estruturas proposicionais, esquemas imagéticos, mapeamentos metafóricos e mapeamentos metonímicos. Por serem tão complexos, esses modelos idealizados podem conter contradições em si mesmos, ora se

2 The main thesis of this book is that we organize our knowledge by means of structures called *idealized cognitive models*, or ICMS, and that category structures and prototype effects are by-products of that organization. (LAKOFF, 1987, p. 68)

adequando ao mundo real, ora nem tanto, o que significa que não devem ser julgados enquanto verossímeis ou não, pois não dependem de uma realidade objetiva a que deveriam sempre corresponder. Os MCIs, à semelhança dos modelos mentais e dos diferentes conhecimentos postulados por Van Dijk, são a estruturação de nossa interpretação da realidade, dependente de nossa configuração biológica e de nosso contexto sócio-histórico e cultural.

Vemos que ambos os teóricos trabalham com essa noção de conhecimento “construído” situadamente, a partir de nossa “experiência” (corporal e cultural), num trabalho mental, porém não necessariamente individual ou intrassubjetivo apenas. Os MCIs de Lakoff (cuja base é a experiência corporal) e os modelos mentais de Van Dijk (cuja fundação é o discurso) são produtos e processos cognitivos que fazem parte de nossa herança epistêmica culturalmente delimitada, mas que residem também em nossas memórias particulares. A essência, portanto, do que está por trás de ambas as propostas teóricas, é a negação da relação direta, clara e transparente entre pensamento e mundo. Ao assumirmos que existem esses construtos cognitivos, assumimos também que a nossa relação com o mundo, o nosso conhecimento do mundo, passa por esses domínios mentais. Conhecer é construir versões coletivas e individuais de nossa realidade que estão constitutivamente relacionadas.

POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DAS TEORIAS À ANÁLISE DE TEXTOS EMPÍRICOS

Consideremos, portanto, pelo menos dois caminhos possíveis para aplicação destes princípios e aparatos teóricos a um *corpus* de análise. O objetivo, não é, nesse momento, realizar uma análise a fundo dos fenômenos sociais, políticos e discursivos em jogo no conflito analisado, mas apontar para possíveis maneiras de se valer das teorias discutidas neste trabalho. Para tanto, tomaremos como objeto de estudo duas matérias publicadas nos dois principais jornais impressos da cidade do Recife – *Jornal do Comércio* e *Diário de Pernambuco* – e comentários no Facebook sobre o mesmo evento: um acampamento, promovido pelo movimento social #OcupeEstelita, em frente ao edifício do prefeito da cidade, que durou cerca de três dias.

Na esteira das teorizações lakoffianas, podemos identificar, através da categorização dos agentes envolvidos no acampamento, observada principalmente nos comentários do Facebook, a construção de modelos cognitivos para esses agentes que entram em confronto com um MCI mais estável. Vejamos nos exemplos abaixo, em que uma pessoa contrária ao acampamento e outra que apoia o Movimento negociam uma possível categorização para os ativistas:

FIGURA 1 – COMENTÁRIOS EM RESPOSTA À POSTAGEM DA PÁGINA DO MOVIMENTO #OCUPEESTELITA



Fonte: Movimento #OcupeEstelita, [200-].

Identificamos um modelo sendo construído a partir das ações dos ativistas, que os definiria. Este modelo, contudo, apenas ganha contornos mais claros, a partir da definição contrastiva que o ator social Guilherme empreende quando diz que: “uma pessoa que passa 3 dias na frente de um prédio [...] gritando até de madrugada, pra mim é um desocupado”. Podemos dizer que Guilherme, neste momento, resgata um MCI para uma pessoa digna de ser ouvida, qual seja, o cidadão modelo, produtor, trabalhador ocupado.

Este mesmo modelo de “desocupados” é retomado em outros comentários por outros atores contrários ao Movimento Ocupe Estelita (MOE), como podemos ver abaixo (grifos nossos):

E a carteira de trabalho já foi assinada alguma vez?????

[...]

Pode ser boato, mas ouvi que o prefeito dispersou a manifestação em frente a sua casa usando de medidas muito drásticas... convocou um batalhão de

choque da *Secretaria do Trabalho – STQE* e começou a emitir carteiras de trabalho para os manifestantes, com garantias de emprego... Relatos dizem que foram testemunhados atos de desespero entre os manifestantes, alguns chorando copiosamente por que se eles começassem a trabalhar seus pais iriam cortar os subsídios aos planos de dados 4G dos Iphones 5 deles!!!³

É interessante notar que os jornais parecem compartilhar desta categorização ou modelo cognitivo (ainda em construção) para os ativistas, já que suas matérias também retomam (seja com imagens, seja com legendas das imagens) essa representação. Vejamos:

FIGURA 2 – FOTO QUE ILUSTRA MATÉRIA NO DIÁRIO PERNAMBUCO



Fonte: (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2015).

Por trás do marco da objetividade, o jornal descreve as ações do MOE no acampamento em frente à casa do prefeito da seguinte maneira: “Enquanto alguns [integrantes do MOE] tomavam banho de piscina, outros tocavam instrumentos e cantavam. Outro grupo se dividia para organizar a cozinha improvisada”. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2015, p. 8, grifo nosso) Além disso, em legenda da principal foto da mesma matéria, lê-se: “Ontem de manhã, fizeram uma aula de ioga”. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2015, p. 8, grifo nosso) Dessa forma, o jornal não informa sobre a proposta do Movimento, mas o torna uma caricatura de si mesmo, ao passo que reproduz o modelo dos “desocupados”.

3 Disponível em: < <https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita?ref=ts> > Acesso em: out. 2015.

Esta breve análise, já nos permite, com o apoio dos MCIs e da categorização como principal processo cognitivo de elaboração de conhecimento (conforme proposto por Lakoff (1987)), identificar a dinâmica de construção de saberes sobre os integrantes do Movimento. Porém, podemos ir além se consideramos aspectos (discursivos, sociais, políticos) de poder, com os quais Dijk (2010, 2012) trabalha, e nos debruçar sobre a relação entre os veículos jornalísticos e os comentários do Facebook, a fim de verificar como esses discursos atuam dialeticamente para a reprodução ou subversão desses saberes.

A teoria da articulação (e subversão) do poder através do discurso, postulada por Van Dijk, nos permite agregar níveis ideológicos e sócio-históricos à nossa análise, ampliando qualitativamente a perspectiva sobre os resultados das análises. Se pensamos os MCIs e categorias mobilizadas nos comentários e matérias que observamos acima, em termos de modelos mentais e representações sociais ideologicamente configuradas, agregamos um nível a mais que desvela outra leitura, por exemplo, do comentário reproduzido abaixo, postado por um dos apoiadores do Movimento em resposta às “acusações” de que seriam os ativistas desocupados:

Oi Guilherme, cara não sei se tu sabe mas... não é bem assim, *o movimento não feito por desocupados, e sim por cidadãos, sendo eles estudantes, professores de ensino basico, fundamental, médio e principalmente superior, profissionais de diversas areas, aposentados e tudo mais.* Pessoas preocupadas com o futuro da cidade. (MOVIMENTO #OCUPEESTELITA, [200-])

Ressaltamos, neste trecho, o ato de valorização modalizada pela expressão “principalmente superior” para caracterizar os professores apoiadores do MOE. De acordo com Dijk (2006, 2010), é importante observar não só os modelos mentais sendo mobilizados no discurso, mas também a fonte ideológica de crenças e atitudes que possibilitam estes modelos. Vemos que o apoiador do Movimento retoma o modelo mental do bom cidadão trabalhador, reproduzindo o discurso hegemônico sobre a valorização do trabalho e a legitimação através do trabalho, ao tentar refutar as “acusações” de que seriam “desocupados”. O autor do comentário provavelmente tinha intenção de legitimar o Movimento, porém acaba por reproduzir um modelo de representação do bom cidadão que condiz com a ideologia hegemônica reproduzida pelo discurso dos jornais, por exemplo, e de outros comentários no Facebook.

Desta forma, vemos que a teoria sociocognitiva para a análise crítica do discurso proposta por Van Dijk contribui no sentido de agregar níveis mais abrangentes às análises de como construímos os saberes, além de compreender de maneira mais incisiva a participação do social, político, histórico e cultural nesta construção (possivelmente sanando algumas críticas direcionadas aos trabalhos de Lakoff).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que está em jogo (e continuará sendo questionado) em tudo isso é, mais uma vez, a natureza do conhecimento ou do processo de conhecer, cujo entendimento passa inevitavelmente pela linguagem e sua relação com o mundo. E é disso que tratam fundamentalmente os dois teóricos, em seus diferentes enfoques e perspectivas de estudos. Negando que o positivismo e o objetivismo não explicam tudo o que há para se entender sobre a mente, o mundo e nossa relação com o mundo, ambos traçam caminhos que nos levam a outras veredas bem diferentes daquelas apontadas pelos pensadores clássicos. Lakoff (1987) e Lakoff e Johnson (1980), especialmente, vão diretamente em contra dessa tradição, postulando que a mente deve ser vista como algo corporificado capaz de processos “criativos” formadores de conceitos estruturados como MCIs. Van Dijk, também indo de encontro à tradição, vai além sugerindo que não só não se trata da dicotomia mente x corpo, mas sim de cognição social. Afirma (à semelhança de Lakoff) que o conhecimento está estruturado na mente (modelos mentais), mas preocupa-se em discutir como o conhecimento é partilhado, gerenciado e construído (também) sociodiscursivamente. Ambos convergem, portanto, em alguns pontos importantes:

- Que nem a língua está pronta para ser aplicada ao mundo, nem o mundo concebido e conhecido por nós é algo pronto, esperando pela língua para ser identificado;
- Que nosso conhecimento do mundo é uma construção coletiva (discursiva, especificamente, para Van Dijk, e cultural para ambos);
- Que há uma relação dialética e constitutiva entre a mente e a experiência (corporal, social e cultural);
- Que a visão tradicionalista e objetivista dessa relação é inadequada;
- Que a mente não está localizada em uma caixa preta em nossas cabeças, separada do nosso corpo ou do mundo exterior e as sensações e experiências advindas dele;
- Que o conhecimento é formado e constantemente reformulado pela categorização e conceptualização do mundo e das coisas, e sua subsequente estruturação em dispositivos cognitivos.

Voltando às questões iniciais que nortearam esse ensaio, vemos que as ideias de ambos os teóricos, apesar de nem sempre tratarem dos mesmos aspectos referentes à mente, ao conhecimento, ao pensar e ao papel da linguagem/discurso, se unem em pontos fundamentais: na causa de demonstrar que nossas mentes e nosso(s) mundo(s) (nossas interpretações do mundo) estão em relação

constitutiva e dialética; que o conhecimento é um processo criativo e situado e um produto dinâmico e plástico; que a linguagem não é simples espelho do mundo, mas é uma forma de reconstruirmos o mundo para e de acordo com as nossas necessidades. São, portanto, dois estudiosos que partem da mesma fundação, seguem em caminhos distintos, mas relativamente paralelos, e, ainda que não saibamos aonde vão chegar, tornam inquestionável a importância de repensar o papel da (sócio)cognição na tentativa de responder às questões fundadoras da Filosofia, da Linguística e do próprio ser humano.

REFERÊNCIAS

- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 9 maio 2015, *Caderno local*, p. 8.
- DIJK, T. A. V. *A Ideologia: uma aproximación multidisciplinaria*. Barcelona, ESP: Gedisa, 2006.
- DIJK, T. A. V. *Discurso e Contexto: uma abordagem sociocognitiva*. São Paulo: Contexto, 2012.
- DIJK, T. A. V. *Discurso e Poder*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- FALCONE, K. Discurso e Cognição. *Eutomia*. v. 5, p. 264-284, jul. 2012.
- GARDNER, H. *A Nova ciência da mente: uma história da revolução cognitiva*. São Paulo: EDUSP, 1995. (Ponta, 9).
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- MARCUSCHI, L. A. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- MOVIMENTO # OCUPEESTELITA . *Facebook*. [200-]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita?fref=ts>> . Acesso em: out. 2015.
- RODRIGUES, J. E. *Conceptualização na linguagem: dos domínios cognitivos à mente social*. João Pessoa, PB: UFPB, 2010.
- VIGOTSKI, L. S. *Pensamento e linguagem*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Governar é uma guerra: análise do discurso de posse da presidenta Dilma Rousseff

VINÍCIUS NICÉAS DO NASCIMENTO

INTRODUÇÃO

História, nossas histórias.
Dias de luta, dias de glória.
(Charlie Brown Júnior)

Compartilhando do pensamento da epígrafe, a história, as nossas histórias, é um todo formado de muitos dias; uns de resultados satisfatórios e outros não, ambos marcados por uma ação específica, a luta. Afirmar que vivemos dias de luta é conceber a vida sendo uma guerra, na qual nós investimos, batalhamos, corremos atrás, usamos nossas armas, como estratégias para alcançar nossos objetivos e, assim, ter melhores momentos, melhores dias posteriormente, ou seja, os nossos dias de glória. Essa compreensão de vida é amplamente coerente com nossa cultura na sociedade brasileira e está licenciada pela metáfora conceptual VIVER É UMA GUERRA.

As metáforas são primordialmente conceptuais e fazem parte de todas as práticas discursivas. Elas não são adornos estilísticos, mas sim estratégias linguístico-cognitivas, pois pensamos e nos comunicamos, em essência, por elaborações metafóricas, visto que “a metáfora é um importante aspecto imaginativo do raciocínio no que diz respeito à categorização, isto é, tem um papel muito relevante na maneira como construímos significado a partir de nossas experiências”. (LUQUES, 2010, p. 36)

O discurso, nessa perspectiva, é composto por diversas metáforas que operam na constituição tanto da prática discursiva quanto da prática social. Analisar e compreender um discurso é ir além da estrutura da língua, pois as experiências, as ideologias, os conhecimentos e o contexto social também integram a construção de sentido.

Na esfera política, o discurso é um elemento de ampla profusão e disseminação, não só internamente como também externamente aos indivíduos envolvidos. O gênero textual discurso de posse, especificamente aqui o proferido pelo

representante máximo da população numa democracia, se configura como uma prática discursiva instaurada nas relações políticas da nação, em que as metáforas se mostram como ferramentas eficientes não só como formas de conceber conceitos e estruturar o discurso, mas também como elementos fundamentais na convocação da população para um novo momento político que o país está a vivenciar, que é um novo mandato de sua presidência.

Nesse sentido, analisamos neste trabalho o discurso de posse¹ proferido, em 1º de janeiro de 2015, pela presidenta Dilma Vana Rousseff, em virtude de sua reeleição no ano de 2014, partindo da premissa de que este discurso teve sua elaboração permeada pela metáfora estrutural GOVERNAR É UMA GUERRA, a qual licenciou diversas expressões linguísticas metafóricas.

O discurso analisado aponta as mudanças a serem vivenciadas no país com a manutenção político-partidária, e conseqüentemente ideológica, bem como as ações de governo que se pretendia desenvolver. Observamos as expressões metafóricas construídas no discurso da presidenta reeleita Dilma Rousseff, que assume o segundo mandato carregando a particularidade de ser a primeira governante mulher do Brasil juntamente com a responsabilidade de continuar os avanços, corrigir as falhas e enfrentar as dificuldades, essas questões presentes nas expressões licenciadas pela metáfora conceptual pesquisada. Tratamos de compreender como essas construções contribuem na compreensão discursiva, a partir do aporte teórico da teoria da metáfora conceptual (LAKOFF; JOHNSON, 2002) e da Análise Crítica do Discurso (ACD), em sua vertente sociocognitiva. (DIJK, 2008)

DOS PRESSUPOSTOS: CONCEITOS E TIPOLOGIA DA TMC

A Teoria da Metáfora Conceptual (TMC), desenvolvida a partir da obra fundadora *Metáforas da vida cotidiana (Metaphors We Live By)*, de George Lakoff e Mark Johnson (2002), conquistou seu espaço no âmbito das investigações sobre metáforas partindo da premissa da centralidade do aspecto cognitivo que subjaz a compreensão da metáfora enquanto elaboração, primeiramente, do pensamento humano, elaboração esta que orientaria a produção de linguagem.

Lakoff e Johnson (2002) entendem que a essência da metáfora é compreender e experienciar uma coisa em termos de outra; que é o “deslocamento” de um domínio da experiência para outro domínio. As expressões linguísticas metafóricas não são estudadas como autônomas ou isoladas, mas sim como manifestações da capacidade cognitiva de organização, de produção, bem como da experiência social e individual. A elaboração de metáforas é um processo constitutivo das práticas do

1 Disponível, na íntegra, no *site* da Câmara dos Deputados: <www2.camara.leg.br>. Acesso em: outubro de 2015.

discurso, pois nos comunicamos, em essência, por elaborações metafóricas. O foco teórico são as estruturas cognitivas que subjazem às estruturas linguísticas.

As metáforas têm suas origens nas experiências humanas concretas, nitidamente delineadas, e permitem-nos construir conceitos altamente abstratos e elaborados. Os conceitos metafóricos que estão presentes na sociedade con dizem com a realidade de cada sociedade e cultura, sendo, em parte, ligados à experiência corpórea. É dessa experiência corpórea que Lakoff e Johnson (2002) se valem para propor a tipologia de metáforas conceptuais.

Sardinha (2007) discute as características das metáforas conceptuais, apontando que elas são “inconscientes”, no sentido de que não nos damos conta de que as usamos; culturais, refletindo a ideologia e o modo de ver o mundo de um grupo de pessoas; motivadoras de expressões metafóricas, as quais não teriam sentido imediato sem elas. O autor ressalta que o acesso às metáforas conceptuais é automático, visto que não precisamos de esforço para entender ou produzir uma expressão metafórica.

Já as expressões linguísticas metafóricas são concebidas como instanciações linguísticas dos padrões de conceptualização, ou seja, de metáforas conceptuais. Uma mesma metáfora conceptual pode licenciar diferentes expressões linguísticas metafóricas conforme o mapeamento que é estabelecido, visto que tal mapeamento salienta determinados aspectos do domínio fonte ao passo que ofusca outros aspectos desse domínio. Essa possibilidade de múltiplas expressões metafóricas reforça a ideia da natureza conceptual da produção linguística humana e é com o estudo de expressões linguísticas metafóricas que se pode observar a natureza dos conceitos metafóricos e compreender a natureza metafórica de nossas atividades.

A metáfora, por sua natureza cognitiva que subjaz ao pensamento humano, norteia a linguagem e a forma de o ser humano observar, lidar e se referir aos objetos do mundo, operando na conceptualização e nas práticas que ele desempenha. A interpretação das metáforas passa pelo processo, nem sempre consciente, de acessar ao mapeamento entre os domínios conceptuais distintos, mas também, como apontou Moura (2005, p. 111), se leva em consideração “a estrutura semântica dos itens lexicais que ocupam as funções de tópico e veículo de uma metáfora”. Por essa razão, os itens lexicais se constituem como pistas para compreender a metáfora e perceber os mapeamentos estabelecidos.

Na elaboração de um mapeamento metafórico, os elementos de um determinado domínio podem ou não estar explícitos no discurso, contudo o sistema conceptual os disponibiliza e ao engajar no discurso uma metáfora conceptual, esses elementos são aludidos ou ofuscados na construção discursiva, perceptível por meio dos mapeamentos. É com esse princípio que compreendemos os conceitos mais abstratos em termos dos conceitos mais concretos.

Lakoff e Johnson (2002, p. 140) organizaram as metáforas conceptuais a partir das experiências que o ser humano vivencia, sinalizando que cada metáfora

dá conta de um aspecto presente em determinada cultura, podendo não ser a mesma em contextos sociais ou culturais distintos, considerando que “as metáforas enfatizam os aspectos que têm importância na cultura”. As metáforas conceptuais foram categorizadas em três grupos (orientacionais, ontológicas e estruturais), as quais dão conta de como se concebe os conceitos abstratos na nossa cultura, segundo as experiências humanas, a saber:

- Metáforas orientacionais – esse tipo de metáfora organiza todo um sistema de conceitos em relação a um outro, tomando por base orientações corporal e espacial. Tais orientações operam na conceptualização de metáforas conceptuais como MAIS É PRA CIMA, MENOS É PRA BAIXO.
- Metáforas ontológicas – essas metáforas são formas de conceber eventos, atividades, emoções e ideias de uma maneira racionalmente organizada. Os casos mais óbvios de metáforas desse tipo são os de personificação, nos quais os objetos são concebidos como pessoas.
- Metáforas estruturais – nos permitem usar um conceito para estruturar outro conceito, fundamentando-se em correlações encontradas em nossa experiência. Organizam não apenas os conceitos abstratos mapeados, mas também as relações que se estabelecem ao conceber algo por meio delas. (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 140)

Como já apontado anteriormente, as elaborações desses conceitos metafóricos são possíveis em virtude das experiências e da cultura de cada sociedade e, como salientaram Lakoff e Johnson (2002, p. 72), os “nossos valores não são independentes, mas devem formar um sistema coerente com os conceitos metafóricos que orientam nossa vida cotidiana”. No discurso de posse da presidenta reeleita Dilma Rousseff, temos a metáfora estrutural GOVERNAR É UMA GUERRA operando como conceito norteador dessa prática discursiva.

DISCURSO DE POSSE E PALAVRAS DE ORDEM: O GÊNERO TEXTUAL

O gênero textual discurso de posse circula no domínio discursivo político, tendo seu espaço específico, e abrange toda produção linguística de matriz política, partidária, institucional e governamental, a grosso modo, que se constituem como práticas discursivas desse domínio, pois a partir dele se pautam argumentos, críticas e desdobramentos que são discutidos no âmbito político em geral. No domínio da política, boa parte das ações e da

participação política é realizada por meio do discurso (DIJK, 2008, p. 197), o que implica considerar que “conhecimento e opiniões sobre políticos, partidos ou presidentes são adquiridos, mudados ou confirmados pelas várias formas de fala e escrita”.

Adotando a posição de Carolyn Miller em relação aos gêneros textuais, o linguista brasileiro Luiz Antônio Marcuschi assevera que os gêneros textuais são uma “forma de ação social”. Eles são um “artefato cultural” importante como parte integrante da estrutura comunicativa de nossa sociedade. (MARCUSCHI, 2008) E, nesse sentido, conforme Dijk (2008, p. 197-198), um estudo do discurso político é relevante “quando as estruturas discursivas podem ser relacionadas a propriedades das estruturas e processos políticos”.

O gênero textual discurso de posse constitui uma prática social complexa, que envolve uma situação ou evento social, a posse do(a) Presidente da República, o gênero textual em si, o discurso enquanto materialidade linguística oral/escrita que se evidencia nessa prática e o público, numa perspectiva interna (os políticos e demais presentes à solenidade) e externa (o povo brasileiro). Tal prática discursiva, marcada ideológica e politicamente em sua constituição, filia-se a outros discursos anteriormente proferidos (em específico, o discurso de posse do primeiro mandato de Dilma Rousseff), perpetuando ideais e características em comum, como a manutenção político-partidária de liderança governamental e as alternativas linguísticas escolhidas na elaboração do discurso, conforme sinalizou Abreu (2006).

Discutindo a metáfora conceptual POLÍTICA É GUERRA (bem como outras metáforas conceptuais presentes nos discursos do ex-presidente Fernando Collor de Melo, Luques (2010, p. 84) afirma que, no discurso político, “planejado e produzido com objetivo persuasivo, é vital a aquiescência do interlocutor; portanto, é preciso utilizar-se de elementos linguísticos que se creia também serem valorizados pelo auditório, para que ocorra a persuasão, a adesão às ideias propostas”. Isso implica considerar que há na materialidade textual do discurso de posse uma dialética entre as palavras de ordem, os comandos do líder, e os elementos persuasivos para atrair os liderados em consonância com o proposto pelo líder, nesse caso, a presidente.

A título de exemplificação, podemos observar, em relação aos elementos persuasivos, o uso de vocativos diversos que, associados aos propósitos comunicativos do gênero textual produzem um efeito de aproximação entre a liderança e os demais membros: “queridos brasileiros e queridas brasileiras”, “minhas amigas e meus amigos”. Esses usos refletem também um aspecto ideológico do grupo que está no poder, que é o de governar com o povo e para o povo, aludido num vocativo de relação saudável que é a amizade.

Analisando especificamente o gênero textual discurso de posse, o linguista João Bosco Bezerra Bonfim publicou o livro *Palavra de presidente*, no qual

discute a estrutura (relativamente estável) do gênero textual e analisa os discursos presidenciais de posse desde Deodoro da Fonseca até Luiz Inácio Lula da Silva, mostrando que é possível, através da compilação e análise dos discursos, acompanhar a trajetória política brasileira. O discurso de posse, segundo Mário Rosa Junior (BONFIM, 2008, p. 4) “deve estar em sintonia com os princípios que regem a dignidade humana e com os desafios apresentados na vida cotidiana. Ela dá início a uma série de interpretações, ações e reações que influenciarão a condução dos objetos e metas traçados para a nação”.

Na obra, Bonfim (2008) afirma que, na história do discurso político no Brasil, expressar-se por metáforas sempre foi um elemento dominante na cena pública, a exemplo de Vieira e dos jornalistas atuais, os quais apontaram que “o ‘inferno’ era a grande metáfora para representar todos os males morais da sociedade colonial [e] o ‘dragão’ (da inflação) representa o mesmo papel nos dias de hoje” (BONFIM, 2008, p. 12-13), respectivamente.

O autor discute os elementos que configuram a organização desse gênero textual, afirmando que há uma “afetividade dos discursos. Quase sempre, de júbilo, de celebração. Mas sem euforia. Quase sempre com menção a problemas. Sempre (ou quase sempre) com o anúncio de propostas, genéricas, na maior parte” (BONFIM, 2008, p. 25) e propõe uma sequência linear de presença desses elementos, a saber:

- 1) Cortesias, agradecimentos, elogios;
- 2) Menção a problemas, perigos, inimigos;
- 3) Advertências;
- 4) Manifestação de regozijo, apoio;
- 5) Crenças e valores;
- 6) Proposições e conclamações. (BONFIM, 2008, p. 25)

Nos discursos de posse, segundo o autor, o presidente expressa seu reconhecimento, nas cortesias, agradecimentos e elogios; configura o universo das ameaças reais ou imaginárias que precisam ser superadas, na menção a problemas, perigos e inimigos; menciona os opositores e os comportamentos que o presidente deseja condenar, nas advertências; traz o auditório para integrar o discurso (e conseqüentemente o governo), na manifestação de regozijo e apoio; constrói um perfil de si mesmo e de suas propostas, sendo para Bonfim uma das partes mais significativas do discurso, presente nas crenças e valores; e, por fim, menciona as propostas de maneira genérica e os problemas, com suas respectivas soluções, por meio de uma leitura da realidade, nas proposições e conclamações.

Observando esses aspectos que organizam o gênero textual discurso de posse, analisamos o discurso de reeleição de Dilma Rousseff a partir da

metáfora GOVERNAR É UMA GUERRA. Nossa análise não está centrada na identificação desses elementos, porém eles estarão, sempre que identificados, permeando a análise das expressões linguísticas e dos mapeamentos metafóricos presentes no *corpus*.

VAMOS À LUTA: ANÁLISE DAS EXPRESSÕES METAFÓRICAS LICENCIADAS

Passamos agora a analisar e discutir as expressões linguísticas metafóricas que foram licenciadas pela metáfora conceptual GOVERNAR É UMA GUERRA, metáfora que operou como organizadora do discurso de posse de reeleição da presidenta Dilma Rousseff. Nossa análise está subdividida em três seções apenas, em função dos elementos que foram salientados no discurso, não havendo hierarquia de importância ou relevância entre elas, visto que, na TMC, diversos aspectos são salientados e ofuscados nas práticas discursivas.

EXPRESSÕES GERAIS SOBRE A METÁFORA “GOVERNAR É UMA GUERRA”

No discurso de posse, a presidenta Dilma Rousseff apresenta ao povo brasileiro o sentimento de satisfação em ter sido reeleita, ao passo que entende que há uma nova guerra pela frente. A metáfora conceptual GOVERNAR É UMA GUERRA constitui esse discurso desde as primeiras palavras, quando da comemoração da vitória nas urnas, do reconhecimento de um primeiro mandato considerado satisfatório e do entendimento de que novas batalhas estão a diante. Vejamos alguns fragmentos² desse discurso:

(1) Sinto alegria por ter vencido os desafios e honrado o nome da mulher brasileira.

(2) O projeto de nação que é detentor do mais profundo e duradouro apoio popular da nossa história democrática. Esse projeto de nação triunfou [...]

(3) Nunca tantos brasileiros ascenderam às classes médias. Nunca tantos brasileiros conquistaram tantos empregos com carteira assinada.

(4) Por isso, eu repito hoje, nesta solenidade de posse, perante as senhoras e os senhores: fui reconduzida à Presidência para continuar as grandes mudanças do país e não trairei este chamado.

2 Todos os grifos em itálico presentes nos fragmentos do discurso foram feitos pelo autor.

(5) Neste momento, ao invés de simplesmente garantir o mínimo necessário, como foi o caso ao longo da nossa história, temos, agora, que lutar para oferecer o máximo possível. Vamos precisar, governo e sociedade, de paciência, coragem, persistência, equilíbrio e humildade para vencer os obstáculos. E venceremos esses obstáculos.

Podemos observar nos fragmentos que a presidenta Dilma Rousseff inicia seu discurso aludindo a vitórias passadas, fragmento (1), em referência ao primeiro mandato e a ser a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente da nação. Nesse fragmento, observamos claramente a metáfora conceptual sendo licenciada quando entendemos que TER VENCIDO OS DESAFIOS É TER GOVERNADO O PAÍS NO PRIMEIRO MANDATO.

Nesse sentido, o discurso de posse retoma a mudança que o país vivenciou nos últimos mandatos (o primeiro de Dilma Rousseff e os dois de Luiz Inácio Lula da Silva), para salientar que o “projeto de nação triunfou”, fragmento (2), em referência às ideologias de esquerda que a presidente defende e as políticas de apoio popular presentes na proposta de governo. Na esteira dessa observação, temos como mapeamentos metafóricos que a presidente seria o general, o que comanda a guerra de governar o país; o povo seria os soldados, os integrantes do exército que lutam alinhados ao general; e o projeto de nação seria a estratégia de combate adotada pela presidente, que linguisticamente é marcada como vitoriosa a partir do item lexical triunfou.

No fragmento (3), percebemos que aspectos positivos desse projeto de nação começam a ser louvados e, dentre eles, há menção a uma das lutas que o povo mais desejava ganhar, a dos empregos formais. A presença dessa menção reforça o caráter vitorioso da guerra que é governar, ao passo que também reafirma a ideologia político-partidária do governo. Com isso, a conquista de empregos com carteira assinada é uma das lutas que está sendo vencida na conceptualização de governar sendo uma guerra.

“Fui reconduzida à Presidência para continuar as grandes mudanças do país e não trairei este chamado”. Essa afirmação da presidenta Dilma Rousseff, fragmento (4), materializa linguisticamente dois posicionamentos importantes numa guerra, a saber: continuar a vencer as lutas, em referência às transformações sociais vividas ao longo do primeiro mandato, e o sentimento de que o general, o líder, não abandona a guerra e nem seus soldados.

Nesse direcionamento, compreende-se que há uma nova guerra pela frente, novas lutas a serem combatidas e vencidas, outros obstáculos a serem superados. É esse entendimento que perpassa o licenciamento metafórico no fragmento (5), quando a presidente afirma que tem que se lutar “para oferecer o máximo possível”. Não é apenas lutar, não é apenas sobreviver; é combater, vencer e desfrutar dessa vitória. Isso demonstra que governar não é mandar, mas sim organizar-se

estrategicamente para superar toda e qualquer dificuldade que essa guerra possa apresentar, para “vencer os obstáculos”. E um princípio de guerrear é confiar no triunfo, aspecto também salientado no discurso de posse: “*E venceremos esses obstáculos*”. Vejamos agora outros fragmentos desse discurso:

(6) *Eu não tenho medo de encarar estes desafios, até porque sei que não vou enfrentá-los sozinho, não vou enfrentar esta luta sozinho.*

(7) *Combateremos sem trégua a burocracia.*

(8) *Vamos, mais uma vez derrotar a falsa tese que afirma existir um conflito entre a estabilidade econômica e o crescimento do investimento social, dos ganhos sociais e do investimento em infraestrutura.*

(9) *Ao bradarmos ‘BRASIL, PÁTRIA EDUCADORA’ estamos dizendo que a educação será a prioridade das prioridades, mas também que devemos buscar, em todas as ações do governo, um sentido formador, uma prática cidadã, um compromisso de ética e um sentimento republicano. Só a educação liberta um povo e lhe abre as portas de um futuro próspero.*

(10) *Assumo, com todas as brasileiras e brasileiros, o compromisso de redobrar nossos esforços para mudar o quadro da segurança pública em nosso país.*

Nesses fragmentos, é possível observar que as dificuldades de governar são constantes e exigem muito esforço e trabalho tanto do líder como dos membros. Numa situação de guerra, o fator numérico influencia na possibilidade de vitória e é esse um dos aspectos que a ideologia político-partidária defendida pela presidenta Dilma Rousseff reverbera, numa espécie de sentimento de pertencimento. No fragmento (6), essas dificuldades são categorizadas como desafios que precisam ser encarados e a participação do exército é uma peça fundamental, com a qual o líder sempre considera como algo seguro: “sei que não vou enfrentá-los sozinho”.

Já no fragmento (7), percebemos que um inimigo de guerra é apresentado: a burocracia. É contra a burocracia, mas não apenas, que o governo guerreia, empreende esforços, cria e aplica estratégias, utiliza suas armas. Ao direcionar um combate a burocracia como uma luta “sem trégua”, implica entender que ela se constitui como um inimigo forte, que não se pode vencer sozinho.

Além desse inimigo, há também um, categorizado no plano discursivo, que precisa ser enfrentado e derrotado, que é a falsa tese da instabilidade econômica e os investimentos sociais, que se desdobra num posicionamento contrário às estratégias de guerrear propostas pela liderança, que vem lutando contra essa ação negativa, uma espécie de boicote aos esforços do general, ou uma alusão a

possíveis traidores e sabotagens da estratégia de guerra, materializado no fragmento (8) na expressão “vamos mais uma vez derrotar”.

Ao apresentar à sociedade o novo lema de governo (o novo grito de guerra), “Brasil pátria educadora”, a presidenta Dilma Rousseff aproxima seu exército da sua realidade social, visto que a educação ainda é uma necessidade tácita do Brasil, aspecto que reforça o chamado para integrar o exército, que conhece suas limitações, e lutar por essa vitória, que não é individual, mas de toda a conjuntura do país. Uma das conquistas que a estratégia de luta promoverá é a liberdade, fragmento (9), visto que “só a educação liberta um povo e lhe abre as portas de um futuro próspero”. Ou seja, ajudar na guerra de governar gera uma vitória para todos, a qual implica liberdade e um bom futuro. É nesse sentido que o discurso de posse se configura como um gênero planejado e persuasivo.

Outro aspecto relevante na organização do “exército popular” é a conscientização e hombridade do líder de reconhecer as dificuldades e buscar superá-las. É isso que a presidente Dilma Rousseff assevera quando, no fragmento (10), assume o compromisso de “redobrar os esforços”, apontando que decisões e desdobramentos na estratégia de combate poderão ser assumidos, reorganizados e até alterados para que o objetivo seja satisfatoriamente alcançado.

Observamos, nesses fragmentos do discurso de posse, que há uma diversificação de itens lexicais que contribuem na estruturação da prática discursiva em relação à metáfora GOVERNAR É UMA GUERRA, haja vista, por exemplo, a seleção dos verbos do campo semântico da guerra utilizados na materialidade textual, a saber: vencer, honrar, triunfar, conquistar, lutar, encarar, enfrentar, combater, derrotar, libertar, reforçar, fortalecer. Todos esses itens lexicais marcam explicitamente o licenciamento da metáfora conceptual analisada nesse discurso de posse.

Nesses fragmentos do discurso de posse de Dilma Rousseff, percebemos o enquadre nos tópicos 1, 2, 4 e 6 das proposições de Bonfim (2008) para a estrutura desse gênero textual, nos quais a presidenta reconhece as vitórias alcançadas ao longo de seu primeiro governo, discute sobre os obstáculos desse novo mandato, manifesta o desejo de apoio popular para essa nova guerra e apresenta as soluções e os direcionamentos de sua nova estratégia de guerra.

A CORRUPÇÃO EM DESTAQUE: ELIMINAÇÃO DO INIMIGO INTERNO

Decidimos dar destaque a este aspecto dentre os diversos mapeamentos metafóricos existentes a partir da metáfora GOVERNAR É UMA GUERRA, em virtude de ser este o principal inimigo da prática legítima de governo, o qual é um inimigo forte, presente, atuante e, acima de tudo, tem espaço não só no lado da oposição (inimigos declarados), mas também no lado da liderança, da presidente,

configurando-se como um traidor, um X9 dentro do exército. Observemos o fragmento a seguir:

(11) Amigos e amigas, tudo que estamos dizendo, tudo que estamos propondo converge para um grande objetivo: ampliar e fortalecer a democracia, democratizando verdadeiramente o poder. Democratizar o poder significa lutar pela reforma política, ouvir com atenção a sociedade e os movimentos sociais e buscar a opinião do povo para reforçar a legitimidade das ações do Executivo. Democratizar o poder significa combater energicamente a corrupção. A corrupção rouba o poder legítimo do povo. A corrupção ofende e humilha os trabalhadores, os empresários e os brasileiros honestos e de bem. A corrupção deve ser extirpada.

O Brasil sabe que jamais compactuei com qualquer ilícito ou malfeito. Meu governo foi o que mais apoiou o combate à corrupção, por meio da criação de leis mais severas, pela ação incisiva e livre de amarras dos órgãos de controle interno [...]

A luta que vimos empreendendo contra a corrupção e, principalmente, contra a impunidade, ganhará ainda mais força com o pacote de medidas que me comprometi durante a campanha, e me comprometo a submeter à apreciação do Congresso Nacional ainda neste primeiro semestre.

A corrupção é compreendida, claramente, como um inimigo que precisa ser combatido, energicamente, e extirpado, eliminado. Esse inimigo, personificado, rouba, ofende, humilha o povo, o exército. Compreender a corrupção como inimigo, considerando a metáfora GOVERNAR É UMA GUERRA e realidade atual da sociedade brasileira em relação à essa temática (se considerarmos, por exemplo, as questões da Operação Lava Jato), é compreender “o potencial pragmático que a metáfora tem de evocar respostas emocionais implica que ela é uma forma de ação verbal através da qual a ideologia é comunicada e existe como fenômeno social”. (LUQUES, 2010, p. 46)

É relevante destacar que, no fragmento (11), a presidenta Dilma Rousseff salienta, na materialidade textual, que tem enfrentado esse inimigo (“Meu governo foi o que mais apoiou o combate à corrupção”) e tem reorganizado as estratégias para que esse inimigo seja plenamente derrotado, com a utilização de novas armas, o novo pacote de medidas, as quais trarão mais força para guerrear.

Essa parte do discurso de posse de Dilma Rousseff se enquadra no tópico 3 das proposições de Bonfim (2008) para a estrutura do gênero textual, as advertências, tópico em que se apontam os opositores e os comportamentos que o/a presidenta deseja condenar.

A PRESIDENTA COMO LÍDER/MEMBRO DA GUERRA

Outro aspecto relevante no discurso de posse é a imagem do líder como integrante da guerra, que também enfrenta os inimigos, que se machuca, que se arrisca, e não apenas como o que estabelece as ordens, cria as estratégias ou comanda os ataques. A presidenta Dilma Rousseff constrói essa imagem de líder combatente em seu discurso trazendo à tona aspectos específicos de sua vida particular para endossar seu posicionamento político-ideológico e as ações de guerra que pretende empreender. Vejamos o fragmento (12):

(12) Meus amigos e minhas amigas, já estive algumas vezes um pouco perto da morte e destas situações saí uma pessoa melhor e mais forte.

Sou ex-opositora de um regime de força que provocou em mim dor e me deixou cicatrizes, mas não tenho nenhum revanchismo. Mas este processo jamais destruiu em mim o sonho de viver num país democrático e a vontade de lutar e de construir este país cada vez melhor. Por isso, sempre me emociono ao dizer que eu sou uma sobrevivente. Também enfrentei doenças mas, se me permitem, quero dizer mais: pertenço a uma geração vencedora. Uma geração que viu a possibilidade da democracia no horizonte e viu ela se realizar.

Essas duas características, elas me aproximam do povo brasileiro – ele também, um sobrevivente e um vitorioso, que jamais abdica de seus sonhos. Luta para realizá-los.

Nesse fragmento, observamos que a presidenta Dilma Rousseff traz elementos de sua biografia para aproximar o povo dessa conceptualização de governar, mostrando que às vezes os combatentes podem sofrer derrotas ou represálias (“provocou em mim dor e me deixou cicatrizes”), mas que isso não pode/deve ser encarado como derrota total ou motivo para desistência e sim como estímulo, “vontade de lutar”, transpondo essas situações e tornando-se “uma pessoa melhor e mais forte”.

Dois aspectos merecem destaque nesses fragmentos: sobrevivência e vitória. Partindo da metáfora conceptual GOVERNAR É UMA GUERRA, esses aspectos são erigidos no mapeamento metafórico como essências para as ações sociais e discursivas. Vencer é a plenitude da conquista; sobreviver é o mínimo a alcançar. Juntos, esses aspectos salientam que vivenciar uma guerra não é algo fácil, tranquilo, e que há, minimamente, um pensamento básico para quem se envolve numa batalha: vencer é essencial, sobreviver é imprescindível.

Tais aspectos destacados são materializados linguisticamente nesse discurso de reeleição em duas ações distintas: (i) nas informações biográficas da presidenta, que, ao memorar seu passado, se colocando como uma guerreira sobrevivente e vencedora; e (ii) na aproximação do povo brasileiro com essa realidade, sendo um

povo sobrevivente e vitorioso mediante a todas questões sociais, históricas, culturais, políticas, econômicas que a sociedade já vivenciou, o que também aponta um alinhamento de pensamento, de experiências e de visão entre o líder do exército, a presidenta Dilma Rousseff, e seu exército, o povo brasileiro.³

Esse fragmento do discurso de posse de Dilma Rousseff se enquadra no tópico 5 das proposições de Bonfim (2008) para a estrutura do gênero textual discurso de posse, o das crenças e valores, tópico em que a/o presidente constrói um perfil de si mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as análises empreendidas, podemos compreender que a metáfora conceptual GOVERNAR É UMA GUERRA operou como um elemento norteador do discurso de posse de reeleição da presidenta Dilma Rousseff, licenciando diversas expressões linguísticas metafóricas, por meio dos mapeamentos metafóricos construídos, e possibilitando uma compreensão específica do que é governar. As metáforas da guerra, consoante Lakoff e Johnson (2002), são maneiras de conceber conceitos abstratos e estruturam o pensamento e as ações humanas, sendo possíveis em virtude da cultura em que estamos inseridos.

Assim como a metáfora conceptual estrutural AMOR É GUERRA, a metáfora analisada cria relações entre indivíduos, as quais são salientadas e/ou ofuscadas nos mapeamentos metafóricos e materializadas textualmente nas expressões linguísticas metafóricas presentes nas mais variadas práticas discursivas. No quadro a seguir, podemos observar alguns dos mapeamentos metafóricos presentes no discurso de posse da presidenta Dilma Rousseff (que se alinham àqueles já discutidos):

QUADRO 1 – MAPEAMENTOS METAFÓRICOS DE “GOVERNAR É UMA GUERRA”

Mapeamentos metafóricos de GOVERNAR É UMA GUERRA no discurso de posse de reeleição de Dilma Rousseff	
Domínio-fonte	Domínio-alvo

3 Podemos mencionar aqui que esse alinhamento entre líder e exército também foi evidenciado, na esteira da metáfora conceptual “Governar é uma guerra”, quando das diversas manifestações que ocorrem no país nos últimos anos, foi reverberado um grito de guerra direcionado ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva: “Lula, guerreiro do povo brasileiro”. Essa expressão licenciada mostra o ex-presidente Lula, que ocupava o lugar mais alto de liderança, sendo entendido como um guerreiro, alguém que vai à luta, que batalha, que busca a vitória. Acreditamos que é essa relação que também se desenvolve no discurso de posse de reeleição da presidenta Dilma Rousseff ao trazer aspectos de sua biografia, isto é, a relação de identificação entre as partes.

Soldados	Povo brasileiro
General	Presidente Dilma Rousseff
Estratégia de combate	Projeto de nação
Luta vencida	Conquista de emprego formal Resgate do povo da extrema pobreza
Inimigos	Burocracia, corrupção
General firme na liderança do exército	Presidente reafirma seu compromisso
Uma nova batalha a vencer	Um novo mandato da presidente
Vencer os obstáculos	Governar com qualidade
General conta com os soldados	Presidente conta com o apoio do povo

Fonte: Elaborado pelo autor.

Podemos concluir, considerando esses mapeamentos metafóricos, que a vitória pela qual se luta na concepção de governo sendo uma guerra é vivenciar um governo exitoso, um governo com qualidade, que satisfaça as necessidades da população e, com isso, construa uma sociedade melhor.

Deixando de lado a utopia, porém considerando a visão romântica que perpassa essa ideia de um bom governo, ousamos apontar que é justamente nesse aspecto que governar é uma guerra: é por tantas dificuldades existentes, tantas barreiras, que governar é algo complicado; é por necessitar de tantos planejamentos, engajamentos e posicionamentos que o domínio-fonte “guerra” é evocado para a conceptualização do domínio-alvo “governo”. Essa ousadia instiga-nos a analisar, a partir desta investigação, o discurso de posse do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff e buscar verificar as questões levantadas e discutidas aqui.

Assim, entendemos que as escolhas metafóricas influenciam nosso pensamento, persuadindo-nos, em certa medida, a enxergar o mundo e a análise dessas escolhas nos coloca frente aos aspectos sociais, históricos, culturais e políticos, permitindo discutir o que enxergamos no mundo e contribuindo na compreensão da carga ideológica presente no uso das metáforas no discurso, bem como de outros itens lexicais que auxiliam na construção discursiva, a exemplo dos vocativos e dos verbos do mesmo campo semântico.

O discurso de posse da reeleição da presidenta Dilma Rousseff está orientado na esteira da metáfora conceptual GOVERNAR É UMA GUERRA e, ao se instaurar num contexto de manutenção político-partidária, e ideológica, reforça a ideia de que as ações empreendidas pelo governo são lutas, batalhas, desafios a serem enfrentados, combatidos e vencidos, numa cooperação mútua entre o general e o seu exército. Nesse sentido, um novo mandato é uma nova guerra, “uma nova etapa nesse processo histórico de mudanças sociais do Brasil”, na qual já se tem a experiência de vitórias em lutas anteriores e novos desafios a encarar, guerrear e triunfar.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. S. *Arte de argumentar: gerenciando razão e emoções*. 9. ed. Cotia, SP: Ateliê, 2006.
- BONFIM, J. B. B. *Palavra de presidente: os discursos presidenciais de posse, de Deodoro a Lula*. Brasília, DF: LGE, 2008.
- DIJK, T. A. V. ; HOFFNAGEL, J. C. ; FALCONE, K. *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto, 2008.
- LAKOFF, G; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: Educ, 2002.
- LUQUES, S. U. *Metáforas e argumentação: uma análise crítica do discurso político*. 2010. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.
- MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.
- MOURA, H. Metáfora e regularidades linguísticas. In: MIRANDA, N. S. ; NAME, M. C. (Org.). *Linguística e Cognição*. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2005.
- SARDINHA, T. B. *Metáfora*. São Paulo: Parábola, 2007.

**COGNIÇÃO,
MORFOLOGIA E SEMÂNTICA**

Compostos “criativos” no período arcaico da língua portuguesa

ANTONIA VIEIRA DOS SANTOS

INTRODUÇÃO

Tendo em vista que a composição representa uma das habilidades cognitivas do utente da língua, esse mecanismo de formação de palavras torna-se bastante profícuo para estudos no âmbito da semântica cognitiva. Nessa perspectiva, objetivamos analisar, neste artigo, alguns compostos registrados por Santos (2009) – monge branco, braço destro, fogo montes, dentes d’alho, *foucelegon*, olho de boi – em textos galego-portugueses e portugueses do período arcaico (séculos XII-XVI). Operando com as noções de transparência morfossemântica (DRESSLER, 2005) e de criatividade (BENCZES, 2006), busca-se observar que parte do composto é ativada pela metáfora e/ou metonímia conceptuais. De acordo com Dressler (2005), pode ocorrer (i) transparência dos dois constituintes, (ii) transparência do núcleo e opacidade do determinante; (iii) transparência do determinante e opacidade do núcleo, e (iv) opacidade dos dois constituintes. Depreendem-se, portanto, os conceitos de endocentricidade e exocentricidade, associados à noção de núcleo semântico (e sintático). Enquanto os compostos endocêntricos constituem hipônimos do núcleo, constituinte que especifica uma classe de entidades à qual a palavra composta pertence (por exemplo, peixe-espada é [um tipo de] peixe), os compostos exocêntricos são compostos que não contêm um elemento que funciona como núcleo semântico (por exemplo, olho de sogra “espécie de docinho” não é [um tipo de] olho). Para Benczes (2006), no entanto, o significado de compostos exocêntricos não é tão opaco como parece, pois fenômenos como a metáfora e a metonímia não estão sujeitos ao princípio da composicionalidade. A diferença entre compostos endocêntricos e compostos metafóricos e/ou metonímicos reside, segundo a autora, na criatividade e não na transparência de significado. Embora Benczes aplique o termo “compostos criativos” a construções nome-nome, a metáfora e a metonímia não estão restritas a esse tipo de combinação exclusivamente. Podemos exemplificar, no caso dos nossos dados, com a construção [NA]N braço deestro, expressão que significa “auxiliar principal” ou “principal colaborador”,

registrada na *Crónica Geral de Espanha* (século XV), e a construção [NprepN] N olho de boi, sintagma que denomina uma “espécie de pedra”, registrada nas *Cantigas d’Escarnho e de Mal Dizer* (séculos XIII-XIV).

OS CONCEITOS DE TRANSPARÊNCIA E NÚCLEO NO ÂMBITO DOS COMPOSTOS

No âmbito dos estudos morfológicos, o conceito de transparência semântica apresenta-se como um conceito importante, relacionado com a noção de produtividade. O que isto significa? Parte-se da ideia de que as palavras construídas apresentam um significado previsível, linguístico, que lhes é conferido pela sua estrutura. O significado é, assim, composicional, pois resulta da soma do significado das partes que o constituem, como, por exemplo, em trabalhador “que trabalha”, pós-venda “posterior à venda”, infeliz “não feliz”, abre-latas “que abre latas”, energia solar “energia do sol” (RIBEIRO; RIO-TORTO, 2013, p. 423). De acordo com Scalise e Guevara (2005, p. 162, tradução nossa):

O significado de uma palavra complexa é sempre composicional quando ela é criada por uma regra (sincronicamente) produtiva. Com o tempo, uma palavra complexa pode adquirir significados inesperados ou idiossincráticos, isto é, significados que não podem ser derivados a partir de seus constituintes [...]

Para que um determinado padrão ou uma determinada regra em uma palavra complexa seja reconhecido(a) e utilizado pelo falante, esse padrão ou essa regra precisa ser transparente. Obviamente, que a transparência semântica não implica, necessariamente, a produtividade. Em geral, quando já não há identidade entre forma e conteúdo, está-se diante de um processo de opacificação semântica ou lexicalização, em que se perde a “iconicidade construcional”. Ressalte-se, no entanto, que os casos de opacidade ou idiomatidade semântica não são exclusivos dos compostos.¹ Em algumas formações com -inh(o), por exemplo, o sentido diminutivo do morfema derivacional não é mais ativado: coxinha “salgado”, camisinha “preservativo”, beijinho “doce”, selinho “beijo”. Em amador e amante,

1 Segundo Dressler (2005, p. 272, tradução nossa), “Em princípio, compostos são morfossemanticamente mais transparentes que derivações, porque eles são mais descritivos [...], por exemplo, o composto *dishwashing machine* diz mais ao usuário da língua o que é, do que o derivado *dishwash-er*, isto é, o composto serve melhor a função de motivação semântica do que a derivação correspondente [...]. Por isso, no processo de aquisição da língua materna, observou-se que muitas crianças têm substituído temporariamente o nome de instrumento e de agente menos transparente (e ambíguo) *open-er* por *open-man* e *open-thing*, respectivamente.”

a leitura, também devido à especialização de significado, não é a de “aquele que ama”, mas “alguém que exerce qualquer arte, desporto ou ofício, não por profissão, mas por gosto” e “aquele que mantém relações amorosas com alguém casado”. (RIBEIRO; RIO-TORTO, 2013, p. 424)

Estudos morfológicos têm voltado a sua atenção para processos transparentes, deixando à parte fenômenos ditos não analisáveis do ponto de vista semântico. No caso dos compostos – que nos interessa neste trabalho – ocorre um interessante paradoxo, pois o próprio conceito de composição, trazido por alguns autores, indica que a semântica do todo apresenta-se “muitas vezes dissociada das noções expressas pelos seus componentes”. (CUNHA; LINDLEY CINTRA, 1985, p. 104) Compreende-se que a opacidade semântica seria uma propriedade importante na caracterização de compostos, sendo prototípicos, portanto, os compostos cujo significado não corresponda à soma do significado das partes integrantes. Quanto mais opaca a semântica da palavra composta, mais é afirmado o seu estatuto como tal, pois mais distante estará de uma construção sintática.² Contudo, a composicionalidade, segundo Benckzes (2006, p. 74, tradução nossa), “não é uma questão de sim e não, mas uma questão de grau”, assim, podemos entender que palavras complexas, como derivados e compostos, podem ser mensuradas em termos de composicionalidade semântica ao longo de um *continuum*. A compreensão de um composto deveria comportar, portanto, não apenas as combinações semanticamente opacas, mas, ainda, as transparentes. Nesse sentido, vamos apresentar, nas seções seguintes, algumas noções relevantes para situar os compostos em um *continuum* semântico.

TRANSPARÊNCIA/OPACIDADE SEMÂNTICA

Transparência e opacidade são noções antípodas, correspondendo, cada uma, a um polo numa escala semântica. Enquanto a transparência está relacionada com as noções de composicionalidade e motivação, a opacidade encontra reflexo no conceito de idiomaticidade, que, em sentido estrito, corresponde ao “traço semântico próprio de certas construções lingüísticas fixas, cujo sentido não pode estabelecer-se a partir do significado de seus elementos componentes nem do significado de sua combinação”. (ZULUAGA, 1980, p. 122)

2 Sandmann (1997, p. 33-34) apresenta o critério semântico como o mais útil para distinguir um composto de um grupo sintático. Assim, apresenta copo-de-leite “tipo de flor”, roupa-branca “roupa de baixo” e boa-vida “pessoa pouco afeita a trabalho ou esforço” como exemplos de compostos, cujo isolamento semântico se distingue. Por outro lado, na página 33, o autor apresenta tênis de mesa como grupo sintático fixo, não correspondendo, portanto, a um composto. Pela análise dos exemplos, percebe-se que o isolamento semântico ao qual o autor se refere corresponde à opacidade ou idiomaticidade semântica, devida, nos casos apresentados, a processos metafóricos e/ou metonímicos.

Nessa perspectiva, fala-se de idiomaticidade em termos do grau de motivação dos elementos linguísticos, que seria relativo no caso de compostos e derivados, segundo Zuluaga (1980). Tem-se, assim, opacidade/idiomaticidade semântica quando o significado é não composicional, isto é, “quando a leitura do produto se afasta daquela que seria expectável da soma dos significados de cada um dos seus elementos constitutivos” (RIBEIRO; RIO-TORTO, 2013, p. 423), como em mercado negro, por exemplo. Recorde-se que os casos de opacidade ou idiomaticidade semântica não são exclusivos dos compostos. Considerando, portanto, que o grau de motivação semântica é relativo nas estruturas compostas, é preciso estabelecer como se determina a motivação de uma determinada palavra. Surge, nesse momento, outro conceito importante no estudo dos compostos, em especial da sua semântica: o de núcleo.

NÚCLEO

O núcleo, na sintaxe, é o constituinte central de uma frase. Nos processos morfológicos, o núcleo é o elemento que determina as propriedades semânticas, categoriais e morfológicas da palavra complexa. Em palavras construídas por sufixação, o núcleo é, de regra (com exceção dos sufixos avaliativos), o sufixo:

$$\begin{aligned} \textit{símbolo}_N &\rightarrow \textit{simbólico}_A \\ \textit{cinza}_{N[-\text{contável}, -\text{MASC}]} &\rightarrow \textit{cinzeiro}_{N[+\text{contável}, +\text{MASC}]} \end{aligned}$$

Na prefixação, por outro lado, qualifica-se como núcleo a base à qual se adjuge o prefixo, salvo poucos casos, envolvendo principalmente o prefixo *anti-* (esquadrão antibombas, campanha antidrogas, vacina antizika, morador antifolia), que determina as propriedades gramaticais das palavras em que ocorre.³ Villalva (2003, p. 942) refere-se ainda ao prefixo de negação *a-*, em acaule “sem caule”, que funciona como núcleo dessa estrutura.

No caso dos compostos, “[o] núcleo de um composto é o elemento (radical ou palavra) que determina as propriedades semânticas, categoriais e morfológicas do produto” (RIBEIRO; RIO-TORTO, 2013, p. 412), tendo em vista que a composição é organizada com base na estrutura núcleo-modificador. De acordo com Ribeiro e Rio-Torto (2013, p. 412), o núcleo pode ser analisado a partir das dimensões categorial, morfológica e semântica, conforme exemplificado a seguir:

- a) sangue-frio “tranquilidade, domínio de si” [NA]_N ☒ o núcleo categorial é o nome, elemento da esquerda, tendo em vista que é ele que transmite ao composto a respectiva categoria gramatical;

3 No caso de produtos verbais como aclarar, ensacar e esvaziar, uma das análises possíveis é atribuir também ao prefixo o papel de recategorizador. (PEREIRA, 2013, p. 276)

- b) visita-relâmpago “visita de duração muito curta” $[NN]_N \boxtimes$ o núcleo morfológico é o elemento da esquerda, tendo em vista que as propriedades relativas ao gênero coincidem com as deste constituinte;
- c) cadeira de balanço “cadeira que a um leve impulso oscila ou balança para a frente e para trás” $[NprepN]_N \boxtimes$ o núcleo semântico é o constituinte da esquerda, funcionando este como hiperônimo do produto.

É possível encontrar, portanto, no âmbito dos compostos, as seguintes situações:

- Compostos em que núcleo categorial, morfológico e semântico coincidem: cadeira de balanço;
- Compostos em que apenas núcleo categorial e núcleo morfológico coincidem: sangue-frio;
- Compostos em que não é possível a identificação de qualquer tipo de núcleo: cai-cai, porta-joias.

Vimos, portanto, que as propriedades da construção dependem do núcleo. Do ponto de vista distribucional, em português, o núcleo localiza-se primordialmente à esquerda da construção, diferentemente da língua inglesa, em que a maioria dos compostos possui núcleo à direita, conforme a hipótese do núcleo à direita – *Right-Hand Head Rule* (RHR) –, postulada por Williams (1981).⁴

Do ponto de vista semântico, levando em consideração a (in)existência de núcleo, distinguem-se os seguintes tipos de compostos:

- a) Compostos endocêntricos: têm o seu núcleo dentro do composto, contido no composto. Compostos endocêntricos são aqueles em que o composto denota um hipônimo do elemento núcleo no composto, o que “significa que o conjunto de entidades possivelmente denotadas pelo composto [...] é um subconjunto de entidades denotadas pelo núcleo [...]” (PLAG, 2006, p. 135, apud KOCK, 2008, p. 6, tradução nossa), como nos exemplos do português peixe-espada “tipo de peixe” e cadeira de balanço “tipo de cadeira”.
- b) Compostos exocêntricos: têm o seu núcleo fora do composto, o que significa que ele tem de ser inferido. Esses compostos não correspondem a um hipônimo do constituinte nuclear do composto, mas, em vez disso, denotam algum traço da entidade referenciada pelo composto (BAUER, 1988, p. 239, apud KOCK, 2008, p. 7), como nos

4 A hipótese de que o núcleo também poderia se situar à esquerda, como se observa nas línguas românicas (port. *homem-rã*, esp. *hombre rana*, it. *uomo rana*, fr. *homme-grenouille*), levou à consideração da posição do núcleo como um parâmetro universal.

seguintes exemplos do português: viúva-negra “espécie de aranha” e olho de sogra “tipo de doce”.

O ponto de vista cognitivo sobre esta questão, de acordo com Heyvaert (2009, p. 244), tem sido rejeitar esse tipo de distinção, defendendo-se, em vez disso, um *continuum* da composição.

OS CONCEITOS DE “COMPOSTOS CRIATIVOS” E DE “TRANSPARÊNCIA MORFOSSEMÂNTICA”

Vimos que a composicionalidade é um conceito graduável, ou seja, palavras complexas, como derivados e compostos, podem ser mensuradas em termos de composicionalidade semântica ao longo de um *continuum*. A relação entre determinante e núcleo pode ser obscurecida pela lexicalização semântica (ou idiomaticidade), aqui entendida como “vários meios pelos quais palavras complexas podem, com o tempo, tornar-se menos analisáveis em termos de suas partes”. (ADAMS, 2001, p. 10) Quando isso ocorre, as palavras têm de ser aprendidas como um todo, ou seja, memorizadas. Sem dúvida, como registra Correia (2004, p. 42):

[...] a compreensão e a produção de palavras construídas, sobretudo das mais transparentes entre elas, dependem de um tipo de saber diferente do das palavras simples e do das palavras opacas e não relevam de memorização: o falante não precisa de ter armazenadas na memória as unidades construídas transparentes - basta-lhe interpretar a sua estrutura e constituintes.

Não obstante, tendo em vista que as palavras podem ser percebidas de mais de uma forma, o grau de opacidade semântica varia, pois a analisabilidade, diferentemente da composicionalidade, é um assunto da percepção. Assim, uma palavra pode ser mais analisável para uma pessoa do que para outra (ADAMS, 2001, p. 10), dependendo da competência lexical de cada falante. Portanto, a oposição transparência/opacidade está no nível da decodificação, privilegiando-se a maneira como o composto é percebido pelos locutores.

Menos lexicalização significa mais transparência, mais lexicalização mais opacidade. Mais transparência implica mais motivação do composto através dos seus membros. No entanto, a lexicalização ou idiomaticidade também está diretamente relacionada com processos de metáfora e metonímia, os quais caracterizam, segundo alguns autores, os chamados compostos exocêntricos.

Para Benczes (2006, p. 184), no entanto, a diferença entre compostos endocêntricos (como *apple tree* “macieira”) e exocêntricos (como *hammerhead*

“pessoa teimosa”) não seria a transparência do significado, mas a criatividade, pois estes últimos são criados com base em um processo de formação de palavras mais imaginativo, associativo e criativo, pois fazem uso da metonímia/metáfora conceptuais. Assim, a autora propõe utilizar o termo “compostos criativos” para compostos metafóricos e metonímicos, mesmo se tratando de um composto endocêntrico. Benczes (2011) considera que esses compostos têm sido negligenciados nos estudos tradicionais sobre a composição por serem considerados fenômenos linguísticos inalisáveis, não transparentes (*darkened*), desempenhando um papel periférico na linguagem. Esses compostos, no entanto, vêm sendo tratados dentro do quadro da linguística cognitiva como expressões metafóricas ou metonímicas (domínios conceptuais), ou como a integração de distintos espaços mentais em um *blend* conceptual. (HEYVAERT, 2009, p. 253) A sistematicidade em compostos metafóricos e metonímicos pode ser relacionada com o constituinte do composto que é ativado pela metonímia e/ou pela metáfora conceptuais. A ideia de Benczes é estender a análise linguística das propriedades tropológicas do composto a outras partes da palavra além do núcleo (*profile determinant*), como o modificador, a relação entre o modificador e o núcleo e o composto como um todo. Seria possível, assim, evidenciar uma certa transparência semântica.

De acordo com a perspectiva da linguística cognitiva, a metáfora é a compreensão de um domínio conceptual em termos de outro: conceito A é conceito B. (BENCZES, 2006, p. 48)

I'm crazy about her – “Estou louco por ela”/ *Love is madness* – “O amor é loucura”

(expressão linguística metafórica) (metáfora conceptual)

Na metonímia, a elaboração conceptual seleciona um ponto de referência dentro de um domínio, com a finalidade de acessar o alvo no mesmo domínio. Os pontos de referência têm relevância cognitiva, sendo por este motivo que eles são selecionados pela elaboração conceitual. (BENCZES, 2006) Em *hammerhead* “pessoa teimosa”, por exemplo, além da existência de uma metáfora (cabeça como um martelo), ocorre um processo metonímico baseado na relação “parte pelo todo”, pois *head* “cabeça” está pela pessoa. (BENCZES, 2006)

Dressler (2005) desenvolve seus trabalhos no quadro da Morfologia Natural, que se baseia na ideia de que vários princípios semióticos gerais governam sistemas morfológicos, entre os quais o princípio da iconicidade construcional (mais significado é naturalmente refletido em mais forma: *sheep* “ovelhas” como uma forma plural não é construcionalmente icônico, diferentemente de *ewe-s* “ovelha-s”, em que o significado aditivo de plural é refletido por um morfe extra -s) e

princípios de transparência (a clareza da identidade semântica e fonológica de formas, bases e afixos: *dividedness* “divisibilidade” é mais transparente que *division* “divisão” por causa da integridade fonológica de *divide*, que é mantida em *dividedness*, mas não em *division*). Segundo Dressler (2005, p. 267, tradução nossa), natural “é sinônimo de cognitivamente simples, facilmente acessível (especialmente para crianças), elementar e por isso universalmente preferido, isto é, derivável da natureza humana [...]”.

Atendo-nos ao princípio de transparência, em especial, de natureza morfossemântica, apresentamos a seguir os quatro graus propostos por Dressler (2005, p. 272):

- a) Transparência de ambos os membros do composto (*door-bell* ‘campanha de porta’)
- b) Transparência do núcleo, opacidade do não-núcleo (*strawberry* ‘morango’)
- c) Transparência do não-núcleo, opacidade do núcleo (*jailbird* ‘prisioneiro’)
- d) Opacidade de ambos os membros do composto (*hum-bug* ‘alguém ou algo que não é honesto ou verdadeiro’)

Apesar de considerar a possibilidade de transparência do núcleo e do não-núcleo, Dressler ressalta que, na formação de palavras, transparência morfossemântica nunca pode ser completa, porque o princípio da composicionalidade semântica de Frege vale apenas para a sintaxe.

Ribeiro e Rio-Torto (2013, p. 425-426) identificam três grupos de compostos, considerando-se três níveis de composicionalidade/idiomaticidade:

- 1) *Grau máximo de idiomaticidade*: o sentido global do composto não é dedutível a partir do sentido dos seus respectivos constituintes: *banho-maria*, *sangue-frio*, *mão de vaca*. Dessa forma, as realidades denotadas por esses compostos distanciam-se daquelas que são designadas pelos respectivos elementos constitutivos: *banho-maria* não é um tipo de banho; *sangue-frio* não é um tipo de sangue; *mão de vaca* não é um tipo de mão;
- 2) *Opacidade semântica mediana*: o significado global do composto não resulta da soma do significado dos seus constituintes, mas conserva alguns dos traços semânticos de um deles, em geral do núcleo: *peixe-espada*, *lágrimas de crocodilo*;
- 3) *Menor grau de idiomaticidade*: sendo compostos mais transparentes, o significado corresponde à soma dos significados dos seus constituintes: *saca-rolha*, *autor-intérprete*, *energia eólica*.

Embora sem núcleo categorial, semântico e morfológico, as estruturas $[VN]_N$ apresentam-se, muitas vezes, como descritivas, configurando-se como compostos com opacidade semântica mediana (*arranha-céus*) ou com pouca idiomatidade (*abre-latas*), segundo a classificação de Ribeiro e Rio-Torto (2013, p. 426).

Os três níveis de opacidade/idiomaticidade propostos pelas autoras convergem com a escala de transparência morfossemântica de Dressler: os compostos com menor grau de idiomatidade correspondem ao Grau 1, os com opacidade semântica mediana aos Graus 2 e 3, e, finalmente, os compostos com grau máximo de idiomatidade correspondem ao Grau 4.

Buscaremos conjugar, na análise dos compostos arcaicos, os três grupos apontados por Ribeiro e Rio-Torto (2013) e os quatro graus propostos por Dressler (2005).

DADOS DO PORTUGUÊS ARCAICO: ANÁLISE E DISCUSSÃO

Articulando os conceitos de “compostos criativos” e de “transparência morfossemântica”, buscamos organizar os compostos selecionados de Santos (2009) em um *continuum* semântico, de acordo com os três graus de idiomatidade propostos por Ribeiro e Rio-Torto (2013). Para tal, analisamos a natureza semântica do núcleo e do não núcleo, observando a atuação de processos metafóricos e metonímicos, que resultam na transversalidade da significação do composto.

Os compostos utilizados na análise foram selecionados dos dados recolhidos por Santos (2009), em sua pesquisa de doutorado sobre os compostos nominais VN, NN, NA, AN e NprepN no português arcaico (séculos XIII-XVI). São eles: *monge branco*, *fogo montês* e *braço destro*, com o padrão compositivo $[NA]_N$, *dente d’alho* e *olho de boi*, com a estrutura $[NprepN]_N$, e *foucelegon*, dotado da estrutura $[NN]_N$.⁵

MONGE BRANCO

O composto *monge branco* designa o monge pertencente à ordem de Cister. O elemento nuclear *monge* “pessoa devotada à vida monástica e clausural” tem a sua significação restringida pelo modificador *branco*. Este adjetivo acrescenta, à significação do nome, a ideia da existência de uma determinada categoria de monges,

5 As siglas CSM, CEMD, CGE3, GR3, correspondem, nas abonações, a *Cantigas de Santa Maria* (séc. XIII), *Cantigas de Escarnho e de Mal Dizer* (séculos XIII-XIV), *Crônica Geral de Espanha de 1344* (séc. XV), *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende* (séculos XV-XVI), respectivamente. Conforme ficou registrado, os dados foram retirados de Santos (2009).

que se opõe a uma outra, a dos “monges negros”.⁶ O adjetivo *branco* refere-se à cor do hábito dos monges da ordem de Cister, em vez de indicar um caráter positivo ou negativo da realidade denotada pelo substantivo. Pode-se, portanto, atribuir a esse composto uma leitura metonímica do tipo cor pelo conceito, pois a designação da entidade (“monges pertencentes à ordem de Cister”) que ele refere é feita por um traço característico (a cor) de um de seus elementos constitutivos (a veste), ou, colocando de outra forma, o adjetivo *branco* representa metonimicamente o conceito que ele expressa:

Dest’ un miragre me vëo emente / que vos direi ora, ay, bõa gente, / que
fez a Virgen por un seu sergente, / *monge branco* com’ estes da Espya.
[CSM 54.13]

FOGO MONTES

Quanto a *fogo montes*, sabemos, pelo contexto em que ocorre, tratar-se de uma espécie de enfermidade. O adjetivo *montes* possivelmente tem relação com o fato de a doença ter a sua origem no campo. O primeiro termo do composto ativa os semas “ardência” e “queimação”, que correspondem aos efeitos que a doença provoca nos indivíduos acometidos por ela.⁷ É esse aspecto – o efeito –, concentrado no núcleo, que é considerado mais importante na caracterização dessa entidade. Atua sobre o constituinte nuclear, portanto, a metonímia sintoma pela doença. Além disso, considerando o composto como um todo, observa-se também uma metáfora: uma doença que provoca a sensação de ardor intenso, como se realmente “queimasse” como fogo (doença como fogo):

Esta sennor que dit’ ei / é Santa Maria, / que a Deus, seu Fillo Rey, roga
todavia / sen al, / que nos guarde do ynferral / Fogo, e ar outrossi / do da-
queste mundo, / dessi d’outro que á y, / com’ oÿ, segundo / que fal, / algũa
vez por San Marçal, / De que sãou hũa vez / ben a Gondianda, / hũa moller
que lle fez / rogo e demanda / [a]tal, / per que lle non ficou sinal / *Daquele*
fogo montes / de que layda era. [CSM 81.26]

6 Os *monges negros*, cujo adjetivo se deve também à cor do hábito superior que usavam, correspondem aos beneditinos.

7 *Fogo montes* equivale à expressão *fogo de San Marçal*, como se pode verificar no título da cantiga em que ocorre: «*Como Santa Maria guareceu a moller do fogo de San Marçal que ll’ avia comesto todo o rostro*». Na cantiga 134, esse composto é retomado anaforicamente como “gafidade” («O mal xe ll’ aprendeu / ena outra perna, / tan forte que ardeu / mui mais que lenterna; / mais la Madre de Deus lle diss’: “Acordade, / ca ja são sodes desta gafidade”»).

BRAÇO DESTRO

No caso de *braço deestro*, tem-se como ponto de referência o próprio corpo humano: o braço que fica à direita do corpo. A expressão, significando “auxiliar principal” ou “principal colaborador”, põe em relevo a importância que essa parte do corpo tem, relativamente ao braço esquerdo, na realização de diversas tarefas pelos indivíduos destros. Tem-se, assim, que a soma do sentido dos constituintes dessa expressão não corresponde ao seu sentido global, ou seja, o seu sentido não decorre de uma mera composição semântica, mas, antes, de uma sobreposição semântica:

E o Cide tomou o cavalo e deuho a dõ Alvaro Fernandez e disselhe, è louvãdoo de seu bõõ fazer: – Cuyrmãão, cavalgade, ca vos sodes o meu *braço deestro*! E, louvado seja Deus, assy o mostrou oje aquy e o demonstrará ao dyantel. [CGE3 433.12]

Na leitura direta dessa construção, o adjetivo *deestro* restringe a referência do núcleo, especificando qual membro superior do homem se está a referir, ou seja, aquele que se situa à direita do corpo. Nesse sentido direto, tem-se a oposição *braço deestro* (direito) / *braço seestro* (esquerdo), pois essas expressões correspondem a realidades objetivas. No sentido figurado, no entanto, não se opera a distinção *braço direito* “principal colaborador”/**braço esquerdo* “?”, por esta não encontrar ressonância semântica. Partindo de um domínio mais concreto – uma parte do corpo humano – para um domínio-alvo mais abstrato, a concepção de *braço direito* como auxiliar principal resulta da agregação de fatores de natureza genética e/ou sociocultural, que consistem na predominância da utilização dos membros superiores do lado direito do corpo para realizar determinadas funções.

DENTES D'ALHO

A expressão *dentes d'alho* configura uma relação em que o núcleo sintático (*dente*) é parte constituinte do determinante (*alho*), sendo esse mesmo núcleo baseado numa metáfora, pois esta parte que compõe o alho apresenta alguma semelhança com um dente. A configuração semântica é representada, portanto, pela relação parte e todo. Embora possua apenas núcleo sintático e morfológico (*dente de alho* não é um tipo de dente), essa construção, por outro lado, não é totalmente não composicional, uma vez que funciona com o enunciado-teste $N_1 \text{ prep } N_2$ é N_2 : *dente de alho* é alho:⁸

8 Arnaud (2004, p. 337) reflete que enunciados-testes com “kind of” ou “sorte de” (“tipo de”) conduzem, forçosamente, a uma interpretação hiponímica relativamente ao nome-núcleo semântico. Daí acontecer que o efeito produzido nem sempre corresponda a uma subcategoria conceptual estável. Fornece o

Por vos nam ver em trabalho / co eles nem alvoroço, / levarês dous *dentes*
d'alho / num chocalho, / por reliquias oo pesçoço. [GR3 217.18]

OLHO DE BOI

Olho de boi é definido, no glossário que acompanha o texto das *Cantigas de Escarnho e de Mal Dizer*, editadas por Rodrigues Lapa (1988), por uma “espécie de pedra”.⁹ Embora o composto apresente a configuração semântica parte e todo, a aplicação dos enunciados-testes $N_1 \text{ prep } N_2$ é N_1 e $N_1 \text{ prep } N_2$ é N_2 não fornece resultados satisfatórios: **olho de boi é olho* / **olho de boi é boi*. Trata-se de um composto em que atua o mecanismo da metáfora; no caso, a relação é de semelhança: pedra que se assemelha ao olho de um boi.

E a Don Fernando conteceu-lh' assi / d'un maestre que con el baratou: /
 cambou-lh' o olho que daqui levou / e disse-lhe que era de çafi, / destes
 maos contrafeitos del Poi, / e meteu-lh' ã grand' *olho de boi*, / aquel maior
 que el no mund' achou. [CEMD 377.20]

Outros compostos com a estrutura parte-todo, que não serão analisados neste artigo, são: *rabo de cavalo* “espécie de espanta-moscas, objeto constituído pelo próprio rabo do cavalo preso a um cabo (de cobre, prata ou madeira esculpida)” e *rabo dasno*, “espécie de planta”, presente na *Carta de Caminha*.

FOUCELEGON

O composto *foucelegon* é constituído por dois nomes, *fouce* e *legon*,¹⁰ que designam utensílios empregados na atividade agrícola, *foice* e *enxada*, respectivamente. Se esse composto se referir, de fato, ao grilo ceboleiro, trata-se de um emprego metafórico de seus constituintes, N_1 e N_2 , em que se evocam as ações

exemplo *a police car is a kind of car* (“um carro de polícia é um tipo de carro”), em que *police car* não configura um hipônimo, diferentemente de *coupe*, *sedan*, *hatchback* etc. Uma fórmula melhor seria, segundo o autor, enunciados-testes com cópula, como em *a police car is a car*, embora, nesse caso, conduzam para o sentido mais frequente do nome-núcleo polissêmico.

9 A crer-se no significado aventado por Rodrigues Lapa (1988): «Deverá ser uma pedra redonda e lisa». Na mesma cantiga, de autoria de Pero Garcia Buralês, toda ela sugerindo uma interpretação figurada, também ocorre *olho de cabra*, que, analogamente, poderia ser classificada como um tipo de pedra. Contudo, Rodrigues Lapa, diferentemente do que fez para *olho de boi*, nada diz sobre essa expressão. No dicionário Houaiss e Villar (2009), encontramos *olho de boi*, registrado como locução, com as acepções 1) clara-boia e 2) o primeiro selo postal brasileiro, e *olho-de-boi*, que designa conceitos do âmbito da fauna e da flora. *Olho-de-cabra*, por sua vez, além de designar um determinado selo brasileiro, designa espécies de árvore. Não encontramos referência à designação de gemas.

10 *Fouce* e *legón* são termos galegos; em português são registrados como *foice/foice* e *legão*.

prejudiciais praticadas pelo referido inseto, evidenciando uma grande criatividade lexical: inseto como foice e como enxada. O significado do composto também pode ser compreendido via a metonímia função pelo conceito, tendo em vista que uma das funções tanto da foice quanto da enxada – no caso, cortar (erva, mato) – é atribuída a esse suposto inseto, responsável por destruir plantações. Portanto, trata-se de um composto em que seus constituintes, coordenados, não figuram como núcleo semântico, pois o referente não corresponde nem a N_1 nem a N_2 :

Come verde *foucelegon*, / cuidas tu i a guarecer / por nojos; mais non é sazón / de ch’os querer omen sofrer: / ca irás un día cantar, / u che faran todo quebrar / na cabeça o citolon [CEMD 295.8]

Considerando a parte do composto ativada pela metáfora e/ou metonímia conceptuais, chega-se à seguinte organização:

QUADRO 1 – PARTE DO COMPOSTO ATIVADA PELA METÁFORA/METONÍMIA CONCEPTUAIS: PADRÕES

Núcleo (sintático)	Modificador	Composto como um todo
<i>dentes d’alho</i> [NprepN] _N	<i>monge branco</i> [NA] _N	<i>braço direito</i> [NA] _N
<i>fogo montes</i> [NA] _N	-	<i>olho de boi</i> [NprepN] _N
-	-	<i>foucelegon</i> [NN] _N

Fonte: Elaborado pelo autor.

Considerando, agora, o grau de composicionalidade/idiomaticidade dos compostos analisados, de acordo com a proposta de Ribeiro e Rio-Torto (2013, p. 425-426), tem-se:

- 1) *Grau máximo de idiomatismo*: o sentido global do composto não é dedutível a partir do sentido dos constituintes do composto: *braço direito*, *olho de boi*, *foucelegon*. Têm-se que *braço direito* não é um tipo de braço; *olho de boi* não é um tipo de olho; *foucelegon* não é um tipo de foice nem de legão;
- 2) *Opacidade semântica mediana*: o significado global não resulta da soma do significado dos seus constituintes, mas conserva alguns dos traços semânticos de um deles: *monge branco*, *fogo montes*, *dentes d’alho*.

Embora *dentes d’alho* seja, no nível da decodificação, uma estrutura transparente, pois o locutor reconhece facilmente o seu significado, o seu sentido só é ativado de forma eficaz se se reconhece a relação de semelhança entre os pequenos bulbos que constituem o alho e o referente denotado pelo significante *dente*.

Levando em conta os esquemas compositivos, observa-se que processos metafóricos e metonímicos incidem não apenas em compostos $[NN]_N$, padrão que mais tem despertado, por parte dos linguistas, o estudo da criatividade, mas também $[NA]_N$ e $[NprepN]_N$. Certamente, compostos com outras configurações, em especial $[VN]_N$, também estão suscetíveis à atuação de processos tropológicos.

CONCLUSÕES

Pretendeu-se, neste artigo, analisar *compostos criativos*, termo utilizado por Benczes (2006, 2011) para designar compostos em que atuam metáfora e metonímia, incluindo os chamados endocêntricos. Metáfora e metonímia correspondem a processos cognitivos utilizados para interpretar e conceptualizar o mundo. Nessa perspectiva, entende-se os compostos deste tipo como estruturas semanticamente analisáveis, fazendo parte do cotidiano do falante.

Para Benczes (2006), há sistematicidade no âmbito dos compostos metafóricos e metonímicos, residindo esta sistematicidade na parte do composto que é ativada por esses dois processos: o modificador, o núcleo (*profile determinant*), a relação entre o modificador e o núcleo ou o composto como um todo. No quadro da Morfologia Natural, Dressler (2005) diferencia quatro graus de transparência morfossemântica: 1) de ambos os constituintes do composto; 2) do núcleo, com opacidade do modificador; 3) do modificador, com opacidade do núcleo; e 4) opacidade de ambos os membros do composto. Também considerando a natureza composicional ou idiomática (opaca) do composto, Ribeiro e Rio-Torto (2013) estabelecem uma classificação que distingue compostos com grau máximo de opacidade, com opacidade semântica mediana e com baixo grau de opacidade.

Ao aplicarmos aos nossos compostos a etiqueta de *compostos criativos*, fez-se desnecessária a distinção tradicional entre estruturas endocêntricas e exocêntricas. Além disso, a proposta de uma escala de transparência/opacidade permitiu distribuir os compostos selecionados em classes, de acordo com a parte do composto em que incide a metáfora ou metonímia.

Conclui-se, assim, que compostos tradicionalmente chamados de exocêntricos, em especial aqueles em que a metáfora e a metonímia estão presentes, podem ser analisados semanticamente e distribuídos em um *continuum* de transparência/opacidade, juntamente com os endocêntricos, pois o que vai distingui-los é o grau de criatividade. Além disso, evidenciou-se, com este estudo, que a criatividade lexical, no que se refere aos compostos, já se faz perceber em fases pretéritas da língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, V. *Complex Words in English*. Harlow, Eng: Longman, 2001.
- ARNAUD, P. J. L. Problématique du nom composé. In: ARNAUD, P. J. L. (Dir.). *Lenom composé données sur seize langues*. Lyon: Universitaires de Lyon, 2004. p. 329-353.
- BENCZES, R. *Creative Compounding in English: the Semantics of Metaphorical and Metonymical Noun-Noun Combinations*. Amsterdam: John Benjamins, 2006.
- BENCZES, R. Blending and creativity in metaphorical compounds: a diachronic investigation. In: HANS-JÖRG, S.; HANDL, S. (Ed.). *Windows to the Mind: metaphor, Metonymy and Conceptual Blending*. Berlin, NY: Mouton Gruyter, 2011. p. 247-268. Disponível em: <https://www.academia.edu/7379595/Blending_and_creativity_in_metaphorical_and_metonymical_compounds_A_diachronic_investigation>. Acesso em: 12 jan. 2016.
- CORREIA, M. *Denominação e construção de palavras: o caso dos nomes de qualidade em português*. Lisboa: Edições Colibri, 2004.
- CUNHA, C.; LINDLEY CINTRA, L. F. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DRESSLER, W.; DRESSLER, U. Word-Formation in Natural Morphology. In: ŠTEKAUER, P.; LIEBER, R. (Ed.). *Handbook of word-formation*. Netherlands: Springer, 2005. p. 267-284.
- HEYVAERT, L. Compounding in Cognitive Linguistics. In: ŠTEKAUER, P.; LIEBER, R. (Ed.). *Handbook of word-formation*. Netherlands: Springer, 2005. p. 233-254.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- KOCK, P. *Compounds: main properties and problems*. München: GRIN Verlag, 2008.
- LAPA, M. R. *Cantigas d'escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*. 2. ed. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1988.
- PEREIRA, R. Formação de verbos. In: RIO-TORTO, G. et al. *Gramática derivacional do português*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013. p. 265-319.
- RIBEIRO, S.; RIO-TORTO, G. Composição. In: RIO-TORTO, G. et al. *Gramática derivacional do português*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013. p. 385-431.
- SANDMANN, A. *Morfologia lexical*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- SANTOS, A. V. dos. *Compostos sintagmáticos nominais VN, NN, NA, AN e NprepN no português arcaico (sécs. XIII-XVI)*. 2009. 284f. Tese (Doutorado em Letras) - Instituto de Letras Vernáculas, Universidade Federal da Bahia, 2009. v.2.

SCALISE, S.; GUEVARA, E. The lexicalist approach to word-formation and the notion of the lexicon. In: ŠTEKAUER, P.; LIEBER, R. (Ed.). *Handbook of word-formation*. Netherlands: Springer, 2005. p. 147-187.

VILLALVA, A. Formação de palavras: afixação. In: MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003. p. 941-965.

ZULUAGA, A. *Introducción al Estudio de las Expresiones Fijas*. Frankfurt, Lang: [s.n.], 1980. (Studia Romanica et Linguistica, 10).

Um olhar semanticocêntrico sobre a prefixação em um documento português do século XIV

MAILSON LOPES

INTRODUÇÃO

[...] o que está em jogo prioritariamente em toda semântica linguística é conseguir chegar a apreender as relações entre *formas* e *sentido* nas línguas. (TAMBA-MECZ, 2006, p. 68)

O estudo das formas [linguísticas] não pode pois ser dissociado do estudo dos significados por elas simbolizado. (SILVA, 1996, p. 408)

As citações de dois grandes semanticistas contemporâneos incrustadas neste breve escrito, exercendo as funções que lhes são próprias como epígrafes, refletem a ideia central que perpassará as laudas que seguem: a consideração dos fenômenos semânticos como centrais na consideração analítica dos processos lexicogenéticos de cunho morfolexical e, *a fortiori*, para aquela que dentro desse âmbito lida com partículas que são quase sempre tidas como morfemas lexicais subsidiários, que oferecem ou participam uma carga semântica complementar às bases e formações a que se agregam. Refere-se aqui, portanto, à prefixação.

Com o intuito de tentar rastrear (e corroborar ou refutar) o entrelaçamento entre forma e conteúdo nos vocábulos prefixados, ponderando sobre uma e outra face desta moeda, que é o signo linguístico, este estudo sinóptico pretende figurar como um ponto inicial de reflexão sobre as intersecções que se deixam divisar entre a morfologia e a semântica, levantando algumas considerações sobre fenômenos nos quais é possível entrever tais relações, cuja importância se deve ao alcance (quase) plenipotenciário do “conteúdo” na estruturação e no funcionamento da própria língua e em cada um de seus níveis.

A partir de uma coleta exaustiva dos vocábulos formados via prefixação no *Livro das Aves* – manuscrito medieval português do século XIV – e pautando-se em alguns pressupostos teóricos da Semântica Cognitiva, aplicáveis à lexicogênese de matiz morfológica, discorrer-se-á sobre a apreensão e análise das

propriedades semânticas dos derivados, levando-se em consideração as rotas diacrônicas de sua constituição. Problematizar-se-á a questão da avaliação da expletividade e da opacidade/fossilização que atingem determinadas partículas derivativas, a dificuldade na apreensão e compreensão do conteúdo de partículas prefixais em algumas formações, sondando se a Semântica Cognitiva pode oferecer alguma contribuição para o avanço nas discussões sobre esses pontos.

Com base nos estudos cognitivos de Coelho (2013), Botelho (2009), Santos (2009) e Carmo (2009), sobre a sufixação, pretende-se propor uma análise inicial da propriedade de os prefixos se comportarem como “informação lexical comprimida”, discorrendo-se também sobre a aplicação do modelo de descrição/análise morfológica postulado por Booij (2005, 2010) à prefixação, com a elaboração de esquemas construcionais e com o arrolamento de problemas descritivo-analíticos que surgem de tal aplicação, como, por exemplo, a associação entre expletividade e coindexação.

O papel da prototipia, da polissemia e da metáfora e metonímia para a organização conceptual dos prefixos também será atendido neste estudo, que busca fugir de uma perspectiva que traduz as unidades complexas como uma mera concatenação unitiva de constituintes e de significados composicionais, para divisá-las como “pacotes” de atributos de diversa ordem, sendo formações distribuídas em categorias radiais que dão forma a redes conceptuais, através desses quatro fenômenos semânticos. A adjunção prefixal, como aponta Soza Acevedo (2001), longe de ser arbitrária, vem determinada pelos traços semânticos e cognitivos relacionados à experiência empírica, aos objetos da realidade e às entidades designadas, o que faz emergir uma nova compreensão da organização mórfica e léxica dos elementos afixais.

Tendo em vista o que foi apresentado acima, cabe dilucidar que o escopo precípuo deste ensaio linguístico – pautado nas premissas da morfologia histórica e da morfologia construcional – é apresentar um panorama geral da prefixação na versão portuguesa do *Livro das Aves*, a partir de uma observação exaustiva dos vocábulos formados por elementos afixais da margem esquerda presentes nesse volucário medieval. Para tanto, as linhas que se seguem trarão de forma bem sucinta alguns comentários sobre os principais aspectos descritivos-analíticos gerais concernentes ao estudo (o *corpus* e o tratamento dos dados, a classificação tipológica dos dados empíricos, o paradigma prefixal apreendido, as matrizes de processamento das formações), mas enfocará de forma mais incisiva aspectos morfossemânticos entrevistados, como a natureza semântica dos prefixos no português arcaico e a alternância de lexema simples e prefixado (com manutenção da carga semântica).

ASPECTOS DESCRITIVO-ANALÍTICOS GERAIS CONCERNENTES AOS FATOS DE LÍNGUA SOB ANÁLISE

Este estudo tem como *corpus* textual de análise a edição crítica realizada por Rossi e Fouilloi (1965) do *Livro das Aves*, manuscrito português trecentista,

fragmentário, composto de oito fólhos, sendo uma provável tradução de autoria desconhecida do primeiro livro da obra *De bestiis et aliis rebus*, texto latino provavelmente de autoria de Hugues de Fouillo (1100-1174), monge agostiniano francês. Sendo um bestiário (ainda que restrito à consideração sobre as aves) inserido na tradição dos *moralia* medievais, possui um comprometimento doutrinário, destinando-se à edificação espiritual de clérigos (monges) e nobres, através de uma visão emblemática da natureza e de uma leitura alegórico-simbólica do mundo animal, em que a descrição do comportamento das animálias deveria servir como espelho moral e espiritual ao homem.

O levantamento dos itens lexicais formados via prefixação no *corpus* textual adotado foi realizado através da leitura *verbo ad verbum*, rastreando-se os prefixos um a um e inserindo-os nas células do “morfemário”, em que também foram registrados o prefixo segmentado da lexia, a classe-alvo do prefixo, a classe morfosintática da base lexical e do produto detectado nas ocorrências, assim como o sentido e o étimo da lexia, a averbação e as referências sobre o fólho em que foram depreendidas as formas derivadas. Todas as palavras lexicais (substantivos, adjetivos, verbos, advérbios em -mente) que apresentaram morfemas lexicais subsidiários em seu processo constitutivo foram selecionadas e passaram a integrar a base de dados para análise.

No *Livro das Aves* apenas foram detectados elementos prefixais propriamente ditos e alguns prefixos com comportamento de base morfolexical. Dentre os primeiros, pode-se fazer uma distinção entre os canônicos ou prototípicos – os que apresentam as características consideradas plenas dos prefixos, como uma carga semântica identificável, uma origem ligada a itens prefixais ou adverbiais latinos, a incapacidade de promover a heterocategorização etc. – e os periféricos, como os expletivos e os opacos, que deixam de apresentar alguns desses traços caracterizantes.

O paradigma prefixal delineado no manuscrito trecentista sob análise compõe-se de 21 elementos afixais, todos sendo prefixos propriamente ditos. Um pouco mais da metade dos prefixos *stricto sensu* encontrados nos dados apresentava-se sob formas alomórficas ou alográficas. A seguir vão todos, ordenados alfabeticamente:

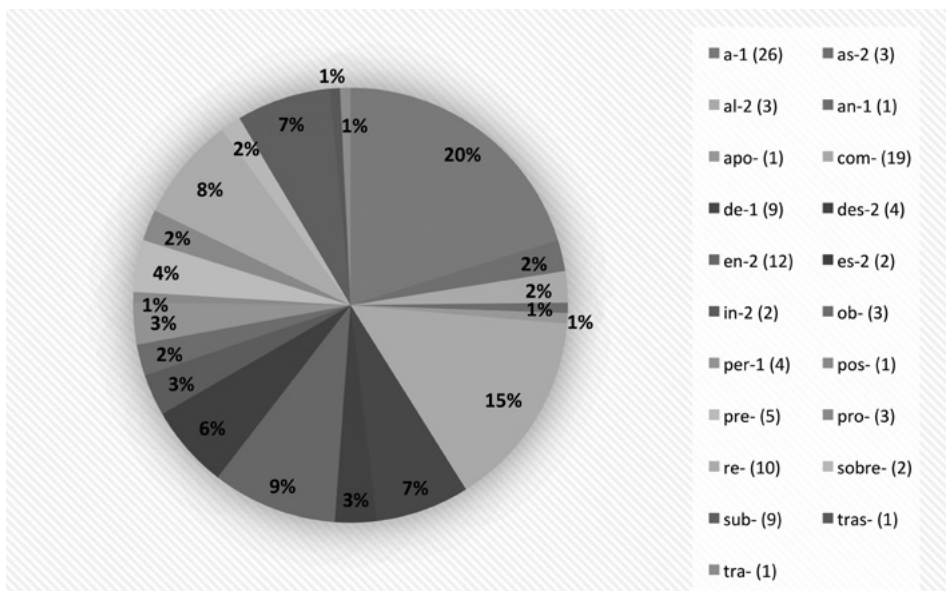
TABELA 1 – PARTÍCULAS PREFIXAIS IDENTIFICADAS NO *LIVRO DAS AVES*, COM OS RESPECTIVOS ALOMORFES E/OU ALÓGRAFOS

a-1 ~ as-1 ~ ar-1	an-1	de-1	es-2 ~ ex-	per-1	pro-	su- ~ sus- ~ sub- ~ sob- 2 ~ so- ~ sof- ~ sos-
as-2 ~ av-	apo-	des-2	en-3 ~ ê-2 ~ in-2	pos-	re- ~ rre-	tras-
a-3 ~ al-2	co- ~ cu- ~ com- ~ cõ- ~ con- ~ cor-	ẽ-1 ~ en-2	es-3 ~ ob- ~ o- ~ of-	pre-2	sober- ~ sobre-	tra-2

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com o intuito de sintetizar esquematicamente o paradigma prefixal da primeira fase do português arcaico, reproduz-se a seguir de um gráfico geral que aponta a participação de cada prefixo detectado no *corpus* documental perscrutado (ao lado de cada partícula prefixal, entre parêntesis, indica-se o respectivo número de séries derivativas em que cada um dos elementos atua):

GRÁFICO 1- PARADIGMA PREFIXAL DEPREENDIDO DO *CORPUS* TEXTUAL DO *LIVRO DAS AVES*



Fonte: Elaborado pelo autor.

O paradigma prefixal atuante no *Livro das Aves* – refletindo também, microscopicamente, o que se observa para o geral das formações prefixais na primeira sincronia arcaica do português, como apontam os estudos de Lopes (2013)¹ e Lopes e Coelho (2013) –, apresenta-se muito mais restrito do que na sincronia contemporânea, não apenas pela baixa produtividade (ou mesmo inexistência) de formações com alguns elementos afixais da margem esquerda do vocábulo, mas, sobretudo, pelo número reduzidíssimo de formações processadas no vernáculo português, em comparação com o cômputo das herdadas da matriz genolexical latina. De um total de 160 formações, apenas 25 (15,6%) são constituídas no português arcaico, sendo 129 (80,6%) as advindas do latim e 06 (3,8%) de outras línguas.²

1 Do estudo geral que desenvolveu, incidente sobre a primeira fase do português arcaico (séculos XII-XIV), este investigador detectou que o latim era responsável por originar 80,76% dos produtos prefixados.

2 Três formações do árabe e uma do grego, do francês e do castelhano.

Do quadro empírico perscrutado, resulta a constatação de que os prefixos operam derivações isocategoriais, privilegiando a classe verbal, o que denota uma marcante ligação entre a atuação dos afixos de margem esquerda e a formação de verbos, havendo, destarte, um certo prolongamento do que já ocorria no latim. Em outras palavras, a prefixação atua, quase que exclusivamente,³ para originar verbos, a partir de outros verbos ou de formas nominais (nestas últimas, com a adjunção simultânea de sufixos ou de morfemas flexivos e classificatórios verbais, constituindo-se como parassíntese *lato* ou *stricto sensu*). Na maioria dos casos em que a classe-fonte é um verbo e a ocorrência é um nome, a transcategorização se dá pela adição de afixos à direita da base (sufixos ou elementos flexivos verbais), não tendo os prefixos a capacidade de atuar como determinantes categoriais das relações morfossintáticas.

ASPECTOS ESTRITAMENTE (MORFO)SEMÂNTICOS DEPREENDIDOS DOS DADOS EMPÍRICOS ANALISADOS⁴

Nesta segunda parte do estudo, arrazoar-se-ão sobre algumas questões ligadas ao significado dos prefixos registrados no *Livro das Aves*. Lidar-se-á, portanto, com a semântica de viés histórico-diacrônico, um âmbito implexo, resvaladio, labirintado, que não mais licencia do que conjecturas e ilações sobre o objeto investigado. Se se mostra como algo abstruso precisar as teias de significação que irradiam dos vocábulos em sincronias hodiernas, se mais ainda intrincada é a sua determinação em lexias de estágios passados da língua, chega-se ao cúmulo da complexidade ao tentar rastreá-las em elementos mórficos de fases recuadas da história da língua, dada o próprio enredamento que emerge do estabelecimento dessa aproximação diacrônica.

DESLINDANDO A CARGA SEMÂNTICA DE ELEMENTOS MÓRFICOS EM UMA SINCRONIA PRETÉRITA

Uma análise da prefixação que queira ser coerente com a realidade demonstrada pelos fatos de língua tem que obrigatoriamente levar em consideração os aspectos semânticos dos formantes e o papel desses elementos na determinação do sentido dos produtos derivados a que se adjungiram, já que, ao menos prototipicamente,

3 No *Livro das Aves*, as únicas exceções a essa regra geral são ativadas pelos formativos *al-2*, (que só forma substantivos, em número de 03), *apo-* (um substantivo), *in-2* (que forma um substantivo e um adjetivo), *ob-* (origina um substantivo), *sobre-* (que participa da formação de um substantivo e um adjetivo) e *sub-* (forma um adjetivo). Em todas as demais ocorrências – 93,75% do total – a prefixação atua em verbalizações.

4 Para a delimitação do sentido de alguns vocábulos e elementos mórficos, fez-se uso, como apoio complementar, de alguns dicionários etimológicos e gerais: Cunha (2010), Houaiss & Villar (2009) e o *Dicionário Latim-Português* da Porto Editora (2001).

os prefixos têm como função basilar oferecer à base lexical a que se agregam uma carga semântica subsidiária, ainda que seja apenas distintiva ou contrastiva.

Por adotar como princípio basilar e indiscutível a noção canônica de morfema como unidade mínima significativa, a maioria esmagadora dos estudiosos sobre a prefixação, ao discorrerem sobre o conteúdo das partículas prefixais, atêm-se a analisar aquelas que veiculam alguma carga semântica, ou seja, as que são inxpletivas, ignorando a realidade que é mostrada pela empiria: a existência de partículas prefixais periféricas (mas nem por isso descartáveis) que não parecem veicular nenhuma carga semântica captável, ou porque esta se desbotou com o passar do tempo ou porque mesmo nunca chegou a tê-la.

A realidade linguística do nível morfológico não parece se estabelecer sob uma pauta dicotômica, em que são morfemas os itens que apresentam significado patente e que não o são aqueles que não o apresentam. Na verdade, parece revelar-se como um sistema não discreto, multifário, não modular, sob a forma de um esquema gradiente, um *continuum*, que englobaria as formas mais prototípicas – no caso dos prefixos, aquelas que se achegam mais ao plano derivacional, sendo inxpletivos (apresentando uma carga semântica expressiva, mas subsidiária), isocategoriais, além de se comportarem como formas presas, atuando exclusivamente como elementos adjuntivos às bases léxicas –, mas também aquelas mais periféricas, que se espraariam por quatro subcategorias:

- 1) Os elementos expletivos, que são asemânticos, mas não deixam de possuir traços mórficos, não sendo simples próteses fonológicas (como em *alembrar, alimpar, aparafusar, arremedar, arrenegar, arrodear, depender, emoldurar, esfalecer, esfolear* etc.);
- 2) Os prefixos que possuem sentido opaco ou fossilizado, não reconhecível através da composicionalidade, mas apenas recuperável através dos recursos da diacronia e da etimologia; são partículas que, indubitavelmente, fazem parte do sistema morfológico vernáculo, mas sob a forma de sedimento genolexical do latim, do grego ou do árabe, tal como nos vocábulos *admirar, biscoito, deduzir, evaporar, excluir, injetar, perceber, progredir, anacrônico, antipatia, apostasia, açucena, alambique*;
- 3) Os prefixos transcategorizadores (ou heterocategoriais), como em *extrapauta, interempresas, pós-Vaticano II, pró-militares*;
- 4) Os prefixos com comportamento similar ao de bases lexicais, como nos vocábulos *benigno, circundar, contrário, entranhas, entrar, estranho, inferior, inferno, maldade, maligno e superior*.

Como a segunda parte deste ensaio busca compreender a prefixação sob um prisma semanticocêntrico, cabe ater-se aos prefixos prototípicos (inxpletivos) e

às duas primeiras subcategorias dos periféricos (expletivos e opacos). Uma primeira esclarecimento necessária é sobre o que se entende como periférico, pois não se refere a partículas pouco representativas ou marginais, pelo contrário. No *corpus* analisado, são os prototípicos os menos representativos quantitativamente, com apenas 29 casos (18,1%) em um total de 160 ocorrências, sendo suplantados, portanto, pela pujança dos 93 casos de elementos fossilizados (58,1%) e até mesmo pelos asemânticos, em número de 38 casos (23,8%).

Poder-se-ia cogitar que se trata de uma particularidade do comportamento da prefixação no texto analisado, mas de imediato essa proposição cai por terra, ao se constatar, pelo estudo geral de Lopes (2013), com base em um vasto e representativo *corpus* empírico para a primeira fase do português arcaico, que muito similar era o panorama global daquela sincronia, com a maioria das formações com opacidade semântica (1129 ocorrências, de um total de 1936, o que corresponde a 58,13%), com um número considerável de asemânticos (295 ocorrências, de um total de 1936, ou seja, 15,3%) e com uma pequena parcela de formantes dotados de significação detectável (512 ocorrências, correspondendo a 26,57% dos casos). Esse quadro empírico traz uma conclusão fulcral para a compreensão do fenômeno derivacional abordado: se toma como vinculante o conceito tradicional de morfema como elemento necessariamente dotado de carga semântica apreensível, o paradigma prefixal do português arcaico reduzir-se-ia a 1/4 das formas prefixadas coletadas (no *Livro das Aves* seria apenas 1/6 das formações), o que não parece ser acertado e nem mesmo verossímil, pois seria negar a patente capacidade produtiva desse tipo de afixação.

Nas formações derivativas do *Livro das Aves*, comportam-se como expletivas as seguintes partículas:

- 1) a₋₁ → em alumea - alumeado, ameaça, amerger, amerguda, aparecer (e flexões), aparelhada, apodrecer, assemelhá-las-emos - assemelhamos, assessegadas - assessegada, avessadre, e nas formações parassintéticas abayxar, acusã, alousinhadores, amedorentar, apartados, aparta, apodrentaria, arredados, assenhorã, atormentados, aviva - avivã (em que o prefixo igualmente não concorre com qualquer carga semântica), com 21 ocorrências, sendo o mais representativo quantitativamente quanto à expletividade;
- 2) com- → em confio - confia, confissõ, conhecer (e flexões), conhecimento, consagramos, com cinco ocorrências, com a expletividade manifestada já na matriz latina (pois estes derivados apresentavam matizes semânticos idênticos ou muito similares a suas respectivas formas primitivas);
- 3) de₋₁ → em demonstrar (e flexões), com apenas uma ocorrência, com a expletividade manifestada já na matriz latina (o derivado apresentava valor semântico idêntico ou muito similar à forma primitiva);

- 4) en₋₂ → em encurva, enserrã, ensina (e flexões) e nas formações parasintéticas encarnacom - encarnação, encarnou, enrrouquece, envelhece, envergonhã (em que o prefixo igualmente não concorre com qualquer carga semântica), com nove ocorrências;
- 5) es₋₂ → nas formações parassintéticas esforça e esforçado (em que o prefixo, como já dito, não concorre semanticamente), com duas ocorrências.

Já em relação à opacidade semântica nas unidades prefixais analisadas, verificou-se a sua atuação nos seguintes formativos:

- 1) a₋₁ → em *acha* (e variantes), *achegã*, *acrecentar*, *ajuda*, *ajudar* (e flexões), *aprender* (e flexões), *asseêta*, *atêdemos* (e flexões), com oito ocorrências;
- 2) abs₋₁ → em *ascondudos*, *astêêça*, *avorrecer* - *avorrece*, com três ocorrências;
- 3) al₋₂ → em *açoutes*, *açougues*, *alcândara*, com três ocorrências;
- 4) an₋₁ → em *andã* (e variantes), com uma ocorrência;
- 5) apo- → em *apostolo*, com uma ocorrência;
- 6) com- → em *cobrir*, *coberto* (e variantes), *colher*, *começa*, *comer* (e flexões), *conprimento*, *conprir* (e flexões), *consciencia*, *conselhades*, *consentio* (e variantes), *cõsiira*, *cõsiiração*, sendo o mais representativo (quantitativamente) quanto ao fenômeno, com 12 ocorrências;
- 7) de₋₁ → em *decê* (e flexões), *deleytã* (e flexões), *deleytos* (e variantes), *deleytosas*, *demãdemos* (e variantes), *departimento*, *derribã*, *deserto*, *destruir*, *deytar* (e variantes), com 10 ocorrências;
- 8) des₋₂ → em *desvayrados* (e variantes), com 01 ocorrência;
- 9) en₋₂ → em *enbarga*, *enbargo*, *êganar* (e flexões), *enganos* (e variantes), *enganosa*, *entende* (e variantes), *entêdimentos* (e variantes), *enveja*, *enuiã*, com nove ocorrências;
- 10) es₋₂ → em *escaeceu* (e variantes), *esqueceu*, *escolhe*, *espãta*, *espanto*, *espantosa* (e variantes), *esperta* (e variantes), *exemplo*, com oito ocorrências;
- 11) in₋₂ → em *infinta*, *enpeecer* (e variantes), com duas ocorrências;
- 12) ob- → em *escuridade*, *obediête*, *offerecesse* (e variantes), *oferta*, com quatro ocorrências;
- 13) per₋₁ → em *percebudos*, *perder* (e flexões), *pertêêce*, com três ocorrências;
- 14) pre₋₂ → em *preceptos*, *preegar* (e flexões), *pregações* (e variantes), *preegador* (e variantes), *prelado* (e variantes), *prestaria*, com seis ocorrências;

- 15) pro- → em procurar, proveyta, proveyto, proveytoso, provison, com cinco ocorrências;
- 16) re- → em recado, recebe (e variantes), religioso (e variantes), remiio, reprender, respõdã (e variantes), reteer, com sete ocorrências;
- 17) sobre- → em sobervha, sobervhoso, com duas ocorrências;
- 18) sub- → em soffrer (e variantes), substãça, sujeytos (e variantes), sostêer, sutil, com cinco ocorrências;
- 19) tra-₂ → em trabalho (e variantes), com uma ocorrência;

Sobre o fenômeno da expletividade, discorrer-se-á, mais pormenorizada-mente na seção subsequente, sobre a alternância lexical com conservação do sig-nificado. Sobre a fossilização semântica, cabe dizer que as unidades de sentido opaco assim se manifestam na sincronia observada por resultarem de um pro-cesso de esvaziamento semântico, uma dessemantização, ocorrida no percurso evolutivo da língua, tendo como causadores as vicissitudes temporais e mecanis-mos intralinguísticos difíceis de precisar. Sem dúvida, como divisa Borba (2003, p. 166), “A circulação do léxico marca-se por um jogo de opacidade e transparên-cia semânticas, esta como meta desejada e aquela como resultado imprevisto.”

Nota-se, que na maioria das vezes, o sentido opaco de um prefixo está relacio-nado à sua aplicação a uma base fóssil, o que corrobora a ilação exposta acima, da existência de um processo histórico de dessemantização, evidenciando que nem todos os morfemas pertencentes a um paradigma derivativo aportam algum sig-nificado captável, havendo os que veiculam nuances semânticas que não se deí-xam entrever de modo transparente.

Salta aos olhos o grande número de derivados cujo prefixo é semantica-mente opaco já na fase primitiva da língua portuguesa. E não só isso, mas o fato de a maioria dos prefixos, nessa sincronia, apenas se apresentarem com opacidade (abs-, al-₂, an-₁, apo-, pro-, ob-) ou a apresentarem na maioria das suas ocorrências (a-₁, com-, de-₁, en-₂, es-₂, in-₂, per-₁, pre-₂, re-, sobre-, sub-). A que se daria tal esvaziamento, tal processo de dessemantização, quase sempre, ligado a uma concomitante perda de vitalidade dos formativos prefixais que atinge? E mais ainda: quando se efetivou? No latim vulgar? São questões abstrusas, até agora pouco abordadas e, por conseguinte, em aberto, mas que reclamam um estudo sis-temático, que conduza a um melhor entendimento desse complexo quadro.

O FENÔMENO DA ALTERNÂNCIA DE LEXEMA COM E SEM PREFIXO, COM A MANUTENÇÃO DA CARGA SEMÂNTICA

Se há algo referente ao processamento das derivações prefixais que se destaca por sua natureza imbricada e pela curiosidade e ceticismo que provoca é a expletividade

que atinge alguns dos formantes partícipes na afixação à margem esquerda vocabular. Tentar compreender os motivos causadores dessa ausência recorrente e sistemática de carga semântica, que fere o âmago do pareamento “forma-conteúdo” involucrado na noção canônica e praticamente universal de morfema, é algo extremamente complexo e difuso e que faz jus a um estudo aprofundado, que ainda aguarda um autor. Nos limites deste artigo, o que se almeja fazer nesta subseção, sem qualquer pretensão descabida, é apresentar algum aporte ao tema, que até o momento não foi suficientemente contemplado nos estudos concernentes à morfologia.

Não são poucos os descrentes em relação à expletividade prefixal, sustentando que algum sentido as partículas expletivas devem apresentar, ainda que extremamente sutis. Mais numerosos são ainda aqueles teóricos que deixam de discorrer sobre esse tema devido à sua complexidade – é de fato um problema, uma *vexata quaestio* – e também por ser um fenômeno marginal (contudo, não menos importante) no espectro dos incidentes morfológicos. Assim, para não se chocarem com a definição clássica de morfema, abraçada desde os princípios do estruturalismo norte-americano, acabam pondo para debaixo do tapete a consideração sobre as formas prefixais destituídas de conteúdo ou lançando a sua explicação para outro nível de análise, considerando os expletivos como meras aposições ou próteses fonológicas eufônicas, analógicas ou antietimológicas – como fazem, e.g. (BARBOSA; TORRES; MARTINS, 1875 ; GOMES; SOUZA, 2012 ; GONÇALVES, 1992 ; HENRIQUES, 2007) Há ainda aqueles que, por não recorrerem à história da língua e à sua diacronia, cogitam-na como um fato sincrônico e pontual, pertencente apenas ao léxico rural ou a determinadas esferas diastráticas, diatópicas e diafásicas do português brasileiro, o que não deixa de ser algo totalmente equívoco e desacertado.

Chama a atenção tamanha resistência dos investigadores à aceitação da existência de um fenômeno comprovável como a expletividade de certas formas prefixais. Algo incabível, sobretudo quando se pensa que nos primórdios da reflexão metalinguística e gramatical do português, Fernão de Oliveira, em sua *Grammatica da lingoagem portuguesa* (1536, p. 35), já discorre, muito lucida e acertadamente, sobre essa questão, comprovando-a com exemplos da língua de outrora (apresentando a variação de lexemas corradicais sinonímicos) e chegando a testemunhar que era algo bem comum no uso linguístico do português quinhentista:

Alghũas partes ou vozes temos na nossa língua as qes são parte porsí mas não significão cousa alghuã [...]. Hũa çerta maneira de dições mayormête verbos temos nos q parece juntos como apanhar: arranhar. açoutar. abertura: abastança. açerto: mas na verdade isto em muitas partes não he ajuntamento se não costume bẽ ameudado entre nos: posto que as vezes també he ajuntamento: como acorrer. aparecer. aconselhar. Porq as partes dos primeiros não se achão apartadas. e as destes derradeiros si: como correr. parecer. conselhar. (OLIVEIRA, 1536, p. 35)

Podem ser apresentadas objeções aos três posicionamentos já mencionados dos teóricos que tentam minar a noção de expletividade. Primeiramente, para os que apontam que a existência da assematicidade prefixal não deve ser considerada, por desrespeitar o princípio vinculante da biunivocidade mórfica (correspondência forma-conteúdo), cabe dizer-lhes que, epistemologicamente, devido ao seu valor heurístico, os fatos da língua têm prevalência sobre as teorias e estas devem submeter-se àqueles, não o contrário. O que é fato atestado é a presença em vários vocábulos de um elemento prefixal que não aporta uma diferença de significado morfolexical ao derivado, como afirmam Varela e Martín García (2000). Morfemas assemânticos são atípicos, como assinala Silva (2004), mas nem por isso deixam de ser morfemas, desde que se tenha a prudência de se admitir que uma definição dicotômica e discreta da unidade basal do componente morfológico como signo mínimo não se coaduna à realidade empírica, à materialização da língua, devendo-se, portanto, adotar uma definição revisada e mais aberta e verossímil, que divise o morfema como um ente disposto num *continuum*, configurando uma escala gradativa de prototipicidade, que engloba desde os morfemas mais típicos, biplanos, dotados concomitantemente de um conteúdo e de uma realização acústica, até aqueles monoplanos, em que se encontra ausente (ou opaca) a face significativa ou a face do significado.

Quanto a se considerar os expletivos da margem esquerda como meras próteses fonológicas e não como elementos prefixais, pensa-se aqui que também é uma assunção arriscada, pois se baseia numa explicação de ordem fonológica para explicar a existência e a natureza de um elemento que atua efetivamente na constituição morfolexical dos derivados, apresentando saliente recorrência em posição esperada na cadeia combinatória de sua estrutura sintagmática interna (i.e., morfológica), bem como uma relação paradigmática com os demais morfemas que constituem famílias de palavras, que acabam por caracterizar um formante morfológico e, conseqüentemente, um prefixo. Com certa frequência não é possível identificar com clareza um significado ou função para uma forma mínima recorrente que extrapola o nível fonológico (COELHO, 2012 ; PENA, 2000) e há que se saber lidar com essa realidade empiricamente corroborável. É por essa razão que se pode considerar o *a-* comumente tido como protético (como em “avovar” ou “alevantar”), o a(l)- árabe (p.ex., em “açoteite” ou “almôndega”) ou as demais partículas expletivas que se agregam à margem esquerda do vocábulo como itens verdadeiramente prefixais.

Em resposta de refutação à ideia de que os prefixos expletivos não devem ser considerados com afinco, por se constituírem como fenômeno linguístico marginal, próprio de determinados registros diastráticos, diatópicos ou diafásicos, podem ser levantados vários pontos: primeiro que, ainda que fossem próprios de um âmbito restrito do uso linguístico, esse fato não autorizaria que fossem desconsiderados, pois a teorização linguística deve dar conta de explicar todo o complexo panorama da língua, que envolve, necessariamente, elementos e processos mais

universais e outros mais pontuais, nos quais perpassam os movimentos de variação e mudança; segundo, que a expletividade prefixal não é um fenômeno raro e pontual, mas constante e pujante no percurso diacrônico constitutivo do vernáculo português e de outras línguas novilatinas, perceptivelmente abundante já no latim e também muito prolífica na primeira fase do português arcaico, proposição que este artigo e as incursões de Lopes (2013) e Lopes e Coelho (2013) confirmam.

Os expletivos mostram-se assemantizados *per se*, ou seja, desde os seus primeiros usos – na maior parte dos casos, em formações neológicas do vernáculo, sendo praticamente inexistentes em formas herdadas – não veiculavam matices semânticos, ocorrendo, muitas vezes, pares lexicais em que uma forma apresentava o expletivo e a outra não (por exemplo, *acorreger* - *correger*, *acuydar* - *cuydar*, *avessadre* - *vessadre*, *defalescã* - *falecerán*, *emcardeceo* - *cardea*, *encarrado* - *carrada* etc.),⁵ mas com convergência semântica. Disso emana um quadro vocabular em que há uma constante variação entre lexemas com e sem prefixo, mas com idêntico significado, revelando a indiscutível expletividade dos elementos afixais observados. Tal alternância, sobretudo quando se dá em um mesmo documento testemunhal da língua, é a prova mais cabal da existência de prefixos totalmente destituídos de carga semântica e, por isso também denominados de “prefixos semanticamente neutros” (BORBA, 2003) ou “prefixos com neutralidade de significado”. (DOLINSKI, 1993) Há, portanto, uma *variatio* livre entre lexemas com e sem prefixo, sem que haja qualquer diferenciação semântica entre as duas formas, o que igualmente ocorre no latim (BATLLOR; PUJOL, 2012) e no castelhano medieval. (SÁNCHEZ-PRIETO BORJA, 1992)

Como já dito, o fenômeno da expletividade não se restringe ao português ou à sua sincronia medieval. Ocorre no português contemporâneo e também no galego e no castelhano medievais e modernos.⁶ Já se registrava no latim, em vários prefixos, como no a(d)-, co-, de-, e(x)- e i(n)-. (BATLLOR; PUJOL, 2012; SEGURA MUNGUÍA, 2000; ROMANELLI, 1964)

Assim como o português, no período arcaico do castelhano registrava-se a alternância de lexemas com e sem prefixo com manutenção do significado, que

5 Exemplos extraídos do morfemário do português arcaico que consta da dissertação de mestrado de Lopes (2013). Outros exemplos de expletivos para o português arcaico, analisados também nesse estudo mencionado: *acuydar*, *afortificada*, *alanpadas*, *côcanbha*, *delivrar*, *descanbho*, *detardança*, *desffalleçido* (com o mesmo sentido de falecido), *desronperen*, *enallear*, *empuxam*, *empenhorar*, *enpuxam*, *escambhaua*, *traspaçado* - *traspaçados* (com o mesmo sentido de passar).

6 García Medall (1994), segundo Sánchez Martín (2008), contabiliza, no rol de 300 verbos prefixados em *a-*, mais de 170 que não se opõem semanticamente aos seus corradicais destituídos dessa partícula afixal. Pascual Rodríguez (1974, p.128) afirma que “El castellano conoce y ha conocido la posibilidad de muchos dobles entre formas que comienzan por *a-* / formas que comienzan por \emptyset -, como (*a*)*caecer*, (*a*)*matar*, (*a*)*sentar*, (*a*)*(r)ascar*, (*a*)*baxar*, (*a*)*limpiar*, (*a*)*mostrar*, etc.”. Para exemplos de prefixos semanticamente vazios e em pares léxicos de alternância corradical na língua galega, veja-se a obra de Freixeiro Mato (2006).

chega a ser considerada por Sánchez-Prieto Borja (1992) como um traço característico da língua dessa sincronia. Incidindo sobre textos médicos castelhanos medievais, Sánchez González de Herrero (1992) detecta a existência de vários derivados parassintéticos do esquema *a...ecer* e *en...ecer* que convivem com formas sem os respectivos prefixos, sendo sinônimos ou parassinônimos: *magreecer*, *molleecer*, *tristecer*, *flaqueecer*, *negreecer*, *blandecer*, *dormecer*, *bermejeecer*, *blaqueecer*, *podreecer*. A autora, com o seu estudo (1992, p. 1318-1321), chega à conclusão de que as formas alternantes (a convivência de distintas variantes de uma mesma raiz) não apresentam diferenças no uso, no significado ou mesmo distinções estilísticas (preferência por uma ou outra forma).

Como se vê, a expletividade não parece ser um fenômeno pontual ou restrito, mas bastante vivo no percurso constitutivo das línguas novilatinas, pelo menos na matriz latina e no português, no castelhano e no galego. Claro está que não é um fenômeno simples de se explicar, pois muito contraria os efeitos da economia linguística e se desvia abertamente da prototipia morfológica, pautada na biunivocidade, no pareamento entre forma e conteúdo. Hipoteticamente falando, o que parece ocorrer, em geral, é uma variação entre as duas formas correlatas em estágios pretéritos da língua e, com o passar do tempo, a escolha de uma das formas em detrimento da outra,⁷ que passa a ser desusada, arcaica ou infrequente (SÁNCHEZ MARTÍN, 2008; GARCÍA-MEDALL, 1994), ainda que, para alguns desses pares léxicos, a alternância se consolide, cristalizando variantes estáveis, como *parafusar* - *aparafusar*, *moldurar* - *emoldurar*, no português contemporâneo. Urge pôr em marcha um estudo que vise a perscrutar de forma profunda esse tema, respaldado em um número robusto de dados empíricos do fluxo histórico-diacrônico do latim e das línguas que dele descendem.

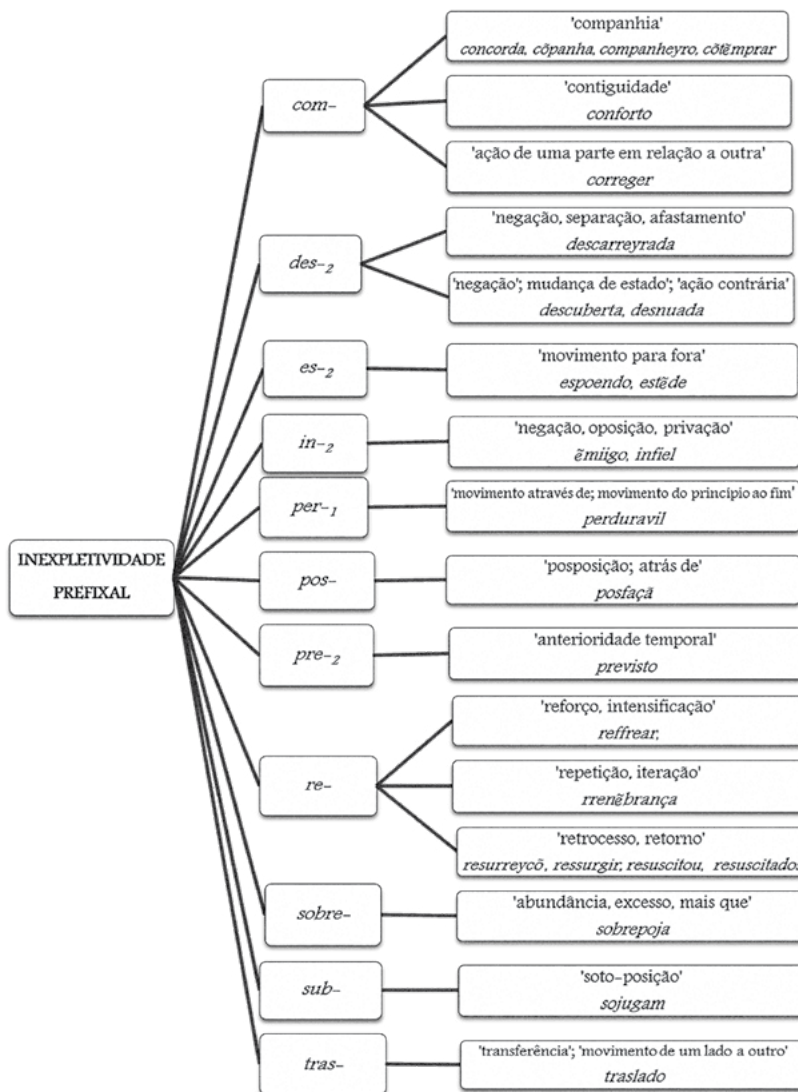
AFIXOS DERIVATIVOS INEXPLETIVOS: PARTÍCULAS DE INFORMAÇÃO LEXICAL COMPRIMIDA

Como já mencionado, é minoritário no conjunto dos dados empíricos analisados os elementos afixais da margem esquerda do vocábulo que denotam, na sincronia pretérita em evidência, algum matiz semântico (29 casos; 18,1%). Dos 21 prefixos, apenas 11 possuem tal capacidade no *Livro das Aves*. E destes, em apenas três (*com-*, *des-*₂, *re-*) se comprova alguma polissemia. Apoiando-se no esquema geral de instanciação semântica para as partículas prefixais proposto

7 A mesma situação parece ter se processado no fluxo diacrônico do castelhano. Batllori & Pujol (2012) afirmam que nessa língua, no século XIII, havia forte convivência entre as formas corradicais com o prefixo *a-* e sem este formante, ambas com o mesmo significado (por exemplo, em *ayuntar* / *juntar*, *acorrer* / *socorrer*, *apremiar* / *premiar*, *alimpiar* / *limpiar*, *asentar* / *sentar*), alternância esta que vai perdendo força ao longo da Idade Média, com a eleição por parte dos utentes de uma das formas, em detrimento da sua correlata.

por Lopes (2013), com base nas classificações/categorizações estabelecidas na *Nueva Gramática de la Lengua Española* Real Academia Española e Asociación de Academias de la Lengua Española (2009) e nos estudos de Nunes (2005) e Varela e Martín García (2000), apresenta-se, a seguir, um esquema que engloba os vários matizes semânticos denotados pelos prefixos dotados de conteúdo, ou seja, portadores de informações morfossemânticas compósitas instanciadas em contextos enunciativo-pragmáticos particulares. (NUNES, 2005)

FIGURA 1 - INVENTÁRIO DOS MATIZES SEMÂNTICOS VEICULADOS PELOS PREFIXOS EM DERIVADOS NO LIVRO DAS AVES



Fonte: Elaborado pelo autor.

É preciso ressaltar as dificuldades que emergem na delimitação dos sentidos que os prefixos inxpletivos apresentam nos vocábulos em que foram empregados. Como a maioria das ocorrências representam formações latinas, significa que o processo de constituição do significado do vocábulo se encontra bastante recuado da sincronia enfocada (a primeira fase do português arcaico) e, obviamente, ainda mais recuado do olhar do observador hodierno. As extensões e especificações de sentido acabam por restringir a capacidade de análise do morfológico. Assim, este se debruça sobre a semântica histórica, sobre o percurso diacrônico constitutivo da língua, de forma análoga ao observador de um barco longínquo, à deriva, que traça um percurso que não é completamente distinguível, pese a forte aspiração de rastreá-lo. (MACHADO FILHO, 2004)

Um exemplo que ilustra a situação acima assinalada é a atmosfera dubitativa que circundou a precisão da carga semântica dos prefixos negativos *des-*₂ e *in-*₂. Os dicionários, manuais e publicações mais específicas de morfologia (tanto para o português como para o castelhano e o galego) demarcam sempre “negação”, “oposição”, “privação” como matizes semânticos desses formativos, mas muitas vezes indefinidamente, quando se sabe que são três nuances distintas, ainda que muito próximas. Possivelmente, o problema se centra nessa constatação, pois é difícil precisar se “infel” é parafraseável por “não fiel”, por “oposto ou adversário a fiel” ou por “o que não tem fé ou fidelidade”; ou em “desnuada”, que pode ser entendida como “não coberta”, “resultante da ação de despir-se”, “privada do que cobria ou protegia”. Na verdade, tanto num caso como no outro, o que parece haver é um sema hierarquicamente superior ou dominante que denota o sentido geral de “negação”, que se atualiza, na instanciação dos produtos lexicais, como valores mais específicos, muitas vezes contíguos ou mesmo indistintos, como “negação pura”, “oposição”, “privação”, “separação”, “ação contrária” etc.

Em alguns estudos cognitivistas sobre a sufixação (BOTELHO, 2009; SANTOS, 2009; CARMO, 2009), há uma percepção das unidades sufixais como portadoras de “informação lexical comprimida”. Essa perspectiva de análise dos afixos parece ser muito feliz, sendo aplicável também aos prefixos inxpletivos. Pensa-se ser possível concordar com Botelho (2004 apud SANTOS, 2009, p. 239), quando afirma que “[...] os processos de formação lexical são, de fato, compressões de diferentes *historinhas*.” Assim, como expõe Santos (2009, p. 236-237), ao exemplificar essa possível “compressão informacional lexical”,

[...] há uma ‘compressão’ de uma cena nas construções *X-nte*: se o falante entra numa loja para comprar um *hidratante*, não há necessidade de que ele explique ao vendedor que *hidratante* é um *creme que possui a propriedade de hidratar algo*, visto que toda a ‘*historinha*’ está comprimida na construção. (SANTOS, 2009, p. 236-237, grifo do autor)

Raciocínio semelhante é desenvolvido por Carmo (2009, p. 207, grifo do autor), ao tratar das construções agentivas denominais em *X-ista*: “De fato, as construções agentivas mórnicas, pela sua natureza sintética, COMPRIMEM toda a cena enquadrada pela construção em seu argumento principal – o ATOR. Assim é que, em *tratorista* ou *lixeiro*, por exemplo, temos, na nomeação de um AGENTE, a evocação de uma cena causativa plena: *tratorista* ou *aquela que dirige o trator*.”

De forma análoga, pode-se afirmar que os prefixos prototípicos (dotados de carga semântica lexical) são espécies de partículas de significado comprimido: em “arquiabade” comprime-se uma informação que, distendida, seria algo como “abade de categoria hierárquica superior”; em “desestressar”, há a compressão de uma informação que, estendida, seria algo parafraseável em “acabar com o estresse ou minorá-lo”. Observa-se, assim, que a formação de palavras via afixação corresponde a fenômenos expressivos para a alegada economia linguística, como defende Prudencio (2001), e também para certa economia cognitiva.

Algumas formações derivadas se destacam pela força dessa capacidade de compressão semântica dos prefixos, de tal modo que uma simples palavra, formada por um item prefixal associado a uma base léxica, compacta em si uma espécie de micronarrativa, que é mais completa e específica que a paráfrase em geral apontada para a dita formação. O prefixo *com-* serve muito bem para exemplificar essa hipótese. Ao se verificar a etimologia e o percurso diacrônico do verbo “concordar”, constata-se que é fruto de um processo parassintético *lato sensu* (*cum-* + *cord(is)* + vogal temática verbal + morfemas flexivos verbais), apresentando o significado de “pôr-se ou estar de acordo”. Esse significado mais geral e mais abstrato parece originar-se, metonímica ou metaforicamente, da micronarrativa original (etimológica) que a formação parece ter contido: “ter o coração com o outro; estar com o coração lado ao lado do outro; pôr o coração próximo ao do outro”.

Mutatis mutandis, o mesmo pode ser dito do substantivo “companhia” (*cum-* + *panis*), que hoje tem o sentido geral de “presença de um ou mais seres ou coisas junto de outros; convivência”, mas que se originou de uma micronarrativa em termos mais concretos e específicos: “comer o pão com o outro; comer o pão junto ao outro”. Esses movimentos que partem de uma concretude específica para uma abstratização generalizante são recorrentes nas derivações prefixais.

Mesmo formações cujo prefixo é sincronicamente opaco podem licenciar, graças ao recurso à diacronia, a captação da sua micronarrativa (ou da cena comprimida), como em “derrubar”, “deixar ou fazer cair”, cuja etimologia⁸ denota uma micronarrativa com o valor concreto (experiencial) e específico de “lançar ribanceira abaixo”. Muitos outros itens derivados apresentam a mesma caracterização no *corpus*, o que permite propor a seguinte esquematização tabelar:

8 Do latim medieval lusitano *diripãre*, de *de-* + *-rip(a)-* (‘ribanceira, margens’) + *-ãre*.

TABELA 2 – MICRONARRATIVAS PREFIXAIS EM ALGUMAS FORMAÇÕES DO CORPUS

Vocábulo	Etimologia	Micronarrativa1	Paráfrase2
<i>enveja</i>	Do lat. invidi a < <i>invidus</i> , -a, -um < <i>invidere</i>	olhar insistente para algo ou alguém; maus olhares para algo ou alguém	desgosto provocado pela felicidade ou prosperidade alheia ou vontade irrefreável de possuí-los
<i>escaeceu</i>	Do lat. * <i>excadescere</i> , frequ. de <i>excadere</i>	cair para fora (da memória)	perder a lembrança de algo; deixar de pensar em algo
<i>enpeecer</i>	Do lat. * <i>impediscere</i> , incoativo de <i>impedire</i> < <i>in-</i> + <i>pēs</i> , <i>pēdis</i>	não deixar andar com os seus pés	dificultar ou tornar impraticável determinada ação
<i>obedi te</i>	Do lat. * <i>obediscere</i> , incoativo de <i>obedire</i> (<i>ob-</i> + <i>audire</i>),	que põe os ouvidos a escutar outrem que fala ou instrui	que se submete à vontade de outrem
<i>posfaça</i>	Do lat. * <i>postfaciare</i> < lat. <i>post faciem</i>	estar atrás da face	injuriar, caluniar, dizer mal de alguém
<i>resurreycõ</i>	Do lat. <i>ressurrectiõ</i> , -õnis < lat. <i>resurgere</i> < <i>subrigere</i> < <i>sub-</i> + <i>-regere</i>	ato de mostrar-se novamente, conduzindo (-se) de baixo para cima	retorno da morte à vida
<i>substãça</i>	Do lat. <i>substantia</i> , -ae < <i>substare</i> < <i>sub-</i> + <i>-stare</i>	o que está por debaixo de	natureza
<i>trabalhey</i>	Do lat. vulg. * <i>tripaliare</i> , derivado de <i>tripalium</i> ,	torturar com instrumento de tortura composto de três paus	empenhar forças físicas ou cognitivas para executar algo

Fonte: Elaborado pelo autor.

Da pequena amostra de exemplos exposta na tabela acima, que poderia ser estendida indefinidamente, caso fosse baseada em um *corpus* empírico mais amplo, vem à tona a percepção do papel fulcral que a prefixação e os demais procedimentos morfológico-lexicogenéticos ocupam na estruturação da língua e de quão rica e complexa é a sua atuação nas construções lexicais. A partir do uso efetivo e, em geral, de noções concretas, presentes na experiência físico-corpórea humana, derivam-se, nas formações complexas, outros sentidos, que visam

a alcançar conceitos mais gerais e abstratos, processados sob a pressão de operações metafóricas e metonímicas, associadas à experiência e ao conhecimento linguístico-enciclopédico. Destarte, imersos num dinâmico percurso semântico que (quase sempre) vai do mais concreto para o mais abstrato (BASÍLIO, 2010), fomentado pelo uso real dos derivados pelos falantes (i.e., pela frequência), as primeiras formações (ou as mais prototípicas) de dado esquema construcional prefixal passam a funcionar como modelos léxicos – seja por padrões de analogia, seja por padrões de desanalogia – que paulatinamente se consolidam e passam a apresentar maior robustez semântico-lexical, podendo estabelecer novos sentidos ou apresentar novos comportamentos derivacionais.

UMA TENTATIVA DE APLICAÇÃO DOS ESQUEMAS DA MORFOLOGIA CONSTRUCIONAL DE BOOIJ (2005;2010) À PREFIXAÇÃO: PROVEITOS E PROBLEMAS DE UMA TEORIA

Após uma breve exposição na seção anterior sobre alguns aspectos focados na semântica dos formantes prefixais e seus derivados, sob uma percepção de elementos condensadores de micronarrativas, nesta agora se buscará tecer algumas considerações preliminares e despreziosas sobre a aplicação do modelo de Booij (2005, 2010) à prefixação, pautando-se nos fatos de língua extraídos do *Livro das Aves*.

Cabe apontar, logo ao início, como se dará tal intento. Primeiro, devido à concepção que impregna este estudo de que sempre se deve adotar, como princípio basilar, para os estudos linguísticos, uma primazia dos dados e de seu valor eminentemente heurístico, assinala-se que não se pretende condicionar aprioristicamente a descrição e a análise dos vocábulos derivados à teoria construcional, mas sim, tentar aproveitar quais contribuições das propostas teóricas de Booij auxiliam a compreender melhor o funcionamento das operações prefixais no período arcaico do português, no documento trecentista analisado. Portanto, não há aqui qualquer compromisso dogmático com a teoria, senão um compromisso inquebrantável com o potencial comprobatório que os fatos de língua registrados nos documentos remanescentes aportam, já que neles está a amostra empírica mais concreta e complexa da língua do passado, sendo as ocorrências dos fatos linguísticos neles presentes os únicos objetos cientificamente observáveis, já que somente as averbações têm valor testemunhal. (MARTIN, 2003; FERREIRA, 2003; TELLES, 2000)

Não se buscará também dar conta de aplicar ao *corpus* empírico (ou nele testar) todas as assertivas e postulados defendidos por Booij em sua proposta teórica de análise morfológica, haja vista que aqui só se apresenta uma seção sucinta e embrionária, que, impulsionada pela constatação de que a perspectiva histórico-diacrônica ainda não é saliente e quase nunca tomada em consideração de modo efetivo nos modelos cognitivistas, visa apenas a cruzar alguns desses pontos

preconizados pelo mencionado teórico com as instanciações léxicas depreendidas do documento medieval sob análise, numa viva conjunção entre teoria e empiria.

Do intento de chegar-se à proposta de Booij, observou-se que esta apresenta como postulados cardeais a consideração da palavra como ponto de partida para a análise dos derivados (e, portanto, como a unidade basal dos estudos morfológicos, em detrimento do morfema), tidos como instanciações simbólicas da ativação de esquemas construcionais pautados numa coindexação (pareamento entre forma e conteúdo, ou seja, entre instanciações e valores) e que se espraiam por um *continuum* semântico-lexical. A viga mestra da morfologia construcional parece ser a identificação dos “esquemas”, entendidos por Coelho (2013, p. 84), com base em Booij (2005) e Gonçalves; Almeida (2014), como representações de generalizações, que se estabelecem

[...] sobre conjuntos de palavras existentes, permitindo, por analogia, a criação e a recepção de novos itens lexicais. [...] são, portanto, padrões gerais formulados a partir de unidades de forma-significado-função (*form-meaning-function*) e constituem relações paradigmáticas que, através de características comuns, permitem a abstração de fórmulas capazes de atuar em várias instanciações específicas, podendo ser usados produtivamente.

Uma esclarecimento necessária, para que não se pense que se pretendeu fazer nesse escrito uma mescla indevida de perspectivas teórico-analíticas distintas e até mesmo conflitantes: há que se salientar que esta subseção sobre a aplicação do modelo booiiano às formações prefixais coletadas no volucrário é um adendo isolado neste estudo, sendo uma tentativa de aproximação à proposta do eminente morfológico holandês, com a testagem de seus princípios-chave. Assim, e.g., enquanto em todas as outras seções do texto se considerava o morfema como unidade passível de consideração teórico-analítica (pois se adotava nelas a concepção de que o estudo morfológico espraia-se pela consideração de um objeto mínimo de análise, o morfema, e uma unidade máxima, a palavra), nesta específica considera-se apenas a palavra como base para a discussão, já que a morfologia das construções de Booij inscreve-se no modelo *Word and Paradigm*, que vê na “palavra” o elemento basal do estudo morfológico e no morfema (neste caso específico, no afixo) apenas uma partícula que atua na instanciação de novos construtos, através de esquemas.⁹ (SILVA, 2015)

9 A partir de uma observação da perspectiva desenvolvida por Booij (2010), parece que este não chega a excluir o “morfema” de qualquer participação sobre as construções, pois assinala que os afixos, por exemplo, participam da estruturação morfológico-sintagmática interna à palavra e, nessa estrutura, contribuem de forma importante para o pareamento *form-meaning*. Sendo a morfologia construcional uma teoria do tipo *word-based*, o que não aceita é que as palavras sejam formadas pela simples concatenação de morfemas que estariam armazenados e disponíveis para a formação de vocábulos (tal como

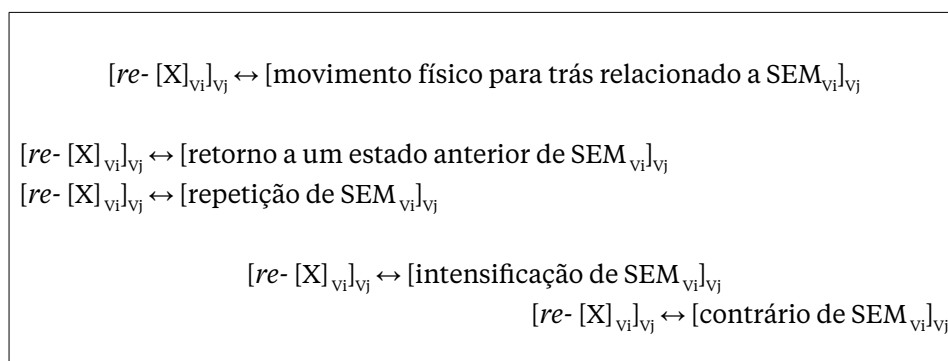
Como o modelo de Booij parece servir bem, ao menos a princípio e no espectro geral das formações, para promover a sistematização de esquemas construcionais interligados por força da ativação da polissemia (e também de herança e extensão metafórica ou metonímica, que não serão por ora enfocados), buscar-se-ão estabelecer tais construtos representacionais para as formações prefixadas polissêmicas do *corpus* e, em seguida, problematizar-se-ão alguns pontos, ligados, sobretudo, a casos complicadores, ou seja, que parecem não se encaixar perfeitamente à proposta do morfólogo citado e, por conseguinte, parecem revelar a necessidade de alguma revisão adaptativa para o seu modelo de análise.

Ainda que em geral as construções com prefixos inexpléticos não sejam monossêmicas, no *corpus* trecentista em consideração, a maioria das construções em que tais partículas se apresentavam veiculavam apenas um sentido, verificando-se a polissemia apenas em esquemas construcionais dos formantes *com-*, *des-*₂ e *re-*, como já apontado. Os sentidos veiculados, ainda que não cheguem a ser opostos ou contrários, são em algum ponto distintos, ligando-se uns aos outros através de algum valor semântico comum. Quando se analisa, por exemplo, os sentidos das instanciações com *re-* (“intensificação”, “iteração”, “retorno”), percebe-se que apresentam alguma similitude central e, ao mesmo tempo, nuances diferenciadas, ainda que próximas, contíguas na escala semântica.

Parece acertado postular que a polissemia das formações derivadas prefixais se assenta em uma rede semântica, contendo um sentido prototípico¹⁰ (geralmente o mais primitivo) do qual derivam direta ou indiretamente os sentidos mais periféricos. Assim, por exemplo, para aquelas que contêm o prefixo *re-*, na língua latina (e que se reflete nas românicas), havia um sentido nuclear “movimento para trás” [+ espacial], do qual se ramificaram – metafórica ou metonimicamente – outros sentidos, como “volta a um estado anterior” [+ temporal], “sentido contrário”, “repetição”, “intensificação”. (SEGURA MUNGUÍA, 2000) Esquemáticamente (e em traços gerais), estabelecer-se-ia como na representação que se segue:

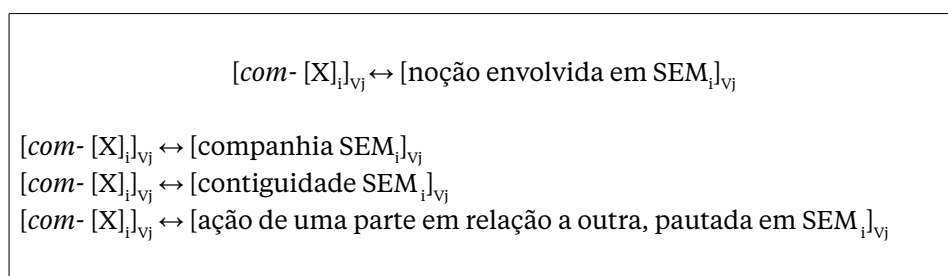
defendem as abordagens do tipo *morpheme-based*).

10 Segundo Duque (2000, p. 01), “Na versão padrão, formulada por E. Rosch e seu grupo, no início dos anos 1970, o protótipo é considerado o exemplar mais adequado, o melhor representante ou caso central de uma categoria. Posteriormente, passa a ser definido como o exemplar idôneo comumente associado a uma categoria. Assim, os aspectos graduais de proximidade ao protótipo dentro da categoria passam a ser definidos pela frequência de uso ou atribuição entre os sujeitos (forma estatística) [...]”. Em se tratando de constituintes morfológicos que estão sendo analisados em uma perspectiva distanciada no espaço-tempo, assume-se aqui como relevante para a determinação do sentido prototípico a “primitividade”, i.e., a propriedade que possuem aqueles sentidos mais facilmente relacionados às micronarrativas originais (etimológicas).

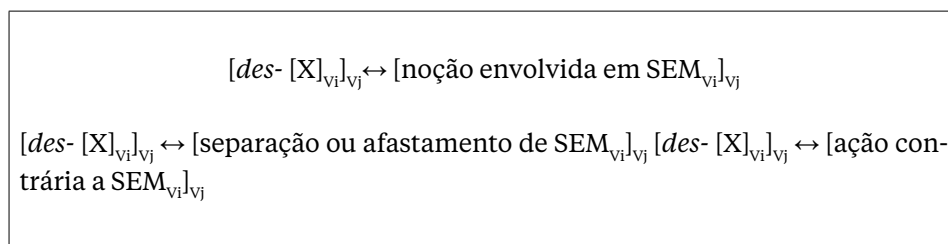
FIGURA 2 – ESBOÇO DO ESQUEMA DOMINANTE E SUBESQUEMAS PRINCIPAIS DAS FORMAÇÕES EM *RE-X* NA LÍNGUA LATINA

Fonte: Elaborado pelo autor.

De forma similar à estruturação esquemática para as construções com o latino, podem-se propor as seguintes representações esquemáticas para as construções prefixais ativas nos fatos de língua do *Livro das Aves* em que se detectou alguma polissemia, com base em extensão metafórica ou metonímica:

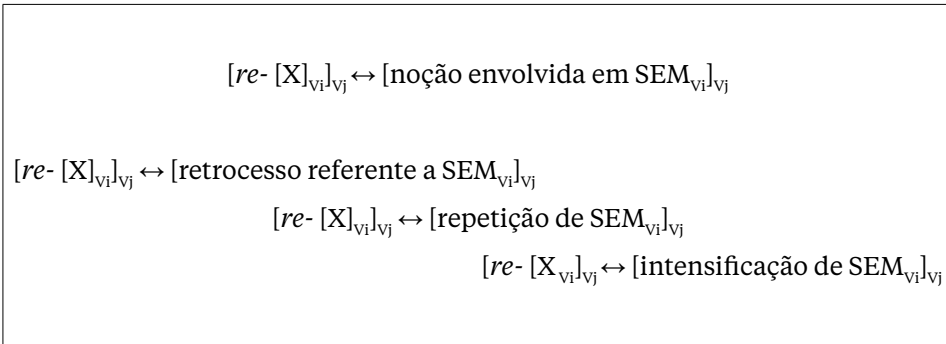
FIGURA 3 – ESBOÇO DOS ESQUEMAS CONSTRUCIONAIS DAS FORMAÇÕES EM *COM-X* NO LIVRO DAS AVES

Fonte: Elaborado pelo autor.

FIGURA 4 – ESBOÇO DOS ESQUEMAS CONSTRUCIONAIS DAS FORMAÇÕES EM *DES-X* NO LIVRO DAS AVES

Fonte: Elaborado pelo autor.

FIGURA 5 – ESBOÇO DOS ESQUEMAS CONSTRUCIONAIS DAS FORMAÇÕES EM RE-X NO LIVRO DAS AVES



Fonte: Elaborado pelo autor.

Num dos esboços de esquemas construcionais apresentados, o da prefixação em com- (cf. Figura 03), tanto nos esquemas dominantes quanto nos dominados, suprime-se a informação referente à categoria morfossintática da base, o que se deve ao fato de que todos eles licenciam instanciações que tomam como base vocábulos de diferentes classes gramaticais. Sobre esse aspecto destaque-se que a possibilidade de não haver especificação sobre a categoria morfossintática da base já está prevista por Booij:

Sobre a relevância da categoria do *input*, Booij (2012b) afirma que é possível considerar a categoria da palavra base pertinente ao esquema para casos em que há regularidade e produtividade; em outros casos, o esquema dominante pode prescindir dessa informação, em face de que mais de uma categoria morfossintática seja produtiva dentro esquema. (COELHO, 2013, p. 87)

Não obstante, contrariando a orientação da morfologia construcional tal como proposta por Booij (2005, 2010), que considera a categoria do *output*/produto uma propriedade essencial, isto é, não anulável das construções, pensa-se que, nas proposições de alguns esquemas prefixais, pode ser cogente a supressão também da categoria do produto, isto porque as instanciações gerais dos esquemas de re-, com-, des- e de outros formantes (não se refere aqui agora apenas aos exemplos do volucrário medieval, mas àqueles pertencentes ao geral da língua de antanho e do presente) permitem que se tomem tanto bases nominais para formar nomes, quanto bases verbais para formar verbos sem que, todavia, haja alteração na carga semântica dos subesquemas, ou seja, é possível encontrar verbos e nomes sendo instanciações do subesquema $[[com- [X]]_i] \leftrightarrow [companhia\ SEM_i]$ (por exemplo: confrade, compartilhar), sendo também possível identificar nomes e verbos como instanciações do subesquema $[[des- [X]]_i] \leftrightarrow [ação$

contrária, oposição a SEM_i], (por exemplo: desarmonia, desconfiar), ou ainda instanciações do subesquema [re- [X_{v_i}]_{v_j} ↔ [intensificação de SEM_{v_i}]_{v_j} (p.ex.: reconte, realçar).

Sobre os aspectos estritamente semânticos, cabe dizer que, para esse primeiro intento de formalização dos esquemas de construções prefixais (não em vão denominados de “esboços”), excetuando-se o do re- latino, não se apresentou uma possivelmente existente hierarquização dos esquemas pautada na polissemia, deixando-se tal aclaração para um estudo posterior, desenvolvido com maior profundidade.

Da aplicação da perspectiva analítica de Booij aos esquemas prefixais polissêmicos do documento medieval perscrutado pode-se dizer que resultou aceitável e positiva, com um encaixe adequado dos atos de língua à esquematização. O mesmo se poderia dizer quanto às outras operações prefixais inxpletivas (mas monossêmicas no *corpus*), cuja representação sob a forma de esquemas construcionais não é aqui reproduzida por causa dos limites de extensão do texto. Pode-se inferir, portanto, que a proposta construcional do morfólogo supramencionado é adequada, pelo menos em traços gerais, para a análise de instanciações prefixais pretéritas prototípicas, ou seja, aquelas que possuem alguma carga semântica depreensível.

Apesar de aplicável para as ocorrências mais “comportadas”, o modelo analítico em destaque parece não apresentar igual êxito, deixando algumas lacunas, quando incide sobre casos mais periféricos, que se afastam de alguma forma do que se obtêm nas operações mais canônicas de prefixação. E, com isso, chega-se aqui ao ponto de crítica construtiva ao modelo.

Tendo em vista que, tal como já assinalado, a proposta construcional rejeita o morfema como unidade basilar para a análise dos esquemas e das operações morfolexicais que representa, de tal forma que sequer consideram relevante o estabelecimento das distinções entre composição e derivação ou entre o estatuto de um afixo, afixoide, forma presa, radical, *splinter* ou xenoconstituente (GONÇALVES; ALMEIDA, 2014), cabe-se perguntar como o modelo de Booij poderia ser aplicado de modo funcional e válido aos outros tipos de construções com prefixos no período arcaico (e também no contemporâneo) da língua, nomeadamente, às construções com partículas mórficas opacas ou expletivas, que recorrentemente aparecem nos derivados prefixais. Em outras palavras, o questionamento que se faz é este: como lidar com a opacidade e a expletividade prefixais tendo como lastro teórico-epistemológico os pressupostos da morfologia construcional?

Para a pergunta colocada, pode-se postular duas respostas plausíveis (por ora, pense-se que *tertium non datur*): (i) o modelo desconsideraria as construções com afixos opacos e expletivos, tomando-as como formas primitivas/simples, não derivadas via prefixação; (ii) o modelo consideraria as construções com elementos opacos e expletivos como complexas, delineando-as sob a forma de esquemas.

Para ambas as opções pode-se prever inconvenientes. Se se descarta as construções com prefixos opacos e expletivos na consideração das instanciações morfológicas de cunho prefixal no *Livro das Aves*, cai-se, *ipso facto*, numa inadequação, por lançar por terra o caráter diacrônico das operações genolexicais, além de promover uma redução das operações a 1/6 das registradas (como se apontou na seção 2.1). O problema maior é que se dissociaria as palavras não só do esquema original que permitiu que falantes de uma sincronia pretérita produzissem essa instanciação, mas também dos esquemas atuais que permitem a formação de novas palavras com esse prefixo que é recorrente na língua. Determinar se um falante atual *linca* ou não desfalecer a um subsquema de des- ou se ele tem essa palavra listada diretamente no seu léxico mental (sem concurso de operações/esquemas construcionais) é tarefa impossível de precisar e vai variar de indivíduo para indivíduo. Por essa razão é que se pode dizer que a organização do léxico mental é individual e, por conseguinte, muito dificilmente se pode fazer generalizações adequadas e verossímeis.

Por outro lado, se o modelo considerar as construções com elementos opacos e expletivos como complexas, delineando-as sob a forma de esquemas, ter-se-ia também um problema. Os pares desfalscã e falescã, alevantar e levantar, pendurar e pendurar, formados cada um com vocábulos que são indiscutivelmente distintos quanto à forma, mas idênticos quanto ao conteúdo, teriam, de um lado, *outputs* construídos com base em um esquema construcional específico, mas, de outro, formas corradicais simples que seriam seus sinônimos absolutos, o que acabaria demonstrando que, de certa forma, tal ativação seria desnecessária, pois vocábulos corradicais diferenciados quanto ao índice formal associar-se-iam a idênticos valores semânticos.

Quando se observa que *doublets* – com e sem prefixo – são recorrentes no período arcaico e que se mantêm ainda hoje em formas tanto cultas quanto populares, como amostrar/mostrar, ajoelhar/joelhar, voar/avovar, endoidecer/doidecer, pode-se considerar que, provavelmente, o grande problema da teoria de Booij, ao menos para a prefixação de natureza não prototípica, é a defesa em termos absolutos do pareamento forma-conteúdo, herança teórica do modelo de análise morfológica *Item and Arrangement*, que emerge da linguística gerativa e preconiza a existência de uma biunivocidade incontornável entre materialização linguística e significado. (PENA, 1990) Como se sabe, várias situações sabotam essa correspondência absoluta (um-para-um) entre forma e significado.

Como princípio de uma ideia que precisa ainda ser mais bem meditada, poder-se-ia pensar que uma forma de driblar o problema especular acima descrito seria através da relativização do alcance do pareamento semântico-formal, admitindo, ao menos para os construtos com prefixos expletivos, que eles se ligam aos esquemas dominantes de seus respectivos prefixos, instanciando um subsquema em que a contrapartida semântica é nula, vazia: $[e- [X]_i] \leftrightarrow [\emptyset \text{ semântico agregado a}$

$[X]_i$,] ou, noutra forma de representação, $[e- [X]_i] \leftrightarrow [SEM_i]$, em que *e-* representaria o prefixo expletivo.

Sintetizando o que até agora foi dito nesta seção, o traçado geral dos valores semânticos das unidades prefixais, sempre estabelecido numa dinâmica histórico-diacrônica e fincada no uso, deve pautar-se, portanto – para harmonizar-se com os princípios básicos do espírito científico –, na realidade observável a partir dos fatos de língua, numa rota que vai sempre da empiria à teorização. Em outros termos, trata-se de deixar entrever de forma objetiva a real natureza dos dados, driblando uma interferência absoluta de premissas teóricas de dada corrente científica, que muitas vezes não licenciam uma aproximação adequada e verossímil à estruturação idiomática, pois trazem consigo travas apriorísticas.

O que foi dito imediatamente acima calha também para os modelos da morfologia construcional, como o de Booij, que, apesar de indubitavelmente trazerem contribuições inovadoras à análise morfológica, não estão isentos de eventuais inadequações, que podem vir à tona quando se aplique tais modelos à realidade dos dados empíricos. Nesse caso, de não se encontrarem argumentos empíricos válidos para corroborar pontos centrais da teorização, cabe debruçar-se na revisão das premissas teóricas, tal como aponta Rainer (2010), pois, como se sabe, se se é ciência não se está a lidar com dogmas nem se está a defender postulados como se fossem premissas doutrinárias intrinsecamente infalíveis, mas como pontos de reflexão passíveis de crítica e, conseqüentemente, de ajustes, retificações e aperfeiçoamento.

À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tem-se a consciência, como Machado Filho (2014), de que os limites da estruturação vocabular (principalmente os de caráter morfossemântico) são tênues, com uma essência nem sempre apreensível, como um objeto multifacético, escorregadio e proteiforme, mormente para sincronias recuadas do idioma. Há de se convir que uma perspectiva histórico-diacrônica, que promova um diálogo visceral e indissociável entre teorização e empiria, privilegiando o valor testemunhal dos dados que emergem da documentação arcaica (verdadeiros fatos de língua e único testemunho plausível para aproximar-se do vernáculo em suas primeiras manifestações), é o *modus operandi* mais adequado para se lidar cientificamente com um tema tão implexo como a formação de palavras, fenômeno de importância fulcral para a compreensão do léxico de uma língua em sua tessitura temporo-espacial-cultural.

Ainda que de forma panorâmica e incipiente, foi este o escopo primordial que perpassou a proposta de escrita destas laudas, vistas como escólios embrionários para uma visão integradora e multidimensional sobre a lexicogênese de

matiz morfológica ancorada em operações prefixais, apresentando-se um panorama geral do comportamento desse fenômeno derivacional na versão portuguesa do *Livro das Aves*, com certa ênfase na discussão de tópicos semânticos, em especial aqueles que, devido à sua complexidade ou caráter marginal, não são suficientemente estudados pelos morfólogos, como a assematicidade e a opacidade prefixais.

Seguindo os passos e as orientações da grande mestra Rosa Virgínia Mattos e Silva, adotou-se como princípio inviolável para a persecução do objetivo deste ensaio um compromisso com a história da língua, com o seu devir diacrônico, coadunando-se também aqui com o ponto de vista de Viaro (1994), quando preconiza a suma importância do elemento histórico, da etimologia e da semântica (e não apenas de um critério formal) como recursos profícuos para uma ajustada aproximação à lexicogênese oriunda da afixação de elementos mórficos da margem esquerda do vocábulo. A consideração do elemento histórico e do dado empírico foi, portanto, a viga mestra que sustentou essa busca de uma sistematização geral sobre a prefixação no documento enfocado, já que a língua em si é um objeto histórico e a incidência sobre lastros empíricos é o expediente científico mais seguro e passível de verificação para se chegar à constituição morfológica de dada língua.

NOTAS

1. As principais características dos sentidos próprios às micronarrativas ou compressões de significado/cena são a concretude, a especificidade e a “primitividade” (caráter etimológico).
2. Ou seja, o sentido do vocábulo na sincronia e no documento analisados.

REFERÊNCIAS

ASOCIACIÓN DE ACADEMIAS DE LA LENGUA ESPAÑOLA ; REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Nueva gramática de la lengua española: Morfología, Sintaxis I*. Madrid: Espasa Libros, 2009.

BARBOSA, J. S.; TORRES, A. ; MARTINS, J. V. de P. *Grammatica philosophica da língua portuguesa*. 6. ed. Lisboa: Academia Real de Ciencias, 1875.

BASÍLIO, M. Abordagem gerativa e abordagem cognitiva na formação de palavras: considerações preliminares. *Linguística*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 01-14, dez. 2010.

- BATLLORI, M. ; PUJOL, I. El prefijo *a-* en la formación de derivados verbales. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA DE LA LENGUA ESPAÑOLA, 8., 2009, Santiago de Compostela. *Actas...* Santiago de Compostela: meubook, 2012. p. 01-15.
- BOCHÉŃSKI, J. M. *Introducción al pensamiento filosófico*. 11. ed. Barcelona: Herder, 1982.
- BOOIJ, G. *Construction Morphology*. Oxford, NY: Oxford University Press, 2010.
- BOOIJ, G. Compounding and derivation: evidence for construction Morphology. In: DRESSLER, W. (Ed.). *Morphology and its demarcations: selected papers from the 11th morphology meeting, vienna february 2004*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2005. p. 109-131.
- BORBA, F. da S. *Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia*. São Paulo: UNESP, 2003.
- BOTELHO, L. S. Uma abordagem sociocognitiva das construções agentivas X-eiro: jardineiro, micreiro, torradeira, laranjeira, nevoeiro, bobeira. In: MIRANDA, N. S.; SALOMÃO, M. M. M. (Org.). *Construções do português do Brasil: da gramática ao discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2009. p. 178-201.
- CARMO, C. B. da S. A configuração da rede de construções agentivas denominais X-ista. In: MIRANDA, N. S. ; SALOMÃO, M. M. M. (Org.). *Construções do português do Brasil: da gramática ao discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2009. p. 202-228.
- COELHO, J. S. B. Experimentando esquemas: um olhar sobre a polissemia das formações [Xi-EIR-]Nj no português arcaico. *Diadorim*, Rio de Janeiro, n. especial, p. 83-111, 2013.
- COELHO, J. S. B. A antroponímia no português arcaico: aportes sobre a sufixação em nomes personativos. In: LOBO, T. et al. (Org.). *ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 323-336.
- CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2010.
- DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS. 2. ed. Porto: Porto, 2001.
- DOLINSKI, J. T. *Aspectos morfossintáticos, semânticos e estilísticos dos prefixos negativos na formação de palavras em português*. 1993. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1993.
- DUQUE, P. H. Teoria dos Protótipos: categoria e sentido lexical. *Philologus*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 1-10, 2000.
- FÁBREGAS, A. ; GIL, I. ; VARELA, S. ¿Existen los prefijos categorizadores en español? In: ESCANDELL VIDAL, M. V. ; LEONETTI JUNGL, M. ; SÁNCHEZ LÓPEZ, M. C. (Org.). *60 problemas de gramática dedicados a Ignacio Bosque*. Madrid: Akal, 2011. p. 360-365.

FERREIRA, P. S. *Edição dos documentos dionisinos do livro 2º das Inquirições de Afonso XIII*: edição crítica de textos medievais não literários em língua portuguesa. 2003. 196 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

GARCÍA JÁUREGUI, C. *La formación de la terminología anatómica en español (1493-1604)*. 2010. 277 f. Tese (Doutorado) – Universidad de Salamanca, Salamanca, 2010.

GARCÍA-MEDALL, J. *La prefijación verbal: un estudio de morfología integrada del español*. Valladolid: I'autor, 1994.

GOMES, L. H. A. ; SOUZA, H. F. C. Afixos da margem esquerda: reflexões sobre prefixação em um documento do século XIV. *Eixo*, v.1, n. 2, p. 41-56, 2012.

GONÇALVES, C. A. V. ; ALMEIDA, M. L. L. Morfologia construcional: principais ideias, aplicação ao português e extensões necessárias. *Alfa*, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 165-193, 2014.

GONÇALVES, C. A. V. Aférese e prótese: verso e reverso fonológico. *Rev. Est. Ling.*, v.01, n. 1, p. 65-77, jul./dez. 1992.

GONZÁLEZ MARTÍNEZ, J. M. La sinonímia: problema metalingüístico. *Anales de filología hispánica*, Murcia, v. 4, p. 193-210, 1988-1989.

GROSSMANN, M; RAINER, F. BERTINETTO, P. M. (Org.). *La formazione delle parole in italiano*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2004.

GUTIÉRREZ CUADRADO, J. Sobre algunos desdoblamientos léxicos del siglo XV. In: MODÉJAR, J. *Estudios lingüísticos y filológicos en honor de José Mondéjar en su sexagesimoquinto aniversario*. Granada: Universidad de Granada, 1993. p. 331-345. V. 1.

HENDRICKSON, J. R. Old English prepositional compounds in relationship to their Latin originals. *language*, Baltimore, EUA, v. 24, n. 4, p. 1-73, out./dez. 1948.

HENRIQUES, C. C. *Morfologia: estudos lexicais em perspectiva sincrônica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LOPES, M. dos S. A parassíntese lato e stricto sensu na primeira fase do português arcaico. In: HORA, da D.; PEDROSA, J. L. R. ; LUCENA, R. M. *ALFAL 50 anos: contribuições para os estudos linguísticos e filológicos*. João Pessoa: Ideia, 2015. p. 969-1012.

LOPES, M. dos S. Prefixos, prefixoides, pseudoprefixos: uma proposta de refinamento terminológico-conceitual para os elementos afixais da margem esquerda do vocábulo. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA E EXTENSÃO EM LETRAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL SANTA CRUZ, 6., 2014, Ilhéus, BA. *Anais...* Ilhéus, BA: UESC, 2014. p. 211-222.

- LOPES, M. dos S. *A prefixação na primeira fase do português arcaico*: descrição e estudo semântico-morfolexical-etimológico do paradigma prefixal da língua portuguesa nos séculos XII, XIII e XIV. 2013. 943 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras Vernáculas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- LOPES, M. dos S. ; COELHO, J. S. B. Algumas considerações gerais atinentes ao fenômeno da prefixação na primeira fase do português arcaico (séculos XII-XIV). *Cadernos do NEMP*, v. 4, p. 61-77, 2013.
- MATO, X. R. *Gramática da lingua galega*: síntese práctica. 2. ed. Vigo: A Nossa Terra, 2006.
- MACHADO FILHO, A. V. L. *Pequeno vocabulário do português arcaico*. Brasília, DF: UnB; Salvador: EDUFBA, 2014.
- MACHADO FILHO, A. V. L. *Ende e hi* no período arcaico do português. In: COSTA, S. B. B. C. ; MACHADO FILHO, A. V. L. (Org.). *Do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 83-113.
- MARTIN, R. *Para entender a linguística*: epistemologia elementar de uma disciplina. São Paulo: Parábola, 2003.
- NUNES, S. M. da C. *Prefixação espaço-temporal na língua portuguesa*. 2005. 166 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2005.
- OLIVEIRA, F. de. *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lixbõa: Germão Galharde, 1536. Disponível em: <<http://purl.pt/120>>. Acesso em: 03 set. 2015.
- PASCUAL RODRÍGUEZ, J. A. *La traducción de la Divina Commedia atribuida a D. Enrique de Aragón*: estudio y edición del Infierno. Salamanca, ESP: Universidad de Salamanca, 1974.
- PENA, J. Partes de la morfología: las unidades del análisis morfológico. In: BOSQUE, I. ; DEMONTE, V. (Org.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa, 2000. p. 4305-4366.
- PENA, J. Sobre los modelos de descripción en morfología. *Verba*, n. 17, p. 05-75, 1990.
- PRUDENCIO, S. Cerqueira Pereira. *Derivação e oralidade na experiência de falantes de Salvador*. 2001. 220 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras Vernáculas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.
- RAINER, F. Sobre polisemia en la formación de palabras. *Hesperia*, Vigo, ESP, n.13, n. 2, p. 7-52, 2010.
- RANGEL, E. de O. Prefácio: tudo na língua é por acaso. In: BAGNO, M. *Nada na língua é por acaso*: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007. p. 9-16.

- RIO-TORTO, G. M. Morfologia lexical no português médio: variação nos padrões de nominalização. In: LOBO, T. et al. (Org.). *ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 305-322.
- RIO-TORTO, G. M. Organização de redes estruturais em morfologia. In: RIO-TORTO, G. M. ; FIGUEIREDO, O. M. ; SILVA, F. (Org.). *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*. Porto: Universidade do Porto, 2005. p. 219-235. v. 1.
- RIO-TORTO, G. M. *Morfologia derivacional: teoria e aplicação ao português*. Porto, PT: porto, 1998.
- ROMANELLI, R. C. *Os prefixos latinos: da composição verbal e nominal, em seus aspectos fonético, morfológico e semântico*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1964.
- ROMERO AGUILERA, L. Aportaciones de la lexicografía al estudio de las variantes formales. In: BASTARDÍN C. T. ; RIVAS ZANCARRÓN, M. ; GARCÍA MARTÍN, J. M. (Dir.). *Estudios de historiografía lingüística*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2009. p. 713-728.
- ROSSI, N.; FOUILLOI, H. de. *Livro das aves: reprodução fac-similar do manuscrito do sec. XIV: introdução leitura crítica notas e glossário*. Rio de Janeiro: INL, 1965.
- SÁNCHEZ MARTÍN, F. J. Explicaciones y desdoblamientos léxicos en testimonios científicos medievales castellanos. *Relaciones*, Michoacán, v. 34, n. 135, p. 13-38, 2013.
- SÁNCHEZ MARTÍN, F. J. Derivados verbales contenidos en textos médicos medievales castellanos. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA DE LA LENGUA ESPAÑOLA, 2., 1990, Sevilla. *Actas...* Madrid: Pabellón de España, 1992. p. 1315-1321. [Tomo I].
- SÁNCHEZ MARTÍN, F. J. *Estudio del léxico de la geometría aplicada a la técnica en el Renacimiento hispano*. 2008. 1011 f. Tesis (Doctorado) – Facultad de Filología, Universidad de Salamanca, Salamanca, 2008. 2 v.
- SÁNCHEZ-PRIETO BORJA, P. Alternancia entre el lexema con y sin prefijo en castellano medieval: el verbo. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA DE LA LENGUA ESPAÑOLA, 2., 1992, Madrid. *Actas...* Madrid: Pabellón de España, 1992. p. 1323-1336. v. 1.
- SANTOS, A M. T. A rede de construções agentivas deverbais *X-nte*: estudante, governante, hidratante, absorvente. In: MIRANDA, N. S. ; SALOMÃO, M. M. M. (Org.). *Construções do português do Brasil: da gramática ao discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2009. p. 229-257.
- SEGURA MUNGUÍA, S. *Lexicogénesis: derivados y compuestos en la creación del vocabulario latino y castellano*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2000.
- SILVA, C. C. da C. Um breve panorama sobre o léxico em linguística cognitiva. *Temimínos Revista Científica*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 24-34, jan./jun. 2015.

SILVA, R. V. M. *Estruturas trecentistas*: elementos para uma gramática do português arcaico. Salvador: EDUFBA, 2010.

SILVA, R. V. M. *O português arcaico*: uma aproximação. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2008. (Filologia portuguesa). v. 1.

SILVA, A. P. A. Uma questão de terminologia gramatical: a classificação dos morfemas. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 8., 2004, Rio de Janeiro, *Anais...* Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2004. p. 1-8.

SILVA, A. S. da. Fundamentos teóricos e contributos pedagógicos da gramática cognitiva. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 11., 1995. Lisboa, *Actas...* Lisboa: APL, 1996. p. 401-412.

SOZA ACEVEDO, E. "Behind" meaning. In: M. BRITO Y J. I. OLIVA. (Ed.). *Polifonías Textuales: Homenaje a Maria Carmen Fernández Leal*. La Laguna: RCEI Ediciones, 2001. p. 127-136.

TAMBA-MECZ, I. *A semântica*. São Paulo: Parábola, 2006.

TELLES, C. M. Mudanças lingüísticas e crítica textual. *Estudos linguísticos e literários*, Salvador, n. 25 26, p.91-119, jan./dez. 2000.

VARELA, S. ; MARTÍN GARCÍA, J. La prefijación. In: BOSQUE, I. ; DEMONTE, V. (Org.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa, 2000. p. 4993-5040.

VASCONCELOS, C. M. de. *Lições de filologia portuguesa, seguidas das lições práticas de português arcaico*. Lisboa: Dinalivro, [19-].

VIARO, M. E. A produtividade dos sufixos do ponto de vista diacrônico. In: LOBO, T. (Org.). *ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 275-292.

VIARO, M. E. Sobre a inclusão do elemento diacrônico na teoria morfológica: uma abordagem epistemológica. *Estudos de lingüística galega*, n. 2, p.173-190, 2010.

VIARO, M. E. *Das preposições latinas às do português e do romeno*: derivações semânticas. 1994. 292 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

Morfologia, morfologias: um diálogo entre morfologia histórica e morfologia construcional a partir das construções *X-eir-* no português arcaico

NATIVAL ALMEIDA SIMÕES NETO

PALAVRAS INICIAIS

Este trabalho é um recorte da dissertação de mestrado de Simões Neto (2016), intitulada *Um enfoque construcional sobre as formações X-eir-: da origem latina ao português arcaico*, em que o autor faz uma interpretação da trajetória da construção sufixal *X-eir-*, desde a forma etimológica latina *X-ariu* até o Português Arcaico (PA), período que vai do século XIII ao XVI, destacando os aspectos ligados à polissemia. Aqui, a abordagem se restringe às formas atestadas no PA, discutindo questões relacionadas às aplicações do modelo construcional de Booij a dados de períodos mais recuados da língua e tentando um enlace entre morfologia histórica e morfologia construcional.

Sabe-se que morfologia é uma composição do grego clássico que combina as palavras *μορφή* (forma) e *λογία* (estudo). A partir do século XIX, com toda a revolução científica que caracteriza o período oitocentista, a palavra passa a ser empregada em várias áreas do saber. A primeira, segundo Viaro (2010), foi a Botânica, com o desenvolvimento da chamada “morfologia vegetal”. Na Linguística, quem inaugura o termo é August Schleicher, linguista alemão da escola comparatista. Essa corrente teórica concebia a morfologia com base nos fundamentos complementares do comparativismo, da etimologia e da diacronia, pois estava comprometida com a investigação (genética) do parentesco entre as línguas, a partir de uma língua original que teria dado origem a todas as línguas, dentro de uma concepção evolutiva, em parte, baseada nas ideias de Charles Darwin e de Gregor Mendel.

Com o advento da Linguística moderna, a partir dos postulados estruturalistas de Ferdinand de Saussure (2012) e, mais tarde, de Leonard Bloomfield (1933), a abordagem sincrônica da língua ganha um espaço privilegiado. Essa corrente trata de fixar a morfologia nos estudos linguísticos como a área que se preocupa

com a estrutura interna das palavras, lançando mão de conceitos e métodos consagrados até hoje, como a noção de morfema como unidade mínima dotada de significado recorrente, além do método de comutação mórfica.

O modelo gerativista de abordagem morfológica tem seu início nas postulações de Chomsky (1970), que reconhece a importância de considerar a autonomia do léxico. Entretanto, esse autor não se preocupou em explicar o funcionamento desse componente lexical, nem descrever aspectos morfológicos. Trabalhos como o de Jackendoff (1975), Aronoff (1976) e Basílio (1980), cada qual à sua maneira, se encarregam de tal tarefa e formalizam o dinâmico processo de formação de palavras. O fator semântico, ainda que não tenha sido amplamente explorado nessa teoria, foi discutido por Booij (1986), Basílio (1987) e Corbin (1990).

Um modelo que tem se desenvolvido nos últimos anos é a morfologia construcional, postulada por Booij (1986, 2010), a partir de formulações da Gramática das Construções, de Adele Goldberg (1995), da Teoria da Entrada Plena, de Jackendoff (1997), além de algumas hipóteses do modelo gerativo de Aronoff (1976). Por dar bastante ênfase ao fator semântico, a morfologia construcional tem se apresentado como um modelo possível da Linguística Cognitiva para a descrição/interpretação do léxico.

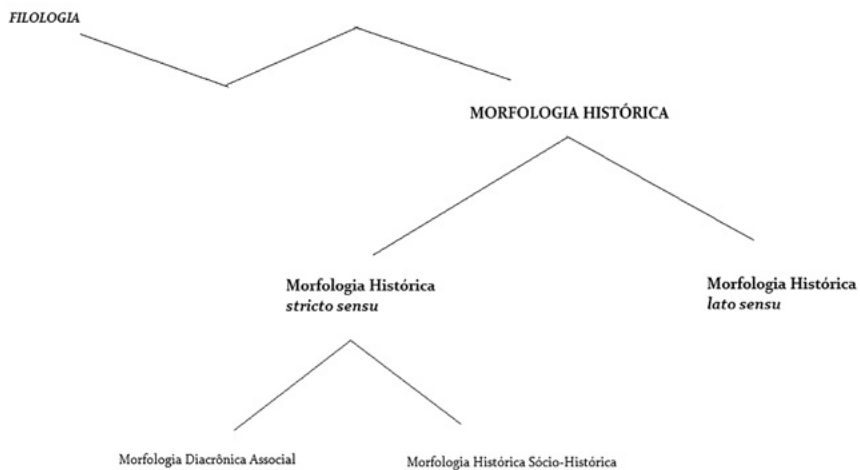
Tanto o modelo lexicalista gerativista quanto o construcional têm mantido, até certo ponto, a preferência pela observação da língua sincrônico-contemporânea, tal como acontecia no modelo estruturalista saussuriano. Uma vez que o léxico é concebido como um conhecimento, pode-se entender que o falante, em sua sincronia, não acessa mentalmente os dados da diacronia, por isso, nesses modelos, as abordagens histórico-diacrônicas se mostram menos profícuas.

Nesse contexto, a ideia que se faz da morfologia histórica é a vertente que investiga os aspectos da morfologia no escopo da mudança ou em tempos muito recuados das línguas. Isso, certamente, decorre da visão da História como a ciência que estuda o passado e, nesse sentido, vale mencionar a consideração de Marc Bloch (2002) no livro *Apologia da História ou o ofício de historiador*, em que o autor se desfaz da concepção de história como uma ciência que estuda o passado e a propõe como uma ciência que estuda o homem através do tempo. Assume-se, daí, que historiografar o presente é também fazer história.

Como a Linguística Histórica (LH) herdou essa mesma concepção amplamente difundida na História, Silva (2008) fez uma precisa ressalva, propondo que essa seja a área dos estudos linguísticos que se pauta em dados datados e localizados, podendo investigar a mudança ou não, mas sempre dando bases para tal tipo de investigação. Nesse sentido, a proposição da autora encaminha para o entendimento de que quem pesquisa a língua contemporânea, desde que se baseie em *corpora*, não deixa de fazer LH. A autora propõe duas vertentes na área: a *stricto sensu*, que estuda a mudança propriamente dita, e a *lato sensu*, que faz descrições/interpretações de períodos estáticos, sem se preocupar essencialmente com a mudança.

No esteio das proposições de Silva (2008), Simões Neto (2016) revisita o conceito de morfologia histórica e o amplia, propondo que englobe todos os estudos morfológicos que façam uso de dados datados e localizados, não necessariamente de períodos mais recuados da língua, nem obrigatoriamente investigando a mudança morfológica. O autor mantém a divisão *stricto sensu* e *lato sensu*, como se pode perceber na Figura 1, formulada com base no conhecido diagrama elaborado por Mattos e Silva (2008, p. 10).

FIGURA 1 – DIAGRAMA REPRESENTATIVO DA MORFOLOGIA HISTÓRICA



Fonte: Simões Neto (2016).

Nesse diagrama, observa-se a ligação da Morfologia Histórica (MH) com a Filologia. Uma vez que a concepção de MH proposta por Simões Neto (2016) está ligada à de LH proposta por Mattos e Silva (2008), cabe destacar o papel dos estudos filológicos, dada a sua fundamental importância “para o estudo da história da(s) línguas em suas fases pretéritas, refletindo as marcas de variação da língua na época, a partir da edição de textos que se constituem como fontes confiáveis”. (BRANDÃO, 2014, p. 258)

Em relação às vertentes herdadas da proposta de Mattos e Silva (2008), Simões Neto (2016) entende que a MH em seu sentido

stricto sensu seria aquela que investiga as mudanças que, a depender do enfoque e do aporte teórico-metodológico, poderão acontecer tanto no nível dos significantes e dos processos formativos como dos significados e suas relações. A vertente *lato sensu*, por outro lado, trataria de fazer descrições através de dados datados e localizados que também contribuem para a

descrição histórica da morfologia das línguas. A distinção *sócio-histórica* e *diacrônica associada*, na vertente *stricto sensu*, também seria observável nos trabalhos de morfologia e, por isso, mantida, seguindo a proposta de Mattos e Silva. Assim, focando na mudança, diacrônicos são os trabalhos histórico-comparativos, estruturalistas e gerativistas. Sócio-históricos são os funcionalistas, sociolinguísticos e cognitivistas. (SIMÕES NETO, 2016, p. 29)

A título de exemplificação, Simões Neto (2016) coloca sob o guarda-chuva da vertente *stricto sensu* diacrônica associada: (i) as abordagens das gramáticas históricas de Said Ali (1964) e Nunes (1969), influenciados pela tradição dos linguistas do século XIX; (ii) o compêndio *História e estrutura da língua portuguesa*, um dos primeiros trabalhos estruturalistas em perspectiva estrutural sobre o português; e (iii) a tese de doutoramento de Marinho (2009) que, em uma perspectiva gerativista, reflete sobre a mudança no estatuto morfológico das formações X-nte, que, no étimo latino, era flexional (participio presente) e, no português, é tido como derivacional.

Já para vertente *stricto sensu* sócio-histórica, o autor dá como exemplos: (i) os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Morfologia Histórica do Português, coordenado pelo prof. dr. Mário Viaro, da Universidade de São Paulo (USP), como o de Gianastacio (2013) sobre a difusão dos substantivos em -ismo no português e a sua relação com o surgimento da imprensa, que ajudou a divulgar palavras de origem culta; (ii) a tese de doutoramento de Santana (2007) sobre os prefixos advindos de preposição do século XVII até a contemporaneidade e o trabalho de Campos (2009) sobre o desenvolvimento do prefixo “não”, ambos em perspectivas funcionalistas; e (iii) a dissertação de mestrado de Silva (2012) sobre a parassíntese na história da língua portuguesa, em uma abordagem cognitivista.

Por fim, como exemplos de uma MH *lato sensu*, estão os seguintes trabalhos: (i) as pesquisas desenvolvidas por Soledade (2001), Santos (2009) e Lopes (2013), no âmbito do Programa para a História da Língua Portuguesa, a respeito da sufixação, composição e prefixação do PA, respectivamente; (ii) alguns trabalhos sobre o português brasileiro realizados no Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português, grupo coordenado pelo prof. dr. Carlos Alexandre Gonçalves e pela prof.^a dr.^a Maria Lucia Almeida, que têm se voltado cada vez mais para a perspectiva cognitivista; (iii) algumas pesquisas orientadas pela prof.^a dr.^a Maria Cristina Figueiredo, dentro do quadro teórico da morfologia distribuída, com base no *corpus* do Projeto Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia, coordenado pelo prof. dr. Dante Lucchesi; e (iv) a dissertação de mestrado de Prudêncio (2010), intitulada *A derivação sufixal em falantes cultos e não cultos de Salvador*.

Quanto à sua dissertação de mestrado, Simões Neto (2016) a classifica como sendo uma pesquisa *stricto sensu* sócio-histórica, uma vez que investiga a mudança linguística, partindo do latim ao período arcaico da língua portuguesa

e se norteia por um modelo que tem bases nos pressupostos da Linguística Cognitiva, teoria que, no entendimento de Soledade (2015), tem permitido conceber a linguagem como

(i) um sistema de comunicação e de categorização; (ii) um fenômeno de natureza cognitiva, visto que se opera na mente humana; (iii) um fenômeno de ordem histórica, uma vez que os usos linguísticos são decorrentes de processos seculares de constituição e tradição; (iv) um fenômeno cultural, pois as línguas trazem consigo concepções de uma cultura em um dado momento histórico; e (v) um fenômeno da expressão. (SIMÕES NETO, 2016, p. 57)

Embora a dissertação de Simões Neto (2016) seja *stricto sensu*, o recorte que aqui se apresenta é *lato*, uma vez que não há interesse em investigar a mudança. As próximas duas seções se encarregam de explicar o modelo booiijiano e aplicá-lo às construções X-eir-.

CONCEITOS BÁSICOS DE MORFOLOGIA CONSTRUCIONAL

Sabe-se que o modelo booiijiano herda algumas características propostas no âmbito gerativista, sobretudo dos trabalhos de Jackendoff (1975) e Aronoff (1976). Herda-se também a concepção de léxico como conhecimento e reconhecimento, assemelhando-se ao que Basílio (1980, p. 9), também em um enquadre gerativo, chamou de competência lexical:

- a) o conhecimento de uma lista de entradas lexicais; b) o conhecimento da estrutura interna dos itens lexicais, assim como as relações entre os vários itens; e c) o conhecimento subjacente à capacidade de formar entradas lexicais gramaticais novas (e, naturalmente, rejeitar as agramaticais). (BASÍLIO, 1980, p. 9)

Dentro do contexto gerativista, sobretudo no trabalho de Aronoff (1976), as relações lexicais entre palavras primitivas e derivadas eram estabelecidas por meio das chamadas Regras de Formação de Palavras (RFPs). Uma vez que esse era um modelo da morfologia baseada em palavras, o autor se norteia por quatro hipóteses: (i) a hipótese da base palavra: a base de uma regra de formação é sempre uma palavra existente no léxico; (ii) hipótese da base unitária: a categoria da base de uma dada regra de formação é plenamente especificada, assim, se um mesmo sufixo atuar sobre duas categorias diferentes de bases, há a necessidade de propor duas regras distintas; (iii) produto categorial único: a palavra derivada, assim como a palavra base, tem uma categoria específica; (iv) regras de

truncamento: mecanismo que dá conta de explicar formações semanticamente transparentes cujas bases não são palavras reais, existentes no léxico.

Nota-se, com as quatro hipóteses levantadas por Aronoff (1976), que três se referem à palavra base (*input*) e uma, à palavra produto (*output*). No modelo de Booij (2010), apenas o produto categorial único, referente ao *output*, se mantém como pressuposto. Essa é uma das principais diferenças entre os dois modelos: enquanto o modelo aronoffiano se volta para o input e para as regras que atuam sobre ele, o modelo booiijiano se volta para o output, concentrando-se, agora, mais na palavra inteira, e não mais em divisões base/afixo.

Outra diferença é que Booij abre mão do conceito de “regra de formação”, pois considera que esse dá a impressão de uma rigidez formal com a qual não compactua, fazendo com que o autor opte pela ideia de “esquema construcional”. Na visão do autor, um esquema não deve ser visto como um mecanismo de representação econômica nas formações lexicais, como acontece no modelo de Aronoff (1976), em que, a partir do momento em que a regra se fixa no léxico mental, ela passa a ser acionada toda vez que o falante precisar usar uma palavra gerada por essa regra. Ou seja, um falante que tenha depreendido, com base em exemplos produtivos, tais quais morador, conhecedor e lavrador, que as palavras X-dor são geradas a partir de verbo, irá acessar à regra $[[X]_{v,dor}]_s$, sempre que fizer uso de uma palavra formada por essa via, sugerindo que as palavras sejam geradas sempre *on-line*, o que garante uma economia da memória humana. No modelo booiijiano, as palavras mais frequentes no uso são armazenadas no léxico e servem para formação, recepção e interpretação de novos itens lexicais instanciados pelo mesmo esquema.

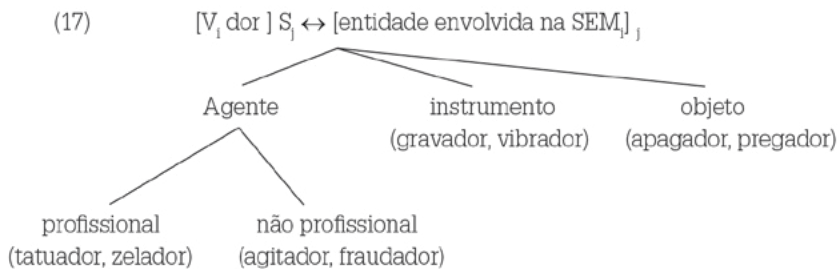
O conceito de esquema, para Booij (2010), é um pareamento de forma, significado e função. Mais uma vez, se diferencia da regra gerativista pela atenção dada ao fator semântico, que passa a ter um papel central nessa nova visão de léxico. Para o autor, um esquema apresenta três propriedades das quais não se pode abrir mão: (i) preservação da forma fonológica, até porque, aportando-se na Teoria da Entrada Plena, a estrutura fônica permite o estabelecimento de relações entre os itens léxicos; (ii) a especificação da categoria morfossintática do *output*, ao passo que a do *input* pode ser anulável, em alguns casos; e (iii) a informação semântica, considerando-se o papel central no estabelecimento dos esquemas. Um esquema booiijiano pode ser representado da seguinte maneira:

$$“\langle [X_{vi} -dor]_{Nj} \leftrightarrow [AGENTE envolvido em SEM_{vi,Nj}] \rangle”$$

Esse é um esquema de sufixação para as formações X-dor agentivas do português. Observe-se que, no caso desse esquema, tanto a categoria do *input* quanto a do *output* são especificadas, a informação semântica “agente” está presente, bem como a forma fonológica recorrente –dor que deverá aparecer nas palavras instanciadas por esse esquema.

É importante ressaltar que a polissemia, advinda de metáforas ou metonímias, pode atuar em um esquema, gerando a necessidade de especificá-los por meio de subesquemas, conforme a representação na Figura 2, extraída de Victório Gonçalves & Almeida (2014), em que se observa uma hierarquia, com um esquema geral das construções X-dor, uma primeira subespecificação por meio de esquemas dominantes (agente, instrumento, objeto) e uma segunda subespecificação nos subesquemas de agente (agente profissional; agente não profissional).

FIGURA 2 – ESQUEMAS E SUBESQUEMAS COM AS CONSTRUÇÕES X-DOR



Fonte: (GONÇALVES; ALMEIDA, 2014, p. 179).

AS CONSTRUÇÕES X-EIR- DO PORTUGUÊS ARCAICO: UM OLHAR SOB O MODELO BOOIJIANO

Novas formações X-eir- são bastante recorrentes no português contemporâneos. No trabalho de Simões Neto (2016), o autor exemplifica com *paneleiro*¹ (manifestante de direita que bate panela em protesto na varanda do apartamento)²,

1 “Ao vivo, na Globo, rapper compara manifestantes *paneleiros* da Paulista de Ku Klux Klan”. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2015/08/19/ao-vivo-na-globo-rapper-compara-manifestantes-paneleiros-a-ku-klux-klan/>>. Acesso em: 28 jan 2016.

2 Destaque-se que a instanciação *paneleiro* já se encontra registrada em dicionários de uso de português para significar: 1. Fabricante de panelas (agente profissional), 2. Móvel onde se guardam panelas (objeto/local) e, em Portugal, ainda apresenta o sentido de ‘homossexual’. A instanciação *paneleiro* com o sentido de ‘manifestante de direita que bate panela em protesto na varanda do apartamento’ é uma inovação de caráter semântico que engloba tanto o sentido agentivo como o locativo, uma vez que se refere a um fenômeno recente plenamente especificado em relação ao contexto sócio-histórico de sua construção. Isso não impede, no entanto, que, no futuro, *paneleiro* possa assumir um caráter mais geral e vir a designar qualquer tipo de manifestante.

facebookeiro³ (usuário frequente do Facebook), palmitreiro⁴ (designação utilizada por algumas feministas negras para se referirem a homens negros que preferem se relacionar com mulheres brancas, em detrimento das mulheres negras), foveiro⁵ (expressão comum no dialeto baiano para se referir a uma ressecamento e/ou descamação na pele), arrochadeira⁶ (atitude relacionada ao gênero musical arrocha).

A produtividade e a polissemia dessas construções X-eir-, no entanto, não são características restritas à LP contemporânea, como bem lembra Simões Neto (2016), ao mencionar os estudos que traçam a diacronia desse sufixo (VIARO, 2006, 2011) ou que descrevem o seu comportamento em época mais recuadas da língua, como o período arcaico. (SOLEDADE, 2013) Esses trabalhos têm apontado que essa proficuidade já se atestava na língua latina, onde o sufixo existia sob a forma -ārīu.

No português arcaico, Simões Neto (2016) analisou 3853 realizações de 365 construções X-eir-. Essas construções foram pesquisadas quanto à etimologia e ao significado e, depois, categorizadas em subesquemas produtivos. Houve casos de palavras classificadas duplamente, seja por uma questão de conceptualização, como em “advinhadeiras” (que fazem adivinhações, predições), que, a depender da perspectiva, pode ser tomada como um hábito ou como um trabalho, seja por uma questão de polissemia, como em *candeeyro*, que tanto designava o “instrumento de iluminação” como o “servo que segurava a candeia à frente do bando de animais”. Houve também casos de palavras que não foram classificadas em nenhum subesquema, seja por improdutividade, como o caso de “sabedeira”,⁷ seja pela dificuldade de estabelecer um esquema, como em “maneyra”, item lexical bastante recorrente no *corpus*, porém sem um significado transparente.

3 “Daí o *facebookeiro* diz que o Tumblr copia o Facebook”. Disponível em: <<http://may-the-odds-ever-beinyourfavor.tumblr.com/post/53359279703/da%C3%AD-o-facebookeiro-diz-que-o-tumblr-copia-o->>. Acesso em: 28 jan 2016.

4 ““Emicida, *palmitreiro*, ascensão longe, chegou na casa grande. Parabéns!”, escreveu outro seguidor no perfil de Marina, na rede social”. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br/entretenimento/fama/noticia-316453-.html>>. Acesso em: 28 jan 2016.

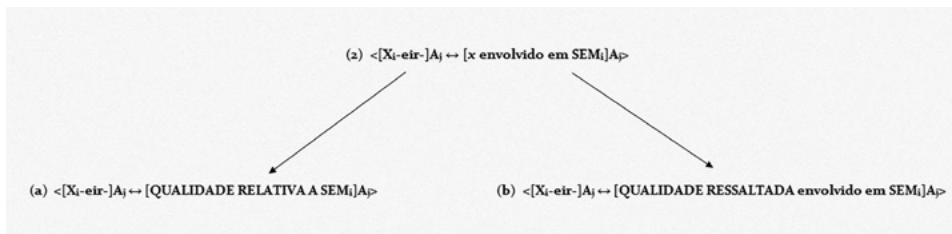
5 “Quem tem a pele do corpo seca sabe o sofrimento que é ter a pele repuxando, sentir coceira e ficar com aquele aspecto *foveiro* nas partes naturalmente mais ásperas do corpo”. Disponível em: <<http://um-detalhe.blogspot.com.br/2014/06/pele-seca-o-que-fazer.html>>. Acesso em: 28 jan 2016.

6 “Vingadora é pioneira, mostramos que nós, mulheres, também sabemos fazer *arrochadeira*”. Disponível em: <<http://www.diariobahia.com.br/variedades/6319-vingadora-arrasa-com-violino-e-voz-feminina-na-arrochadeira.html>>. Acesso em: 28 jan 2016.

7 No *corpus* analisado por Simões Neto (2016), *sabedeira* foi o único caso de agente experienciador. Uma vez que Booj sugere que somente os (sub)esquemas produtivos devam ser representados, não se propôs, dentro do esquema dominante de agente, um subesquema de agente experienciador.

Uma vez que Booij (2010) propõe que a categoria morfossintática do *output* não possa ser ignorada, há a necessidade de separar construções adjetivas de substantivas. Em relação às adjetivas, Simões Neto (2016) propõe um esquema dominante de qualidade que se ramifica em dois subesquemas: um de qualidade relativa e outro de qualidade relacional.

FIGURA 3 – SUBESQUEMAS DE QUALIDADES DAS CONSTRUÇÕES X-EIR- NO PA



Fonte: (SIMÕES NETO, 2015, p. 186).

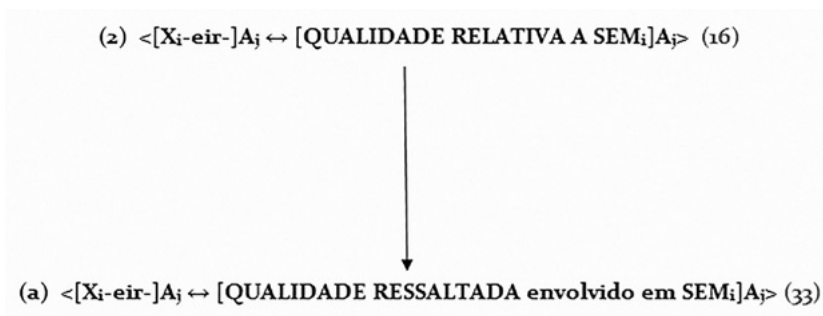
O subesquema qualidade relativa instancia 16 formações, entre as quais: *campeira* (relativo a campo), *deamteira* (que vai diante; o primeiro de todos de uma série), *derradeira* (último, extremo), *estrangeiros* (de, ou relativo à nação diferente daquela que se pertence), *grueyros* (relativo a grou), *mãdadeyro* (relativo a mandados), *prestameiro* (aquele que está por último) e *traseyros* (situado atrás).

Já o subesquema qualidade ressaltada a instância 33 formações. Os exemplos são: *arteyro* (PA018: que é astuto ou artiloso); *braceiro* (PA035: que tem força ou agilidade nos braços); *certeira* (PA070: que acerta bem os tiros); *dereitoreira* (PA105: que pratica direitura); *duradeira* (PA110: que dura, que não é passageiro); *estragadeyra* (PA124: gastadora); *faceyros* (PA129: aquele que gosta de ostentar); *josticeira* (PA170: que segue as leis, que é muito justa); *longueyro* (PA184: algo comprido ou extenso); *mentireiro* (PA201: aquele que mente, engana, mentiroso); *ponteiro* (PA260: aquele que sabe fazer pontaria, acertar tiros); *praceiro* (PA264: boa-praça, agradável); *tardynheiro* (PA308: aquele que é lento, descansado ou preguiçoso); *tenreiro* (PA316: aquele que é tenro, jovem); *ualedeiro* (PA331: aquilo que é válido); *verdadeiro* (PA338: o que está em conformidade com os fatos ou a realidade); *vertudeira* (PA339: que tem muita virtude) e *viandeiro* (PA340: glutão, comilão).

Do ponto de vista semântico, Simões Neto (2016, p. 186) sugere que a diferença esteja na ideia de que, no subesquema qualidade relativa, as instanciações apresentem mais neutralidade, em oposição ao de qualidade ressaltada, em que as instanciações possuem algum acréscimo valorativo, seja quanto à intensificação, seja quanto à pejoratividade.

Simões Neto (2016) ressalta que é preciso assumir que esses subesquemas estabelecem uma relação semântica que pode ser explicada como uma metonímia. Assim, classificar uma palavra como qualidade ressaltada não implica a desvinculação do significado de qualidade relativa. Na verdade, o ressalte parece decorrer de um realce, que pode ser representado como na Figura 4.

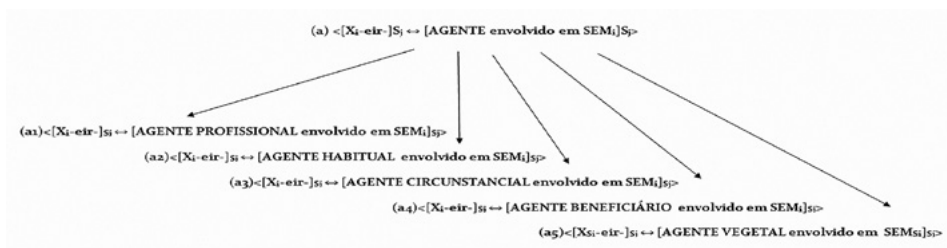
FIGURA 4 - OUTRA REPRESENTAÇÃO DOS SUBESQUEMAS DE QUALIDADE DAS CONSTRUÇÕES X-EIR- DO PA



Fonte: (SIMÕES NETO, 2016, p. 187).

Em relação às construções agentivas, o esquema dominante de agente foi o mais produtivo e teve 217 instanciações, divididas entre cinco subesquemas, como se pode ver na Figura 5.

FIGURA 5 - SUBESQUEMAS DE AGENTES DAS CONSTRUÇÕES X-EIR-



Fonte: (SIMÕES NETO, 2016, p.187).

A quantidade de instanciações produzidas por cada subesquema está apresentada no Quadro 1.

QUADRO 1 – QUANTIDADE DE INSTANCIACÕES NOS SUBESQUEMAS DE AGENTES X-EIR-

Subesquema	Quantidade numérica	Percentual do total (%)
Agente profissional	122 ¹	56,2
Agente habitual	43	19,4
Agente circunstancial	4	1,8
Agente beneficiário	6	2,8
Agente vegetal	42	19,8

Fonte: (SIMÕES NETO, 2016, p. 188).

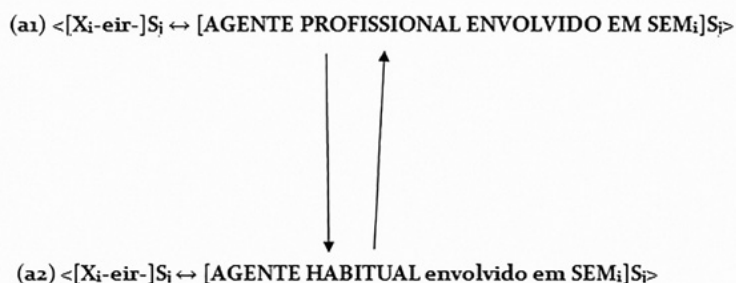
Simões Neto (2016), para exemplificar palavras instanciadas pelo subesquema dos agentes profissionais, cita: *adargueyros* (fabricante de adargas), *alfeyreyro* (guardador ou pastor de rebanho do tipo “alfeire”), *almuinheiro* (hortelão, que cuida da horta ‘almuinha’), *armeiro* (fabricante ou vendedor de armas), *asemeleyro* (condutor da azêmola), *bailhadeyras* (bailarina), *cabreiros* (criador de cabra), *caldeireiros* (artífice que prepara caldeiras e utensílios de metal), *carneçeyro* (açougueiro), *çapateyro* (aquele que produz sapatos), *çaquiteyro* (o que tem ao seu cargo providenciar o pão para a mesa real), *despenseyro* (aquele que tem como cargo cuidar da despensa), *enfermeyro* (que tem a função de cuidar do enfermo), *ferreyro* (aquele que faz obras de ferro), *galinheiros* (servo que toma conta das galinhas), *jornaleyro* (trabalhador diarista), *mercadeiro* (aquele que compra para revender a varejo), *ovelleiro* (pastor de ovelhas), *parteyras* (aquela que faz partos), *tecedeyras* (aquela que trabalha tecendo panos) e *vozeyro* (pessoa que advoga).

Em relação ao subesquema dos agentes habituais, Simões Neto (2016) classificou, como instancições, as seguintes realizações: *alcoviteira* (que serve de intermediário em relações amorosas), *cavalheiro* (homem de sentimentos e ações nobres), *choquarreiro* (que faz gracejos atrevidos), *companheiro* (aquele que acompanha alguém em jornada), *conselheiro* (aquele que aconselha), *faenqueyros* (que faz um trabalho grosseiro), *forniqueyra* (aquela que pratica fornicação), *hospitaleiros* (aquele que fornece hospedagem), *paçaeyra* (aquele que frequenta o paço real), *peideira* (aquela que peida muito), *putanheiro* (aquele que frequenta as putas), *uezeyro* (aquele que tem vezo, costume de fazer certa coisa) e *ydoleiros* (aquele que adora imagens).

Dois pontos foram destacados por Simões Neto (2016), com base nesses dois primeiros subgrupos de agentes no PA. O primeiro está relacionado à categoria dos agentes habituais. Ao que parece, não faz sentido, aqui também, considerar que a designação desses agentes seja uma característica da língua contemporânea, como sugeriu Pizzorno (2010). Embora a formação de agentes habituais se mostre mais produtiva no português atual, não se pode dizer que, no PA, não havia produtividade para tal grupo, considerando que foi o segundo mais produtivo.

Quanto ao segundo ponto, o autor aponta a dificuldade em precisar se certos agentes eram habituais ou profissionais, o que gerou duplas classificações, como em *adivinhadadeiras* (que faz adivinhações, predições), *agoireiros* (que faz agouros ou lê o futuro nas aves), *caualeiro* (que anda a cavalo), *falseyro* (aquele que jura falsamente ou falsifica), *feyticeiros* (aquele que lança feitiço) e *sorteira* (aquela que lê a sorte). Essas instanciações mostram que os limites entre habituais e profissionais são pouco claros no português arcaico, sendo necessário admitir uma via de mão dupla que possibilita aceitar tanto a extensão metonímica proposta por Almeida & Victório Gonçalves (2005), que consideraram que o agente habitual decorre de uma focalização no aspecto rotineiro da atribuição do agente profissional, quanto à proposta por Soledade (2016), que entende que certas profissões decorrem do hábito rotineiro, sugerindo um percurso que vai do mais geral para o mais específico. Assim, pode-se admitir uma representação como a da Figura 6.

FIGURA 6 – RELAÇÃO ENTRE OS SUBESQUEMAS DE AGENTES PROFISSIONAIS E DE AGENTES HABITUAIS NAS CONSTRUÇÕES X-EIR-



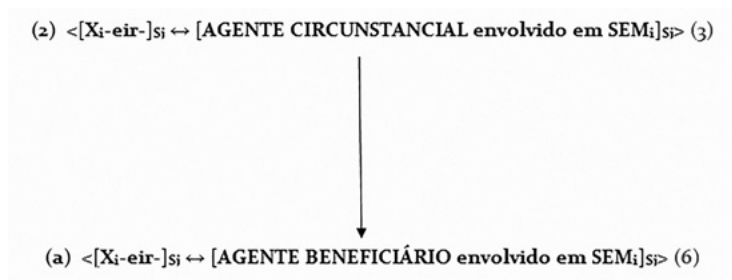
Fonte: (SIMÕES NETO, 2016, p. 189).

Os agentes circunstanciais e beneficiários apresentaram baixos níveis de produtividade. Os agentes circunstanciais atestados foram: *guerreyros* (aquele que combate na guerra), *omezieyra* (que comete homicídio) e *prisioneiro* (aquele que se encontra em prisão), ao passo que beneficiários foram vistos em *comendadeira* (quem tem comenda “benefício que se dá aos cavaleiros da ordem”), *herdeyros* (aquele que recebe herança), *merceiros* (o indivíduo a quem se dava pensão ou casa), *pessoeyro* (aquele que tem herdade), *quinhoeyro* (aquele que tem quinhão na partilha) e *raçoeyros* (aquele que recebe ração).

Simões Neto (2016) propõe que agentes beneficiários possam ser concebidos como subcategorias dos agentes circunstanciais e dá, como exemplo, a palavra *herdeyros* (PA159) para explicar essa relação, uma vez que, na conceptualização do herdeiro, entende-se que ele é um beneficiário, pois recebe como benefício uma herança, porém essa herança pode ser concebida como

um evento, admitindo-se um caráter circunstancial desse agente. Essa relação pode ser representada como na Figura 7.

FIGURA 7 – RELAÇÃO ENTRE OS SUBESQUEMAS DE AGENTES CIRCUNSTANCIAIS E DE AGENTES BENEFICIÁRIOS NAS CONSTRUÇÕES X-EIR-



Fonte: (SIMÕES NETO, 2016, p. 190).

O grupo dos agentes vegetais, por fim, se mostra bastante produtivo no português arcaico, com 43 instanciações. Exemplos são: *aljaueira* (árvore de cujas sementes se fazem contas semelhantes às de aljôfar), *avelaneiras* (árvore que produz avelãs), *azêira* (árvore da família das fagáceas que produz azinha), *carrasqueira* (espécie de mata anã de arbustos de caule e ramos duros), *carvalheyras* (árvore comum nas florestas da Europa e tem tronco direto e bem proporcionado), *fegueira* (árvore que dá figo), *huveiras* (o mesmo que videira), *jaqueiras* (árvore que dá jacas), *larangeiras* (árvore que dá laranja), *nespereira* (planta que dá nêspers), *pinheiro* (árvore vulgar resinosa de várias espécies), *roseiras* (planta espinhosa que dá rosas) e *vlmeiro* (o mesmo que olmo “árvore”). Diante desses exemplos, Simões Neto (2016) nota que

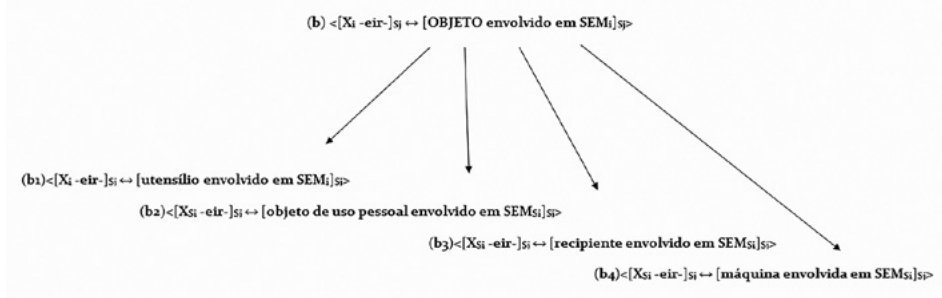
a designação do agente vegetal nem sempre se baseia na flor ou fruto que se produz, como parecia acontecer nas formações do latim. Embora essas designações sejam maioria, há alguns casos em que as designações se dão por outros motivos, *relações de semelhança*, *lugar onde a planta nasce*, etc. Cabe mencionar também as formações cujas bases já designam a própria árvore, como se vê em *carvalheyras* (PA060),⁸ *pinheiro* (PA257) e *vlmeiro* (PA344). Sobre esses, sugere-se que sejam formações analógicas que tomaram como via de regra, para nomeação de árvores em geral, as árvores frutíferas/floríferas, para as quais as construções *X-eir-* se mostram bastante produtivas. A construção *X-eir-* se torna tão representativa do significado planta, que, mesmo *carvalho*, que já designava uma planta,

8 Esta sequência “PA+numeração” se refere à localização da palavra nos dados apresentados por Simões Neto (2016) no Tomo II da sua dissertação.

tem o sufixo a ela acrescido, ressaltando a importância do sufixo no estabelecimento de um conjunto de elementos semanticamente relacionados como planta. Isso reforça a ideia de que a frequência/produtividade de um esquema pode determinar que o valor semântico do sufixo se sobreponha ao da base, uma vez que podem gerar instâncias menos previsíveis. (SIMÕES NETO, 2016, p. 190)

O segundo esquema dominante analisado por Simões Neto (2016) foi o de objeto, que se dividiu em quatro subesquemas.

FIGURA 8 – SUBESQUEMAS DE OBJETOS DAS CONSTRUÇÕES X-EIR- DO PA



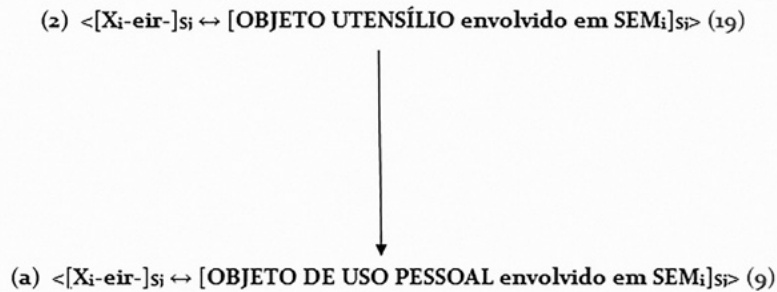
Fonte: (SIMÕES NETO 2016, p. 192).

Do subesquema objeto utensílio, foram instanciadas as seguintes palavras: *bamdeira* (pedaço de pano com uma ou mais cores, às vezes com legendas), *candeeyro* (instrumento de iluminação), *espaldeyras* (pano que se pendura no espaldar da cadeira), *estribeira* (degrau que funciona como apoio para montar na caruagem), *jsqueeiro* (objeto munido de pederneira, a qual, ao ser atritada, produz centelhas que inflamam um pavio) e *tabolleyros* (peça do serviço comum, usada para apoiar algo em cima). O de objetos de uso pessoal, por sua vez, instanciou *aguadeira* (capa que protege contra a chuva), *brafoneiras* (parte das armaduras antigas que protegia a região superior do braço e os ombros), *cervilheiras* (espécie de capacete para defender a cabeça e a cerviz), *çudeyro* (pano com que se enxugava o suor), *cueiros* (pano em que se envolve o corpo das criancinhas da cintura para baixo), *geolheiras* (parte da armadura que defendia o joelho), *gorgeyra* (peça de pano para adornar o pescoço), *pamçeira* (parte da armadura que protegia a pança ou o ventre) e *sombreiro* (chapéu que dá sombra).

Simões Neto (2016) observa que não há nenhum impedimento em os objetos de uso pessoal serem concebidos como utensílios, porém o fato de esses objetos pessoais atestados envolverem a proteção de uma parte do corpo, e essa ser uma característica recorrente, gerou a necessidade de separá-los. Entretanto,

reconhece-se a existência de uma extensão metonímica similar a que ocorre entre agente circunstancial e agente beneficiário.

FIGURA 9 – RELAÇÃO ENTRE OS SUBESQUEMAS DE OBJETOS UTENSÍLIOS E DE OBJETOS DE USO PESSOAL NAS CONSTRUÇÕES X-EIR-



Fonte: (SIMÕES NETO, 2016, p. 194).

No subesquema objeto recipiente, encontram-se as seguintes instanciações: *caldeira* (recipiente onde se prepara o caldo), *caleiro* (tubo por onde se esco a água), *masseira* (bacia de madeira), *mealheiro* (pequeno cofre para se colocar moedas), *morteyro* (recipiente feito de tamanhos e materiais diversos para triturar ou misturar substâncias) e *saleyros* (recipiente para colocar sal). Por último, o subesquema *objeto máquina* instanciou *cibeyra* (PA078: navio de grande porte utilizado como navio cargueiro), *pedreira* (PA245: máquina que quebra pedra) e *rodeyro* (PA283: barco pequeno da região do Douro).

Simões Neto (2016) elege duas instanciações do esquema objeto para serem comentadas: *candeeyro* e *augadeira*. Sobre *candeeyro*, o autor destaca o fato de terem sido encontradas duas realizações do século XIV em que o significado da palavra era “servo que segurava a candeia à frente do bando de animais” e o significado de “instrumento de iluminação” apareceu em duas realizações do século XV e três do século XVI. Assim, reflete o autor que se o *corpus* aqui analisado for tomado como referência, pode-se inferir que, nesse caso, do ponto de vista histórico-cronológico, o significado de objeto é posterior a do agente e a história da polissemia de *candeeyro* se mostra como um bom exemplo de que a designação de objetos possa decorrer de uma extensão metafórica dos agentes, como sugerem Botelho (2004), Viaro (2011b) e Soledade (2013), pois há uma passagem do agente humano que segura a candeia para um objeto agente não humano que contém essa candeia, podendo ser classificada como uma metáfora ontológica (LAKOFF E JOHNSON, 1980) em que se atribuem funções prototipicamente humanas a seres não humanos.

Esse movimento de agente humano para objeto não pode ser tomado como uma via de mão única, ao que parece. Como cada palavra possui uma história diferente, observou-se, com *aguadeira*, um movimento diferente. Nas averbações do século XIII, atesta-se o significado de objeto de uso pessoal, mas, ainda que não se ateste no *corpus*, a partir da consulta ao dicionário de Moreira (2005), observa-se que essa palavra, no período arcaico, também designava o agente que transportava água, equivalendo semanticamente a *aquārīus* no latim. Numa consulta ao dicionário de Cunha (2007), observa-se que, em língua portuguesa, esse significado data do século XIV. Assim, novamente, se o *corpus* analisado por Simões Neto (2016) for tomado como referência e forem aceitas as informações obtidas em Moreira (2005) e Cunha (2007), pode-se assumir que, no caso de *aguadeira*, o significado de objeto tenha sido anterior a de agente profissional. A respeito dessa profissão, Simões Neto (2016) retoma a narrativa de Gomes (2016) de que

Com a sua indumentária característica, [...] o aguadeiro galego percorria a cidade vendendo a água em barris. [...] Os aguadeiros organizavam-se em companhias e, uma vez que tinham a primazia do abastecimento de água, eram ainda obrigados a participar no combate aos incêndios. (GOMES, 2016, p. 1)

Com base nessa citação, é admissível que a *aguadeira* fizesse parte da indumentária típica do *aguadeiro*, sendo a designação para a profissão decorrente de uma metonímia. Em face do exposto, Simões Neto (2016) analisa que,

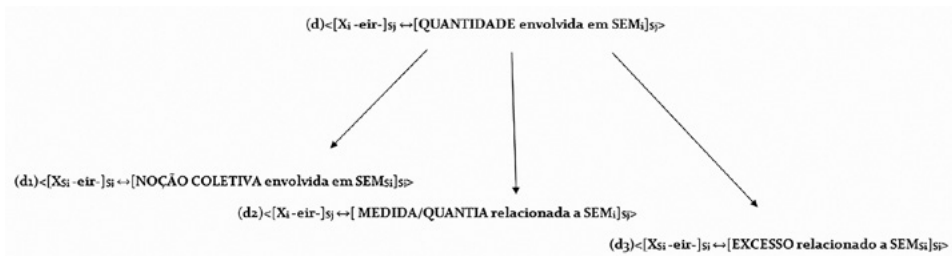
considerando a produtividade e anterioridade do esquema de profissão já na língua latina, pareceria mais provável que o agentivo profissional tivesse surgido primeiro, no entanto, não é isso que se verifica, o que vem demonstrar que embora os sentidos dos subesquemas se mostrem relacionados através de processos de extensão metafóricos ou metonímicos que estão na base de suas origens, uma vez estabelecidos, os subesquemas se mostram relativamente independentes, isto quer dizer que para instanciar um objeto não será preciso a existência anterior de uma instanciação de agente (*candeeyro* – agente > *candeeyro* > objeto), por sua vez, agentes profissionais e habituais podem ser instanciados a partir de instanciações já tradicionalizadas de objetos, por exemplo, nada impediria que as baianas de acarajé de Salvador fossem denominadas de *tabuleiras*, uma vez que expõem comida que vendem sobre um tabuleiro. Em suma, o fato de *aguadeiro* (agente profissional) ser documentado posteriormente a *aguadeira* (capa de chuva) é um provável exemplo de as relações semânticas poderem se dar em múltiplas direções. (SIMÕES NETO, 2016, p. 195)

A partir desses exemplos, Simões Neto (2016) observa que, independentemente dos percursos históricos de *aguadeira* e de *candeeyro*, esse tipo de

a classificação dos locativos não é uma tarefa fácil, uma vez que o aspecto funcional pode, de alguma forma, ser recipiente, e vice-versa. Depende-se, então, do foco que se dá à cena observada. No caso de *estaleiro* (PA121), por exemplo, o significado atribuído é de um ‘local onde se conserta ou fabrica navios’. Aqui, optou-se por focar nas atividades de fabricação e conserto, mas poderia ser focado o continente ‘navio’ e atribuir um valor mais recipiente a esse locativo. Da mesma forma, em *atoleiros* (PA022: lugar de solo mole), optou-se por focar em um esquema de recipiente em que há ‘solo mole’ no lugar, entretanto, poder-se-ia focar também na consequência do solo mole fazer *atolar*. Tudo isso depende da conceptualização e da focalização acionadas, reforçando que, diferentemente de outras categorias, os limites entre esses subesquemas ainda são bastante imprecisos. (SIMÕES NETO, 2016, p. 196-197)

O quarto esquema dominante atuante nas construções X-eir- do PA, conforme a análise de Simões Neto (2016) é o de quantidade, que apresentou 10 instâncias, divididas entre os três subesquemas atestados.

FIGURA 11 – SUBESQUEMAS DE QUANTIDADE DAS CONSTRUÇÕES X-EIR- DO PA



Fonte: (SIMÕES NETO, 2016, p. 197).

A respeito dessa representação e dos dados instanciados por esse esquema dominante, Simões Neto (2016) menciona que

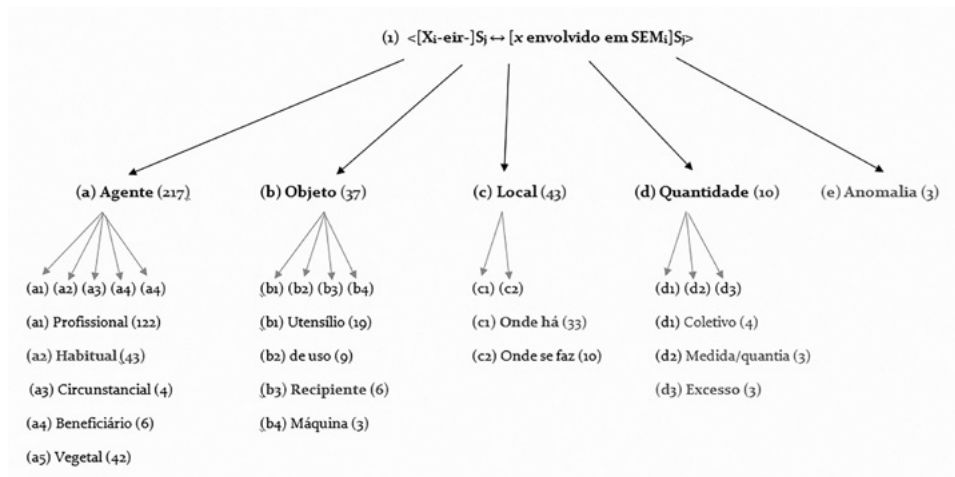
O subesquema *noção coletiva*, que já existia em latim, instancia, no PA, *cabeleiras* (PA039: conjunto de cabelos), *ceveyra* (PA071: cereais miúdos próprios para a ceva), *cizneiros* (PA082: aglomerado de cisnes) e *milheyro* (PA207: conjuntos de mil unidades). Também existente no latim, o subesquema *medida/quantia* instancia *ffossadeyra* (PA138: tributo pago por aqueles que faltavam ao fossado), *quartejro* (PA272: a quarta parte de um moio) e *sesteyro* (PA299: medida de capacidade equivalente a três ou quatro alqueires). Significado inovador no português é o subesquema excesso, bastante relacionado aos fenômenos naturais. São encontradas

três instanciações: *chuuazeiros* (PA077: aguaceiro), *nevoeiro* (PA217: grande névoa) e *poeyra* (PA258: muito pó levantado). (SIMÕES NETO, 2016, p. 197)

Por último, Simões Neto (2016) destaca, no *corpus*, o esquema dominante de anomalia, uma inovação verificada no PA. Foram encontradas três realizações referentes a esse esquema: *manqueira* (a deficiência de quem é manco), *olheiras* (nódoas ao redor ou debaixo dos olhos devido ao cansaço) e *polmoeira* (doença que dá no bofe das bestas). Com base na interpretação de Pizzorno (2010), pode-se assumir que esse esquema seja uma extensão metafórica do subesquema de excesso, por via de uma metáfora conceptual do tipo “o que está em excesso é anormal/anômalo”. Assim, conforme Simões Neto (2016), reforça-se a necessidade de o modelo booiiano promover melhores ligações entre os esquemas.

A fim de propor um esquema geral das construções X-eir- substantivas do PA, Simões Neto (2016) propôs uma representação esquemática onde se veem todos os significados atestados e a frequência no *corpus*. De vermelho, o autor marcou todos os significados associados pela noção de quantidade, e de azul, destaca-se a relação entre o subesquema de anomalia e o de excesso, que também apresentam a noção de quantidade.

FIGURA 12 – ESQUEMA GERAL DAS CONSTRUÇÕES X-EIR- SUBSTANTIVAS



Fonte: (SIMÕES NETO, 2016, p.198).

Por fim, Simões Neto (2016) acrescenta que

outras relações semânticas também poderiam ser evidenciadas, como as projeções metafóricas que de agentes profissionais geram objetos e

locativos, as relações metonímicas que foram acima destacadas entre diversos subesquemas como agentes profissionais e habituais, circunstanciais e beneficiários, objetos utensílios e objetos de uso pessoal; contudo, como bem coloca Soledade (2013), para dar conta de todas essas relações semântica entre esquemas e subesquemas, subesquemas e subesquemas, seria preciso que o modelo de representação fosse tridimensional a fim de descrever a complexa rede de sentidos que em torno das construções *X-eir-se enreda*. (SIMÕES NETO, 2016, p. 198-199)

PALAVRAS FINAIS

O presente estudo mostra que a morfologia construcional, como tem sido desenvolvida por Geert Booij (2010, 1986), pode ser uma alternativa teórico-metodológica bastante interessante para as análises empreendidas no âmbito da MH, sobretudo aquelas de dados de períodos mais recuados das línguas, como o português arcaico, analisado por Simões Neto (2016). O modelo boojiano ainda precisa de reformulações, uma vez que guiado por algumas premissas gerativistas, ainda mantém características dessa teoria. Entretanto, há de se admitir que, para quem se interessa por um viés mais semântico na análise morfológica, é o que, certamente, se tem de mais contundente.

É preciso que a morfologia construcional, nas suas vindouras renovações, se aproxime de agendas da LC, que considera a linguagem por meio de um sistema conceptual e não ignora a historicidade das línguas. Sabe-se que o modelo está indiretamente ligado a essa teoria, em função da vinculação às ideias de Goldberg. Entretanto, cabe explorar/incorporar mais discussões a respeito de operações de conceptualização, como a metáfora, a metonímia, a analogia, o ajuste focal, entre outras, a fim de observar como essas atuam no léxico e nas relações que se estabelecem entre os esquemas como propostos por Booij.

Cabe ainda mencionar a necessidade de trazer o conhecimento enciclopédico para o âmbito das análises morfológicas. Com base nesses novos desafios, não se pode admitir a manutenção de conhecimento lexical separado do conhecimento de mundo, pois, assim, o modelo estaria, em tese, repetindo as mesmas formulações gerativistas, sem estabelecer uma ruptura, que tem se mostrado cada vez mais urgente.

NOTAS

1. Em que pese a dificuldade de se estabelecer se de fato alguns agentivos assumiam o caráter profissional no período arcaico da língua portuguesa, admite-se a possibilidade de que esse número possa ser modificado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. L. L. ; GONÇALVES, C. A. Polissemia sufixal: o caso das formas X-eiro - propostas e problemas. ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 20., 2004. *Anais...* Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 2004. p. 1-12. Disponível em: <<http://www.lettras.ufrj.br/posverna/docentes/72520-3.pdf>>. Acesso em: ago./ mar. de 2016.
- ARONOFF, M. *Word formation in generative grammar*. Cambridge: Mit Press, 1976.
- BASÍLIO, M. *Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.
- BASÍLIO, M. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.
- BLOCH, M. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2002.
- BLOOMFIELD, L. *Language*. New York: Henry Holt and Company, [1933].
- BOOIJ, G. E. *Construction Morphology*. Oxford, NY: Oxford University Press, 2010.
- BOOIJ, G. Form and meaning in morphology: the case of Dutch ‘agent nouns’ *Linguistics*, v. 24, p. 503-517, 1986.
- BRANDÃO, G. , E. C. Filologia textual, memória e mudança linguística. In: SEMINÁRIOS DE ESTUDOS FILOLÓGICOS, 7., 2014 . *Anais...* Salvador, 2014.
- CÂMARA JÚNIOR, J. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.
- CAMPOS, L. S. O desenvolvimento do prefixo *não*. In: OLIVEIRA, K.; CUNHA E SOUZA, H. F. ; SOLEDADE, J. (Org.). *Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 247-271.
- CHOMSKY, N. Remarks on Nominalization. In: JACOBS, R. A.; ROSENBAUM, P. S. (Ed.). *Readings in English Transformational Grammar*. Waltham: Ginn&Co, [1970]. p. 184-221.
- COELHO, J. S. B . *Semântica morfolexical: contribuições para a descrição do paradigma sufixal do português arcaico*. 2005. 575 f. Tese (Doutorado)–Instituto de Letras de Vernáculos, em Letras, Universidade Federal da Bahia, 2005. 2 t.

COELHO, J. S. B. *Um panorama dos estudos morfológicos: modelos teórico-analíticos e suas aplicações*. Salvador: Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, 2015.

COELHO, J. S. B. Experimentando esquemas: um olhar sobre a polissemia das formações $[[X - EIR]_N]$ no português arcaico. *Diadorim*, Rio de Janeiro, número especial, p. 83-111, 2013.

CORBIN, D. Associativité et stratification dans la représentation des mots construits. In: DRESSLER, W. U. et al. *Contemporary morphology*. Berlin, NY: Mouton de Gruyter. 1990. p. 43-59.

GIANASTACIO, V. A origem do sufixo -ismo: da língua grega à latina e desta à portuguesa. In: VIARO, M. E. (Org.) *Morfologia Histórica*. São Paulo: Cortez, 2014. p. 220-242.

GOLDBERG, A. E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GOMES, C. A comunidade galega em Lisboa. *Blogue do Minho*. jan. 2013. Disponível em: <<http://www.diarioliberalidade.org/portugal/resenhas/59533-a-comunidade-galega-em-lisboa.html>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

GONÇALVES, C. A. V. ; ALMEIDA, M. L. Morfologia Construcional: principais ideias, aplicação ao português e extensões necessárias. *Alfa*, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 165-193, 2014.

HALLE, M. Prolegomena to a theory of word formation. *Linguistic Linguistic Inquiry*, v. 4, n. 1, p. 3-16, 1973.

JACKENDOFF, R. Morphological and semantic regularities in the lexicon. *Language*, v. 51, n. 3, p. 639-671, sept. 1975.

JACKENDOFF, R. *The architecture of the language faculty*. Cambridge Mass: MIT Press, 1997.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors We Live By*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LOPES, M. dos S. *A prefixação na primeira fase do português arcaico: descrição e estudo semântico-morfolexical-etimológico do paradigma prefixal da língua portuguesa nos séculos XII, XIII e XIV*. 2013. 943f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras Vernáculas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. 2 t.

MARINHO, M. A. F. *Do latim ao português: percurso histórico dos sufixos -dor e -nte*. 2009. 210 f. Tese (Doutorado) – em Letras Vernáculas da Faculdade de Letras Vernáculas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

NUNES, J. J. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. Lisboa: Clássica, 1969.

- PIZZORNO, D. A. *Polissemia da construção x-eiro: uma abordagem cognitivista*. 2010. 115f. Dissertação de mestrado (Mestrado) – Faculdade de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- PRUDÊNCIO, S. *Derivação e oralidade em falantes de Salvador*. 2001. 220 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras Vernáculas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.
- SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- SANTANA, D. de O. *Prefixos derivados de preposição em textos de Língua Portuguesa do século XVII até a contemporaneidade*. 2007. 212 f. Tese (de Doutorado) – Instituto de Letras Vernáculas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- SANTOS, A. V. dos. *Compostos sintagmáticos nominais VN, NN, NA, AN e NprepN no português arcaico (sécs. XIII-XVI)*. 2009. 190 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras Vernáculas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2012 .
- SILVA, C., C. C. *A parassíntese em português: as relações entre cultura, léxico e frequência na linguística cognitiva*. 2012. 234 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras Vernácula, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- SILVA, R. V. M. *Caminhos da linguística histórica: “ouvir o inaudível”*. São Paulo: Parábola, 2008.
- SIMÕES NETO, N. A. *Um enfoque construcional sobre as formas X-eir-: da origem latina ao português arcaico*. 2016. 655 f. p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras Vernáculas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. 2. t.
- SOLEDADE, J. *Aspectos morfolexicais do português arcaico: sufixação nos séculos XIII e XIV*. 2001. 400 f. Dissertação de mestrado (Mestrado) – Instituto de Letras Vernáculas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001. 2. v.
- SOLEDADE, J. De pecadores a sabedores: agentes de -dor no Livro das Aves. In: DOMINGUES A., A. A. ; SANTOS, M. L. *Livro em homenagem aos 50 anos da edição do Livro das Aves*. [2016?]. [no prelo].
- VIARO, M. E. *A derivação sufixal do português: elementos para uma investigação semântico-histórica*. 2011. 220 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- VIARO, M. E. Sobre a inclusão do elemento diacrônico na teoria morfológica: uma abordagem epistemológica. *Estudos de lingüística galega*, n. 2, p. 173-190, 2010.

COGNIÇÃO E LÉXICO

Considerações sobre aspectos da polissemia da expressão convencional "cabra" à luz da teoria da metáfora conceptual

FERNANDA CAVALCANTI

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo abordar alguns dos aspectos que foram discutidos e analisados em nossa pesquisa de doutoramento acerca da polissemia da expressão convencional "cabra". Tais aspectos foram tratados, primordialmente, à luz da Teoria da Metáfora Conceptual (TMC), cujas bases foram lançadas por Lakoff e Johnson (1980).

Com efeito, a definição da expressão convencional "cabra" é tratada como polissêmica por dicionários gerais brasileiros de prestígio, a exemplo de Ferreira (2004). Na entrada cabra elaborada pelo dicionário em questão, o consulente se depara com a seguinte organização de significados: 1. Mamífero ruminante, a fêmea do bode; 2. Cábra; 3. Pop. Mulher devassa; 4. fig Mulher de mau gênio, irritadiça, escandalosa; 5. Astr. Capricórnio. S.m; 6. Bras. Mestiço de mulato e negro; 7. Capanga; 8. Cangaceiro; 9. Morador de propriedade rural; 10. Indivíduo, sujeito; 11. No jogo do bicho (q.v.), o 6º grupo (14) que abrange as dezenas 21, 22, 23, 24, e corresponde ao número seis; além da subentrada Cabra da Peste, Bras. N.E, definida como indivíduo valente, disposto ou digno de admiração por outro motivo.

Consideramos que o tratamento lexicográfico dispensado aos significados repertoriados na entrada cabra não é consistente. Isso porque, embora a definição em questão tenha como base os significados elencados a partir de uma escala de representatividades de 1 a 11, parecendo, com isso, adotar um modelo categorial não tradicional e mais flexível, a opção em organizá-los linearmente não condiz com o pretense caráter multidimensional dos sentidos polissêmicos aí apresentados.

Nessa perspectiva, concordamos com o ponto de vista adotado por Lakoff e Johnson (1980), de acordo com o qual, no âmbito de uma teoria de caráter experiencial, os conceitos que estruturam um item lexical devem ser definidos em relação aos papéis que desempenham nos tipos naturais de experiências, isto é, em relação às suas propriedades interacionais bem como em relação aos

protótipos e aos tipos de relação entre os protótipos. Em suma, o modelo de definição de um item lexical, de acordo com teorias de caráter experiencial, como a TMC, contraria o modelo de definição tradicional por não apresentar os conceitos definidos exclusivamente em termos de propriedades inerentes a um conjunto fixo de condições suficientes e necessárias.

Para Lakoff (1987), palavras polissêmicas devem ser tratadas a partir da organização do sistema conceptual, especialmente da organização e funcionamento de Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs). Não como uma lista de significados disjuntos tal como os dicionários o fazem. Nesse sentido, o autor se refere à possível descrição dada, por parte dos dicionários gerais, a lexia “barriga” em línguas como a otomaguense falada por uma comunidade no oeste do México.

Com efeito, foi verificada na língua otomaguense, de acordo com pesquisa realizada por Claudia Brugman (1988), uma maneira sistemática de conceptualizar os objetos no espaço por meio de projeções metafóricas que mapeiam partes do corpo humano em termos de objetos. Assim, uma frase em português do Brasil como “a pedra está debaixo da mesa”, seria dita na língua otomanguense algo como “a pedra está localizada na barriga da mesa”. Dessa forma, é possível, em consonância com Lakoff (1987), constatar que os falantes da língua otomanguense apresentam uma organização conceptual em termos de localização espacial diferente daquela dos falantes de línguas indo-europeias, que, por sua vez, se utilizam majoritariamente de preposições como “debaixo”, no caso da frase que quer localizar a pedra na mesa em português do Brasil.

Diante de tal fato, Lakoff (1987) afirma que os dicionaristas tratariam a lexia “barriga” a partir de uma entrada cuja definição do verbete estaria relacionada a uma lista de significados disjuntos, dentre os quais constaria “debaixo”. Ou seja, não haveria, por parte dos dicionaristas, preocupação em explicar de que forma os significados de tal lexia se encontrariam metaforicamente relacionados.

Por outro lado, de acordo com a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (TMCI), para dar conta da relação metafórica de significados polissêmicos que estruturam lexias como da “barriga” na tradição otomanguense, por exemplo, seria necessário compreender o sistema conceptual humano e seu processo de categorização. Assim, uma explicação para a polissemia de “barriga” na língua otomanguense, por exemplo, teria de se basear em mapeamento geral, no âmbito do sistema conceptual desses falantes, de modo a dar conta da relação entre os conceitos relativos às partes do corpo humano e às localizações espaciais à luz dos postulados experientialistas segundo os quais um conceito de natureza mais abstrata, a exemplo da localização no espaço dos objetos, seria estruturado em termos de conceitos de natureza mais experiencial, a exemplo de partes do corpo humano.

Ao estimar que a Semântica Cognitiva (SC) se vem constituindo na abordagem de maior impacto sobre os estudos lexicais nos últimos tempos, Geeraerts declara que:

[...] várias das práticas de definição e de descrição já existentes no dicionário que são de algum modo, duvidosas a partir de um ponto teórico mais antigo recebem uma interpretação e legitimidade natural no modelo teórico oferecido pela SC. Mais especificamente, existem três aspectos da concepção cognitiva de estrutura semântica lexical que devem ser discutidos: a importância dos efeitos prototípicos para a estrutura lexical, a intratabilidade da polissemia e a natureza estruturada da polissemia. (GEERAERTS, 2009, p. 56)

Geeraerts (2009) assinala, ainda, que os efeitos prototípicos de um item lexical ou lexia tornam menos nítida a distinção entre informação semântica e informação enciclopédica, contrariando, assim, a visão de lexicólogos, como Welker (2004), que preconizam que dicionário trata das “palavras” ao passo que a enciclopédia trata das “coisas”.

Em suma, de acordo com a TMCI, a questão da organização conceptual está intimamente ligada à questão da polissemia, já que se trata de um fenômeno que apresenta diferentes significados sistematicamente relacionados e motivados por metáforas conceptuais, representados na condição de MCIs. Nesse sentido, para Lakoff (1987), as relações polissêmicas entre os significados se constituem no caso de prototipia exemplar, visto que eles representariam os membros de uma categoria prototipicamente multidimensional e de caráter motivado a partir das interações sensorio-motoras humanas com o meio físico e socioculturalmente situado.

Por outro lado, na condição de egressa da cultura nordestina, particularmente da cultura fortalezense, o uso da expressão convencional “cabra”, especialmente quando tal expressão se refere a homem, passou a nos chamar atenção por acreditarmos que se tratava de uma dessas expressões polissêmicas resultantes das relações entre linguagem, pensamento e cultura e que haveria indícios de seu largo alcance e amplo uso por parte de falantes circunscritos ao perímetro urbano de Fortaleza.

Importante ressaltar, nesse sentido, que o senso comum avalia que o uso de tal expressão seja primordialmente feito por segmentos sociais, geralmente não letrados, circunscritos à zona rural do Nordeste. Começamos a observar, no entanto, que jovens do perímetro urbano de Fortaleza, inclusive universitários, faziam e fazem uso de tal expressão assim como algumas autoridades políticas, em conformidade com artigos e reportagens publicados e veiculados na grande imprensa regional, e artistas, a exemplo de compositores de canções do gênero forró.

Dessa forma, consideramos que havia indícios de que a expressão convencional “cabra”, no âmbito da cultura nordestina, especialmente da cultura fortalezense, contemplava uma relação importante entre o conceito homem e o conceito cabra. Ou seja, essa relação teria como base tanto a conceptualização da figura masculina *per se* em termos do animal cabra como a conceptualização de diversos tipos de homem – resistente, viril, valente, violento, rude, generoso e amigo – em termos do mesmo animal devido a aspectos socioculturalmente situados.

Com base nessas observações, desenvolvemos pesquisa de doutoramento na qual verificamos à luz, primordialmente, da TMC que tal expressão é efetivamente polissêmica e que a relação entre homem e cabra se dá devido, sobretudo, à função sociocultural exercida por tal animal na cultura nordestina.

Em outras palavras, verificamos com base na TMC que a relação polissêmica entre os significados da expressão convencional “cabra”, isto é, a relação entre os significados disjuntos homem comum, mestiço, morador ou originário de zona rural, cabra macho, cabra da peste e cabra bom, teria como base o mapeamento do domínio alvo do MCI “homem” pelo domínio fonte “animal” do MCI “cabra”. Ou ainda, as metáforas animais complexas de nível genérico SER HUMANO É ANIMAL e as de nível específico PESSOAS SÃO ANIMAIS e PESSOAS ABJETAS SÃO ANIMAIS estariam mapeando o domínio alvo do MCI “homem”.

Consoante Kövecses (2010), as metáforas animais seriam complexas tanto por se constituírem em metáforas de nível genérico de caráter potencialmente universal e, em metáforas de nível específico, de caráter variacional em função das experiências socioculturalmente situadas. Ou seja, as metáforas animais, para o autor em questão, teriam caráter potencialmente universal por se encontrarem presentes em grande parte das culturas, de acordo com estudos feitos, e caráter variacional devido às avaliações positivas e/ou negativas feitas por parte dos membros de determinada comunidade em relação a determinados animais.

De acordo com o objetivo deste trabalho, discutiremos alguns dos aspectos analisados por ocasião de nossa pesquisa de doutorado acerca da polissemia da expressão convencional “cabra”, especialmente os aspectos de caráter motivacional. Para tanto, centraremos nossa discussão sobre parte dos dados levantados no âmbito de tal pesquisa, isto é, sobre parte dos dados que foram levantados com a aplicação de três questionários junto a 90 participantes residentes em Fortaleza entre os anos de 2010 e 2013. São dados, especialmente, que tratam de crenças e percepções desses participantes sobre a relação homem e animal, particularmente em relação ao animal cabra, bem como de crenças e percepções desses participantes a respeito da relação entre cultura e linguagem.

OS DADOS

Para coleta dos dados que subsidiaram a análise da polissemia da expressão convencional “cabra”, no âmbito de nossa pesquisa de doutorado, adotamos metodologia de tipo quali-quantitativa. Assim, de um lado, constituímos *corpora* com base no qual enfatizamos a qualidade dos processos que compreendem a polissemia da expressão em questão; e, por outro lado, realizamos tratamento percentual dos dados que foram coletados com a aplicação dos questionários.

Os dados foram obtidos em momentos distintos (entre os anos de 2010 e 2013), a partir de três diferentes gêneros: definição, documento literário e questionário. A escolha pelo gênero questionário se deu porque, além de ser tradicionalmente adotado em pesquisas de base empírica, tal gênero oferece um elemento facilitador, já que o pesquisador pode conduzir, ainda que de forma parcial, o processo para obtenção de dados. Ou seja, com tal procedimento metodológico, o pesquisador pode:

- I. circunscrever a categoria de sujeitos;
- II. estabelecer o tema das perguntas e de que forma elas serão tratadas;
- III. determinar as variáveis que são de seu interesse;
- IV. revisitar os dados dos respondentes para deles extrair outras informações que levem em conta outras variáveis desprezadas em uma determinada etapa.

Dessa forma, além de termos circunscrito a categoria de respondentes aos residentes em Fortaleza, estabelecemos os temas das perguntas constantes nos três questionários com base em cinco critérios, dentre os quais, as crenças e as percepções sobre a relação homem e animal, especialmente o animal cabra e, as crenças e as percepções a respeito da relação entre cultura e linguagem. Embora não tenhamos estabelecido variáveis para análise dos dados em questão para pesquisa que realizamos por ocasião do doutorado, recolhemos informações da variável idade de nossos participantes, pretendendo, com isso, revisitar os dados *a posteriori*.

Quanto ao tipo de participante recrutado para nossa pesquisa, a grande maioria se constituiu de estudantes egressos de cursos da Universidade Federal do Ceará (UFC), a exemplo de estudantes recrutados em uma turma de Educação Física, em duas turmas de Dança e, em uma turma de Psicologia, bem como, de egressos de curso da Universidade de Fortaleza (Unifor), a exemplo de estudantes recrutados em uma turma de Publicidade. No entanto, contamos ainda, embora tenha sido em menor escala, com tipos diversos de profissionais, a exemplo de professores, psicólogos, pedagogos, diretores de projetos sociais, designer e porteiros.

Os dados a serem aqui tratados foram coletados e analisados a partir das respostas às questões 1 e 2 do Questionário 1 (ver Quadro 1), das questões 1, 2, 3, 6, 10, 11, 12, 13, 15 e 16 do Questionário 2 (ver Quadro 2) e, das questões 1, 2, 5, 6 e 10 do Questionário 4 (ver Quadro 3), no que diz respeito à percepção e às crenças da relação entre homem, particularmente entre homem e cabra; e a partir das respostas às questões 5, 7, 8, 9 e 14 do Questionário 2 (ver Quadro 2) e, da questão 9 do Questionário 4 (ver Quando 3), no que diz respeito à percepção e às crenças a propósito da linguagem e da cultura.

O questionário foi aplicado em março de 2013 e em agosto de 2013. Quatro dos 30 respondentes o fizeram, via e-mail, em março de 2013. Os demais 26

respondentes o fizeram presencialmente em agosto de 2013, na condição de estudantes de uma turma do curso de publicidade da UNIFOR. Trata-se de um instrumento composto por 13 perguntas. As respostas às perguntas dois e sete não apresentaram padrão possível de ser quantificável.

QUADRO 1 – QUESTIONÁRIO 1

PERGUNTAS	RESPOSTAS
1. Você acredita que o homem e a mulher são animais?	97% responderam SIM; 3,3% disseram TALVEZ
2. Se você acredita que tanto o homem quanto a mulher são animais, qual seria a diferença entre homem/mulher animal e os demais animais?	22 dos 30 participantes mencionaram a racionalidade como traço distintivo entre o homem e os demais animais
3. Você acredita que haja diferenças entre o homem brasileiro nordestino e o homem brasileiro no geral? Por quê?	70% responderam SIM; 26,7% disseram NÃO; 3,3% não responderam
4. Você concorda com a definição segunda a qual CABRA se refere a: Qualquer indivíduo/sujeito de sexo masculino/ Qualquer indivíduo/sujeito de sexo masculino brasileiro/Apenas, algum tipo de indivíduo/sujeito de sexo masculino brasileiro.	43% apontaram qualquer indivíduo de sexo masculino; 43% apontaram apenas algum tipo de indivíduo brasileiro de sexo masculino; 10% apontaram qualquer indivíduo brasileiro do sexo masculino; 3,3% não entenderam
5. Você acha que a expressão CABRA DA PESTE e CABRA MACHO se referem a: Qualquer indivíduo/sujeito de sexo masculino/ Qualquer indivíduo/sujeito de sexo masculino brasileiro / Qualquer indivíduo/sujeito de sexo masculino brasileiro e nordestino	66% apontaram para qualquer indivíduo brasileiro nordestino de sexo masculino; 23,3% apontaram para qualquer indivíduo do sexo masculino; 6,7% qualquer indivíduo brasileiro do sexo masculino; 3,3% não entenderam
6. Você acha que CABRA é usado também para se referir: Qualquer indivíduo de sexo feminino/Qualquer indivíduo de sexo feminino brasileiro/Apenas alguns indivíduos de sexo feminino brasileiro/Só se refere a indivíduo do sexo masculino	86,7% disseram que a expressão só se refere a indivíduo de sexo masculino; 10% disseram apenas alguns indivíduos brasileiros do sexo feminino; 3,3% disseram qualquer indivíduo do sexo feminino
7. Quando você ouve a expressão CABRA BOM, que tipo de imagem lhe vem à cabeça?	Todos os participantes evocaram imagem positiva do <i>cabra bom</i> . Grande parte mencionou qualidade de caráter e habilidoso
8. Você concorda com a definição segundo a qual CABRA é um representante da mistura entre mulato e negro?	86,7% disseram que NÃO; 6,7% disseram NÃO CONHECER; 3,3% disseram TALVEZ; 3,3% disseram SIM
9. Você concorda com definição segundo a qual CABRA é um jagunço?	73,3% disseram que NÃO; 13,3 disseram SIM; 10% disseram TALVEZ; 3,3% disseram NÃO CONHECER
10. Você concorda com a definição segundo a qual CABRA é um habitante da zona rural?	60% disseram NÃO; 30% disseram SIM; 10% disseram TALVEZ

PERGUNTAS	RESPOSTAS
11. Você concorda com a definição segundo a qual CABRA é um cangaceiro?	73,3% disseram NÃO; 13,3% disseram SIM; 6,7% disseram TALVEZ
12. Você concorda com a expressão que diz que “Não há doce ruim e CABRA bom”?	76,7% disseram NÃO; 10% não responderam; 10% disseram NÃO CONHECER; 3,3% não entenderam
13. “Não me mete medo! Vá dizer a este mata-cachorro que eu agüento. Sou homem, cabra. Sou homem!” Ao ler essa passagem do romance FOGO MORTO, de José Lins do Rego, você acha que essa idéia de homem é adequada, é real?	56,7% disseram SIM; 26,7% disseram NÃO; 10% não responderam; 3,3% disseram TALVEZ; 3,3% não entenderam

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

O questionário 2 foi aplicado em março de 2013 e em setembro de 2013. Seis dos 30 respondentes o fizeram via e-mail em março de 2013. Os demais 24 respondentes o fizeram presencialmente em setembro de 2013, na condição de estudantes do curso de dança da UFC. Trata-se de um instrumento composto por 16 perguntas. As respostas às perguntas quatro e seis não apresentaram padrão possível de ser quantificável.

QUADRO 2 – QUESTIONÁRIO 2

PERGUNTAS	RESPOSTAS
1. Você gosta de animais?	86,7% responderam SIM; 10% não responderam adequadamente à pergunta; 3,3% disseram NÃO
2. Você cria algum animal?	53,3% responderam SIM; 46,7% disseram NÃO
3. Você tem ou já teve algum contato direto com <i>cabra</i> ?	70% responderam SIM, 26,7% responderam NÃO; 3,3% não responderam adequadamente à pergunta
4. Quando você pensa em <i>cabra</i> o que lhe vem à mente?	10 dos 30 participantes apontaram para a imagem de <i>animal</i> (como, da própria cabra, do bode, de um animal com chifres, briguento ou de algo correlato como o berro e o leite. Há menção à zona rural como, fazenda, duas menções; sertão e interior, uma menção respectivamente; bem como a imagem de <i>homem</i> (machista, cabra da peste, cabra macho).
5. Você associa <i>cabra</i> a alguma simbologia?	56,7% responderam SIM, 36,7% responderam NÃO; 6,7% não responderam

PERGUNTAS	RESPOSTAS
6. Qual seria para você uma característica marcante de <i>cabra</i> ?	A característica marcante da cabra foi o berro, com sete menções. As demais características citadas foram chifres e resistência, com três menções, respectivamente; cheiro, com duas menções; valentia, temperamento forte, teimosia, persistência em resistir, leite, chifradas, e curiosamente safadeza, com uma menção respectivamente.
7. Você conhece alguma história interessante com <i>cabra</i> ?	63,3% responderam NÃO; 33,3% responderam SIM; 3,3% não responderam
8. Você acha que <i>cabra</i> estaria mais associada a alguma região do Brasil?	86,7% responderam SIM e 73,3% apontaram o Nordeste como região; 6,7% disseram NÃO; 6,7% não responderam
9. Você vê alguma função específica de <i>cabra</i> para o contexto sociocultural em que vive?	50% responderam SIM; 36,7% disseram NÃO; 13,3% não responderam
10. Você acha que <i>cabra</i> tem algum atributo que o relacione com a ideia de companheirismo?	50% responderam NÃO; 40% responderam SIM; 6,7% não responderam adequadamente a pergunta; 3,3% não responderam
11. Você acha que <i>cabra</i> tem algum atributo que o relacione com a ideia de violência?	50% responderam NÃO; 40% responderam SIM, 6,7% não responderam; 3,3% não responderam adequadamente à pergunta
12. Você acha que <i>cabra</i> tem algum atributo que o relacione com a ideia de valentia?	66,7% responderam SIM; 30% responderam NÃO; 3,3% não responderam
13. Você acha que <i>cabra</i> tem algum atributo que o relacione com a ideia de virilidade?	50% responderam NÃO, 43,3% responderam SIM; 6,7% não responderam
14. Você acha que <i>cabra</i> representa melhor o gênero masculino ou feminino?	46% apontaram o gênero masculino; 26,7% apontaram o gênero feminino; 16,7% apontaram ambos os gêneros; 6,7% não responderam adequadamente à pergunta; 3,3% não responderam
15. Você gosta do cheiro de <i>cabra</i> ?	70% responderam NÃO, 23,3% não responderam adequadamente à pergunta; 3,3% responderam SIM; 3,3% não responderam
16. O que você acha da aparência de <i>cabra</i> ? Você a acha um belo animal?	60% responderam SIM; 26,7% responderam NÃO; 6,7% não responderam adequadamente; 6,7% não responderam

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

O Questionário 4 foi aplicado em julho de 2013, junto a 30 estudantes do curso de Psicologia da UFC. Trata-se de um instrumento com 10 questões. As respostas às perguntas 5 e 6 não apresentaram padrão possível de ser quantificável.

QUADRO 3 – QUESTIONÁRIO 4

PERGUNTAS	RESPOSTAS
1. Você acredita que o homem é um animal? Por quê?	93,3% responderam SIM; 3,3% responderam NÃO; 3,3% não responderam
2. Você acredita que o homem possa ser representado por um animal? Qual seria e por que razão?	60% responderam SIM; 30,0% responderam NÃO; 6,7% disseram NÃO SABER; 3,3% não responderam
3. Você concorda com que a imagem do homem nordestino seja representada por <i>cabra</i> ?	50% responderam NÃO; 30,0% responderam SIM; 10% disseram TALVEZ; 3,3% disseram que lhes era INDIFERENTE; 3,3% disseram NÃO SABER; 3,3% não responderam
4. Você vê alguma diferença quando um homem (nordestino?) é chamado de <i>cabra</i> ao invés de somente “Homem”, “Cara”, “Rapaz”? Qual seria essa diferença?	73,3 % responderam SIM; 20,0% disseram NÃO; 3,3% disseram TALVEZ; 3,3% disseram NÃO SABER
5. Em sua opinião, qual seria o aspecto físico relativo a <i>Cabra</i> que você acredita que, em alguma medida, se assemelharia a de um homem ?	17 dos 30 participantes, ao serem declararam “não haver nenhum aspecto” ou se abstiveram. Quando o fizeram, apontaram para baixa estatura, em quatro menções; resistência, em duas menções.
6. Em sua opinião, qual seria o aspecto moral ou comportamental relativo à <i>cabra</i> que, em alguma medida, se assemelharia a de um homem?	12 entre os 30 participantes não mencionaram nenhum aspecto ou disseram não saber. Os demais participantes mencionaram resistência, três vezes; teimosia, três vezes; e força, duas vezes.
7. Você acredita que seus pares (Avô, Pai, Marido, Companheiro, Amigos íntimos e em geral) possam ser chamados por você de <i>cabra</i> ? Por quê?	50% responderam NÃO; 43,3% responderam SIM; 6,7% disseram TALVEZ
8. Você acredita que homens com os quais você não tem intimidade (chefe, colegas de trabalho, anônimos na rua e no comércio e prestadores de serviços e autoridades de um modo geral) possam ser chamados por você de <i>cabra</i> ? Por quê?	76,7% responderam NÃO; 13,3% responderam SIM; 6,7% responderam DEPENDE; 3,3% disseram TALVEZ.
9. Você acha que o <i>cabra</i> tem nacionalidade ou naturalidade específica?	60% responderam SIM, 23,3% responderam NÃO; 6,7% disseram TALVEZ; 6,7% disseram NÃO SABER; 3,3% não entenderam
10. Você se vê representado por algum animal? Qual seria? Por quê?	43,3% responderam SIM e 43,3% responderam NÃO; 10% não responderam adequadamente à pergunta; 3,3% disseram NÃO SABER.

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

ANÁLISE E RESULTADO

No que tange às crenças e às percepções sobre a relação homem e animal, especialmente em relação ao animal cabra, é possível afirmar que a relação dos respondentes com os animais é boa, já que declararam gostar e criar animais. No entanto, foi manifestada certa tensão em ver o ser humano, assim como a si próprio, representado por um animal. Ou seja, de um lado, parte dos respondentes não concorda com tal representação por considerar o ser humano como único, seja em termos de animal ou não. Alega, ainda, que se o ser humano é animal, já estaria sendo representado por ele mesmo. Por outro lado, parte dos respondentes concorda com tal representação por considerar simbolicamente possível que o ser humano, na condição de espécie ou de indivíduo, tenha determinadas características humanas representadas por um ou vários animais. Os que justificam aí a natureza animal do ser humano, a partir da perspectiva evolucionista, sugerem que o ser humano poderia ser representado por animais como, macaco, chimpanzé ou bonodo.

No que diz respeito ao animal cabra, especificamente, ele foi avaliado pelos respondentes como um animal valente e de boa aparência, apesar de não exalar bom cheiro. Embora não considerem que haja, de modo geral, aspectos físicos comuns e semelhantes entre homem e cabra, os respondentes percebem alguma relação comportamental entre ambos, a exemplo do temperamento forte, da teimosia e da resistência.

Dessa forma, é plausível argumentar a favor de que, em consonância com o modelo cultural da Cadeia do Grande Ser (LAKOFF; TURNER, 1989), os respondentes percebem o ser humano como superior aos demais animais, devido, principalmente, ao seu caráter único de animal racional. Ainda sob a perspectiva da Grande Cadeia do Ser, especialmente no que diz respeito à conceptualização de domínio não humano em termos de domínio humano, é plausível, igualmente, pleitear que, ao animal cabra, foi atribuído comportamento humano como o de valentia, o de temperamento forte, o de teimosia e o de resistência. Nesse sentido, podemos pleitear, igualmente, à luz das metáforas animais, que homem é compreendido aí em termos de cabra com base no mapeamento das características de temperamento forte, teimosia, resistência e valentia, que foram atribuídas à cabra.

Por outro lado, de acordo com Kövecses (2010), há evidências no sentido de que, com base em estudos, o domínio fonte animal seja um dos mais produtivos, sobretudo em conceptualização do humano em termos do não humano, mais especialmente e majoritariamente em conceptualização ser humano em termos de animal e comportamento humano em termos de comportamento animal; e, minoritariamente, partes do corpo humano em termos de partes de corpo de animal e comportamento de objetos em termos de comportamento animal. Em outras palavras, seria plausível argumentar a favor de que o conceito cabra é motivado por metáforas animais SER HUMANO É ANIMAL no nível genérico,

isto é, **HOMEM É CABRA; PESSOAS SÃO ANIMAIS** no nível específico, isto é, **HOMEM VALENTE E RESISTENTE É CABRA**.

Nessa perspectiva, as metáforas animais de nível específico seriam motivadas por aspectos socioculturalmente situados devido ao compartilhamento do entendimento entre os membros da comunidade de Fortaleza de que o animal cabra é valente, teimoso e resistente e de que o homem nordestino, diante das adversidades que enfrenta, não se dobra e se mantém ereto.

Quanto em relação às crenças e à percepção da relação entre linguagem e a cultura, podemos afirmar que, de acordo com os respondentes, o homem nordestino tem suas especificidades em relação ao homem brasileiro em geral. Podemos ilustrar melhor tal afirmação, com base nos seguintes comentários feitos pelos respondentes:

Para o participante 1 “[...], *os homens nordestinos são muito machistas, mais que os outros de outra região*”;

Para o participante 2 “[...], *culturalmente existe uma diferença gritante*”;

Para o participante 3 “[...], *por conta das questões culturais presentes em cada região*”;

Para o participante 4 “[...], *diferença cultural, linguística, entre outras*”;

Para o participante 5 “[...], *pois o nordestino possui garra e força de vontade, geralmente, e foi o povo nordestino que fez boa parte do Sul e Sudeste*”;

Para o participante 5, *“na verdade, há diferença entre o homem nordestino e o estereótipo do homem brasileiro em geral”*;

Para o participante 6 “[...], *eu acho os nordestinos mais batalhadores e com um humor diferenciado do geral*”.

Nesse sentido, é interessante notar que, ao comentarem a respeito da simbologia em torno de cabra, os respondentes se reportam à figura do homem em termos de cabra, considerada, por eles, como a figura de um homem do sertão; de um homem de fibra e guerreiro; de um homem “escroto”; de um cabra macho; de um homem trabalhador, bruto, do sertão; e de um homem “invocado” (valente). Ou seja, é possível verificar que, em conformidade com os respondentes, algumas das características atribuídas ao homem nordestino compõem na simbologia atribuída ao homem conceptualizado em termos de cabra.

Por outro lado, os respondentes associam o animal cabra à região Nordeste e conferem a esse animal função primordialmente alimentícia (carne e leite) e comercial (com a produção do couro) no contexto sociocultural em que vivem.

Há menção ainda a esse respeito da contribuição cultural da cabra em termos de histórias, vocabulário e expressões. Podemos ilustrar melhor tais considerações, a partir dos seguintes comentários feitos pelos respondentes:

Para o participante 1 “[...] *aqui no Ceará, ele [o animal cabra] foi “produto”. A carne, o leite, e também virou lenda em história*”;

Para o participante 2, “*Além da culinária e do uso do couro, um termo da cultura linguística*”;

Para o participante 3, “[...], *o termo “cabra” é usado para se referir a homens valentes, galanteadores etc.*”;

Para o participante 4, “*há expressões populares como: Cabra macho, cabra bom...*”;

Para o participante 5, “*vejo, pois é um animal muito comum no Nordeste e que, como mostrado em Vidas Secas, o sertanejo espelha-se nele por suas características*”.

Ainda no que diz respeito à percepção e crenças em torno da cabra, segundo os respondentes, ela simbolizaria aspectos místicos, presentes, inclusive nas tradições satânicas e ocultistas, assim como assinala igualmente Cascudo (2009). Ou seja, segundo Cascudo (2009), encontra-se no folclore brasileiro, especialmente no folclore sertanejo, a seguinte crença:

[...] A cabra e seu esposo, o bode, mereceram ambiente religioso e ainda se fala no Bode de Mendes, força do ímpeto fecundador, também sabedor de segredos comprometedores ao casal como aliado às potências infernais e íntimo das bruxas e mesmo encarnando o demônio. O Bode Preto era a forma clássica do Diabo nas festas dos *sabats*. O Bode Sujo é sinônimo português ainda vivo no Brasil. (CASCUDO, 2009, p. 60)

A visão de que a cabra teria forças mágicas e diabólicas aponta para avaliações negativas em relação a esse animal. Dessa forma, podemos inferir que o mapeamento homem em termos de cabra é motivado tanto por avaliações positivas em relação à cabra por ser ela valente, teimosa e resistente, além de provedora de alimentos e derivados, como também por avaliações negativas em relação ao mesmo animal por ele estar associado à mística e a rituais pagãos. Com isso, teríamos metáforas animais no nível específico PESSOAS ABJETAS SÃO ANIMAIS mapeando HOMEM RUDE, ILETRADO, BRUTO, MACHISTA É CABRA.

Ademais, tais crenças e percepções interferem na representação do gênero linguístico da palavra cabra, levando os respondentes a atribuírem o gênero particularmente masculino à palavra em questão. Ou seja, tais crenças e percepções,

a nosso ver, motivam o mapeamento do domínio fonte do MCI “cabra” pelo domínio alvo “homem”.

Em suma, é plausível argumentar a favor de que há evidências consistentes quanto o caráter motivacional dos aspectos socioculturalmente situados na conceptualização de homem em termos de cabra no âmbito da comunidade dos falantes residentes em Fortaleza. Em outras palavras, é possível verificar evidências de que o homem nordestino, e de certa forma o homem cearense e fortalezense, além de ser compreendido de maneira distinta do homem brasileiro em geral, é compreendido em termos de “cabra”, isto é, de homem bruto, machista e escroto, mas, também, de homem valente, batalhador e guerreiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Cascudo (2009), verificamos que a importância do leite de cabra para alimentação das crianças sertanejas era de tal ordem que se alcunhou o dito animal de “comadre cabra”. Além dessa função socioeconômica crucial da “comadre cabra”, não apenas na zona rural setentrional do Brasil, mas em todo território nacional, Cascudo (2009) nos informa acerca de aspectos místicos envolvendo a cabra, quais sejam: para além da visão pouco amigável que a cabra goza na tradição judaico-cristão, haveria uma crença, no âmbito da cultura popular brasileira, de que tanto a cabra como o bode sumiriam durante algumas horas do dia para ir ter com o “coisa ruim”.

Diante de tal crença, Cascudo (2009, p. 62) nos faz saber que havia outra crença segundo a qual quando o menino se apresentava “demasiado vivo, arteiro, endiabrado”, costumava-se atribuir a causa de tal comportamento ao leite de cabra. Ou seja, tal animal não apenas garantia a alimentação do corpo das crianças sertanejas como de sua alma também.

Com base nos postulados do modelo cultural da Grande Cadeia do Ser (LAKOFF; TURNER, 1989), podemos postular que essa crença emergiria motivada, de um lado, por aspectos culturais de abrangência global contemplados no modelo em questão, quais sejam: o mundo ao redor do ser humano seria organizado com base em uma escala composta de, no mínimo, quatro níveis, no qual nós seríamos conceptualizados de modo a ocupar o topo da escala e os animais de modo a ocupar o nível abaixo subsequente. Tal conceptualização se daria com base em crença e percepções de que nós seríamos dotados de racionalidade, moralidade e consciência, ao passo que o animal seria dotado, sobretudo, de instinto.

Dessa forma, a cabra, na condição de animal, transmitiria a alguns, que de seu leite bebia, a sua principal característica: o instinto. Ou seja, alguns meninos que bebiam do leite de cabra, tornavam-se animais. Por conseguinte, perdiam a principal característica que lhes constituíam como seres humanos, a racionalidade.

Por outro lado, tendo em vista que o modelo cultural da Grande Cadeia do Ser participaria na estruturação do conhecimento humano em termos de não humano, particularmente com base em metáforas animais aos moldes postulados por Kövecses (2010), a cabra, aos olhos das comunidades nordestinas, seria responsável pela transferência por meio de seu leite de características que lhe distinguem dos demais animais, qual seja: a sua natureza diabólica. Desse modo, alguns meninos que bebiam de seu leite tornavam-se animaisicamente “endiabrados”.

Esses dois entendimentos, na condição de instâncias que emergem das experiências corpóreas – particularmente, das experiências socioculturalmente situadas – de membros de comunidades nordestinas, apontam para a forma como a cabra é aí conceptualizada: um animal que, por um lado, traz benefício, por se constituir em uma das principais fontes de alimentação das crianças nordestinas; e que, por outro lado, traz malefícios, por transmitir características desaprovadas socialmente a alguns meninos que de seu leite bebem.

Em suma, de acordo com os dados verificados, a conceptualização “homem” em termos de cabra apresenta indícios consistentes de que há tanto aspectos potencialmente universais que mapeiam SER HUMANO É ANIMAL, como aspectos socioculturalmente situados, motivados por crenças e percepções acerca da cabra, que mapeiam PESSOAS SÃO ANIMAIS e PESSOAS ABJETAS SÃO ANIMAIS.

Tais aspectos, a nosso ver, devem contemplar o tratamento polissêmico dado à expressão convencional “cabra”. Assim, estimamos que os dicionários gerais, a exemplo de Ferreira (2004), ao elencarem os significados disjuntos na condição de definição polissêmica do verbete cabra, deveriam se preocupar com o caráter multidimensionalmente estruturado do conceito cabra.

REFERÊNCIA

- BRUGMAN, C. M. *The story of over: polysemy, semantics and the structure of the lexicon*. New York: Garland, 1988.
- CASCUDO, L. C. *Coisas que o povo diz*. São Paulo: Globo, 2009.
- CAVALCANTI, F. C. *A análise da expressão convencional cabra sob a perspectiva da teoria dos modelos cognitivos idealizados*. 2014. 246f. Tese (Doutorado Letras) –Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2004.
- FREYRE, G. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 7. ed. São Paulo: Global, 2004.

GEERAERTS, D. A prática definitória dos dicionários e a concepção semântico-cognitiva de polissemia. *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, n. 25, p. 55-76, jul./dez. 2009.

GIBBS, R. Porque a linguística cognitiva deveria se preocupar mais com métodos empíricos. *Cadernos de Tradução*. Porto Alegre, n. 25, p.193-215, jul./dez. 2009.

GIBBS, R. Evaluating conceptual metaphor theory. *Discourse Processes*, New York, n. 48, p. 529-562, 2011.

GRADY, J. E. *Foundations of meaning: primary metaphors and primary scenes*. 1997. Thesis (Ph.D) – University of California, Berkeley, 1997.

KÖVECSES, Z. *Metaphor in culture: universality and variation*. Nova York: Cambridge University Press, 2005.

KÖVECSES, Z. *Metaphor: a practical introduction*. Nova York: Oxford University Press, 2010.

LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the human mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, G. The contemporary theory of metaphor. In: ORTONY, A. (Org.). *Metaphor and thought*. Nova York: Cambridge University Press, 1993. p. 1-47.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da Vida cotidiana*. São Paulo: Educ; Campinas: Mercado de Letras, 1980.

LAKOFF, G.; TURNER, M. *More than cool reason: a field guide to poetic metaphor*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

MACEDO, A. C. P. de. Categorização semântica: uma retrospectiva de teorias e pesquisa. *Revista do Gelne*, v. 4, n. 1, 2002.

MACEDO, A. C. P. de. Cognição e linguística. In: MACEDO, A. C. P. de; FELTES, H. P. de M. ; FARIAS, E. M. P. (Org.). *Cognição e linguística: explorando territórios, mapeamentos e percursos*. Caxias do Sul: Educ; Porto Alegre: Edipucrs, 2008. p. 9-37.

ROSCH, E. et al. Basic Objects in Natural Categories. *Cognitive Psychology*. v. 8, p. 382-439, 1976.

SILVA, A. S. da. *O mundo dos sentidos em português: polissemia, semântica e cognição*. Coimbra: Almedina, 2006.

WELKER, H. A. *Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia*. Brasília, DF: Thesaurus, 2004.

Colocações e o conceito de unidade lexical da *framenet*: contribuições para a lexicografia computacional

DIEGO SPADER DE SOUZA

INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho é discutir a posição das colocações em um dicionário temático organizado com base no arcabouço teórico-metodológico da Semântica de *Frames*. O estudo aqui apresentado tem base nos resultados obtidos na dissertação de mestrado de Souza (2015), que foi desenvolvida no contexto do projeto Field: Dicionário de Expressões do Futebol (CHISHMAN, 2014),¹ que se caracteriza como um recurso lexicográfico trilingue (português, inglês e espanhol) da linguagem futebolística organizada a partir do conceito de *frame* semântico, oriundo dos trabalhos do linguista americano Charles J. Fillmore.

Um dos vários desafios encontrados na elaboração do dicionário foi definir o papel e o lugar das colocações na estrutura lexicográfica, levando em consideração a abordagem baseada na teoria fillmoriana. Nesse sentido, buscamos, no âmbito deste texto, apresentar subsídios para a resolução do referido problema. Importa salientar desde já a relação entre a lexicografia e a Semântica de *Frames* (e seu projeto computacional de aplicação da teoria, a *FrameNet*), que tem sido profícua para a área dos dicionários. (FILLMORE; ATKINS, 1994, 2003; ATKINS; RUNDELL, 2008; GEERAERTS, 2007) Segundo Geeraerts (2007), a *FrameNet* apresenta um valioso material semântico para os lexicógrafos, que podem ali encontrar meios de enriquecer a sua prática.

Outro ponto importante que caracteriza a pesquisa descrita neste estudo é o uso da Linguística de *Corpus* como aporte metodológico, de forma que a extração dos dados para análise é feita através do *software* Sketch Engine. (KILGARRIFF, 2004) Vale mencionar que o dicionário Field também faz uso do arcabouço da Linguística de *Corpus*, tendo construído três *corpora* da linguagem futebolística,

1 O dicionário é fruto dos esforços do grupo de pesquisa *SemanTec*, coordenado pela prof.^a dr.^a Rove Chishman (Unisinos).

um para cada idioma do referido recurso. Nossos dados pertencem ao *corpus* em português brasileiro.

Assim, o trabalho está estruturado da seguinte forma: a fundamentação teórica cobre o fenômeno das colocações – de forma que nos voltamos tanto à sua descrição quanto à sua representação na lexicografia tradicional –, e a Semântica de *Frames* e a FrameNet (brevemente); em seguida, descrevemos os procedimentos metodológicos, para, por fim, passarmos à análise e discussão dos dados deste estudo.

AS COLOCAÇÕES

Nesta seção do trabalho, nos dedicamos à descrição linguística do fenômeno das colocações, bem como à forma como a lexicografia tradicional trata a categoria.

DESCREVENDO O FENÔMENO LINGUÍSTICO

Construções como “melhor amigo” e “suar frio”, tão comuns na linguagem cotidiana, designam casos de colocações. (TAGNIN, 2013) De modo preliminar, podemos definir uma colocação como um agrupamento lexical que ocorre frequentemente. O termo “colocação” [collocation] foi inserido no cenário linguístico no ano de 1957 pelo linguista britânico J. R. Firth na obra *Papers in Linguistics*, que o definiu como um termo técnico. Consoante o estudioso, “colocações de uma dada palavra são afirmações dos lugares habituais ou costumeiros dessa palavra”. (FIRTH, 1957, p. 181, tradução nossa) As colocações, dessa forma, atestam o comportamento das palavras da língua, apontando para os relacionamentos que mantêm umas com as outras no discurso dos falantes. Para Stella Tagnin (2013, p. 63), Firth cunhou o termo no intuito de “designar casos de coocorrência léxico-sintática, ou seja, palavras que usualmente ‘andam juntas’”.

Em seu trabalho, Firth atenta para as noções de frequência e de restrição. O primeiro conceito está relacionado à própria natureza dessas construções, tendo em vista que é o hábito de uma palavra de se associar a outras de forma constante que a caracteriza como colocação. Em outras palavras, é preciso que uma combinação apresente alta incidência no uso. A frequência, em vista disso, está relacionada com o conceito de restrição, que parte do princípio de que esses arranjos lexicais não ocorrem de forma aleatória. Tagnin (2013) exemplifica essa questão fazendo uso de itens lexicais do inglês:

No inglês, por exemplo, a palavra *shrif*t praticamente só ocorre com o adjetivo *short*, na combinação *short shrif*t, ‘tratamento frio, rude’; *bolt*, como advérbio, sobrevive apenas na expressão *bolt upright*, ‘teso’; *breakneck* ocorre preferencialmente em *breakneck speed*, ‘velocidade vertiginosa’. (TAGNIN, 2013, p. 63)

Embora Firth seja conhecido como aquele que introduziu o termo na linguística, é valioso salientar que o estudo das colocações já se fazia presente nos estudos da linguagem, como é o caso do trabalho do francês Charles Bally, um dos discípulos de Ferdinand de Saussure. Bally, que situa as combinações lexicais no eixo sintagmático de Saussure, atenta para o fato de que a língua se dá através de associações e agrupamentos entre as palavras. (BALLY, 1909) Contudo, Bally aponta também que tais associações e agrupamentos não ocorrem de maneira uniforme, constatando nuances que permitem diferenciar e classificar essas combinações. O linguista, então, cria uma distinção entre agrupamentos momentâneos e unidades indecomponíveis. Os agrupamentos momentâneos são autônomos e se desligam com facilidade, dando origem a outras combinações, enquanto as unidades indecomponíveis possuem natureza contrária, haja vista que os elementos associados não apresentam tal caráter de autonomia, dado que seu sentido está condicionado à forma combinada. É dentre as unidades indecomponíveis de Bally que podemos inserir aquilo que chamamos de colocações.

Outro teórico que se dedicou às colocações foi Franz Josef Hausmann, cujos estudos nos interessam especialmente, dada a sua aplicabilidade à lexicografia (SVENSÉN, 2009), como veremos na seção 2.2. Dentre os trabalhos do linguista, figuram caras contribuições ao estudo das colocações. No caso específico dessa categoria, é creditada a Hausmann (1989) a classificação dos elementos que compõem as colocações em base e colocado. A base designa o elemento semanticamente independente, isto é, cujo significado não depende do colocado, que, por sua vez, se refere ao elemento semanticamente dependente, uma vez que atua na tarefa de adicionar significação à base. Assim, podemos dizer que Hausmann identifica dois elementos das colocações que não se qualificam como iguais, ou seja, existe, na perspectiva do teórico, uma hierarquia entre eles. Notemos o seguinte exemplo:

- 1) Atualmente, a *política* base *externa* colocado do país está na pauta da mídia.

Percebemos que a base “política”, já explicitada no enunciado acima, poderia estar sozinha na oração sem que se causasse ao leitor ou ouvinte algum tipo de estranhamento. O colocado, no entanto, não usufrui dessa característica, pois sua função é contribuir com o conteúdo semântico da base, delimitando seu significado.

Partindo dos conceitos introduzidos, Hausmann (1989) contribuiu, ainda, com uma segunda classificação, essa baseada nos diferentes arranjos gramaticais das colocações, para os quais identifica qual o elemento corresponde à base e qual corresponde ao colocado:

- a) Substantivo_{BASE} + adjetivo_{COLOCADO;}
- b) Substantivo_{BASE} + verbo_{COLOCADO;}
- c) Verbo_{COLOCADO} + substantivo_{BASE;}
- d) Verbo_{BASE} + advérbio_{COLOCADO;}
- e) Adjetivo_{BASE} + advérbio_{COLOCADO;}
- f) Substantivo_{BASE} + (preposição) + substantivo_{COLOCADO.}

Importa ressaltarmos que as definições e classificações de Hausmann fundamentam a discussão apresentada na próxima subseção, que é feita a partir de Svensén (2009). Destarte, passamos à aplicação dos estudos sobre colocações à lexicografia tradicional, a fim de perceber quais os critérios e posicionamentos da área com relação ao tratamento do fenômeno.

COLOCAÇÕES À LUZ DA LEXICOGRAFIA TRADICIONAL

Svensén (2009) é um dos autores que tratam do fenômeno das colocações à luz da prática lexicográfica. Para ele, uma das consequências das propriedades de tais expressões está em como as colocações são fáceis de serem compreendidas pelos falantes, ao passo que são difíceis de serem produzidas. Esse raciocínio repercute diretamente na lexicografia, haja vista que as colocações são, assim, estruturas convencionalizadas.

Nesta seção, apresentamos brevemente os critérios de Cop (1990) para a disposição de colocações na estrutura de recursos dicionarísticos, de forma que a autora apresenta duas perspectivas distintas: a semasiológica e a onomasiológica.

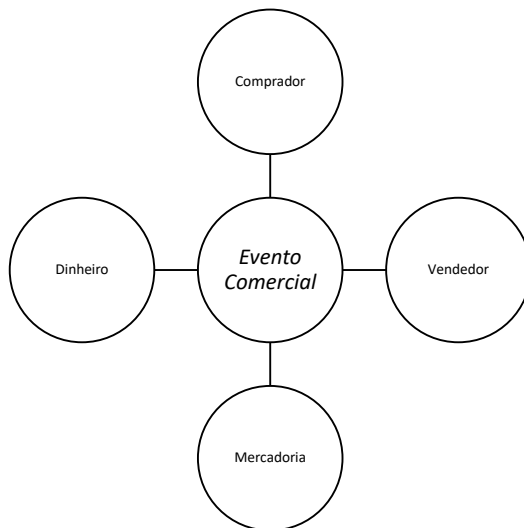
- I. **Perspectiva semasiológica:** em dicionários dessa natureza, o usuário faz sua busca partindo da estrutura linguística. Assim, diz-se que o dicionário é utilizado para recepção. As colocações devem, portanto, integrar a microestrutura dos verbetes correspondentes aos seus colocados. Cop (1990) argumenta que o significado da base de uma colocação comumente não apresenta dificuldades para o falante, o que não ocorre com o colocado, que necessita de especificação. Assim, ao consultar o verbe *exorbitante*, o consulente terá a indicação da colocação *preço exorbitante*.
- II. **Perspectiva onomasiológica:** dicionários onomasiológicos seguem a direção oposta à dos semasiológicos, uma vez que a busca do usuário é feita a partir de um conceito, não de uma forma linguística. Nesse caso, as colocações são inseridas na microestrutura nos verbetes correspondentes às bases, apresentando ao usuário qual ou quais colocados podem estar atrelados ao elemento da entrada. Ao consultar *suspeitas*, portanto, o usuário tem a sua disposição a colocação *levantar suspeitas*.

Tendo em vista as informações acima, percebemos que, no ponto da lexicografia tradicional, estruturas como as colocações devem integrar a estrutura de outros verbetes. Tal posição contrasta com o método desenvolvido pela FrameNet, a qual abordamos em mais detalhes a partir da próxima seção.

A SEMÂNTICA DE FRAMES E A FRAMENET

Configurando-se como uma das hipóteses da Linguística Cognitiva para a descrição do significado, a Semântica de *Frames*, teoria desenvolvida pelo linguista americano Charles J. Fillmore entre as décadas de 1970 e 1980, defende que o conhecimento dos falantes acerca dos sentidos dos itens lexicais da língua é relativizado por estruturas conceptuais denominadas *frames*. Tais estruturas podem ser descritas como esquematizações da experiência humana, designando sistemas de conceitos inter-relacionados, de modo que o acesso a um desses conceitos pressupõe a retomada do sistema como um todo (FILLMORE, 1982). Utilizemos o exemplo clássico do autor com o *frame* de Evento Comercial:²

FIGURA 1 – A ESQUEMATIZAÇÃO DO FRAME EVENTO COMERCIAL



Fonte: Fillmore (1982).

2 A utilização da fonte Courier New para identificação de *frames* no texto é uma convenção dos estudos da Semântica de *Frames* e da FrameNet.

Costumeiramente, um evento comercial deve apresentar quatro elementos básicos, descritos na figura: um comprador, um vendedor, uma mercadoria e o dinheiro. Petruck (2001) aponta que, nesse caso, a compreensão de itens lexicais como os verbos “comprar” e “vender” passa pelo entendimento do *frame* que eles evocam. Em outras palavras, compreender o sentido de itens lexicais como comprar e vender determina compreender o que é um evento comercial, quais os elementos pertencentes a tal *frame* e de que forma eles se relacionam.

Considerada uma perspectiva inovadora para a descrição do significado, a Semântica de *Frames* inspirou contribuições para outros segmentos da análise linguística, como a linguística computacional, a lexicologia e a lexicografia. É nesse contexto que nasce a FrameNet.

A FrameNet (FILLMORE, 1997) é uma base de dados lexical cujo objetivo é descrever os itens lexicais da língua inglesa, tomando por base a noção de *frame* semântico da teoria fillmoriana. Um dos aspectos mais importantes do modelo de análise semântica da FrameNet está no conceito de unidade lexical (doravante UL), que comporta diferentes tipos de estruturas linguísticas (Figura 2). Em conformidade com Ruppenhofer et al (2010), uma UL caracteriza o pareamento de uma estrutura linguística com um significado, isto é, com um *frame* semântico.

FIGURA 2 – LISTA DE ULS COM A LETRA C

C

- CEO.n (Leadership) Created Lexical Entry
- CW.n (Weapon) Created Lexical Entry Annotation
- CWIED.n (Distant operated IED) Created Lexical Entry
- Californian.n (People by origin) Created Lexical Entry Annotation
- Chicagoan.n (People by origin) Created Lexical Entry
- Christian name.n (Being named) Finished Initial Lexical Entry Annotation
- Christmas Day.n (Commemorative) Needs_SCs Lexical Entry Annotation
- cab.n (Vehicle) Created Lexical Entry
- cabbage.n (Food) Created Lexical Entry Annotation
- cabin.n (Buildings) Finished X-Gov Lexical Entry Annotation
- cable.v (Communication means) Finished Initial Lexical Entry Annotation
- cable.v (Contacting) Finished Initial Lexical Entry Annotation
- cache.n (Cache) In_Use Lexical Entry Annotation
- cache.v (Storing) Created Lexical Entry
- cackle.n (Sounds) Created Lexical Entry Annotation
- cackle.v (Communication noise) FN1_Sent Lexical Entry Annotation
- cackle.v (Make noise) FN1_Sent Lexical Entry Annotation

Como podemos observar, a FrameNet comporta, na lista de ULS, não apenas unidades simples, como *cable.n* [cabo] e *cabin.n* [cabana], mas também estruturas mais complexas, como *Christmas Day.n* [Dia de Natal] e *Christian name.n* [nome

cristão], que são colocações. Além disso, podemos perceber também que certas unidades são duplicadas, de modo que uma designa uma forma nominal (.n) e outra verbal (.v); há casos, ainda, em que a unidade duplicada aparece da mesma forma, porém em *frames* diferentes. Assim, a FrameNet apresenta três unidades lexicais para a palavra *cackle*, que pode ser traduzida de diferentes maneiras, incluindo cacarejo/cacarejar ou gargalhada/gargalhar. Uma das formas é nominal, enquanto as outras duas são verbais. A primeira se enquadra no *frame* Sounds, e as duas seguintes se dividem em mais dois *frames*: Communication_Noise e Make_Noise. Nesse sentido, como alguns autores já destacaram (BOAS, 2001; UCHIDA; FUJII, 2013), a FrameNet designa um importante recurso para a descrição da polissemia: unidades polissêmicas evocam *frames* diferentes, por isso são duplicadas.

Passamos, agora, à próxima seção, cujo objetivo é apresentar uma descrição dos procedimentos metodológicos desta pesquisa.

METODOLOGIA: O CORPUS E OS PASSOS PARA ANÁLISE

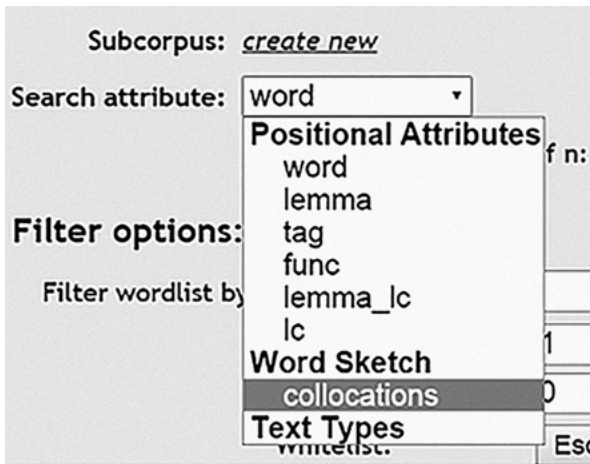
Primeiramente, julgamos pertinente abordar algumas características do *corpus* em português brasileiro do nosso dicionário e do *software* Sketch Engine. (KILGARRIFF, 2004)

O *corpus* para o português do Brasil do dicionário Field contém cerca de 1 milhão de palavras. A extração dos textos que compõem o *corpus* ocorreu em portais de notícias (iG, Terra, UOL e Zero Hora) e de equipes esportivas (Corinthians, Flamengo, Fluminense, Grêmio, Palmeiras e Vasco), além de perfis da rede social Twitter. Os textos são classificados no gênero *match report*, que atua como um relatório de uma partida de futebol, descrevendo os principais acontecimentos do jogo.

O processamento do *corpus* durante o desenvolvimento do dicionário contou com o auxílio de *softwares* do maquinário da Linguística de Corpus, como o Palavras (BICK, 2000) e o Sketch Engine (KILGARRIFF, 2004). No presente artigo, tratamos apenas do último programa mencionado.

O Sketch Engine é um sistema de consulta de *corpus* que permite que os usuários tenham acesso a uma série de informações quantitativas, como, por exemplo, a frequência de uma determinada palavra ou construção dentro da coletânea de textos. (KILGARRIFF, 2004) É possível ao usuário, também, a consulta às combinações possíveis (no âmbito do *corpus* usado) de uma palavra com outras. Destarte, o presente estudo faz uso da ferramenta *Collocations* do Sketch Engine, que permite ao usuário gerar uma lista das combinações lexicais mais frequentes no *corpus* selecionado (Figura 3). Essa ferramenta faz parte de um conjunto de funcionalidades do *software* chamado *Word List Options*, através do qual se permite criar diferentes tipos de listagens.

FIGURA 3 – FERRAMENTA COLLOCATIONS



Fonte: Elaborada pelo autor.

É preciso salientar, no entanto, que a lista de combinações geradas pelo Sketch Engine carrega consigo resultados que não nos interessam. É o caso de combinações lexicais que, embora ocorram frequentemente, não caracterizam colocações, como, por exemplo, “que não”. Assim, foi feita, em primeiro lugar, uma análise manual dos 500 primeiros resultados, a fim de verificar quais combinações se enquadravam na categoria de colocações da linguagem do futebol. Para a dissertação de mestrado que originou o presente trabalho (SOUZA, 2015), foram selecionadas as 74 colocações mais recorrentes no *corpus*. Apresentamos a análise das 10 estruturas mais frequentes.

A análise das colocações é feita uma a uma e através de exemplos com sentenças semanticamente anotadas,³ com o objetivo de verificar a relação de cada colocação com *frames* semânticos do dicionário Field. Apoiando-nos nisso, será possível estabelecer o tratamento lexicográfico das colocações na estrutura do dicionário.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Como já estabelecido na seção anterior, a análise parte das 10 colocações mais recorrentes no *corpus* da linguagem do futebol em português do Brasil, que são as que seguem na Tabela a seguir (as colocações estão dispostas na sua forma lematizada):

3 O modelo de anotação é uma adaptação feita pelo grupo de pesquisa do método da FrameNet.

QUADRO 1 – AS 10 COLOCAÇÕES MAIS FREQUENTES

Colocação	Freq.	Tipo
Abrir (o) placar	784	V + S
Cartão amarelo	457	S + Adj.
Marcar (o) gol	441	V + S
Fazer (o) gol	409	V + S
Cobrança de falta	394	S + (prep.) + S
Cobrar (a) falta	390	V + S
Zona de rebaixamento	364	S + (prep.) + S
Entrar em campo	345	V + Adv.
Linha de fundo	334	S + (prep.) + S
Passar (a) bola	329	V + S

Fonte: Elaborado pelo autor.

A primeira colocação, *abrir (o) placar*, tem 784 ocorrências. Essa colocação verbal designa o ato de um jogador marcar o primeiro gol em uma partida de futebol. Vejamos os exemplos abaixo:

- 1) [...] [os gaúchos _{TIME}] foram felizes e *abriram o placar* aos [oito minutos _{TEMPO}] com cobrança de falta certa do meia D'Alessandro e desvio de Romarinho.
- 2) [...] Osvaldo avançou pela esquerda e tocou para [Jadson _{JOGADOR}], que *abriu o placar* para o São Paulo.

Como podemos perceber pelas sentenças, a colocação apresenta, nos dois casos, um elemento referente ao jogador ou ao time que marcam o primeiro gol, abrindo o placar da partida. No primeiro caso, há, ainda, a indicação de tempo. Nesse sentido, em um primeiro momento, poderíamos relacionar a colocação “abrir (o) placar” com dois *frames*: “marcar gol e placar”. No entanto, é necessário olharmos com atenção para o significado da expressão: o ato de abrir o placar na partida está mais relacionado com a ação do jogador de marcar um gol do que com o objeto placar, algo que, em nossa visão, é explicitado na presença dos elementos presentes (o jogador/time a marcar o gol), além do verbo *abrir* que também indica uma ação. Assim, identificamos a colocação *abrir (o) placar* como parte do *frame* “marcar gol”, cuja descrição é: “Evento em que um jogador acerta a bola entre as traves e abaixo do travessão da meta do time adversário. Após a validação do árbitro, o gol resulta em um ponto no placar”. (CHISHMAN, 2014) Outra característica interessante, como podemos perceber a partir dessa análise, é que o processo de evocação de *frame* se dá principalmente através do vocábulo *placar*, que é o que indica o cenário que a colocação deve integrar.

A colocação seguinte é *cartão amarelo*, com 457 ocorrências. Diferente da colocação anterior, essa estrutura nominal designa um elemento, um objeto presente no cenário futebolístico. Passemos às sentenças a seguir:

- 1) [...] o [atacante Giovanni_{JOGADOR}] acabou expulso pelo [árbitro_{ÁRBITRO}] após receber o segundo *cartão amarelo*.
- 2) Aos [35 minutos_{TEMPO}], [João Vitor_{JOGADOR}] levou o segundo *cartão amarelo* [...].

Os elementos apresentados pela colocação *cartão amarelo* retratam situações em que um jogador, em decorrência de uma ofensa praticada em campo, recebe uma sinalização do árbitro. O mais importante na análise dessa colocação é que os elementos com os quais a expressão aparece podem nos levar a classificar *cartão amarelo* como parte dos *frames* “decisões do juiz ou falta”. Entretanto, é necessário levar em consideração que a colocação, em si, por se tratar de uma estrutura nominal que descreve um objeto, não evoca uma situação, mas o próprio objeto a que ela se refere. Por conta disso, a colocação deve ser enquadrada em um terceiro *frame*, “equipamentos”, que agrupa os objetos e ferramentas presentes em campo.

A terceira e quarta colocação, *marcar (o) gol* e *fazer (o) gol*, com 441 e 409 ocorrências, respectivamente, são apresentadas em conjunto devido a uma importante característica nelas observada. Observemos as sentenças:

- 1) Na sobra, [Fabrício_{JOGADOR}] bateu de fora da área e *marcou o gol*.
- 2) [Elton_{JOGADOR}] *marcou o gol* alvinegro no jogo válido pela 13ª rodada da primeira fase do Paulistão.
- 3) O [garoto paulista_{JOGADOR}] *fez o gol*, mas estava impedido, para sorte do Tricolor.
- 4) Aos [45 do segundo_{TEMPO}], [Rivellino_{JOGADOR}] *fez o gol* corinthiano.

Como é possível notar pelos exemplos e pelos elementos que acompanham as duas colocações, *marcar (o) gol* e *fazer (o) gol* podem ser substituídas uma pela outra nas sentenças acima sem que haja alteração de sentido. Um ponto interessante a ser destacado é a presença de duas formas para expressar a mesma situação. Contando com *abrir (o) placar*, dentre as 10 colocações mais recorrentes, três estão relacionadas ao mesmo momento de uma partida de futebol. Acreditamos que tal versatilidade lexical possa estar relacionada com a importância que esse momento carrega dentro do grande cenário futebolístico, uma vez que marcar gols é o objetivo principal dos times. O enquadre das duas colocações é feito no

mesmo *frame*: “marcar gol”. Como podemos perceber, aqui também a evocação se dá principalmente a partir do elemento nominal das colocações, que é o mesmo nas duas estruturas. O papel do verbo é indicar que a colocação exprime uma ação. Vale salientar que, de acordo com a classificação de Hausmann (1989), nas colocações de estrutura V + S, o substantivo designa a base.

A quinta colocação, *cobrança de falta*, que apresenta frequência de 394 ocorrências no *corpus*, designa, a partir de uma estrutura nominal, uma ação desempenhada pelos jogadores. Seguem os exemplos:

- 1) Aos 36 minutos, após *cobrança de falta* de [Renato Augusto_{JOGADOR}], Guerrero ajeitou de cabeça para Paulinho [...].
- 2) Aos [27_{TEMPO}], em *cobrança de falta*, [Dakson_{JOGADOR}] levantou a bola para área e Victor engoliu um frangoço [...].

A colocação, nos dois exemplos, apresenta o elemento que designa o jogador que realiza a cobrança da falta. Como dito acima, é interessante notar o aspecto nominal da colocação, tendo em vista que a sentença poderia ser alterada para incluir uma estrutura com verbo, classe gramatical muito próxima da descrição de ações. Enquadrada no *frame* cobrança de falta, a colocação apresenta, também, a forma verbal, como vemos na sequência.

A colocação seguinte é, justamente, *cobrar (a) falta*, com 390 ocorrências. Primeiramente, importa destacar que a frequência das colocações nos mostra o curioso fato de que os falantes dão preferência, neste caso, à estrutura nominal para evocar a ação de cobrar uma falta. Vejamos os exemplos:

- 1) [...] [Nilton_{JOGADOR}] *cobrou falta* [com violência_{MODO}], da [entrada da área_{LUGAR}].
- 2) Aos [15 minutos_{TEMPO}] do segundo tempo Tony *cobrou falta* frontal [na área_{LUGAR}].

Como podemos depreender dos exemplos (11) e (12), a colocação “cobrar (a) falta” também apresenta o elemento necessário_{JOGADOR} de forma que o seu enquadre também é feito no *frame* “cobrança de falta”. Contudo, devemos também observar a seguinte questão: nos exemplos com a colocação anterior, notamos que a expressão aparece como um elemento periférico ou explicativo: “após a cobrança de falta” – pois o foco é a ação posterior, realizada por Guerrero; e “em cobrança de falta” – para contextualizar a jogada de Dakson. A mesma situação não ocorre com *cobrar (a) falta*, pois, nesse caso, este é o foco principal. Com isso, constatamos que a escolha por uma ou outra forma não ocorre de modo

aleatório, uma vez que cada uma oferece efeitos particulares. Embora a classificação das duas colocações seja no mesmo *frame*, essa diferença representa relevância para o processo de evocação do cenário.

A seguinte colocação é *zona de rebaixamento*, com frequência de 364 ocorrências, que designa a área de classificação dos quatro últimos colocados em um campeonato. Passemos a exemplos do *corpus*:

- 1) Já os [cariocas_{TIME}] permanecem na *zona de rebaixamento*, em 18º, com 24 pontos conquistados.
- 2) O resultado tirava o [Vasco_{TIME}] da *zona de rebaixamento*, mas, no Couto Pereira, o Curitiba abriu o placar contra o Botafogo e devolveu os cariocas à degola.

Algo a ser destacado quanto a essa colocação é que, assim como *cartão amarelo*, *zona de rebaixamento* também caracteriza um elemento (ainda que, nesse caso, abstrato) que é parte do cenário do esporte, não uma ação. No entanto, é preciso considerar que, diferente das estruturas anteriores, *zona de rebaixamento* se refere a algo que ocorre fora dos campos, mas que é consequência de tudo aquilo que acontece durante as partidas de futebol. Quando um time vai para a zona de rebaixamento, ele não o faz em campo, mas em decorrência de sua atuação em campo. Por conseguinte, *zona de rebaixamento* é uma colocação que cabe ao *frame* “competição”, cuja definição é “Conjunto de ações, elementos e etapas relacionadas aos eventos *em que* ocorrem as disputas de futebol”. (CHISHMAN, 2014, grifo nosso)

A próxima colocação é *entrar em campo*, que aparece no *corpus* 345 vezes:

- 1) Na noite desta quarta-feira (10), o [Corinthians_{TIME}] *entra em campo* pela última rodada da fase de grupos da Copa Libertadores.
- 2) Além de ter sido o atleta que mais *entrou em campo* pela equipe alvinegra neste ano, o [zagueiro_{JOGADOR}] reforça a disciplina e o jogo limpo praticado pelos comandados do técnico Tite.
- 3) O [Tricolor_{TIME}] *entra em campo* na [quarta-feira às 21h50_{TEMPO}] para enfrentar o Cruzeiro.

Como é possível perceber, a colocação *entrar em campo* diz respeito a algo que acontece no âmbito da partida. Porém, notamos também que há um certo distanciamento por parte do narrador. Nos casos (15) e (17), por exemplo, trata-se de uma informação acerca de algo que ainda vai acontecer; o narrador dá notícias a respeito do próximo jogo de um time. Esse é um recurso bastante

utilizado no final de textos do gênero *match report*. No exemplo (16), contudo, a conjugação do verbo indica algo passado. A colocação, conquanto, não é utilizada para descrever uma ação do jogador, mas para qualificar sua atitude. Tendo em vista essas características, entrar em campo também se enquadra no *frame* “competição”.

A penúltima colocação a ser apresentada neste artigo é *linha de fundo*, com 334 ocorrências, que denomina uma das partes do campo de futebol. Veja-se as sentenças:

- 1) O goleirão gremista se esticou todo e espalmou a bola pela *linha de fundo*.
- 2) Numa rara jogada de *linha de fundo*, Maicon conseguiu escanteio que ele mesmo cobrou.

Linha de fundo é mais uma colocação que denomina um elemento, um item do esporte. Como podemos perceber pelo exemplo (18), a colocação é utilizada para acrescentar informação à ação do goleiro (espalmar a bola). Percebemos, nesse caso, que o foco da sentença não é a linha de fundo, mas algo relacionado a ela. A sentença (19) apresenta uma característica muito importante: *linha de fundo* está sendo utilizada como forma de classificar a jogada de Maicon, de dar a ela um nome. Se considerássemos a estrutura *jogada de linha de fundo* como a colocação aqui analisada, poderíamos classificá-la como parte do *frame* “táticas”. Contudo, haja vista que nosso objeto de análise neste parágrafo é apenas linha de fundo, o enquadre acontece dentro no *frame* “campo”, que reúne os termos referentes à configuração do espaço em que ocorrem as partidas de futebol.

A última colocação que analisamos é *passar a bola*, que tem 329 ocorrências:

- 1) [Gilson_{JOGADOR}] havia feito a jogada pela esquerda antes de *passar a bola* para [Tati Lopes_{JOGADOR}] [...].
- 2) [...] [o brasileiro_{JOGADOR}] gingou para cima do craque do Real Madrid, *passou a bola* por baixo das pernas do português e invadiu a área para bater rasteiro.

No exemplo (20), temos a presença de dois jogadores envolvidos na ação, Gilson, que passa a bola, e Tati Lopes, que a recebe. Neste caso, a colocação se enquadra no *frame* “passe”. O passe, no futebol, é uma tática, em que, como já dito, um jogador A transfere a posse da bola para um jogador B do mesmo time. Entretanto, nem sempre a colocação designa tal situação. No exemplo (21), temos um fato interessante a ser observado: o verbo *passar* não está sendo utilizado

para designar uma transferência de posse, mas sim para descrever o trajeto da bola. Com isso em vista, a colocação, em casos como este, deve ser classificada como parte integrante de outro *frame*, “táticas”.

A análise das 10 colocações mais frequentes no *corpus* demonstrou que tais estruturas atuam como evocadoras de *frames* do futebol. Algumas estão relacionadas a ações e evocam *frames* dinâmicos, como “marcar gol”. Outras, no entanto, dizem respeito a objetos e elementos que compõem o cenário do futebol, compondo *frames* de caráter mais ontológico, como “equipamentos”. É imprescindível salientar, contudo, que *frame* ontológico não é um termo presente no arcabouço da FrameNet, mas que se fez necessário durante a conceptualização do futebol e sua divisão em *frames* no âmbito do dicionário.

Considerando que as colocações são unidades evocadoras de *frame*, podemos afirmar que essas expressões caracterizam ULs no modelo proposto pela FrameNet. Incorporando esse raciocínio ao Dicionário Field, estabelecemos que as colocações da linguagem futebolística devem integrar a lista de verbetes do recurso, contrariando o método da lexicografia tradicional, que opta por inseri-las na microestrutura de outros verbetes. Ao mesmo tempo, é interessante notar também a forma como, nas colocações verbais, a partícula nominal parece ter participação maior na evocação do *frame* (como vimos em *abrir (o) placar*). Passemos, agora, às nossas conclusões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS

O objetivo deste trabalho foi reportar os resultados obtidos a partir da dissertação de Mestrado de Souza (2015). O problema de pesquisa aqui apresentado buscou apresentar, a partir do aporte teórico da Semântica de *Frames* e da FrameNet, subsídios para o tratamento das colocações no contexto de um dicionário futebolístico organizado a partir da citada teoria. A partir da análise das colocações, foi possível estabelecer uma solução para o problema de pesquisa, mostrando que o modelo desenvolvido por Fillmore oferece meios para enriquecer a prática lexicográfica, determinando o lugar das colocações como parte da lista principal de verbetes.

Perspectivas para estudos futuros seguem duas diferentes frentes: primeiramente, o grupo de pesquisa SemanTec segue aprimorando o dicionário da linguagem do futebol, ao passo em que também trabalha na construção de um segundo recurso lexicográfico baseado em *frames*, este voltado ao léxico dos esportes olímpicos. Em segundo lugar, vale mencionar, também, estudos sendo desenvolvidos em nível de Doutorado pelo autor, cujo principal objetivo é promover a aproximação entre a lexicografia e a Semântica Cognitiva Lexical, da qual o *frame* semântico é um dos principais e mais profícuos conceitos.

REFERÊNCIAS

- ATKINS, B. T. S.; RUNDELL, M. *The Oxford Guide to Practical Lexicography*. Oxford, NY: Oxford University Press, 2008.
- ATKINS, S.; RUNDELL, M.; SATO, H. The contribution of FrameNet to Practical Lexicography. *International Journal of Lexicography*, v. 16, n. 3, p. 333-357, 2003.
- BALLY, C. *Traité de stylistique française*. 3. ed. Genéve: Georg & Cia, 1951. v.1.
- BICK, E. *The Parsing System PALAVRAS: automatic grammatical analysis of portuguese in a constraint grammar framework*. Aarhus [Denmark]; Oakville, Conn: Aarhus University Press, 2000.
- CHISHMAN, R. L. de O. et al. Field: Dicionário de Expressões do Futebol: um recurso lexicográfico baseado no aporte teórico-metodológico da semântica de frames e da linguística de corpus. *Signo*, Santa Cruz do Sul, RS, v. 39, n. 67, p. 25-35, jul./dez. 2014.
- COP, M. The function of collocations in dictionaries. In: MAGAY, T.; ZIGÁNY, J. (Ed.). *BudaLEX '88 Proceedings: papers from the 3rd International EURALEX Congress*, Budapest, 4-9 September 1988. Budapest, HUN: Akadémiei Kiadó, 1990. p. 35-46.
- FILLMORE, C. J. Frame Semantics. In: LEE, I-H. ; ŎŎ-HAKHOE, H. *Linguistics in the Morning Calm: selected papers from SICOL-1981*. Seoul, KOR: Hansinh Publishing Co., 1982, p. 111-137.
- FILLMORE, C. J.; ATKINS, B. T. S. Starting where the Dictionaries stop: the challenge for computational lexicography. In: ATKINS, B. T. S.; ZAMPOLLI, A. (Ed.). *Computational Approaches to the Lexicon*. Oxford, NY: Oxford University Press, 1994. p. 349-393.
- FIRTH, J. R. 1. Modes of meaning. In: FIRTH, J. R. *Papers in linguistics 1934-1951*. London, NY: Oxford University, 1957. p. 190-215.
- GEERAERTS, D. Lexicography. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (Ed.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford, N Y: Oxford University Press, 2007. p. 1160-1174.
- GOFFMAN, E. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. New York: Harper & Row, 1974.
- HAUSMANN, F. J. Le dictionnaire de collocations. In: HAUSMANN, F. J. et al. (Org.). *Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires : ein internationales handbuch zur lexikographie*. Berlin, NY : Grujter, 1989. p. 1010-1019.
- MINSKY, M. A framework for representing knowledge. In: WINSTON, P. H.; HORN, B. *The Psychology of Computer Vision*. New York: McGraw-Hill, [1975]. p. 211-277.

PETRUCK, M. R. L. *Frame semantics*. 2001. Disponível em: < http://www.princeton.edu/~adele/LIN_106_UCB_files/Miriam-Petruck-frames.pdf>. Acesso em: 18 set. 2015.

ROSCH, E. H. On the internal structure of perceptual and semantic categories. In: MOORE, T. E. (Ed.). *Cognitive Development and the Acquisition of Language*. New York: Academic Press, 1973. p. 111-144.

RUPPENHOFER, J. et al. *FrameNet II: extended theory and practice*. 2010. Disponível em: <<https://framenet2.icsi.berkeley.edu/docs/r1.5/book.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2015.

SOUZA, D. S. *Jogada de letra: um estudo sobre colocações à luz da Semântica de Frames*. 2015. 135 f. Dissertação (Mestrado em letras) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2015.

SVENSÉN, B. *A Handbook of Lexicography: the theory and practice of dictionary-making*. Cambridge, NY: Cambridge University Press, 2009.

TAGNIN, S. E. O. *O jeito que a gente diz: combinações consagradas em inglês e português*. São Paulo: Disal, 2013.

Parafasias semânticas e descritivas: evidências dos MCI's, processos de referenciação e organização semântico-lexical

RAFAELA RAMOS DA SILVA NEVES E LOU-ANN KLEPPA

PALAVRAS: O PROCESSO DE CATEGORIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO LEXICAL

A investigação mais aprofundada sobre as parafasias implica estudar também a palavra. Delbecque (2006) afirma que a análise de uma unidade lexical pode seguir duas abordagens: a semasiológica e a onomasiológica. A primeira analisa a palavra e seus diferentes significados, relacionando-os às entidades às quais se referem. A segunda ocupa-se em observar as palavras que estabelecem entre si uma relação de sinonímia. A palavra, pois, tanto integra o debate sobre a referenciação linguística quanto as análises sobre a organização do léxico em redes semânticas.

A Linguística Cognitiva (LC) lança mão da onomasiologia para entender o funcionamento da linguagem no cérebro. Entre outras coisas, ela hipotetiza sobre o processo de categorização, isto é, a motivação que nos leva a colocar entidades que compartilham semelhanças dentro de um mesmo grupo. Conforme afirma Ferrari (2014, p. 31), assim como agrupamos coisas, podemos pensar que a linguagem, no cérebro, encontra-se da mesma forma: organizada por categorias.

Podemos falar em níveis de categorização. Quando colocamos entidades em um mesmo bojo, estamos, inevitavelmente, separando os elementos constituintes do grupo daquele elemento que designará de forma genérica o que ali se encontra. Por exemplo, o grupo dos “meios de transporte” é composto por “avião”, “barco”, “trem”, “carro” etc. O termo “meios de transporte” ocupa um nível superordenado, sendo designado de hiperônimo. Os demais termos estão a ele subordinados e podem ser chamados de categoria subordinada ou hipônimo.

Isso significa dizer que, ao evocar “carro”, emergem, na mente do falante, todas as outras palavras que guardam semelhança semântica com a primeira palavra, pois existe um campo lexical em torno do qual o léxico se organiza.

Em interações dialógicas ou em situações de teste com sujeitos afásicos, é notável a realização da parafasia, a qual é “a substituição de uma palavra por outra que se relaciona a ela semântica ou fonologicamente”. (TUBERO, 2010, p. 84) Esse fenômeno linguístico é recorrente em ocasiões em que o sujeito afásico não alcança a palavra-alvo e emprega outra em seu lugar. A análise de dados de indivíduos afásicos parece corroborar com a teoria de que existe um campo lexical, já que, em suas respostas, nota-se a relação estabelecida entre os níveis de um processo de categorização lexical: hiperônimos e hipônimos.

A PALAVRA E SEU REFERENTE

Partindo do pressuposto de que o léxico se organiza em redes semânticas, perceberemos que a palavra-alvo não possui um significado fechado, e que a resposta do afásico, para ser correta, deve apontar exatamente para o referente ao qual ela se vincula. Deve haver, na verdade, a interação entre os interlocutores em um processo de construção de significado. Fala-se, portanto, como aponta Koch (2005) não mais de referência, mas sim de referenciação:

A referenciação constitui, assim, uma atividade discursiva. O sujeito, por ocasião da interpretação verbal, opera sobre o material linguístico que tem à sua disposição, procedendo a escolhas significativas para representar estados de coisas, com vistas à concretização da sua proposta de sentido (Koch, 1999, 2002). Isto é, as formas de referenciação são escolhas do sujeito em interação com outros sujeitos, em função de um querer-dizer. (KOCH, 2005, p. 104)

O fragmento acima é ainda mais significativo quando o vinculamos à parafasia: os testes de nomeação também são um material linguístico, devido a isso, estarão sujeitos à interpretação do indivíduo, o que pode ocasionar padrões de respostas divergentes, mesmo quando são utilizadas as mesmas ferramentas de avaliação da afasia em sujeitos diferentes. As parafasias, por sua vez, são o resultado de um querer-dizer do sujeito afásico.

MODELOS COGNITIVOS IDEALIZADOS (MCI'S)

Os MCI's também participam do processo de construção do significado. Eles se referem ao conhecimento complexo, armazenado na memória de longo prazo e formado a partir das experiências vividas pelo falante. (LAKOFF apud FERRARI, 2014, p. 99) Assim como ocorre na noção de referenciação, os MCI's relacionam o estudo do significado aos interlocutores.

Para Lakoff (1987, p. 53-54), os MCI's organizam-se a partir de três princípios: estrutura proposicional, esquemas imagéticos e processos metafóricos e metonímicos. As estruturas proposicionais são conhecimentos que se relacionam a uma cultura em específico. Lakoff (1987) debate a noção de semana dividida em sete dias. Trata-se de uma estrutura proposicional, uma vez que não se trata de um padrão universal, sendo observado apenas em algumas culturas.

Os esquemas imagéticos, por sua vez, são conhecimentos que se constituem a partir da experiência corporal. Como exemplo, Ferrari (2014, p. 99) cita o esquema imagético “contraforça”. Nosso entendimento sobre este esquema pauta-se no conhecimento que possuímos, de origem sensorio-motora, sobre a ação de impedir o movimento de algo ou alguém.

O terceiro princípio trata dos processos metafóricos e metonímicos. Para Lakoff e Johnson (apud FERRARI, 2014, p. 91) esses dois processos constituem a maneira como pensamos. A metáfora evidencia-se, quando empregamos um domínio-fonte, que é concreto, para referirmo-nos a um domínio conceitual abstrato, ou seja, o domínio-alvo. Em frases como “gastar tempo” ou “perder tempo”, percebemos que os verbos “gastar” e “perder” aludem a dinheiro, porém, nessas sentenças, eles foram empregados para referirem-se à entidade conceitual tempo. Tais exemplos demonstram o aspecto principal da metáfora: “experienciar uma coisa em termos de outra”. (FERRARI, 2014, p. 94)

A metonímia, por outro lado, caracteriza-se por realçar partes diferentes de um mesmo domínio-matriz. Delbecque (2006, p. 60) ilustra este processo cognitivo com a afirmação “eu comi pato ontem”. Trata-se de uma metonímia pelo fato de destacar todo o conjunto do animal para falar, na verdade, apenas de sua carne. Conforme afirma Delbecque (2006), “a metonímia toma o todo para designar apenas uma parte ou toma apenas uma parte para designar o todo”.

As reflexões feitas até aqui serão retomadas no momento em que analisaremos os dados de MS e OJ. Antes, porém, explicaremos melhor o que é o Teste de Nomeação de Boston (TNB).

TESTE DE NOMEAÇÃO DE BOSTON (TNB)

Segundo Reisdorfer (2007, p. 53), em sua dissertação de mestrado, o Teste de Nomeação de Boston é uma ferramenta empregada em nível internacional para avaliar afasias. Nele, são encontradas 60 figuras cuja frequência varia na língua: há figuras cujo nome é recorrente (árvore, cama, lápis), e há outros itens cuja frequência é menor (ábaco, transferidor, paleta). Reisdorfer (2007) realça o fato de que o TNB parece privilegiar as figuras cujo nome tem baixa frequência (pergaminho, esfinge, ábaco, aldrava, estetoscópio, unicórnio são exemplos), o que exige um conhecimento escolarizado de alto nível pelo participante do teste.

Reisdorfer (2007) chama atenção ainda para a baixa qualidade dos desenhos presentes no teste. Algumas figuras parecem com outro objeto totalmente diferente. Este é o caso, por exemplo, do aspargo que parece um espinho, e do martelo que se assemelha a um aparelho de barbear. A precisão do desenho é importante porque ele é o referente, logo guiará a produção do sujeito afásico.

Com relação à metodologia do teste (KAPLAN; GOODGLASS; WEINTRAUB, 1983 apud TUBERO, 2010), cada figura deve ser exibida na sequência em que aparece por, no máximo, 20 segundos. O teste pode ser interrompido se o sujeito afásico cometer seis erros consecutivos. Acertos e erros devem ser contabilizados para que, dessa forma, seja possível quantificar o desempenho do afásico e vincular a sua dificuldade à área lesionada no cérebro.

Os dados avaliados na presente pesquisa foram retirados de dois sujeitos afásicos (MS e OJ) quando foram submetidos ao TNB. É importante ressaltar que não descrevemos a aplicação de todo o teste, mas somente o momento em que produziram parafasias. Além disso, os sujeitos participavam de um experimento realizado por Lou-Ann Kleppa e Rosana do Carmo Novaes Pinto, as quais não seguiram a metodologia tradicional descrita anteriormente. A interação entre os indivíduos afásicos e não afásicos baseou-se na abordagem dialógica, a qual ressalta a subjetividade do indivíduo e não procura associar, por meio do teste, a alteração na linguagem apresentada pelo sujeito com a área lesionada no cérebro.

Os encontros com MS e OJ foram gravados em vídeo, proporcionando-nos o acesso aos seus dados. A execução do TNB foi realizada em separado e data de 2006, ano em que os indivíduos em questão participavam das reuniões no Centro de Convivência de Afásicos (CCA) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

ANÁLISE DE DADOS

MS e OJ são dois sujeitos afásicos com agramatismo. Trata-se, segundo Kleppa (2010), de uma fala sintaticamente reduzida em maior espaço de tempo, em que há predomínio de palavras lexicais e de sentenças não finitas, isto é, em que não há verbos flexionados ou não há verbos.

Com relação ao histórico clínico de cada um, temos as seguintes informações: MS sofreu um derrame em 2002 e tinha 60 anos quando foi entrevistado pela primeira vez (quatro anos após o ocorrido). OJ, por outro lado, foi vítima de um derrame em 1993 e foi entrevistado pela primeira vez aos 55 anos, 13 anos após o Acidente Vascular Cerebral (AVC). Afirma que ficou seis anos sem falar, produzindo apenas “pápápá”.

Conforme podemos conferir em Kleppa (2010), a vida profissional de MS foi repleta de atividades que, embora diferentes entre si, exigiam dele o uso constante da linguagem: foi ator de teatro, guia turístico no Paraguai, jornalista no Reino Unido, professor de inglês em curso preparatório para vestibulandos, diretor de um programa de televisão, além de ser graduado em Letras. Embora afásico, consegue comunicar-se com desenvoltura: gesticula bastante e expressa-se por meio da linguagem corporal e verbal, mesmo com seus limites.

OJ, por sua vez, não cursou o ensino superior e trabalhou como vendedor de peças de televisão para lojas especializadas. Não escreve e tem dificuldade para ler. Atribui sua afasia a um problema de memória e não de linguagem.

INTERAÇÕES DIALÓGICAS

A partir de agora, transcreveremos a interação dialógica entre os sujeitos afásicos e suas interlocutoras. Nestas transcrições, as pesquisadoras serão referidas pelo “I” (investigadora), seguido pelas letras minúsculas que as identificam, por exemplo, Lou Kleppa é “Ilk” e Rosana do Carmo Novaes Pinto é “Irn”. Os sujeitos afásicos serão referidos pelas iniciais maiúsculas de seus nomes.

Há a presença de símbolos que objetivam captar alguns aspectos da fala, como, por exemplo, os dois pontos (:), que significam alongamento da vogal ou da consoante, e as reticências, que representam pausa, quando esta for de duração considerável, os segundos de interrupção aparecerão entre parênteses. Com exceção deste último, os demais símbolos são adotados pelo Projeto Norma Urbana Culta.

Além disso, os gestos foram transcritos na última coluna para que o leitor capture melhor aquilo que os sujeitos inseridos na interação, principalmente os afásicos, possam ter querido dizer.

O sujeito MS

Iniciaremos pelo teste de MS. Para ele, foi adicionado uma variável: como é fluente na língua inglesa, Irn pede a ele para que responda os nomes das figuras tanto em português quanto em inglês, sem se preocupar com uma ordem. O importante era proferir a primeira palavra que viesse à mente.

DADO 1 - PALAVRA-ALVO: *BED*

Turno	Sigla	Transcrição	Observação
1	Irn	então... aqui, você já falou... lembra em inglês?	
2	MS	Isso... ham... ham	gesto de negativo com a cabeça

3	MS	desk... não	gesto de negativo com a cabeça mais uma vez
4	MS	É... (2s) não, não lembro.	
5	Irn	Nenhuma outra palavra associada? Você falou desk, isso pra gente já é um dado. Interessante... é um dado. Isso aqui é desk, né?	bate na mesa
6	MS	I::sso... I::sso	
7	Irn	Interessante, por isso, assim que eu... o que você vier, você fala.	
8	MS	I:: sso	
9	Irn	E se eu te der um prompting... b::... b:: (4s) É que se você der um prompting maior que isso, você vai falar a palavra.	
10	MS	Ham	Rindo
11	Irn	(2s) Pensa num sintagma. Por exemplo, em português você fala assim... vou levantar, vou fazer minha cama ou vou arrumar minha cama. Em inglês, to make the...	
12	MS	Bed	

Fonte: (KLEPPA, 2010).

Conforme exposto no título do dado 1, a palavra-alvo era *bed*. MS acertou o nome em português sem maiores dificuldades, contudo, no momento em que foi requisitada a palavra em inglês, parece tentar evocá-la (turno 2), mas produz a parafasia *desk* (turno 3). Embora essa tenha sido a sua produção, MS sabe que não é a resposta correta, falando, logo em seguida ao termo *desk*, a negação “não”, e afirmando, no turno 4, que não lembra qual é o nome da figura no outro idioma.

A ocorrência deste fenômeno deflagra a relação existente entre o léxico e o campo semântico, o que parece corroborar com a hipótese de que, no cérebro, “a linguagem também esteja organizada em categorias”. (PINTO; CRUZ, 2012) MS não recordou a palavra *bed*, todavia, o termo *desk* atrela-se ao outro por integrar o mesmo campo semântico “móveis”. Temos, portanto, que *desk* e *bed* são elementos hipônimos que se organizam sob o hiperônimo “móveis”.

No turno 5, percebemos que Irn não enquadra a resposta de MS como erro: ao bater na mesa, mostra que *desk* dirige-se a outro referente. Indica ainda a proximidade semântica dos dois elementos para que MS perceba que sua produção é válida.

Apesar das pistas, MS ainda busca por *bed*. Irn oferece a ele um contexto maior em que a palavra “cama” normalmente é empregada para que, por meio de uma expressão cristalizada, o termo *bed* venha à tona.

DADO 2 - PALAVRA-ALVO: HOUSE

Turno	Sigla	Transcrições	Observações
1	MS	Hum... (3s) hum... casa (3s) hum... building	
2	Irn	building? Ok.	
3	MS	I::	gesticula com a mão, fazendo o sinal de mais ou menos
4	Irn	É... e se fosse, digamos assim, mais sinônimo de casa (2s). Building seria, né, prédio, construção, mais geral, né? E a palavra (2s) em inglês pra casa?	
5	MS	H::ouse	

Fonte: (KLEPPA, 2010).

Neste segmento, vemos novamente a produção de uma parafasia. Ela emerge também quando MS busca a designação da figura em inglês, porém, diferentemente do que ocorre no momento anterior, a palavra proferida é *building* (turno 1), que, como Irn destaca, é o termo genérico para construções (turno 4). Houve, então, o acesso ao nível superordenado (construções/ edificações) em detrimento ao nível subordinado.

Percebemos que Irn guia sutilmente MS para a resposta correta, fazendo-o perceber a relação semântica entre a resposta dele e o que se pede. Podemos teorizar que o fato da interlocutora repetir a palavra “casa” duas vezes (turno 4) pode ter ajudado MS a selecionar a palavra-alvo.

É interessante notar que, mais uma vez, apesar de reticente com a sua resposta, o sujeito afásico não deixa de proferi-la (turno 3).

DADO 3 - PALAVRA-ALVO: PIRÂMIDE

Turno	Sigla	Transcrição	Observação
1	MS	tchã nã nã nã	entoa uma musiquinha e dança
2	MS	É... (3s) não. É... múmia	aponta para a cabeça
3	MS	Não	sinal negativo com a cabeça e com a mão
4	Irn	Tem a ver com a múmia... tá, tá todas no mesmo, só ver múmia quando tem isso aí por perto.	
5	MS	I:: Es-fin-ge	
6	Irn	Não. Super interessante isso que você tá fazendo: múmia, esfinge	percorre as folhas do teste
7	Irn	Eu tô subvertendo tudo o que eles fazem no teste	mostra a figura da Esfinge para MS

8	MS	Mú::mia	
9	Irn	Nã::o	
10	MS	Não, não	aponta para a figura da Esfinge
11	Irn	O que você falou? Você tinha falado múmia...	
12	MS	Es-fin-ge	
13	Irn	Esfinge... Isso	volta para a figura da pirâmide
14	MS	(3s) Como chama? Ai...	põe a mão na cabeça
15	Irn	As pã rã rã do Egito	
16	MS	As quatro múmias do Egito	todos riem
17	Irn	Você falou o nome de um filme, por um acaso?	
18	MS		faz sinal positivo com a cabeça
19	Irn	Sou louca para ir pro Egito pra ver as...	
20	MS	Ah...(3s) Cataratas, não	sinal de repúdio com a mão
21	MS		aponta de novo para a figura e põe a mão nos olhos
22	Irn	As pi...	
23	MS	A...a... pi-râ-mi-des	

Fonte: (KLEPPA, 2010).

No dado 3, ocorre algo muito interessante: MS tenta, por duas vezes, atribuir o nome correto à figura pirâmide. Primeiro, ele fala “múmia”, em sequência, produz “esfinge”. Ao tentar operar epilinguisticamente, ele continua sem obter sucesso, sem desviar, contudo, do campo semântico em questão, cujo elemento maior e genérico é Egito.

Irn, entusiasmada com as parafasias de MS, folheia o caderno de testes e mostra ao indivíduo a figura esfinge, e mais uma vez ele responde “múmia”, mostrando que todos os nomes citados e aquele que não foi evocado estão, de fato, organizados em uma rede semântico-lexical.

Percebe-se que MS sabe do que se trata, tanto que persiste em sua tentativa. Irn oferece a ele um contexto sintagmático maior para que, por meio do processo de combinação e contiguidade, (JAKOBSON, 1954) ele consiga selecionar “pirâmide”. Contudo, não é isso que acontece, o que surge é “cataratas”.

A palavra “pirâmide” foi selecionada por MS somente no momento em que Irn fornece a ele um *prompting* – pista fonética com as sílabas da palavra até o sujeito acertar ou até ela ser totalmente proferida por quem aplica o teste (turno 22). Neste caso, o contexto lexical mais amplo fornecido por Irn (as pã rã rã do Egito) não saiu como o esperado, uma vez que MS associa, a pista semântica ao nome de um filme (turno 16).

DADO 4 – PALAVRA-ALVO: POLVO

Turno	Sigla	Transcrição	Observação
1	MS	Ham	aponta para a figura
2	MS	o-qui-to-pu-tos	
3	Irn	octopus... Ok. E... em português?	
4	MS	É... é... ham... hum... ih	faz uma expressão de surpresa e ri
5	Irn	Você lembrou primeiro em inglês mesmo?	Ri
6	MS	I::	balança a cabeça positivamente, demonstrando que foi a primeira palavra que veio à sua mente
7	Irn	Tá mais próximo do...	aponta para a figura
8	Ilk	Cê contou?	aponta para a figura
9	Ilk	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8...	
10	MS		faz sinal positivo com a cabeça
11			todos riem
12	Irn	Ele sabe que tem oito...	
13	MS	(5s) Não.	aponta para a cabeça
14	MS	(3s) O-qui-to-pu-tos	faz uma expressão e um sinal com o dedo, indicando que não conseguia recordar o nome certo
15	Irn	Em inglês... em português...	
16	MS	Não (2s) volcano, não	
17	Irn		expressão de surpresa com a resposta de MS
18	MS	(7s) Esqueci...	
19	Irn	Ok. Começa com pol:: (3s) pol::	
20	Ilk	a gente come isso...	
21	MS	Não... eu faço maravilhas	aponta para a figura e para si
22	Ilk	Ah:: você faz?	
23	Irn	É... então vamos pensar assim... se você tem, por exemplo, vamos supor que cê tá falando que vai fazer algum tipo de peixe na sexta-feira santa. Quais são as possibilidades, o que você pode fazer?	
24	MS	Bacalhau	
25	Irn	Bacalhau	
26	MS	Salmão... hum...	
27	Irn	Você que faz, né, MS? Não é a Laura, né? É você mesmo?	

28	MS	I:: I:: ham	aponta para si repetidamente, enfatizando que é realmente ele quem faz
29	Irn	A Laura fica lá com os doces, com os bolos, e você...	
30	MS	I:: maravilha... é... é...	
31	Irn	então vamos lá, o que mais?	
32	MS		faz sinal de pausa
33	MS	sã... ham... viceni	gestos com os dedos como se quisesse mostrar o tamanho daquilo a que se refere
34	Irn	Em São Vicente?	
35	MS	Não	balança a cabeça em sinal negativo
36	Irn	O que que é?	
37	MS	Bacalhau, salmão, são::	faz o número três com os dedos
38	MS		expressão com o rosto, mostrando que a palavra não vem
39	Irn	É um peixe?	
40	MS	É... maravilha	
41	Irn	E que seja diferente de peixe?	
42	MS	É... (5s) hum... ham..., os-ter... hum	gesto de algo apetitoso com os dedos
43	Irn	oster, oster é o que em português?	Ri
44	MS	Ostra	
45	Irn	ostra, ham, ham	
46	MS	Ham (4s) camarão... hum... (5s) vulcã... é	aponta para a figura
47	MS	nã... não	
48	Irn	Tem uma que é o apelido do presidente, como que é?	
49	MS	Lu::la...	
50	Irn	Lula	
51	MS	Não, não	aponta para a figura mais uma vez para mostrar que <i>lula</i> não é o nome do animal
52	Irn	E esse aqui? Como é que é?	
53	MS		expressão de que não consegue recordar
54	Irn	Começa com pol:: pol:: vo	
55	MS	Ah	bate na mesa

O dado anteriormente exposto proporciona algumas observações interessantes. A primeira delas é a parafasia fonológica. Percebemos que o termo *volcano* (vulcão em português) guarda semelhança sonora com a palavra buscada por MS. A explicação pode ser o fato da sílaba *vol-* lembrar os sons dos fonemas /o/, /l/ e /v/ na palavra “polvo”.

Irn conduz o pensamento dele até o hiperônimo “frutos do mar” (turno 23). Comprovando novamente a teoria de que o léxico encontra-se organizado em categorias, o indivíduo cita seres que englobam o grupo mencionado: “frutos do mar” (hiperônimo), “bacalhau”, “salmão”, “ostra” e “camarão” (hipônimos). O estímulo de Irn faz com que MS não desista da interação e que se empenhe o máximo possível, todavia, sem sucesso.

O presente diálogo mostra ainda como o sujeito não possui total controle articulatorio em sua produção, pois é possível perceber que MS emite “o-qui-tó-po-tus” (turno 4) e, mesmo sabendo que aquela não é a palavra desejada, não consegue conter o estímulo de produzi-la (turno 14). O mesmo acontece com *volcano* (turnos 16 e 46).

DADO 5 – PALAVRA-ALVO: GUIRLANDA

Turno	Sigla	Transcrição	Observações
1	MS	Hum...(4s) é... é... não	coloca a mão no braço de Irn, pedindo para que ela não verbalizasse a palavra
2	MS	é... é... é... é... Natal	aponta para a figura
3	Irn	Hum... Hum..	
4	MS		finje que beija alguém
5	Irn	Vem com toda a carga emocional junto, né?	Ri
6	MS	I::sso... I:: sso	todos riem
7	MS	(3s) Como chama? (4s) É...	
8	Irn	Muita gente tem isso, mas não sabe o nome...	
9	MS	É... (7s) va... va... lan... não	
10	Irn	Tem essa parte que você falou. Começa com guir...	
11	MS	Guir-lan-da	

Fonte: (KLEPPA, 2010).

Ao ver a figura da guirlanda, MS a associa ao Natal (turno 2). Vemos novamente que o que está sendo evidenciado é o funcionamento semântico-lexical: guirlanda é o termo que ocupa a posição de hipônimo e relaciona-se ao hiperônimo Natal.

Além da parafasia semântica, há a parafasia fonológica (turno 8). Verificamos que MS repete em sua tentativa os sons similares às sílabas da palavra “guirlanda”:

“va...va” tem o som do fonema /a/ em /lan/e /da/. O sujeito chega a pronunciar /lan/, uma das sílabas da palavra em questão. Observamos, ainda, que a parafasia fonológica de MS (turno 9) possui exatamente o mesmo número de sílabas da palavra que ele quer pronunciar.

O sujeito OJ

A partir de agora, transcrevemos os dados da interação dialógica entre as mesmas investigadoras e o outro sujeito afásico, OJ.

DADO 6 - PALAVRA - ALVO: CASA

Turno	Sigla	Transcrição	Observação
1	Ilk	Esse aqui?	
2	OJ	Fazenda	Ri
3	Ilk	Fa::zenda	repete a resposta em tom de dúvida
4	OJ	Casa	

Fonte: (KLEPPA, 2010).

O dado 6 é bastante significativo. A figura era uma casa, OJ, porém, ao ver a imagem, fala “fazenda” (turno 2). Examinando seu enunciado mais detalhadamente, observamos que a própria figura motivou a emissão de OJ: tratava-se de uma casa grande com muitas janelas e portas. Esta imagem destoa do protótipo que temos da entidade “casa”, com isso ele nomeia o item como “fazenda” para mostrar que o que era exibido era uma construção à parte.

Há, nesse caso, um processo de referenciação. Embora a resposta do afásico aponte para outro referente, foi necessário que analisássemos sua produção, vinculando-a à figura presente no teste, o que nos permite construir o significado por trás da produção do indivíduo afásico.

Apesar de ter selecionado outra palavra diferente da inicialmente desejada, OJ alcança a palavra-alvo (turno 4). Provavelmente o fato de Ilk repetir a resposta de OJ em tom de dúvida, pode tê-lo ajudado a atingir “casa” (turno 4).

DADO 7 - PALAVRA - ALVO: CENOURA

Turno	Sigla	Transcrição	Observação
1	OJ	Fazenda... isso... milho...	
2	Ilk	Não, não é milho...	
3	OJ	Não sei...	
4	Irn	A gente põe isso aí em salada...	
5	OJ	Ah... tá...	

6	Ilk	Coelho come isso.	
7	Irn	Coelho come	
8	Ilk	Como é que chama isso?	
9	OJ	Esqueceu	
10	Ilk	Ce::	
11	OJ	Cenoura	

Fonte: (KLEPPA, 2010).

No dado 7, temos a imagem de uma cenoura, que ele nomeia “milho” (turno 1). Temos, novamente, a qualidade da figura guiando a produção do sujeito afásico. Assim como vimos na descrição anterior, é necessário associar a produção de OJ à imagem do teste. Notamos, portanto, a presença da referenciação, já que a resposta de OJ requer, mais uma vez, que ampliemos a relação entre palavra-alvo e referente.

Verificamos ainda que Ilk e Irn desviam o foco de OJ, mostrando, com diferentes contextos (salada e coelho, nos turnos 4 e 6), que o item em questão não é um milho. Porém, mesmo com as pistas, OJ necessita de uma pista fonética para acessar a palavra desejada.

DADO 8 - PALAVRA - ALVO: CABIDE

Turno	Sigla	Transcrição	Observação
1	OJ	Guarda-roupa	
2	Irn	Fica dentro do guarda-roupa. Boa, mas como é que chama isso aí?	
3	OJ	Não sei	
4	Ilk	Ca...	
5	Irn	Pensa um pouquinho. Você vai pendurar a camisa no...	
6	Ilk	Ca::bi::	
7	OJ	Cabide	

Fonte: (KLEPPA, 2010).

Neste dado, OJ realiza um processo metonímico: no lugar de cabide, evoca “guarda-roupa” (turno 1), móvel que contém, em seu interior, o objeto cabide. OJ evoca, portanto, o todo na tentativa de alcançar apenas a parte que integra este todo. Percebemos a sobreposição de partes que integram o mesmo domínio-matriz.

As interlocutoras de OJ utilizam algumas estratégias para que ele alcance a palavra desejada, entretanto nem o *prompting* (turno 4), nem o contexto sintagmático mais amplo (turno 5) auxiliaram a produção de OJ. Foi necessário que Ilk (turno 6) oferecesse um *prompting* maior para que falasse “cabide”.

DADO 9 – PALAVRA-ALVO: MÁSCARA

Turno	Sigla	Transcrição	Observação
1	OJ	Carnaval?	Entoa uma musiquinha, uma marchinha de carnaval
2	Irn	É... mas é o que de carnaval? Uma...	
3	OJ	Máscara	

Fonte: (KLEPPA, 2010).

OJ evoca “carnaval” para referir-se a *máscara*. Há, mais uma vez, o emprego do todo (carnaval) na tentativa de alcançar uma das partes deste domínio-matriz. Ao ver o desenho da máscara, o primeiro estímulo de OJ foi cantarolar uma marchinha de carnaval e perguntar se este era o contexto (turno 1). Irn confirma, e ele, sem dificuldade, nomeia a figura corretamente (turno 3).

DADO 10 – PALAVRA-ALVO: TESOURA

Turno	Sigla	Transcrição	Observação
1	Ilk	Esse aqui?	
2	OJ		gesticula, com uma das mãos, como se cortasse algo
3	OJ	(6s) corta	
4	Ilk	Ham ham... é uma coisa que corta. Como é que chama isso?	
5	OJ		Movimenta os lábios como se tentasse articular a palavra. Faz sinal de negativo com a cabeça
6	Ilk	Te::	
7	OJ	Tesoura	

Fonte: (KLEPPA, 2010).

Neste momento, estamos diante de uma parafasia descritiva (TUBERO, 2010), isto é, ao invés de recorrer às palavras que compartilham traços fonéticos ou semânticos com o termo em questão, OJ emprega outra que parece não manter nenhuma ligação com a palavra-alvo (turno 3). Contudo, o verbo “corta” descreve o elemento cujo nome OJ tenta evocar, mas não consegue. Este dado relaciona-se aos MCI’s, no que se refere aos esquemas imagéticos: OJ relembra a experiência de base sensório-motora que possui com o objeto exibido no teste. Ele só produz “tesoura” (turno 7) após Ilk pronunciar um *prompting* (turno 6) com a primeira sílaba da palavra.

DADO 11 – PALAVRA –ALVO: BANCO

Turno	Sigla	Transcrição	Observação
1	OJ		bate com os dedos na figura como se tentasse evocar a palavra-alvo
2	OJ	(10s) Sentado	
3	Ilk	Hum... hum. Senta aonde?	
4	Irn	De jardim isso aí, né? É um ban::	
5	OJ	Banco	

Fonte: (KLEPPA, 2010).

OJ não obtém sucesso ao nomear a figura e expressa a característica dela, realizando, outra vez, um acesso ao conhecimento sensorial que possui sobre aquilo que lhe é requisitado. Irn, para que OJ atinja a palavra-alvo, fornece um contexto sintagmático mais amplo aliado ao *prompting* (turno 4), o que o auxilia a obter sucesso (turno 5).

ANÁLISE CONJUNTA DOS DADOS DE MS E OJ

É notória a diferença no volume de dados gerados por MS e OJ: as transcrições de MS são mais extensas, mostrando que a sua persistência por tentar acessar a palavra é maior, gerando até operações epilinguísticas, (TUBERO, 2010, p. 63) isto é, o sujeito opera na reformulação do seu próprio enunciado. Isso fica muito claro no dado 4, em que a palavra-alvo (polvo) não é lembrada por MS, mas ele não desiste. Aceita as estratégias fornecidas pelas suas interlocutoras para atingir a sua meta. O mesmo quadro volta a ocorrer quando não consegue evocar a palavra-alvo “pirâmide” no dado 3.

OJ, por outro lado, contenta-se com a sua produção inicial, independentemente se ela for a correta ou não, o que exige, de Ilk e Irn, o fornecimento de *prompting* e de contextos sintagmáticos mais amplos para aumentar as chances do sujeito alcançar, por meio da combinação de palavras, o que lhe é pedido.

Outra diferença substancial entre os sujeitos está na linguagem corporal – a qual, devido à limitação de espaço, não será melhor discorrida neste trabalho. Esse é um recurso bastante empregado por MS e pode ter, de acordo com o contexto, significados diferentes: angústia por não conseguir expressar o que deseja, tentativa de confirmar ou refutar o que lhe foi perguntado, para exprimir seu desejo por falar, entre outros motivos. Com isso, é recorrente a presença de gestos e expressões faciais e físicas em todos os dados desse indivíduo.

No caso de OJ, notamos algum tipo de linguagem corporal apenas no dado 10. Nesta ocasião, a figura era de uma tesoura, e o primeiro estímulo que tem é simular o movimento de cortar.

Com relação às parafasias, também identificamos diversidades ao confrontarmos as transcrições de MS e OJ. Por exemplo, todas as parafasias de MS foram semânticas. Quando se empenhava em pronunciar a palavra-alvo, sempre se mantinha no campo semântico da palavra em questão. OJ, por outro lado, realizou parafasias que evidenciaram esquemas imagéticos, processos metonímicos e de referenciação.

Talvez, a resposta para o exposto acima esteja na relação com a linguagem que levavam antes de serem vítimas de um derrame. Notificamos o leitor de que MS atuou em diversas áreas ao longo de sua vida profissional e que todas compartilhavam uma característica em específico: o uso massivo da linguagem.

O mesmo não se verifica no caso de OJ. Ele foi vendedor de peças de televisão para lojas especializadas. Esta ocupação não estava atrelada ao uso da linguagem, já que vendia as peças justamente para quem necessitava delas, e, com isso, não precisava nem mesmo convencer o comprador (com a linguagem) da relevância daquilo que vendia.

Vale salientar que sua primeira participação no CCA ocorreu 13 anos após sofrer um derrame e que, ao longo deste período, afirma ter ficado seis anos falando apenas “pápápá”. Isso fez com que OJ necessitasse de outros recursos (como as pistas fonéticas e semânticas) para que atingisse a palavra-alvo. Verificaremos a validade de tal hipótese se percebermos a heterogeneidade nos dados produzidos por esse sujeito. OJ não obteve um bom resultado no nome dos itens cuja frequência é menor na língua, por exemplo, “iglu”, “rinoceronte”, “cactos”, “castor” e “dardo”; enquanto MS teve um aproveitamento completo nestes mesmos itens. Relembramos que essas mesmas entidades são de baixa frequência na língua, e pertencem a uma variante altamente escolarizada, o que explicaria o bom desempenho de MS e a falta de sucesso de OJ.

CONCLUSÃO

Acreditamos que a avaliação realizada anteriormente serviu para demonstrar como a subjetividade do indivíduo interfere na sua relação com a linguagem e como isso também pode ocasionar diferentes parafasias, mesmo em indivíduos que apresentam quadro clínico idêntico.

Os dados analisados no presente trabalho parecem demonstrar que o fenômeno das parafasias pode dialogar com as contribuições da LC, principalmente, no que diz respeito à referenciação, aos MCI's e à organização semântico-lexical.

Apesar da consistência dos dados gerados a partir das interações dialógicas, a presente pesquisa não pretende ser um viés único de interpretação desses mesmos dados. Trata-se, na realidade, de uma reflexão que poderá ser enriquecida com novos estudos sobre o mesmo tema.

REFERÊNCIAS

- DELBECQUE, N. O que há numa palavra: semântica lexical. In: DELBECQUE, N. *A Linguística Cognitiva: compreender como funciona a linguagem*. Lisboa: Instituto Piaget, 2006. p. 49-76.
- FERRARI, L. *Introdução à Linguística Cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2014.
- JAKOBSON, R. *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1954.
- LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.
- KLEPPA, L.-A. 'Estilo reduzido' em sujeitos agramáticos, não-afásicos, telegramas e manchetes. *Revista L@el em (Dis)-curso*, v. 2, n. 1, p. 93-108, 2010.
- KOCH, I. G. V. A construção sócio-cognitiva da referência. In: MIRANDA, N. S.; NAME, M. C. (Org.). *Linguística e Cognição*. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2005. p. 95-106.
- PINTO, R. C. N. ; CRUZ, T. C. S. Funcionamento semântico-lexical: discussão crítica com base em dados de situações dialógicas com sujeitos afásicos. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 708-722, maio/ago. 2012.
- REISDORFER, I. M. S. *A caracterização das parafasias na perspectiva da Neurolinguística Discursiva*. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.
- TUBERO, A. L. O quiproquó das palavras. In: MORATO, E. (Org.). *A semiologia das afasias: perspectivas linguísticas*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 62-101.

COGNIÇÃO E FRAME

Discurso, cognição e construção de sentido: uma abordagem baseada em *frames*

PAULO HENRIQUE DUQUE

INTRODUÇÃO

Neste artigo, a partir de noções já consolidadas no pensamento de um grupo significativo de pesquisadores contemporâneos, analiso o processo cognitivo-discursivo de construção de sentidos conhecido como *framing*. A estruturação de circuitos neurais (GALLESE; LAKOFF, 2005), dos mais gerais aos mais específicos e vice-versa é baseada em informações perceptuais (*frames* de referência espacial), motoras (*frames* de evento), socioculturais (*frames* conceituais) e linguísticas. Para Fauconnier (1999, p. 1), as informações linguísticas constituem o “topo do *iceberg*”¹ cognitivo, servindo como guias da construção de sentidos.

Na parte submersa do *iceberg*, bem na base, estão os *frames* de referência, ou esquemas imagéticos, que correspondem às estruturas neurocognitivas emergentes da interação sensório-motora entre agente e ambiente. Essas estruturas funcionam como plataformas sobre as quais *frames* socioculturais são emulados por metáforas conceituais. (GRADY, 1997; KÖVECSES, 2010; LAKOFF; JOHNSON, 1980) Ainda na parte submersa do *iceberg*, paralelamente à ampliação vertical das estruturas neurocognitivas, também ocorre uma expansão horizontal, graças a conexões, justaposições e projeções metonímicas, ou seja, *frames* podem ser ativados no interior, no *backgrounding*, ao lado ou como parte de outro(s) *frame(s)*, dependendo da perspectiva conceptual adotada por quem produz o discurso ou por quem compreende o texto. No topo do *iceberg* da cognição, além de guiar a ativação e a modelagem de *frames*, palavras e arranjos gramaticais orientam o preenchimento dessas estruturas com elementos: (a) do contexto situacional, circundante ou contrafactual (hipótese, crença, ficção, tempo virtual passado ou futuro, local etc.); (b) ativados previamente no discurso corrente; ou (c) fornecidos por outros discursos. É no processo *on-line* de construção de sentidos² que ocorre a substituição do preenchimento *default*

1 [...] tip of the iceberg. (FAUCCONNIER, 1999, p. 1)

2 Da perspectiva neuronal, Simulação Mental (BARSALOU, 1999), da perspectiva cognitivo-pragmática,

de *frame(s)* já ativado(s) e o fornecimento de dados para a produção de expectativas de preenchimentos futuros.

Neste artigo, pretendo demonstrar aspectos da construção de sentidos do conto “Amor”, de Clarice Lispector. A escolha desse conto se deveu à existência de poucas ações concretas. No conto, são os fatos emocionais da personagem que compõem o enredo. Esse caráter introspectivo constitui um grande desafio para uma abordagem cognitiva, de natureza não simbólica. Parto do pressuposto de que é possível, a partir da ancoragem linguística fornecida pelo próprio texto, alcançar as “raízes escuras” do *iceberg*, repleto de abstrações emuladas sobre experiências sensorio-motoras concretas. O artigo está estruturado em três partes: a seção 2, em que analiso a narrativa enquanto *frame* básico de organização do pensamento; a seção 3, em que caracterizo os *frames* morais que orientam a visão de mundo da protagonista do conto; e, por fim, a seção 4, em que mostro algumas emulações baseadas na metáfora ESTRUTURA PSICOLÓGICA É ESTRUTURA FÍSICA.

NARRATIVA: A ESTRUTURA COM QUE PENSAMOS

Segundo Lakoff (2008, p. 250, tradução nossa), “narrativas são *frames* que contam uma história [...] Uma narrativa tem uma razão para isso, uma moral. É sobre como você deve viver sua vida – ou como você não deve”.³ O autor defende que, em nossa cultura, existem duas narrativas metafóricas prototípicas baseadas no conceito de família. Além disso, cada narrativa apresenta “marcadores somáticos” que proporcionam a sensação de bem-estar ou sofrimento quando experienciamos esses *frames* narrativos.

Mesmo ações muito básicas, como “Ana se agarrou ao banco da frente”, por exemplo, se estruturam como *frames*. No caso de “agarrar-se”, é necessário que haja alguém que se agarre a algum objeto, o objeto a que alguém se agarra e a parte do corpo envolvida no ato de agarrar-se. A cena em questão corresponde ao movimento dos braços e das mãos em direção ao objeto a ser agarrado. *Frames* simples, como “agarrar-se”, podem ser combinados entre si na formação de *frames* complexos: “Ana se agarrou ao banco da frente, como se pudesse cair do bonde”.

De acordo com o autor, por se tratar de um *frame* especial, a narrativa pode ser sobre pessoas específicas, tipos de pessoas ou mesmo sobre as pessoas em geral. Parte do que torna a narrativa um *frame* cultural é que usa protótipos, temas,

conexão e integração entre Espaços Mentais (FAUCONNIER, 1999), e da perspectiva cognitivo-discursiva, Modelo Situacional. (DJIK; KINTSCH, 1983; ZWAAN, 1999)

3 Narratives are frames that tell a story.... A narrative has a point to it, a moral. Its about how you should live your life ----or how you shouldn't.(LAKOFF, 2008, p. 250)

imagens e ícones culturais. Mas, uma vez que as especificidades culturais dessa diversidade de narrativas sejam abstraídas, elas se tornam muito semelhantes.

A história protagonizada por Ana apresenta uma organização lógica dos fatos, embora de forma não linear. As pré-condições são apresentadas logo no início, quando Ana é apresentada como uma dona de casa que fizera da rotina das atividades domésticas uma maneira de “abafar” pensamentos e desejos. Certa hora da tarde, quando não há mais o que fazer, ela sai às compras, para que, ociosa, não tenha tempo de refletir sobre seus conflitos internos. Ela vai às compras e, na volta para casa, é que tudo acontece. Um acúmulo de pequenos eventos físicos e psicológicos, desde que Ana entra no bonde, culmina na visão do cego, na casca que se quebra, no fio que se rompe. Parece que a personagem vive entre dois propósitos, o de viver o seu destino de mulher, num lar seguro e previsível, ou o de extravasar suas reais sensações e sentimentos, num mundo perigoso e imprevisível. Ela parece se conformar com a primeira alternativa, mas não convictamente. Essa falta de convicção é evidenciada pelo uso de expressões que participam da construção de sentidos imprecisos, como nos exemplos de (1) a (9).

- 1) Um pouco cansada [...].
- 2) [...] suspiro de meia satisfação.
- 3) [...] apartamento que estavam aos poucos pagando.
- 4) Certa hora da tarde [...].
- 5) Seu corpo engrossara um pouco.
- 6) [...] todos os seus desejos vagamente artísticos de juventude [...].
- 7) [...] havia aos poucos emergido para descobrir que também sem a felicidade se vivia [...].
- 8) O coração se apertava um pouco em espanto.
- 9) Hora instável.

No desenlace, Ana se deixa levar pelos pensamentos e sensações no Jardim Botânico e, como resultado, apesar da aparente retomada do equilíbrio anterior, ou seja, a mera aceitação de Ana à sua condição de dona de casa, as expressões de imprecisão do início do texto são substituídas por termos que contribuem para a construção de sentidos precisos, como nos exemplos de (10) a (16).

- 10) Ela amava o mundo, amava o que fora criado – amava com nojo.
- 11) Abraçou o filho, quase a ponto de machucá-lo.
- 12) A vida é horrível, disse-lhe baixo, faminta.
- 13) Havia lugares pobres e ricos que precisavam dela.

- 14) Os dias que ela forjara haviam-se rompido na crosta e a água escapava.
- 15) Com horror descobria que pertencia a parte forte do mundo
- 16) Um cego me levou ao pior de mim mesma, pensou espantada.

Embora possa haver variações nessa estrutura, ela é comum em narrativas simples, como estrutura de evento. De acordo com Lakoff (2008), compreendemos eventos no mundo em termos do que nossos corpos podem fazer. Como resultado, cada narrativa simples apresenta uma estrutura de evento. Essa é a nossa compreensão mais simples sobre, por exemplo, voltar para casa. A estrutura de evento é ativada quando estamos vivenciando ou lendo sobre a ação de voltar para casa. Uma das razões pelas quais uma história sobre alguém voltando para casa pode alterar nossas emoções é que a comparamos com as nossas narrativas ideais, de outras histórias que lemos ou das nossas próprias experiências, que melhor se encaixam nessas estruturas. Segundo Gallese e Lakoff (2005), estruturas de eventos são transportadas por circuitos neurais. Os mesmos circuitos de “estrutura de evento” podem ser usados para vivenciar uma ação ou uma narrativa, ou compreender as ações de outros ou a estrutura de uma história.

Assim, nos sentimos angustiados com a angústia de Ana e satisfeitos com o desenlace, em que ela se torna uma mulher mais consciente e segura. O mesmo se aplica às experiências cotidianas, que apresentam uma estrutura narrativa: nos sentimos eufóricos quando nosso candidato vence a eleição e chateados quando perde. Segundo Lakoff (2008), os circuitos que caracterizam heróis como vencedores são neuralmente ligados a circuitos dopaminérgicos que produzem sentimentos positivos quando ativados. *Frames* de narrativas são estruturas cerebrais com conteúdo intelectual e emocional integrado.

De acordo com o autor, nós vivemos nossas narrativas e os nossos cérebros se beneficiam disso. Um médico pode não ser apenas um médico, mas um herói, salvando a vida das pessoas. Uma enfermeira pode ver-se como a ajudante do médico-herói. Um presidente pode ver a si mesmo como um herói salvando uma nação vítima de um ditador vilão. E uma dona de casa, como Ana, pode ver a si mesma como vítima de uma sociedade sexista, ao ter que se encaixar no “destino de mulher” reservado para ela. Enfim, os papéis da narrativa são entendidos como dando sentido à vida, incluem emoção aos eventos. O simples fato de reconhecermos *frames* narrativos evidencia que eles já estão instanciados fisicamente nos nossos cérebros. Nesse sentido, não podemos entender pessoas da vida real ou personagens da ficção sem ativarmos esses *frames* de narrativa. Não podemos entender nem a nós mesmos sem identificarmos qual a nossa narrativa.

No entanto, não há uma narrativa exclusiva para cada pessoa ou protagonista. Usamos as mesmas personagens repetidamente em combinações diferentes para pessoas diferentes. É dessa forma que automaticamente, sem controle

consciente, vemos Ana em termos de narrativa semelhante ao de várias outras mulheres que vivem para o lar e para a família, e, da mesma forma que a protagonista, também nos vemos como tendo apenas as escolhas definidas por *frames* que orientam nossas visões de mundo.

FRAMES MORAIS

De acordo com Lakoff (2006, p. 14, tradução nossa), “*Frames* são as estruturas mentais que possibilitam aos seres humanos compreender a realidade e, às vezes, criar o que acreditamos ser a realidade”.⁴ Os *frames* facilitam nossas interações mais básicas com o mundo, pois estruturam ideias e conceitos, moldam a forma como raciocinamos e podem, até mesmo, afetar o modo como percebemos as coisas e como agimos no mundo. Normalmente, fazemos uso de *frames* sem perceber, devido a seu caráter de estrutura inconsciente e de evocação automática.

Enquanto lemos ou ouvimos enunciados, *frames* são indexados por itens ou expressões linguísticas individuais de modo que, para atribuímos significado a uma simples palavra, um *frame* inteiro é acessado. (FILLMORE, 1982) Em um de seus exemplos mais conhecidos, Fillmore demonstra que palavras como “comprar” e “vender” indexam eventos do *frame* “transação comercial”. Além dessas palavras, inúmeras outras podem indexar esse mesmo *frame*, tais como, “custo”, “compra”, “vendedor”, “loja”, “gasto”, “troco”, “cobrar”, “mercadoria”, “preço” etc. Dessa forma, é correto afirmar que um *frame* é reforçado por itens lexicais de um mesmo campo semântico. A seleção lexical, por sua vez, é a responsável pela perspectivação do *frame* ativado. Sendo assim, embora “comprar” e “vender”, por exemplo, estejam envolvidos na indexação do mesmo *frame*, essas palavras emprestam diferentes perspectivas à concepção de transação comercial, a do comprador e do vendedor, respectivamente. Além da relevância para a semântica lexical, o *frame* também pode ser considerado como uma ferramenta útil para a semântica do texto e da gramática. Do ponto de vista metodológico, reconhecemos que um *frame* foi ativado quando o leitor/ouvinte é capaz de atribuir algum sentido ao “pedaço” de texto lido ou ouvido.⁵

Ainda no que concerne à perspectivação, Croft e Cruse (2004) afirmam que, na abordagem semântica baseada em *frames*, é imperativo que exista uma relação entre conceitos, em especial, entre um perfil e a sua base. Os autores definem

4 Frames are the mental structures that allow human beings to understand reality—and sometimes to create what we take to be reality. (LAKOFF, 2006, p. 14)

5 Enfatize-se que estou me referindo à compreensão, não às expectativas de interpretação criadas pelo conhecimento do autor e da fortuna crítica construída em torno do texto sob análise. É possível, no entanto, que tais expectativas possam constituir *frames* que, obviamente, adicionem filtros à compreensão.

perfil como o conceito (perspectivado) que é indexado pela palavra, e a base como a estrutura conceptual que serve de suporte para o conceito perfilado. Eles exemplificam a relação perfil-base, por meio do conceito “hipotenusa”, que tem como base, o conceito “triângulo-retângulo”. Da mesma forma, o conceito “raio” (e, portanto, a palavra “raio”) exige o conhecimento prévio do conceito “círculo”. Vemos que, tanto hipotenusa quanto raio perfilam uma linha reta simples. A diferença entre os dois conceitos, no entanto, reside nas bases em que essa linha reta é perfilada. Na abordagem defendida aqui, *frame* é uma estrutura cognitiva que funciona como a base de um ou mais perfis. Essas duas entidades conceituais – o perfil e a sua base (seu *frame*) – são simultaneamente ativados, tanto por quem produz quanto por quem compreende o discurso, quando uma palavra é usada. Logo, a informação linguística apresenta duas dimensões: a) dimensão cognitiva: a informação linguística faz parte do conjunto de informações perceptuais e motoras que configuram os *frames*, e b) dimensão discursiva: elementos linguísticos em uso mapeiam *frames* ativados (FAUCONNIER, 1994) e criam instâncias virtuais dessas estruturas cognitivas. (FAUCONNIER, 1994)

A associação de um conceito (perfil) com um determinado *frame* (base), virtual ou não, e a alteração de foco dentro de um mesmo *frame* são fenômenos cognitivos resultantes de seleção lexical e de projeções metafóricas. Esse mecanismo de enquadramento conceptual, ou *framing*, é determinado por uma visão de mundo particular, ou *frame* moral.

O *frame* moral⁶ (LAKOFF, 1995) é uma estrutura cognitiva que indica como devemos experienciar cada aspecto da vida. De acordo com Lakoff (2010), o conceito de moral é construído sobre a noção de bem-estar físico. Estar bem fisicamente é basicamente ter saúde (não ter doença, ter força, poder andar, ter resistência, ser limpo, ter controle do próprio corpo, ter beleza), alimentação (não passar fome, ser bem nutrido) e abrigo (não estar ao relento, estar seguro, ter proteção, ter conforto, estar na claridade). Essas condições físicas e materiais favoráveis servem de domínios-fonte para o sistema de metáforas morais com os quais construímos nossas visões de mundo. Mas se todos nós compartilhamos os mesmos anseios de bem-estar, ou seja, de saúde, alimentação e abrigo, por que temos concepções morais tão diversas?

De acordo com Lakoff (1995, p. 5, tradução nossa), atribuímos “[...] diferentes prioridades a essas metáforas, e as mesmas metáforas morais com diferentes prioridades produzem sistemas morais radicalmente diferentes”.⁷ Em outras

6 O termo moral aqui está sendo tomado como o conjunto de regras aplicadas no cotidiano e usado recorrentemente por cada cidadão. Essas regras orientam cada indivíduo, norteando as suas ações e os seus julgamentos sobre o que é certo ou errado, do bem ou do mal. Logicamente, as concepções de certo e errado e de bem e mal variam em relação ao ponto de vista mais ou menos conservador adotado.

7 [...] different priorities to those metaphors, and the same moral metaphors with differences in priority

palavras, dispomos os tipos de bem-estar em uma escala de relevância, há os que priorizam a força, os que priorizam a proteção, os que priorizam o autocontrole etc. Em torno da projeção metafórica (da metáfora principal), várias outras são mapeadas. De acordo com Lakoff (1995), a força física precisa ser construída, pois as pessoas não nascem fortes. Para essa tarefa, a autodisciplina e autoanulação são cruciais. Da mesma forma, em MORALIDADE É FORÇA,⁸ a força moral precisa ser construída por meio de autodisciplina e autoanulação, de duas maneiras:

1. Por meio de autodisciplina suficiente para dar conta das próprias responsabilidades e enfrentar as dificuldades existentes; 2. Ativamente, por meio da autoanulação e posterior autodisciplina.⁹ (LAKOFF, 2005, p. 6, tradução nossa)

Segundo o autor, “força moral”¹⁰ é um conjunto de correspondências entre os domínios físico e moral: SER BOM É ESTAR NA VERTICAL, SER MAU É ESTAR EM UMA POSIÇÃO BAIXA; FAZER O MAL É CAIR; O MAL É UMA FORÇA (INTERNA OU EXTERNA); MORALIDADE É FORÇA.¹¹ (LAKOFF, 2005, p. 6, tradução nossa) Uma das consequências dessa metáfora é que a punição é tomada como algo positivo, uma vez que o sofrimento é necessário para a construção da força moral. A fraqueza moral, nesse caso, é por si só uma forma de imoralidade, pois uma pessoa moralmente fraca provavelmente acaba caindo em tentação e passa a realizar atos imorais, e, dessa forma, torna-se parte integrante das forças do mal. A fraqueza moral é, por isso, encarada como a fonte da imoralidade.

De acordo com o autor, existem dois tipos de força moral, uma para enfrentar o mal externo e outra para o mal interno. A coragem é a força para resistir ao mal externo, por meio da superação do medo e sofrimento. No caso dos males internos, o autocontrole é fundamental. De acordo com Lakoff, é necessário desenvolver uma força a fim de exercer o controle sobre o próprio corpo, morada da paixão e do desejo – geralmente por dinheiro, sexo, comida, conforto, fama etc. Desejos são tentações, isto é, males que ameaçam destruir o autocontrole. O ódio também é um mal interno que normalmente prenuncia o descontrole.

results in radically different moral systems. (LAKOFF, 1995, p. 5)

8 Morality is Strength. (LAKOFF, 1995, p. 6)

9 Through sufficient self-discipline to meet one’s responsibilities and face existing hardships; 2. Actively through self-denial and further self-discipline (LAKOFF, 1995, p. 6).

10 Moral Strength. (LAKOFF, 1995, p. 6)

11 Being Good is Being Upright; Being Bad is Being Low; Doing Evil is Falling; Evil is a Force (either Internal or External); Morality is Strength. (LAKOFF, 1995, p. 6)

De acordo com o autor, a metáfora da força produz consequências: o mundo é visto como dividido entre o bem e o mal; para enfrentar o mal, a pessoa precisa ser moralmente forte; e isso só é viável por meio da autodisciplina e da autoanulação; uma pessoa moralmente fraca não pode enfrentar o mal e, dessa forma, também acaba cometendo o mal; a fraqueza moral é uma forma de imoralidade; a falta de autocontrole (e de autodisciplina) e a dificuldade de se autorreprimir, portanto, são formas de imoralidade.

No conto “Amor”, a protagonista encontra a tão sonhada segurança do casamento. É no aconchego do lar, nas atividades domésticas e na lida com os filhos que Ana se sente protegida do mundo, mas um descuido qualquer pode jogá-la em um mundo de caos e incertezas. Portanto, moral para Ana, é a força com que resiste à tentação de experimentar um mundo para além de sua casca protetora. Para não deixar se abater por uma súbita fraqueza imoral, a autodisciplina que a rotina doméstica lhe proporciona fornece os requisitos com que ela constrói seu autocontrole e reprime seus pensamentos e desejos não previstos num destino de mulher.

METÁFORAS MORAIS EM “AMOR”

No conto “Amor”, algumas passagens do texto atestam que a protagonista projeta suas metáforas de moral a partir do domínio físico da força, como atesta a passagem (17), em que é o lar que fornece a raiz firme de que Ana sempre necessitou.

- 17) Ana sempre tivera necessidade de sentir a raiz firme das coisas. E isso um lar perplexamente lhe dera.

Além da metáfora LAR É RAIZ, outra metáfora moral priorizada pela protagonista é ESPANTO É ALGO QUE SE ABAFA, conforme atesta o trecho (18).

- 18) Mas na sua vida não havia lugar para que sentisse ternura pelo seu espanto – ela o abafava com a mesma habilidade que as lides em casa lhe haviam transmitido.

O trecho (18) caracteriza um dos momentos em que Ana tenta manter o autocontrole. Nesse caso, ela abafa o espanto que emerge em momentos de ociosidade “[...] quando a casa estava vazia sem precisar mais dela”. Ana lida com seu espanto (sufocando-o) com “a mesma habilidade que as lides em casa lhe haviam transmitido”. A autoanulação de Ana exige uma autodisciplina construída por meio de muito trabalho doméstico, como atestado por (19).

- 19) Quando nada mais precisava de sua força, inquietava-se. No entanto sentia-se mais sólida do que nunca, seu corpo engrossara um pouco e era de se ver o modo como cortava blusas para os meninos, a grande tesoura dando estalidos na fazenda.

Em (19), a autodisciplina parece contribuir para o fortalecimento da resistência às inquietações (espantos) que surgem com a ociosidade. Há mudanças no corpo e nas habilidades. A autoanulação também é evidenciada em (20).

- 20) [...] com o tempo, seu gosto pelo decorativo se desenvolvera e suplantara a íntima desordem. Parecia ter descoberto que tudo era passível de aperfeiçoamento, a cada coisa se emprestaria uma aparência harmoniosa [...].

Em (20), todo o “[...] desejo vagamento artístico” que Ana tivera na juventude foi sendo substituído por tarefas domésticas em que podia extravasar um pouco de criatividade artística, como corte e costura (cortava a blusa dos meninos e as cortinas) e tricô (tricotava suas redes). A vida doméstica lhe dava a sensação de autocontrole de que precisava para compreender seu entorno, “mantinha tudo em serena compreensão, separava uma pessoa das outras, as roupas eram claramente feitas para serem usadas e podia-se escolher pelo jornal o filme da noite – tudo feito de modo a que um dia se seguisse ao outro”, mas “um cego mascando goma despedaçava tudo isso”.

O desvio da trajetória moral de Ana é metaforizado pela passagem não programada da protagonista pelo Jardim Botânico, pois “[...] há muito passara do seu ponto de descida”. Mas a lembrança dos filhos faz com que ela retome seu percurso físico e moral, pois retoma seu papel de mãe, responsável pela guarda e segurança dos filhos.

- 21) [...] quando se lembrou das crianças, diante das quais se tornara culpada, ergueu-se com uma exclamação de dor.

No desempenho de suas atividades domésticas, Ana é comparada a um lavrador: só que ela cultiva a vida doméstica e observa atentamente ao seu “crescimento”.

- 22) Como um lavrador. Ela plantara as sementes que tinha na mão, não outras, mas essas apenas. E cresciam árvores. Crescia sua rápida conversa com o cobrador de luz, crescia a água enchendo o tanque, cresciam seus filhos, crescia a mesa com comidas, o marido chegando com os jornais e sorrindo de fome, o canto importuno das empregadas do edifício.

No momento ocioso da tarde, em que não havia mais tarefas domésticas para executar, porém, “[...] todas as árvores que plantara riam dela”, ou seja, a própria vida doméstica a que dedica todo o seu tempo a ironiza, por não ter olhos para nada além do lar.

A disciplina e o autocontrole de Ana são abalados quando ela se depara com a figura de um cego, numa das “estacadas” do bonde, em um ponto, a caminho

de casa. Em (23), ela estranha a imobilidade do homem e percebe que se trata de um homem cego.

- 23) O bonde se arrastava, em seguida estacava. Até Humaitá tinha tempo de descansar. Foi então que olhou para o homem parado no ponto. A diferença entre ele e os outros é que ele estava realmente parado. De pé, suas mãos se mantinham avançadas. Era um cego.

O que chamou a atenção de Ana foi o fato de aquele homem estar “realmente parado” em contraste com o movimento das outras pessoas. Observando mais detidamente aquele homem, outro contraste chama a atenção de Ana: o único movimento produzido pelo cego era o de mascar chicletes (24).

- 24) O que havia mais que fizesse Ana se aprumar em desconfiança? Alguma coisa intranquã estava sucedendo. Então ela viu: o cego mascava chicles... Um homem cego mascava chicles.

Ana, então, se concentra exclusivamente no movimento de mastigação do cego.

- 25) O movimento da mastigação fazia-o parecer sorrir e de repente deixar de sorrir, sorrir e deixar de sorrir – como se ele a tivesse insultado, Ana olhava-o.

Na visão de Ana, os movimentos provocados pela mastigação sugerem um ataque verbal direcionado a ela. O *frame* “cego mascando chiclete” é construído a partir de *frames* conceptuais (mais básicos), associados à palavra “cego” e à expressão “mascar chiclete” em seus sentidos mais comuns. O *frame* conceptual indexado a “cego” perspectiva a falta do sentido da visão, fundamental para a percepção do mundo e para os diversos processos de orientação e movimentação no espaço. Isso implica a necessidade de algum tipo de apoio (bengala, cão-guia, ajudante etc.), mesmo na realização de atividades simples como caminhar, por exemplo. Quando, em (8), “mascava chicles” é adicionado à “cego” (inclusive pela relevância atribuída a esse detalhe, pois a expressão se repete ao longo do texto), produz-se a integração dos dois conceitos. O ato de mascar em si é visto como um movimento voluntário e cadenciado, que se opõe ao movimento restrito e inseguro provocado pela noção evocada pela palavra “cego”. O *frame* “cego mascando chiclete”, portanto, sugere que aquele homem, mesmo limitado pela ausência de um sentido tão relevante como a visão, ainda assim, tinha controle sobre seus atos, o que parecia um insulto a Ana, cuja vida era controlada apenas pela rotina dos afazeres domésticos. E essa constatação a deixou com ódio.

- 26) E quem a visse teria a impressão de uma mulher com ódio.

O autocontrole de Ana também foi abalado por outro motivo, atestado em várias passagens do texto, a piedade!

27) A piedade a sufocava [...]

Ao observar o homem, ali imóvel, mas rodeado de movimento, Ana sente uma grande piedade (27), dele, pelas limitações impostas por sua condição de cego, e dela mesma, pelas limitações impostas por seu “destino de mulher”. No entanto, ela podia ver o cego e sentir compaixão por ele, mas ele não podia vê-la, nem usufruir desse sentimento, como atestado por (28).

28) Inclinação, olhava o cego profundamente, como se olha o que não nos vê.

Esse amor pelo outro, sem expectativa de retribuição, a piedade, provocada por um cego imóvel em meio ao movimento das outras pessoas é o que faz com que os sentimentos de Ana transbordem. Graças à imobilidade do cego, Ana também notou que, ao fundo, as pessoas se movimentavam.

29) Um cego mascarando chicles mergulhara o mundo em escura sofreguidão. Em cada pessoa forte havia a ausência de piedade pelo cego e as pessoas assustavam-na com o vigor que possuíam.

A movimentação errante das pessoas na rua contrasta com os movimentos repetitivos e, portanto, seguros produzidos pela rotina da vida doméstica.

30) [...] parecia-lhe que as pessoas da rua eram periclitantes, que se mantinham por um mínimo equilíbrio à tona da escuridão – e por um momento a falta de sentido deixava-as tão livres que elas não sabiam para onde ir.

Por não identificar naqueles movimentos nenhuma ordem, Ana se sentiu insegura e “se agarrou ao banco da frente, como se pudesse cair do bonde”, procurando encontrar algum apoio, “como se as coisas pudessem ser revertidas com a mesma calma com que não o eram”. Ana se sentia “expulsa de seus próprios dias”, ou seja, da segurança da sua rotina doméstica.

ANA E SUA VISÃO DE FAMÍLIA

De acordo com Lakoff (2008), é no *frame* social “família” que se fundamentam as metáforas morais. Segundo o autor, tendemos a cultivar um modelo ideal de família. Vimos que a concepção de moralidade de Ana tem relação com força para resistir. O tipo de núcleo familiar responsável por essa concepção de moralidade é composto pelo pai, responsável pelo bem-estar do agregado familiar, pela mãe, responsável pelas tarefas domésticas e por detalhes da criação dos filhos.

Segundo Lakoff, a vida, para essa família, é encarada como essencialmente difícil e o mundo, como extremamente perigoso. No conto, há várias passagens que remetem aos perigos do mundo.

- 31) Mesmo as coisas que existiam antes do acontecimento estavam agora de sobreaviso, tinham um ar mais hostil, pericível... O mundo se tornara de novo um mal-estar.
- 32) [...] parecia-lhe que as pessoas da rua eram periclitantes [...].
- 33) Na fraqueza em que estava, tudo a atingia com um susto.
- 34) [...] desceu do bonde com pernas débeis, olhou em torno de si, segurando a rede suja de ovo. Por um momento não conseguia orientar-se. Parecia ter saltado no meio da noite.
- 35) Seu coração batia de medo, ela procurava inutilmente reconhecer os arredores, enquanto a vida que descobrira continuava a pulsar e um vento mais morno e mais misterioso rodeava-lhe o rosto.
- 36) Inquieta, olhou em torno. Os ramos se balançavam, as sombras vacilavam no chão. Um pardal ciscava na terra. E de repente, com mal-estar, pareceu-lhe ter caído numa emboscada. Fazia-se no Jardim um trabalho secreto do qual ela começava a se aperceber.

E é, no lar, que a família se sente segura. Ao chegar em casa, por exemplo, Ana se sente protegida dos perigos do mundo, como atesta a passagem (37).

- 37) Apertou-o [o filho] com força, com espanto. Protegia-se trêmula. Porque a vida era periclitante.

Ainda segundo Lakoff, no modelo de família em questão, o mal não é só uma força externa, do mundo. Ele pode vir na forma de desejos incontrolláveis, que precisam ser reprimidos. No caso de Ana, um vacilo em seu autocontrole abriu as portas para que o mal se fizesse (38).

- 38) Um cego me levou ao pior de mim mesma, [Ana] pensou espantada. Sentia-se banida porque nenhum pobre beberia água nas suas mãos ardentes. Ah! era mais fácil ser um santo que uma pessoa!

Como a maior parte da narrativa gira em torno desse autocontrole de Ana, na tentativa de abafar seus pensamentos, a mente da protagonista funciona como um cenário onde se passa a maior parte história. Apesar do caráter psicológico da narrativa, esse cenário parece estar fundamentado em cenários físicos.

PROJEÇÃO METAFÓRICA EVENTOS PSICOLÓGICOS SÃO EVENTOS FÍSICOS

No conto, os acontecimentos físicos fornecem a plataforma para a emulação dos principais movimentos que ocorrem na mente de Ana. Além disso, fornecem elementos para a realização de conexões horizontais do tipo PARTE-TODO e CAUSA-CONSEQUÊNCIA. Para demonstrar a projeção EVENTOS PSICOLÓGICOS SÃO EVENTOS FÍSICOS, destaco a seguir cinco mapeamentos metafóricos relevantes para a compreensão do texto: FIM DE TARDE É INSTABILIDADE, A MULHER É COMO UM LAVRADOR, A REDE DE TRICÔ É O LAR, CASCA DE OVO É PROTEÇÃO FRÁGIL, E ANA É O CEGO MASCANDO CHICLÉS.

FIM DE TARDE É INSTABILIDADE

O limite entre o dia e a noite é impreciso e interfere na nitidez com que vemos as coisas. Ao se aproximar esse momento da tarde, Ana tomava cuidado: “quando nada mais precisava de sua força, inquietava-se”, “quando a casa estava vazia sem precisar mais dela”. Para impedir que o “espanto” emergisse devido à ociosidade, ela estendia os afazeres domésticos, saindo para fazer compras ou para consertar algum objeto. Agindo assim, quando voltasse para casa, as crianças já teriam chegado do colégio e teria de se dedicar a eles.

A trama se desenrola num fim de tarde: quando voltava das compras, o conflito chega ao ápice: Ana perde o controle dos seus pensamentos. Foi justamente no momento mais impreciso do dia que Ana se libertou da rotina mecânica da vida doméstica e se deixou levar por sensações e pensamentos livres. Várias passagens do texto indicam o momento, a passagem do dia para a noite, em que ocorreu o clímax.

- 39) Um cego mascando chicles mergulhara o mundo em escura sofreguidão.
- 40) Expulsa de seus próprios dias, parecia-lhe que as pessoas da rua eram periclitantes, que se mantinham por um mínimo equilíbrio à tona da escuridão.
- 41) De longe via a aléia onde a tarde era clara e redonda. Mas a penumbra dos ramos cobria o atalho.
- 42) Nas árvores as frutas eram pretas [...].
- 43) Todo o jardim triturado pelos instantes já mais apressados da tarde.
- 44) Agarrou o embrulho, avançou pelo atalho obscuro, atingiu a alameda.
- 45) Sacudiu os portões fechados, sacudia-os segurando a madeira áspera. O vigia apareceu espantado de não a ter visto.

Em (39) e (40), as pessoas parecem se movimentar na penumbra, que tem início com a visualização do homem cego. No Jardim Botânico, ainda dava para ser ver alguns resquícios de claridade por entre as árvores da aléia, mas a escuridão já começava a tomar o jardim, em (41). Não era mais possível identificar as cores das frutas, em (42). A escuridão parecia avançar rapidamente, em (43). Ao se dirigir à saída, já era noite, em (44), inclusive o vigia já havia fechado os portões do Jardim Botânico, em (45).

A MULHER É COMO UM LAVRADOR

No texto, a dedicação da protagonista pela família é comparada à dedicação de um lavrador ao plantar suas sementes e acompanhar o crescimento das plantas. No caso de Ana, o resultado de sua dedicação crescia independente dos seus cuidados (46), como as árvores do quintal.

46) Cuidando do lar e da família à revelia deles.

Ana (e a mulher em geral), com seu trabalho invisível aos olhos da sociedade, mantém a instituição familiar erguida e em pleno funcionamento. Para assumir o seu destino de mulher, precisa abdicar dos seus sonhos e pensamentos próprios (47).

47) Quanto a ela mesma, fazia obscuramente parte das raízes negras e suaves do mundo. E alimentava anonimamente a vida. Estava bom assim. Assim ela o quisera e escolhera.

Mas, no Jardim Botânico, Ana viu que árvores davam frutos ao mesmo tempo em eram sugados por parasitas (48).

48) Os troncos eram percorridos por parasitas folhudas, o abraço era macio, colado.

Isso lhe causou uma espécie de repulsa, pois como é possível que, mesmo sendo exploradas, árvores continuem dando frutos? (49) Ana era como uma árvore: dava o melhor de si e se deixava explorar, “assim ela o quisera e o escolhera”.

49) As árvores eram carregadas.

No entanto, os acontecimentos daquela tarde levaram-na a perceber que havia “um mundo fascinante” fora de casa, um mundo que lhe fazia se sentir viva e rejuvenescida: “um mundo de se comer com os dentes”.

A REDE DE TRICÔ É O LAR (METONÍMIA)

A única coisa que Ana levava no bonde era o saco de tricô em que havia depositado suas compras. Uma rede tricotada por ela mesma, como atesta a passagem (50).

- 50) A rede de tricô era áspera entre os dedos, não íntima como quando a tricotara.

Ana se orgulhava por usar a sua vocação para as artes na confecção de artefatos domésticos, como cortinas e redes de tricô. Ao dominar essas habilidades, ela se sentia “mais sólida do que nunca”. Quando precisava sair de casa para resolver alguma coisa, a rede de tricô funcionava como a ligação entre Ana e o lar. É por isso que, quando o saco de tricô despencou do seu colo (51), Ana entrou em desespero e deu um grito (52).

- 51) O saco de tricô despencou-se do colo, ruiu no chão.
52) Ana deu um grito [...], os passageiros olharam assustados.

A rede ruída não servia mais para acomodar alguma coisa e, diante desse incômodo, Ana não sabia o que fazer com as compras. O sentido da rede, que era o de servir de recipiente para as compras, havia deixado de existir. A conexão da rede com o lar havia também perdido o sentido: “a rede perdera o sentido e estar num bonde era um fio partido”.

CASCA DE OVO É PROTEÇÃO FRÁGIL

A segurança conquistada pelo lar e pela vida doméstica era como uma casca de ovo. Ana precisava viver “abafando” seu espanto para que ele não emergisse e fizesse ruir toda aquela segurança. Ao se espantar com a imagem do cego e ser apanhada desprevenida com o “arranque” do bonde, a casca do ovo se quebrou, em (53), e Ana foi “expulsa dos seus próprios dias”.

- 53) O embrulho de ovos foi jogado fora da rede [...]. Os ovos se haviam quebrado no embrulho de jornal [...]. Gemas amarelas e viscosas pingavam entre os fios da rede.

ANA É O CEGO MASCANDO CHICLETES

Com o incidente do bonde, o autocontrole de Ana havia sido interrompido enquanto suas mãos tentavam alcançar a rede rompida e os embrulhos espalhados pelo chão, da mesma forma que o cego, em (54).

- 54) O cego interrompera a mastigação e avançava as mãos inseguras, tentando inutilmente pegar o que acontecia.

A passagem (54) fornece a pista de que Ana, em alguma instância de interpretação, é o próprio cego: limitados por uma deficiência (não enxergam o mundo que os cerca, apesar dos olhos abertos) e responsáveis por um movimento constante e repetitivo (no caso dele, a mascagem de chicletes e, no caso dela, os afazeres domésticos). A execução das tarefas domésticas era mecânica, sem sentimento e sem sensações, para Ana, assim como o ato de mascar chicletes de olhos abertos, para o cego, em (55).

- 55) Ele [o cego] mascava goma na escuridão. Sem sofrimento, com os olhos abertos.

Mas, “a moral do jardim era outra”, em (56).

- 56) Agora que o cego a guiara até ele, estremecia nos primeiros passos de um mundo faiscante, sombrio, onde vitórias-régias boiavam monstruosas.

Depois de experimentar todas aquelas sensações no Jardim Botânico, Ana não era mais cega para o mundo. Era capaz, agora, de perceber até mesmo a vida secreta que se fazia na sua própria cozinha (57), sua família (58) e os resultados do seu próprio trabalho (59).

- 57) O mesmo trabalho secreto se fazia ali na cozinha. Perto da lata de lixo, esmagou com o pé a formiga. O pequeno assassinato da formiga. O mínimo corpo tremia. As gotas d’água caíam na água parada do tanque. Os besouros de verão. O horror dos besouros inexpressivos. Ao redor havia uma vida silenciosa, lenta, insistente.
- 58) Abriu a porta de casa. A sala era grande, quadrada, as maçanetas brilhavam limpas, os vidros da janela brilhavam, a lâmpada brilhava – que nova terra era essa?
- 59) O menino que se aproximou correndo era um ser de pernas compridas e rosto igual ao seu.

Ela agora “pertencia à parte forte do mundo”. O fio rompido não se conectaria de novo, as gemas derramadas não retornariam para a casa (“Apesar de ter usado poucos ovos, o jantar estava bom”). A evidência de que Ana não era mais a mesma é que, antes de dormir, ela pensa “hoje de tarde alguma coisa tranquila se rebentara”.

CONCLUSÃO

Ao analisar o processo cognitivo-discursivo de construção de sentidos no conto “Amor”, de Clerice Lispector, a partir das pistas linguísticas fornecidas pelo texto, foi possível simularmos uma compreensão plausível dos eventos psicológicos emulados metaforicamente sobre experiências sensório-motoras mais básicas. Para isso, na análise da narrativa como *frame* básico de organização do pensamento, a personagem, que vivia num dilema: viver o seu destino de mulher, num lar seguro e previsível, ou extravasar suas reais sensações e sentimentos, num mundo perigoso e imprevisível, tem suas sensações aguçadas e resolve o dilema, tornando-se uma mulher capaz de perceber o mundo à sua volta.

Quanto aos *frames* morais que orientam a visão de mundo da protagonista do conto, predomina o *frame* da força como forma de resistir a pensamentos e sensações que poderiam levá-la ao confronto com os perigos do mundo externo. Mas esse confronto inevitavelmente acontece e Ana percebe que havia “passado do ponto” e que precisava voltar ao controle da sua vida, dando sentido, mesmo às tarefas domésticas que realizava. Algumas emulações baseadas na metáfora ESTRUTURA PSICOLÓGICA É ESTRUTURA FÍSICA evidenciam que o período em que a narrativa ocorre, a tarde, e em especial o momento do clímax, o limiar entre o dia e a noite, não foram escolhidos por acaso.

Em todo o texto, as coisas físicas são descritas como se estivessem na penumbra, ao mesmo tempo em que o cenário psicológico de Ana é de conflitos, incertezas ou descobertas. Aliás, Ana é comparada ao um lavrador, logo no início do texto. Como um lavrador, ela cria as condições para a existência de sua família, acompanha seu desenvolvimento, mas permanece alheia a tudo. Tem medo de se envolver emocionalmente e colocar tudo a perder: prefere continuar com seu trabalho secreto. A segurança do casamento e a proteção do lar se opunham a uma vida mundana cheia de sensações. Sendo assim, estava sempre envolvida com alguma atividade doméstica, em casa ou fora dela. Era o que a mantinha centrada no lar. No entanto, o mecanismo psicológico de proteção que Ana desenvolveu era muito frágil e, frequentemente, precisava abafar seus encantos para que a casca não quebrasse ou o fio que a prendia à vida do lar não ruísse. Mas, ao se ver num cego mascarando chicletes, Ana se permite experimentar um mundo de sensações. E entre permanecer como cega para o mundo, tolhida por movimentos mecânicos repetitivos ou experimentar todas as sensações fornecidas pelo mundo, Ana opta pela segunda alternativa. Evidência disso é que, ao chegar em casa, ela consegue perceber o apartamento, o filho de outra maneira; consegue saborear o jantar e, como mulher bruta, deixar fluir o amor instintivo que há tempos reprimia dentro de si.

REFERÊNCIAS

- BARSALOU, L. W. Perceptual symbol systems. *Behavioral and Brain Sciences*, Cambridge, NY, v. 22, n. 4, p. 637-660, jul. 1999.
- CROFT, W. ; CRUSE, A. *Cognitive Linguistics*. Cambridge, NY: Cambridge University Press, 2004.
- DIJK, T. A. V ; KINTSCH, W. *Strategies of discourse comprehension*. New York: Academic Press, 1983.
- FAUCONNIER, G. *Mappings in Thought and Language*. Cambridge, NY: Cambridge University Press, 1999.
- FAUCONNIER, G. *Mental spaces: aspects of meaning construction in natural language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- FILLMORE, C. J.. Frame semantics. In: FILLMORE, C. J. *Linguistics in the Morning Calm: selected papers from SICOL – 1981*. Seul, Kor, 1982. p.111-137.
- GALLESE, V. ; LAKOFF, G. The Brain's Concepts: the Role of the Sensory-Motor System in Conceptual Knowledge. *Cognitive Neuropsychology*, v. 22, n. 3-4, maio 2005.
- GRADY, J. E. Theories are Buildings revisited. *Cognitive Linguistics*. v. 8, n. 4, p. 267-290, 1997.
- KÖVECSES, Z. *Metaphor: a practical introduction*. Nova York:Oxford University Press, 2010.
- LAKOFF, G. *The political mind : a cognitive scientist's guide to your Brain and its politics*. London: Penguin Books, 2008.
- LAKOFF, G. *Thinking points: communicating our American values and vision: a progressive's handbook*.New York: Farrar, Straus and Giroux, 2006.
- LAKOFF, G. Metaphor, Morality, and Politics, Or, Why Conservatives Have Left Liberals In The Dust. *Social Research*, v. 62, n. 2, p. 177-214, 1995.
- LAKOFF, G; JOHNSON, M. *Metaphors We Live By*. Chicago, EUA: University of Chicago Press, 1980.
- LISPECTOR, C. Amor. In: LISPECTOR, C. *Laços de Família*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- ZWAAN, R. A. Situation models: the mental leap into imagined worlds. *Current Directions in Psychological Science*, v. 8, n. 1, p. 15-18, fev. 1999.

A Semântica de *Frames* aplicada à Prática Terminográfica: o desenvolvimento de um recurso lexical para o domínio jurídico-penal

ROVE CHISHMAN, ALINE NARDES DOS SANTOS E
ALEXANDRA FELDEKIRCHER MÜLLER

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo principal fazer um relato sobre a construção de um recurso lexicográfico computacional para o domínio jurídico organizado a partir da noção de frame semântico. Para tal, partimos do pressuposto de que modelos semânticos têm muito a contribuir na organização micro e/ou macroestrutural de um dicionário, haja vista que permitem estratégias não previstas no trabalho lexicográfico tradicional. Este objetivo desdobra-se nos seguintes objetivos secundários: (i) refletir sobre o papel da Semântica de *Frames*, na representação do domínio jurídico e (ii) refletir sobre os desafios em aplicar esta teoria na construção de tal recurso, considerando também a inclusão de outras noções semânticas, tais como as relações de hiponímia, meronímia e sinonímia. Para atingir tais propósitos, o trabalho segue o seguinte roteiro: na seção 2, apresentamos um panorama do projeto Tecnologias Semânticas e Sistemas de Recuperação de Informação, projeto guarda-chuva que reúne pesquisas em nível de mestrado e doutorado; a seguir, na seção 3, discorreremos sobre a Semântica de *Frames* como principal aporte teórico para a descrição do domínio jurídico e, por fim, na seção 4, fazemos um relato do trabalho conjunto do grupo, que diz respeito à construção do recurso lexicográfico propriamente dito, destacando os principais desafios enfrentados.

O PROJETO “CNJ/ACADÊMICO”

O propósito de construir um recurso computacional para a linguagem jurídica tem estado presente na agenda do grupo de pesquisa SemanTec, desde seu

início. Em seus primeiros estudos nesta área, o grupo trabalhou de forma colaborativa com pesquisadores da Universidade de Évora e pôde contribuir para o desenvolvimento de uma ontologia como componente do sistema de recuperação de informação do *site* da Procuradoria Geral da República de Portugal. (ALVES, 2005; BERTOLDI, 2007)

Com a aprovação do projeto Tecnologias Semânticas e Sistemas de Recuperação de Informação Jurídica, através do Edital n.º 02/2010 Capes/CNJ Acadêmico, o foco de pesquisa passou a ser o desenvolvimento e a implementação de um modelo semântico-conceitual do domínio jurídico brasileiro, de modo a contribuir para a recuperação de informação em *sites* que armazenam documentação jurídica. Já em sua concepção inicial, o projeto estabelecia como objetivo a construção de dois recursos computacionais baseados em modelagem semântica:

- I) uma ontologia para o Direito brasileiro e ;
- II) uma base de dados lexicais a partir da descrição de frames semânticos.

Na primeira fase do projeto, compreendendo o período de 2011 a 2013, sub-projetos distintos em nível de mestrado, doutorado e pós-doutorado deram início ao estudo dos principais pilares desta empreitada. Destacam-se os trabalhos de Minguelli (2011) sobre a relação de meronímia como noção organizadora de uma ontologia para o Direito brasileiro, assim como os de Bertoldi (2011) sobre os frames jurídicos.

Em 2014, o projeto avançou significativamente no que concerne à própria concepção da micro e macroestrutura e à inclusão de informações ontológicas nessa ferramenta, concebendo-se assim as bases para a criação de um portal lexicográfico que disponibilizará os *frames* e as unidades lexicais evocadoras relativas ao domínio jurídico brasileiro. É sobre esta fase aplicada do projeto “CNJ Acadêmico” que discorreremos a seguir.

A SEMÂNTICA DE FRAMES E O DOMÍNIO JURÍDICO

A Semântica de *Frames* pode ser definida como “o estudo de como, enquanto parte de nosso conhecimento linguístico, associamos formas linguísticas [...] a estruturas cognitivas – os *frames* –, o que determina significativamente o processo (e o resultado) da interpretação dessas formas.” (FILLMORE; BAKER, 2010, p. 314, grifos dos autores) Os *frames* semânticos podem servir para descrever as partes envolvidas em um evento jurídico, como um julgamento ou uma denúncia. Os itens lexicais, ao evocarem a estrutura cognitiva de um evento, possibilitam a descrição dos participantes dos eventos jurídicos. A opção por utilizar a Semântica de *Frames* como paradigma teórico para o desenvolvimento de um

recurso léxico-computacional especializado, e não um modelo de relações léxico-conceituais, como o paradigma teórico que norteia as *wordnets*, deve-se à possibilidade de mapeamento dos termos relacionados a um determinado evento jurídico que se está descrevendo. Conforme os princípios teóricos da Semântica de *Frames*, entender o significado de uma palavra requer o conhecimento de todos os conceitos que estão relacionados a essa palavra. Em outras palavras, entender o significado de julgar requer do falante o conhecimento de outros conceitos que estão relacionados ao verbo julgar, como juiz, réu, delito e sentença, elementos do *frame* “julgamento”. Já no caso do *frame* “denúncia”, trata-se de um evento ligado à esfera do Direito Penal, em que um ou mais denunciados são acusados por um denunciante – geralmente o Ministério Público – de terem cometido um crime, de modo que o caso é levado ao conhecimento de um juiz. Todos esses elementos e papéis envolvidos configuram o *frame* “denúncia” e são chamados na teoria de Elementos de *Frame*. Desse modo, saber o que significa a expressão oferecer denúncia, por exemplo, implica conhecer o *frame* evocado (denúncia) e os demais conceitos comportados por essa estrutura conceptual. Assim, a Semântica de *Frames* permite a relação dos participantes e dos eventos jurídicos por meio dos frames semânticos.

A CONSTRUÇÃO DO RECURSO TERMINOGRÁFICO E SEUS DESAFIOS

Os estudos realizados pelo grupo SemanTec levaram ao estabelecimento de quatro preceitos que embasam a construção do recurso terminográfico. Referem-se aos seguintes aspectos:

- I) a consolidação de critérios terminográficos para o portal;
- II) o recorte teórico inicial quanto à descrição semântica do Direito brasileiro;
- III) a constituição do *corpus* conforme esse recorte;
- IV) a ilustração do portal terminográfico concebido a partir dessas reflexões.

CRITÉRIOS TERMINOGRÁFICOS

Ao longo de sua trajetória, o projeto tinha como primeiro objetivo a construção de recursos voltados a informatas e a especialistas da área do Direito. O grupo, contudo, passou a considerar a possibilidade de ir além da esfera especializada quanto ao público-alvo, passando a ter como foco, em relação à construção do recurso lexical, os consulentes leigos e semileigos. Essa ideia foi amadurecida, levando-se em consideração a atuação efetiva do Conselho Nacional de Justiça

em disponibilizar informações acessíveis ao cidadão por meio de seu portal eletrônico, possibilitando que a sociedade brasileira tenha à disposição materiais de consulta que explicam o funcionamento do sistema judiciário no país. Desse modo, a construção de um portal dicionarístico direcionado a semileigos e não a especialistas vai ao encontro da missão do CNJ em relação à prestação de serviços ao cidadão.

Dois fatores-chave condicionam fortemente essas decisões:

- I) o tipo de dicionário que se pretende elaborar e;
- II) o perfil do usuário desse recurso. (ATKINS; RUNDELL, 2008, p. 22-30)
- III) No que tange às propriedades do portal, destacam-se as seguintes:
- IV) linguagem: monolíngue (português brasileiro);
- V) abrangência: domínio específico do Direito brasileiro;
- VI) meio de publicação: portal terminográfico em meio eletrônico ;
- VII) organização: agrupamento de palavras a partir da estrutura de frames semânticos e da organização taxonômica proveniente da ontologia.

Quanto ao perfil de usuário, o público do portal será composto por jovens e adultos, incluindo principalmente o grupo categorizado como semileigo, ou seja, consulentes que tenham algum conhecimento prévio em relação à área jurídica, mesmo que superficial; incluem-se nessa categoria estudantes de Direito e pesquisadores de outras áreas que trabalhem na interface com a linguagem jurídica. Além disso, o dicionário também abrange o público especializado, que já está familiarizado com outras ferramentas terminográficas da área. Considera-se também que o consulente será provavelmente familiarizado com outros recursos *on-line*, incluindo-se outros dicionários eletrônicos. Quanto às necessidades do usuário, prevê-se o uso em contextos de aprendizagem, no caso de semileigos, e de prática jurídica, em relação ao público especializado.

DIREITO PENAL: UM PRIMEIRO RECORTE

Anteriormente à definição dos preceitos terminográficos do portal, o grupo tinha, como primeiro foco, o Direito Processual Civil, tendo sido compilado um *corpus* de consulta composto por processos civis, os quais foram a base para a construção dos primeiros frames jurídicos. Contudo, o primeiro foco do projeto foi modificado em função de duas grandes motivações: a primeira, de ordem teórica, refere-se aos critérios de constituição do *corpus* e à abrangência terminográfica do recurso; a segunda está relacionada ao impacto que o Direito Processual Penal possui no que tange à proteção dos interesses da sociedade.

Quanto ao primeiro aspecto, é necessário observar que este projeto se utiliza da Linguística de *corpus* como aporte metodológico, considerando como *corpus* uma coletânea de textos processável por computador, a qual serve como fonte de dados para análise e extração das informações que comporão o recurso terminográfico. O planejamento desse *corpus* deve seguir rigorosos critérios linguísticos de seleção (SARDINHA, 2000), incluindo questões relacionadas à representatividade e à extensão. Dessa forma, considerando-se a complexa tipologia do Direito Civil brasileiro, que se divide em muitas ramificações, é mais pertinente, do ponto de vista da construção do *corpus*, realizar uma coleta inicial que seja suficientemente representativa do Direito Penal, que se subdivide em menos áreas. Tal recorte garante que o rigor científico seja mantido em todas as etapas de coleta e extração de *corpora*, de modo que os dados resultem na obtenção de informações terminograficamente relevantes.

No que concerne à segunda questão, é válido pontuar que o Direito Processual Penal faz parte do Direito Público, assumindo uma conotação social, dado que “visa à proteção da sociedade, defende os interesses jurídicos e trabalha em prol da convivência harmônica das pessoas dentro do território nacional.” (MINGHELLI, 2011, p. 40) Desse modo, embora esteja prevista a inclusão do Direito Civil em uma segunda fase de construção do portal, tomar como ponto de partida uma área categorizada como Direito Público, considerando-se o propósito de disponibilizar gratuitamente essa ferramenta terminográfica aos cidadãos, é sem dúvida pertinente ao projeto.

A CONSTRUÇÃO DO CORPUS

Estabelecido o Direito Penal como ponto de partida, coube ao grupo definir os critérios e as fontes de coleta de textos, dado que, conforme mencionado anteriormente, a compilação de *corpora* envolve uma série de cuidados metodológicos para que se obtenham dados representativos da respectiva área de conhecimento, de modo que todas as escolhas devem ser cuidadosamente justificadas.

Uma das principais questões discutidas em grande grupo referiu-se à necessidade de *corpora* para a criação de *frames* semânticos. Visto que essas informações servem para atestar a existência de tais estruturas conceituais, não sendo necessário processá-las para extrair concordâncias dos textos, o grupo estabeleceu que a criação dos *frames* implicaria a compilação de um *corpus* de consulta à parte, sem que esse material necessitasse, portanto, seguir as regras de compilação de um *corpus* eletrônico, dado que o fim principal é a pesquisa de eventos legais na esfera penal. Dessa forma, esse *corpus* não tratado incluirá processos em primeira instância, solicitados a varas criminais, cujas versões em PDF serão mantidas.

Para a extração das unidades lexicais que comporão a lista de palavras, um *corpus* processável é necessário, bem como um conjunto de critérios de seleção.

O primeiro deles foi o formato dos arquivos disponíveis em *sites* de tribunais regionais e federais, já que, quanto aos processos eletrônicos, a versão em PDF inclui diversos documentos não processáveis por computador. Visto que a consulta à jurisprudência – acórdãos, súmulas e decisões –, em diferentes *sites*, permite o acesso a documentos na versão .doc, com informações relevantes aos propósitos da pesquisa, estabeleceu-se que esses documentos seriam o foco do *corpus*. Outro motivo para utilização da jurisprudência é o fato de que os acórdãos e decisões são os documentos mais representativos em processos de segunda, terceira e quarta instâncias, de modo que os termos recorrentes nesses documentos são evidentemente representativos do domínio jurídico como um todo.

A abrangência do *corpus* refere-se à região geográfica sul do País e abrange, em termos de conteúdo, as esferas estadual e federal, implicando, assim, coleta de textos nos tribunais de justiça (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), no tribunal Regional Federal da 4.^a Região (esfera federal), no Superior Tribunal de Justiça (esferas federal e estadual) e no Superior Tribunal Federal (esferas federal e estadual). Ao acessar a página de busca, os membros do grupo responsáveis pela coleta buscarão pelo termo “crime”, registrando sua data de realização, para fins de controle.

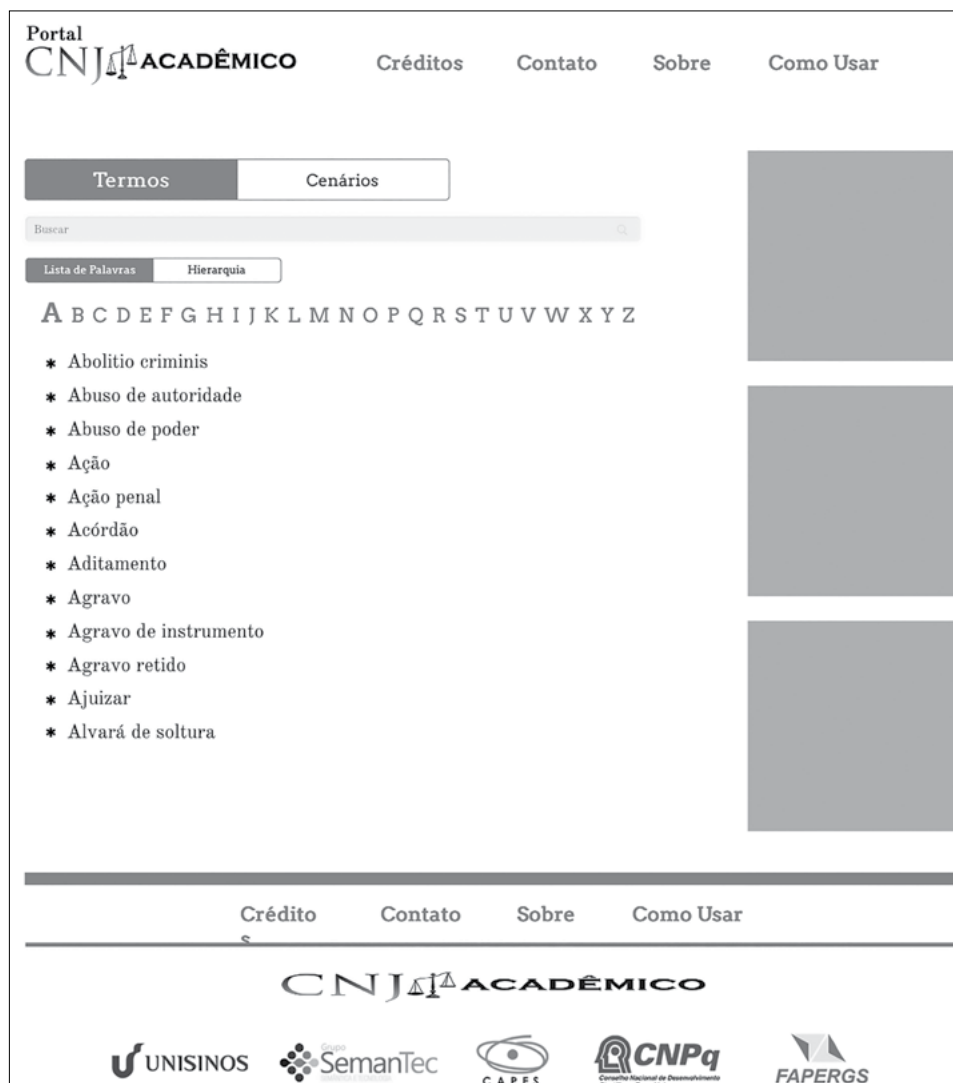
A CONSTRUÇÃO DO PORTAL:

FICHA TERMINOGRÁFICA E *MOCKUP* DEMONSTRATIVO

A ficha terminográfica é um instrumento básico de registro de informações sobre cada termo, tornando o acesso aos dados fácil e rápido. Armazenada *on-line* pelo projeto, essa ferramenta exclusiva permite o trabalho colaborativo entre os membros, de modo que todas as informações registradas possam ser facilmente rastreadas. Após o preenchimento de cada ficha de verbete, é possível gerar uma versão para impressão, além de um arquivo em formato .csv, processável pelo *software* Excel.

O trabalho do grupo resultou em uma primeira versão de visualização do portal, ou seja, um *mockup* que exhibe a micro e macroestrutura, assim como a estrutura planejada e as duas principais formas de consulta: uma por termos e outra por *frames* ou “cenários”. As figuras 1, 2 e 3, a seguir, trazem o esboço das telas com estas formas de pesquisa.

FIGURA 1 – MOCKUP DA LISTA DE TERMOS



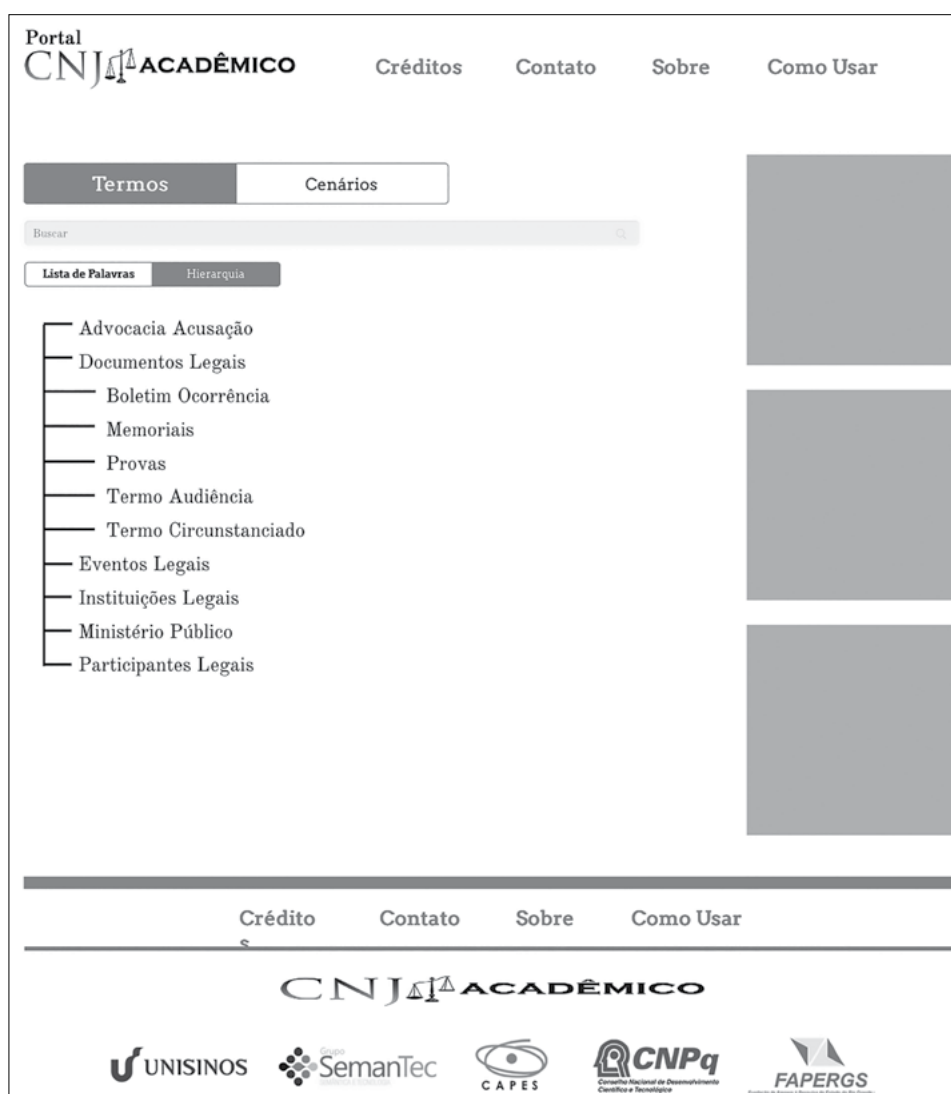
Fonte: elaborada pelo Grupo SemanTec.

Conforme a Figura 1, ao selecionar a lista de termos, o consulente terá acesso à relação completa de verbetes, sendo possível realizar a consulta por letra alfabética a partir da barra superior. Além disso, o campo de busca livre permite o acesso por meio de inserção de um termo. Ao lado da lista de palavras, há um *link* para consulta à hierarquia, ou seja, à organização taxonômica de todas as palavras. Vale ressaltar que esta versão de tela inicial não inclui, ainda, a mega-estrutura, ou seja, o detalhamento do menu de apoio que abrange informações

sobre o projeto, guia de usuário e créditos, o qual estará permanentemente visível no portal.

Ao selecionar essa forma de consulta, o usuário terá acesso à organização das palavras na modalidade taxonômica, ou seja, estarão organizadas por categorias. Ao clicar em uma categoria – por exemplo, Eventos Legais –, o *menu* se expandirá, de modo que o usuário visualize todas as palavras que compõem a subcategoria – por exemplo, Petição, Contestação, Depoimento etc. Cada palavra é um *link* para a microestrutura do verbete correspondente.

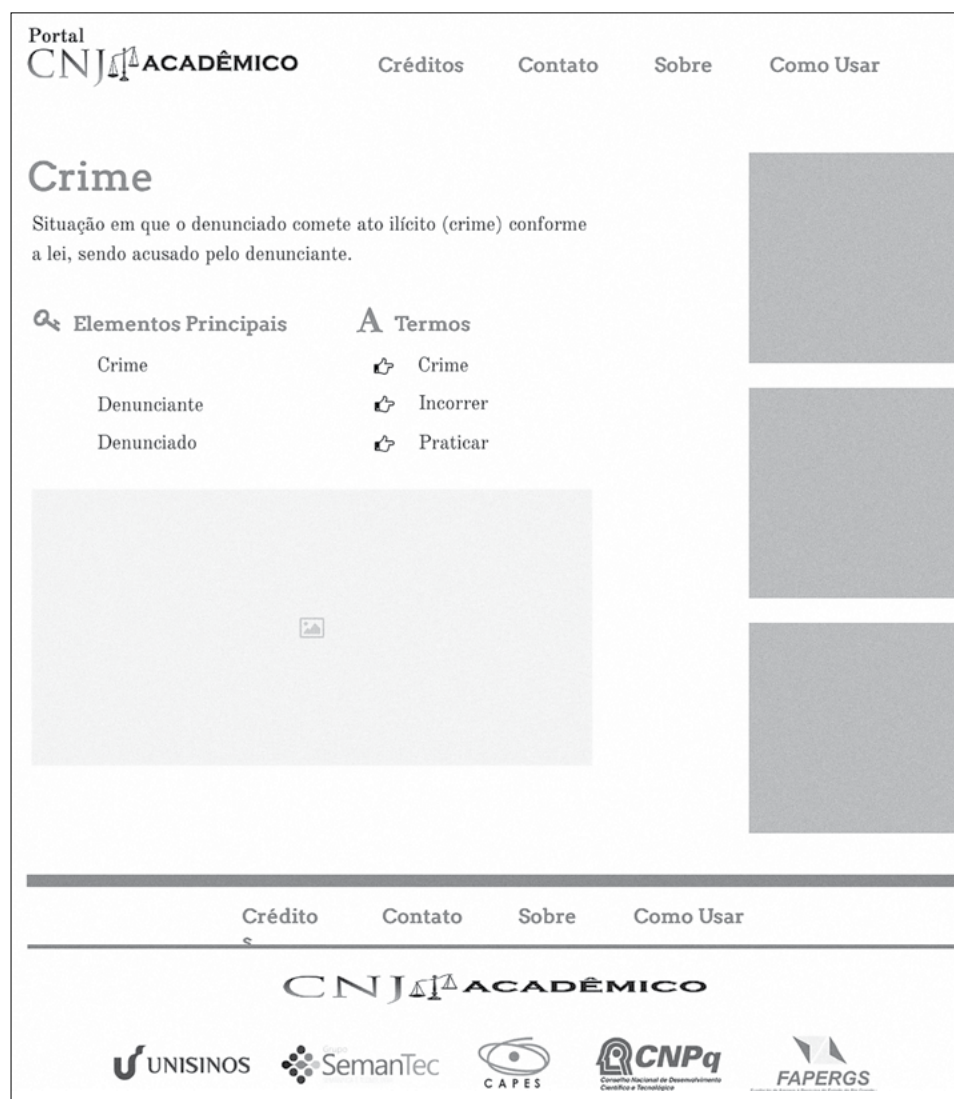
FIGURA 2 – MOCKUP DA HIERARQUIA



Fonte: elaborada pelo Grupo SemanTec.

Da mesma forma que a consulta à lista de verbetes, ao selecionar a lista de cenários, o consulente terá acesso à relação completa de *frames* (cenários), sendo possível realizar a consulta por letra alfabética a partir da barra superior.

FIGURA 3 – MOCKUP DOS CENÁRIOS



Fonte: elaborada pelo Grupo SemanTec.

Ao clicar em um cenário, o consulente terá acesso a uma definição, aos elementos que fazem parte do cenário – uma adaptação feita a partir dos chamados Elementos de *Frame*, constantes na teoria de Fillmore (FILLMORE; BAKER, 2010)

– e os termos que o compõem, os quais, na Semântica de *Frames*, são chamados evocadores. Dessa forma, cada palavra que compõe a lista faz parte de um dos cenários listados e pode ser acessada também nesse nível. Além disso, o retângulo abaixo dos elementos e termos corresponde a um espaço reservado a uma ilustração do cenário e de eventos relacionados, que será exibida em formato de fluxograma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, apresentamos notícias sobre a construção, empreendida pelo Grupo SemanTec, de um recurso lexical do domínio jurídico para o Português do Brasil, baseado na Semântica de *Frames* e vinculado ao Conselho Nacional de Justiça. Para tanto, introduzimos brevemente o Projeto “CNJ Acadêmico” e a teoria da Semântica de *Frames*, bem como sua relação com o domínio jurídico; em seguida, abordamos os pressupostos que fundamentam a coleta e a compilação dos *corpora* jurídicos, o armazenamento de dados relativos às entradas do recurso terminográfico e o planejamento de sua mega, macro e microestrutura.

Nesse âmbito, fica evidente a relevância do *frame* como organizador de um recurso terminográfico, tornando o dicionário mais completo, no sentido de possuir um duplo nível macroestrutural – uma lista de *frames* outra de palavras. Conceder ao usuário a possibilidade de consultar, além do verbete e de seus respectivos exemplos, o *frame* jurídico e a organização taxonômica que subjazem à entrada pesquisada, é atribuir ao recurso a função de inter-relacionar muito mais eficazmente as palavras com eventos e seus elementos, de forma que o consultante obtenha mais informações sobre os contextos relacionados às unidades lexicais do Direito Penal.

Os resultados apresentados são preliminares, mas contundentes. A natureza eventiva e dinâmica que caracteriza a noção de *frame* semântico tem-se mostrado profícua para a descrição das cenas jurídicas, de modo a possibilitar ao usuário uma forma de consulta mais dinâmica e contextualizada. No que tange à aproximação entre teoria semântica e terminografia, confirma-se a tese de que se trata de uma estratégia adequada de disposição dos dados, ainda que exija um planejamento cuidadoso em relação aos preceitos terminográficos, especialmente no que se refere à adequação da interface ao usuário não especializado.

REFERÊNCIAS

- ALVES, I. A. *Contribuição dos Estudos Semânticos para os Sistemas de Busca de Informação: construindo um Protótipo de Ontologia Verbal*. 2005. 288f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS 2005.
- ATKINS, S.; RUNDELL, M. *The Oxford Guide to Practical Lexicography*. New York: Oxford University Press, 2008.
- SARDINHA, T. B. Linguística de Corpus: histórico e problemática. *DELTA*, v. 16, n. 2, p. 323-367, 2000.
- BERTOLDI, A. *A Semântica dos Adjetivos: como e por que incluí-la em uma ontologia de domínio jurídico*. 2007. 136f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Letras) – Programa de Pós Graduação em Linguística Aplicada, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2007.
- BERTOLDI, A. *Semântica de Frames e Recursos Lexicais Jurídicos: um estudo contrastivo*. 2011. 136f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós Graduação em Linguística Aplicada, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, RS, 2011.
- BERTOLDI, A.; CHISHMAN, R. Aplicando a Semântica de Frames na descrição do Direito brasileiro. *Veredas on-line FRAME SEMANTICS AND ITS TECHNOLOGICAL APPLICATIONS*, v. 17, n. 1, p. 117-133, 2013.
- CHISHMAN, R. Convergências entre semântica de frames e computação. *Signo*, Santa Cruz do Sul, RS, v. 38, n. 65, p. 70-85, jul./dez. 2013.
- CHISHMAN, R.; BERTOLDI, A. A Semântica de Frames como paradigma para os estudos multilíngues: o caso dos frames SELF_MOTION e CRIMINAL_PROCESS em inglês e português. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 55, n. 1, p. 35-50, 2013.
- FILLMORE, C. J. Frame semantics. In: FILLMORE, C. J. *Linguistics in the Morning Calm: selected papers from SICOL – 1981*. Seul, Kor, 1982. p. 111-137.
- FILLMORE, C. J. Frames and the semantics of understanding. *Quaderni di Semantica*, v. 6, n. 2, p. 222-254, dec. 1985.
- FILLMORE, C. J.; JONHSON, C. R. ; PETRUCK, M. R. L. Background to FrameNet. *International Journal of Lexicography*, v. 16 n. 3. 2003.
- FILLMORE, C. J.; ATKINS, B. T. Toward a frame-based lexicon: The semantics of RISK and its neighbors. In: LEHRER, A.; KITTAY, E. F. (Ed.). *Frames, fields and contrasts: new essays in semantic and lexical organization*. Hillsdale, NJ: Erlbaum 1992. p. 75-102.
- FILLMORE, C. J.; BAKER, C. A frames approach to semantic analysis. In: HEINE, B.; NARROG, H. (Ed.). *The Oxford Handbook of Linguistic Analysis*. Oxford, NY: Oxford University Press, 2010. p. 313-339.

FILLMORE, C. J.; JOHNSON, C. R.; PETRUCK, M. R. L. Background to Framenet. *International Journal of Lexicography*, v. 16, n. 3, p.235-250, 2003.

FILLMORE, C. J.; BAKER, C. A frames approach to semantic analysis. In: HEINE, B.; NARROG, H. (Ed.). *The Oxford Handbook of Linguistic Analysis*. Oxford, NY : Oxford University Press, 2010. p. 313-339.

MINGHELLI, T. D. *A relação de meronímia em uma ontologia jurídica*. 2011, 127f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

VENTURI, G. Semantic annotation of Italian legal texts: a frame-based approach. *Constructions and Frames*, v. 3, n. 1, p. 46-79, oct. 2011.

VENTURI, G. et al. Towards a FrameNet Resource for the Legal Domain. In: PROCEEDINGS OF THE THIRD WORKSHOP ON LEGAL ONTOLOGIES AND ARTIFICIAL INTELLIGENCE TECHNIQUES, 2009, Barcelona, Spain. *Annals...* Barcelona, ESP: Conference Paper, 2009.

COGNIÇÃO E LITERATURA

Os mecanismos de construção do sentido de transformação em três contos de autoria feminina, numa abordagem cognitiva

TULIO DE SANTANA BATISTA

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa abordou o papel das restrições gramaticais e contextuais no processo de construção de sentido das relações de espaço e movimento em narrativas. Trata-se de uma pesquisa localizada no campo da Linguística Cognitiva (LC). A LC tradicionalmente tem-se ocupado de questões de linguagem em termos de processamento cognitivo, isto é, como parte da cognição, a estrutura linguística deve ser estudada como um reflexo do processamento cognitivo. Dentro desse enquadre, morfologia, léxico e sintaxe constituem um contínuo, ou seja, o sistema linguístico do falante é um inventário de unidades linguísticas convencionais estruturadas em que cada unidade pode ser definida em termos de processamento, como uma rotina cognitiva. Na verdade, tais unidades apresentam variados graus de complexidade que se originam de esquematizações. É por meio dessas esquematizações que somos capazes de reconhecer padrões e formas recorrentes em nossa experiência cotidiana em geral. Sendo assim, a emergência de esquemas pode ser tomada em vários graus de abstração.

Várias investigações sobre o conteúdo semântico de construções linguísticas (BRUGMAN, 1981; LINDNER, 1981; CASAD; LANGACKER, 1985; LAKOFF, 1987) adotaram esse ponto de vista em suas análises. Essas pesquisas concluíram que os sentidos múltiplos de palavras relacionadas apresentam esquemas subjacentes diversos, mas relacionados entre si. Apesar da relevância dessa descoberta, muito pouco foi dito sobre como analisar o conteúdo dos esquemas ou como descrever o processo de combinação desses esquemas na construção do sentido das orações. Tomando por base um modelo de gramática que nos permitiu investigar como a estrutura linguística participa do processo de construção de sentido, verificamos que os indexadores linguísticos sinalizam os tipos de experiências que devem ser simuladas mentalmente, contribuindo para a construção e

refinamento de referentes, cenários e eventos. Analisamos em especial a indexação dos itens linguísticos a referentes e cenários. Para empreendermos tal análise de construção de sentido, selecionamos três narrativas, no caso, três contos: “Venha ver o pôr do sol”, de Lygia Fagundes Telles; “Amor”, de Clarice Lispector; e “A moça tecelã”, de Marina Colasanti.

MATERIAIS, TÉCNICAS E MÉTODOS

O conto “Venha ver o pôr do sol”, de Lígia Fagundes Telles, relata a história de Raquel que, ao encontrar-se com seu ex-namorado Ricardo, a pedido dele, descobre, somente quando chega ao local, que se trata de um cemitério abandonado. No decorrer da história, ambos vão se embrenhando gradativamente no cemitério e, embora Raquel peça que Ricardo desista da ideia de continuar caminhando pelo lugar, ele quer mostrar-lhe o túmulo que seria de sua prima. Chegando lá, no entanto, revela-se que Ricardo estava executando um plano macabro de vingança: matar a ex-namorada trancando-a num local abandonado e sem acesso do cemitério.

No conto “Amor”, de Clarice Lispector, temos a protagonista Ana, uma dona de casa, mãe e esposa, que cuida de forma zelosa do cotidiano de sua família, mas é frustrada e infeliz. Numa determinada tarde, ao voltar das compras, ela observa um cego mascando chiclete e não consegue controlar seu anseio de liberdade. Confusa com o acontecimento, Ana desce no ponto errado e passa pelo Jardim Botânico, onde experiencia sensações há muito reprimidas. Resta à dona de casa resolver o dilema: continuar na segurança e estabilidade de uma vida doméstica sem emoções ou livrar-se da rotina e se permitir sentir o mundo?

No conto “A Moça Tecelã”, de Marina Colasanti, uma mulher cria, por meio de um tear mágico, todas as coisas de que necessita e deseja para viver feliz. Certo dia, sentindo-se muito sozinha, resolve tecer um companheiro. Mas, com a chegada dele, o tear é transformado em um instrumento de produção de bens para ele. Com isso, a moça não tem mais tempo para contemplar a vida. Cansada dessas obrigações e saudosa da época em que era livre, ela resolve destecer o marido e todas as coisas exigidas por ele. Assim, ela volta à sua feliz vida anterior.

Para o desenvolvimento desta investigação, adotamos categorias conceituais como a de *framing*, de Lakoff e Wehling (2012); de metáforas primárias, de Grady (1997); do modelo construcional da Gramática de Construção Corporificada (GCC), de Bergen e Chang (2005) e de integração conceitual, de Fauconnier e Turner (2003). Os procedimentos metodológicos envolvem a caracterização de cada conto, bem como dos mapeamentos entre indexadores linguísticos e referentes e cenários.

Com a finalidade de guiar a análise, adotamos o modelo desenvolvido no interior da GCC, dividida em três componentes de análise:

- a) Análise construcional: de acordo com a qual, verificaremos os esquemas imagéticos (esquemas-I) acionados linguisticamente nos textos;
- b) Resolução contextual: de acordo com a qual, verificaremos o papel do contexto discursivo e situacional na construção de *frames* (referentes, cenários e cenas) e,
- c) Simulação mental: de acordo com a qual, verificaremos como esses *frames* favorecem a criação de inferências que contribuem para a construção do sentido.

Dessa forma, verificamos de que maneira os indexadores linguísticos acionam referentes e cenários e, em seguida, identificamos como personagens atuam nesses cenários, deslocando-se e deslocando coisas fisicamente de um lugar para outro, manipulando objetos e transferindo-os para outras personagens.

RESULTADOS

A seguir, são apresentados os resultados obtidos a partir das análises dos contos investigados.

“VENHA VER O PÔR DO SOL” DE LÍGIA FAGUNDES TELLES

O conto “Venha ver o pôr do sol” apresenta indexadores linguísticos que acionam o sentido de desejo de posse do homem. A não realização de tal desejo se transforma em vingança. Ricardo, ao se sentir rejeitado por Raquel, sente-se humilhado e, no texto, a autora vai apresentando o descontentamento da personagem, gradativamente, por meio de construções de contraste (DUQUE, 2009) e, pela categorização das expressões faciais do rapaz, ora tensas, ora tranquilas. É com esse jogo de contrastes que, aos poucos, o leitor constrói um modelo situacional (ZWANN apud DJIK, 2012) sobre o tempo, o espaço e, principalmente, sobre as personagens. Suas suspeitas acerca das intenções da personagem Ricardo, então, são confirmadas.

Quanto às personagens, contrastes como “morro”/“centro”; “pobreza”/“riqueza” etc., representando, respectivamente, Ricardo e Raquel, evidenciam que ele permanece na mesma situação financeira do período em que foram namorados. Raquel, porém, após a separação, sofreu transformações físicas, passou a ser “mais esperta” e cheia de vida, o que se revela pela elegância nos trajes e no gosto exigente. Ao descrever as características físicas dos dois (trajes, hábitos, posturas), a autora enfatiza tal diferença socioeconômica e revela o sentimento de inferioridade de Ricardo. Soma-se a isso, sua condição humilhante por ter sido traído e substituído, situação essa a que Raquel se refere

durante toda a caminhada. No desenrolar da história, o que contribui para o leitor perceber que não se trata de um encontro romântico, mas sim, da execução de um plano perverso de vingança, são os vários itens lexicais que indexam *frames* relacionado à morte: cemitério, túmulo, ocaso etc. e a própria ideia de se ver o pôr do sol, período que marca a passagem do dia para a noite. Embora o casal, naquele momento, compartilhe o mesmo espaço físico, seus espaços mentais (FAUCONNIER, 1997) são constituídos por perspectivas conceituais distintas. A conquista de um namorado rico que, ao que tudo indica, lhe garantiria segurança econômica faz com que Raquel nem se dê conta do que está acontecendo (ela se utiliza do aspecto físico do local – feio e inconveniente diante dos belos lugares que passou a frequentar com o novo namorado rico – como forma de esnober o ex-namorado). Tal perspectivação a deixa alheia ao estranho comportamento de Ricardo, que explicita, chamando-a de “anjo”, quais as suas pretensões. A transformação exterior de Raquel reflete a forma como vê o mundo: só matéria. Como ele percebe a natureza superficial dessa mudança, ele a trata com carinho, o que a leva a segui-lo. Para isso, ele utiliza palavras que levam inicialmente o leitor a construir um sentido de pureza e ingenuidade para a personagem.

Quanto ao tempo, o entardecer se apresenta como um importante indexador da tensão que está por vir, desde o encontro dos dois. É justamente na passagem do dia para a noite que Ricardo conduz Raquel para um trágico fim. No percurso do portão ao jazigo, ela vai perdendo a esperteza e a vivacidade apresentadas no início do conto e ele, por sua vez, vai perdendo a aparente ingenuidade de um jovem apaixonado e se tornando cada vez mais ardiloso e vil. A recorrência com que são descritas as transformações no seu rosto revelam que algo está para acontecer no fim do passeio romântico. O excesso de contrastes, construídos principalmente sobre o Esquema-I (JOHNSON, 1987) ORIGEM-CAMINHO-META, sugerem um processo de transmutação: pares como fechado/aberto; claro/escuro; prisão/liberdade; vida/morte.

Quanto ao espaço, o cenário principal do conto é um cemitério, fora de funcionamento, localizado num local de difícil acesso, o que favorece o isolamento das personagens. A distância e o difícil acesso e o silêncio do local sugerem afastamento de pessoas, ou seja, de possíveis testemunhas ou de alguém que pudesse ajudar. Além disso, a ausência de vozes, dos ruídos do trânsito e do distanciamento gradativo da cantiga entoada por um grupo de crianças próximo à entrada do cemitério sugere a ausência de vida. Esse afastamento é percebido já no momento em que Raquel sobe o morro ao encontro de Ricardo, quando a autora descreve a escassez paulatina de manifestações de vida, como o barulho da rua, da música das crianças e, mesmo, da quantidade de mato na calçada.

Assim, vemos que Raquel passa por uma transformação exterior, em que foge de um destino de pobreza, envolvendo-se com um cara rico, mas não há uma

transformação interior e, pelo que tudo indica, a moça continua apaixonada pelo ex-namorado. Ao fazer a trajetória prescrita pelo ex-namorado, da liberdade, encontra a clausura; da vida, encontra a morte.

*Mapeamentos metafóricos envolvidos
na transformação de Raquel*

QUADRO 1 – AMOR (DE CLARICE LISPECTOR)

PASSAGEM DA VIDA PARA A MORTE	É	PÔR DO SOL
VIDA SE Esvaindo	É	RÉSTIA DE LUZ
VIDA	É	LUZ
MORTE	É	ESCURIDÃO
CAMINHAR PARA A MORTE	É	CAMINHAR PARA A ESCURIDÃO
MULHER (PROPRIEDADE)	É	RAQUEL
HOMEM (DONO)	É	RICARDO
ENVELHECIMENTO, DOENÇA	É	FERRUGEM, RACHADURAS
HISTÓRIA	É	CAMINHO
VIDA/MORTE	É	ANJO
TRANSFORMAÇÃO/ PASSAGEM	É	PLANTAS NAS TUMBAS
BEM	É	CLARO
MAL	É	ESCURO
PROBLEMAS	É	LAMA
FUTURO	É	CRIANÇA
ALMA, PERSONALIDADE	É	OLHOS
AJUDA, SOCORRO	É	MÃOS

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em “Amor”, a vida rotineira da dona de casa Ana, que desempenha com maestria seu “destino de mulher”: cuidar dos filhos e do marido, garantindo-lhe a segurança de uma vida previsível, mas tranquila, passa por momentos turbulentos, em que seu verdadeiro desejo parece querer emergir. Mas ela, buscando sempre o equilíbrio e a manutenção da estabilidade de uma vida tranquila para si

e seus familiares, acaba reprimindo esses desejos e sensações: a própria personagem lança mão da metáfora conceptual FAMÍLIA É ÁRVORE, em que o tronco é o casal e os frutos e galhos são os filhos, o que revela o seu papel estruturante no vigor e sobrevivência da família. Essa reflexão contínua faz com que a personagem viva em constante ansiedade, ou seja, seus sentimentos se resumem num grande dilema: a segurança de um casamento sólido, mas que a tornou uma prisioneira.

Para garantir o bom desenvolvimento da árvore, nas relações familiares, Ana se apresentava como uma mulher realizada e feliz. Com uma espécie de tear emocional, Ana (e várias outras mulheres), assim, tece a farsa da família perfeita, em que a responsabilidade pela sobrevivência da árvore depende exclusivamente de sua força. Por outro lado, como mulher, ela tem necessidade de estar segura num casamento. Esse enraizamento decorre de *frames* (papéis sociais) construídos para a mulher.

Da mesma forma que o conto anterior, novamente aqui, a tarde é um momento divisor, no caso de Ana, é momento em que as tarefas da casa, que a mantêm ocupada acabam. Esse período de ociosidade, do fim da tarde até o início da noite, quando marido e filhos retornam para casa exigindo sua atenção, abria espaço para que Ana refletisse sobre o sentido de sua vida e, assim, manipulasse o seu tear mágico: como seria a vida fora do casamento? Mas ela se sentia culpada pelo egoísmo envolvido nessa reflexão. Por isso, precisava inventar alguma coisa para ocupar esse tempo e não permitir que os pensamentos dominassem sua mente. Normalmente, ela aproveitava esse período para fazer compras, tarefa que a mantinha focada no seu destino de mulher.

Numa dessas idas vespertinas às compras, no entanto, Ana não conseguiu reprimir seus sentimentos, e transbordou. Ao ver um cego mascando chicletes numa parada, ela se sentiu incomodada ao perceber que, apesar da limitação física relacionada à cegueira, o cego podia controlar seus próprios movimentos, enquanto ela, por se fazer de cega, havia se tornado escrava da rotina da vida doméstica e não tinha mais nenhum controle sobre seus desejos e sensações. Apesar de cego, o homem que mascava chicletes podia perceber o mundo externo, pois era subjetivamente livre e ela enxergava nem mesmo o mundo exterior de sensações.

Logo de cara, por assumir seu destino de mulher, de mãe e de base da família, Ana se sentiu apiedada do cego, mas, num *insight*, percebeu que aquela piedade seria em relação a ela mesma. Naquele momento, Ana admitiu que era uma mulher não realizada. Além disso, a sacola de compras que ela mesma havia tecido se rompeu e as compras se espalharam pelo chão aumentando a confusão de sensações e atrapalhando o seu pensamento. Essa perturbação que começou com o episódio do cego e das compras esparramadas é o que provocou o despertar de Ana: “vários anos ruíam, as gemas amarelas escorriam. As pessoas na rua eram periclitantes”. Ao se dar conta de que havia sido acordada da vida monótona de dona de casa, teve medo da insegurança que estava sentindo, tentou

reprimir os desejos e sensações, “mas o mal estava feito”, pois tudo ao seu redor ganhara movimento. O detalhismo com que a autora descreve o cenário, assim que Ana desce do bonde, mostra que a personagem estava, finalmente, vendo o mundo exterior. As sensações eram tantas que ela teve medo e nojo de si mesma. Ao se deparar com os parasitas sugando a energia das plantas, Ana refaz a metáfora da árvore e percebe o quanto o papel social atribuído à mulher vem aniquilando suas energias, desejos e sensações.

Ao se lembrar das crianças, porém, ela retorna ao mundo socialmente construído, com suas obrigações de mãe e esposa. Qualquer decisão de ímpeto, para atender seus anseios, poderia colocar em risco a sua ligação com os filhos. Devido ao amor pelos filhos, Ana se livra gradativamente daqueles pensamentos e retorna para casa e para a segurança. Volta porque percebe que seus pensamentos e desejos ocultos são menos relevantes que estar com a família.

Mapeamentos metafóricos envolvidos na transformação interior de Ana

A seguir, são apresentados alguns mapeamentos metafóricos observados em *A Moça Tecelã*, de Marina Colasanti (2000).

QUADRO 2 – A MOÇA TECELÃ (MARINA COLASANTI)

PERCEBER O MUNDO DE FORA PARA DENTRO	É	VER
PERCEBER O MUNDO DE DENTRO PARA FORA	É	SER CEGO
INTERAGIR COM O MUNDO	É	SORRIR/PARAR DE SORRIR
SEGUIR UMA ROTINA	É	MASCAR
TER AUTONOMIA	É	PARAR DE MASCAR
MULHER (SERVIÇAL)	É	ANA
SOCIEDADE	É	FAMÍLIA
HOMEM (SERVIDO)	É	MARIDO
MULHERES	É	ÁRVORES
FILHOS	É	FRUTOS
SEGURANÇA	É	RAIZ
DESTINO	É	SEMENTE
MORTE	É	FRUTOS PODRES
AUTOCRÍTICA	É	NOJO
INCONSCIÊNCIA	É	ESPAÇO DO JARDIM
RAZÃO	É	PORTÃO
CONSCIÊNCIA	É	COMPRAS

Fonte: Elaborada pelo autor.

Em “A Moça Tecelã”, um tear é revelado como mágico no decorrer do conto. Há várias marcas do tempo, seja pela cronologia das horas (amanhecer, anoitecer), seja pelo tempo climático (sol forte, chuva, neve) ou pela passagem do tempo, ora tranquilo, ora apressado. A relação da mulher aqui com o ambiente é de construção da própria percepção sobre o mundo. O mundo não preexiste à mulher. Ele é arquitetado e construído pelo poder do tear.

A protagonista enfrenta transformações. A primeira delas é a decisão de ter um companheiro e, imediatamente, resolve tal situação. Da mesma forma acontece quando ela decide desmanchar tudo aquilo que havia produzido, até mesmo o marido, o que corresponde a segunda grande transformação. São revelados os dois lados da condição da mulher: de um lado, a submissão ao confinamento doméstico da produção para o marido, e, ao mesmo tempo, uma mulher que possui autonomia de criar e “descrir”, a ponto de destecer tudo aquilo que não era seu propósito de vida.

O homem que ela criou, na verdade, não a desejava, mas sim, tudo o que o tear mágico manipulado por ela podia lhe proporcionar. Os grandes contrastes construídos linguisticamente no conto são: liberdade/amor; valores materiais/afetividade; autonomia/submissão. O espaço e o tempo são marcantes na obra, pois eles se determinam conforme a vontade da moça, por intermédio do tear, se ela quer comer ela tece, se quer sol, ela tece, quando quis uma companhia ela teceu, mas nesse momento ocorreu uma ruptura, pois a partir do momento em que teceu seu marido, perdeu a vontade de tecer, pois tecia apenas os gostos dele e para ele. O tear que antes era seu companheiro tornou-se instrumento do homem, para seu uso, mas com a habilidade da moça. Ao deixar de tecer o dia e a noite e o clima, a vida da moça parece mergulhar num grande vazio.

No decorrer das leituras, o espaço em que a moça é colocada pelo homem, “o mais alto quarto da mais alta torre”, se torna um espaço estigmatizado como a cozinha. O tear foi utilizado como uma metáfora de construção do tecido da vida. Assim, a moça tecelã tem o poder de transformar tudo à sua volta através de uma máquina de tear, mas, acaba transformando sua própria vida ao usar a máquina para tecer um marido. O marido a escraviza, mas, depois de um tempo, a moça destece o marido e tudo volta ao normal.

QUADRO 3 – MAPEAMENTOS METAFÓRICOS DO PODER TRANSFORMADOR DA MOÇA TECELÃ

CRIAR	É	TECER
DESFAZER	É	DESTECER
COISAS, PESSOAS, ANIMAIS, PLANTAS	É	TECIDOS
VIDA	É	CORES
AUSÊNCIA DE VIDA	É	TONS CINZENTOS

MULHER (EMPREGADA)	É	MOÇA TECELÃ
HOMEM (EMPREGADOR)	É	MARIDO
PRODUZIR	É	TECER
PATRÃO	É	MARIDO
PRODUÇÃO	É	TECIDOS
ALIENAÇÃO	É	TONS CINZENTOS
OPERÁRIO	É	MOÇA TECELÃ

Fonte: Elaborada pelo autor.

DISCUSSÃO

Dois aspectos, recorrentes nos três contos, parecem constituir princípios gerais da narratividade e merecem aqui ser discutidos: a emergência do contraste e a integração de *frames*:

- 1) A estruturação de pistas linguísticas de modo a fazer emergirem contrastes que acabam definindo a complicação dos três contos. Esses contrastes acabam revelando muito sobre as mudanças vivenciadas pelas personagens no decorrer da trama. Com base nesse fenômeno, cabe nos perguntarmos se o processo lexical de antonímia (DUQUE, 2010) não é fator relevante para a construção de narrativas, uma vez que seria subjacente à complicação das tramas;
- 2) A noção de transformação parece estar relacionada a um processo de integração de *frames* e mapeamentos metafóricos e de seleção lexical *framing*, para (LAKOFF, 2008). O egocentrismo de Raquel (“Venha ver o pôr do sol”) a deixa cega às expressões descontroladas de Ricardo. Tais expressões indiciam rancor e desejo de vingança, mas passam despercebidas. Ela interpreta o mundo conforme os seus sentidos. Sua transformação exterior reflete a forma como vê o mundo: olhos apreendem apenas as aparências. Em “Amor”, Ana passa por uma transformação interior, em que tenta fugir da rotina mecânica dos afazeres domésticos, que não permitem que ela sinta o mundo à sua volta. E, por fim, em “A moça tecelã”, a protagonista enfrenta transformações. A primeira delas é a decisão de ter um companheiro e, imediatamente, resolve tal situação. Da mesma forma acontece quando ela decide desmanchar tudo aquilo que havia produzido, até mesmo o marido, o que corresponde à segunda grande transformação. Assim, nos três contos, as estratégias discursivas de construção de sentidos parecerem estar relacionadas aos *frames* e seus respectivos mapeamentos metafóricos e de escolha lexical.

A compreensão de como o sentido é construído a partir da leitura de pistas linguísticas pode nos ajudar a aprimorar o modo como ensinamos língua, o que pode representar um passo promissor para a investigação experimental da utilidade de uma abordagem baseada em LC para o ensino da semântica, além de nos conduzir a técnicas e tecnologias de reconstituição para pessoas que tenham sofrido danos cerebrais prejudiciais às suas habilidades de compreensão e/ou produção de enunciados significativos. Apesar de relevantes, os estudos científicos de como construímos sentido para expressões linguísticas ganharam força muito recentemente. Isso se deve ao fato de que estudar a construção do sentido não é uma tarefa simples. Esse tipo de estudo não se enquadra na investigação científica tradicional por ser o significado um fenômeno subjetivo e mental, o que o torna diversificado e invisível.

As possíveis recompensas de um estudo voltado para a construção do sentido, portanto, acabam sendo obscurecidas pelas dificuldades inerentes ao desbravamento do domínio semântico. Nos últimos anos, alguns pesquisadores pioneiros desenvolveram algumas ferramentas de investigação do significado dando-lhe um caráter científico. Embora a observação seja essencial na constituição do método científico, uma vez que pode ser replicável e preditiva, estudar o significado não se enquadra prontamente à pesquisa porque é um fenômeno difícil de se observar, difícil de se prever e difícil de se replicar.

A meta de um empreendimento científico baseado nas relações entre linguagem, cognição e corporalidade situada é compreender como a linguagem participa do processo sociocognitivo de construção do sentido. Esta pesquisa certamente deitará luzes sobre esse complexo problema e se propõe a fazer sugestões e recomendações para a construção de uma perspectiva verdadeiramente integrada de aspectos gramaticais, semânticos e pragmáticos.

A partir dos resultados obtidos com este projeto de pesquisa, obtivemos elementos para a elaboração de um modelo de análise semântica baseada na noção de *frames*, de grande relevância para os estudos semânticos em geral, uma vez que, diferentemente de outras abordagens, torna possível a integração entre aspectos formais e funcionais da linguagem.

Como desdobramento da presente pesquisa, portanto, pretendemos verificar os processos cognitivos subjacentes à construção de sentido em textos de temática definida, a fim de considerarmos como a ativação, acionamento e mapeamento de *frames* (*framing*) participam ativamente da semantização de textos.

CONCLUSÃO

No primeiro conto, vemos a busca por uma transformação externa que resulta apenas numa mudança de aparência. No segundo conto, vemos a busca por uma

transformação interna que resulta numa tomada de consciência e, no terceiro conto, vemos a mulher assenhorar-se do poder de transformar o mundo.

O sentido de transformação, nos três contos, é garantido por domínios repletos de mudanças físicas de cenários, objetos de cena e personagens, constituindo, assim, a metáfora TRANSFORMAÇÃO PSICOLÓGICA É MUDANÇA FÍSICA acompanhada de mapeamentos metafóricos específicos em cada conto. Além de deslocamentos espaciais e temporais, nos três contos, as autoras forjam construções de contraste (DUQUE, 2010) que favorecem a formação de antônimas inusitadas, como “cemitério abandonado” (morte) x “crianças brincando” (vida); “mascar chicletes” (rotina) x “perder-se no jardim botânico” (autonomia); “tecer um marido” (criar) x “o nada subir-lhe o corpo” (destruir). Os contrastes e oposições produzidos contribuem para revelarem as contradições internas das respectivas protagonistas.

REFERÊNCIAS

- BARSALOU, L. Perceptual symbol systems. *Behav. Brain Sci.*, v. 22, n. 1, p. 577-609, aug. 1999.
- BERGEN, B.; CHANG, N. Embodied construction grammar in simulation-based language understanding. In: ÖSTMAN, J.-O. *Construction grammars: cognitive grounding and theoretical extensions*. Amsterdam, [u.a], Benjamins, 2005. p. 147-190.
- BRUGMAN, C. M. *Story of Over*. Bloomington, IND: Indiana University Linguistic Club, 1981.
- CASAD, E. H.; LANGACKER, R. W. ‘Inside’ and ‘Outside’ in Cora Grammar. *International Journal of American Linguistics*, v. 51, n. 3, p. 247-81, jul. 1985.
- CHANG, N. ; BERGEN, B. K. Constructions as structured dependencies and constraints in a simulation-based framework. *ICSI Technical Report*, 2005.
- COLASSANTI, M. A moça tecelã. In: COLASSANTI, M. *Doze Reis e a Moça no Labirinto do Vento*. Rio de Janeiro: Global, 2000. Disponível em: <http://www.releituras.com/i_ana_mcolasanti.asp>. Acesso em: 16 maio 2015.
- DJIK, T. A. V. *Discurso e Contexto: uma abordagem sociocognitiva*. São Paulo: Contexto, 2012.
- DUQUE, P. H. Construções de contraste nos jornais de Natal: as relações antonímicas. *Cadernos do CNLF*. v. 14, n. 4, p. 132-133, 2009. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_3/2507-2522.pdf>. Acesso em: 16 maio 2015.
- DUQUE, P. H. *Discurso e Cognição: uma abordagem baseada em frames*. [No prelo].

DUQUE, P.H. O papel da gramática nos processos de simulação mental. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 17., 2012. *Anais...* Rio de Janeiro: Caderno de Resumos, 2012a.

DUQUE, P.H. Simulação semântica e compreensão de textos. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, 2012b.

DUQUE, P.H. Gramática e Construção de Sentido. In: JORNADA NACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO NORDESTE, 24., 2012, Natal. *Anais...* Cadernos de resumos e programação da XXIV. Natal: EdUFRN, 2012c. p. 559-559.

DUQUE, P.H. O padrão discursivo “Conto Fantástico”: uma análise construcional dos contos de Machado de Assis. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 1114-1125, set./dez. 2012d.

DUQUE, P. H.; COSTA, M. A. *Linguística Cognitiva*: em busca de uma arquitetura de linguagem compatível com modelos de armazenamento e categorização de experiências. Natal, RN: EDUFRN, 2012e.

DUQUE, P. H.; COSTA, M. A. Cognitivismo, corporalidade e construções: novas perspectivas nos estudos da linguagem. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Linguagens em diálogo*, n. 42, p. 87-108, 2011.

DUQUE, P. H. ; COSTA, M. A. Gramática de Construções e Simulação Mental: construindo sentidos e arquitetando contextos. In: MOURA, H. M. M. ; GABRIEL, R. (Org.). *A cognição na linguagem*. Florianópolis, SC: Insular, 2012f.

FAUCONNIER, G. *Mental Spaces*: aspects of meaning construction in natural language. New York: Cambridge University Press, [1997].

FAUCONNIER, G; TURNER, M. *The Way We Thing*: conceptual blending and the mind’s hidden complexities. New York: Basic Books, 2003. 440p.

FELDMAN, J. et al. The First Five Years of an automated language acquisition project. *Artificial Intelligence Review*, v. 10, p. 103-129, apr. 1996.

GIBSON, J. J. *The ecological approach to visual perception*. Boston, EUA: houghton mifflin, 1979.

GLENBERG, A. M.; ROBERTSON, D. A. Indexical understanding of instructions. *Discourse Processes*, v. 28, p. 1-6, nov. 1999.

KANTOWITZ, B. H.; ROEDIGER, H.; ELMES, D. *Psicologia experimental*: para compreender a pesquisa em psicologia. São Paulo: Thomson, 2006.

KASCHAK, M. P.; GLENBERG, A. M. Constructing meaning: the role of affordances and grammatical constructions in sentence comprehension. *Journal of Memory and Language*, v. 43, p. 508-529, oct. 2000.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.

- LAKOFF, G. *Women, Fire, and Dangerous Things*. Chicago, EUA: University of Chicago Press, 1987.
- LAKOFF, G.; WEHLING, E. *The little blue book: the essential guide to thinking and talking democratic*. New York: Simon and Shuster, 2012.
- LANGACKER, R. W. *Concept, Image, and Symbol*. Berlim, NY: Mouton de Gruyter, 1991.
- LINDNER, S. A lexico-semantic analysis of English verb-particle constructions with “up” and “out”. Thesis (Ph.D.) – University of California, San Diego, EUA, 1981.
- LISPECTOR, C. “Amor” In: LISPECTOR, C. *Laços de Família*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. p. 34.
- TELLES, L. F. *Venha ver o pôr-do-sol e outros contos*. São Paulo: Ática, 2003.
- TOMITCH, L. M. B. Desvelando o processo de compreensão leitora: protocolos verbais na pesquisa em leitura. *Signo*. Santa Cruz do Sul, RS, v. 32, n. 53, p. 42-53, dez. 2007.

COGNIÇÃO E IMAGÉTICO

La locura en la pintura latinoamericana como objeto de estudio de la percepción visual desde un basamento lingüístico

MAURICIO CASTILLO

El trabajo de investigación tendrá como objetivo poner de manifiesto una fundamentación analítica dual: el de la comunicación y el de la cognición, teniendo como basamentos transversales a la razón y a las influencias culturales y semánticas. No obstante, se cotejarán estos resultados con condicionamientos genéticos y del desarrollo humano vinculados estrechamente al individuo con su lenguaje de expresión artística, producto genuino de su estructura mental y condición humana moldeadas por el contexto socio-cultural.

Para conseguir resignificar las obras de arte desde una perspectiva lingüística será necesario recurrir a los presupuestos teórico-metodológicos de Dell Hymes. De este modo, para que las narrativas descriptivas que los críticos de arte desarrollan sobre las producciones pictóricas constituyan una respuesta válida y complementaria de la intención del pintor, será vital que las versiones traducidas de los relatos (en este caso las obras) no sean inapropiadas para poder así entender su papel en el sistema social o mental en que surgieron. (HYMES, 1981, p. 6-7)

Además, se tendrán en cuenta los conceptos de hablante y audiencia en cuanto el artista comunica a través de su obra a una audiencia que puede estar segmentada en destinatarios específicos y en receptores pasivos que observan la obra pero con fines últimos completamente dispares. En este aspecto, jugarán un rol principal las reacciones de los observadores como meros recipientes cognitivos o como actores que resignifican la semántica en cada una de las obras.

Finalmente, serán de igual importancia las contribuciones de Sapir para poder comprender al lenguaje y la cognición moldeados por las experiencias y el contexto del lenguaje artístico. El corpus de investigación, se compone entonces, del análisis de diferentes pinturas de autores latinoamericanos que han plasmado en su obra la idea de la locura. En su mayoría son artistas contemporáneos cuyas producciones han sido analizadas e interpretadas en textos críticos de revistas y páginas web que permiten arrojar resultados preliminares asociados a la utilización de los tonos oscuros y los colores primarios en sus obras pictóricas. La paleta de colores resultante de la combinación de los mencionados anteriormente, son los preferidos por pacientes con desórdenes mentales. De modo similar, ciertas emociones generadas en la audiencia como consecuencia

de la observación de las pinturas se encuentran directamente vinculadas a estados anímicos de euforia, depresión y esquizofrenia.

Paralelamente, si desglosamos la definición de locura, la Real Academia Española nos ofrece las siguientes acepciones: (*De loco*) 1. f. Privación del juicio o del uso de la razón; 2. f. Acción inconsiderada o gran desacierto. Continuando en esta línea, *Definición ABC* en su sitio web realiza una explicación de un tinte social más esclarecedor en cuanto a situaciones concretas y comunes en las que se suele aplicar el término y sus derivaciones: Se denomina como locura a todos aquellos comportamientos de una persona que están claramente desviados de aquellos que se consideran como normales. [...] Los síntomas más característicos que presentan este tipo de personas suelen ser los siguientes: pérdida del control, los sentimientos se muestran y expresan más desinhibidamente, no se atienden a las nefastas consecuencias que pueden tener las acciones. Por supuesto, para el siguiente análisis, este último apartado cobra una significación completamente diferente dado que en las obras analizadas la consecuencia ha resultado ser muy alejada de la idea de nefasta, en cuanto sus autores han logrado expresar su cognición y habilidades innatas o aprendidas con fines terapéuticos o de mera expresión artística, respondiendo siempre a un discurso completo con una intención determinada y obedeciendo completamente a una función específica como más adelante comentaré teniendo en cuenta el basamento teórico de Dell Hymes (1981).

Retomando el ámbito de incumbencia de la lingüística es vital recordar que se consideran las relaciones entre los procesos lingüísticos, de expresión e intelectuales, los diferentes patrones de conducta y las instituciones socioculturales en las que el ser humano va participando a lo largo de su vida. Originariamente, la lingüística antropológica buscaba estudiar la totalidad de las lenguas analizadas por la antropología cultural para obtener así información sobre las diferentes actividades de grupos urbanos y rurales, cada uno con sus lenguas simples y complejas.

Antes que nada debemos recordar los conceptos de Lakoff citados en Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos 86 2003, Anejo I 85-111 en donde se establece que uno de los aspectos básicos del cognitivismo lingüístico es el estudio de la conceptualización de realidades abstractas por medio de las expresiones propias de la experiencia sensible. En este sentido, la reciente lingüística cognitiva ha aportado un método suficientemente articulado que nos permite revisar globalmente, en todos los niveles del lenguaje, los fundamentos empíricos de la cognición tal y como en él se reflejan. Sucintamente, los principios fundamentales que más nos han servido para plantear una semántica de orientación cognitiva pueden resumirse en 1: 5.2. La categorización mediante los datos de la experiencia, frente a las categorías clásicas y cerradas (de formulación aristotélica). Las nuevas clases o categorías resultantes son abiertas y difusas (Lamíquiz, 1998), y presentan dentro de ellas elementos especialmente representativos, también llamados prototípicos. (KLEIBER, 1995) Estas categorías se organizan gracias a los llamados «modelos

cognitivos idealizados» (M.C.I.), que son los que ordenan, a su vez, nuestro espacio mental (LAKOFF 1987, p. 68-76). 5.3. La iconicidad, o la capacidad que el lenguaje tiene de imitar la realidad mediante los espacios mentales. Veremos cómo la etimología antigua se nos presenta como un excelente ejemplo precientífico de esta concepción del lenguaje que quedó fundada, aunque irónicamente, en el Crátilo de Platón. 5.4. La gramática emergente, que estudia la tendencia de las unidades del léxico a convertirse en elementos gramaticales sistemáticos (p. e., del latín *homo* al francés *on*). Por su parte, la subjetivación analiza cómo el cambio lingüístico se debe atribuir a la implicación constante del emisor en la gramática, dando lugar a las implicaciones valorativas y connotativas de los mensajes. 5.5. Las «metáforas de la vida cotidiana» («Metaphors we live by») (LAKOFF, 1987; LAKOFF Y JOHNSON, 1980), que utilizan la experiencia de la realidad tangible para expresar una idea abstracta, son excelentes ejemplos de estos M. C. I. En ellos, partimos de un «Dominio de Origen» («*Source Domain*»), p. e., el espacio vertical (arriba/debajo), para expresar, a partir de él, aspectos como la «cantidad» o la «valoración» positiva o negativa de algo («Dominio de Destino», o «*Target Domain*»). (LAKOFF, 1987, p. 274-280)

En primer lugar, tomaré parte de la obra del artista venezolano Juan M. Carrasco y su trabajo *La Locura o el Tormento de Llamarse Nada*.

FIGURA 1 - LA LOCURA O EL TORMENTO DE LLAMARSE NADA



Fuente: Juan M. Carrasco (2011).

El texto esclarecedor surge de un concepto de locura ligado a los vocablos desesperanza, angustia, disolución, deformes, esquizofrenia paranoide, descomposición, septicemia, oscuros, danzas, misterios, psicosis maníaco depresiva. Al evaluar el concepto recientemente planteado, se obtiene el siguiente alcance significativo: una actitud o estado de ánimo de depresión por haber perdido algo o la posibilidad de alcanzar un objetivo (como si ese objetivo se pudiera materializar y la persona

podiera llegar al lugar donde está dicho objetivo luego de transitar un camino); la provocación de desmayo, tristeza, pesadumbre, sinsabor y mortificación; disolución, separación o putrefacción como anulación de los vínculos que unen a dos o más personas; falta o privación de proporción y regularidad en la forma. Esquizofrenia tiene su origen en dos términos griegos: *schizo* («división», «escisión») y *phrenos* («mente»). Quien padece este trastorno presenta, en pocas palabras, una mente partida en dos: una porción que se relaciona con la realidad y otra que interactúa, en mayor o menor grado, con un mundo imaginario; *paranous* se les llamaba a todos los enfermos mentales al margen o fuera de la mente; una enfermedad causada por gérmenes en la sangre; algo no visible y confuso; movimientos del cuerpo.¹ Se observa entonces que es posible elaborar una concepción situada en el campo de las enfermedades mentales, más específicamente en la esquizofrenia y la psicosis.

Continuando con la hipótesis sobre la estrecha relación entre los objetos de estudio de la semántica cognitiva, la lingüística antropológica y los procesos de expresión de los diferentes grados y variaciones de locura presentes en algunas obras de arte, se le puede atribuir a Martín Ramirez (1895-1963), pintor mejicano, haber comenzado su expresión artística desde su ambiente rural, valiéndose de sus herramientas lingüísticas y capacidad pictórica para trascender su contexto personal nativo y llevar de algún modo sus experiencias al público internacional al formar parte de diferentes muestras realizadas en Estados Unidos (Nueva York y Houston) y en Europa (Madrid), aunque siempre manteniendo sus raíces y experiencias personales. Conformando de esta manera un amplio abanico sobre el quehacer humano concebido como el esfuerzo por mantener riquezas materiales que son más tarde perdidas por la Gran Depresión y teniendo como consecuencia inminente un gran estado de tristeza y de reclusión en un hospital psiquiátrico en el norte de California luego de haber sido diagnosticado con esquizofrenia, lugar donde Ramirez desarrolla la mayoría de su obra a lo largo de los últimos treinta años de su vida. Hoy se lo considera el “Van Gogh mejicano” y uno de los más grandes artistas marginales (también conocidos como outsiders) del siglo XX tomando como dominio de origen al *límite* como recipiente de un dominio de destino formado por el sufrimiento de no pertenecer nativamente a un determinado lugar, sino que produce su obra en una tierra que lo contiene pero que paradójicamente le resulta foránea; por lo que los patrones de conducta, en este caso similares, y las instituciones socioculturales que habitaron estos pintores plasmaron un fuerte condicionamiento o despertar de conexiones neuronales con funciones similares. De este fenómeno artístico y lingüístico encarnado por Ramirez se

1 Del griego *mysterion* significa iniciado, cosa secreta, oculta y desconocida y formación del alma al tomar el significado del griego del vocablo psicosis (*psyche* y *osis*).

desprende que la lingüística cognitiva no está conformada por un corpus doctrinal cerrado, sino por una amalgama de diversas aproximaciones.

FIGURA 2 - ATRABILIARIO



Fuente: Martín Ramírez (1895-1963).

En el afán por recomponer las piezas de este gran mosaico cultural y esclarecer el origen de las familias lingüísticas surge la obra de Remedios Varo, en especial su pintura *El Flautista* ya que la detallada descripción nos ayuda como audiencia y lingüistas a poder comprender la necesidad de un vocabulario descriptivo que da forma y reformula un contexto sociocultural vigente en el momento de la pintura y que continúa vigente en resabios de algunas culturas actuales.

FIGURA 3 - EL FLAUTISTA



Fuente: Remedios Varo (1955).

La obra precedente encuentra su justificación sobre la influencia de las instituciones socioculturales en cuanto constituyen movimientos artísticos que fueron modelando la naturaleza de los procesos estéticos y expresivos de Varo. Conforme la pintora siente una necesidad de focalizar en diferentes aspectos de su obra, ella recurre a diversas técnicas propias del automatismo (la putrefacción sigue siendo denominador común a los conceptos expresivos de Juan M. Carrasco), del surrealismo (valiéndose de pintar «niebla» como un elemento oscuro en su significado original del latín *obscurus*: cubierto, no visible y confuso y que constituye una metáfora orientacional de valoración negativa: color oscuro), de finales de la Edad Media, del período Gótico, del realismo flamenco y del manierismo.

Finalmente, al continuar trabajando sobre aspectos filológicos relacionados a los diferentes conceptos de locura, resulta de gran interés poner en evidencia un texto crítico que surgió como una expresión de alivio tanto para el escritor (en este caso Julio Cortázar) y para los pintores convocados para la muestra Bestiario,² Muestra Colectiva de Pintura, realizada en noviembre de 2013 hasta finales de enero de 2014 en Espacio de Arte de Viajes El Corte Inglés en Lima, Perú. Es posible continuar indagando sobre las relaciones entre los procesos lingüísticos y de expresión en la siguiente pintura:

FIGURA 4 - OBRA DE LA EXPOSICIÓN COLECTIVA "BESTIARIO"



Fuente: Jorge Cabieses.

Nuevamente toma protagonismo el aspecto de realidad y fantasía traducidos en dominio origen y dominio destino de las metáforas teorizadas por Lakoff. Para validar este ensayo, realizo el anterior paralelismo con los conceptos de esquizofrenia y psicosis mientras que «miseria» puede reflejar el resultado de

2 Julio Cortázar (1914-1984): “[...] fueron, sin que yo lo supiera (de eso me di cuenta después) autoterapias de tipo psicoanalítico. Yo escribí esos cuentos sintiendo síntomas neuróticos que me molestaban.”

procesos de exclusión social, segregación social o marginación y «decadencia» hace referencia al colapso social. Tanto los procesos de exclusión como el colapso social representan elementos significativos de metáforas orientacionales de verticalidad donde lo que está por debajo es considerado negativo desde la conformación del lenguaje.

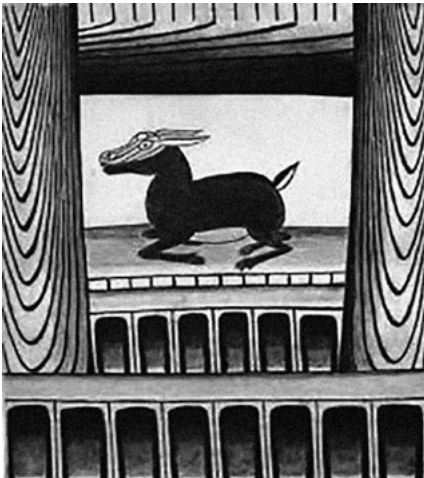
Otro aspecto de injerencia de la lingüística antropológica es la de encargarse de las diferencias de los lenguajes vivos, cómo se entrelazan o son dispares y responder a cuestiones de migración y de difusión de la comunicación, lo que influirá también en el aspecto semántico. Se analizan los modos en que el lenguaje está en oposición o refleja características de la cultura desde la selección particular de elementos léxicos. En el caso de Martín Ramírez la proyección cultural en su obra es de sentido dual. Por un lado, durante la muestra que se realizó en el Houston Museum of Fine Arts en 1987 se observan características de «talismán» del griego *τέλεσμα* que significa rito religioso y "fetichista" (el fetichismo es una forma de creencia o práctica religiosa en la cual se considera que ciertos objetos poseen poderes mágicos o sobrenaturales y que protegen al portador o a las personas de las fuerzas naturales).

Ambas cualidades representativas de las obras presentadas por los treinta artistas que compusieron la muestra, por lo que se puede aseverar que refleja la cultura. Sin embargo, Ramírez, "en su condición de artista autodidacta, es un emblema para todos los artistas de la muestra, lo que también puede distorsionar la idea de los lectores sobre los artistas latinos contemporáneos. En vez de caracterizar a los artistas de la exposición como calificados profesionales activos en el mundo del arte contemporáneo, los muestra como irracionales y visionarios", algo diferente al reflejo de la cultura de ese momento, producto en realidad de la condición única de Ramírez. En la mayoría de sus producciones es claro el sentido de proyección de la cultura mexicana a lo largo de su obra. En palabras de críticos de arte: Randall Morris sostiene que Ramírez "provenía de una cultura artesanal" y se aproxima a su expresión creativa desde la "religión criolla del indocaticismo". (RAMIREZ, 1895, p. 63-64) El arte de Ramírez, con sus paisajes y figuras en movimiento (montados a caballo, en trenes u otros vehículos), sus referencias espirituales³ fue un intento de llegar al supramundo con información vital traída del inframundo por una especie de chamán metafórico. Nelson Oxman plantea un argumento similar, afirmando que [p]or medio del lenguaje plástico Ramírez [...] regresa a la raíz cultural y que [l]os recursos plásticos de Ramírez en ningún momento dejan de tener referencia con los recursos plásticos desarrollados por el arte popular mexicano. Esto ya no se entiende como mera expresión esquizofrénica al

3 Virgenes, iglesias, venados que suelen ser símbolos de Jesucristo en el norte de México.

vincularse no sólo con un contexto cultural—y no se trata ya del mero contexto mexicano pensado por sus críticos en el catálogo de la exhibición mexicana de 1989 sino de “las dimensiones transculturales de su visión” (ESPINOSA; ESPINOSA, 2007, p. 31) y también con una historia personal evocada por una “prodigiosa memoria visual”.(ESPINOSA; ESPINOSA, 2007, p. 33) Brooke Davis Anderson, quien, como directora del Contemporary Center del American Folk Art Museum de Nueva York, ha sido quizá la mayor impulsora de Ramírez, también señala la importancia de la noción de memoria en la aproximación crítica a la obra de este artista. Anderson propone que “Ramírez grabó su herencia (México), su travesía (Estados Unidos) y su aislamiento (el manicomio) en cada dibujo en una narrativa continua.” Además, el lenguaje en la totalidad de prácticas simbólicas y prácticas de producción modelará los procesos de organización cognitivos. Claramente se puede ver cómo los procesos mentales de Ramírez llevan a la producción de representaciones a través de túneles, paisajes mexicanos, madonas que levitan y dibujos enigmáticos que simbolizan ideas religiosas o de su pasado vivido en su cultura de origen. Estos caminos, nudos y pliegues como metáforas de la vida con sus problemas y soluciones son de gran valor descriptivo sobre la persona del artista. El arte que pintaba simbolizó un escape de su realidad.

FIGURA 5 - UNTITLED



Fuente: Martín Ramírez (1962).

Procesos similares se producen en la pintura anterior de Varo respecto a la simbología y en cuanto a Bestiario, lo simbólico se extiende al elemento principal de cada una de las ocho historias contenidas en la muestra y que representan las diferentes ansiedades o los tormentos que los personajes experimentan a lo

largo de la trama. Cada pintor parte de un significado común para concluir otorgándole un significante novedoso y movilizante para la audiencia.⁴ Un ejemplo es “Vida de Liebre” de José Bedia, por supuesto ya con una simbología completamente diferente y actual.

FIGURA 6 – VIDA DE LIEBRE



Fuente: José Bedia.

Junto a la semántica cognitiva la lingüística antropológica estudia también las implicancias entre la sociología y la forma en que se organizan las agrupaciones humanas y las relaciona con la forma de vida y las adaptaciones que se realizan de los sentidos. Esto quiere decir que la percepción sensorial juega un rol importante en nuestro estudio, en especial en los colores y las relaciones metafóricas de la semántica cognitiva, más precisamente en la relación imaginación/significado. Comenzaré por tomar la definición de percepción más utilizada dentro de los abordajes de la psicología, las tecnologías de la información y últimamente la neurociencia en general por ser de utilidad multidisciplinar: como muchos otros procesos de la cognición, la percepción puede entenderse como procesamiento de información, es decir, una serie de operaciones que transforman un elemento de entrada como por ejemplo un haz de luz en otro de salida diferente y que constituye la información sobre el entorno. La percepción de los colores va a variar de acuerdo a la edad, ya que con el paso del tiempo el cristalino y la córnea se oscurecen y eso influye en la percepción de tonalidades más claras en personas de hasta 35 años, al género y a las enfermedades mentales. Para esclarecer este último y poder continuar con el análisis incluyo a continuación una publicación de 1931 en que Ana Torralbo de la

4 Ya en la Edad Media las bestias descriptas simbolizaron «represión» e «intimidación» en los fieles.

universidad autónoma de Madrid documentó en su artículo *Percepción Visual del Rango de Color: Diferencias entre Género y Edad*, «Siegfried E. Katz, del New York State Psychiatric Institute and Hospital, dio cuenta de los colores favoritos de las personas que padecían algún tipo de trastorno psicológico. Ayudado por un colega, Katz presentó a 134 pacientes del hospital cartulinas coloreadas en 6 tonalidades: rojo, naranja, amarillo, verde, azul y violeta. Ni negro ni blanco ni grises. Y la mecánica consistió en mostrar una por una estas tarjetas al tiempo que el doctor pedía a sus pacientes que señalaran con el dedo cuál era su color preferido. Katz reseñó que algunos de los pacientes se mostraron cooperativos e hicieron las seis elecciones, mientras que otros “rápidamente perdieron el interés y eligieron únicamente uno, dos o tres [colores]”. Según el trabajo de Katz, la locura prefiere ciertos colores, en particular los colores primarios, es decir, rojo azul y amarillo. Y al analizar la obra de Mónica Löwenberg, oriunda de la ciudad de México, se observa el tema del amor en un rol predominante, el que no escapa de ser un sentimiento extremo que llega a desestabilizar las emociones y consecuentes decisiones que se suelen tomar al “amar con locura” a alguien, por supuesto utilizando la idea de locura como metáfora. En esta instancia, no es casual que la artista mexicana utilice para sus cuadros los colores primarios, estrechamente ligados a los resultados arrojados por los estudios sobre la percepción del color y las preferencias personales. En una entrevista se le preguntó por qué esa selección y ella respondió:

Me da gusto que me preguntes esto, ¿sabes? Nadie lo había hecho y estaba ansiosa por contar por qué predominan los colores primarios en mi obra. Para comenzar es un vocabulario pictórico que he encontrado fascinante y me hace sentir completa. Todo lo que miran nuestros ojos, el jardín, el color de tu cocina, el cielo, los muebles de tu casa, el color de ojos que tienes, todo es la suma de estos colores, rojo, amarillo y azul, que son los colores primarios.

Es probable que la sensación de estar completo utilizando u observando los colores primarios sea lo que las personas con enfermedades mentales buscan, dado que si padecen de algún grado de psicosis, los colores primarios proveen el sentido de unión y totalidad que en su estado mental normal carecen. Asimismo, Löwenberg elige estos colores para representar el estado de plenitud y de amor, ese amor completo que tanto se desea desde la locura, ya sea padeciéndola permanentemente o disfrutándola transitoriamente por estar enamorado.

FIGURA 7 – DANZA EN TU SUEÑO



Fuente: Monica Löwenberg.

Contraria a esta visión incluiré a Kandinsky⁵ con su definición tan peculiar de los colores en *De lo Espiritual en el Arte*⁶ Paidós Estética, p. 24:

Los dos últimos colores mencionados como resultantes de combinar el rojo con amarillo o con azul, tienen un equilibrio inestable. Al mezclarlos observamos la tendencia a perder el equilibrio. Es la impresión que da un equilibrista que constantemente tiene que tomar precauciones balanceándose hacia ambos lados.

De aquí se concluye que los colores primarios para Kandinsky, denotan “equilibrio inestable”.

Para continuar con estas adaptaciones del modo de vida, de las formas de expresión y de los sentidos se observa claramente en Varo que ella tuvo que adaptarse a un nuevo territorio. Al utilizar las sombras en sus pinturas y los personajes que se mueven sin tocar el suelo, el desarraigo queda más que claro.⁷

Sumado a estos aspectos, la cognición y la comunicación en personas que tienen alteradas sus facultades mentales se encuentran distorsionadas respecto al común de la población o de lo socialmente aceptable como indiqué al principio en la definición de locura y sus variantes. En Varo, el concepto de sombras e ingravidez muestran una peculiar manera de comunicarse y el tema del doble continúa vigente como alteración mental de la artista, incluso en esta pintura en especial donde se distorsiona también el concepto de cuerpo y sombra

5 Si bien es un artista que no pertenece a la pintura latinoamericana, nos presenta su opinión sobre los colores, lo que resulta muy útil como marco teórico de un nuevo postulado.

6 <http://www.paidos.com/ficha.aspx?cod=35024>.

7 El exilio es eso, es el acto de separarse del suelo al que se pertenece, del que se forma parte o en el que se está.

proyectada. Por supuesto la sombra es tomada como un ente oscuro cuyo significado es el valor negativo desde la teoría de Lakoff.

FIGURA 8 – FENÓMENO



Fuente: Remedios Varo (1962).

Considerando los aportes teóricos de Hymes (1981), todas las narrativas del universo se encuentran organizadas de acuerdo a principios que son implícitos de manera que transmiten conocimientos que son importantes y formas de pensar y concebir al mundo. Hymes considera claramente que el folklore y la narrativa son parte vital de los campos de la lingüística, la antropología y la literatura y ha deplorado el hecho de que muy pocos académicos de estos campos deseen y puedan incluir en forma adecuada el folklore en lengua original en sus análisis. (HYMES, 1981, p. 6-7)⁸ Con más razón, las categorizaciones y subjetivaciones en este ámbito aportan información valiosa sobre la metáfora aplicada a la interpretación y desglose de la intención y significado implícito de las obras pictóricas que constituyen este corpus.

Por otro lado, ciertos curadores por ejemplo aquellos que expresaron sus ideas en la exposición *Locura y Arte en Colombia* en junio del 2008 en el hospital San José de la ciudad homónima, escriben que El psiquiatra Roberto Chaskel, de la Universidad del Bosque, recuerda que incluso las artes se han transformado en una valiosa herramienta terapéutica para tratar pacientes con ciertas enfermedades mentales. No sólo la pintura, también la música. Explica Chaskel que la razón por la cual funciona la musicoterapia quizá sea porque el cerebro de las personas se ritmifica con la música. En la gente que está deprimida,

8 Siente que las versiones traducidas de los relatos son inapropiados para entender su papel en el sistema social o mental en que surgieron.

desenergizada, la música puede llegar a energizarla. La muestra también quiere servir de excusa para recordar que no todos se benefician de estos y otros avances de la psiquiatría moderna, y como lo señalan los curadores de la exposición. Sin necesidad de ir más lejos, en Argentina, algunos pacientes tienen acceso a la expresión artística y he recibido por parte de una persona allegada al hospital Borda un dibujo realizado por un interno en el año 1973 en el que se observa claramente la imagen del mundialmente conocido Charles Chaplin realizado en dos pinceladas con tinta china, logrando así la síntesis de la forma. En palabras de la artista local Sivana Campana: “la creatividad está en un espacio del cerebro que cuando la razón y el prejuicio no intervienen aflora el interno de la persona, lo sensible, lo que quiere decir,”⁹ como dominio destino de la adversidad y de la astucia artística. Agregó también el siguiente concepto, muy esclarecedor por cierto, por lo menos desde la didáctica y pedagogía de la enseñanza del arte y el desarrollo madurativo de las habilidades cognitivas respecto a los intereses generacionales comunes: Un niño comienza a dibujar con círculos, cuadrados y rayas, nadie se lo explica y trabaja la perspectiva jerárquica. Los seres que son más importantes para él aparecen más grandes y los que no lo son tanto se representan más pequeños o directamente no aparecen. A medida que esos niños crecen y llegan a la adolescencia, cuando se les explica esto no lo entienden, a pesar de que era algo que realizaban años atrás. Y el *loco del Borda* lo hizo.

FIGURA 9 – SIN TÍTULO



Fuente: Paciente del hospital Borda.

9 Citación de producto de una entrevista que realicé a la artista a modo de análisis del corpus de investigación.

Finalmente, respecto a las relaciones tiempo/lugar y hablante/audiencia dentro de un acto de habla según Hymes, si realizamos una analogía con las pinturas y la audiencia se llega a la conclusión que las obras pueden invitar al observador a ser partícipe activo o mero espectador. En el caso de la obra de Löwenberg, la invitación constituye un elemento poderoso que involucra al espectador desde lo más carnal hasta lo metafísico. Las pinturas de Löwenberg pretenden hacer una reconstrucción del acto humano desde su ejecución más rudimentaria hasta sus consecuencias más metafísicas. De manera similar, en Bestiario, la participación esperada de la audiencia es intensa y movilizante.

En conclusión, el concepto de locura presente en obras de la pintura latinoamericana transita un camino con diferentes matices partiendo desde metáforas extendidas en relación a los sentimientos como es el caso del amor, realiza una parada obligada en los trastornos de la mente para desplegar un arsenal de simbología y diversas influencias socio-culturales que reclutan colores intensos de psicosis para terminar ganando una batalla cultural en territorios inhóspitos, ajenos al contexto original del artista, incluso en diferentes países. En la totalidad de los casos presentados en este ensayo, es la semántica cognitiva quien pide tregua para explicar las correlaciones que se producen entre los procesos lingüísticos, expresivos, intelectuales y de significado. Por supuesto, teniendo de rehén a la percepción disociada y confusa que en innumerables situaciones puede ser paradójicamente muy clara cuando expresa un deseo íntimamente guardado en la psiquis de estos soldados del arte y que cuyas obras hablan mucho más de ellos que su propia biografía detalladamente relatada en ese plan de ataque o retirada que constituye su propia existencia.

REFERENCIAS

- CORREA, V. et al. Percepción visual del rango de color: diferencias entre género y edad. *Rev. Med*, v. 15, n. 1, p. 7-14, enero, 2007. Disponible: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=91015102>>. Aceso en: 20 enero 2015.
- ESPINOSA, V.; ESPINOSA, K. The Life of Martín Ramírez. In: ANDERSON, B. D.; ESPINOSA, V.; Ramírez, M. *Ramírez Martín*. Seattle, EUA: Marquand Books in association with American Folk Art Museum, 2007. p. 19-39.
- HYMES, D. *"In Vain I Tried to Tell You": essays in Native American Ethnopoetics*. Filadelfia, PA: University de Pensilvania Press, 1981c.
- KANDINSKY, V. De lo espiritual en el arte: contribución al análisis de los elementos pictóricos. Barcelona: Paidós, [1911].
- KLEIBER, G. *La Semántica de los Prototipos: categoría y sentido léxico*. Madrid: Visor, 1995. (Visor Lingüística, 4).

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago; London: University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago, USA: University of Chicago Press, 1987.

LOWENBERG, M. *Galería*. 2014. Disponible: <<http://www.monicalowenberg.com>>. Acceso en: 30 marzo 2015.

PAZ, O. Art and identity: Hispanics in the United States. In: BEARDSLEY, J. et al. *Hispanic Art in the United States: thirty contemporary painters and sculptors*. New York: Abbeville Press, 1987. Disponible: <<http://www.icaadocs.mfah.org/icaadocs/ELARCHIVO/RegistroCompleto/tabid99/doc/1065195/language/es-MX/Default.aspx>>. Acceso en: 4 feb. 2016.

RAMIREZ, M. Martin Ramirez. *Marvin*. 25 nov. 2011. Disponible: <<http://www.marvin.com.mx/arte/galerías/martin-ramirez/2318>>. Acceso en: 4 feb. 2016.

ROJO BETANCUR, F. A. *Resignificaciones del pensamiento mágico ancestral y del arte rupestre mesoamericano. La obra de arte como fetiche contemporáneo*. 2009. Disponible: <<http://rupestreweb.info/artefetich.html>>. Acceso en: 20 enero 2015.

SAPIR, E. *El lenguaje: introducción al estudio del habla*. México: Fondo de Cultura económica, 1954.

VARGAS-MACHUCA, S. *Bestiario, muestra colectiva de pintura latinoamericana*. Perú, 26 nov. 2013. Disponible: <<http://www.arteenlared.com/latinoamerica/mas-de-latinoamerica/bestiario-muestra-colectiva-de-pintura-latinoamericana.html>>. Acceso en: 4 feb. 2016.

VIDAURRE ARENAS, C. V. La exploración de las fuentes de la luz: Remedios Varo, *Memorial del exilio Clío*, México, n. 20, 2011. Disponible: <<http://clio.rediris.es/exilio/remediosvaro/RemediosVaroarticulo.htm>>. Acceso en: 30 marzo 2015.

Sobre os autores

Ada Lima Ferreira De Sousa

Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Alex Bezerra Leitão

Graduado em Letras – Espanhol pela Universidade de Brasília (UNB).

Alexandra Felderkircher Müller

Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Aline Nardes dos Santos

Doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Antonia Vieira dos Santos

Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Aurelina Ariadne Domingues Almeida

Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professora do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da UFBA.

Alex Bezerra Leitão

Graduado em Letras – Espanhol pela Universidade de Brasília (UNB).

Camila Borges da Silva Ferreiro

Mestre em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Celina Márcia de Souza Abbade

Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professora do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Diego Spader de Souza

Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Eliane Santos Leite da Silva

Doutoranda em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Elisângela Santana dos Santos

Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professora do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Enrique Huelva Unternbäumen

Doutor em Linguística pela Universidade de Bielefeld (Alemanha) e professor do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade de Brasília (UNB).

Fernanda Carneiro Cavalcanti

Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFCE).

Helena Alencar Lins

Graduada em Letras pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Ione Midon Pereira

Mestre em Letras Neolatinas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Isabella Venceslau Fortunato

Doutora em Língua Portuguesa: Investigação e Ensino da Universidade de Coimbra (UC), Portugal.

Laura Jorge Nogueira Cavalcanti

Mestre em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Lou-Ann Kleppa

Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Lucas Barbosa de Melo

Graduado em Letras-Espanhol e Letras-Português pela Universidade de Brasília (UNB).

Mailson dos Santos Lopes

Doutorando em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Maurício Castillo

Instituto Superior del Profesorado Juan XXIII – Buenos Aires, Argentina.

Natal Almeida Simões Neto

Mestre em Linguística Histórica pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Paulo Henrique Duque

Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor do Programa de Pós-Graduação de Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Rafaela Ramos da Silva Neves

Graduada pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Rove Luiza de Oliveira Chishman

Doutora em Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Túlio de Santana Batista

Graduado em Letras – Língua Espanhola pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Vinícius Nicéas do Nascimento

Mestre em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Este livro foi produzido em formato 180 x 250 mm e utiliza as tipografias Muller e Tiempos Text, com miolo impresso na Edufba, em papel Alta Alvura 75g/m² e capa em Cartão Supremo 300g/m², impressa na Bigraf.

Tiragem: 400 exemplares.

Linguagens e cognição é uma obra que se destina a pesquisadores professores e estudantes de graduação e pós-graduação da área de Letras, Linguística e afins que se interessam por saberes elaborados acerca da cognição humana e da construção de sentidos em diferentes linguagens. Esta obra é única por oferecer aos seus leitores abordagens multifacetadas e contemporâneas sobre fenômenos concernentes à significação em perspectiva interdisciplinar.



ISBN 978-85-232-1523-1



9 788523 215231